

História do **Rio Grande do Norte**



Sérgio Luiz Bezerra Trindade

HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Secretaria de Educação Profissional Tecnológica

Eliezer Moreira Pacheco

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Rio Grande do Norte (IFRN)**

Reitor

Belchior de Oliveira Rocha

Diretor do Campos de Santa Cruz

Erivan Sales do Maral

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

José Yvan Pereira Leite

Coordenador da Editora do IFRN

Samir Cristino de Souza

Conselho Editorial

Samir Cristino de Souza (Presidente)

André Luiz Calado de Araújo

Dante Henrique Moura

Jerônimo Pereira dos Santos

José Yvan Pereira Leite

Valdenildo Pedro da Silva

Sérgio Luiz Bezerra Trindade

HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

IFRN
Editora ■■■■

2010

História do Rio Grande do Norte
© Copyright 2010 da Editora do IFRN

Todos os direitos reservados

Nenhuma parte dessa publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora do IFRN.

Divisão de Serviços Técnicos.
Catalogação da publicação na fonte.
Biblioteca Sebastião Fernandes (BSF) – IFRN

T832h Trindade, Sérgio Luiz Bezerra.
História do Rio Grande do Norte / Sérgio Luiz Bezerra Trindade. –
Natal: Editora do IFRN, 2010.
281 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-89571-77-7

1. Rio Grande do Norte – História. I. Título.

CDU 94(813.2)

EDITORÇÃO

Samir Cristino de Souza

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Tuyanne Taynnar Queiroz de Medeiros

CONTATOS

Editora do IFRN

Av. Senador Salgado Filho, 1559, CEP: 59015-000

Natal-RN. Fone: (84)4005-2668/ 3215-2733

Email: editora@cefetrn.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
PREFÁCIO	11
UNIDADE I - Colônia e Império	12
CAPÍTULO I – BRASIL PORTUGUÊS	13
CAPÍTULO II – RIO GRANDE DO NORTE: DA ORIGEM À COLONIZAÇÃO	23
1. A conquista.....	34
2. A fundação de Natal.....	39
3. Colonização e povoamento.....	44
CAPÍTULO III – PRESENÇA HOLANDESA	51
1. Invasão e expulsão.....	52
2. Sublevação indígena.....	68
CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE	77
1. Ordenamento administrativo.....	77
2. Ordem social e econômica.....	82
CAPÍTULO V – BRASIL INSURGENTE	89
1. Primeiras fogueiras revolucionárias.....	89
2. Portugal no Brasil.....	91
3. Pernambuco na vanguarda.....	94
4. Brasil independente.....	103
5. Focos no Rio Grande do Norte.....	106
CAPÍTULO VI – O PRIMEIRO REINADO	109
CAPÍTULO VII – O PERÍODO REGENCIAL	115

CAPÍTULO VIII - O SEGUNDO REINADO.....	121
1. Estabilidade política e crescimento econômico.....	121
2. A guerra do Paraguai.....	126
CAPÍTULO IX – RIO GRANDE DO NORTE: ECONOMIA E SOCIEDADE.....	135
CAPÍTULO X – DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA À ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA	145
UNIDADE II - República.....	153
CAPÍTULO I – DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA À REPÚBLICA OLIGÁRQUICA....	155
1. O movimento republicano no Rio Grande do Norte.....	157
2. As novas bases do poder oligárquico.....	159
3. Banditismo no sertão.....	175
4. Aviação: lampejo de modernidade.....	179
CAPÍTULO II – RENASCE A REPÚBLICA.....	183
1. Ventos liberais.....	183
2. A Revolução de 1930.....	186
3. A oligarquia potiguar nos quadros da República Nova.....	192
4. O Rio Grande do Norte na Segunda Guerra Mundial.....	216
CAPÍTULO III – A DEMOCRACIA POPULISTA.....	229
1. O fenômeno populista.....	229
2. A queda de Vargas.....	230
3. De Dutra ao retorno de Vargas.....	232
4. O Rio Grande do Norte de Vargas a Vargas.....	236
5. JK: 50 em 5.....	238
6. Da campanha de Jânio Quadros à queda de Jango.....	241
7. O populismo papa-jerimum.....	246

CAPÍTULO IV – ANOS AUTORITÁRIOS.....	251
1. Duas cores dividem o Rio Grande do Norte.....	253
2. Governo forte ou autoritário: dilemas da nova ordem.....	255
3. Sinuosidades políticas.....	258
CAPÍTULO V – SÍNTESE ECONÔMICA.....	263
1. A Revolução Industrial e a demanda por algodão.....	263
2. Maior produtor de sal-marinho.....	265
3. Cana-de-açúcar: do povoamento ao século XX.....	266
4. Fruticultura: grandes projetos de exportação.....	266
5. Petróleo: segundo maior produtor brasileiro.....	267
6. A incipiente atividade industrial.....	267
7. A expansão da atividade turística.....	269
REFERÊNCIA - UNIDADE I.....	271
REFERÊNCIA - UNIDADE II.....	276

PREFÁCIO

A pesquisa e o ensino da História, realizados de forma competente, são fundamentais para a consolidação da cidadania em nosso País. A partir dessa perspectiva, Sérgio Trindade esclarece que, sem o conhecimento das ações desenroladas no passado, a compreensão do presente estará comprometida de forma irremediável. Em geral daí resultam, dentre outros males, ignorância, alienação, preconceito e exclusão social de expressiva parcela da sociedade. Males que o autor combate com as armas típicas de experimentado historiador: a meticulosa pesquisa aliada à análise consistente dos fatos, ação complementada com sua respeitável atuação em sala de aula. O duplo ofício de professor-pesquisador permitiu-o detectar, com precisão, lacunas na historiografia potiguar.

Assim, este trabalho é uma preciosa contribuição no sentido de possibilitar, de forma acessível a estudantes de variados níveis de ensino, o acesso a uma obra enriquecida com textos complementares acrescidos de questões sobre as temáticas abordadas. Sua finalidade fundamental é o esclarecimento do processo histórico no qual todos nós, queiramos ou não, estamos inseridos. O leitor atento, decerto, perceberá que Sérgio Trindade elaborou essa *História do Rio Grande do Norte* articulada com o Brasil e o mundo. Opção teórico-metodológica indispensável para desvendar complexas relações que, de outra forma, não ficariam inteligíveis. Ao esclarecer as relações existentes entre os acontecimentos locais e suas raízes, o autor rompe com a pura narrativa de fatos isolados. Seu estilo preserva o cuidado minucioso com os eventos próprios do Rio Grande do Norte, mas a ênfase do conjunto da obra recai sobre as intrínsecas vinculações dos acontecimentos com seus respectivos contextos.

Durante longo período, as publicações sobre a história do Rio Grande do Norte ficaram circunscritas às produções de um grupo de luminares, cujos principais representantes foram Câmara Cascudo, Rocha Pombo e Tavares de Lyra. Sem a pretensão dos afetados, mas igualmente sem a ingenuidade pueril, Sérgio Trindade iniciou o processo que gradualmente inscreverá seu nome entre os grandes da nossa historiografia. Faço tal afirmação não pela honraria de prefaciar sua mais recente obra. Mas essencialmente por acompanhar, com respeitosa atenção, sua trajetória intelectual.

Francisco Carlos de Oliveira
Professor de História do IFRN
Mestre em Ciências Sociais
Abril de 2007

UNIDADE I

Colônia e Império

CAPÍTULO I

BRASIL PORTUGUÊS

O Rio Grande do Norte é, hoje, parte do imenso território brasileiro. Ocupa uma área de aproximadamente 53.000 km². A compreensão da história desta parte do território nacional só é possível a partir da história da civilização ocidental e da história do Brasil. A história do Brasil, por sua vez, só é verdadeiramente compreendida se a pudermos apreciar desde antes da chegada da expedição cabralina, marco cronológico inicial da história brasileira. O Descobrimento é, sem dúvida, fato da maior importância, mas por si só insuficiente para explicar a origem do Brasil. Para tanto, faz-se necessário o conhecimento dos fatos anteriores que nos possibilite uma compreensão mais abrangente do processo histórico que resultou no descobrimento dos rincões tupiniquins. Só assim poderemos entender o que ocorreu a partir da chegada dos portugueses, conhecer os motivos que levaram as monarquias cristãs européias a empreender a expansão marítima-mercantil, grandes navegações rumo ao desconhecido.

Durante a Idade Média (476 a 1453), a Europa cristã estava dividida em pequenos territórios, chamados feudos. O feudalismo foi o sistema político, econômico, social e cultural predominante da Europa durante o período medieval. Os feudos eram governados pelos senhores feudais, que detinham o poder civil e militar: cunhavam moedas, cobravam impostos, exerciam a justiça e, como tinham monopolizavam o uso de armas, chefiavam exércitos particulares. O comércio praticamente inexistia. Os feudos eram auto-suficientes. Somente no final da Idade Média é que esse quadro começou a mudar. Predominavam as relações servis de produção, em que o senhor é proprietário da terra e o servo depende dele, prestando-lhe serviços e dando-lhe parte da produção em troca do uso da terra para plantio e dos equipamentos necessários à produção.¹

Na segunda fase da Idade Média (Baixa Idade Média), entre os séculos XI e XV, a Europa ocidental passou por uma série de modificações econômicas, políticas, sociais e culturais. Neste período se iniciou o processo de falência do sistema feudal, que lançou as bases da Idade Moderna (1453-1789). Mudanças como a centralização do poder político e o desenvolvimento do capitalismo comercial marcaram profundamente o futuro da civilização ocidental. Antes o poder político estava nas mãos dos senhores feudais; agora passou a concentrar-se nas mãos do rei, maior representação política do Estado Moderno. Estava nascendo o Estado Moderno Absolutista. Ademais, emergia com força um novo grupo social – a burguesia, que iria ocupar o proscênio econômico e político.

Entre os fatores que contribuíram mais decisivamente para enfraquecer o poder dos senhores feudais estava o renascimento comercial e urbano.

Com o fim do processo de invasões que sacudiu a Europa desde à ruína do Império Romano do Ocidente, o século XI inaugurou um quadro de estabilidade que resultou no reavivamento das atividades econômicas produtivas e no renascimento de outras que ficaram temporariamente suspensas. Primeiro houve uma renovação das práticas agrícolas, possível com a descoberta de novos instrumentos e novas técnicas de trabalho, o aumento da produção de víveres com menos trabalho, cujas conseqüências foram a diminuição da taxa de mortalidade, a explosão demográfica, os arroteamentos (ocupação e produção em áreas incultas), absorção de mão-de-obra, etc.

¹ Os servos pagavam vários impostos e tributos. Os pagamentos eram *in natura*. Entre eles podemos destacar a talha (entrega de parte da produção agrícola), a corvéia (prestação de serviço gratuito nas terras do senhor), as banalidades (pelo uso de equipamentos, como moinhos), a mão-morta (por herança – quando ocorria de um camponês suceder ao pai na “posse” de um feudo).

A expansão das áreas produtivas gerou um excedente agrícola, que fez renascer o comércio. Primeiramente em âmbito local, dentro dos feudos; depois as riquezas produzidas passaram a circular por toda a Europa. O crescimento da atividade comercial tornou necessária a criação de uma mercadoria que pudesse facilitar as trocas. Reapareciam as moedas. O comércio internacional entre o Ocidente e o Oriente não tardou a ser reativado. Para isso contribuíram as Cruzadas que, reabrindo o Mediterrâneo,² intensificaram os contatos com os mercados orientais, beneficiando sobremaneira as cidades italianas de Gênova e Veneza, que conseguiram estabelecer o monopólio das rotas marítimas mediterrâneas.³

A crescente atividade mercantil determinou o estabelecimento de rotas comerciais, tanto para o escoamento da produção local, como para a redistribuição dos artigos de luxo que chegavam do Oriente. Na encruzilhada das rotas comerciais surgiram as feiras temporárias, quase todas protegidas pelos senhores feudais da região, que em troca cobravam impostos dos comerciantes.

O desenvolvimento das atividades comerciais trouxe como conseqüência imediata a transformação das feiras temporárias em feiras permanentes. Delas surgiram os burgos (cidades), que ofereciam trabalho assalariado e boas possibilidades de enriquecimento, motivo pelo qual atraíam camponeses livres, artesãos e servos que fugiam dos feudos.

Os comerciantes, fixados nas cidades, passaram a comercializar os excedentes agrícolas e os produtos artesanais. A estrutura feudal, porém, representava um sério obstáculo ao desenvolvimento do comércio. Como os burgos se situavam dentro dos feudos, os seus habitantes eram obrigados a pagar taxas aos senhores feudais. A cobrança dos direitos de passagem e a falta de unidade de moedas, pesos e medidas dificultavam o desenvolvimento do comércio, o que levou os habitantes dos burgos a organizarem as *comunas*, associações coletivas que conseguiram impor aos senhores feudais restrições aos seus direitos, através de cartas de franquia, documentos garantidos pelos reis e aceitos pelos senhores feudais cujo teor dava autonomia administrativa às cidades, isentando-as do pagamento de tributos e obrigações servis.

A burguesia teve um papel decisivo na luta política contra os senhores feudais e na formação do Estado Moderno, pois foi ela que se aliou aos reis contra os abusos cometidos pelos senhores feudais, como destaca Huberman (1986, p. 71-72): “O rei fora um aliado forte das cidades na luta contra os senhores. Tudo o que reduzisse a força dos barões feudais fortalecia o poder real. Em recompensa pela sua ajuda, os cidadãos estavam prontos a auxiliá-la com empréstimos em dinheiro. Isso era importante, porque com o dinheiro o rei podia dispensar a ajuda militar de seus vassalos. Podia contratar e pagar um exército pronto, sempre à seu serviço, sem depender da lealdade de um senhor”.

Financiados pelo dinheiro da burguesia e fortalecidos militarmente, os reis conseguiram anular os privilégios dos senhores feudais e consolidaram o poder absoluto, marco maior do Estado Nacional Moderno.

Foram vários os fatores que contribuíram para a formação dos Estados Nacionais. Não nos interessa, aqui, citar todos. Somente aqueles mais importantes. Podemos destacar: 1) a permanente tentativa dos reis em fortalecer o seu poder político; 2) as constantes lutas entre os senhores feudais; 3) o desenvolvimento das atividades manufatureiras e comerciais; 4) a organização de um aparato burocrático-administrativo, subordinado à autoridade real; 5) o desenvolvimento de uma cultura nacional; 6) a idéia de que os reis eram pessoas sagradas, dotadas de uma autoridade concedida por Deus.

² Outra importante área de comércio estava na Europa Setentrional, nas regiões dos mares do Norte e Báltico. Ali quem se destacava era Flandres, cuja crescente produção de lã transformou seus portos nos intermediários comerciais entre o mar Báltico e o Mediterrâneo.

³ Veneza ligou-se aos muçulmanos, redistribuindo as especiarias das Índias, através da *rota das especiarias*. Gênova, ligada aos bizantinos, dominava a *rota da seda*.

O Estado Nacional acabou com o particularismo político do sistema feudal. À burguesia interessava o fortalecimento do poder real, pois assim conseguiria a unificação e o fortalecimento do mercado interno e vislumbrava o surgimento de um mercado externo.

No transcurso dos séculos XIV e XV o poder das monarquias nacionais medievais havia sido gradualmente posto à prova pelas sublevações do fim da Idade Média. No entanto, (...) o poder monárquico acabou por demonstrar sua força. No último quartel do século XV, monarcas fortes nos principais estados da Europa Ocidental – Inglaterra, França e Espanha – superaram as ameaças de fragmentação e começaram a tornar o poder real mais forte que nunca. Posteriormente a Europa experimentou o completo florescimento do “absolutismo”, ou monarquia sem peias (BURNS, 1995, v. 2, p. 425).

Tudo conspirava para o êxito pleno da burguesia. Porém, havia nuvens carregadas no horizonte. O quadro era bom, mas vislumbravam-se problemas. O desequilíbrio da oferta de mercadorias aumentou a procura pelos produtos orientais, principalmente de especiarias. A aquisição desses produtos implicou no escoamento de moedas da Europa para o Oriente. Dessa forma, buscava-se conseguir os produtos que internamente tinham consumo assegurado. Se possível, sem os intermediários italianos que monopolizavam a distribuição dos produtos orientais para a Europa. Sem os intermediários italianos, haveria o barateamento dos produtos que vinham do Oriente. Era preciso, também, garantir uma boa reserva de metais preciosos, então usados para cunhar moedas. A escassez deles era um entrave para o desenvolvimento das relações comerciais.

À expansão das fronteiras internas européias seguiu-se a expansão das fronteiras externas. As grandes navegações permitiram a expansão atlântica, ampliando o espaço geo-econômico e geopolítico europeu. Mas apenas os Estados efetivamente centralizados tinham condições de levar adiante tal empreendimento, dada a necessidade de um grande investimento. Além de formar um acúmulo prévio de capitais pela cobrança direta de impostos, o Estado disciplinava os investimentos da burguesia, canalizando-os para esse grande empreendimento de caráter estatal, que se tornou um instrumento de riqueza e poder para ambos – Estado e burguesia.

No início da Idade Moderna, os europeus se lançaram à exploração de terras e mares até então desconhecidos. O processo que culminou com as grandes navegações teve em Portugal o seu maior expoente. Isso foi possível porque o pequeno reino ibérico estava numa localização geográfica privilegiada – lançado em direção ao Atlântico. Por isso, Portugal era ponto de escala obrigatória de rotas terrestres e marítimas de comércio. Também foi importante a precocidade no processo de centralização monárquica ocorrida ainda no século XIV.

Portugal surgiu como um reino independente após uma longa guerra dos ibéricos (Guerra da Reconquista) contra os invasores árabes, na qual se formaram os reinos de Leão, Castela, Aragão, Navarra e Portugal. A guerra contra os árabes ocorreu no contexto de formação e consolidação do sistema feudal. Um nobre francês, Henrique de Borgonha, como recompensa pelo auxílio prestado na luta contra os árabes, recebeu um feudo do rei de Castela. O feudo constituiu-se como o condado Portucalense que, em 1139, foi declarado independente por Afonso Henriques, filho de Henrique de Borgonha, com o nome de Reino de Portugal.⁴

Para o José Hermano Saraiva (1979, p. 46-47), não é possível desligar o processo de independência portuguesa do “quadro geral da política nos reinos cristãos” da península ibérica. Por anos o pequeno feudo ficou submetido aos reis de Leão e Castela até que em “1140 começa o caudilho português a intitular-se rei (existe um documento de 1139 com este título, mas há dúvidas quanto a exatidão da data)”. O uso do título de rei foi sem dúvida um progresso, mas não significava

⁴ A Espanha surgiu da união dos quatro primeiros reinos (Leão, Navarra, Castela e Aragão).

por si só a independência do reino. Mas em 1143 ocorreu um fato “de especial importância no contencioso político da independência”, quando as partes interessadas reuniram-se com um cardeal romano, legado do Papa ao Concílio de Valladolid, que trouxera instruções de Roma com vistas a “harmonizar os dois príncipes cristãos, cujas contendas favoreciam os Mouros”. Não se sabe se a reunião trouxe um acordo concreto, mas subsistiram “documentos que revelam que, imediatamente após a reunião, o rei de Portugal mandou para Roma uma declaração solene na qual se constituía, a ele e a todos os seus sucessores, *censual*⁵ da Igreja de Roma e se declarava a si próprio *homem e cavaleiro do papa e de S. Pedro, sob a condição de a Santa Sé o defender de quaisquer outros poderes eclesiásticos ou civis*” (SARAIVA, 1979, p. 47)

Portugal foi, desde o seu nascimento, um país voltado para o mar, sendo a pesca (sardinha e bacalhau) uma de suas principais atividades econômicas, o que lhe proporcionou uma grande experiência de navegação em mar aberto. A rivalidade com os castelhanos, no entanto, restringia as perspectivas portuguesas de uma futura expansão em direção ao continente.

Na Idade Antiga, egípcios e gregos já defendiam a tese de que a Terra era redonda. Tal teoria foi substituída, no período medieval, pela idéia de o formato do planeta ser plano como uma mesa. Portugueses e espanhóis não mais aceitavam a argumentação medieval e passaram a buscar rotas que os pusessem em contato com comerciantes de produtos orientais. Foi nesse ambiente que Portugal, seguido pela Espanha, iniciou a sua aventura marítima com a finalidade de achar um caminho para a terra das especiarias, o Oriente. Para atingir tal objetivo, entretanto, eram precisos muitos conhecimentos náuticos, cartográficos e uma boa indústria naval.

Os portugueses foram os primeiros a se lançar nessa aventura, atraindo navegadores, geógrafos, construtores de navios, técnicos e especialistas em navegação que possibilitaram a primazia deles nas navegações transoceânicas. Mas é bom lembrar que no período medieval o Atlântico praticamente não figurava na cartografia. “O grande acontecimento do mundo moderno consistiu,” segundo Magalhães Godinho (apud MOTA, 1974, p. 15), “pois, em transpor esse obstáculo, até então intrafegável.”

Atribui-se genericamente o processo de expansão marítima portuguesa ao trabalho da dinastia de Avis. Segundo Saraiva, há “indicações de que já no século XII existia comércio de exportação por via marítima, mas essas indicações são tênues demais para permitirem a tese de uma intensa actividade mercantil nas regiões litorais, actividade que teria sido, segundo a mesma tese, um dos factores decisivos da independência portuguesa” (1979, p. 70). Sob a dinastia de Borgonha, porém, Portugal já dava os primeiros passos para se tornar a potência marítima que se tornou. No reinado de D. Dinis (1279-1325), os portugueses iniciaram o aprimoramento técnico, com o aperfeiçoamento náutico e o gradativo domínio das artes de navegação, e construíram navios de guerra. Isso permitiu aos portugueses fazer a ligação comercial-marítima entre o mar do Norte e o mar Mediterrâneo e propiciou o enriquecimento e a ascensão social de uma nascente burguesia.

Mas foi somente em 1415, quando conquistaram Ceuta, importante entreposto comercial árabe no norte da África, que os portugueses iniciaram o inexorável processo de expansão marítima-mercantil europeu. A conquista de Ceuta, cidade para a qual confluíam duas importantes rotas terrestres – a de especiarias e sedas orientais e a de ouro e escravos da África negra –, afastava a influência muçulmana no Marrocos e continha a pirataria no estreito de Gibraltar. A expedição militar que conquistou Ceuta, segundo Saraiva (1979, p. 122), contava com 19.000 combatentes, 1.700 marinheiros e 200 navios. A conquista era do interesse de nobres e mercadores, pois a cidade, além de ser “um importante centro comercial terrestre e marítimo”, estava situada “numa região agricolamente rica e num bom ponto estratégico, que dominava o estreito de Gibraltar”, podendo “servir de base para novas conquistas”.

⁵ “A palavra *censual* equivale a dependente e obrigado ao pagamento de um tributo ou censo” (SARAIVA, 1979, p. 47).

As vantagens esperadas não se confirmaram. A actividade económica da cidade desapareceu com a conquista cristã. Em vez de centro comercial, Ceuta converteu-se numa cidadela em luta constante e que tinha de ser abastecida pelo mar, com recursos idos de Portugal. (...)

Apesar de tudo, Ceuta foi mantida e a idéia de uma expansão militar no Norte de África foi uma das constantes da política portuguesa até aos finais do século XVI (SARAIVA, 1979, p. 122).

A conquista de Ceuta pelos portugueses fez os árabes desviarem a rota do ouro sudanês para o interior do Marrocos, o que obrigava os portugueses a continuarem sua expansão marítima em direção ao sul da África, o famigerado périplo africano. O processo de conquista do território africano foi lento mas sistemático. Ali, no litoral, foram fixadas várias feitorias, o que lhes garantiu o aumento do volume do comércio, com as aquisições de ouro, escravos e especiarias.

Para lastrear o crescente poderio marítimo português, o infante D. Henrique de Avis fundou, em 1419, um importante centro de pesquisas marítimas e cartográficas – a Escola de Sagres. Deve-se em grande parte a ela a adoção da navegação astronômica pelos portugueses, com o uso do astrolábio, do quadrante e, posteriormente, da balestilha, o aperfeiçoamento da cartografia, etc (MENDES JUNIOR, 1979, v. 1, p. 51).

Até meados do século XV, a expansão marítima portuguesa não tinha, ainda, outros horizontes para além do continente africano. Para Saraiva (1979, p. 132),

as condições internas criavam uma oportunidade excelente, porque a expansão correspondia aos interesses de todas as classes sociais, que, no conjunto, constituíam a contraditória sociedade portuguesa. Para o povo, a expansão foi sobretudo uma forma de emigração e representava a possibilidade de uma vida melhor e a libertação de um sistema de opressões e libertações que, em relação aos “pequenos”, foi sempre pesado e do qual eles também procuraram se libertar buscando novas terras (a emigração para o sul, no século XII, é a primeira expressão nacional do fenômeno).

Mas o que realmente movia os primeiros portugueses na costa do continente africano era a “fome de ouro e principalmente a cobiça de escravos”. Já em 1441, com a expedição de Antão Gonçalves, tem início “o tráfico negreiro para o Reino” e da “mesma viagem procede o primeiro ouro em pó, ainda que escasso, resgatado naquelas partes.” Somente a partir da década de 1460 “espíritos mais audazes” iniciaram a exploração das ilhas de Cabo Verde. Mas foi no reinado de D. João II, com início em 1481, que a expansão marítima portuguesa prosseguiu em ritmo mais acelerado, com objetivos mais amplos. A tomada de Constantinopla (1453) pelos turcos otomanos, impedindo o livre trânsito das mercadorias orientais, foi também um dos motivos que reforçaram o ímpeto expansionista europeu. A presença dos turcos em Constantinopla elevou o preço das especiarias orientais, pois aquela cidade era um dos principais portos de redistribuição das mercadorias orientais. Os dois fatores combinados abriram “novas e extraordinárias perspectivas para a nação portuguesa”, pois o “negócio das especiarias do Oriente, trazidas à Arábia e ao Egito pelos maometanos e de lá transportadas aos países europeus, por intermédio de Veneza – que enriquecera neste tráfico – vai encaminhar-se agora para novas rotas. Era urgente descobrir um caminho alternativo para o Oriente. “Quando as especiarias orientais, pedras preciosas, drogas, perfumes e peles chegavam” aos portos nos quais se abasteciam genoveses e venezianos

já custavam um dinheirão; depois que os venezianos as revendiam aos mercados das cidades do sul da Alemanha, que eram os principais distribuidores através da Europa, seus preços ascendiam a cifras astronômicas.

Mercadores de outros países não se conformavam em ver os lucros enormes do comércio com o Oriente ficarem apenas nas mãos de venezianos – desejavam deles participar. Sabiam que podiam ganhar muito dinheiro com as mercadorias orientais, mas não conseguiam romper o monopólio de Veneza. O Mediterrâneo oriental era um lago veneziano e nada havia que pudessem fazer contra – não ali (HUBERMAN, 1989, p. 88-89).

E o passo seguinte foi dado pelos portugueses, quando Bartolomeu Dias, em 1488, atingindo o extremo sul da África contornou o cabo da Boa Esperança ou cabo das Tormentas, descobrindo definitivamente a passagem para as Índias, só alcançada em 1498, quando Vasco da Gama chegou a Calicute (Índia), importante centro comercial do Oriente. Ali configurava-se que o eixo do comércio deixaria o mar Mediterrâneo e iria para o Atlântico, o que, entretanto, só se consolidaria no decorrer do século XVI (HOLLANDA, 1989, p. 31-33).

Colombo vivera alguns anos em Portugal de onde fora praticamente escorraçado em 1484. Em julho de 1488, o rei D. João II, temeroso de que a expedição de Bartolomeu Dias fracassasse, chamara o navegador genovês de volta ao reino. O sucesso de Bartolomeu Dias, primeiro navegador europeu a descobrir a ligação entre os oceanos Atlântico e Índico, presenciado pelo próprio Colombo, reacendeu em D. João II “a ‘boa esperança’ de chegar à Índia”. O resultado imediato foi que o rei dispensou Colombo, empurrando-o definitivamente para os braços espanhóis (BUENO, 1998a, p. 85).

A Espanha não ficou imóvel diante da expansão marítima portuguesa. Desde o início do século XV, os castelhanos desenvolviam a navegação marítima no Atlântico, mais precisamente na costa norte e sudoeste de seu território. Com a ascensão dos reis católicos, Fernando e Isabel, as ilhas Canárias passaram a ser a principal base para Castela desenvolver a navegação atlântica. Mas foi somente quando completou o longo processo de centralização monárquica, após a expulsão dos mouros de Granada, em 1492, que a Espanha iniciou fortemente os investimentos na expansão marítima, entregando, no mesmo ano, o comando de uma pequena esquadra ao navegador genovês Cristóvão Colombo, cujo objetivo era chegar às Índias navegando para o ocidente.

Após quase dois meses de uma desgastante viagem, em 12 de outubro os navegadores avistaram terra. Colombo acabara de descobrir um novo continente – a América, acirrando ainda mais a disputa entre Portugal e Espanha pela posse de todas as terras descobertas no oceano Atlântico. As descobertas de Colombo chocaram o rei D. João II, pois o navegador genovês, ao retornar de sua viagem, passou por Lisboa e conversou com o soberano português, “dando-lhe novas extraordinárias das regiões recém-descobertas. Os indígenas que vinham na sua companhia lembravam, pelas feições, antes a gente da Índia que os naturais da Guiné” (HOLLANDA, 1989, p. 33). Vale a pena registrar o que José Hermano Saraiva diz sobre a aventura de Colombo:

Pela mesma época em que Diogo Cão procurava a passagem para o Índico, um piloto genovês que vivia desde há anos em Portugal, Cristóvão Colombo, propôs a D. João II a realização de uma viagem à Índia, navegando para ocidente. O projecto baseava-se na idéia, já então admitida pelos cosmógrafos, de que a Terra era esférica. Teoricamente, a Índia podia ser atingida quer pelo ocidente, quer pelo oriente; o problema era o de saber qual o caminho mais curto. (...) As informações de que D. João II dispunha levaram-no a não aceitar o plano de Colombo. É possível que já nessa altura tivesse a notícia da ilusória descoberta de Diogo Cão em 1483.

O navegador foi por isso oferecer os seus serviços aos Reis Católicos. Ao fim de alguns anos de tentativas, conseguiu que a proposta fosse aceita. Iniciou a viagem em agosto de 1492 e, depois de navegar cerca de um mês a partir das Canárias, encontrou terras. Segundos os seus cálculos, eram as grandes ilhas do mar da China; de facto, eram as Antilhas.⁶ No regresso, Colombo passou por Lisboa e deu a grande notícia a D. João II, acusando “el-rei de negligente por se escusar de ele por minguia de crédito e autoridade(...)”. Isto é: lançava em rosto ao rei não lhe ter dado crédito quando lhe propusera fazer aquela viagem (1979, p. 137-138).

Dado o antagonismo secular entre portugueses e castelhanos, era natural que os conflitos antes praticamente restritos à Europa e às áreas vizinhas fossem transferidos para as regiões tropicais, africanas e americanas. Portugal e Castela disputavam as ilhas e territórios descobertos no oceano Atlântico desde meados do século XV. As descobertas de Colombo acirraram a rivalidade, sendo necessária a intervenção da Igreja, como árbitro, para evitar um conflito entre os dois países.⁷ Após a intermediação da Igreja e um fracassado acordo (*Bulla Intercoetera*) entre os dois países, Portugal e Espanha assinaram, em 1494, o *Tratado de Tordesilhas*, que garantia um considerável pedaço do Brasil para Portugal, seis anos antes do descobrimento, e lhe dava “também a soberania sobre o amplo espaço oceânico necessário para a realização da “volta do mar”, que Bartolomeu Dias julgava, com razão, ser fundamental para cruzar o Cabo da Boa Esperança” (BUENO, 1998a, p. 86).

Segundo Mota (1974, p. 17-18), a integração do Atlântico à civilização da Europa ocidental pode ser pensada a partir de

três etapas essenciais: a conquista do Atlântico sul –africano, a conquista do Atlântico norte-americano e a conquista do Atlântico sul-americano. A segunda etapa estudou-a Hamilton, acentuando a importância dos metais preciosos da América espanhola na gênese do capitalismo moderno. O derrame aurífero das Índias Ocidentais é, porém, uma empresa do começo século XVI, que na verdade, vem perfazer um panorama já iniciado anteriormente por Portugal quase um século antes. A terceira etapa, cronologicamente a mais recente, é a conquista do Atlântico brasileiro e do rio da Prata, que completa o domínio da vasta bacia oceânica. A primeira fase, a da conquista do Atlântico sul-africano, que projetou Portugal sobre o Oriente afro-asiático, é a que corresponde à saída para o mar largo, fecunda e criadora empresa precursora que põe em relevo o papel representado por Portugal na formação histórica do capitalismo moderno.

Depois de organizada a rota do Cabo pelos portugueses, o mar Mediterrâneo foi perdendo rápida e progressivamente a sua importância comercial como via de expansão comercial entre o Ocidente e o Oriente. O oceano Atlântico foi completamente integrado ao nascente capitalismo europeu (MOTA, 1974, p. 19).

⁶ Colombo morreu na Espanha, em 1506, certo de que havia descoberto uma nova rota para as Índias. Novas expedições provaram que as terras alcançadas por Cristóvão Colombo eram um novo continente.

⁷ Quando do retorno de sua viagem de descobrimento da América, Colombo teve uma audiência com o rei de Portugal, na qual lhe relatou os seus feitos. D. João II argumentou que as terras por Colombo, sob bandeira espanhola, “descobrida eram da coroa de Portugal, de acordo com a partilha do mundo feita no Tratado de Alcáçovas. Parece que chegou a mandar preparar navios para as ir ocupar, mas entretanto entrou em negociações com os Reis Católicos para uma solução pacífica” (SARAIVA, 1979, p. 138).

A expansão marítima-mercantil foi feita, conforme as palavras de Lopez (1991, p. 10), “em função dos interesses de um grupo mercantil – com as bênçãos da causa sagrada da expansão da palavra divina”. Marcou também “o início de um período de colaboração estreita entre o Estado e o grupo mercantil.” O nascente capital comercial financiou e aproveitou a expansão ultramarina para levar para a Europa novos produtos e novas oportunidades de investimento. Produtos como milho, tabaco, cacau e outros e o afluxo de metais preciosos estimularam o comércio e deslocaram o eixo comercial da Europa – do Mediterrâneo para o Atlântico. Mas a expansão fez explodir a intolerância religiosa, bem como a degradação das populações americana, africana e asiática.

Um ano após a assinatura do Tratado de Tordesilhas, o rei D. João II morreu e não pôde contemplar a concretização do seu sonho, a conquista do Oriente, glória que coube ao seu primo e sucessor D. Manuel que, a despeito da resistência de alguns de seus conselheiros que se opunham ao projeto de expansão em direção ao Oriente, mandou preparar “quatro naves para a longa viagem”, iniciada em julho de 1497, sob o comando de Vasco da Gama (HOLLANDA, 1989, p. 33-34). A chegada de Vasco da Gama às Índias, em 1498, inaugurou a mais lucrativa rota comercial portuguesa. Sua expedição trouxe lucros extremamente elevados para Portugal, o que aumentou ainda mais o interesse europeu, principalmente o lusitano, pelas riquezas orientais. Foi a expedição comandada por Vasco da Gama que pôs Portugal

em contato direto com a região das especiarias, do ouro e das pedras preciosas, conquistando, praticamente, o monopólio desses produtos na Europa e pondo em xeque o comércio levantino das repúblicas italianas. A abertura da rota marítima das Índias assume, assim, importância verdadeiramente revolucionária na época, e as suas conseqüências imediatas ultrapassam mesmo as do maior acontecimento da história moderna das navegações: o descobrimento da América por Cristóvão Colombo (HOLLANDA, 1989, p. 34).

A descoberta do Brasil, aponta Skidmore (2003), adapta-se à perfeição à relação entre a Coroa portuguesa e a exploração ultramarina. No início de março de 1500, o rei português D. Manuel compareceu a uma missa solene para celebrar o lançamento da maior frota oceânica que Portugal até então lançara. Eram “13 navios transportando 1.200 tripulantes e passageiros” lançados ao mar quando há pouco grande navegador português Vasco da Gama retornara à Lisboa de épica viagem (1497-1499) que abriu a rota marítima para as Índias. A intenção declarada da expedição comandada pelo nobre Pedro Álvares Cabral era a mesma da de Vasco da Gama – “rumar para a extremidade sul da África, contornar o cabo da Boa Esperança e seguir para o norte rumo às Índias pelo Oceano Índico” (SKIDMORE, 2003, p. 20-21).

E, então em 1500, Pedro Álvares Cabral seguiu para as Índias, comandando “uma frota formada por treze navios, com mil e duzentos homens a bordo”. Provavelmente obedecendo a uma determinação do rei D. Manuel, desviou sua frota excessivamente para oeste e tomou posse do território americano pertencente a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas. Em 22 de abril de 1500, “foi avistada terra: ‘um monte muito alto e redondo’, que os nossos baptizaram de monte Pascoal, porque se estava no tempo da Páscoa” (SARAIVA, 1979, p. 155). A terra avistada foi batizada com o nome de Ilha de Vera Cruz, por que se pensava tratar-se de uma ilha. Posteriormente, constatando tratar-se de um novo continente, batizaram a localidade com o nome de Terra de Santa Cruz e, mais tarde, Brasil. O Brasil passou a ser, de fato (já era de direito), território português.

São muitos os estudiosos que defendem a intencionalidade do descobrimento do Brasil, confrontando-se com a tese consagrada, durante muito tempo, de que o Brasil teria sido descoberto casualmente, quando Cabral se afastou da costa africana para fugir das tempestades e/ou calmarias que assolavam aquela área, principalmente na costa da Guiné.

Na Idade Média já existiam mapas nos quais aparecia uma mitológica ilha com o nome Brasil. Logo ao chegarem aqui, é possível que os portugueses imaginassem estar nessa ilha (LOPEZ, 1991, p. 13-14). Existem, ainda, fortes indícios da presença portuguesa, em 1498, no Brasil. Dessa expedição teria participado Duarte Pacheco (membro da delegação portuguesa que participara da assinatura do Tratado de Tordesilhas), e integrante da expedição de Cabral em 1500, pessoa, segundo, respectivamente, Lopes Mendonça e Edgar Prestage (apud PINTO, 1998, p. 98), “para a qual não existiriam segredos” no mar e que “tinha estado anteriormente por essas partes.”⁸ Eduardo Bueno (1998, p. 7-9) relata que a expedição de Cabral tivera diante de si os mesmos indícios da existência de terras quando se afastara da costa africana para poder contornar o cabo das Tormentas que tivera Vasco da Gama três anos antes. Grandes algas, conhecidas como *botelhos* e *rabos de asno*, lamberam os cascos das embarcações; mais tarde, gaivotas passeavam pelo céu, indicando a presença de terra próxima. Vasco da Gama, após retornar ao reino lusitano, glorificado por “ter de fato, e enfim, desvendado a rota marítima que levava da Europa às fabulosas riquezas da Índia”, entregara a Pedro Álvares Cabral instruções que desvendavam os segredos guardados no oceano Atlântico. E era exatamente sob as instruções do grande navegador que Cabral manobrava as 13 naus que compunham a sua frota.

Num baú, trancado em seu camarote, Cabral mantinha o manuscrito que o próprio Gama lhe confiara em Lisboa. Para escapar das enervantes calmarias do golfo da Guiné – com suas correntes contrárias e seu calor insalubre –, Cabral fora aconselhado pelo mestre a navegar para oeste, fazendo o que viria a se chamar de “a volta do mar”,⁹ antes de guinar para sudeste e contornar o cabo amedrontador que, anos antes, o rei D. João II rebatizara de “da Boa Esperança”, mas que os marinheiros, mais pragmáticos e menos protegidos, ainda conheciam por “Cabo das Tormentas”.

Embora sua missão fosse instalar um entreposto português no coração do reino das especiarias, em Calicute, na Índia, nada impedia Cabral de, naquele instante, prosseguir mais algumas léguas para oeste. Ele poderia investigar então a existência daquelas terras cuja presença Gama intuía, inspirado não apenas por boatos seculares, mas pela própria desenvoltura com que as aves voavam no rumo do sudoeste (BUENO, 1998a, p. 9).

Muito embora o Tratado de Tordesilhas lhe desse a posse das terras do continente americano alcançadas por Cabral, Portugal não demonstrou interesse imediato pelas novas terras. Preferiu concentrar seus recursos no Oriente, que lhe garantia enormes rendimentos. A nova terra não apresentou boas possibilidades econômicas para os portugueses, os quais praticamente a abandonaram durante trinta anos. O máximo a que Portugal se permitia, em relação ao Brasil, de 1500 a 1530, era enviar expedições costeiras ou montar feitorias nos moldes dos “entrepostos comerciais que funcionavam na Ásia, mas com uma importante diferença”, pois no Brasil era fartamente utilizada “a mão-de-obra indígena para derrubar e transportar a madeira, sob a forma de escambo” (WEHLING, 1994, p. 45). Somente a presença de navegadores a serviço de outros países europeus forçou o governo português a mudar de atitude, iniciando o processo de ocupação e colonização do território brasileiro.

⁸ Os mais diversos historiadores contestam ou confirmam a presença do autor do *Esmeraldo de Situ Orbis* na expedição comandada por Pedro Álvares Cabral, conforme pudemos atestar no livro de Lenine Pinto (1998, p. 98-99).

⁹ Os portugueses, depois de quase cem anos navegando no oceano Atlântico, concluíram que, para contornar a África, deveriam afastar-se da costa africana e, auxiliados pelas correntes, marítimas e de ventos, realizar uma grande curva que lhes permitiria fugir das correntes contrárias do golfo da Guiné. Foi esta manobra, conhecida como a “volta do mar” que abriu definitivamente o Atlântico às embarcações portuguesas. Ao alongar a manobra, Vasco da Gama muito possivelmente chegou bem próximo das costas brasileiras. Cabral, ao que se sabe, seguindo instruções de Vasco da Gama, terminou aportando na Bahia (BUENO, 1998a, p. 31).

Mas, a despeito de as terras brasileiras não possibilitarem riquezas imediatas para os comerciantes e para o Estado português, a maturidade adquirida em quase um século de viagens em mar aberto permitia à marinharia portuguesa distinguir os mares ocidentais da rota do Cabo, percepção exposta já na assinatura do Tratado de Tordesilhas. Tal percepção conduziu à descoberta do Atlântico brasileiro como um “admirável ancoradouro para as naus da ‘carreira da Índia’” (MOTA, 1974, p. 27).

CAPÍTULO II

RIO GRANDE DO NORTE: DA ORIGEM À COLONIZAÇÃO

Um dos mais eminentes historiadores brasileiros chama a atenção para a possibilidade de que alguns navegadores franceses, espanhóis, italianos e alemães – e mesmo portugueses – terem estado no Brasil antes de Cabral (HOLLANDA, 1989, p. 44-48). Os historiadores, de modo geral, defendem a tese que dá a primazia aos espanhóis de terem visitado o Rio Grande do Norte antes dos portugueses. Admite-se que espanhóis, como Alonso de Hojeda, Diogo de Lepe e Vicente Yáñez Pinzón, navegaram pelo litoral brasileiro, em latitudes próximas ao Rio Grande do Norte, antes que os portugueses aqui chegassem em abril de 1500. Segundo alguns historiadores, Alonso de Hojeda e Diogo de Lepe teriam navegado próximo à foz do rio Açu. Porém não tomaram posse da terra, pois a mesma já pertencia a Portugal. Os portugueses teriam, anos depois, navegado pelas mesmas rotas, tomando posse da terra que, por direito, como estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, lhes pertencia.

Um dos luminares do estudo do descobrimento do Brasil, Capistrano de Abreu, também faz referências à presença de navegadores espanhóis no litoral norte-rio-grandense:

Chegada ao tempo da viagem de Vicente Pinzon e contígua aos lugares percorridos, é a de Diogo de Lepe, ao ponto de não ser fácil distinguir bem as duas. Na opinião mais fundada é idêntica à segunda de Américo Vespúcio.

Ponto de partida no arquipélago de Cabo Verde foi a ilha do Fogo; rumo SO, duração da travessia quarenta e quatro dias; lugares visitados: costas do Rio Grande do Norte e Pernambuco, além um pouco do cabo de Santo Agostinho, onde se observou a inflexão do litoral para Oeste. De Diogo de Lepe antes que de Pinzon parece proceder o nome de Rostro Hermoso dado talvez ao cabo de S. Roque (1999, p. 142-143).

Navegando, em junho de 1499, com dois célebres pilotos, Juan de la Cosa, que participara das aventuras marítimas de Colombo, e Américo Vespúcio, o navegador Alonso de Hojeda encontrara terra, “proximamente na latitude de cinco graus ao sul do equinocial; a qual era baixa, alagada e de vários esteiros e braços de rios. Não pode ter sido outra senão a do delta do Açu, na atual província do Rio Grande do Norte” (VARNHAGEN, 1981, v. 1, p. 72,). Sérgio Buarque de Hollanda (1989, p. 47), também ressalta que, antes das viagens de Vicente Yáñez Pinzón e Diogo de Lepe, Alonso de Hojeda

julgou ter descoberto antes de 1500 a terra do Brasil. As razões em que se ampara essa versão oferecem, porém, discrepâncias fundamentais para o esclarecimento de seu roteiro. O depoimento prestado pelo próprio Hojeda, em 1513, não faz crer que ele tivesse alcançado as partes do Brasil descritas por Américo Vespúcio, participante da mesma expedição. Este, não só afirma que entrara 15 léguas adentro por um grande rio, e só poderia tratar-se de uma das bocas do Amazonas, como acrescenta que acompanhou a costa, rumo ao sul, até uma latitude que corresponderia aproximadamente à do Cabo de São Roque.

Diogo de Lepe foi outro navegador espanhol que possivelmente esteve, em fevereiro de 1500, no cabo de São Roque. São poucas as fontes para a reconstituição de sua viagem. Por isso não há dados seguros sobre o local da costa brasileira em que seus navios aportaram. As hipóteses mais prováveis são: cabo de Santo Agostinho ou cabo de São Roque. O certo é que dali, Lepe

seguiu “em direção ao sul, mas, ao perceber que a costa se inclinava em direção ao sudoeste, fez a volta e partiu para o norte, seguindo a mesma rota que Pinzón percorrera um mês antes” (BUENO, 1998b, p. 21).

As razões invocadas pelos espanhóis de que são os descobridores do Brasil são um pouco mais sólidas quando se analisa a expedição de Vicente Yáñez Pinzón. Sabe-se que ele teria partido do porto de Palos, em fins de 1499, com uma frota de quatro caravelas e que, “depois de passar pelas Canárias e pelas ilhas de Cabo Verde, teria chegado em janeiro ou fevereiro de 1500 a um cabo situado ao sul do Equador, que batizou com o nome de *Santa Maria de La Consolación*.¹⁰ Assim descreve Capistrano de Abreu (1999, p. 141), a viagem de Pinzón, depois que ele obteve a licença para armar a expedição:

a 18 de novembro de 1499 saiu de Palos com quatro caravelas, para Santiago de Cabo Verde. Nas licenças para descobrir excluíram-se as terras já anteriormente visitadas; por isso Vicente Ánez, primeiro entre os espanhóis, afoitou-se além da linha equinocial, em paragens não iluminadas pela estrela Polar.

A 26 de janeiro de 1500 a água do mar apareceu turva, a sonda registrou fundo de dezesseis braças, e a costa assomou próximo. Para ela velejaram, nela desembarcaram e tomaram conta da região em nome da coroa de Espanha, proclamando o feito em vozes altas, cortando galhos e entalhando nomes nos troncos das árvores, fazendo mouxões de terra, bebendo água, chantando cruces. De gente iram simples pegadas: a este primeiro ponto chamaram Santa Maria de la Consolacion, hoje cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco.

Presume-se que o Cabo no qual aportou Pinzón é o cabo de Santo Agostinho (HOLLANDA, 1989, p. 47). Varnhagen discorda da tese da chegada de Pinzon ao cabo de Santo Agostinho. Para ele, os indícios apontam para uma região que estaria “para oeste do cabo de São Roque, e não para o sul”, mais precisamente na “ponta de Jererecoara” ou ainda na “ponta de Mucuripe”, ambas no Ceará (1981, p. 73). Segundo Cascudo (1984, p. 30), porém, o “Barão do Rio Branco identifica esse cabo como sendo o do Calcanhar, no Rio Grande do Norte”. Eduardo Bueno (1998b, p. 12) afirma que Max Justo Guedes estabeleceu, em 1975, de forma inquestionável, que Vicente Pinzón aportou na ponta do Mucuripe, aproximadamente a 10 km ao sul da atual capital do Ceará. Ao que se sabe, foi Pinzón o primeiro europeu a entrar em contato com os índios potiguares, que ocupavam litoral nordestino, entre os atuais estados do Ceará e de Paraíba. A narração de Pinzón reflete o que aguardava os portugueses que tentaram, bem mais tarde, desembarcar no litoral norte-rio-grandense. Eis o que diz Pinzón acerca do que teria se passado às margens do rio Curu, 120 km a noroeste de Fortaleza:

Dentro do rio, aqueles homens belicosos cercam o bote, avançam temerariamente e agarram da margem o corpo dos escaleres. São trucidados à lança e à espada como ovelhas (...). Nem assim se retiram. Arrebatam do poder do nosso um barco, depois de trespassado e morto com uma seta o seu mestre; os outros puderam safar-se. Para concluir em breves palavras (...): mataram oito dos nossos com

setas e dardos e mal houve um que não recebesse alguma ferida. Se suas setas tivessem sido ervadas (*envenenadas*), nenhum dos nossos teria conservado a existência (Apud BUENO, 1998b, p. 16-17).

¹⁰ Há divergências acerca do ponto exato em que aportou a expedição de Pinzon: Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco), ponta do Mucuripe (Ceará) ou Jericoacoara (Ceara).

Eduardo Bueno (1998, p. 17), citando três historiadores, diz que, muito embora os potiguares fossem agressivos, alguns fatos foram omitidos. Muito possivelmente Pinzón e seus homens tentaram capturar alguns índios e foram violentamente rechaçados.

Dos três navegadores acima citados, existe hoje a certeza de que Alonso de Hojeda não esteve em território brasileiro. José Moreira Brandão Castelo Branco (apud MEDEIROS, 1985, p. 146-147) contesta a tese segundo a qual Alonso de Hojeda tenha estado no Brasil. Para ele, Hojeda teria navegado por “mares setentrionais, não se aproximando sequer do delta amazônico, de sorte que, de forma alguma, poderia ter avistado o litoral riograndense (...)”. Segundo Bueno (1998b, p. 31), a tese acerca da presença de Hojeda no Brasil fundamentava-se num equívoco cometido por Varnhagen.

Outra polêmica que surgiu no final do século XX é sobre o local exato do descobrimento do Brasil. A tese consagrada, e até aqui indiscutível, é a de que o Brasil foi descoberto em Porto Seguro, na Bahia. Lenine Pinto (1998) confronta essa tese, argumentando que o descobrimento do Brasil não ocorreu na Bahia e sim no Rio Grande do Norte. Polêmicas à parte, o certo é que a esquadra de Pedro Álvares Cabral, após o descobrimento do Brasil, seguiu para as Índias. No entanto, antes de prosseguir viagem, Cabral mandou a Portugal uma caravela, “a naveta de mantimentos (esvaziada de seu conteúdo)” para levar a carta de Pero Vaz de Caminha “e cerca de 20 cartas” dando notícia sobre a terra descoberta – o Brasil, que ainda não havia sido batizado com esse nome (BUENO, 1998b, p. 34).

Gaspar de Lemos avançou “em direção ao noroeste, acompanhando a costa brasileira provavelmente até o cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte”, de onde mudou o curso seguindo direto para Lisboa, onde chegou em junho de 1500 (BUENO, 1998b, p. 34-35). O rei D. Manuel imediatamente enviou uma expedição exploradora para tomar posse da terra, confirmando a sua soberania, e iniciar a exploração do litoral.

Chegava ao Brasil, em 1501, a expedição de Gaspar de Lemos,¹¹ da qual participou o navegador italiano Américo Vespúcio, que tomou posse do Brasil no Rio Grande do Norte, mais exatamente em Touros, onde foi chantado, na “praia dos marcos”, o marco de posse – o *Marco de Touros*¹², assegurando a terra para os portugueses. Assim descreve Cascudo o fato: “Partindo, Gaspar de Lemos deixou um sinal de sua passagem como testemunha da posse del-rei de Portugal. Chantou um marco de pedra lioz, o mármore de Lisboa, tendo no primeiro terço a Cruz da Ordem de Cristo em relevo, e abaixo as armas do Rei de Portugal, cinco escudetes em cruz com cinco besantes em santor sem a bordadura dos castelos” (CASCUDO, 1984, p. 33).¹³ No início da grande empresa marítima, os portugueses demarcavam e asseguravam a posse dos territórios descobertos com cruces de madeira, sistema idêntico ao adotado pelos espanhóis. Diogo Cão, em 1482, na embocadura do rio Congo (Zaire), mudou o padrão português, chantando o *Padrão de São Jorge*, o primeiro de pedra utilizado para demarcar a posse lusitana de terras no além-mar.

As cartas de Américo Vespúcio a Lourenço de Medici (a *Carta de Cabo Verde*, a *Carta de Lisboa e Mundus Novus*) e a Pietro Soderini (*Lettera*) descrevem as suas aventuras de travessia do Atlântico e a chegada ao litoral norte-rio-grandense. As datas são divergentes. A *Carta de Lisboa* e *Mundus Novus* apontam 7 de agosto de 1501 como o dia em que a expedição chegou ao Rio Grande do Norte. A *Lettera* indica o dia como sendo 17 de agosto. Muito provavelmente, segundo

¹¹ Medeiros Filho (1997, p. 7), citando Gaspar Correia, diz ter sido André Gonçalves o capitão-mor da expedição formada por três caravelas que partiu, no dia 14 de maio de 1501, do rio Tejo em direção ao Brasil e que foi responsável por chantar o marco de Touros no Rio Grande do Norte.

¹² Segundo Cascudo (1984, p. 33), no mapa de João Teixeira, “anterior a 1612, indica-se o lugar com o nome de marco antigo.”

¹³ O marco de Touros “foi transferido em 1969 para a Fortaleza dos Reis Magos, por iniciativa de Oswaldo Câmara de Souza, então representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Norte, ficando uma réplica no seu lugar” (PINTO, 1998, p. 123)

Medeiros Filho (1997, p. 7-8), a data provável da chegada dos portugueses ao Rio Grande do Norte é 7 de agosto de 1501.

A partir daí, o Brasil passou a ser usado como “escala ideal em meio à longa viagem oceânica até a Índia. O próprio rei D. Manuel atribuiu a descoberta de Cabral a ‘um milagre’”, imaginando como “a nova terra seria ‘mui conveniente e necessária à navegação da Índia’, já que [ali] Cabral ‘corrigiu suas naus e tomou água’”. Assim, segundo Bueno (1998b, p. 35), empolgado com as notícias sobre o descobrimento do Brasil e antes mesmo de saber maiores detalhes sobre o “que sucedera com Cabral”, sem saber “se ele tinha conseguido chegar ao Oriente”, o rei de Portugal já preparara uma nova expedição com destino à Índia.

Composta por três naus e uma caravela, a terceira frota da Índia era comandada pelo fidalgo João da Nova. (...) Em abril de 1501 – enquanto os navios de Cabral se preparavam para dobrar o cabo da Boa Esperança, deixando para trás o oceano Índico e voltando a singrar o Atlântico –, João da Nova avistava o cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Depois de Pinzón, Lepe e Cabral, João da Nova se tornava, assim, o quarto navegador europeu a chegar ao nordeste brasileiro em um período de menos de 15 meses (BUENO, 1998b, p. 36).

Se qualquer ponto do território poderia servir de escala para reabastecimento dos navios da “carreira das Índias”, o Rio Grande do Norte, pela privilegiada posição geográfica, pronunciada no oceano Atlântico, seria um dos principais pontos para reabastecimento das expedições portuguesas que se dirigiam às Índias.¹⁴ Como afirma Tarcísio Medeiros, basta uma rápida olhada no mapa-múndi para evidenciar a importância estratégica da quina em que se constitui a costa do Rio Grande do Norte, um “promontório que avança pelo Atlântico Sul” rasgando “o corredor oceânico com o ombro ocidental de África”, encurtando a distância entre os continentes americano e africano (aproximadamente 1.890 milhas), e pondo “o litoral potiguar como um dos nós do tráfego marítimo (...), esquina do mundo (...), um ‘habitat’ gerador de dispersão das naus de outrora na altura do Cabo de São Roque, balizador pioneiro do extremo do Brasil, fixador de roteiros decisivos” (1985, p. 142). Isso, no entanto, não impediu que o Rio Grande do Norte, como todo o Brasil, fosse abandonado pelos portugueses. Como afirma um eminente historiador, expedições oficiais como as de “Nicolau Coelho em 1503, Cristóvão Jacques em 1516 e 1526, Martim Afonso de Sousa em 1530”, não aportaram no litoral norte-rio-grandense. Ainda de acordo com ele, Diogo Leite, integrante da expedição de Martim Afonso de Sousa, de quem recebeu a ordem de “percorrer o costão nortista” pode ter “avistado o litoral potiguar com as suas duas naus” (CASCUDO, 1984, p. 33). Mas pouco constam nas informações de navegadores lusitanos nos primeiros anos após o descobrimento do Brasil. Depois da expedição de Gaspar de Lemos, foi Gonçalo Coelho, em 1501, o primeiro navegador português a navegar no litoral norte-rio-grandense. De sua expedição fez parte Américo Vespúcio, navegador e aventureiro florentino que trabalhara antes para os reis Fernando e Isabel e que depois passara a prestar serviços ao Estado português. Depois de fazer uma travessia difícil, uma viagem de “67 dias para fazer o mesmo trajeto que, um ano e meio antes, Pinzón percorreu em apenas 13”, as três caravelas da frota de Gonçalo Coelho

ancoraram num lugar localizado a 5º de latitude Sul – o que remete à foz do rio Mossoró, na praia hoje chamada Areias Alvas, quase na divisa entre o Rio Grande do Norte e o Ceará –, o local mais provável do desembarque parece ter sido a Praia dos Marcos, no Rio Grande do Norte, cerca de 150 km a sudeste de Areias Alvas.

¹⁴ A privilegiada posição geográfica e as correntes de ventos e oceânicas impulsionavam as embarcações em direção à costa norte-rio-grandense. Citando vários autores, Tarcísio Medeiros (1985, p. 121-128) discorre sobre as várias possibilidades, hoje consideradas quase que lendárias, de povos antigos, como os fenícios, terem visitado o Rio Grande do Norte antes das grandes viagens marítimas da Idade Moderna.

Ao desembarcar nessa praia de ondas fortes e areia fofa, os portugueses não viram ninguém. Mas, na manhã do dia seguinte, enquanto os marinheiros enchiam os tonéis de água fresca, colhiam palmitos e cortavam lenha, um grupo de indígenas surgiu no alto de um pequeno morro próximo à praia. Embora os marujos lhes oferecessem guizos e espelhos, os nativos se recusaram a manter qualquer contato – exatamente como haviam feito os Potiguar encontrados por Pinzón (BUENO, 1998b, p. 44-45).

O que se seguiu a esse fato causou profundo impacto na Europa. Eduardo Bueno segue o seu relato contando que, no dia 19 de agosto, Gonçalo Coelho permitiu a dois marinheiros descer à terra para negociar com os nativos, aguardando-os por cinco dias ao fim dos quais zarparia. No dia 24, muitas mulheres apareceram na praia. Gonçalo Coelho enviou dois batéis para ir ter com as índias.

Um grumete desceu e foi cercado pelas nativas, “que ‘o apalpavam e o examinavam com grande curiosidade’. Quando ele estava no meio delas, uma mulher desceu do monte com um tacape nas mãos, aproximou-se do jovem marinheiro e, pelas costas, lhe desferiu um golpe na nuca”. Segundo Vespúcio, o grumete foi arrastado “pelos pés para o monte, ao mesmo tempo em que os homens, que estavam escondidos, se precipitavam para a praia armados de arcos, crivando-nos de setas (...). Disparamos quatro tiros de bombarda, que não acertaram, mas cujo estrondo os fez fugir para o monte, onde já estavam as mulheres despedaçando o cristão e, enquanto o assavam numa fogueira, mostravam-nos seus membros decepados, devorando-os, enquanto os homens faziam sinais, dando a entender que tinham morto e devorado os outros dois cristãos (1998b, p. 45).¹⁵

Muito embora o Tratado de Tordesilhas lhe garantisse a posse das terras alcançadas por Cabral no continente americano, a coroa portuguesa não demonstrou muito interesse pelos novos territórios. A cartografia do início do século XVI dá conta de “que em 1519 havia feitorias portuguesas em Pernambuco, Cabo Frio e Rio de Janeiro” (WEHLING, 1994, p. 45). Os esforços portugueses concentravam-se no lucrativo comércio oriental, desde que Vasco da Gama chegara à Índia em 1498. O abandono a que foi relegado o Brasil durante trinta anos, possibilitou que povos estrangeiros, os franceses principalmente, estabelecessem bases de exploração no litoral brasileiro, realizando um intenso comércio de pau-brasil com os nativos.

Desde que o Brasil foi descoberto pelos portugueses aumentaram as probabilidades de que Portugal e Espanha aumentassem a competição no Novo Mundo. A assinatura do Tratado de Tordesilhas entre portugueses e espanhóis garantiu uma trégua entre as duas potências ibéricas. Mesmo assinando o tratado com os portugueses, os espanhóis “revelaram-se uma ameaça”, quando nas décadas de 1520-30 estabeleceram-se no litoral sul de São Paulo e entre 1540-60 “promoveram assentamentos no litoral do atual Santa Catarina”. No entanto, foram os franceses os que mais reagiram às novas determinações, recusando-se a aceitar os termos do novo tratado, e iniciando “sua própria exploração do litoral brasileiro já em 1504, [e] continuando suas incursões pelo século XVI” (SKIDMORE, 2003, p. 25-26).

¹⁵ Os índios potiguares destacaram-se por resistir às tentativas de aproximação das frotas portuguesas. Em julho de 1514, Estevão Fróis, depois de deixar o rio da Prata, “chegou ao litoral do Rio Grande do Norte com o navio avariado”. Quis desembarcar, mas foi rechaçado pelos nativos “liderados por um certo Pedro Galego, náufrago que tinha ‘os beiços furados e que andava, havia muito tempo, em companhia dos índios Potiguar’. Pedro Galego ficaria conhecido como ‘o espanhol que se fizera botocudo’. Anos mais tarde, ele seria visto outra vez pelo português Diogo Pais” (BUENO, 1998b, p. 120).

Visando a proteger o território brasileiro do saque (contrabando do pau-brasil) e o receio de perder a região para franceses (principalmente) e ingleses, excluídos do Tratado de Tordesilhas, o rei de Portugal, D. João III, resolveu iniciar o processo de colonização do Brasil. Eduardo Bueno (1999, p. 7-9) relata a gota d'água que fez transbordar o barril de paciência que até então a coroa portuguesa tivera com os franceses. A captura da nau francesa *Peregrina*, com 18 canhões e 120 homens a bordo, atulhada com “15 mil toras de pau-brasil, três mil peles de onça, 600 papagaios e 1,8 tonelada de algodão, além de óleos medicinais, pimenta, sementes de algodão e amostras minerais” e, ainda, com informações acerca da tomada da feitoria portuguesa em Igarapu, litoral de Pernambuco, e sua reestruturação com canhões, deixou os portugueses extremamente preocupados.

Ao serem informados da missão que a *Peregrina* realizara em Pernambuco, o rei D. João III e seus assessores concluíram que todas as ações repressivas e os vários tratados que tinham firmado com os franceses não haviam sido suficientes para impedir o assédio dos traficantes de pau-brasil ao litoral brasileiro. Como todos os acordos e ameaças tinham redundado em fracasso, o rei e seus conselheiros perceberam que só lhes restava uma solução: colonizar o Brasil (BUENO, 1999, p. 9).

A primeira tentativa coube a Martim Afonso de Sousa que, ainda no litoral nordestino capturou uma nau francesa carregada de pau-brasil (Pernambuco) e avistou-se com Diogo Álvares, o famoso Caramuru, que vivera os últimos vinte e dois anos entre os índios do lugar, chegando a casar com uma nativa, de nome Paraguaçu (VARNHAGEN, 1981, v. 1, T. 1, p. 124-125). Dali, Martim Afonso seguiu em direção ao sul do Brasil onde fundou a vila de São Vicente e outros núcleos de povoamento além de um engenho de cana-de-açúcar, mostrando a via econômica almejada por Portugal para o Brasil. Porém, a presença francesa no nosso litoral aumentava, apesar dos esforços de Martim Afonso de Sousa. A coroa portuguesa, através do rei D. João III, resolveu acelerar a ocupação das terras coloniais, com o povoamento de todo o litoral brasileiro. O Brasil foi dividido em 15 extensos lotes de terra (do litoral até os limites do meridiano de Tordesilhas), que foram entregues a doze donatários portugueses. A alta nobreza portuguesa não se interessou pela nova terra. Os lotes foram açambarcados pela pequena nobreza (militares ligados à conquista da Índia e da África e altos burocratas da corte vinculados à administração dos territórios do Oriente). Quase todos eram aquilo que um historiador norte-americano chamou de “criaturas do rei” ou conquistadores (BUENO, 1999, p. 11).

Segundo Varnhagen (1981, v. 1, T. 1, p. 140-141), a decisão da coroa portuguesa de dividir o Brasil “foi tomada em 1532, e já então se fizeram alvarás de lembrança por algumas doações, só em Março de 1534, mês em que partia Martim Afonso para a Índia, é que se começaram a passar as cartas ou diplomas aos agraciados, que gozariam (...) do título e mando de governadores das suas terras as quais tinham pela costa mais ou menos extensão (...). Compreendiam-se nas doações as ilhas que se achassem até à distância de dez léguas da costa continental”.

Ao dividir o Brasil em capitanias hereditárias, o Estado português prendia-se “ao sistema colonial luso, anterior à promulgação da medida de 1534 por D. João III, já praticada em outros domínios de Portugal” (HOLLANDA, 1989, p. 96). É comum se ressaltar que dividindo o Brasil em lotes “por linha de testada” (costa), a coroa portuguesa não estivesse criando nada novo, mas simplesmente aplicando aqui o que fizera nas ilhas do Atlântico. O argumento, porém, perde-se ao “esquecer a especificidade do caso brasileiro, primeiro, por ser alvo da cobiça estrangeira (...), segundo, por ser uma região excepcionalmente grande e distante.” Ademais, o sistema de capitanias hereditárias constituiu uma solução de emergência. A coroa não pretendia “renunciar ao Brasil em favor do capital privado”, mas usar os donatários para que fizessem “o investimento inicial para

descobrir em que se poderia assentar economicamente a colonização” e para tal era necessário “conceder vantagens a quem se dispusesse a vir ao Brasil” (LOPEZ, 1991, p. 27-28). Portugal ressentia-se da falta de capital e de braços para iniciar o processo de colonização. Em sendo assim, faz-se necessário esclarecer que o decreto-régio não criava feudos no Brasil – como também não fôra feito nas ilhas do Atlântico, predecessora na implantação do sistema. Algumas características do feudalismo surgiram posteriormente no Brasil, “nos vastos latifúndios de senhores de engenho e fazendeiros de gado, estabelecidos em autarquias compostas de casa-grande, senzala e edificações atinentes à faina produtora, onde o dono, erigido em patriarca, dominava o feudo que lhe coubera por herança ou esforço próprio, rodeado da família, afins, clientela e servos, distante de outros personagens parecidos, a léguas de empresas agrícolas e povoados, onde se repetiam os mesmos característicos, com iguais aspectos e conseqüências” (HOLLANDA, p. 1989, p. 96).

Não foram poucas as divergências surgidas ao longo do processo de funcionamento do sistema de capitânicas hereditárias. As raias divisórias entre as capitânicas foram fixadas por linhas geográficas imaginárias tiradas em direção a oeste, o que dava ao território uma divisão em zonas paralelas, umas mais largas que outras. Mesmo com os mais precisos instrumentos num terreno muito conhecido seria difícil de traçar os limites exatos, o que dizer das tentativas portuguesas de estabelecer limites entre as capitânicas numa região da qual eles não tinham o menor conhecimento corográfico. “Em algumas doações, conforme Varnhagen (1981, v. 1, T. 1, p. 141), “nem foi possível declarar o ponto em que principiavam ou acabavam”. Os lotes eram muito grandes, com cerca de 350 km de largura cada, prolongando-se até a linha estabelecida pelo meridiano de Tordesilhas, o que dava às capitânicas “dimensões similares às das maiores nações européias” (BUENO, 1999, p. 11).

Dois documentos regulamentavam o funcionamento das Capitânicas Hereditárias: a Carta de Doação e o Foral. Os donatários tomavam posse das capitânicas através de uma Carta de Doação, porém não assumiam a propriedade. O Foral estabelecia os direitos e deveres dos donatários. Os donatários tinham o direito de administrar e explorar sua capitânia e poderiam transmiti-la aos seus herdeiros. Cabia ainda aos donatários fundar vilas, defender os colonos contra os ataques de índios e estrangeiros, garantir o monopólio real do pau-brasil, descobrir metais e pedras preciosas, desenvolver a agricultura e a pecuária. Em contrapartida, o donatário tinha o direito de doar sesmarias a colonos, cobrar impostos, exercer a justiça, escravizar os índios. Quase todos os donatários fracassaram. Os “que não pagaram por seus erros com a própria vida perderam (e jamais recuperaram) as fortunas adquiridas no reino ou na Índia” (BUENO, 1999, p. 12).

No Brasil, os portugueses empreenderam um lucrativo comércio de pau-brasil e, depois, implantaram a agroindústria do açúcar. No comércio de pau-brasil, os portugueses utilizavam os índios, que extraíam a madeira e, em troca, recebiam bugigangas.

A empresa açucareira brasileira tem suas raízes plantadas nas ilhas portuguesas do Atlântico. Como era raro, devido à limitação produtiva, o açúcar era tido como uma especiaria. Uma das mais apreciadas pelos europeus no final do período medieval.

A tecnologia empregada pelos portugueses no cultivo do açúcar foi aprendida com os genoveses que a introduziram na lha da Madeira, possessão portuguesa no Atlântico. Da ilhas da Madeira, o cultivo da cana-de-açúcar espalhou-se para as ilhas de São Tomé e Príncipe, no golfo da Guiné, multiplicando a produção de tal forma, nas primeiras quatro décadas do século XVI, que a transferência para as terras portuguesas no continente americano foi uma conseqüência lógica. Aqui, os portugueses encontraram solo e clima adequados para o cultivo da cana-de-açúcar, além de um amplo programa de financiamento da safra feito pelos holandeses. Estes emprestaram o capital para a montagem da empresa açucareira, mas exigiram o direito de refinar e distribuir o produto na Europa. Assim, a agroindústria do açúcar representou a base material que propiciou o estabelecimento dos portugueses no Brasil.

A colonização implantada pelos portugueses no Brasil representava “um desdobramento da expansão marítima-mercantil européia que assinala a abertura dos Tempos Modernos”. A agricultura tropical surgiu “como a solução através da qual se tornou possível valorizar economicamente as terras descobertas, e dessa forma garantir-lhes a posse (pelo povoamento); ou, em outros termos, de enquadrar as novas áreas pelo esforço de recuperação e expansão econômica que se vinha empreendendo” (MOTA, 1974, p. 48). É válido ressaltar o espírito mercantilista e colonialista da empreitada portuguesa no Brasil, visto a ação dos principais agentes econômicos que aqui atuavam “no sentido de aproveitarem a Colônia como oportunidade de operações comerciais (e não para uma verdadeira colonização, com raízes profundas) e de transportarem as rendas para a Metrópole” (BUESCU, 1970, p. 69)

Apesar de o sistema de Capitânicas Hereditárias trazer alguns benefícios para a colonização do Brasil, somente duas capitânicas tiveram sucesso: a de São Vicente, que pertencia a Martim Afonso de Sousa, e a de Pernambuco, cujo donatário era Duarte Coelho. As duas foram as únicas que tiveram um relativo crescimento populacional e econômico. Os constantes ataques dos índios, as adversidades geográficas, que dificultavam a comunicação entre as capitânicas, o desinteresse dos donatários, entre outros, levaram essa tentativa de experiência colonizadora ao fracasso. A coroa portuguesa não contribuía com praticamente nada.

Do rei, os donatários não recebiam mais do que a própria terra e os poderes para colonizá-la. Embora tais poderes fossem “majestáticos” – como definiu o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen –, a tarefa se revelaria demasiadamente pesada. Ninguém resumiria melhor as aflições dos donatários do que o mais bem-sucedido deles: em carta ao rei D. João III, enviada de Pernambuco, em dezembro de 1546, Duarte Coelho escreveu: “Somos obrigados a conquistar por polegadas a terra que Vossa Alteza nos fez mercê em léguas” (BUENO, 1999, p. 12).

Quando o Brasil foi dividido em capitânicas, a capitania do Rio Grande (depois Rio Grande do Norte) coube ao historiador João de Barros, alto funcionário do governo português, e a Aires da Cunha, fidalgo que destacou-se lutando contra piratas e corsários. João de Barros, pela proximidade que tinha com o trono, era um “candidato natural para o recebimento de um lote no Brasil” Mas ele não recebeu uma, mas “duas donatarias – embora ambas não lhe tenham sido concedidas para usufruto exclusivo, e sim em parceria com o navegador Aires da Cunha” (BUENO, 1999, p. 168). Media uma delas, a capitania do Rio Grande, 100 léguas de costa, desde a Baía da Traição até o rio Jaguaribe. Era uma das maiores, incluindo parte dos estados da Paraíba e do Ceará e fazendo limite para o interior com o meridiano de Tordesilhas. Outras 50 léguas foram doadas a João de Barros e Aires da Cunha, mais para o norte, onde hoje seria parte do estado do Maranhão.

Segundo Tavares de Lyra (1998, p. 25), os historiadores divergem sobre os limites da capitania do Rio Grande, como Cândido Mendes que fixa o limite norte no rio Jaguaribe, Rocha Pombo que defende a tese do limite ser o rio Mandaú e ainda Matoso Maia, para quem a capitania se encerra ao norte na cordilheira do Apodi. Para Varnhagen (apud Cascudo, 1984, p. 30), a “extensão do litoral daí para diante, o resto da atual Paraíba e Rio Grande do Norte, coube a João de Barros e a Aires da Cunha, de parceria; contando-se-lhe cem léguas além da Bahia da Traição.” Segundo Cascudo (1984, p. 30), a Carta de Doação foi extraviada e um requerimento de Jerônimo de Barros, filho do donatário João de Barros e seu herdeiro, mostra que a doação era de cinquenta léguas no Rio Grande do Norte, a partir de baía da Traição, e vinte e cinco léguas no Maranhão. Frei Vicente Salvador (1982, p. 128), citando a primeira Década, livro sexto, capítulo primeiro, afirma que o próprio João de Barros faz menção ao Maranhão, mas que no Brasil só tivera uma capitania, que seria a capitania do Rio Grande. O historiador Tarcísio Medeiros achou no início da década de 1980

a Carta de Doação feita a João de Barros, e através desse achado constata-se que a capitania do Rio Grande tinha cem léguas de frente, com cada um dos donatários ficando com 50 léguas: os limites de João de Barros iam da baía de Traição à foz do rio Açú; os de Aires da Cunha do delta do Açú à Angra dos Reis (sic).¹⁶

Ao descrever a capitania do Rio Grande, Monteiro (2000, p. 27) afirma ser ela uma das duas maiores do Brasil, ao lado de Pernambuco, alongando-se pelos “sertões dos atuais estados do Ceará, Piauí e Maranhão”, com o limite sul na Baía da Traição, no atual estado da Paraíba, e o limite norte na Angra dos Negros, no atual estado do Ceará. Quanto ao nome, diz Cascudo (1999, p. 57), não haver dúvidas que procede da percepção que os portugueses tiveram do rio Potengi, correndo “largo e manso”, em “curva serena” na direção do Refoles. Tarcísio Medeiros (1985, p. 189) diz que o Rio Grande do Norte ficou conhecido primeiro pelo nome de rio dos Tapuios, mais tarde pelo do rio Potengi e finalmente por capitania do Rio Grande.

Tentando estabelecer uma cabeça-de-ponte para daí efetivar a conquista e a colonização do Rio Grande e do Maranhão, João de Barros e Aires da Cunha associaram-se a Fernão Álvares de Andrade (donatário da capitania do Maranhão, continuação de outro Maranhão, este pertencente a Aires da Cunha). Em 1535, Aires da Cunha veio à capitania do Rio Grande (do Norte) juntamente com os filhos de João de Barros, Jerônimo e João. A expedição, uma das maiores já formadas, era composta por 900 homens e cem cavalos, contava com dez navios (cinco naus e cinco caravelas) e atravessou o oceano Atlântico sem grandes sobressaltos. Os dados são confirmados por Eduardo Bueno, segundo o qual nenhuma expedição montada em Portugal com destino ao Brasil fora tão bem dotada de recursos. Fernão Álvares, João de Barros e Aires da Cunha arregimentaram 900 soldados, 120 cavalos e 600 colonos, distribuídos em cinco naus e cinco caravelas, num investimento de aproximadamente 600 mil cruzados. Uma frota quase tão poderosa, segundo João Francisco Lisboa (apud BUENO, 1999, p. 170), quanto às de Colombo, Vasco da Gama, Cortez e Pizarro reunidas. Tirando o exagero, “era a maior esquadra que, até então, jamais partira de Portugal para a América, com dimensões só inferiores às da armada de 13 navios com a qual, 36 anos antes, Pedro Álvares Cabral descobrira o Brasil (BUENO, 1999, p. 157). Era o dia 6 de janeiro de 1536 quando a frota surgiu em frente ao porto de Olinda, no qual Duarte Coelho e seus homens estavam instalados há cerca de dois meses. O encontro entre Duarte Coelho e Aires da Cunha, que já se conheciam, foi caloroso. Ambos tinham combatido juntos em Malaca e chefiado a esquadra dos Açores (BUENO, 1999, p. 172-173).

Assim descreve Cascudo a expedição comandada por Aires da Cunha:

Em dezembro atingem a Pernambuco onde os recebe Duarte Coelho, agasalhando-os, fornecendo-lhes intérpretes, guias para o nordeste e mesmo uma frusta, embarcação chata e leve, movida a remos, para aproximar-se da costa, e verificar o recorte das praias.

(...) De Pernambuco (não se sabe o ponto de partida, Olinda ou Igaraçu), Aires da Cunha, com 900 homens em dez navios, veio bordejando pelo litoral, desprezando o Rio Potengi (Rio Grande) e fundeando na foz do Rio Baquipe, Rio Pequeno ou do Ceará Mirim, menos de doze quilômetros ao norte da futura cidade do Natal (1984, p. 16).

Segundo Eduardo Bueno (1999, p. 173-174), ao tentar desembarcar nas proximidades da foz do rio Ceará-Mirim, Aires da Cunha e seus homens foram rechaçados pelos índios potiguares que estavam aliados aos franceses. Do total de setecentas mortes, 70 ocorreram na frustrada

¹⁶ Diz Cascudo, em História da Cidade do Natal, confirmando o que defendia na sua História do Rio Grande do Norte: “Começava a capitania desde a baía da Traição, dita Acejutibiró pelos indígenas, limite da donataria de Pero Lopes de Sousa, até Angra dos Negros no rio Jaguaribe, segundo Cândido Mendes; no rio Mandaú ou na foz do rio Mossoró, segundo Rocha Pombo; na cordilheira do Apodi, segundo Matoso Maia” (1999, p. 41).

tentativa de desembarque no Rio Grande. Dessa forma, Aires da Cunha praticamente limitou-se a reconhecer o litoral norte-rio-grandense, contornando-o até a ilha do Maranhão ou Trindade. Bem antes de chegar ao Maranhão, em algum ponto entre a foz do rio Ceará-Mirim e o cabo de São Roque, a expedição recolheu alguns naufragos espanhóis “da expedição de D. Pedro de Mendoza – cujo galeão havia se desgarrado da frota enviada para colonizar Buenos Aires e, depois de ficar algumas semanas à deriva, afundara ali, cerca de um ano antes”. Depois de relatar os horrores que viveram – alguns dos naufragos foram devorados pelos potiguares – uma parte deles juntou-se aos portugueses.

Na expedição que segue até o Maranhão, segundo Cascudo (1984, p. 17), Aires da Cunha morreu quando “a nau-capitânea espatifou-se nuns rochedos”. Ainda de acordo com o ilustre historiador, os que restaram fundaram, em março de 1536, um povoado (Nazaré), de vida efêmera. Mas os “colonos”, desanimados, resolveram abandonar a região e saíram em caravelões.

Segundo Cascudo (1984, p. 17), morreram ao todo cerca de setecentos homens,

mas a expedição, diz Gandavo, navegara, rio acima 250 léguas, o que não me parece verdade limpa. Os navios, deixando o Maranhão, andaram à matroca. Três caravelões, com os colonos e duzentos indígenas foram parar nas Antilhas, agosto de 1538. Na ilha de Puerto Rico dois outros apareceram com 45 colonos, alguns casados, e 140 indígenas entre livres e cativos. Outro caravelão aportou a São Domingos onde as autoridades confiscaram os indígenas, livres e escravos, assim como todos os colonos, mandados ficar por ordem real.

João de Barros, arrependido, gastou muita palavra e ouro para reaver os dois filhos.

Ao retornarem, os filhos de João de Barros tentaram fixar-se na capitania do Rio Grande, mas foram rechaçados novamente pelos indígenas; os poucos homens que se aventuraram por terra foram mortos pelos índios.¹⁷ Bueno (1999, p. 180), escorado em bibliografia robusta, nega essa nova tentativa dos filhos de João de Barros, João e Jerônimo, depois de saírem do Maranhão caíram prisioneiros dos espanhóis, respectivamente, em Porto Rico e na Venezuela, o que muito afligiu ao seu pai. O grande historiador português e donatário fracassado “gastou muita palavra e muito ouro”, segundo Câmara Cascudo, para resgatar seus filhos, seus navios e seus colonos, além de, por conta própria, pagar pensão à viúva e aos filhos de Aires da Cunha e a outros parentes de integrantes da expedição.

Mesmo com o fracasso dessa primeira tentativa de colonização da capitania, houve nova tentativa anos depois, quando foi organizada uma segunda expedição comandada pelos filhos de João de Barros, remanescentes da primeira tentativa. Porém, o resultado foi igualmente desastroso, fato atribuído, conforme Hollanda (1989, p. 105), “a exações praticadas contra os silvícolas pelos predecessores”. Segundo Cascudo (1984, p. 18), o ano dessa segunda expedição foi 1555, e o alvará que a documenta atesta a presença regular de navios no litoral da capitania:

Eu El-Rei, faço saber a quantos este meu Alvará virem que João de Barros, feitor das Casas da Índia e da Mina, me enviou dizer que El-Rei meu senhor e avô, que santa glória haja, lhe fez mercê de uma Capitania na costa do Brasil nas terras de Santa Cruz, onde se chamam os Pitiguares, para onde fez uma armada haverá vinte anos em que dependeu muito de sua fazenda, e haverá cinco que

¹⁷ Existem dúvidas quanto à tentativa de colonização do Rio Grande pelos filhos de João de Barros quando retornavam do Maranhão.

mandou outra em que foram dois filhos seus a povoar a dita terra, o que não houve efeito por os gentios dela estarem escandalizados assim dos moradores das outras Capitania como de pessoas deste Reino que vão a dita Capitania fazer saltos e roubos cativando os gentios da terra e fazendo-lhes outros insultos, de maneira que, querendo seus filhos tomar um porto na dita sua Capitania para se proverem do necessário, por os ditos gentios estarem escandalizados e de pouco tempo atrás salteados de gente portuguesa, lhe mataram um língua, com outro homem, e lhe feriram outros e trabalharam para matarem a todos, para se vingarem dos males e danos que tinham recebido de navios com que no dito porto lhe tinham feito saltos (...).

Diz Gabriel Soares (apud HOLLANDA, 1989, p. 105-106), que João de Barros ainda armou mais navios e remeteu mais gente “sem dessa despesa lhe resultar nenhum proveito”, perdidos completamente no Maranhão os bens conquistados com o comércio das especiarias orientais e o seu prestígio junto à coroa portuguesa. Na tentativa de ocupar e colonizar o Rio Grande, João de Barros gastou uma quantia considerável, ficando, segundo Frei Vicente do Salvador (1982, p. 128), “tão pobre e individado que não pôde mais povoar a sua terra”. Ainda assim, o donatário continuou parcialmente interessado na capitania, assegurando-se dos seus limites e administrando-a através de um procurador, Antônio Pinheiro, baseado em Igarapé (Pernambuco), arrendando trechos de seu território para a extração do pau-brasil ou coleta de búzios (na atual praia de Búzios). Mas nunca tomou posse dela, revertendo-a à coroa portuguesa na segunda metade do século XVI.

Devido ao abandono a que foi relegada a capitania do Rio Grande e ao endividamento de João de Barros, a coroa portuguesa resolveu intervir diretamente: perdoou a dívida contraída com a primeira expedição (1535) e, após o seu falecimento, em 1570, concedeu uma pensão de 500 mil réis à viúva e a um dos filhos uma indenização pela cessão da capitania à Metrópole portuguesa, uma vez que eles não dispunham de condições para manter os direitos dos donatários, conforme podemos constatar por Galvão (apud LYRA, 1998, p. 28):

El-Rei D. Sebastião perdoou depois a Barros a dívida de 600.000 réis, em que estava alcançado pela artilharia, armas e munições que lhe haviam sido fornecidos pelo arsenal régio para a expedição; e, depois de falecer (1570), fez mercê à viúva de 500.000 réis de pensão. E D. Felipe I (de Portugal) concedeu a Jerônimo de Barros, filho do nosso donatário, e talvez como indenização dos direitos que tinha à capitania, uma tença de 100.000 réis, com faculdade para testar dela até a quantia de 30.000.

Após a morte de João de Barros, em 1570, os seus herdeiros desistiram do intento de ocupar a capitania, não sem antes “pleitearem *pagas* a Felipe II de Espanha, Rei de Portugal (por morte de D. Sebastião), sendo Jerônimo agraciado em 1582 com uma *tença* no valor de cento e cinqüenta mil réis” (PINTO & PEREIRA, 1998, p. 30). Cascudo cita um requerimento de Jerônimo de Barros, filho do donatário morto, no qual ele sustenta o interesse em “retentar a posse nas longinquas terras americanas”, pedindo ao “Rei cem homens, dois canhões, cinqüenta *peças de escravos de San Tomé*, licença para, em dez anos, tirar dez mil quintais de pau-brasil (...)”. E continua Jerônimo dizendo que é preciso defender a capitania porque “é a mais perto terra que há no Brasil a este reino”. Para Jerônimo, existem outras razões estratégicas, visto que “os navios que vão do Brasil às Antilhas vêm à Capitania. O mesmo com as naus carregadas de negros da Guiné. Perdia o fisco português, com essa evasão de diretos, sonogados no amplo mercado de todas as Antilhas. E ainda a perspectiva de” o rei da França alegar “o *uti possidetis*, a legitimidade pela sua utilização imediata, auferida pelos hóspedes em detrimento dos proprietários” (1999, p. 43-44).

Presume-se que a capitania do Rio Grande tenha sido revertida de hereditária para real em 1582 (MEDEIROS FILHO, 2001, p. 24). Continuou de fácil acesso para os franceses que, instalados nas proximidades do rio Paraíba, e associados aos índios potiguares, atacavam os moradores de Pernambuco e Itamaracá. O gentio, segundo Gabriel Soares de Souza (apud PINTO E PEREIRA, 1998, p. 30), “senhorea esta costa do Rio Grande até a da Paraíba.” A situação chegou a tal ponto que os colonos de Pernambuco e Itamaracá pediram providências ao governador Manuel Teles Barreto, então governador do Estado do Brasil, “que os fosse socorrer contra o gentio potiguar que os ia destruindo, com o favor e a ajuda dos franceses”. Assim, desde a montagem do sistema de capitanias hereditárias (certamente até antes disso) até a conquista definitiva, no final do século XVI, a capitania do Rio Grande (do Norte) ficou sendo visitada e explorada pelos franceses, que aqui realizavam um ilegal e lucrativo comércio de pau-brasil. Dentre os traficantes franceses de pau-brasil, Jean Jacques Riffault, a quem os portugueses chamavam de Refoles, e que se instalara no estuário do rio Potengi com a convivência dos índios, foi o mais ativo.

1. A conquista

Em virtude do fracasso do sistema de Capitanias Hereditárias, grande parte do Brasil, principalmente ao norte da capitania de Pernambuco, não foi povoada pelos colonizadores portugueses. Essa área do Brasil era constantemente ameaçada de invasão por outras nações européias, principalmente os franceses. Em 1549, a Coroa portuguesa instituiu o sistema de Governo-Geral, através do qual procurava recuperar o controle da colônia; a cidade de Salvador, na capitania da Bahia, passou a ser o centro administrativo da colônia. Esse sistema possibilitou um maior controle sobre o litoral brasileiro, expulsando os invasores estrangeiros e catequizando os índios.¹⁸

Durante os séculos XVI e XVII, a região mais rica e desenvolvida do Brasil era o litoral das capitanias da Bahia e Pernambuco, devido à bem sucedida empresa açucareira. Quase que ao mesmo tempo, os colonos desenvolveram a pecuária, através da criação de gado bovino, para atender às necessidades de alimentação e transporte dos engenhos, além de força de trabalho para girar moendas em alguns tipos de engenho, bem como para obtenção do couro, com o qual se faziam vestimentas e utensílios.

Paulatinamente, o gado foi sendo levado para o interior, à procura de novas pastagens, como também para evitar a destruição das plantações de cana-de-açúcar. Com isso, os fazendeiros de gado alcançaram o rio São Francisco, que desempenhou um importante papel na expansão e fixação da pecuária no interior do Brasil. Partindo de Pernambuco e da Bahia, o interior dos atuais estados nordestinos (Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí e Ceará) foi ocupado através desse movimento.

França, Inglaterra e Holanda contestavam com freqüência o que ficara estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas. Os franceses eram os mais aodados em suas tentativas, principalmente após a eclosão do movimento protestante na primeira metade do século XVI, que quebrara a unidade religiosa européia, desencadeando uma sucessão de conflitos que, entre outras, tinham motivações religiosas. Ademais, a presença francesa na costa brasileira até 1550 limitara-se à extração de pau-brasil, através do escambo com os índios. Mas a partir de 1555, os interesses franceses eram outros, dada a tentativa de ocupação e colonização do Rio de Janeiro (WEHLING, 1994, p. 71).

¹⁸ A criação do Governo-Geral não extinguiu o sistema de capitanias hereditárias. A última capitania, São Vicente, foi extinta em 1791. Os direitos dos donatários, no entanto, foram sendo sistematicamente “limitados pelos governadores-gerais, ciosos de seus privilégios” (SILVA, In: LINHARES, 1990, p. 67).

Tentando fugir das perseguições religiosas, os protestantes franceses, liderados por Gaspar de Coligny e Nicolau Villegaignon invadiram o Rio de Janeiro em 1555, fundando aí uma colônia (França Antártica), de onde foram expulsos em 1567 por Estácio de Sá, sobrinho do governador-geral, Mem de Sá. Expulsos do Rio de Janeiro, os franceses voltaram-se então para o Nordeste que, à exceção de Pernambuco e Bahia, estava por povoar. Estiveram os franceses em Sergipe e, em seguida, na Paraíba, tendo sido expulsos nas duas ocasiões por Cristóvão de Barros. Aqui firmaram uma aliança com os índios locais, os potiguares, e passaram a explorar e contrabandear pau-brasil. Em 1594, liderados por Jacques Riffault e Charles de Vaux, os franceses tentaram implantar um núcleo colonizador no Maranhão. A pressão, segundo Pandiá Calógeras (apud MEDEIROS, 1985, p. 200), era tão forte, que havia dúvidas sobre o Brasil, se permaneceria português ou se passaria ao domínio francês.

O sucesso da produção açucareira nas capitânicas de Pernambuco e da Bahia, paralelamente à contínua presença francesa no litoral ao norte de Pernambuco, levou a coroa portuguesa a patrocinar expedições militares para afastar os invasores, pois os franceses praticamente ocuparam todo litoral ao norte de Pernambuco, inclusive a capitania do Rio Grande (do Norte). Era necessário expulsar os franceses, sob pena de, em não o fazendo, perder o território, de grande importância estratégica, pois facilitava a conquista do litoral norte do Brasil e abria caminho para a região amazônica, e derrotar e pacificar os indígenas. Gabriel Soares de Sousa (apud WEHLING, 1994, p. 77) reforça que a conquista da Paraíba (a qual eu acrescento a do Rio Grande) deveria ser um posto avançado que desse proteção à lavoura canavieira de Itamaracá e Pernambuco, freqüentemente atacada pelo índios potiguares. A expulsão dos franceses do litoral do Rio Grande, logo depois de sua expulsão da Paraíba, tornou-se a pedra-angular da colonização, pois só assim estaria confirmada a conquista da região pelos portugueses,

porque era o Rio Grande que eles procuravam de preferência, pela sua proximidade dos estabelecimentos e portos paraibanos e pela cordialidade de relações com os potiguares, cujo apoio e auxílio lhes eram valiosos. Aliás, essa cordialidade de relações dava-se com quase todas as tribos, não porque os franceses fossem mais hábeis do que os portugueses, mas porque, sem outro intuito que não fosse encontrar facilidade no contrabando, se abstinham de empregar a violência, de usar a força (LYRA, 1998, p. 33).

“Os principais acontecimentos relativos à conquista do Nordeste e do Norte”, segundo um dos mais respeitados historiadores brasileiros, demonstra

que esta conquista foi feita aos franceses e ao mesmo tempo aos índios chamados “bárbaros”, muitas vezes aliados dos franceses (...).

Na conquista da Paraíba, onde os franceses possuíam conexão organizada com os índios, e principalmente na região do Rio Real, os índios foram vencidos ao mesmo tempo que as conexões dos franceses com eles foram desmanteladas.

Tentando este primeiro estágio da conquista, inicia-se a marcha visando o Amazonas e em direção ao local onde os franceses tratavam com os índios Potiguares (HOLLANDA, 1989, p. 182).

A combinação de forças entre portugueses e espanhóis foi decisiva para que em 1586 estivesse garantida a conquista da Paraíba e abrisse caminho em direção à capitania do Rio Grande, a partir daí o objetivo principal dos portugueses. E novamente o grande obstáculo que se afigurava à pretensão portuguesa era a resistência franco-índigena. Em 1587, os portugueses pensaram que a situação na Paraíba estivesse estabilizada, afastados os franceses e os índios potiguares.

Enganaram-se, pois dez anos depois os potiguares e os franceses, com um armada de treze navios, desembarcaram no litoral paraibano e atacam o fortim lusitano, o que demonstrava “a fragilidade da ocupação da orla marítima na região imediatamente ao norte da Capitania de Itamaracá.” Urgia empreender um ataque à capitania do Rio Grande para expulsar os franceses daquela localidade, visto que ela “se convertera aos poucos em trampolim dos seus assaltos” (HOLLANDA, 1989, p. 192-193).

A coroa francesa foi a que contestou de maneira mais veemente a divisão do mundo efetuada em Tordesilhas. A presença de traficantes de pau-brasil no litoral brasileiro, de modo geral, e no Rio Grande do Norte, de modo particular, remonta à década de 1520. Medeiros Filho (2001, p. 21) chega a dar o ano de 1503 como o do início das incursões francesas na costa norte-rio-grandense e 1516 como o momento em que “traficantes e corsários vindos da França agiam na Costa dos Potiguares, como era então conhecido o território habitado por aqueles silvícolas, dele fazendo parte o atual Rio Grande do Norte”. Portugal reagia como podia às investidas francesas, financiando “varreduras costeiras” entre Pernambuco e o rio da Prata, de 1516 a 1519 e de 1526 a 1528, ambas realizadas por Cristóvão Jacques.¹⁹

Segundo Lenine Pinto e Gerardo Pereira (1998, p. 11), os franceses demoraram a serem expulsos do Rio Grande do Norte por três motivos: porque Portugal tinha uma população diminuta e grande parte dela estava envolvida “em manter conquistas ultramarinas desde o Marrocos à China”, pela importância do comércio de especiarias orientais e pela tibieza do Estado português em se fazer respeitar pela coroa francesa. Um outro fator era que aliança com os índios potiguares garantia uma boa retaguarda para os franceses. Para a professora Fátima Martins Lopes, o escambo praticado entre franceses e índios foi uma solução economicamente viável para ambos, pois permitiam aos franceses “explorar o pau-brasil com total apoio e trabalho dos Potiguara, e estes conseguiam utensílios, armas e prestígio social por estarem aliados aos estrangeiros”. Ademais, ambos viam-se como aliados na guerra que moviam contra os portugueses, e o apoio recíproco “era imprescindível, seja pelo conhecimento da terra e número de guerreiros disponíveis dos Potiguara, seja no muniamento e conhecimento das táticas européias dos franceses” (2003, p. 38-39).

Era tão forte a presença francesa que muitos recantos de nossa costa

foram batizados com nomes como porto Velho dos Franceses e porto Novo dos Franceses (ambos no Rio Grande do Norte), rio dos Franceses (na Paraíba), baía dos Franceses (em Pernambuco), boqueirão dos Franceses (em Porto Seguro), ou praia do Francês (próximo à atual Maceió, em Alagoas). Outro ponto no qual os navios normandos ancoravam com muita frequência era a praia de Búzios, no Rio Grande do Norte, a cerca de 25 km ao sul de Natal (BUENO, 1998b, p. 99-100).

Ao porto localizado na praia de Búzios podiam “surgir navios de 200 toneladas”, registra João Teixeira I (apud PINTO & PEREIRA, 1998, p. 49). Os franceses usavam o porto da desembocadura do rio Pirangi (aproximadamente 25 km de Natal) para o “resgate do pau” como os portugueses se referiam aos locais de corte e estocagem de pau- brasil.

¹⁹ Almeida Reis (apud PINTO & PEREIRA) diz que D. João III foi feliz na escolha de Jacques para patrulhar o litoral brasileiro, visto ser “ele um perfeito animal, cuja selvageria não conhecia limites. Logo na primeira tacada capturou três navios carregando pau-brasil, enforcou parte dos cerca de trezentos homens que formavam as equipagens, e desta vez o relato é de Morison –, aos demais ‘enterrou vivos até os ombros, usando-os como alvo para a prática [de tiro] dos seus arcabuzeiros’.” Mesmo com toda violência empregada, “Jacques destroçou os franceses “por curto prazo, causando enormes prejuízos a armadores do peso de Jean Anjo, um dos mais influentes homens de negócios marítimos da costa normanda, e patrocinador de viagens exploratórias capazes de rivalizar com aquelas de portugueses e espanhóis” (PINTO & PEREIRA, 1998, p. 36).

Câmara Cascudo e Horácio de Almeida, (apud PINTO & E PEREIRA, 1998, p. 47), diferenciando ocupação de incursão, argumentam

as primeiras tentativas de ocupação de sítios na área do saliente tenham ocorrido depois do fracasso da França Antártica: “empurrados do sul os franceses se fixaram no litoral norte-rio-grandense, especialmente no estuário do Potengi”(Cascudo); “quando os franceses foram lançados do Rio de Janeiro (1567) passaram-se para Cabo Frio e daí para o Rio Real, entre Bahia e Sergipe. Escorraçados dessas paragens, procuraram estabelecer-se nas costas da Paraíba e do Rio Grande do Norte” (Almeida).

Hélio Galvão identificou numa área rural, distante cerca de 2 km da foz do rio Pirangi, os restos de uma casa-forte que fora utilizada pelos franceses, como sugere Jerônimo de Barros em documento enviado ao rei de Portugal²⁰, e semelhante a uma por eles deixadas em Cabo Frio depois da malfadada experiência da França Antártica (PINTO & PEREIRA, 1998, p. 49).

Importante reforçar que a presença francesa nas costas da capitania do Rio Grande não seria possível não fosse a aliança estabelecida com os índios potiguares que viviam por todo o litoral norte-rio-grandense, ficando a taba principal na Aldeia Velha, área que se estende entre o atual bairro de Igapó e a praia da Redinha. De todos os franceses que estiveram por essas bandas, Charles de Vaux e Jacques Riffault foram os mais constantes, sendo que este último, no dizer de Medeiros (1973, p. 25), “traficante, aventureiro comerciante de Diepe, fundeava suas naus um pouco mais ao sul da curva do Rio Potengi, resguardando-as de possíveis eventualidades. Um topônimo gravou o local e fixou o fato incontestável: diz-se Nau dos Refoles, ou simplesmente Refoles, até hoje, a parte do bairro do Alecrim (Natal) onde se ergue a Base Naval.” Com os corpos nus, expostos ao sol forte e abrasador, os índios potiguares viviam em contato próximo e intenso com a natureza bonita e hostil. Não tinham uma agricultura desenvolvida, e plantavam ruas roças de mandioca, batata-doce, jerimum e outras, após derrubarem e queimarem os troncos e galhos de árvores. Grande parte de seus mantimentos vinham da caça e pesca.

Os franceses utilizavam a mão-de-obra indígena na extração do pau-brasil. A aliança era tão próxima que alguns franceses chegaram a casar com índias, estabelecendo a primeira miscigenação na capitania, atestam historiadores como Rocha Pombo, Frei Vicente Salvador, Sérgio Buarque de Holanda e outros. As relações amistosas e comerciais, segundo Cascudo (1984, p. 20), vêm desde os tempos em que os filhos de João de Barros empreenderam as suas tentativas de colonização. E a empatia entre franceses e potiguares ultrapassava as relações comerciais. Frei Vicente do Salvador diz que os franceses “andavam em chamego com as cunhãs potiguares”, e Capistrano de Abreu sugere que a “miscigenação proveniente das relações entre franceses e índias (fora) bem maior que a dos flamengos” (apud PINTO & PEREIRA, 1998,, p. 52). Diz ainda Capistrano de Abreu (apud HOLLANDA, 1989, p. 194): “Muitos franceses mestiçaram com as mulheres indígenas no Rio Grande do Norte, muitos filhos de cunhãs se encontravam já de cabelo louro: ainda hoje resta um vestígio da ascendência e da persistência dos antigos rivais dos portugueses na cabeleira da gente encontrada naquela e nos vizinhos sertões de Paraíba e do Ceará”. As relações eram ainda mais facilitadas porque os franceses não tinham nenhuma “exigência moral para o indígena nem pretendiam fundar cidade, impor costumes, obrigar disciplina”, enquanto os portugueses, ao se depararem com os nativos tentavam logo moldá-los, tentando catequizá-los e ensinar-lhes algumas normas de conduta. Os franceses só queriam fazer comércio e, talvez por isso, respeitavam

²⁰ Um fragmento do documento enviado por Jerônimo de Barros diz: da costa dos Potiguares (...) os franceses todos os anos vão a ela carregar de brasil (...) e fazem já casas de pedra em que estão em terra fazendo comércio com o gentio” (apud PINTO & PEREIRA, 1998, p. 49) (grifos dos autores).

a vida selvagem, protegendo-a, tornando-se familiar, amigo, indispensável, obtendo mais baixo preço nos rolos de ibirapitanga, o pau-brasil vendido em ducados de ouro na Europa, ávida de cores vibrantes para os tecidos em voga. O português vinha para ficar, criando ambiente, à sua imagem e semelhança, construindo fortes, plantando cidade, falando em leis, dogmas, ordenações e alvarás. Os deuses vagos e sonoros de teogonia tupi estariam ameaçados de morte pelo avanço dos missionários, os “abaúnas”, vestidos de negro, ascéticos, frugais, armados de pequeninas cruces, entrando pelas matas, cantando ladainhas.

Além de extraírem pau-brasil, os franceses praticavam com os índios potiguares escambo de diversos produtos, tais como: algodão, fios e redes do mesmo material; cereais, tabaco, pimenta, gengibre, plantas medicinais, óleos balsâmicos (...); peles de onça e de outros animais; papagaios e aves exóticas; macacos e sagüis; etc (MEDEIROS FILHOS, 2001, p. 21).

Sérgio Buarque de Hollanda, após a citação de uma carta do capitão-mor da Paraíba, Feliciano Coelho, a qual maldiz o pouco auxílio que recebeu das autoridades portuguesas no Brasil, refere-se à tática de aliança empregada pelos franceses no continente americano e, mais particularmente no Brasil:

Ali, com em tantos outros lugares da América, aventureiros da Normandia e da Bretanha andavam em íntima promiscuidade com os grupos indígenas estabelecidos na marinha ou mesmo no sertão, afeiçoando-se aos usos e cerimônias gentílicas, valendo-se em tudo de seus préstimos, falando mal ou bem, sua língua, esposando e principalmente explorando, em proveito próprio, sua animosidade contra os portugueses. Em contraste com muitos colonos anglo-saxões e holandeses do Novo Mundo, não se mostravam eles esquivos ao convívio e mestiçagem com as populações nativas. (...)

A outros não escaparam, é certo, os benefícios de semelhante política, tolerada e às vezes estimulada pela coroa francesa: Gaffarel chega a pretender que, se aos seus compatriotas fora dado fundar um estabelecimento sério no Canadá, deveram-no unicamente à fusão das raças. (...)

Não é, pois, de admirar se também no Brasil souberam os franceses disputar, e às vezes com melhor sucesso do que os próprios lusitanos, a simpatia e o apoio de certas tribos indígenas (1989, p. 193-194).

Lopes (2003, p. 40), citando registros do Mapa de Jacques de Vaulx de Claye, de 1579, refere-se a “disponibilidade de guerreiros Potiguar e também tapuias”. Há referências a 600 índios potiguares arregimentados nas proximidades da Lagoa de Guaraíras, entre 800 e 1.000 guerreiros próximo ao rio Açu e em torno de 10.000 “selvagens” prontos a desferir a guerra contra os portugueses” numa área entre o rio São Domingos (rio Paraíba) e o rio Acaraú (CE).²¹

Mesmo se contassem com o auxílio do Estado, os portugueses enfrentariam grandes dificuldades para desembarcar, ocupar e colonizar o Rio Grande, como afirmam Lenine Pinto e Gerardo Pereira (1998, p. 28-29), ao descrever uma das expedições enviadas por João de Barros para tomar posse de sua capitania. Os índios potiguares rejeitavam os lusitanos. Achavam que eles vinham “assaltar”, retirando-lhes a terra, seqüestrando-os e tornando-os cativos. Segundo Lopes (2003, p. 36), os índios resistiam por que sabiam “das quebras das relações de troca que já vinham ocorrendo nas regiões limítrofes ao sul, como em Pernambuco”, capitania na qual os familiares de

²¹ Olavo Medeiros (apud LOPES, 2003, p. 40) afirma que o Mapa de Jacques de Vaulx de Claye representava a “existência de um plano militar concebido pelos franceses, com vistas à conquista militar do território” norte-rio-grandense..

Duarte Coelho, donatário, “deflagraram uma verdadeira guerra, onde mortes e escravidão eram comuns”. Para a historiadora, essas notícias chegaram ao Rio Grande, o que explica essa resistência potiguar “ao convívio dos portugueses”.

No confronto com os franceses e os índios foram criadas diversas fortificações que, com o passar dos anos, transformaram-se em importantes cidades do Nordeste e Norte do Brasil. “Ao findar-se o século XVI”, segundo Hollanda (1989, p. 197), “é esta Capitania do Rio Grande a extrema da colonização portuguesa no Brasil” e, como é a pior terra para cultivo que há no Brasil, no dizer de frei Vicente do Salvador (apud HOLLANDA, 1989, p. 197), daqui poderiam, na ausência do cultivo da cana-de-açúcar ou de outro produto de bom valor comercial, ser conquistados novos territórios.

2. A fundação de Natal

A morte de D. Sebastião, em 1578, na África, onde lutava contra os *infiéis*, expôs a crise por que passava a Coroa portuguesa. Como o rei morto não tinha herdeiros diretos, o trono português foi ocupado pelo provento cardeal D. Henrique, tio-avô de D. Sebastião.

Dois anos depois D. Henrique faleceu e a crise sucessória se instalou, pois

surgem vários postulantes, alegando direitos. Um deles é o rei da Espanha, Filipe II, que sobrepõe por algum direito e mais ainda pela força. O cardeal D. Henrique, no trono, tendeu por dona Catarina, duquesa de Bragança, sua sobrinha, mas admitiu, sem decisão Filipe II. Assim também amplo setor da nobreza e do clero. O povo, no entanto, queria um rei português. (...)

Houve lutas, sobretudo de dom Antônio, o prior do Crato, que se proclama rei de Portugal. Filipe II dispunha de exércitos e marinha; o prior do Crato não queria ceder, armando-se nos Açores, com a ajuda de uma esquadra francesa. Contava com as graças da rainha da França, dona Catarina de Médici, bem como da rainha Elisabeth, da Inglaterra. O Brasil foi lembrado como solução; Filipe II ofereceu-o a duquesa de Bragança, em troca do apoio à sua causa, com recusa enérgica. Também se pensou em oferecer o Brasil a dom Antônio, o prior do Crato, que igualmente o recusou. A França chegou a armar uma frota para a conquista do Brasil e dos Açores, Madeira e Cabo Verde.

Enquanto se tramavam acordos, as Cortes de Tomar, em 1581, declararam Filipe II rei e ele entrou em Lisboa dia 25 de julho.

Mesmo sem contar com o apoio de uma expressiva parcela da população, principalmente da média e pequena burguesia e da arraia-miúda, a união dos Estados Ibéricos, realizada pela dinastia espanhola dos Habsburgo, cumpria um antigo sonho de D. Manuel, O Venturoso, “que se enredara em sucessivos casamentos com parentes de Carlos V”, rei da Espanha e imperador do Sacro Império. Os enlaces de D. Manuel estreitou os laços sanguíneos entre a dinastia portuguesa de Avis e a dinastia dos Habsburgo. Isso contribuiu significativamente para que a nobreza lusitana aceitasse entregar a coroa a Felipe II (SILVA, In: LINHARES, 1990, p. 67).

O Juramento de Tomar, que garantia a autonomia administrativa portuguesa, abrandou a oposição à posse de Filipe II. Pelo acordo, o rei comprometia-se a respeitar os costumes, a administração, as leis e o comércio portugueses, expressões política e administrativa que pacificavam o reino português e permitiam o deslanche do processo de colonização do Brasil, agora sob Filipe II que, tomando conhecimento da atuação dos franceses na capitania do Rio Grande, determinou, através de Carta Régia, a sua conquista.

No mês de agosto de 1597, uma esquadra francesa composta por treze naus zarpou do rio Potengi para atacar a fortaleza de Cabedelo, em Filipéia de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa. Outras sete embarcações (ou vinte, dependendo da fonte) ficaram estacionadas, “esperando ordens” para reforçar a investida. Trezentos e cinqüenta arcabuzeiros desembarcaram. Entre os dias 15 e 18, ocorreu, por terra e mar, o ataque, prontamente rechaçado pelos colonos da Paraíba, o que obrigou os atacantes a retrocederem para o Rio Grande. O comandante de um dos navios foi feito prisioneiro. Segundo o seu depoimento, uma numerosa esquadra francesa estava sendo equipada e, no ano seguinte, estaria pronta para assaltar o litoral brasileiro. O capitão-mor da Paraíba, Feliciano Coelho, responsável por conduzir o interrogatório ficou extremamente agitado e informou às autoridades superiores. O Governador-Geral do Brasil, Francisco de Souza, apressou as providências necessárias e cumpriu as determinações da Carta Régia de Felipe II, Rei da Espanha e de Portugal, que exigia a ocupação da capitania do Rio Grande (PINTO & PEREIRA, 1998, p. 55).

O Governador Geral Francisco de Sousa (1591-1602) pôs em marcha os planos para expulsar os franceses e apaziguar os índios. Para consolidar a conquista, deveria ser construída uma fortaleza. Para cumprir a missão foram escolhidos, por Carta Régia de 15 de março de 1597, o fidalgo português Manuel de Mascarenhas Homem, Capitão-mor de Pernambuco, e Feliciano Coelho, Capitão-mor da Paraíba, auxiliados pelos irmãos João e Jerônimo de Albuquerque, sobrinhos de Duarte Coelho, primeiro donatário da capitania de Pernambuco.

Mascarenhas Homem organizou uma expedição marítima, formada por 12 navios (sete navios e cinco caravelões), comandada por Francisco de Barros Rego, e uma terrestre, composta por companhias de infantaria e cavalaria, sob o comando de Feliciano Coelho. O encontro das forças portuguesas aconteceu na foz do rio Potengi. Participando da expedição terrestre estavam “jesuítas e franciscanos – dentre os quais havia aqueles que conheciam a língua tupi – e centenas de indígenas, originários da Paraíba e Pernambuco, pertencentes a tribos Tupi já controladas pelos colonizadores” (MONTEIRO, p. 28).²² Vários negros da Guiné “acompanhavam a expedição como burros de carga, conduzindo mantimentos e petrechos de guerra” (ALMEIDA, apud PINTO & PEREIRA, 1998, p. 56).

A expedição terrestre foi praticamente dizimada pela varíola, quando chegavam à Baía da Traição. Retrocederam todos, exceto Jerônimo de Albuquerque, único a ficar imune à doença. Ele juntou-se à expedição marítima, comandada por Mascarenhas Homem.

No litoral norte-rio-grandense viviam índios potiguares espalhados em várias aldeias, das quais a mais importante era a Aldeia Grande, hoje área entre o bairro de Igapó e a praia da Redinha. Cascudo chega a afirmar que no Rio Grande “ardiam 164 fogueiras quando do momento da conquista... pessimisticamente seis mil almas” (apud LOPES, 2003, p. 31).²³ Aliados dos franceses, os índios atacaram a expedição portuguesa próximo à foz do rio Potengi. A situação dos portugueses era muito difícil, devido ao número de baixas na tropa. Para melhor se defenderem, os portugueses ergueram “um entrincheiramento de varas de manguê traçadas e barro socado. Era o primeiro reduto. Dois caravelões examinaram o rio verde. O acampamento se fez tranqüilo. Logo, numa tentativa de guerra relâmpago, tropejaram cinqüenta mosquetes franceses, vanguardeando a multidão indígena que atacava, urrando de ódio. Foram repelidos” (CASCUDO, 1984, p. 23).

²² Os jesuítas que faziam parte da expedição eram Gaspar de Samperes e Francisco Lemos; os franciscanos, Bernardino das Neves e João de São Miguel.

²³ Segundo Lopes (2003, p. 29), há poucas informações sobre os potiguares nesse período de conquista devido “ao quase abandono da região pelos portugueses” e ao “privilegiamento da exploração das áreas mais propícias à rentabilidade econômica imediata (Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro). Mesmo “os franceses que aportavam na costa do Rio Grande à procura de pau-brasil também não deixaram relatos sobre esse período inicial, principalmente porque aqui estavam como corsários, flibusteiros autorizados pela Coroa Francesa, mas não legais do ponto de vista das relações políticas européias”.

A chegada, primeiro, de Francisco Dias de Paiva com uma urca com munições e provisões para o forte que se iniciava e, depois, de Feliciano Coelho, com muitos combatentes, possibilitou a manutenção da posição alcançada. Imediatamente Mascarenhas Homem foi ao encontro de Feliciano Coelho combinar a sistematização do trabalho, feito por equipes em dias alternados, enquanto outros grupos incursionavam pelas áreas próximas visando descobrir e desbaratar as aldeias dos potiguares. Dessas incursões participavam muitos índios, inaugurando na capitania do Rio Grande

uma tática empregada pelo colonizador que se tornaria comum a partir de então: a utilização de indígenas para guerrear indígenas. Conhecedores da mata e seus perigos e dos hábitos de outras tribos, sua aliança era fundamental para o conquistador branco. Essa aliança foi, em muitos casos, facilitada pelas rivalidades já existentes entre diferentes tribos, como aquela que opunha os Tupi-Potiguara do Rio Grande do Norte e os Tupi-Tabajara da Paraíba (MONTEIRO, 2000, p. 31).

Para assegurar a posição conquistada, os portugueses iniciaram, a 06 de janeiro de 1598, a construção da Fortaleza dos Santos Reis, popularmente conhecida como Forte dos Reis Magos, erguido “a setecentos e cinquenta metros da barra do Potengi, ilhado nas marés altas”. Somente em 24 de junho, dia de São João, “Jerônimo de Albuquerque recebeu solenemente o Forte, com o cerimonial da época, jurando defender e só entregar a praça aos delegados del-Rei” (CASCUDO, 1984, p. 24).

A bela fortaleza, cuja planta se deve ao jesuíta espanhol Gaspar de Samperes, engenheiro na Espanha e em Flandres antes de ingressar na Companhia de Jesus, foi feita originalmente em taipa (barro e varas), pois

era uma fortificação provisória, com o mínimo de segurança para abrigar a gente da expedição, protegendo-a contra o inesperado ataque do gentio. Também não foi erguido no arrecife, porque construção daquele tipo não resistiria ao primeiro impacto das águas, pois a área adjacente fica totalmente coberta na maré cheia “seis horas o cobre o mar”, disse o sargento-mor Diogo de Campos. Simples paliçada, na praia, fora do alcance das marés (GALVÃO, 1979, p. 22).

A Fortaleza provisória foi feita “para abrigar a gente da expedição, protegendo-a contra o inesperado ataque do gentio”. Não foi erguida no arrecife, pois de barro e varas, como feita originalmente, não resistiria ao impacto das ondas. Somente em 1603 foram reiniciados os trabalhos, “desta vez em traço definitivo (GALVÃO, 1994, p. 11-12). A fortaleza posteriormente reformada em virtude da precariedade do seu estado. Filipe III ordenou, em 1612, que ela fosse reconstruída, sendo nomeado para executar a empreitada o engenheiro-mor Francisco Frias de Mesquita. Em 1628, a Fortaleza estava terminada, com uma guarnição de quarenta soldados e provida com nove canhões. Era uma construção de pedra realizada a partir de 1614, não havendo modificação alguma no traçado feito pelo padre Gaspar de Samperes (Galvão, 1979, p. 52-53),.

Diz Cascudo (1984, p. 24):

É a forma clássica do Forte marítimo, afetando o modelo do polígono estrelado. O tenalhão abica para o norte, mirando a boca da barra, avançando os dois salientes, raios da estrela. No final, a gola termina por dois baluartes. O da direita, na curvatura, oculta o portão, entrada única, ainda defendida por um cofre de franqueamento, para quatro atiradores e, sobre postos à cortina ou

gola, os caminhos de ronda e uma banquetta de mosquetaria. Com sessenta e quatro metros de comprimento, perímetro de duzentos e quarenta, frente e gola de sessenta metros (...).

Construída a fortificação, realizou-se, em 24 de junho de 1598, a primeira missa no território da capitania. A celebração foi oficiada pelos padres jesuítas Gaspar de Samperes e Francisco Lemos e pelos freis João de São Miguel e Bernardino das Neves (MELQUÍADES, 1999, p. 30).

A cidade de Natal foi fundada a 25 de dezembro de 1599. O Brasil estava sob domínio espanhol. Porém, antes da fundação de Natal, os colonos agruparam-se próximos à “Fortaleza dos Santos Reis” para melhor se defenderem dos índios, originando uma pequena povoação, posteriormente chamada de “Cidade dos Reis”. Os nativos resistiram ao invasor português, ainda mais por verem tomadas suas terras. Os portugueses levavam vantagem nesse conflito, devido ao seu maior poderio militar (armas de fogo, cavalaria, etc) e por receberem constantes reforços das capitanias da Paraíba e de Pernambuco. Somente após a pacificação dos índios é que seria possível aventurar-se fora das muralhas do forte e completar a segunda parte da missão – a fundação de uma cidade. Assim diz Cascudo (1999, p. 49):

O forte construído ficava isolado no seu arrecife cercado pelo mar assim como a guarnição estava cercada pela indiada furiosa. A conquista pela espada seria consolidada pela catequese dos espíritos. Mosquetes, canhões, lanças, espadas e pelouros nada fariam. Vencido, recuava o indígena como uma onda e voltaria, mais forte, quebrando-se nas muralhas de pedra do Reis Magos. O processo era embainhar a espada e dar a palavra ao padre.

Os portugueses sabiam que, sem a pacificação dos índios, o projeto de colonização não avançaria. Assim, Mascarenhas Homem foi à Bahia conversar com o Governador-Geral, enquanto Jerônimo de Albuquerque, mestiço de branco com índio, empreendia conversações com os índios. Ao retornar capital da colônia, Mascarenhas Homem trazia a solução: envolver os padres no projeto de pacificação. Dessa forma, os religiosos Francisco Pinto e Gaspar de Samperes passaram a orientar mais proximamente Jerônimo de Albuquerque. Os jesuítas empenharam-se em pacificar os índios e, para isso, visitavam as tribos, tentando convencer os chefes indígenas a aceitarem um acordo de paz, projeto difícil de ser concretizado, dada à violência da conquista portuguesa, “que longe de ser apenas uma conquista territorial com o intuito de esvaziar a terra”, objetivava “também conseguir trabalhadores para as lavouras que já existiam”. Isso explica em parte porque os ataques dos índios potiguares “do Rio Grande aos estabelecimentos portugueses ficaram cada vez mais acirrados e os confrontos com os portugueses cada vez mais violentos”. A expedição que empreendeu a conquista do Rio Grande “foi marcada pela violência de ambas as partes”. Só em uma aldeia, os portugueses “mataram 400 e cativaram 80; em outra, já no regresso de Mascarenhas Homem a Pernambuco” foram outros 1.500 entre mortos e cativos (LOPES, 2003, p. 44-45).

A pacificação dos índios só veio mais tarde, em 11 de junho de 1599, na cidade de Filipéia (atual João Pessoa-PB), quando os jesuítas Gaspar de Samperes, Francisco Lemos e Francisco Pinto, que os potiguares chamavam de Amanaiara (Senhor da Chuva), convenceram-nos a aceitar um tratado de paz com os portugueses. Pelo lado dos índios, os chefes Mar Grande e Pau Seco foram de grande ajuda para obtenção da paz, enquanto pelo lado português, além dos já citados sacerdotes, foi de substancial importância a participação de Jerônimo de Albuquerque.

Os portugueses tinham vindo para se estabelecer definitivamente na capitania. À força das armas foi acrescentada a ação dos membros da Igreja que, conhecedores da língua e dos costumes indígenas, foram se aproximando deles. Um historiador nosso assim descreve a nova estratégia dos colonizadores:

É a missão dos jesuítas, dos missionários. Gaspar de Samperes, Francisco Pinto, Francisco Lemos fazem milagres de persuasão, com as forças irresistíveis da paciência e da tenacidade em serviço da Fé. Não somente a índiada que residia às margens do Rio Potengi chefiada pelo tuixaua Potiguaçu, Camarão Grande, mas as aldeias distantes na serra paraibana da Capaoba (Serra da Raiz) com os chefes Mar Grande (Paraguaçu), possivelmente o mesmo Ipaunaçu, Ilha Grande, o valoroso Pau Seco (Ibiratinin), o mais acatado mentor indígena, foram visitadas e o padre Francisco Pinto (...) ou Gaspar de Samperes (...) conseguiu a perfeita harmonização (CASCUDO, 1984, p. 26).

Olavo de Medeiros Filho, conciliando as informações constantes nas cartas dos padres jesuítas Pero Rodrigues e Francisco Pinto com a crônica de Frei Vicente Salvador, afirma que Mascarenhas Homem manteve entendimentos com o Governador-Geral Francisco de Souza, após o que procurou ao padre Rodrigues, de quem conseguiu o concurso de dois jesuítas para acompanhá-lo ao Rio Grande. De Salvador partiram Mascarenhas Homem e Francisco Pinto para o Rio Grande. Fizeram uma parada em Pernambuco, onde se achava Gaspar de Samperes, que se associou à empreitada. No Rio Grande, segundo Frei Vicente Salvador, Jerônimo de Albuquerque, então no comando da Fortaleza dos Santos Reis, combinou com Gaspar de Samperes libertar o prisioneiro Ilha Grande para que ele fosse às aldeias potiguares com a proposta de paz. Rapidamente, partiram emissários às diversas aldeias. Líderes indígenas como Zorobabé e Pau-Seco vieram tratar com Ilha Grande. Acertados os detalhes, as principais lideranças indígenas, inclusive o maior entre elas, Camarão Grande, dirigiram-se à Fortaleza dos Reis para combinarem as pazes com os brancos. A presença de Camarão Grande é atribuída aos esforços de Gaspar de Samperes, porque, segundo Vicente do Salvador, “andou pelo sertão, ajustando estes principais para o efeito das pazes”. Tudo ajustado e feito, seguiram para a Filipéia (atual João Pessoa), na Paraíba, cidade escolhida por Mascarenhas Homem para selar o acordo de paz (MEDEIROS FILHO, 1991, p. 25-26).

Segundo Monteiro (2000, p. 31), os portugueses, mesmo com a estratégia de envolver os religiosos no projeto de pacificação dos indígenas, não abandonaram os recursos militares. Para Cascudo (1999, p. 49-50), aquele 11 de junho finaliza “um dos capítulos iniciais e áspers” da história brasileira, “primeiro tratado político entre duas raças, duas civilizações, duas mentalidades”. Os índios “manteriam o contrato, morrendo por ele”, enquanto os portugueses erguiam “mais uma cidade, a marca do norte, extrema da posse, pouso e reforço para a lusitanização do Brasil setentrional”.

Após a pacificação dos índios, as autoridades da capitania construíram uma igreja (antiga catedral de Natal), inaugurada no dia 25 de dezembro de 1599, e demarcaram o espaço para a nova cidade. A população, sentindo-se segura pelo recém assinado tratado de paz, começou a ocupar lentamente as imediações do templo religioso.²⁴ Assim, a inauguração da igreja representa o marco cronológico inicial de Natal, quarta cidade fundada no Brasil.²⁵ Vários relatos deixados por visitantes, segundo Medeiros Filho (1991, p. 33-34), não fazem menção a existência da igreja na cidade.

²⁴ A paz feita com os índios foi bastante precária, pois três anos após a sua assinatura, os índios cercaram Natal com um imenso exército de aproximadamente 40.000 combatentes “comandados pelo Piragibe, Barbatana de Peixe, aquele mesmo que viera na expedição”, mas após um confronto com tropas comandadas por Mascarenhas Homem, no qual perdeu 8.000 guerreiros (três mil aprisionados e 5 mil mortos), “Piragibe propôs a paz, prometendo batizar-se e submeter-se a Mascarenhas, contanto que ficassem livres, condição que foi aceita. Mascarenhas construiu ainda dois possantes fortes e os deixou aparelhados com quarenta canhões que mandou vir de Pernambuco. É a narrativa que deste sucesso fez Anthony Knivet, ignorada dos cronistas e historiadores da época” (GALVÃO, 1979, p. 24).

²⁵ As quatro primeiras cidades fundadas no Brasil foram: Salvador (1549), Rio de Janeiro (1565), Filipéia (1584) e Natal (1599). O status de cidade dado a elas não é resultante de sua importância social ou econômica, mas devido à suas origens administrativa e militar, pois nasceram da necessidade que a Coroa portuguesa tinha de contornar os obstáculos da colonização.

Somente nos anos de 1627-1628 há menção de que a cidade “possuía uma ‘boa igreja’, a qual fora concluída em 1619”.

Segundo Varnhagen (1981, v. 1, t. 2, p. 50), por ser “imprópria a porção do arrecife ilhada (em preamar) em que estava o forte, a futura Natal nasceu num “chão elevado e firme, que se apresenta à margem direita do rio, obra de meia légua acima de sua perigosa barra”. O centro da Natal do período colonial era a atual Praça André de Albuquerque. Os limites da nova cidade iam da Praça das Mães, na subida da avenida Junqueira Aires, à Praça da Santa Cruz da Bica, no Baldo. A Ribeira só seria centro de Natal na primeira metade do século XX. Segundo Cascudo (1999, p. 51-52), o local onde a cidade foi construída já havia sido escolhido bem antes da realização das pazes com os potiguares. O padre Francisco Pinto, o *amanajara* (senhor da chuva), informava que seria “relativamente fácil conservar os indígenas batizados ‘residindo em algumas partes, como será fazendo uma boa residência na nova cidade, que agora se há de fundar, obra de meia légua do forte do Rio Grande””.

O próprio Câmara Cascudo chega a afirmar que houve “nome anterior deixando vestígio na história e cartografia erudita”: Cidade dos Reis, Cidade Nova, Cidade de Santiago (1999, p. 53-54). Frei Vicente do Salvador e Melchior Estácio do Amaral (apud MEDEIROS FILHO, 1991, p. 30-31) citam, respectivamente, Cidade dos Reis e Cidade de Santiago. “Nenhuma referência”, segundo Medeiros Filho (1991, p. 31), é feita ao topônimo NATAL, denominação que somente surgiria em documento de 1614”.

Quanto ao fundador de Natal, os historiadores da terra ainda não chegaram a uma conclusão. Para alguns, o fundador teria sido Jerônimo de Albuquerque; para outros, seguindo-se o princípio hierárquico, teria sido Manuel de Mascarenhas Homem. Outros, ainda, defendem ter sido o fundador João Rodrigues Colaço.

Manuel Rodrigues de Melo levanta uma questão importante: “Rigorosamente não há certeza quem foi o fundador da cidade do Natal. Os historiadores se dividem neste ponto. Uns querem que tenha sido Jerônimo de Albuquerque. Outros dão a primazia a João Rodrigues Colaço. Outros, ainda, participam da tese de que fora Manuel de Mascarenhas Homem. Nenhum, porém, fez baseado em documento que autorize um pronunciamento definitivo”. Mas logo depois incorre no mesmo erro, ao afirmar, sem prova documental, que o fundador de Natal teria sido Manuel de Mascarenhas Homem (apud PETROVICH, 2000, p. 15).

3. Colonização e povoamento

Após a fundação de Natal, as autoridades da capitania começaram a tomar providências com a finalidade de desenvolvê-la economicamente. A colonização da capitania, no início do século XVII, praticamente restringia-se à área litorânea próxima a Natal. A capitania destacava-se como núcleo de defesa militar contra a persistente ameaça francesa, visto a sua presença no Maranhão. Assim, quase nenhuma política de povoamento foi levada à frente.

Ao completar quinze anos de vida, “a Cidade do Natal do Rio Grande tinha maior nome que número de moradas”. Eram 12 casas ao todo. Foi o Capitão-mor João Rodrigues Colaço, substituto de Jerônimo de Albuquerque, que começou uma política de concessão de sesmarias, objetivando o povoamento, bem como o desenvolvimento econômico da capitania. Tal política foi seguida pelo seu sucessor Jerônimo de Albuquerque, pela segunda vez Capitão-mor do Rio Grande.

O historiador maior da cidade, Câmara Cascudo diz terem sido os primeiros 34 anos da cidade “lentos, difíceis, paupérrimos”. Ao rei interessava “a situação estratégica, o ponto militar de defesa territorial”. Natal era cidade “apenas no nome”, com uma “capelinha de taipa forrada de

palhas e os moradores (...) espalhados nos sítios ao redor, plantando roças, caçando, colhendo frutos nos tabuleiros, pouca criação de gado que se desenvolveria vertiginosamente a ponto de ter 20.000 cabeças em 1633, e as pescarias, de anzol, rede e curral” (1999, p. 58). Medeiros Filho, baseando-se no mapa elaborado por João Teixeira Albernaz, cosmógrafo do rei de Portugal, faz uma descrição detalhada de Natal no início do século XVII. Segundo ele, nas proximidades do 17º GAC, às margens do rio Potengi, existiam três casas “de um pescador francês” e, já próximo ao “Canto do Mangue encontravam-se as quatro casas de Gaspar de Magalhães”. Passando o riacho que vinha da Lagoa do Jacó, “cujo despejo ocorre no chamado Canto do Mangue, há referências a ‘Casas de Mangues’”.

O espaço hoje correspondente à praça Augusto Severo, no bairro da Ribeira, aparece sob a denominação de “Campina Rasa”, limitado por dois riachos paralelos, afluentes do Potengi.

No local adjacente à praça André de Albuquerque acha-se representada a CIDADE, na qual havia 14 edificações. Já se tem idéia da futura rua Santo Antônio (antigamente, o Caminho do Rio de Beber Água), àquela época com 4 casas. A primitiva igreja, ocupando o mesmo local da atual Matriz de N. S. da Apresentação, tinha como vizinhas 2 casas, que se lhe seguiam em direção àquele rio de beber. Defronte à matriz, já havia o início de um dos lados da atual praça André de Albuquerque, com apenas 4 edificações; uma delas, certamente, a Casa da Câmara e Cadeia. Tal rua receberia o nome Rua da Cadeia. Por detrás da mesma, na atual rua Presidente Passos, duas casas. Finalmente, ocupando terreno hoje correspondente à rua Passo da Pátria, uma casa isolada.

Natal contava (...) [com] quatorze construções na Cidade Alta e sete na Ribeira. Segundo o Auto de Repartição das Terras da Capitania do Rio Grande (21.02.1614), existiam doze casas em Natal, no sítio que fora assinalado para sua fundação. Excetuando-se os dois prédios correspondentes à igreja e à Casa da Câmara, existiam na Cidade Alta doze residências (...).

Depois da Cidade [há referências] ao “Ribeiro de água doce, de que bebe a cidade”. Trata-se do atual Rio do Baldo, cujas águas serviam à população natalense até o início do deste século. O mesmo provém da atual Lagoa de Manuel Felipe, no Tirol (2001, p. 77-78).²⁶

Para o interior da capitania existiam alguns poucos engenhos, entre os quais destacamos Cunhaú, Uruaçu e Ferreiro Torto, nos atuais municípios de Canguaretama, São Gonçalo do Amarante e Macaíba, respectivamente, sendo Cunhaú o mais importante entre eles. As terras do engenho de Cunhaú coube à capitania do Rio Grande quando, em 1611, foi feita a demarcação com a Capitania do Sul. À Paraíba coube o engenho de Camaratuba e ao Rio Grande, o de Cunhaú, com a divisa estabelecida no rio Guaju (CASCUDO, 1999, p. 59). A data e a sesmaria, porém, só estão estabelecidas a partir de 21 de fevereiro de 1614, conforme registra Olavo de Medeiros Filho no seu livro sobre o Engenho de Cunhaú (1993, p. 7).

As duas principais sesmarias do Rio Grande, na primeira metade do século XVII, foram, segundo Monteiro (2000, p. 34-35), as do vale do rio Cunhaú, concessão feita por Jerônimo de Albuquerque a seus filhos, e a concessão de terras aos jesuítas, em 1603, próxima à Povoação dos Reis. Olavo de Medeiros, no prefácio do livro *História de Santos Reis: a capela e o bairro*, de José Melquíades (1999, p. 17), afirma que, em 30 de março de 1602, “João Rodrigues Colaço concedeu a Manuel Rodrigues e Antônio Freire, cunhados, um porto de pescaria junto à fortaleza ‘desde

²⁶ Albernaz viveu entre 1602-1666. O seu mapa foi elaborado por volta de 1614 e publicado em 1631 e encontra-se hoje na mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro (MEDEIROS FILHO, 2001, p. 76-78).

o Recife até o riacho primeiro”, concessão depois transferida pelo Governador-Geral Gaspar de Souza “à serventia dos soldados da fortaleza, que nele passaram a pescar com rede”.²⁷

A política de concessão desenfreada de sesmarias provocou uma onda de queixas e reclamações, que ecoaram em Lisboa e determinaram uma série de medidas, ordenadas pela Metrópole em provisão de 28 de setembro de 1612, para regularizar a situação.

Do cumprimento desta obrigação foram incumbidos Alexandre Moura e Manuel Pinto Rocha, respectivamente Capitão-mor e Ouvidor de Pernambuco, que chegaram aqui em fevereiro de 1614, e lavraram um ato de repartição de terras públicas, de 14 de fevereiro, confirmando ou revogando as concessões feitas anteriormente. Governava a capitania o capitão-mor Francisco Caldeira Castelo, futuro fundador da cidade do Presépio de Belém do Grão Pará (CASCUDO, 1999, p. 59).

E a capitania praticamente vegetava. Não passava de 80 o número de homens brancos moradores do Rio Grande. Quase todos oficiais e praças da Fortaleza dos Reis, sem suas famílias. Nos arredores alguns pescadores e roceiros (MOURA, 1986, p. 78). Nem toda terra se prestava do cultivo da cana-de-açúcar. Uma costa estreita de 30 a 60 km de largura era destinada a esse fim. E uma consequência direta da expansão da economia açucareira “foi o quase desprezo pelas atividades acessórias ao modo de vida dos colonos, relegadas ao setor de subsistência”, e o gado “fornecedor de carne ruminante força motriz dos engenhos foi um deles”. O crescimento da renda com a exportação do açúcar fez crescer também “a ocupação dos solos e, destarte, a demanda pelo gado, visto que” todos os que estavam envolvidos na produção de açúcar compõem a “sua dieta à base da carne bovina, e” necessitarem também “da força tracional dos bois para o transporte e a moagem da cana” (MACÊDO, 2005, p. 33). O gado bovino só tomou o interior da capitania na segunda metade do século XVII. Antes disso, o Rio Grande desempenhou um papel primordial na história do Brasil. Como diz Hélio Galvão: “Conquistado o Rio Grande, foram dois os proveitos: afastamento dos corsários e encurtamento das distâncias, um e outro assegurados pela presença da Fortaleza, que servia ao seu destino antes de estar concluída” (1979, p. 71). A Fortaleza dos Santos Reis, ainda por acabar, oferecia uma segura base de apoio para a expansão colonial. De Natal, partiram as expedições que conquistaram o Ceará, o Maranhão e o Pará, comandadas por Martim Soares Moreno, Jerônimo de Albuquerque e Francisco Caldeira Castelo Branco, respectivamente. Raul Valença Costa (apud MEDEIROS, 1985, p. 142) destaca essa característica de primordial importância: “Em todo o curso da sua história, assinalamos a influência marcante dos fatores geográficos. Em todas as épocas, o Rio Grande do Norte tem sido sensível às influências exteriores decorrentes do cenário internacional, variáveis com o momento histórico que as caracteriza”. Encurtando as distâncias e aproximando a história, Natal e a Fortaleza do Rio Grande tiveram “a mesma função que viria a ter o Aeroporto de Parnamirim na Segunda Guerra Mundial”, demonstrando a singularidade que o destino e a geografia reservaram a Natal, como plataforma de lançamento “para a Conquista do Norte, integrando-o na comunidade nacional que se formava. Base para a travessia transoceânica, quando a navegação aérea apenas se iniciava. A ligação Europa-América somente foi possível pela via Dakar-Natal, o famoso estreito de Dakar (...) e “na II Guerra Mundial, plataforma logística que permitiu às forças norte-americanas a presença decisiva nas diversas frentes do teatro de operações e o patrulhamento do Atlântico Norte” (GALVÃO, 1979, p. 71-72). Manuel Correia de Andrade (1981, p. 17) chega a afirmar que a ocupação “do espaço norte-rio-grandense não preencheu uma finalidade em si mesma, de vez que esta porção do território nordestino, após a fundação da cidade de Natal, foi transformada em ponto de apoio da expansão para o Oeste”. O governo luso-brasileiro estava, no início do século XVII, preocupado com “a expansão para além do São Roque e sobre ela emitiu opiniões muito criteriosas” (CAPISTRANO DE ABREU, apud GALVÃO, 1979, p. 72).

²⁷ Segundo Olavo de Medeiros, em prefácio à obra de José Melquíades (1999, p. 17), a sesmaria seria o atual bairro de Santos Reis, então “marcado pela presença de dunas estéreis e de um riozinho, chamado de ‘riacho primeiro’ no histórico da carta de doação de 1602”.

A preocupação portuguesa com a presença de agentes de outras nações européias nas suas terras coloniais no Brasil não parou com a conquista do Rio Grande, pois somente o total domínio da região garantiria a posse definitiva da colônia, visto que as capitanias do Maranhão e do Amazonas e Grão-Pará eram tão vulneráveis aos ataques estrangeiros por mar quanto as capitanias do leste (...). A continuidade da conquista, agora em direção ao norte, passou então a contar com a presença de soldados portugueses seguros no Forte dos Reis Magos como um posto avançado, que garantiria um contingente militar disponível e melhor posicionado, assim como o repouso e o fornecimento de água e mantimentos para as expedições saídas da Paraíba e Pernambuco (LOPES, 2003, p. 54-55).

Para o Governador-Geral, D. Diogo de Menezes, as informações acerca do que ocorria mais para o norte teriam de vir das autoridades do Rio Grande, baseadas na Fortaleza dos Santos Reis, pois aquela era a localidade mais próxima, mais segura e mais credenciada para informar da presença francesa ou do estado de ânimo dos índios. A missão foi dada ao capitão Diogo de Campos Moreno, jovem oficial, “que além do conhecimento próprio, tinha aqui a serviço, identificado com os índios, um sobrinho ilustre e bravo, Tenente Martim Soares Moreno”. Desde logo, Diogo Campos compreendeu a importância política e estratégica da Fortaleza dos Santos Reis, divisando as diversas funções que ela desempenharia: “afastamento definitivo dos franceses, abrigo para navios desgarrados, posto avançado para as jornadas do norte, além daquela que parecia ser a única: sentinela da Barra do Rio Grande” (GALVÃO, 1979, p. 72-73).²⁸

A conquista do Ceará foi empresa demorada e incerta, iniciada em 1603 e concluída somente em 1612, e teve em Martim Soares Moreno o seu mais destacado militante (HOLLANDA, 1989, p. 198-202). A conquista do Ceará foi uma preliminar para a conquista do Maranhão. Da Fortaleza dos Santos Reis partiu “Martim Soares Moreno, Padre Baltazar e seis soldados para a conquista e fundar o Forte do Amparo”. Na verdade a missão de Soares Moreno foi o complemento daquela iniciada pelos padres Francisco Pinto e Luís Figueira na serra da Ibiapaba. A malograda missão da Ibiapaba foi selada de forma sangrenta, com o martírio do padre Francisco Pinto. Foi um dos fracassos portugueses no Ceará e no Maranhão. Os outros dois foram de Pero Lopes de Sousa e de Martim Soares Moreno. Fracasso, no dizer de Serafim Leite, no intento de chegar ao Maranhão, mas sucesso se se pensar na experiência que ficou – conhecimento das terras e dos povos. Foram os percalços dos primeiros que permitiram o sucesso de Soares Moreno (GALVÃO, 1979, p. 73-74). Assim narra Sérgio Buarque de Hollanda os feitos de Martim Soares Moreno a conquista definitiva do Ceará:

Depois de instalar-se com o gentio junto ao Rio Ceará, chegou-lhe a notícia da aproximação de um navio de franceses e, deliberando tomá-lo, deixou manhosamente que os tripulantes desembarcassem para, em terra e desprevenidos, poder dar cabo deles. Dirigiu a operação o próprio Martim, entre seus índios, nu, de arco em punho, barba raspada e todo sarapintado à maneira deles. (...) Tais proezas seriam o prelúdio do primeiro estabelecimento definitivo dos portugueses em terras do Ceará (HOLLANDA, 1989, p. 202).

A expulsão dos franceses e a conquista do Maranhão pelos portugueses teve no mameluco Jerônimo de Albuquerque uma de suas grandes personagens. A presença francesa no Maranhão data do século XVI, mas consolidou-se com a fundação, em 1612, de São Luís, que representava

²⁸ Pero Lopes de Sousa naufragou numa praia entre Macau e Touros e lá deixou um filho morto. Os sobreviventes do naufrágio, como o próprio Pero Lopes e sua mulher Dona Tomasia e alguns poucos soldados foram socorridos e medicados na Fortaleza dos Santos Reis.

a gênese da França Equinocial, projeto de colonização americano acalentado pelos franceses. O interesse português pelo Maranhão era decorrente da presença de navegadores franceses que traficavam pau-brasil e da “da proximidade da foz do rio Amazonas, da crença na possibilidade de serem atingidas as minas peruanas” (WEHLING, 1994, p. 111).

A região da foz do rio Amazonas era estrategicamente importante para os países europeus, sendo consenso nas cortes européias e entre colonizadores que como a área permitia o acesso à imensa bacia fluvial da região e que por ali seria possível chegar às minas do Peru, ingleses, irlandeses, franceses e holandeses saíram na frente e montaram bases na região. A expedição que conquistou o Pará partiu de Natal em 1615. Em 1616, Caldeira Castelo Branco fundou o Forte do Presépio, origem da atual cidade de Belém (WEHLING, 1994, p. 111). Assim descreve um dos mais ilustres historiadores brasileiros a conquista do Pará:

A expedição de cento e cinqüenta homens, encarregada dessa última conquista, (...) [ficou] aos cuidados de Francisco Caldeira, a quem foi passado regimento, depois de escolhidas três embarcações providas de todo o necessário, inclusive de víveres bastantes para seis meses. No dia de Natal de 1615 iniciava-se assim a Nova Jornada do Grão-Pará e Rio das Amazonas. A 10 de janeiro de 1616 chegariam os expedicionários ao sítio que lhes pareceu melhor para um estabelecimento duradouro e capaz de assegurar-lhes o domínio de uma das bocas do rio-mar, objeto, já então, da cobiça dos franceses, ingleses e holandeses. Ao forte de madeira que logo se começou a construir, coube o nome de Presépio. E à cidade cujos fundamentos se lançaram pela mesma ocasião, o de Santa Maria de Belém (HOLLANDA, 1989, p. 233).

O reconhecimento inicial da Amazônia deu-se com a viagem de Pedro Teixeira que, em 1637, com mil índios e setenta soldados, subiu o rio Amazonas até a nascente, invertendo o sentido da expedição de Francisco Orellana, que foi do Peru à foz, em 1539 (IGLÉSIAS, 1993, p. 39).

Apesar de ser posto de sentinela avançada da colonização portuguesa no Brasil, Natal não passava de um pequeno povoado, com pouco mais de uma centena de habitantes, excluindo-se os moradores da Fortaleza dos Reis, tendo, em 1607, “vinte e cinco moradores e cerca de oitenta nos arredores, pescando, caçando e plantando roçarias, ajudados pela escravaria vermelha e negra”. A indiada e seus descendentes miscigenados eram maioria, e os bancos eram tão poucos “que, em 1609, apenas existiam em Natal duas mulheres alvas” (CASCUDO, 1999, p. 111-112).²⁹ As principais atividades eram desempenhadas pelos militares e religiosos. As principais atividades econômicas eram a pesca, a pecuária, a extração de sal e algumas roças de subsistência. A terra era boa, segundo frei Vicente do Salvador (apud HOLLANDA, 1989, p. 197), apenas para pastos e gados. A pesca abastecia as capitanias vizinhas da Paraíba e de Pernambuco. A pecuária atingiu um nível relativamente bom a partir de 1630, tendo sido, certamente, um dos motivos pelos quais os holandeses invadiram a capitania. As informações sobre o primeiro quarto de século da história norte-rio-grandense são muito precários, mas apontam a lentidão com que se dava o estabelecimento dos núcleos coloniais, prejudicados pela fraqueza da terra “para roçados e canaviais, com escassez de chuvas, mais adaptável para a criação de gado” (SUASSUNA; MARIZ, 2002, p. 39).

²⁹ Segundo Cascudo (1999, p. 113), em três séculos a população indígena praticamente desapareceu, principalmente a que vivia “próxima aos grandes núcleos de população. Natal matou seus indígenas rapidamente. Não os aldeamos como houve pelo interior depois da guerra dos cariris. O que indígena que ficou por aqui era servo, humilde, sem direitos, assombrado de estar vivo”, tendo sido fixados “nas povoações de Igapó para o vale do Ceará-Miim, especialmente em Extremoz, Veados. Em 1808 os *índios domésticos* em Natal era 169 apenas”.

Tavares de Lyra (1998, p. 63-64), sem desconsiderar os passos lentos, assevera que o território do Rio Grande já não era inteiramente desconhecido, com o sul da capitania, litoral e algumas léguas do interior, devidamente ocupado, principalmente os vales “dos rios Pitimbu, Pirangi, Trairi, Jacu, Curimataú, Guaju e outros em trabalho persistente e intenso de desbravamento do solo”. O norte da capitania era ocupado de maneira mais lenta, com o povoamento não ultrapassando Maxaranguape. O vale do Ceará-Mirim e as margens do Potengi e do Jundiá também eram áreas muito procuradas pelos colonos. De fato áreas de ocupação da capitania estavam mais ao sul de Natal, destacando-se o que Monteiro (2000) chama de corrente sul, “a única em que efetivamente o povoamento teria por base a atividade açucareira”. Foi nessa faixa, a Zona da Mata, que

as condições de solo e clima propiciaram o cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar. O primeiro engenho da capitania, aí estabelecido, deu origem à Povoação de Cunhaú que, juntamente com a Cidade do Natal, constituía os dois núcleos populacionais então existentes. Enquanto Natal constituía o centro do poder político-administrativo da capitania do Rio Grande, a Povoação de Cunhaú era o centro econômico. O engenho aí situado, exportando açúcar para Pernambuco – além de milho e farinha –, constituía então a fonte de renda básica da capitania.

Nos primeiros trinta anos do século XVII, teve o Rio Grande (do Norte) uma existência relativamente pacífica. Porém, novos perigos vieram assombrar a população do Brasil e da capitania: a ameaça da invasão holandesa.

A notícia da tomada da Bahia pelos holandeses correu por toda costa, alarmando os colonos e produzindo os maiores receios, sobretudo entre os colonos mais desprovidos de recursos de defesa. Em junho de 1625, os holandeses recolheram muito gado e umas 200 caixas de açúcar abandonadas no engenho de Cunhaú. Porém, a invasão holandesa só se consumaria, no Rio Grande (do Norte), em 1633.

CAPÍTULO III

III – PRESENÇA HOLANDESA

A coroa portuguesa viu-se obrigada a implementar uma política de colonização que assegurasse o domínio sobre a colônia, principalmente após a frustrante tentativa do sistema de Capitânicas Hereditárias. A centralização administrativa (governos-gerais) e o sucesso da empresa açucareira contribuíram para assegurar a posse do Brasil, porém não afastaram a constante ameaça aos domínios coloniais portugueses na América. A Espanha, por seu turno, durante quase todo o século XVI, formou o maior e mais imponente império territorial de toda história. Os seus domínios territoriais abrangiam terras na Europa, Ásia, África e América. Do continente americano, os navios espanhóis saíam carregados de ouro e prata. Isso despertou a cobiça de alguns países europeus, como a Inglaterra, a França e a Holanda, que procuravam participar do comércio colonial. O produto dessa disputa foram as invasões a várias regiões do continente americano pertencentes à Espanha ou a Portugal, com o objetivo de fundar colônias. Nos domínios coloniais portugueses na América a pressão era menor.

A capitania do Rio Grande foi palco de incursões de franceses e holandeses. Os primeiros, como já abordamos, estabeleceram-se no nosso litoral para contrabandear pau-brasil e chegaram mesmo a usar o Rio Grande como base para ataques às capitanias vizinhas. Os holandeses dominaram quase todo o Nordeste açucareiro e permaneceram em solo potiguar por duas décadas.

No final do século XVI, Portugal estava economicamente abalado, praticamente vivendo às custas de suas diversas colônias espalhadas pela África, Ásia e América. O Brasil já era um importante núcleo colonial português, pois o açúcar aqui produzido era comercializado na Europa por negociantes holandeses, o que lhes propiciava grandes lucros.

A empresa açucareira brasileira, ressalte-se, foi instalada com capital holandês. Os holandeses emprestaram capital para que Portugal instalasse os engenhos no Brasil e, em troca, a coroa portuguesa assegurava para a Holanda a missão de refinar e comercializar o açúcar brasileiro na Europa, como lembra um respeitado historiador brasileiro, referindo-se a documentos (papéis do Santo Ofício e registros notariais holandeses e alemães) do final do século XVI e início do século XVII que revelam a contribuição flamenga no financiamento, refino e distribuição do açúcar brasileiro (HOLLANDA, 1989, p. 236).

No decorrer do século XVI, a mudança do centro da economia mundial das cidades italianas para as cidades dos Países Baixos coincidiu com o início das guerras religiosas que varreram a Europa. Desde 1556 os Países Baixos (Holanda, Bélgica e parte da França) faziam parte do império espanhol, incorporados que foram pelo rei Felipe II. Apesar do grande desenvolvimento comercial, a situação interna nos Países Baixos era complicada, pois havia uma grande rivalidade entre católicos (favoráveis à dominação espanhola) e protestantes (partidários da independência).

Em 1568 começou a guerra de independência da Holanda contra a Espanha, que culminou com a adoção da liberdade de culto, em 1572, e, em 1579, com a proclamação da independência: nascia a República das Províncias Unidas dos Países Baixos ou República da Holanda, com capital em Amsterdã e adepta do protestantismo. A Espanha, de grande tradição católica, tornou-se uma das principais inimigas da Holanda. Com a eclosão da guerra, os Países Baixos começaram a receber levas de imigrantes, em sua maioria judeus, cristãos-novos e protestantes, que escapavam das perseguições religiosas no continente europeu.

Desde que proclamou a sua independência, as Províncias Unidas mantinham “abertamente ou não, uma imensa guerra de corso contra a Espanha”. Com Portugal, porém, as relações eram as melhores possíveis, com banqueiros investindo em engenhos de açúcar e exercendo “um quase

monopólio na distribuição e refino desse produto para o resto da Europa” (SILVA, In: LINHARES, 1990, p. 68). Iglesias (1993, p. 40), descreve as boas relações mantidas entre lusitanos e flamengos: “os navios holandeses iam a Lisboa levar os produtos do Norte europeu, como trigo e bens industriais, voltando com as especiarias do Oriente e da África, madeiras, açúcar e curiosidades do Brasil”. Sérgio Buarque de Holanda (1989, p. 235) também assinala as cordiais relações entre portugueses e holandeses, destacando o rico comércio entre as duas nações,

no qual os navios neerlandeses traziam para os portos portugueses não só mercadorias do norte da Europa – trigo, madeira, metais e manufaturas diversas – como produtos da sua própria indústria, sobretudo peixe, manteiga e queijo; de torna-viagem carregavam o sal grosso de Setúbal, vinhos, especiarias e drogas do Oriente e da África, açúcar e madeiras do Brasil.

Em 1578, o rei de Portugal, D. Sebastião, morreu numa batalha no norte da África. Como não tinha filhos, a coroa portuguesa coube a seu tio, o cardeal D. Henrique, que morreu dois anos depois, em 1580. Filipe II, rei da Espanha, reivindicou seu direito ao trono português. Apesar da resistência dos nacionalistas portugueses, Filipe II assumiu o trono português, unificando a península Ibérica. Vale a pena conferir o registro feito por Francisco Iglesias (1993, p. 32) acerca da ascensão de Filipe do trono português:

Como dom Sebastião não deixa filho, caso também de seu tio cardeal dom Henrique, surgem vários postulantes, alegando direitos. Um deles é o rei da Espanha, Filipe II, que se sobrepõe por algum direito e mais ainda pela força. O cardeal dom Henrique, no trono, tendeu por dona Catarina, duquesa de Bragança, sua sobrinha, mas admitiu, sem decisão, Filipe II. Assim também amplo setor da nobreza e do clero. O povo, no entanto, queria um rei português. Fortes interesses ligavam muito da burguesia portuguesa à Espanha. Daí as adesões àquela Coroa, por vantagens comerciais e pela corrupção. Nobreza, alto clero e burguesia por vezes se confundiam nas duas nações. As chamadas classes altas aceitaram o poder vizinho, o povo jamais. Ao longo dos sessenta anos sentiu-se humilhado, sem ceder em seu patriotismo, pronto para acompanhar qualquer rebeldia.

O período da União Ibérica (1580-1640) corresponde a um momento de intenso desenvolvimento da colonização portuguesa no Brasil, com o desenvolvimento acelerado da empresa açucareira, o desbravamento de regiões do interior e o aumento substancial do comércio entre o Brasil e as Índias espanholas, além de ter sido empreendida a conquista do litoral ao norte do Brasil, com a fundação de Filipéia (atual João Pessoa), Natal, Fortaleza e Belém.

1. Invasão e expulsão

Presume-se que na segunda metade do século XVI, os holandeses dominassem mais de 50% do transporte de carga entre o Brasil e a Europa. Sem contar que financiavam e refinavam o açúcar produzido no Brasil. A União Ibérica e a declaração de independência da Holanda modificou por completo as relações comerciais entre Portugal e Holanda. A inimizade entre espanhóis e holandeses privou os últimos do lucrativo comércio açucareiro, em virtude da ação de Filipe II proibindo a manutenção das relações comerciais entre Espanha (e suas colônias, entre elas Portugal e Brasil) e Holanda, como explica Francisco Carlos Teixeira da Silva:

Ora, desde o momento em que assumiram o poder em Lisboa, Filipe II, 1591, e Filipe III, 1605 (respectivamente Filipe I e Filipe II de Portugal), publicaram, nessas, alvarás estabelecendo que: “nenhuma nau, nem navio estrangeiro, nem pessoa estrangeira, de qualquer sorte, qualidade e nação que seja, não possa ir, nem fosse dos portos do Reino de Portugal, nem fora dele, às conquistas do Brasil...”. Tais medidas, aliadas ao acirramento das disputas na Europa, acabam por levar os dois países à guerra, em 1609 (1990, p. 68).

Antes de invadirem o Brasil, segundo Iglesias (1993, p. 40), os holandeses começaram a fazer contrabando, “proibidos que estavam de freqüentar os portos portugueses. Eles não podem prescindir do açúcar brasileiro, em cuja produção colaboram, no financiamento dos engenhos do Nordeste, bem como no refino do açúcar em Portugal ou na própria Holanda, incumbindo-se em grande parte de sua distribuição”. Ademais, como reforça Sérgio Buarque de Holanda (1989, p. 235-236), foram vários os momentos (1585, 1596, 1599) em que os navios holandeses sofreram embargos por ordem da Coroa espanhola, o que ocasionava interrupções temporárias do comércio e conseqüentemente a escassez de vários gêneros, sobretudo do sal, produto essencial às indústrias do pescado e dos laticínios. Como o comércio com os holandeses era essencial para a economia portuguesa, a Coroa espanhola “cedeu aos protestos dos mercadores e à ameaça de fome que se esboçava no país, com o suprimento insuficiente de cereais”, o que levou à “assinatura da Trégua dos Doze Anos (1609-21) entre a Espanha e os Países Baixos” e permitiu que o comércio luso-holandês fosse reiniciado sem obstáculos, sendo nesse período “que se intensificou o interesse da Holanda pelos gêneros levados do Brasil.”

A solução encontrada pela Holanda foi invadir o Nordeste, apossando-se da produção de açúcar da região.³⁰ O embargo espanhol levou os holandeses a fundar a Companhia das Índias Ocidentais (WIC), em 1621, que obteve os direitos monopolistas na conquista, comércio e navegação da América e África ocidental. Detentora de enormes capitais, administrada por hábeis comerciantes, esta Companhia, que contava com o apoio da governo holandês, sendo assim caracterizada como de economia mista, visava a realizar grandes negócios, como o controle do comércio açucareiro e a invasão dos domínios ibéricos no continente americano, como consta, conforme Iglesias (1993, p. 41), de um folheto produzido na Holanda no início do século XVII. A WIC era uma organização comercial e militar, que teve no curso uma de suas principais fontes de renda, atuando principalmente no então militarmente frágil império ibérico com o objetivo de debilitá-lo ainda mais e conseqüentemente enfraquecendo ainda mais a Espanha.

A colonização do Brasil se fez, em grande parte, com base em capital holandês. Foram os holandeses que financiaram a empresa açucareira no Brasil. O investimento holandês seria compensado pelo monopólio da venda do açúcar brasileiro na Europa. Mas, em 1580, Portugal e suas colônias (incluindo o Brasil) passaram para o domínio da Espanha, inimiga tradicional da Holanda. Filipe II, rei da Espanha, proibiu a entrada de navios holandeses em portos espanhóis, trazendo imensos prejuízos para a Holanda, que perderia o monopólio comercial do açúcar brasileiro e não teria possibilidade de resgatar os empréstimos concedidos a Portugal.

Para compensar o prejuízo, os holandeses decidiram invadir todos os domínios espanhóis, inclusive o Brasil. Tentaram, pela primeira vez, em 1624, na Bahia. Como a invasão à Bahia fracassou e representou um duro golpe nas finanças da Companhia das Índias Ocidentais, os holandeses suspenderam temporariamente os planos de uma nova invasão, “não fosse o apresamento, por Pieter Heyn, em 1627, da ‘frota de prata’, comboio espanhol que levava o metal americano para a

³⁰ A guerra entre holandeses e espanhóis deu-se por questões econômicas e religiosas. Contra as possessões ibéricas, por exemplo, o conflito teve quatro frentes todas afetadas pelo embargo decretado por Felipe II: 1) pelo sal português, que prejudicava a indústria de pesca holandesa; 2) pelo comércio de escravos na África; 3) pelo comércio de especiarias asiáticas; 4) pelo comércio de açúcar brasileiro.

Espanha. Esta façanha, que jamais se repetiria, permitiu capital suficiente para o financiamento da nova invasão” (WEHLING, 1994, p. 127).

Em 1630, forças flamengas invadiram Pernambuco, principal centro produtor de açúcar do Brasil, e de lá estenderam seus tentáculos por quase todo o Nordeste, dominando a região por 24 anos. E foi em Pernambuco que os holandeses prepararam o ataque e a invasão da capitania do Rio Grande, cuja conquista tornaria mais segura, militarmente, sua permanência no Nordeste açucareiro. Mas antes da conquista definitiva da capitania, os holandeses atacaram quatro vezes o Rio Grande; foram incursões que pareceram mais expedições de reconhecimento.

A primeira incursão ocorreu em 20 de janeiro de 1625 quando a esquadra de Edam Boudewin, procedente de Baía da Traição e que chegara tardiamente para salvar o domínio holandês em Salvador (Bahia), velejara, segundo Cascudo (1984, p. 60), “para o norte, com as suas naus fervendo de escorbuto, tripulações exasperadas pelo malogro que lhes retirava a esperança de saque. Lançando ferro, o almirante flamengo mandou desembarcar e construir alojamentos para os enfermos. Indígenas de toda a parte surgiam, vendendo, comprando, assombrados com tanta flâmula, bandeira e gente armada. O almirante decidiu mandar uma patrulha observar o país. Escolheu o capitão Uzeel Johannes de Laet” que com vários soldados e alguns indígenas “fez uma entrada, caminho do Rio Grande do Norte”, encontrando um engenho com umas trezentas caixas de açúcar e muito gado, sem, entretanto, apossar-se desse material (Cascudo, 1984, p. 61). Para Hélio Galvão (1979, p. 77), a primeira incursão holandesa no litoral da capitania do Rio Grande é de 19 de julho de 1625, quando o capitão Uzeel desembarcou em Barra de Cunhaú e “foi até o engenho deste nome com um grupo misto, soldados e índios”. Não pegou nada, dada a distância entre o engenho e o porto, voltando ao quartel a 23. Joost Closter foi outro que percorreu o litoral potiguar, estudando um possível ponto de desembarque. Outras duas tentativas foram feitas – em 1625 e 1628. Neste último ano, cinco indígenas, moradores de Baía da Traição (PB), cristianizados e flamencizados, Caspar Paoupaba, Andreus Francisco, Pieter Poty, Antony Francisco e Lauys Caspar, “compareceram no dia 20 de março perante o notário Kilian van Resselaeer, com a finalidade de prestarem informações detalhadas da costa nordestina brasileira aos seus amigos neerlandeses (MEDEIROS FILHO, 1998, p. 16-19). Em maio de 1630 os holandeses fizeram uma nova incursão na capitania do Rio Grande, quando, liderados por Adriano Verdonk, entraram por Cunhaú, passaram pela aldeia de Mipibu, avançaram, “calca as areias dos taboleiros de Cajupiranga e chega a Natal, olhando as quarenta casas de taipa, cobertas de palha”, desejando mesmo examinar o Forte dos Reis Magos, o que o faz detidamente (CASCUDO, 1984, p. 61).

Foi em 1631 que ocorreram as duas últimas incursões dos holandeses no território da capitania do Rio Grande. A primeira incursão ocorreu, segundo Cascudo (1984, p. 61-62), quando um índio, de nome Marcial ou Marciliano, que fugira dos acampamentos portugueses, dizendo falar em nome dos chefes cariris – Janduí e Oquenuçu – foi a Recife solicitar aos holandeses que ali estavam baseados para ocuparem a capitania do Rio Grande. O Conselho Holandês resolveu enviar um iate para colher informações do Rio Grande, onde os caciques reinavam. Cascudo assim descreve a expedição:

Largaram do Recife a 13 de outubro de 1631. No dia seguinte tentaram abordar uma nau portuguesa que, para fugir abeirou-se da Baía da Traição, protegida por duas baterias ali existentes. A 15 velejaram por fora do Rio Grande, evitando os canhões do Reis Magos. Foram além até fundear, 21 léguas ao norte do Potengi, num lugar Ubranduba (...). Desceram aí Marcial, André Tacou, Araroba e Francisco Matauwe, indígenas diplomatas, sequiosos pelo resultado da embaixada. A 10 de novembro, Smient pôs gente em terra apesar do mar revoltado e da costa parcelada. Durante a noite, atraídos pelo clarão de uma fogueira, caíram sobre um acampamento. Encontraram o português João Pereira que

conduzia, presos para o Rio Grande, destinados a venda, André Tacou e mais oito companheiros, além de 17 mulheres e crianças. Mataram João Pereira, libertando os indígenas. O português levava papéis preciosos como informações para a conquista do Ceará. Elbert Smient, a 18 de novembro, voltou ao Recife, e Joost Closter ficou para prosseguir a jornada (1984, p. 62).

Em 21 de dezembro de 1631, uma nova esquadra holandesa tentou desembarcar na capitania do Rio Grande. Enviada pelo Conselho Holandês, a esquadra comandada pelo Tenente-Coronel Hartman Godefried van Steyn Callenfels era composta por 14 navios e dez companhias. Tentou adentrar na barra do rio Potengi, mas foi impedida pela artilharia da Fortaleza dos Reis. Desviados dos verdadeiros objetivos, os invasores desembarcaram em Genipabu, onde saquearam o povoado, levando aproximadamente duzentas cabeças de gado. O combinado ficou sendo desembarcar em Ponta Negra, três léguas ao sul de Natal e depois marchar sobre a cidade. No final de dezembro,

o diretor Servaes Carpenter e mais oficiais viajaram numa chalupa, examinando o litoral sem que deparassem lugar propício. Três chalupas aproximaram-se tanto de Natal que divisaram perfeitamente o Forte e seus soldados. Era Capitão-Mor Cipriano Pita Porto Carreiro que abriu fogo de canhão contra as chalupas. Retrocederam estas para Ponta Negra e abandonaram a idéia do assalto ao Rio Grande porque as tropas (Laet escreve 10 e Richshoffer, que veio também informa o número de 19 companhias) ficariam exaustas atravessando o areial até a capital norte-rio-grandense. Tropas veteranas que se esgotam numa marcha de dezoito quilômetros... A razão seria outra. Melhor pareceu demorar uns dias em Genipabu, saqueando, arrebanhando 200 cabeças de gado, vendo, em certas casas, cerca de duas mil pastando. (...) Assim, Natal escapou do assalto naquele 24 de dezembro de 1631 (CASCUDO, 1984, p. 62-63).

As experiências das abordagens anteriores e um relatório objetivo e detalhado de Adriano Verdonck, segundo Hélio Galvão (1979, p. 80), fez o Supremo Conselho Holandês decidir-se pela ocupação do Rio Grande. Composta por onze navios e 808 soldados, no dia 5 de dezembro de 1633, saiu de Recife, comandada pelo Almirante Jean Cornelissen Lichthard, a expedição que conquistou a capitania do Rio Grande. Segundo Cascudo (1984, p. 63), vieram na missão o Delegado-Diretor Mathijs van Keulen e o conselheiro Servaes Carpenter. Jan Corlisz Lichthardt, comandante da costa do Brasil Holandês, e o Tenente-Coronel Baltazar Bijma, eram os chefes militares.

Tavares de Lyra (1998, p. 78) assevera que no dia 7 de dezembro, na altura de Mamanguape (Paraíba) um navio holandês encarregado de patrulhar o litoral paraibano, sob o comando de Albert Samient, incorporou-se à esquadra. No mesmo dia o Conselho de oficiais reuniu-se e decidiu o plano de ataque ao Forte dos Reis Magos, ficando “assentado que as tropas atacantes desembarcassem duas a três léguas ao sul, em Ponta Negra, marchando por terra contra o forte, e que algumas embarcações (...) forçassem a barra, subindo o rio Potengi, a fim de apoiar por esse lado a sua ação”. Desembarcando no litoral norte-rio-grandense na manhã de 08 de dezembro, nas imediações da praia de Ponta Negra, os holandeses fizeram valer o plano traçado, com as forças se dividindo em duas frentes: uma parte avançou pelo mar, e a outra seguiu por terra até chegar à cidade; uma parcela desse contingente terrestre ficou em Natal, cujo “pavor despovoara”, e o restante seguiu para as cercanias do Forte dos Reis Magos, acampando ali ao pôr do sol (CASCUDO, 1984, p. 63). Segundo Medeiros Filho, o desembarque em Ponta Negra deu-se no dia 8 de dezembro, uma quinta-feira. Uma parte das tropas seguiu em direção à barra do rio Potengi, com o objetivo de tomar a Fortaleza dos Santos Reis, situada na barra daquele rio. A resistência da artilharia luso-brasileira foi feroz. Próximas à Fortaleza estavam duas caravelas portuguesas, abandonadas pela tripulação quando da aproximação da esquadra holandesa. Planejaram inicialmente os invasores

cortar o abastecimento d'água da guarnição tomando o rio da Redinha, pequeno curso d'água que desembocava “na praia do mesmo nome, no Potengi”. Desistiram do intento e desembarcaram as tropas na margem direita do rio Potengi, e a essas tropas vieram juntar-se 150 marinheiros armados de mosquetes e sabre, e marcharam em direção à fortificação, “chegando a uma duna de areia” nas suas proximidades,

onde existia um poço d'água, que à época abastecia do precioso líquido as tropas aquarteladas no Santos Reis. Ali acampou o comandante, ficando no aguardo das outras tropas flamengas que haviam desembarcado naquele mesmo dia na Ponta Negra.

Logo em seguida começaram os combates entre os invasores e as tropas da fortaleza, em que foram utilizados canhões e mosquetes. Pelas três horas da tarde, chegaram (...) as tropas vindas de Ponta Negra, as quais se aquartelaram por detrás do medão, devidamente protegidas do fogo proveniente do Santos Reis (MEDEIROS FILHO, 1998, p. 25-26).

O cerco à Fortaleza foi estabelecido na noite de 8 de dezembro, quando os holandeses montaram

baterias reforçadas pelos galeões. Desceram artilharia da esquadra e montaram-na, troando, horas inteiras, ripostando o fogo do condenado Reis Magos. Uma bateria, erguida a cavaleiro do Forte (sobre duna que não existe mais) fazia voar os canhões portugueses nos reparos, espatifando os baluartes, desmontando as peças, espalhando em pedaços sangrentos o corpo dos artilheiros. Pero Mendes de Gouveia, Capitão-Mor do Forte, recusou entrar em negociações, declarando só entregar a praça a um delegado do seu Soberano. Desde o primeiro dia a guarnição perdeu o abastecimento d'água, num poço exterior.

No dia 11 três baterias abriram fogo simultaneamente. Um bombardeiro atirava granadas. Toda a noite passaram dando tiros de assustamento e gritando junto às muralhas, defendidas a tiros de mosquetes (CASCUDO, 1984, p. 64).

A Fortaleza dos Reis tinha, naquele momento, um efetivo de 85 homens, sendo poucos soldados. Essa guarnição reduzida teve de enfrentar oito companhias holandesas compostas por 808 combatentes (GALVÃO, 1979, p. 82). No dia 12 de dezembro, os holandeses, depois de uma batalha que durou três dias e um cerrado bombardeio de artilharia desferido das dunas contra a fortificação, venceram a resistência dos soldados do capitão-mor Pero Mendes de Gouveia e tomaram a Fortaleza dos Reis, ocupando a capitania por quase 21 anos. Mudaram o nome da fortaleza para Castelo de Ceulen e o nome de Natal para Nova Amsterdã.

De acordo com Hélio Galvão, no dia 11 um oficial holandês encaminhara uma mensagem ao capitão-mor Pero Mendes de Gouveia, intimando-o à rendição, proposta imediatamente recusada. Mas, enquanto o capitão-mor estava doente, “pessoas estranhas ao comando da Fortaleza consertavam a rendição. (...) Na manhã de 12 a bandeira branca da capitulação apareceu sobre a muralha” (1979, p. 83).³¹ Cascudo (1984, p. 65) descreve assim a queda do Forte:

³¹ Cita Hélio Galvão essas pessoas estranhas: “Sargento Sebastião Pinheiro Coêlho, foragido de uma prisão da Bahia; Simão Pita Ortigueira, preso na Fortaleza, condenado à morte; Domingos Fernandes Calabar, que viera na expedição” (1979, p. 83).

Ao amanhecer da segunda-feira, 12 de dezembro de 1633, o vento batia numa bandeira branca, suspensa numa ameia meio derrocada. Era a rendição. Uma carta foi trazida e os reféns permutados. Permitiram a saída dos soldados com bagagens e as embarcações seriam facilitadas. Artilharia, paiol de munições, víveres, bandeiras, o Forte, ficariam na posse da Companhia.

(...)

Gravemente ferido, Pero Mendes de Gouveia protestou contra a rendição, acusando terem-lhe furtado as chaves da porta quando dormia. Os chefes holandeses prestaram-lhe homenagem militar, mandando “mister” Nicolaes, cirurgião da nau almiranta, pensar-lhe as feridas. (...)

No mesmo 12 de dezembro foram dar graças ao Senhor Deus na Capelinha do Forte ante o painel que representava o três Reis do Oriente. Descargas de mosquetaria saudaram a bandeira do Príncipe de Orange e o pavilhão da Companhia, hasteados vitoriosamente. (...)

Deram ao Santos Reis o nome de CASTELO DE KEULEN, *Kastel Keulen*. Seu novo comandante era o capitão Joris Gartsman (...).

Começara um domínio de vinte anos, um mês e quatorze dias.

A geografia da região facilitou enormemente o trabalho dos holandeses. Os holandeses estabeleceram baterias de artilharia nas dunas, muito altas, que cercavam a fortificação. Dali, “ao recinto da Fortaleza” (GALVÃO, 1979, p. 82). Alguns historiadores afirmam que alguns combatentes portugueses cometeram traição. Robert Southey “diz que Calabar fez trato com dois prisioneiros que seduziram a guarnição e venderam a praça, depois de ferido o capitão-mor” (LYRA, 1998, p. 85). Hélio Galvão cita um sem-número de historiadores e cronistas que esposam a tese da traição (1979, p. 84-85). Um, entretanto, Varnhagen, insuspeito, nega-a. Para ele, a guarnição capitulou “com as honras da guerra”, não havendo “o menor assomo de traição” (1981, v. 1, T. 2, p. 250).

Empreendida a conquista do Forte dos Reis Magos e da cidade de Natal, os holandeses tentam expandir a conquista, tarefa fácil tendo em vista a situação de abandono em que se encontrava a capitania.

Algumas dúvidas são levantadas acerca da denominação de Natal como Nova Amsterdã. Ambas são localidades diferentes. Olavo de Medeiros Filho (1998, p. 77) e Hélio Galvão (1979, p. 90) citando documentos oficiais e cronistas reforçam essa impressão. O *Relatório do Príncipe Maurício de Nassau ao Conselho dos XIX a 14 de janeiro de 1638* diz que há “somente uma cidade denominada Natal”, distante “légua e meia do Castelo Keulen, rio acima, a qual agora se acha muito decaída. A Câmara desta Capitania está em Potingi (...), trabalhando por agregar aí uma população que dê começo a uma cidade...”. O chamado Relatório DUSSEN, de 10 de dezembro de 1639, diz que na capitania já houve “uma cidadezinha chamada Cidade do Natal, situada a uma légua e meia do Castelo Keulen, rio acima, mas está totalmente arruinada, pelo que foi consentido aos escabinos e moradores levantar uma nova cidade em Potingi, pois é lugar fértil e melhor situado para os seus habitantes”. E, por último, Nieuwhof: “Acima do rio, há uma cidade denominada Amsterdam”, com os seus moradores vivendo “da pesca, da produção de farinha e do plantio de fumo (...). Ainda um pouco mais ao norte encontra-se o rio Cearamirim, e perto da aldeia de Natal e do Forte dos Reis passa um rio conhecido por rio da Cruz que nasce de um pequeno lago no Rio Grande”. Possivelmente a Nova Amsterdã, registrada no mapa de George Marcgrave com o topônimo “Cidade Nova” estivesse localizada às margens do rio Nhundiaí (Jundiaí)” (GALVÃO, 1979, p. 90-91). A Cidade Nova ou Nova Amsterdã erguida pelos holandeses “fica precisamente em terras hoje ocupadas pelo Colégio Agrícola de Jundiaí, a apenas 2 km de Macaíba, na direção sul” (MEDEIROS FILHO, 1998, p. 78).

A maior parte do tempo que ocuparam, os holandeses enfrentaram a resistência dos luso-brasileiros. Mesmo ocupando uma das mais importantes áreas de produção de açúcar do mundo

e um dos mais importantes pontos de escoamento desse açúcar, os holandeses tiveram grandes dificuldades porque deixaram praticamente intocadas as regiões interioranas do Nordeste. Apesar de conseguirem estabelecer acordos com algumas famílias importantes de Pernambuco, muitos engenhos, plantações e escravos ficaram nas mãos de grupos que resistiam ao domínio flamengo. A guerra entre luso-brasileiros e holandeses desestruturava o sistema produtivo e o fluxo do açúcar brasileiro para os portos holandeses, ocasionando uma alta no preço do produto.

Sobre o processo de expansão holandês pelo território norte-rio-grandense, Tavares de Lyra (1998, p. 86-87) cita a organização de uma expedição, no dia 13 de dezembro, para Genipabu, de onde os holandeses trouxeram 35 reses que iriam abastecer as tropas estacionadas em Natal e no Forte. O êxito dessa primeira expedição levou-os a organizar, no dia 14, uma outra em direção ao interior, possivelmente para atacar o engenho Ferreiro Torto, onde “Francisco Coelho, seu proprietário, a mulher, cinco filhos e sessenta moradores sucumbiram” (CASCUDO, 1984, p. 66).

Essas expedições, segundo Monteiro (2000, p. 43-44), eram muito importantes, pois garantiam a expansão do território, consolidando a conquista, ao mesmo tempo que garantiam o suprimento de água e comida. Como o principal centro político e administrativo da capitania, Natal, já fora conquistado, restava aos holandeses empreender a conquista do principal centro econômico – a povoação de Cunhaú, onde havia um pequeno forte³², canhões de ferro, o que ainda assim praticamente não permitiu a resistência dos moradores.

Referindo-se a essa expedição um eminente estudioso diz:

Em 1634 atacam o engenho de Cunhaú onde, diz Laet, havia um fortim. Esmagados pela surpresa os portugueses perderam onze homens e o chefe, Álvaro Fragoso, caiu prisioneiro. A população derramou-se espavorida, pelos campos, indo ter uma boa parte, ao encontro dos Janduíis que foram tropa auxiliar no sucesso. (...) Ainda apareceu o comandante Smient, de reforço (CASCUDO, 1984, p. 66).

Mas não era o açúcar a riqueza que mais atraía os portugueses. Em 1630, um espião holandês, Adriano Vendonck, descrevendo o Rio Grande refere-se a dois engenhos, o Potengi e o Utinga, “que fazem pouco açúcar”. O próprio Maurício de Nassau diz, em 1638, que o Engenho Potengi, decaído há anos, “não tem terras capazes” (1998, p. 45). Vicente Lemos (apud LYRA, 1998, p. 75), cita dois engenhos, “Ferreiro Torto, de fogo morto, pela ruindade das terras”, e Cunhaú. Ambos produziam “de seis a sete mil arrobas de açúcar anualmente”. Produzia-se pouco açúcar, mas criava-se “bastante gado”. E era o gado bovino o maior atrativo econômico do Rio Grande. Além dele, a capitania produzia farinha de mandioca e havia muito pescado, o que tornava a área uma grande reserva de proteína, garantindo o abastecimento das tropas invasoras, fato confirmado por Joan Nieuhof, funcionário da Companhia das Índias Ocidentais (1981, p. 269). Ademais, o Rio Grande do Norte, esquina leste-norte da América do Sul, funcionou como base militar garantidora do domínio flamengo em Pernambuco.

Depois da conquista de Natal e dos ataques feitos aos engenhos de Cunhaú e Ferreiro Torto, os holandeses impuseram o seu domínio sobre toda a capitania; os que não se submeteram, foram

³² “Laet informa que o Fortim fôra construído por marinheiros de Dunquerque, ali abrigados enquanto durava a reconstrução de um navio para substituir o próprio, estragado num encalhe. Era um reduto quadrangular e duplo, com muralhas de três metros, na encosta duma elevação. Defendiam-no um fosso, circundado de paralisada, dez peças e dois arcabuzes de forquilha. Destruído, não mais foi merecedor de reconstrução” (CASCUDO, 1984, p. 66). Medeiros Filho (1998, p. 68), confirma as informações de Câmara Cascudo. Quando os holandeses tomaram o fortim, constataram o seguinte espólio: dez canhões de ferro, “todos iguais, que atiravam 6 libras de ferro”, dois arcabuzes de forquilha, onze barris de pólvora e grande quantidade de munições de guerra. Nos casebres “foram encontradas nove caixas de açúcar”; nos galpões de vinho, “36 pipas e outras mercadorias”.

mortos ou tiveram de se exilar no Arraial do Bom Jesus, onde Matias de Albuquerque manteve um foco de resistência, atacando a guarnição holandesa em Recife e impedindo as suas comunicações com o interior (LYRA, 1998, p. 90). A guerrilha feita por Matias de Albuquerque tornava instável a situação holandesa no Nordeste brasileiro, no período 1630-37. Em 1637, com a chegada de Maurício de Nassau para ser governador do Brasil holandês, a situação começou a se estabilizar, sendo desbaratada a resistência a partir daquele arraial, o que obrigou Matias de Albuquerque a retirar-se para Alagoas (WEHLING, 1994, p. 128).

O governo de Nassau foi um esplendor em Pernambuco e, de um modo geral, alvissareiro para os holandeses, pois foi sob o seu comando que se consolidou o domínio flamengo no Brasil, com sucessos militares que representaram conquistas em Alagoas, no Ceará, em Sergipe e no Maranhão, além da fortaleza africana de São Jorge da Mina, de Angola e da ilha de São Tomé. Registre-se que o controle do litoral africano era condição essencial “para garantir o fluxo de escravos necessários à economia açucareira” (WEHLING, 1994, p. 129). O Rio Grande, porém, só teve a lamentar; aqui praticamente só aconteceram tropelias, violência, destruição e terror. Ou para utilizar a expressão de Tavares de Lyra, “da presença holandesa no Rio Grande do Norte ficou apenas uma triste lembrança”. Segundo Monteiro (2000, p. 41), antes que os holandeses empreendessem a conquista da capitania de Pernambuco, a Companhia das Índias Ocidentais

já definira uma política de permanente aproximação e aliança com tribos indígenas locais de forma a facilitar a guerra de conquista. Uma vez estabelecido o poder holandês no Nordeste do Brasil, essa aproximação seria cuidadosamente preservada e a ela os indígenas corresponderiam com inúmeras alianças.

Para execução e sucesso dessa política, foram fundamentais alguns funcionários da Companhia das Índias Ocidentais, contratados com esse objetivo. Dentre eles, encontrava-se Jacob Rabe³³ que atuaria junto aos indígenas do Rio Grande. Falando cinco idiomas (o alemão, o holandês, o português, o tupi e o tarairiu), Rabe viveu com os indígenas durante longo tempo e produziu um relatório, com informações importantes sobre sua cultura, que constituiu um dos raros textos produzidos sobre os indígenas do período e utilizado por diferentes historiadores.

Visando facilitar o domínio no Rio Grande, os holandeses aliaram-se aos índios janduí, inimigos dos potiguares (aliados dos portugueses), e passaram a perseguir as comunidades portuguesas, realizando uma série de massacres, que ficaram na memória dessas comunidades, aumentando a rejeição, entre os habitantes da capitania, à presença holandesa. Cascudo (1984, p. 66) afirma que desde março de 1634 Janduí, chefe de uma tribo cariri que usava seu nome, estava aliado aos holandeses e contava com um delegado junto à sua corte, Jacó Rabi, um judeu alemão que trabalhava para Companhia das Índias Ocidentais. Rabi lançou os janduí “como uma matilha adestrada e fiel para estraçalhar os colonos, reservando-se melhor parte e escolhido quinhão no botim”.

A tática holandesa junto aos índios foi a das boas relações. Alguns índios foram estudar na Holanda, como o chefe potiguar Antônio Paraopaba, um dos comandantes do massacre de Uruçu, Pedro Poti, Antônio Francisco, Luís Gaspar e outros. Como delegado holandês frente aos janduí encontrava-se um alemão chamado Jacob Rabi, funcionário dos holandeses que chegara ao Brasil em 1637, responsável pelas maiores atrocidades cometidas durante o domínio flamengo, algumas com características de genocídio, como foram os casos nos engenhos de Cunhaú, Uruçu e Ferreiro Torto.

³³ São várias as formas que se escreve o nome desse funcionário da WIC. Mantenho a grafia usada por cada historiador.

Mas não foram somente os janduís que se aliaram aos holandeses. Algumas tribos potiguares também se aproximaram dos flamengos, como confirma Câmara Cascudo ao se referir à aliança feita entre os invasores e um destacado chefe potiguar.

Pedro Poti, potiguar, primo de Dom Antônio Felipe Camarão, mas aliado dos flamengos, escrevera em 1631 aos Cariris animando-os a um contrato de auxílio mútuo com a Companhia. Southey aponta o mulato Calabar como negociador do convênio. Laet indica o conselheiro Jacó d'Artischau Arciszewksi, o famoso Artichofski, como elemento de ligação. Antônio Papaopeba (pelo nome era tupi), que voltara da Holanda e depois governara os indígenas do Rio Grande, pelos holandeses, interessou-se também (CASCUDO, 1984, p. 66).

Mesmo contando com aliados de expressão entre duas das mais importantes nações indígenas da capitania, os holandeses não incursionaram muito pelo interior, limitando-se mais às áreas litorânea e agreste, nos atuais municípios de Natal, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Arês, Goianinha, Canguaretama, todo o vale do rio Ceará Mirim e toda a área salineira.

A administração holandesa era marcada por uma certa descentralização, com o Brasil dividido em quatro províncias, ficando o Rio Grande subordinado à da Paraíba. O poder local era exercido por uma “Câmara dos Escabinos”, composta por um funcionário holandês – o “esculteto” – e dois luso-brasileiros, nomeados pelo Supremo Conselho Político Holandês, era responsável pela administração, justiça, fazenda e segurança da capitania. Essa forma de administrar, segundo Monteiro (2000, p. 45),

é representativa da estratégia adotada pelos novos conquistadores para viver com os proprietários rurais e senhores de engenho. Considerando-se que à Cia. das Índias Ocidentais interessava, sobretudo, o lucro gerado pela cana-de-açúcar, motivo último da invasão, era necessário garantir a continuidade da produção e comércio dessa mercadoria. Nesse sentido, o poder holandês lançou proclamas à população sob seu domínio, declarando que a propriedade dos engenhos seria respeitada, que seriam feitos empréstimos em dinheiro para a reconstrução daqueles que haviam sido destruídos nas lutas e para a compra de escravos africanos, e que os impostos de exportação teriam seu valor diminuído. Além disso, a Cia. prometia respeitar a liberdade de culto da população local.

Todas essas medidas visavam à manutenção de uma convivência pacífica com os luso-brasileiros, evitando os conflitos entre os holandeses calvinistas e os portugueses católicos. Durante o governo de Nassau praticamente não houve conflitos entre holandeses e portugueses por questões religiosas, pois foi concedida liberdade de culto para os luso-brasileiros. Porém, após a partida de Nassau, os holandeses passaram a perseguir os católicos, inclusive matando vários missionários, o que acirrou os ânimos dos colonos luso-brasileiros e transplantou para o Brasil a tensão religiosa que assombrava a Europa desde meados do século XVI.

Olavo de Medeiros Filho (1998, p. 101), escorado no depoimento dado ao Conselho de Guerra Holandês, no Recife, pelo índio tapuia conhecido como Marciliano, diz que o referido índio foi enviado por Janduí e Oquenaçu “a fim de propor aos flamengos uma aliança contra os portugueses”, proposta prontamente aceita pelos holandeses. Segundo Denise Monteiro (2000, p. 48), os holandeses esperavam dos indígenas que estavam sob o seu comando apoio nos combates contra as tropas portuguesas, mas também a provisão de mantimentos. Ocorreu, segundo a referida

historiadora, um processo de aldeamento forçado, não faltando inclusive a tentativa de catequização calvinista, um importante instrumento de dominação dos nativos.

Essas tentativas não eram regra, mas ações individuais implementadas junto às nações indígenas do litoral, como os potiguares. Mas foi uma ação desse tipo, em 1642, com o governo holandês tentando estabelecer uma política regular de catequese, que fez explodir um levante indígena ocorrido no Ceará em 1644. Aqui na capitania do Rio Grande não há informações seguras acerca da presença de missionários calvinistas (MONTEIRO, 2000, p. 48). Porém, é fato que, desde os tempos de Nassau os holandeses manifestaram uma preocupação crescente quanto à formação de uma política de aliança com as tribos indígenas, o que procuraram fazer por todos os meios, como demonstra relatório, de 1638, assinado por Maurício de Nassau, Mathias van Ceulen, John Ghijselin e Adriano van der Dussen, e que propõe que os índios sejam empregados “o mais possível em proveito da Companhia” e que não se devem poupar “esforços nem despesas para atrair o maior numero delles, tratando-os com toda a consideração e premiando os seus serviços muito mais generosamente do que os nossos inimigos, de modo a não terem motivo de queixa (...)”. E conclui:

Procuramos por todos os meios prende-los a nós, empregando as diligencias necessárias, promettendo a liberdade a toda sua nação, conforme ha tempos fizemos por toda parte publicar em editaes, começando com registrar todos os índios das diferentes tribus, livres e escravos, residentes com os portuguezes, no desígnio de libertar e mandar para as suas aldeias os desta região e aquelles cujos senhores não apresentarem títulos legítimos de propriedade (apud CARVALHO, 2007, p. 165-166).

Com os índios do sertão, os holandeses tiveram uma relação mais amistosa, tendo em vista a pouca penetração dos portugueses pelo interior. Assim, os índios tapuias viam os seus aliados brancos em pé de igualdade, com Janduí (Nhandui) chegando inclusive a enviar planos e sugestões ao Conselho Holandês para vencer os portugueses. Em virtude de sua ferocidade, os índios janduís mais pareciam inimigos. Em face disso, os holandeses procuravam mantê-los à distância, afastado das zonas habitadas, pois chegavam a atacar povoados e arrancar as roças (MELLO, apud MONTEIRO, 2000, p. 50).

A escassez de alimentos era outro problema constante. Para resolvê-lo, os holandeses saqueavam as propriedades e incitavam os índios contra os portugueses, como forma de diminuir a população e equacionar o problema da falta de comida. Conseguiram, em parte, seus objetivos, lançando os janduís contra os portugueses e seus aliados potiguares.

É certo que todo processo de conquista militar envolve violência. O da conquista do Brasil não seria diferente. Na capitania do Rio Grande, os holandeses começaram a praticar ato de violência no início da conquista, quando assaltaram os moradores de Ferreiro Torto e, depois, de Cunhaú. Porém, com o passar do tempo e com a eliminação de focos de resistência ao domínio holandês na capitania, cessou quase completamente os ataques holandeses. O interesse da Companhia das Índias Ocidentais era produzir açúcar.

O engenho Cunhaú, o mais importante do Rio Grande, fundado pelos irmãos Antônio e Matias de Albuquerque, numa sesmaria doada por Jerônimo de Albuquerque, em 1604, era o mais importante da capitania. Depois da invasão e, tendo em vista a oposição de Matias de Albuquerque à presença holandesa, a Companhia o confiscou e o vendeu, em 15 de junho de 1637, a Joris Garstman, primeiro governador holandês da capitania do Rio Grande, e ao conselheiro Baltasar Wintgens por 60 mil florins.

A resistência à presença holandesa recomeçou e acentuou-se em 1638, quando os flamengos fizeram uma frustrada tentativa de conquista da Bahia. A vida, porém, continuou na capitania sem maiores acontecimentos até o regresso de Maurício de Nassau para a Holanda, em março de 1644, quando “a colônia entrou em uma fase de completa resistência, entusiasmando-se todos com as vitórias conseguidas” pelas tropas luso-brasileiras diante das forças batavas (SUASSUNA; MARIZ, 2002, p. 84-85). Foi o envolvimento da população luso-brasileira no movimento de expulsão dos holandeses, a partir de 1645, que acendeu o estopim dos massacres no Rio Grande. Os massacres ocorridos na capitania foram uma decorrência da Insurreição Pernambucana.

A 15 de julho de 1645,³⁴ um sábado, apareceu Jacob Rabi no engenho Cunhaú, então pertencente a Gonçalo Ribeiro, a frente de muitos indígenas, potiguares e tapuias. Avisou que tinha instruções para comunicar aos colonos, pedindo-lhes que aguardassem a leitura dessas ordens depois de oficiada a missa. No dia seguinte a pequena capela do engenho ficou lotada. Os colonos entravam na capela desarmados. Ao começar a missa, Jacob Rabi e os índios que o acompanhavam mataram a todos (aproximadamente setenta pessoas) que se encontravam dentro da capela, inclusive o padre André de Soveral, 73 anos, atacado com uma adaga e feito em pedaços, por Jererera, filho de Janduí. Foi um massacre horrível. Para Diogo Lopes Santiago (*História da Guerra de Pernambuco*) e frei Raphael de Jesus (*Castrioto Lusitano*), a ação de Jacob Rabi e dos índios foi motivada pelas ordens recebidas de Recife, para que os moradores do engenho fosse mortos. Nieuhof dá uma versão diferente. Para ele, foram os tapuias que, informados sobre a sublevação dos portugueses em Pernambuco, revoltaram-se e resolveram atacar Cunhaú (apud MEDEIROS FILHO, 1998, p. 105).

Depois de saqueada a capela do engenho, os agressores

Passam para o engenho, incendiando-o entre urros de alegria. Gonçalo de Oliveira, então proprietário e dois servos escapam, fugindo pelo telhado. O sogro de Joris Garstman contou-se entre os defuntos. (...) Os colonos dos arredores, sabedores da matança de Cunhaú, refugiam-se na casa de João Lostau Navarro, no desaguadouro da Lagoa de Papari, barra do Camurupim. Rabi cercou a casa, intimou os sitiados à rendição sob pena de metralha, prendeu-os e levou-os para o Castelo de Keulen (CASCUDO, 1984, p. 69).

As ações dos holandeses no engenho de Cunhaú e nos domínios de João Lostau Navarro, sogro de Joris Garstman, deixaram a população da capitania em polvorosa. Muitos colonos (em torno de setenta pessoas) “refugiaram-se nas margens do rio Potengi, três léguas de Natal, erguendo uma defesa murada de madeira rústica, paliçada rudimentar que apenas abrigava o primeiro embate” (CASCUDO, 1984, p. 83). As armas de fogo, segundo Tavares de Lyra (1998, p. 103), eram poucas, dezessete ao todo, mas eram abundantes “as facas, os dardos, as flechas e os paus tostados”.

Os holandeses temiam a possibilidade daquele lugar se transformar num perigoso centro de resistência. Assim, “o engenho foi logo assaltado, sendo morto muitos dos que nele se achavam, e conduzido preso para o forte de Ceulen o seu infeliz proprietário”. Quanto ao arraial o problema era mais complicado, “e Jacob Rabi com seus índios tiveram de recorrer inutilmente a todos os ardis, até que, sempre repelidos, assestaram duas peças de artilharia contra a cerca, apertaram o sítio e se dispuseram a destruir tudo” (LYRA, 1998, p. 104).

No final de setembro de 1645, Jacob Rabi comandando um grupo de indígenas intimou os colonos

³⁴ Frei Manuel Calado aponta a data de 29 de junho e frei Raphael de Jesus, 16 de junho (apud MEDEIROS FILHO, 1998, p. 105).

a deixar o local, entregando as armas. Responderam que as armas destinavam-se a conter os selvagens e não combater os holandeses, de quem possuíam passaportes e papéis garantindo-lhes vida e fazendas. Teimou Rabi na rendição. Repeliram-no e a luta começou. Três vezes o sinistro Rabi atacou e foi afastado, com ferimentos nos seus bestiais auxiliares. Finalmente voltou ao Castelo de Keulen e veio com um tenente da tropa regular flamenga e dois canhões. Dava sua palavra que nada sofreriam e os indígenas seriam afastados. Invocava a égide do Príncipe de Orange e dos Estados Gerais. Ou espatifaria a todos com tiros de canhão. Os homens renderam-se. Não havia outra alternativa (CASCUDO, 19984, p. 83).

O resultado desse clima de insegurança na capitania levou os portugueses e brasileiros a migrarem para as capitanias vizinhas, principalmente para a Paraíba. Os povoados do Rio Grande foram abandonados, entre eles a sede administrativa, Natal, o que trouxe uma substancial diminuição da população portuguesa nessas localidades. Os mais renitentes “foram abrigar-se na casa-forte existente no sítio de João Lostão Navarro”, sogro do tenente-coronel holandês Joris Garstman. Sem descansar um instante, Jabob Rabi, comandando um grupo de tapuias, apareceu na localidade e provocou “uma outra mortandade”, fato ocorrido em setembro de 1645 (MEDEIROS FILHO, 1989, p. 42).³⁵

O massacre de Uruaçu ocorreu meses depois do de Cunhaú, em outubro de 1645. O massacre como um todo pode ser dividido em duas partes: o assassinato de alguns prisioneiros de guerra (aproximadamente 10), quando de sua transferência da Fortaleza de Santos Reis (Castelo de Ceulen, como chamavam os holandeses) para Uruaçu, e o ataque executado pelos índios àquele povoado, matando a população do engenho e do povoado, com requintes de crueldade, e destruindo as suas edificações. Antes do massacre, alguns habitantes de Uruaçu recusaram as consolações de um pastor protestante, e despediram-se dos filhos, irmãos, esposas e pais. Um dos chacinados, Mateus Moreira, teve o coração arrancado pelas costas; uma senhora teve os pés e as mãos cortados, sobrevivendo alguns dias a esses suplícios; uma menina teve a cabeça partida ao meio; todos, após serem mortos, tiveram os corpos desfigurados. Estima-se que morreram 80 pessoas em Uruaçu, entre elas “o ancião João Lostão Navarro”, o sogro de Joris Garstman (MEDEIROS FILHO, 1989, p. 43).

Vale a pena ver a descrição de Cascudo (1984, p. 83) sobre o massacre:

Rabi conduziu para o Castelo de Keulen cinco reféns, Estevão Machado de Miranda, Francisco Mendes Pereira, Vicente de Souza Pereira, João da Silveira e Simão Correia.

Em Keulen estavam presos Antônio Vilela Cid, seu filho Antônio Vilela, o Moço, e João Lustau Navarro. E refugiados, temendo a indiada feroz, encontravam-se o Padre Ambrósio Francisco Ferro, vigário de Natal, Francisco de Bastos, José do Porto (tinha um porto de pesca no rio Ceará-Mirim) e Diogo Pereira.

Era o 1º de outubro. No dia 2 chegou o conselheiro Adriaen Bullestraeten.

Na manhã de 3 de outubro de 1645 foram esses doze homens levados Potengi acima, até Uruaçu. Viram logo duzentos indígenas e Antônio Parauapaba escaramuçando num cavalo alegremente.

Desceram todos e foram mortos, com refinamentos de tortura.

Terminada a primeira leva de mártires, foram a cerca de meia légua do local, e trouxeram os homens sob o pretexto de assinar papéis. Sacrificaram Antônio Baracho, Francisco Dias, o Moço, Manuel Rodrigues de Moura e sua mulher,

³⁵ A referida casa-forte situava-se “exatamente onde fica a Ponta de Tabatinga” (MEDEIROS FILHO, 1989, p. 42-43).

Manuel Álvares Ilha, João Martins e mais sete moços que recusaram aderir aos flamengos, Antônio Fernandes e Diogo Pinheiro (ou Pereira) que morreram matando, e Matias Moreira ou Matheus Moreira, a quem tiraram o coração pelas costas e o mártir ainda gritou: – Louvado seja o Santíssimo Sacramento!

Morreram nos massacres realizados pelos holandeses em Cunhaú e Uruaçu aproximadamente 150 pessoas. Em Cunhaú, os relatos dos cronistas dão números diferentes – de 36 a 80 mortos (MEDEIROS FILHO, 1998, p. 105-106). Do total de mortos em Cunhaú e Uruaçu, somente de trinta se sabe o nome e a forma como morreram – dois em Cunhaú e 28 em Uruaçu.

Os portugueses e a Igreja atribuíram os massacres à intolerância religiosa. O papa João Paulo II beatificou, em 1998, uma grande quantidade de heróis da cristandade de vários países, entre eles os mártires brasileiros que caíram na guerra contra os holandeses. São trinta pessoas, duas mortas em Cunhaú e 28 em Uruaçu, como dito acima. Delas, sabe-se apenas o nome e como morreram. Na falta de rostos conhecidos, os fiéis dos novos mártires terão de cultuar imagens dos massacres, mais precisamente três quadros que dão detalhes das chacinas. Não há notícias, até o momento, de que os mortos nos massacres tenham feito algum milagre. O Vaticano, porém, está convencido de que preencheram os três requisitos para se tornar um mártir: morreram defendendo a fé católica, foram supliciados e não reagiram.

Joan Nieuhof, funcionário da Companhia das Índias Ocidentais, que viveu no Brasil de 1640-1649, oferece outra pista que pode explicar a ação dos holandeses, num momento em que a resistência luso-brasileira inflamava-se. Para ele, “se o inimigo dominasse o interior e nos privasse do fornecimento de gado e farinha do Rio Grande, justamente numa ocasião em que Itamaracá e Paraíba também estavam bloqueadas, ser-nos-ia quase impossível manter a posse do Brasil holandês, enquanto não chegassem da Metrópole os socorros esperados” (1981, p. 269). “Sem o Rio Grande”, diz Hermann Watjen, no seu *O Domínio Holandês no Brasil*, que “a alimentação da população de Pernambuco, em constante crescimento, seria uma coisa impossível” (apud MEDEIROS, 2002, p. 11). A resistência à presença holandesa aumentava dia-a-dia no Rio Grande. Era preciso extirpá-la, sob pena de, não o fazendo, todo o Brasil-Holandês ficar irremediavelmente ameaçado. A manutenção do Rio Grande era caso de vida ou morte para os holandeses.

Os índios que integravam o exército holandês, entre eles grande parte da nação potiguar, afirmavam que só participaram dos massacres porque não mais suportavam os maus-tratos dos portugueses. O fato é que os massacres desgastaram ainda mais a imagem dos holandeses, potencializando a reação luso-brasileira contra a presença holandesa no Brasil. Depois dessa onda de massacres executada pelos holandeses, os luso-brasileiros reagiram, organizando expedições punitivas contra os flamengos, destruindo as suas propriedades, assassinando os seus funcionários e espalhando o terror no Nordeste holandês, principalmente no Rio Grande (do Norte).

Em fins de 1645, João Barbosa Pinto apareceu em Cunhaú e “vingou todo o sangue derramado”. Em 05 e 06 de janeiro de 1648, Henrique Dias, o glorioso negro Mestre de Campo, atacou os holandeses em Guaraíras (Arês), matando todos os holandeses, os seus escravos e os seus aliados indígenas; em agosto de 1651, mais uma vez João Barbosa Pinto reaparece em Cunhaú, sendo seguido pouco depois por Antônio Dias Cardoso que, sabendo da intenção dos holandeses de fazer funcionar aquele engenho, incendiou tudo, impedindo o seu funcionamento (CASCUDO 1984, p. 70-71).

Na noite de 4 para 5 de abril de 1646 Jacob Rabi foi emboscado e assassinado a tiros e golpes de espada, em Natal, depois de participar de uma festa no sítio conhecido como Portinho de Dirck Muller, cujo “proprietário recebia, por parte dos portugueses, o tratamento de Rodrigo Moleiro”, topônimo que sobrevive até hoje como Rego Moleiro, distrito do município de São Gonçalo do Amarante (2001, p. 94). Joris Garstman, sogro de João Lostão Navarro, morto por Rabi em Uruaçu,

foi acusado como mandante.³⁶ Há cronistas que afirmam, segundo Medeiros Filho (1989, p. 63), que a cobiça foi o motivo maior de Garstman ter mandado matar Jacob Rabi, um homem rico, que tinha muitos tesouros escondidos.

À morte de Jacob Rabi seguiu-se uma furiosa altercação entre os índios janduí e as lideranças da Companhia das Índias Ocidentais. Os índios, através do maioral Janduí, solicitaram às autoridades holandesas que Garstman lhes fosse entregue para “ser justificado”. Os holandeses recusaram a solicitação, sob a alegação de que Garstman era um oficial superior, portanto “sujeito a julgamento especial pela justiça holandesa”, o que frustrou enormemente os indígenas que dali se retiraram para o sertão (MEDEIROS FILHO, 1989, p. 63).

Garstman foi encarcerado e, por mais que negasse o crime de que lhe acusavam, demitido dos cargos que ocupava. Teve os bens confiscados, foi banido do Brasil e remetido à Holanda como indigno. Indultado, voltou “ao Brasil, aqui permanecendo até a final retirada dos neerlandeses” (MEDEIROS FILHO, 1989, p. 64).

A administração de Nassau no Brasil favoreceu a integração entre holandeses e luso-brasileiros, sendo o período em que governou o Brasil (1637-1644) reconhecidamente brilhante. Substituiu lideranças consideradas contrárias à presença holandesa, foi tolerante com os católicos e judeus, investiu em cultura construindo museus de arte, parques botânicos e zoológicos e observatórios astronômicos (IGLÉSIAS, 1993, p. 42). É bem verdade que no Rio Grande as ações construtivas dos holandeses foram pífias, pois com exceção de alguns trabalhos de reparação e a construção de um fortim na lagoa de Guarairas, os holandeses não fizeram praticamente nada.

Tavares de Lyra (1998, p. 123) diz que nada restou dos holandeses na capitania mesmo no que se refere aos “melhoramentos materiais, o legado dos invasores foi quase nulo. A não ser Recife – onde tudo que se fez foi devido à iniciativa pessoal de Nassau – os traços e vestígios de sua passagem ou permanência em terras brasileiras não ficaram assinalados senão pela reconstrução de fortes ou por algumas obras de defesa”.

A forma de administrar de Nassau, entretanto, era contestada pelos dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais que, ávidos por lucros e pela necessidade de recursos para financiar as guerras nas quais estava envolvida a Holanda, exigiam um maior rigor em relação ao Brasil. Como se opunha a tal política, Nassau foi afastado do cargo.

A nova política impunha um aumento dos impostos, a cobrança regular dos empréstimos feitos aos senhores de engenho e o confisco dos bens dos senhores de engenho que não conseguiam saldar suas dívidas; isso gerou um descontentamento generalizado contra os holandeses. Para piorar ainda mais a situação, o rigor fiscal dos holandeses coincidiu com a queda do preço do açúcar.

Na década de 1630, a política espanhola havia mudado sensivelmente, orientando-se “no sentido de uma completa unidade política peninsular e, portanto, pela abolição das semi-independências existentes”, com muitos nobres espanhóis “nomeados para exercer os seus cargos em Portugal” e muitos portugueses sendo convocados “para servirem em guerras que a Espanha continuava a manter na Europa”. Entre os grupos dominantes, no entanto, a preocupação maior era, em 1640 igual a 1580, “de não desencadear uma revolta popular”. Para evitá-la, decidiu-se por *restaurar* a linha legítima da sucessão do trono, que” entendia-se “ter sido preterida em 1580 com a sucessão de Filipe II, visto que de direito a coroa pertencia a D. Catarina, duquesa de Bragança”.

³⁶ Segundo Cascudo (1984, p. 70), após a morte de Jacó Rabi, a Companhia das Índias Ocidentais instaurou inquérito, visando apurar o crime. Janduí exasperado, acreditando ter sido Garstman o assassino, exige ele “lhe seja entregue para que vingue, com suas mãos, a morte do grande amigo trucidado”. Não aconteceu como o chefe indígena queria; Garstman foi embarcado para Recife, e de lá para a Holanda. Alfredo de Carvalho afirma que Jacó Rabi era estimado e temido pelos índios tapuias, mas “era igualmente desadorado pelos portugueses e detestado pelos flamengos”, que o viam menos como “o homem branco voluntariamente degradado ao estreito convívio do mais desprezível gentio”, por isso mesmo, cedo ou tarde, poderia “cair vítima dos odios que acendêra entre os dois principais contendores pela posse do sólo brasileiro” (2007, p. 169-170). Carvalho (2007, p. 177-201) reproduz vários depoimentos acerca do assassinato de Jacó Rabi.

Sendo assim, “dava-se o seu a seu dono”, assumindo o herdeiro dela, “D. João, duque de Bragança” (SARAIVA, 1979, p. 202). Em 1640 chegava ao fim a União Ibérica, com Portugal separando-se da Espanha.

André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Henrique Dias e Felipe Camarão, aproveitando-se dos ressentimentos causados pela saída de Nassau e pela nova política holandesa no Brasil, estimularam a luta dos brasileiros contra os holandeses. O movimento ganhou a adesão de todos os estratos da sociedade – brancos, negros e índios, irmanados, juntaram-se para expulsar o invasor holandês, que, após algumas derrotas, passou à defensiva.

Felipe Camarão, filho de Potiguaçu, um dos maiores potiguares à época da conquista da capitania do Rio Grande, foi um dos grandes nomes da resistência portuguesa contra os holandeses, como o seu pai, que recebera o nome de Antônio Camarão na pia batismal, também fora um grande aliado dos lusitanos. Antônio Felipe Camarão nasceu provavelmente no período da conquista do Rio Grande, pois como ele mesmo afirmara contava 46 anos em 1647. Nascido no Rio Grande “foi *‘criado e doutrinado’* na aldeia de São Miguel ou Meretibe em Pernambuco, pelos franciscanos” (LOPES, 2003, p. 74).

Felipe Camarão foi fiel a aliança feita pelo seu pai, empenhando-se na luta empreendida pelos portugueses para consolidar as conquistas na costa nordeste do Brasil. Já em 1625, participara de uma guerra movida pelos portugueses

contra os índios de sua própria “nação” que haviam se aliado aos holandeses que dominaram a Bahia em 1625. Depois guerreou contra “mocambos de negros” e novamente contra os holandeses em Pernambuco entre 1630 e 1648, ano em que adoeceu e morreu.

O seu esforço, e mesmo o de seu pai, como guerreiros do rei, não ficou desabonado de todo. Por seus serviços nas lutas contra os holandeses e na “*conservação dos mais índios*”, que desde Pernambuco até o Ceará o respeitavam e temiam, foi reconhecido pelo próprio rei que, em correspondência datada de 14 de maio de 1633 ao Governador de Pernambuco, Mathias de Albuquerque, deu-lhe “... *mercê do Hábito da Ordem de Cristo com quarenta mil réis de renda, e que se lhe passe patente de capitão mor dos índios petiguares com outros quarenta mil réis de soldo pagos no almoxarifado dessa capitania e se lhe dê brasão de Armas...*” (LOPES, 2003, p. 74).

Durante a maior parte do conflito, os holandeses mantiveram o controle do litoral, enquanto os brasileiros dominavam o interior. Sem ajuda de Portugal, pouco se podia fazer para expulsar os holandeses. Iglesias (1993, p. 44) afirma que os holandeses tinham sucesso nos centros urbanos, enquanto os luso-brasileiros guerreavam melhor no meio rural. Ademais, o regresso de Nassau para a Europa contribuiu ainda mais para inviabilizar a presença flamenga no Brasil. O desgaste dos combates prejudica os negócios da Companhia das Índias Ocidentais, fazendo decrescer os lucros dos negócios do açúcar.

Um estudioso da história brasileira elenca os fatores que contribuíram para a expulsão dos holandeses do Brasil: a resistência cultural, o conflito de interesses entre senhores de engenho e comerciantes holandeses, as crescentes dívidas dos senhores de engenho com a Companhia das Índias Ocidentais, os conflitos religiosos envolvendo “os luso-brasileiros, católicos devotos, e os holandeses, calvinistas intransigentes e a restauração portuguesa” (HOLLANDA, 1989, p. 250-251).

Paralelamente à luta contra os brasileiros, a Holanda entrou em guerra com a Inglaterra pelo domínio do comércio ultramarino. Essa disputa acirrou-se a partir de 1651, quando a Inglaterra

promulgou os *Atos de Navegação*, pelos quais ficou estabelecido que todas as mercadorias importadas deveriam vir para a Inglaterra em navios ingleses ou em navios de seus países de origem, o que prejudicava sensivelmente os interesses comerciais holandeses.

Diz Francisco Iglesias (1993, p. 44):

Conta para o desfecho a situação européia, quando a Holanda entra em guerra com a Inglaterra em 1652, por causa do primeiro *Navigation Act*, do ano anterior. Ela não podia tolerar a política de Cromwell, protetora da marinha de seu país, garantindo-lhe privilégios e cerceando a ação dos outros – da Holanda sobretudo, a única a fazer-lhe frente nos oceanos e que vê, naquelas medidas, com razão, séria ameaça a seu poderio.

Visando enfraquecer política e militarmente a Holanda, a Inglaterra acabou por dar apoio logístico aos insurretos brasileiros, ao mesmo tempo que fustigava a Holanda numa guerra sem fronteiras. Impossibilitada de manter uma guerra em duas frentes, a Holanda capitulou frente aos brasileiros. Foram expulsos de Pernambuco e, impossibilitados de garantir sua posição na capitania do Rio Grande, os holandeses a abandonaram. Em fevereiro de 1654, o capitão Francisco Figueiroa, comandando 850 homens, veio assumir o comando da capitania; os holandeses haviam fugido, deixando um rastro de ruína e destruição.

Apesar de Pernambuco não ter representado um empreendimento dos mais lucrativos para a Companhia das Índias Ocidentais, os holandeses conseguiram tirar outras vantagens, tais como a sua utilização como base a partir da qual foram lançados ataques à costa ocidental da África e ao Caribe. Da África os holandeses passaram a controlar um importante naco do lucrativo comércio negroiro.

Mas foi do Caribe que os holandeses passaram a ameaçar o antes inigualável potencial açucareiro brasileiro. A expulsão dos holandeses acentuou a crise da empresa açucareira brasileira, pois a Holanda não desistiu do lucrativo negócio do açúcar, passando a produzi-lo em regiões da América Central. Os holandeses já produziam açúcar nas Antilhas, antes de sua expulsão do Brasil, financiando a instalação dos equipamentos necessários à instalação de engenhos aos colonos ingleses e franceses que se estabeleceram na região antilhana. No Brasil, os holandeses aprenderam as técnicas de produção. Já refinavam e distribuíam o açúcar na Europa. Como a produção antilhana tinha algumas vantagens em relação à brasileira, o açúcar holandês desbancou o açúcar brasileiro.

Iniciaram-se, também, os constantes conflitos entre a classe dominante colonial e a metrópole portuguesa, além da subordinação econômica de Portugal à Inglaterra, tanto pelo apoio dos ingleses na guerra contra os holandeses, como nos conflitos que Portugal travava com a Espanha desde a Restauração (1640). Durante o conflito com a Espanha, em tratado celebrado com os ingleses, Portugal recebeu “o auxílio de alguns milhares de militares e de alguns navios”, o que lhe permitiu “fazer face às grandes ofensivas do exército espanhol”, impedindo que o esforço militar da Espanha para empreender a reconquista do território lusitano fosse inútil (SARAIVA, 1979, p. 205).

Para a capitania do Rio Grande, a principal conseqüência foi a Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris, fruto da tentativa do governo de pacificar os índios rebelados no interior. Essa guerra durou aproximadamente meio século e praticamente aniquilou os indígenas da capitania.

2. Sublevação indígena

Havia uma ocupação do território brasileiro que se processava de forma mais lenta e mais modesta do que à que obedecia à lógica militar que predominou no final do século XVI e início do século XVII. Vilas foram fundadas no litoral entre a Paraíba e a Bahia. No Rio de Janeiro processou-se a exploração das áreas mais ao norte (WEHLING, 1994, p. 113). A coroa portuguesa nunca desistiu de encontrar ouro no Brasil. Se a Espanha encontrara nas suas colônias americanas, Portugal haveria também de encontrar. Por quase dois séculos, dezenas de expedições se embrenhavam pelo interior do Brasil em busca de metais e pedras preciosas. Outras expedições penetravam no interior para prear índios, ação que desde 1537, conforme as Bulas *Universibus Christi fidelibus* e *Sublimis Deus*, era rechaçada pela Igreja Católica. Os documentos papais reconheciam que índios tinham uma alma imortal e proibia, “sob pena de excomunhão, a escravatura indígena no Novo Mundo”. (LOPES, 2003, p. 89).

A pecuária foi também um elemento de conquista. No início da colonização, o gado era criado no litoral, próximo aos engenhos. Aos poucos, o gado que vivia solto foi sendo levado para o interior, abrindo uma nova fronteira. Muitos estados do Nordeste foram colonizados por criadores de gado. Em poucos anos, a pecuária nordestina se expandiu, criando uma área de atrito com os índios. Existiam bandeiras que procuravam metais e pedras preciosas (bandeiras de prospecção) e bandeiras que preavam índios (bandeiras de apresamento). As bandeiras de apresamento penetravam no interior do Brasil para prender índios e vendê-los como escravos para os agricultores e criadores de gado de São Paulo e regiões vizinhas. Esse comércio de mão-de-obra indígena teve um aumento significativo durante domínio holandês, devido à dificuldade do comércio negreiro nesses períodos. A expulsão dos holandeses e a crise da empresa açucareira levaram à decadência das bandeiras de apresamento.

Após o fim da União Ibérica e a expulsão dos holandeses, a coroa portuguesa implementou um processo de centralização administrativa no Brasil. O principal objetivo de Portugal era compensar as perdas sofridas no resto de seu império colonial. Isso só seria possível com o aumento da atividade econômica. Entretanto, esse ímpeto de arrecadação de impostos português coincide com a crise da empresa açucareira. Relatório elaborado em 1657 pelo Conselho da Fazenda dá conta da precariedade da economia portuguesa:

A Índia (...) acha-se hoje reduzida miseravelmente a seis praças principais, que são: Moçambique, sem defesa; Goa, pouco segura; Diu, arriscada; Cochim, pendente da amizade do rei; Columbo, invadida pelos Holandeses; Macau, sem comércio, desesperada (...) Angola, nervo da fábricas (actividades) do Brasil, necessita de prevenção contra os desejos que os Castelhanos, Ingleses, Holandeses têm de nos tirarem os negros e os levarem às Índias, às Barbadas e outras partes. (...) O Brasil, sustância principal desta coroa, pede socorros, e são-lhe necessários (...). Portugal finalmente se acha sem forças, nem ânimo para se sustentar, assim porque a Fazenda real, totalmente exausta nos juros, tenças, ordenados e outras consignações do bem público, não só falta para partidas grossas (grandes despesas) e para pagar o que deve de justiça, mas ainda para despesas miúdas, nas ocasiões mais principais (Apud SARAIVA, 1979, p. 226-227).

Era necessário, portanto, um incremento em outros setores produtivos. Não se podia mais limitar à produção de açúcar, visto que os lucros dessa atividade baixaram “até metade por efeito da perda do monopólio, ainda mais porque os holandeses obtiveram uma produção mais racional (aproveitando até o bagaço) e de custo menor” (LOPEZ, 1991, p. 56). A procura por metais e

pedras preciosas ganhou ânimo novo, com a freqüente organização de bandeiras prospectoras. No Nordeste expandiu-se a pecuária, que entrou pelo interior da região, desbravando-o e gerando a animosidade dos índios. Segundo Lopes (2003, p. 90-91), no início da colonização do Brasil, as relações entre portugueses e indígenas eram amistosas. No entanto, à medida que a política colonizadora portuguesa avançava com a montagem do sistema de capitanias hereditárias, aumentou a pressão pela necessidade de escravizar os índios. Para tanto, o Estado português concedeu “plenos poderes aos Donatários para o cativo dos índios”. Somente a partir de 1549, quando da implantação do Governo-Geral e muito possivelmente já movido pela influência das bulas papais de 1537, “houve uma modificação legal nas relações entre colonos e índios”, com as novas diretrizes da ação portuguesa no Brasil estabelecendo, entre outras coisas, que a terra do Brasil fosse povoada a “*proveito dos naturais dela*”. O Regimento dos Governadores, trazido por Tomé de Souza, primeiro Governador-Geral do Brasil, proibia a escravização e a utilização dos índios como mão-de-obra, bem como a guerra contra eles sem licença do Governador, visto que, como dizia o Regimento, “o principal fim por que se manda povoar o Brasil é a redução do gentio à fé católica”.

A política missionária administrada pela Igreja e pelo Estado português, através da organização de Missões, aldeamentos indígenas criados e organizados por religiosos nos locais próximos aos que os índios se encontravam, geralmente afastados dos povoados luso-brasileiros, foi outro fator que desestabilizou os sertões. No entender da antropóloga Berta Ribeiro (apud LOPES, 2003, p. 92), as motivações dos missionários católicos eram basicamente três: converter os índios à fé católica, salvando-lhes as almas; auxiliar no processo de colonização, garantindo a paz e conseguindo trabalhadores; sustentar a Ordem religiosa a qual fossem ligados.

Os missionários deveriam atuar, segundo Baêta Neves (apud LOPES, 2003, p. 93), pelo “*convencimento*”, tentando estimular por meios pacíficos os ensinamentos cristãos. Se esse caminho falhasse, deveria então ser empreendida a “guerra justa” como “*instrumento de salvação da alma*”. Os jesuítas foram os pioneiros na ação catequética,

espalhando-se pela Bahia, pela Capitania de São Vicente e todo o restante do litoral. Nesse primeiro momento, utilizavam-se das **missões volantes**, isto é, os jesuítas visitavam as fazendas, engenhos e as aldeias indígenas pregando a doutrina cristã e tentando converter os indígenas, que poderiam permanecer nas suas aldeias originais ou serem reduzidos às Aldeias de El-Rey. Pela sua importância religiosa e colonial, as missões volantes foram encaradas como a principal atividade dos missionários nas colônias, sendo os Colégios, inclusive, formados para servir de base de apoio a elas (LOPES, 2003, p. 94).

O processo de colonização avançou por todo o litoral norte e em direção ao interior do país, o que levou também à expansão da fronteira missionária. A Amazônia foi definitivamente incorporada em território brasileiro. O interior do Nordeste foi devassado e conquistado. A região do Planalto Central começou a ser explorada. Todo esse processo contribuiu para o aumento do território brasileiro, mas gerou atritos com os indígenas. Segundo Andrade (1981, p. 17), o processo de ocupação do oeste da capitania do Rio Grande deu-se concomitantemente ao processo de ocupação da costa oriental do Brasil com a empresa açucareira. Foram “os senhores de engenho de Pernambuco que estimularam a implantação de fazendas de criação de gado na costa setentrional, utilizando posteriormente os vales do Piranhas-Açu e do Mossoró-Apodi para penetrar para o interior”.

Desde a conquista da capitania do Rio Grande é notada a presença missionária, como pudemos perceber pela presença dos jesuítas Gaspar de Samperes e Francisco Lemos e dos frades franciscanos João de São Miguel e Bernardino das Neves, todos egressos

do Colégio Jesuíta de Olinda e do Convento Franciscano, que já tinham contato com os Potiguara da Paraíba, inclusive com a formação de aldeamentos nas cercanias de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa). A presença desses religiosos nas expedições de conquista advinha da necessidade de se ter um meio de contato com os indígenas e também uma assistência religiosa aos portugueses (LOPES, 2003, p. 99).

Quando Antônio Vaz Gondim, novo governador de 1656 a 1662, assumiu o comando da capitania do Rio Grande, dois anos após a expulsão dos holandeses, uma de suas providências mais importantes foi, logo após o restabelecimento do senado da câmara de Natal, em 1659, conclamar os antigos moradores a retornar às suas antigas roças e fazendas mais de 150 colonos. “Na sua administração”, diz Tarcísio Medeiros (1973, p 50), “a Capitania começou a povoar-se”, retomando a obra colonizadora iniciada antes da invasão holandesa, “agora em condições mais favoráveis, porque o interior havia sido em grande parte devassado”.

Até 1660, não havia ato prescrevendo normas uniformes à ação dos capitães-mores, que, sem uma legislação que limitasse o seu poder, abusavam da autoridade que lhes era conferida. Em 1º de outubro daquele ano, D. Vasco Mascarenhas, Conde de Óbidos, Vice-Rei³⁷ do Brasil, expediu um regimento geral, que regulamentava a atuação dos Capitães-mores.

Quando Valentim Tavares Cabral assumiu a capitania do Rio Grande, para uma administração que se estendeu de 1663 a 1670, um dos artigos do regimento proibia a concessão de sesmarias. Mas ele as fez, não abrindo mão da competência até então assegurada aos seus antecessores. Ainda assim, o movimento colonizador não avançava sertão adentro, restringindo-se ao litoral. Somente na administração de Antônio de Barros Rego a colonização avançou pelo sertão, com os colonos penetrando no interior da capitania em busca de vantagens proporcionadas pela pecuária. Cresce a criação de gado no sertão, mas os colonos têm de conter as freqüentes rebeliões dos índios, que aumentam substancialmente com o povoamento dos sertões, pois a penetração através dos rios Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró encontrou um sertão ocupado por “grupos indígenas aguerridos que, refugiados nas serras, resistiram por muitos anos ao invasor (Guerra dos Bárbaros), a ponto de se tornar necessário a vinda de bandeirantes” (ANDRADE, 1981, p. 17).

A vitória sobre os holandeses teve seu preço, pois muitos oficiais que participaram das batalhas conseguiram concessões de sesmarias nas regiões que estiveram sob domínio batavo. Segundo Monteiro (2000, p. 57), membros da elite colonial, como João Fernandes Vieira, senhor de muitos engenhos na capitania de Pernambuco, que trabalhara para a WIC e depois fizera parte dos que a combateram, recebeu glebas de terra no vale do rio Ceará-Mirim e na ribeira do rio Açu, concedidas, respectivamente, em 1666 e 1680.

Os potiguares, índios do litoral, pertenciam à nação tupi-guarani. Esses índios, através da liderança de seus chefes, entre os quais destaca-se Poti, eram aliados dos portugueses. Sua importância na colonização foi tão acentuada que o governo português concedeu ao índio Poti, já cristianizado, o título de D. Antônio Felipe Camarão. Sua mulher, Clara Camarão, chegou a arregimentar índias para combater os holandeses. Os índios que não fossem da nação tupi-guarani eram genericamente chamados de tapuias. Os cariris eram tapuias famosos pela sua ferocidade.³⁸

Medeiros (1973, p. 54-55) divide assim os grupos indígenas:

a) potiguares, que ocuparam todo o litoral, da Paraíba ao Ceará: divididos em potiguares legítimos, paiaguás, jundiás e guaraíras.

³⁷ Nova denominação de Governador-Geral.

³⁸ Citando Estevão Pinto, Tarcísio Medeiros (1973, p. 54) diz que cariris e tapuias não correspondem à mesma categoria indígena.

b) cariris, que viviam no interior: divididos em ariús ou areias, panatis, curemas, icós, pebas, caicós, paiacus, pajeús, janduís, pegas, moxorós, canindés, caborés, pacajus e paiins.

Tradicionalmente, potiguares e cariris eram inimigos. Enquanto os primeiros mantinham relações de amizade com os portugueses, os cariris eram aliados dos holandeses. Quando foram recambiados do sertão para o litoral por ordem de Maurício de Nassau, governador do Brasil holandês, liderados e incentivados por Jacob Rabi, os cariris, principalmente os janduís, participaram efetivamente dos principais morticínios ocorridos na capitania do Rio Grande. A Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris “foram em grande medida o resultado imediato da desestabilização das alianças militares firmadas no período mais agudo do conflito Portugal-Holanda e do realinhamento conseqüente destes mesmos grupos” (PUNTONI, 2002, p. 57-58).

Mas convém ressaltar que nem todos da nação potiguar estiveram ao lado dos portugueses, como bem lembra Tavares de Lyra (1998, p. 140): “Triunfantes os flamengos, uma parte dos potiguares acompanhou Camarão, combatendo ao lado dos portugueses, e outra parte, obedecendo às inspirações de Pedro Poti e Antônio Paraupaba, seguiu os vencedores, aos quais também se aliaram os tapuias”. Porém, foram mesmo os tapuias os que, segundo Suassuna e Mariz (2002, p. 99), mais se bateram contra a expansão colonizadora portuguesa e numa luta sem trégua contra a escravidão, com destaque para os índios janduís, caracarás, areias, pegas, paiacus e canindés.

A escravização dos indígenas era prática comum no Brasil, sendo necessária uma regulamentação. A Mesa de Consciência e Ordem decidiu, em 1565, que a prática de escravizar os índios deveria ser restringida aos casos de *guerra justa*, a saber, quando não aceitassem de bom grado a submissão às autoridades lusitanas. A aplicabilidade de tal determinação era difícil e até o século XVI essa determinação virou letra-morta.

Somente no início do século XVII a política portuguesa para os indígenas começou a ser implementada tal qual o que fora determinado pela Mesa de Consciência e Ordem, quando em 1609 foi criado, no Brasil, uma seção do Tribunal de Relação, responsável pelo controle das relações políticas, jurídicas e sociais na colônia, o que significava, entre outras coisas, fazer cumprir a garantia da liberdade aos índios, proibindo a sua escravização e exigindo dos colonos pagamento quando os mesmos lhes prestassem serviços. À Igreja, com destaque para a Ordem dos Jesuítas, caberia a função de catequizar, criar e organizar os aldeamentos e administrar as terras e os serviços dos índios. Como os colonos reagiram com veemência contra essa determinação, em 1611 o governo retrocedeu e concedeu-lhes o direito de escravizar os índios capturados em *guerra justa*. Começava aí um embate sério entre os colonos laicos e os colonos religiosos.

Após a expulsão dos holandeses, começou a efetiva ocupação do interior da capitania, incentivada pelo novo administrador Vaz Gondim, empurrando os indígenas ainda mais para o interior, escravizando-os e matando-os. Dessa forma, o interior da capitania foi sendo povoado, abrindo-se várias fazendas de gado. Essa incursão povoadora eliminava a possibilidade de os índios serem abastecidos com armas e munição por estrangeiros, como havia acontecido com os holandeses. À medida que as cidades e vilas iam se espalhando pelo território brasileiro, as autoridades coloniais passaram a atuar no sentido de garantir “uma melhor utilização e repartição dos solos coloniais, visando à manutenção da oferta de alimentos”, tendência que levou a uma política de maior distribuição de terras onde se pudesse criar o gado solto. A conseqüência imediata dessa ação “foi a interiorização na distribuição das terras” a “grandes senhores assentados em outras capitanias adjacentes” e a “alguns soldados que combateram os holandeses, a quem o Rei de Portugal prometera ‘remunerar’ pelos seus serviços, com terras a serem distribuídas nas capitanias do Norte antes ocupadas pelos invasores” (LOPES, 2003, p. 129-130).

A expansão portuguesa era feita em detrimento dos índios, que perdiam suas terras, eram mortos ou escravizados, mas não sem resistência. Esse processo de ocupação territorial do nordeste, batizado de “rush fundiário” por Francisco Carlos Teixeira da Silva (apud LOPES, 2003, p.

130) que “teve seu ápice entre os anos 1670 e 1690”. A expansão feita dessa forma, sem nenhum “respeito aos bens dos índios, que ainda eram preados para o eito escravo”, foi elemento essencial para o surgimento dos primeiros atritos, “o correr de sangue de uma guerra que, por espaço de cinqüenta anos”, gerou “violências, extorsões, vilipêndio e rapinagem”. Junte-se a isso “o ódio latente do colono branco aos nativos da nação Cariri, habitantes do interior, aliados aos batavos e responsáveis pelas atrocidades de Cunhaú, Ferreiro Torto, Uruaçu, Guarairas”, e teremos o fermento que fez nascer e crescer o conflito (MEDEIROS, 2001). É bom ressaltar que a resistência indígena à colonização lusitana fez-se presente desde o início, aumentando à medida que se estabelecia o avanço português sertão adentro. No Nordeste brasileiro havia “um bloco de terras habitado por indomáveis e vultosas tribos” que, furiosamente, resistiam “ao avanço da conquista branca”. De todos os “tapuias distribuídos por numerosas tribos, os mais célebres parecem ter sido os janduins que os cronistas apontam como terríveis e ferozes adversários dos conquistadores”. Em 1662, a rainha D. Luísa, que então exercia a regência em nome de D. Afonso VI, expediu uma carta régia determinando que se deveria fazer guerra “aos ‘bárbaros janduins’ do sertão” paraibano, pois havia o receio de, “valorosos como eram, fácilimo seria que se convertessem em novos araucanos como os das Índias de Castela” (TAUNAY, 1975, T. 1, p. 151-151).

Percebe-se nos documentos que garantiam a doação de terras aos colonos o mesmo padrão. Eles reiteram a idéia de um sertão “vazio”, ainda que “ocupado” por índios, como provam os documentos citados no trabalho de Fátima Lopes. Isso não constituiu, segundo a eminente professora, “uma incongruência no pensamento colonial”, tendo em vista que os colonos só admitiam “a propriedade régia no Brasil, e, não “sendo os índios tapuias vassallos do rei de Portugal, não poderiam ter direito à posse delas, como os colonos portugueses, mesmo sendo de conhecimento geral que os índios eram os seus habitantes primitivos” (2003, p. 131-132).

Como haviam sido armados pelos holandeses, os índios passaram a atacar as fazendas de gado, incendiando-as, matando o gado, os vaqueiros e os plantadores do sertão, dominando as áreas de Açu, Apodi e Ceará Mirim. A insegurança era tanta que provocou um verdadeiro êxodo dos colonos. Houve momento “em que até a Fortaleza dos Três Reis Magos, baluarte de Natal, quase ficou sem guarnição”. Correram notícias de que um “verdadeiro exército tapuia” ameaçava atacar Natal (TAUNAY, 1975, T. 1, p. 164).

Tavares de Lyra diz que no momento em que eclodiu a rebelião indígena,

os potiguares se encontravam nas várzeas próximas ao litoral e as demais tribos dominavam, entre outras, as terras banhadas pelo Apodi, Upanema, Espinharas, Seridó e alto e baixo Piranhas. Grande número de potiguares, provavelmente os que tinham servido no exército libertador ou deles descendiam, secundou os esforços das autoridades para jugular a rebelião.

Os tapuias, porém, a ela aderiram, em sua quase totalidade, desde o primeiro momento. Só muito depois e ao se tornar impossível a resistência foi que começaram as defecções (1998, p. 140).

Lembra Taunay (1975, T. 1, p. 152) que os tapuias estavam exasperados. Recordavam das violências praticadas por João Fernandes Vieira quando de seu governo na Paraíba (1655-57). Ademais, a ocupação dos sertões e a resistência dos tapuias não foi fato isolado. No Recôncavo Baiano, entre os anos de 1651 e 1679, “as guerras contra os tapuias que ‘assolavam’ o Recôncavo Baiano serviram de campo de provas para novas estratégias que determinariam a forma de extermínio que seria praticado nos séculos vindouros” (PUNTONI, 2002, p. 44).

Recém saída de um período de destruição, a capitania do Rio Grande passou por um longo período de violências. O ano de 1687 foi o que “os levantes tapuias ganharam radicalidade”,

principalmente em “Pernambuco e capitanias anexas”, casos do Rio Grande do Norte e do Ceará (PUNTONI, 2002, p. 44).³⁹ Essa luta, conhecida como Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris, durou aproximadamente 50 anos e contribuiu para extinguir toda uma raça. Eclodiu na administração de Pascoal Gonçalves Carvalho que, sem condições de enfrentá-la, foi substituído no comando da capitania. Em 1688, o governo chegou a contratar a Companhia do Terço dos Paulistas, comandada pelo experiente bandeirante Domingos Jorge Velho, que aqui permaneceu combatendo por longo período os índios rebelados sem, contudo, vencê-los.

Vamos conferir o relato de Câmara Cascudo sobre o levante:

Em agosto de 1685 os indígenas da região do Açu, especialmente janduís, movimentaram-se hostilmente. Em paz realmente nunca tinham vivido. Vários Capitães-Mores anteriores foram obrigados a ir aquietar o indígena, num e noutro ponto, com a espada na mão. Em fevereiro de 1687 a situação estava declarada. Os indígenas corriam incendiando, matando o gado e os vaqueiros e plantadores do sertão. (...) Mais de cem homens mortos, gadaria dizimada, incêndios, depredações. (...) Em dezembro os indígenas estão senhores e possuidores das ribeiras do Açu e do Apodi e chegam ao Ceará-Mirim, cinco léguas de Natal (984, p. 97).

Os conflitos não tardaram. Do sertão de Pernambuco, mas principalmente “no Rio Grande do Norte, dominavam os índios janduís, “a mais valorosa e pertinaz na sua defesa, e ódio aos Portugueses (ERNESTO ENNES, apud HOLLANDA, 1993, p. 25). A nova política portuguesa de aldear os indígenas não foi muito bem recebida, tendo em vista a limitação territorial das *novas aldeias*, as dificuldades de demarcação das terras e os deslocamentos dos índios, retirados de seus domínios de origem para outros. Acrescente-se, ainda, o fato de o Estado português, com intuito de efetivar a colonização, ter armado algumas tribos aliadas para combater índios hostis, que chegaram a ameaçar “a própria vila capital do Rio Grande” (HOLLANDA, 1993, p. 25).

Para combater os portugueses, as tribos, quando não conseguiam se aliar, lutavam sozinhas, sem uma unidade de comando, não cabendo, portanto, a expressão confederação (Confederação dos Cariris) para designar a resistência indígena, como bem salienta Puntoni citando o mais renomado historiador norte-rio-grandense:

Câmara Cascudo, que conhecia bem a documentação colonial do Rio Grande, criticou em sua *História* aqueles que “lembrando os tamoios”, chamavam a Guerra dos Bárbaros, “romanticamente”, de *confederação dos cariris*: “Não houve plano comum, nem unidade de chefia. As tribos combateram aliadas ou isoladas. Outras regiões estavam quietas, acordando para a morte quando o fogo se apagava onde começara”. Preferia chamá-la de “Guerra dos Índios” (2002, p. 79).

De início não valeram os apelos enviados às autoridades coloniais. Somente quando os colonos começaram a agir, erguendo casas-fortes, paliçadas na região litorânea e na zona da mata, foi que as autoridades coloniais movimentaram-se, enviando, de Pernambuco, o Terço de Henrique Dias e cinco companhias comandadas pelo Mestre de Campo Jorge Luís Soares para combater os índios rebeldes. Um outro auxílio de grande valia foi o Terço Paulista liderado por Domingos Jorge Velho que, praticando ações inamistosas, origem de desentendimentos com os jesuítas, indispsôs-se com as autoridades da capitania.

³⁹ Diz Puntoni (2002, p. 126): “Alguns acordos pontuais foram tentados com os índios. No ano de 1681, os oficiais da câmara de Natal solicitaram que o capitão-mor enviasse um intérprete ao sertão para tentar estabelecer a ‘paz e união’ com os tapuias”.

O velho bandeirante chegou à região do rio Piranhas-Açu no dia 5 de junho de 1688, juntando suas forças às de Antônio de Albuquerque da Câmara, que então ocupava a casa-forte do Cuó, no sítio Penedo, próximo a atual cidade de Caicó. Auxiliado pelos homens de Albuquerque da Câmara, Jorge Velho construiu uma casa-forte às margens do rio Piranhas, na confluência do rio Espinharas (MEDEIROS FILHO, 2001, p. 122-123). De 2 de agosto de 1688 a 31 de agosto de 1691, quando partiu para destruir Palmares, Domingos Jorge Velho travou com os índios do sertão norte-rio-grandense algumas das mais renhidas batalhas da história brasileira.

Desde meados do século XVI, o Estado português instituiu o ciclo missionário. As Missões, aldeamentos indígenas criados e organizados o mais próximo possível do *habitat* natural dos nativos, foram “o centro da ação catequética” (LOPES, 2003, p. 160-163). No dizer de Beatriz Dantas, citada por uma estudiosa dos índios norte-rio-grandenses, “redutos dos aborígenes sobreviventes à conquista”. Foi somente a partir do século XVII, acompanhando o processo de interiorização colonial, que “os aldeamentos começaram a ser fundados nos sertões, para assistir e cristianizar os índios das novas áreas ocupadas”. Após o fim da união das Coroas Ibéricas, o Tribunal da Relação ratificou, em 1652, a legislação de 1570, que proibia a captura e a escravização de índios através de ataques às aldeias pacíficas. Entretanto, devido a eclosão de “uma série de conflitos no Maranhão, envolvendo colonos e jesuítas por causa dos apresamentos ilegais de índios”, a Coroa portuguesa criou

uma Junta das Missões para o Maranhão e Pará em 1654, conseguindo-se, através dela, uma nova Lei que regulamentou o cativeiro dos índios, tornando claras as condições “*justas e lícitas*” que possibilitavam a escravidão de índios em apenas quatro casos; quando fossem tomados em “guerra justa” declarada pelas autoridades coloniais; quando condenados à morte por outros índios ou libertados pelos portugueses, ou resgatados; quando prisioneiros em guerras intertribais e vendidos por outros índios; e quando impedissem a pregação evangélica. Era garantido aos jesuítas a administração temporal e espiritual dos aldeamentos com exclusividade, devendo, também, os missionários participar das entradas contra os índios para garantir que fossem legais (LOPES, 2003, p. 163).

Visando acabar definitivamente com os ataques indígenas ao Rio Grande, o governo praticamente se decidiu pelo extermínio dos índios – físico ou cultural. A guerra frequentemente variava de intensidade, tornando-se mais uma questão administrativa que militar. Mas a repressão ao movimento tornou-se mais eficiente a partir do momento em que foi possível “considerar cativos legítimos os índios tomados na guerra” (HOLLANDA, 1993, p. 25). Domingos Jorge Velho, por exemplo, chegou a aprisionar mais de mil índios em algumas batalhas. Foi autorizada a doação a ele “dos rendidos do ‘rei’ Canindé, um famoso chefe tapuia (MEDEIROS FILHO, 201, p. 127-128). Essa solução, entretanto, criou um conflito entre as milícias encarregadas de reprimir a revolta e os religiosos interessados em catequizar e explorar o trabalho dos nativos. O capitão-mor Bernardo Vieira de Melo aldeou os índios e incentivou a formação de povoados no interior da capitania, criando condições políticas e administrativas para a ocupação definitiva do Rio Grande. Na capitania do Rio Grande, as Missões só funcionaram efetivamente no último quartel do século XVII, começando pelo trabalho de organizar duas aldeias potiguares ainda existentes no litoral norte-rio-grandense; só depois é que os aldeamentos foram expandidos para o interior, tendo sido a de Apodi a única entre as cinco primeiras (Guajiru, Guarairas, Igramació, Mipibu e Apodi). Os aldeamentos indígenas foram regularizados em 23 de setembro de 1700, segundo Pedro Moura (1986, p. 144), quando Bernardo Vieira conseguiu “o ‘Alvará-em-forma-de-lei’ estabelecendo o limite de uma légua quadrada de terra para cada missão indígena”. Segundo uma estudiosa do assunto, os potiguares, que

habitavam o litoral, foram aldeados em suas próprias aldeias, de Guajiru e Guaraíras, pelos padres jesuítas vindos do Colégio de Olinda, num movimento iniciado em 1678 com a finalidade de retomarem as antigas aldeias por eles freqüentadas anteriormente. Estes aldeamentos foram os que se apresentaram mais estáveis na Capitania do Rio Grande, imaginando-se que em função da própria cultura Potiguara, que já admitia um sistema sedentário e agrícola anteriormente à colonização, e de não haver necessidade de adaptação ao ambiente, já que era ali o seu tradicional lugar. Das aldeias de Mipibu e Igramació também surgiram, no século XVIII, aldeamentos onde a presença missionária era fixa (LOPES, 2003, p. 170).⁴⁰

Márcia do Céu Medeiros (apud LOPES, 2003, p. 186) destaca alguns fatores que fizeram os índios optarem por viver nas Missões. Para ela, a bondade dos religiosos era importante na escolha, mas não era o elemento fundamental. Outros fatores como os enforcamentos, a extinção dos espaços nos quais pudessem levar uma vida nômade, a garantia de liberdade advinda do batismo, o perigo a que estavam expostos se fossem encontrados nos matos “parecem ter sido os motivos mais prementes para os índios desejarem o aldeamento, se quisesse sobreviver”. Portanto, as opções eram praticamente inexistentes. Mas ainda assim, alguns poucos continuaram resistindo, pois a pacificação do final do século XVII, conseguida a duras penas, não afastou a ameaça indígena. O Mestre-de-Campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, comandante do Terço dos Paulistas, foi acusado pelo Procurador da Câmara, em maio de 1700, de desencadear uma guerra contra os janduis e paiacus, aldeados em Apodi, para com essa pseudo-guerra culpar os índios, garantir a sua permanência na ribeira do Açu e, de quebra, conquistar uns prisioneiros para vender como escravos. Ressalte-se que o Terço dos Paulistas permaneceu no Rio Grande por trinta e seis anos (1688-1724) (SUASSUNA; MARIZ, 2002, p. 106).

Tarcísio Medeiros (201, p. 54), afirma que a duração e os focos de sobrevivência da revolta indígena, levante que persistiu por três décadas deveu-se ao apoio dado pelos holandeses, atendendo aos apelos “daquele Antônio Paraupaba, regedor-mor cariri”, então residindo em Haia. Para tanto, navios corsários holandeses aportavam “no delta do rio Açu e na embocadura do Jaguaribe” trazendo armas e munições para os índios amotinados.

A pacificação feita sob os auspícios de Bernardo Vieira de Melo não impediu alguns levantes de índios na capitania. O capitão-mor Salvador Álvares da Silva enfrentou em Açu, em 1712, uma revolta séria, quando os índios atacaram o povoado, que foi defendido pelos moradores e pelos índios paiacus. Em 1718, no governo de Luiz Ferreira Nobre, ocorreu a última rebelião geral dos tapuias, que invadiram o arraial do Ferreiro Torto, querendo matar os moradores e assenhorear-se das armas e munição. Os que escaparam à morte ou à escravidão embrenharam-se nos sertões do Ceará e Paraíba, de onde eventualmente vinham atacar o Rio Grande do Norte. As suas investidas, porém, não mais representavam o perigo de antes. Acrescente-se, como apregoava, Bernardo Vieira de Melo, que era sempre um risco a presença de forças armadas aterrorizando índios já pacificados (SUASSUNA; MARIZ, 2002, p. 106). A qualquer instante o rastilho de pólvora de uma nova rebelião poderia correr pelos sertões nordestinos uma vez mais. Melhor seria a solução do aldeamento, já em curso.

A paz com os índios era de fundamental para a concretização do processo de colonização de toda a capitania, feito só concretizado ao final do século XVIII, quando o território do já então Rio Grande do Norte estava todo ocupado e povoado.

⁴⁰ Entre as páginas 170-186 de seu belo trabalho sobre as relações índios-colonos e sobre a atividade missionária no Rio Grande do Norte, a professora Fátima Martins Lopes identifica e discorre sobre os acontecimentos que levaram à formação das principais missões organizadas na então capitania do Rio Grande.

Sabemos que o Nordeste foi a primeira região criatória. A penetração portuguesa pelos sertões nordestinos tornou a área uma fronteira pecuária. Praticamente todo o interior nordestino prestou-se à criação de gado vacum.

CAPÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE

Denise Matos Monteiro, na sua *Terra e trabalho na História: Estudos sobre o Rio Grande do Norte*, expõe que o interior nordestino começou a ser ocupado pelos portugueses ainda no século do descobrimento do Brasil. Mas foi somente na segunda metade do século XVII, após a expulsão dos holandeses, que “a colonização portuguesa, consolidada no litoral, expandiu-se em direção às terras situadas no interior” (2007, p. 13-14). No caso da capitania do Rio Grande, então, o processo se acelerou a partir dos anos 1680, quando oficiais de ordenanças começaram a ser encaminhados para as frentes de conquista, nas *ribeiras* dos rios Ceará-Mirim, Piranhas-Açu, Apodi-Mossoró e Jaguaribe, este último no atual estado do Ceará, ação que se configurava em dois propósitos, abrir uma guerra contra os indígenas (como vimos no capítulo anterior) e “estabelecer as bases de núcleos de povoamento europeu”. Para isso, levavam armas, gado e apetrechos para iniciar uma lavoura (MONTEIRO, 2007, p. 15). A interiorização do povoamento, porém, só se efetivou no século XVIII e foi facilitado, paradoxalmente, por quase meio século de lutas com os índios, base para o conhecimento de praticamente todo o sertão norte-rio-grandense. Esse processo levou a Coroa portuguesa a conceder patentes militares e sesmarias àqueles que se destacaram nas lutas contra os nativos.

1. Ordenamento administrativo

Quando os índios foram aldeados em Missões controladas pelos jesuítas, teve início a disputa pelas terras, principalmente as da ribeira do rio Açu, onde os pastos eram melhores. Assim, a concessão de sesmarias para que se criassem fazendas de gado fixou a população e deu origem à atividade pecuária na região (SUASSUNA; MARIZ, 2002, p. 108-109). Há ainda outros fatores, conforme Manuel Correia de Andrade, que ajuda a explicar o povoamento do interior do Rio Grande do Norte, tais como o afastamento da ameaça francesa e holandesa e, principalmente, a Revolução Industrial, que fez aumentar a demanda por algodão, produto nativo do continente americano. Houve um aumento da demanda por este produto “quando a indústria têxtil inglesa, em expansão, teve que substituir grande parte do linho pelo algodão, estimulando a sua cultura no mundo tropical. O Sul dos Estados Unidos, o Nordeste do Brasil, a Índia e, posteriormente, o Egito, foram as primeiras grandes áreas mobilizadas para a sua produção” (1981, p. 20).

Com a expansão da colonização em direção ao interior e o aumento populacional da capitania do Rio Grande, foram criadas as dez primeiras freguesias e as sete primeiras vilas, sendo aquelas criadas quase sempre antes destas. As freguesias correspondiam, de acordo com Denise Monteiro (2000, p. 93), “às áreas de assistência religiosa, implicando na presença de padres, igrejas e capelas, e abrangiam grandes áreas onde a população vivia dispersa em diferentes fazendas”. Nas localidades onde havia uma maior densidade populacional, foram erguidas as primeiras vilas, casos como o das “missões religiosas de aldeamento indígena do litoral – Guajiru, Mipibu, Guaraíras e Igramació – e dos primeiros povoados de importância no sertão, que estiveram na rota das primitivas frentes de conquista do interior da capitania – Vila do Príncipe (Caicó) e Vila Nova da Princesa (Assu)” (MONTEIRO, 2000, p. 93).⁴¹

⁴¹ As numerosas “comarcas e vilas então criadas, inclusive pela transformação de antigas aldeias de indígenas já catequizados pelos jesuítas e outros religiosos, de diversas ordens e congregações”, fazia parte do esforço administrativo do Marquês de Pombal, Secretário de Estado do rei D. José I, de 1750 a 1777 (VIANNA, 1967, v. 1, p. 332).

Em 1757, em visita à capitania, o Ouvidor Domingos Monteiro da Rocha constatou a existência de cinco freguesias: Potengi, Goianinha, Açú, Pau dos Ferros e Caicó. Não havia vilas e existia uma única cidade, Natal (CASCUDO, 1984, p. 110). Já ao final do século XVIII, segundo o mesmo Cascudo (1984, p. 113-114), as freguesias eram dez. A citação é longa, mas vale pela riqueza de detalhes:

A do **Açú** ignoro a data. Em 1726 era vigário o Pe. Manuel de Mesquita e Silva. A de **Vila Flor** é igualmente da primeira metade da centúria. Moreira Pinto indica 1743. Há uma citação da construção da Igreja de N. Sra. do Desterro pelo Pe. André do Sacramento em 1742-45. **Goianinha** é citada no relatório do sétimo Bispo de Olinda, D. Frei Luís de Santa Teresa, como Freguesia já em 1746. Mons. F. Severiano registra 1690 mas deve ser engano. Em 1749 era vigário o Pe. Antônio de Andrade de Araújo. **Caicó** foi Freguesia separada da do Piancó em 15 de abril de 1748. O Pe. Francisco Alves Maia foi o primeiro Vigário. **Pau dos Ferros** é de 19 de dezembro de 1756. **Arez** teve sua Freguesia criada pelo alvará de 8 de maio de 1758. Em 18 de julho de 1759 o Bispo de Olinda nomeava o Pe. João Ferreira da Costa coadjutor da Freguesia de S. João Batista da antiga Missão da aldeia dos Guarairas. **Estremoz** teve sua Freguesia criada pelo alvará de 6 de julho de 1755 e instalada a 3 de maio de 1760. **Portalegre** é de 9 de dezembro de 1761. O primeiro vigário foi o Pe. Lourenço Xavier de Souza Carvalho. **São José de Mipibu** seria de igual data da Vila, 22 de fevereiro de 1762. O Bispo de Olinda, a 5 de julho de 1763, nomeava o Pe. Alexandre Dantas Correia para Coadjutor da Freguesia de N. Sra. do Ó e Santana de Mipibu. **Apodi**, criada a 3 de fevereiro de 1766 teve o seu primeiro cura com o Pe. João da Cunha Paiva (grifos nossos).

O quadro abaixo, referente ao século XVIII, aponta as principais localidades da capitania e o ano em que foram instituídas, como freguesia ou vila. Alguns dados chocam-se com o texto de Câmara Cascudo, como veremos mais abaixo.

DENOMINAÇÃO	FREGUESIA	VILA
Assu (Vila Nova da Princesa)	1726 (?)	1766
Vila Flor (Igramació)	1740 (?)	1769
Goianinha	1746 (?)	
Caicó (Vila do Príncipe)	1748	1788
Pau dos Ferros	1756	
Vila Nova de Estremoz (Guajiru)	1755	1760
Vila de Portalegre	1761	1761
Vila de Mipibu (Vila de São José do Rio Grande)	1762	1762
Apodi	1766	
Arês (Guarairas)	1758	1760

Fonte: Denise Mattos Monteiro (2000, p. 94).

Em 1800, o Rio Grande do Norte possuía 8 vilas, sendo quatro aldeias indígenas:⁴²

- Vila Flor (Igramació) – aldeia indígena, cujas “informações mais antigas”, segundo Olavo Medeiros (apud LOPES, 2003, p. 174), “estão no Mapa de Jacques de Vaulx de Claye, de 1579”, e indicam o que recentes escavações arqueológicas atestaram. Os carmelitas receberam “no início da colonização, entre 1600 e 1613 (...) doações de sesmarias nas ribeiras do Sibaúma e Curimataú”, não devidamente demarcadas. A demarcação só foi feita na década de 1740, o que possibilitou “o estabelecimento definitivo da Missão e a construção da Igreja de Nossa Senhora do Desterro” (LOPES, 2003, p. 174-175). Foi instalada, diz Cascudo (1984, p. 112-113), em 1762 (mais provável) ou 1769.
- Arês (Guaraíras) – aldeia indígena que já existia, segundo Nestor Lima (apud LOPES, 2003, p. 172), durante o período holandês, o que remete a sua existência a antes de 1633. Medeiros Filho (1997, p. 111), citando o padre Serafim Leite, diz ter sido a Aldeia Guaraíras fundada em 1678, num movimento orquestrado para que os jesuítas “retomassem algumas Aldeias de Índios”. Os jesuítas fazem-se presentes à localidade antes de 1681, pois naquele ano, “a Junta das Missões de Pernambuco, que concedeu a administração dos aldeamentos de Pernambuco aos jesuítas, ordenou que a Aldeia de Mipibu fosse reunida à Missão das Guaraíras” (LOPES, 2003, p. 172). Em 15 de junho de 1760, a antiga aldeia de Guaraíras, agora batizada de Vila Nova de Arez, foi a segunda Vila instalada no Rio Grande do Norte (CASCUDO, 1984, p. 112).
- Mipibu – aldeia indígena, montada originalmente no atual município de Nísia Floresta antes da presença holandesa. Em 1681 foi incorporada à Missão de Guaraíras, fato muito possivelmente, segundo Lopes (2003, p. 173), não cumprido. Foi somente em 1736 que a aldeia de Mipíbu tornou-se Missão, com a presença fixa de missionários capuchinhos e uma nova demarcação de terras, instalando a Missão no local de São José de Mipibu atual. Diz Cascudo que o antigo aldeamento de Mipibu, muito antigo “e citado como um dos mais populosos, passou a VILA DE SÃO JOSÉ DO RIO GRANDE a 22 de fevereiro de 1762” (1984, p. 112).
- Extremoz (Guajiru) – aldeia indígena “notificada desde 1641, por um emissário holandês que viajava pelo Rio Grande”. Os jesuítas fazem-se presentes no aldeamento desde 1679, quando desavenças entre os administradores coloniais e os missionários da Companhia de Jesus aí estabelecidos aconteceram”. O padre João de Gouveia era acusado pelos colonos de amotinar os índios. Apesar de haver testemunhos da existência do aldeamento desde 1641, ela só foi registrada no catálogo da Companhia de Jesus em 1683 (LOPES, 2003, p. 170-171), o que muito provavelmente determina que a mesma “pertence ao movimento operado em 1678 para que os Jesuítas retomassem algumas aldeias de Índios” (MEDEIROS FILHO, 19997, p. 111). Passou, segundo Cascudo (1984, p. 111-112), a 3 de maio de 1760, a antiga aldeia de São Miguel de Guagiru a se chamar Vila Nova de Extremoz do Norte, constituindo-se na “primeira Vila do Rio Grande do Norte”.
- Vila Nova da Princesa (Assu) em homenagem à princesa Carlota Joaquina, foi instalada em 11 de agosto de 1788 (CASCUDO, 1984, p. 113). O mesmo Cascudo, em *Nomes da Terra: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte*, afiança que já existia desde 1772 uma Povoação do Açú (2002, p. 154).
- Vila Nova do Príncipe (Caicó), antiga Povoação do Seridó foi instalada em 31 de julho de 1788. Segundo Cascudo (1984, p. 113), em homenagem ao príncipe “D. João, depois D. João VI, primeiro e último rei do Brasil”.

⁴² Maiores detalhes sobre a formação dessas vilas e freguesias, ver Luís da Câmara Cascudo (1984, p. 110-114) e Denise Mattos Monteiro (2000, p. 93-94).

- Portalegre constitui-se na terceira Vila instalada no Rio Grande do Norte (8 de dezembro de 1761), “reunindo os indígenas espalhados nas várzeas do Apodi (...) e os levou para a Serra do Regente ou Reguengo, corrução de Realengo, Real, comum, que podia ser dada em sesmarias, e então chamada de ‘Serra de Santana’, e, nalgumas fontes, ‘Serra dos Dormentes’” (CASCUDO, 1984, p. 112).
- Natal – cidade sobre a qual já apontamos a origem, “não passava”, no dizer de Tavares de Lyra (1972, p. 27), “de uma povoação sem importância, que, medindo em 1757, cerca de quatrocentas braças de comprimento por cinquenta de largura e contendo cento e dezoito casas, tinha, em 1817, apenas 700 habitantes.”

Manuel Correia de Andrade diz estar o Rio Grande do Norte, no século XVIII, do ponto de vista fisiográfico, “dividido em cinco ribeiras, duas delas – Açu e Seridó – com apenas uma freguesia cada uma, a ribeira do Norte que possuía duas freguesias, a do Apodi que possuía três e, finalmente, a do Sul que possuía quatro freguesias” (1995, p.23). Dos oito municípios, cinco ficavam no litoral e agreste (Natal, Vila Flor, Guaraíras, Extremoz e Mipibu) e três no sertão (Vila Nova do Príncipe, Vila Nova da Princesa e Portalegre).

Buscando acelerar a colonização brasileira, a Coroa portuguesa dividiu o Brasil em Capitânicas Hereditárias, doando-as a donatários, que se encarregariam de povoá-la e colonizá-la. Os donatários tinham total responsabilidade administrativa e econômica pelas suas capitânicas, porém não eram proprietários das mesmas. O fracasso do sistema, porém, levou-a a centralizar a administração colonial, criando o Governo-Geral, em 1548, instituindo o seu funcionamento por meio do Regimento Real, que regulamentava os poderes do Governador-Geral, entre eles o de nomear funcionários para todas as capitânicas. Os donatários foram perdendo poder aos poucos para os representantes legais da Coroa, o Governador Geral e os Capitães-mores. Estes moravam nas principais cidades e vilas da colônia e se ocupavam das questões administrativas e militares.

Até a segunda metade do século XVII, apesar da existência do governador-geral (depois vice-rei) e dos Capitães-mores, a administração da colônia não era inteiramente centralizada, por vezes predominando o interesse particular sobre o interesse público. Esse traço característico não significa que houvesse “omissão do Estado: este foi sempre atuante, presente. Acontece, no entanto, que a autoridade pode ser forçada a delegar seu poder à iniciativa particular, por interesses momentâneos” (IGLESIAS, 1993, p. 60).

O poder político era exercido pelas Câmaras Municipais, instaladas nas localidades que tivessem pelo menos a categoria de vila, concessão feita por ato régio. As Câmaras Municipais eram semelhantes às atuais Câmaras dos Vereadores. Exerciam uma extensão da administração municipal. Eram constituídas por um procurador, dois juizes ordinários e de dois e seis vereadores, e encarregadas dos assuntos de ordem local, de natureza administrativa, policial e judiciária. Com o tempo, em virtude da fragilidade do poder central, as Câmaras tiveram suas funções ampliadas, chegando até a invadir áreas de competência do governador-geral. Criavam tributos, faziam a paz e a guerra com os índios, regulavam o valor da moeda e chegaram, inclusive, a nomear e suspender governadores e capitães. Saliente-se, entretanto, que muitas dessas medidas esbarravam no poder do rei, dono da palavra final, principalmente a partir do século XVIII, momento que assinala “a afirmação do Estado, o predomínio do público sobre o privado” (IGLÉSIAS, 1993, p. 66).

Os vereadores não eram remunerados. Havia ainda outros funcionários com funções específicas, como o tesoureiro e o escrivão. Para ser eleito vereador era necessário ser proprietário de terras e escravos, não podendo votar e ser votado o indivíduo que exercesse atividades manuais. Dessa forma, a população pobre, livre e mestiça era excluída politicamente.

Em cidades como Natal, centro administrativo da capitania do Rio Grande, o órgão máximo do legislativo era o Senado da Câmara, composto por “dois *juizes ordinários*, servindo um de cada vez, eletivos, como os três *vereadores*”. Os *oficiais da Câmara*, incluindo o *procurador* (encarregado

de representá-la, das obras públicas e das multas), o *tesoureiro*, e o *escrivão*, também eram eleitos (VIANNA, 1967, v. 1, p. 268). Nas demais vilas, o órgão administrativo e legislativo máximo era o Conselho da Câmara de Vereadores.

Segundo Hélio Vianna (1967, v. 1, p. 269), as Câmaras agiam por intermédio de *posturas* e *editais*. As suas atribuições eram tantas, que por vezes assumiam “atitudes discricionárias”, entrando “em conflito com Governadores-Gerais ou subalternos, Capitães-Mores, Ouvidores e outras autoridades”, sendo em muitas ocasiões “censuradas pelos Reis”. As fumaças de liberdade das Câmaras podem ser explicadas “pela distância em que se encontravam, pelas dificuldades de comunicação então vigentes, fraqueza dos governadores ou dos donatários e seus prepostos, a que teoricamente deviam submeter-se”.

Durante todo o período colonial, quem exercia o poder executivo na capitania era o Capitão-mor, autoridade nomeada pelo rei de Portugal e diretamente subordinado ao governador-geral de Pernambuco. Tinha as seguintes funções: conceder sesmarias, proteger as autoridades e manter a ordem pública, prover os cargos (Fazenda, Justiça, Milícia e Guerra), inspecionar tropas e fortificações. Ao Capitão-mor estavam subordinados os capitães-mores de milícias e seus auxiliares. Progressivamente, os capitães-mores das vilas começaram a adquirir importância em toda a colônia,

chefes de ordenanças e árbitros do recrutamento (terror das populações). A princípio nomeados pelos governadores, em 1709 passaram a sê-lo pelas Câmaras, isto é, pelo potentado que esteja por detrás delas. Vitalícios, não sofrem as tomadas de residência (sindicâncias) que devassam vida pública e particular de todos os altos funcionários, a começar pelos governadores (HOLLANDA, 1993, p. 33).

A ocupação do interior, graças à expansão das áreas de pecuária, ensejou à ação da coroa portuguesa que, por carta-régia de 1699, determinou a criação de *freguesias do sertão* com capitães-mores, cabos de milícia e juizes (VIANNA, 1967, v. 1, p. 270).

Os juizes, membros do poder judiciário, eram eleitos pela Câmara Municipal e pelos seus funcionários, com jurisdição sobre “termos”,⁴³ todos subordinados ao Ouvidor-mor da Paraíba, o que restringia a sua atuação. Não recebiam salário. A autoridade jurídica máxima numa capitania era o Ouvidor. A partir de 1711, a capitania do Rio Grande, subalterna a Pernambuco, funcionava da seguinte forma: “um Capitão-mor, de nomeação real, e seus prepostos em cinco distritos: Natal, Distrito do Sul e Distrito do Norte; Açú, Caicó e Port’Alegre”. O Senado da Câmara reunia-se no Consistório da Matriz de Natal; o Judiciário, dependente da Ouvidoria de Filipéia de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa-PB) até 1818, possuía apenas o juiz ordinário, “escolhido entre os homens-bons da terra, com seus auxiliares: almotacés, Juiz da Vintena, etc” (MEDEIROS, 2001, p. 46) Segundo os historiadores, a capitania do Rio Grande nunca teve, durante quase todo o período colonial, um Ouvidor, pois só foi efetivada a sua organização jurídica autônoma em 1818.

O poder fiscal, formado pelo Provedor da Fazenda e seus funcionários, base de sustentação financeira da administração, era subordinado à Junta da Fazenda de Pernambuco.

⁴³ Município: divisão política-administrativa; Freguesia: divisão eclesiástica; Termo: Divisão Judiciária.

2. Ordem social e econômica

A economia colonial brasileira cresceu por ciclos econômicos (pau-brasil, açúcar, ouro, café), com a predominância de um produto sobre os demais. Durante quase todo o período colonial, o açúcar foi o nosso principal produto de exportação. A empresa açucareira desenvolveu-se em grandes propriedades (latifúndios), principalmente no litoral nordestino. Praticamente só se plantava cana-de-açúcar, utilizando-se para isso do braço escravo, negro ou índio. O Brasil se tornou o maior produtor mundial de açúcar, integrando-se definitivamente na economia mundial.

A empresa açucareira contribuiu decisivamente para o aumento da migração de colonos portugueses para o Brasil. A princípio foram degredados e criminosos, que trocavam as penas pela imigração para os trópicos; depois, imigrantes voluntários. Na sociedade açucareira havia pouca mobilidade. No alto da pirâmide social estava o senhor de engenho. A sua autoridade sobre a própria família, agregados e escravos era muito grande. Dificilmente alguém a desafiava; nem os filhos. Chama-se a esse tipo de sociedade de patriarcal. Abaixo dos senhores de engenho estavam os comerciantes e brancos livres (assalariados). Na base da pirâmide estavam os negros livres (alforriados), os índios e os escravos.

Embora o açúcar tenha sido o principal produto de exportação brasileiro durante o período colonial, algumas atividades econômicas obtiveram um sucesso relativo, impulsionadas pelo sucesso da empresa açucareira: algodão, fumo, pecuária e algumas culturas de subsistência. As culturas de subsistência constituíam a base de alimentação dos colonos; o fumo era produzido visando à obtenção, mediante troca, de escravos na África. Quanto mais a empresa açucareira prosperava, maior a necessidade de mão-de-obra escrava e maiores os lucros dos plantadores de fumo.

A cultura do algodão desenvolveu-se no Maranhão e visava à produção das grosseiras roupas dos escravos. Nos últimos trinta anos do século XVIII, a cultura algodoeira brasileira teve um surto produtivo, em virtude da eclosão da guerra de independência das treze colônias da América do Norte (Estados Unidos), então grandes produtoras e fornecedoras daquela fibra à Inglaterra.

A empresa açucareira na capitania do Rio Grande (do Norte) não teve um desenvolvimento acentuado. Alguns poucos engenhos merecem destaque no período colonial: Cunhaú, Uruçu e Ferreiro Torto. Já no início da colonização, em 1609, o Sargento-mor do Brasil, Diogo de Campos Moreno, relatava que as terras da capitania do Rio Grande são “de pouco proveito para canas de açúcar”, mas que se prestariam muito bem para “todas as sortes de gados” (apud LOPES, 2003, p. 59).

Dos três engenhos, o de maior expressão foi o engenho de Cunhaú, propriedade da família Albuquerque Maranhão durante quase 300 anos. Jerônimo de Albuquerque, Capitão-mor do Rio Grande, concedeu, em 1604, aos seus filhos Antônio e Matias uma sesmaria no vale do rio Cunhaú, na qual foi construído um engenho movido à água: o engenho de Cunhaú. Por volta de 1630, esse engenho fazia anualmente de 6.000 a 7.000 arrobas de açúcar. Moravam na comunidade de 60 a 70 homens com suas famílias que, além de cana-de-açúcar, plantavam milho e mandioca e criavam gado.

Citando vários autores, a professora Fátima Martins Lopes (2003, p. 128-129) argumenta que a necessidade de alimentos era uma constante no Brasil dos séculos XVI e XVII, o que levava os colonos a adaptarem “alguns dos seus produtos às condições locais e adquirido hábitos alimentares dos índios, incorporando muitos novos elementos”. A criação do gado bovino foi uma decisiva contribuição européia. Como o Agreste e o Sertão constituíam a maior parte da capitania, a pecuária terminou sendo a mais importante atividade econômica da capitania, muito possivelmente o principal motivo para a invasão do Rio Grande pelos holandeses. O gado da capitania, além de abastecer de carne as capitanias vizinhas e de fornecer couro para enrolar o fumo e para a fabricação de solas de sapatos, foi de fundamental importância para a efetiva ocupação do interior. Hélio Vianna frisa bem

essa peculiaridade geopolítica. Para ele, o ciclo do gado foi responsável pela “ligação geográfica dos movimentos de expansão partidos da Bahia e de São Vicente, de Pernambuco e do Maranhão. Unidos, no Norte de Minas, no primeiro caso, no interior do Piauí ou do Ceará, no segundo, por intermédio dos *passadores de gado* processou-se a verdadeira união terrestre do Sul, Centro, Leste e Nordeste” (1967, v. 1, p. 230).

A atividade pecuária também contribuiu para a formação de uma sociedade mais livre, pois criado de forma extensiva, o gado facilitou o predomínio do trabalhador livre, principalmente de indígenas ou mestiços de branco com índio. A pecuária, além de formar uma sociedade mais livre, com hábitos mais duros, viris, rudes. “La ganadería hace al habitante del campo, nativo o colono, fuerte, osado ágil y púbil [que] hay que domar caballos cerrilles, hay que perseguir y voltear a bolas e a lazo, hay que adiestrar-se en el manejo del cuchillo, hay que aguzar los sentidos y hacerse vaqueano” (apud MEDEIROS, 1980, p. 22).

Na literatura colonial não há registro das *vaquejadas* como as conhecemos no Nordeste brasileiro. Viajantes, mercadores, naturalistas, aventureiros, traficantes de escravos, todos os que deixaram alguma impressão sobre o Brasil durante o período colonial, assistiram festas inumeráveis mas nenhuma parecia às nossas “apartações” e derrubadas de gado. As touradas que dominaram Portugal, vieram para o Brasil, praticadas em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia. Em todos o cantos da imensa colônia “corria-se” o touro, com farpas e aguilhão. A “cavalhada” paulista e mineira limitava-se apenas à “corrida de argolinha”, como em Portugal. Depois seguiam-se provas de destreza, apanhar objetos no solo na disparada da galopada, etc. Quando o touro surgia era para ser “picado” à castelhana. Mas nenhuma delas parecia-se com as “apartações” feitas no Nordeste, onde o gado era criado em campos indivisos e, em junho, sendo o inverno cedo, era levado para grandes currais. Naquele período, dezenas de vaqueiros passavam semanas reunindo a gadaria esparsa pelas serras e tabuleiros, com episódios empolgantes de correrias vertiginosas. Era também a hora do comércio, dos acertos, dos negócios. Comprava-se, vendia-se, trocava-se. Guardadas as reses, separava-se o gado para a *vaquejada*. Puxar gado, correr ao boi, eram sinônimos. A “apartaçã” consistia na identificação do gado de cada patrão dos vaqueiros presentes. Marcados pelo “ferro” na anca, o “sinal” recortado na orelha, a “letra” da ribeira, o animal era reconhecido e entregue ao vaqueiro. A reunião de tantos homens, sem divertimentos, isolados, concorria para aproveitar-se o momento. Era um jantar sem fim, farto, com muita bebida. Antes, pela manhã e mais habitualmente à tarde, corria-se o gado. Ao pôr-do-sol, acabava-se. O jantar mantinha-os reunidos, narrando façanhas e derrotas. Indispensavelmente havia um ou dois cantadores para “divertir”. Cantava-se o desafio até de madrugada. Pela manhã, ao lento passo da boiada, os vaqueiros se dispersavam, aboiando (CASCUDO, 1984, p. 328).

A pecuária desenvolveu-se no Brasil paralelamente à empresa açucareira. Enquanto a atividade canvieira ocupava as “áreas dos vales fluviais – as várzeas”, a pecuária utilizava os interflúvios (LOPES, 2003, p. 128). O gado era criado próximo aos engenhos, mas com a valorização do açúcar, os senhores de engenho resolveram transferi-lo para o interior. Assim, a pecuária desbravou o sertão nordestino, iniciando o povoamento dessa área.

A história territorial do Rio Grande do Norte, que pode ser seguida e acompanhada, em grande parte, no exame das datas de terra e sesmarias concedidas aos que vieram povoar o seu solo, e nele se fixaram, revela, em cada uma dessas concessões, ou melhor em sua quase totalidade, um pensamento único: a obtenção de terras para *acomodar os gados, onde situar os gados, onde criar os gados*.

Na zona do Seridó certo e seguro é afirmar-se que todo o movimento povoador decorreu da necessidade econômica de encontrar lugar adequado à localização de fazendas de criação de gados (MEDEIROS, 2002, p. 13).

Ainda no início do século XVII, Ambrósio Fernandes Brandão, na obra *Diálogos das Grandezas do Brasil*, já apontava a situação da capitania do Rio Grande: “Não há nela engenhos mais que um, até este ano de 1618, por a terra ser mais disposta para pastos de gado, dos quais abunda em muita quantidade, até entrar na Capitania da Paraíba, que está conjunta” (apud MEDEIROS FILHO, 1997, p. 46). Hermann Watjen n’*O domínio Holandês no Brasil*, citado por José Augusto Bezerra de Medeiros, diz que como “o maior fornecimento de rezes para o consumo era feito pelos criadores de gado do Rio Grande”, os conselheiros políticos holandeses exaltaram, em 1635, “a conquista final desta Capitania como um benefício inestimável da fortuna”, pois sem ela “os soldados holandeses (...) ficariam condenados a morrer de fome” (MEDEIROS, 2002, p. 11). Câmara Cascudo, amparado numa *Relação das Coisas do Rio Grande do Norte; do Sítio e da Disposição da Terra*, descoberta pelo padre Serafim Leite no Arquivo Geral da Companhia de Jesus em Roma e divulgada no tomo 1º da História da Companhia de Jesus, e também amparado nos escritos do padre Gaspar de Samperes, dá conta de que a maior parte do território da capitania do Rio Grande, no início do século XVII, é formado por “terra plana e sem montes, toda campinas retalhadas de muitos rios e lagoas, todas elas mui a propósito para criação de gados. Tem também algumas várzeas, capazes de engenhos, das quais a primeira, à banda do sul, quando sai da capitania da Paraíba, e entra no Rio Grande (...)” (2002a, p. 87). Henry Koster, viajante inglês que se hospedou no engenho de Cunhaú, o mais próspero do Rio Grande do Norte, em 1810, numa conversa com coronel André de Albuquerque Maranhão, proprietário do referido engenho, diz que naquela terra plantava-se algodão e cana-de-açúcar, mas que “o coronel dá maior atenção ao gado, com o qual seu Pai ampliou a fortuna” (apud MEDEIROS FILHO, 1993, p. 16-17).

O gado era uma mercadoria que se auto-transportava. Animal grande, de porte majestoso, suspenso por “quatro pernas poderosas, que tocavam o solo com a determinação de cascos que pareciam suportar o mundo”, logo conquistou os sertões. Estranhando-o, o índio “muitas vezes o matava, pensando tratar-se de simples caça” (MACÊDO, 2005, p. 37). Mas nem os levantes dos tapuias, na segunda metade do século XVII, causador de muitos estragos, destruiu o ciclo criatório. A rebelião dos índios custou à capitania a perda de 30.000 cabeças de gado e aproximadamente “1.000 cavalgadas, mas depois, acalmado tudo, voltaram as boiadas e com elas a recuperação do fluxo econômico. Já em 1697, mais de 8.000 cabeças de gado se encontravam na ribeira do Açú. O rebanho norte-rio-grandense abastecia o mercado interno e as capitanias da Paraíba e de Pernambuco. Mas a capitania chegou a exportar, segundo Santos (1994, p. 44), gado para capitanias do sul. Floresciam as oficinas de carne seca em Açú e Mossoró. Em 1703, já se dizia que o ‘Sertão com facilidade se povoava de gado, porque dava muito lucro com pouca despesa’” (SANTOS, 1994, p. 44). Até o século XVI o sal marinho “constituía monopólio da coroa”, que agia sempre no sentido de proteger a produção similar portuguesa”, dificultando “o mais possível a produção brasileira” (PRADO JUNIOR, apud FERNANDES, 1995, p. 30). E foi no século XVIII que os criadores de gado do Rio Grande do Norte

desenvolveram o processo de industrialização da carne, tentando libertar-se da dependência em que se encontravam, dos senhores de engenho. Tentando escapar do sistema em que o gado era enviado vivo, em boiadas, para as áreas açucareiras de Pernambuco e da Bahia, necessitando fazer paradas para descanso, às vezes de meses, os criadores, dispendo de sal, abundante nas salinas naturais do litoral do Rio Grande do Norte e do Ceará, fundaram as famosas “oficinas” que produziam a charque, então chamada de “carne do Ceará” e que se constituiu, durante muitos anos, o alimento básico do nordestino.

A exportação da carne de charque, em lugar do animal vivo, trazia grandes vantagens ao criador, de vez que não havia extravio de reses nem perda de tempo com a reengorda dos animais, após longas caminhadas. Ocorre, porém, que a diminuição da oferta do boi vivo, indispensável para os trabalhos nos

engenhos, prejudicava os grandes proprietários do litoral que, mais próximos dos centros de decisão, tinham também maior influência política e procuraram zonear as áreas de pecuária, deixando ao Ceará e ao Piauí, mais distantes, o direito de produzir a charque, privando o Rio Grande do Norte de sua indústria nascente; política altamente prejudicial porque esta Capitania dispunha de animais, do sal e da técnica de produção, mas dependia administrativamente da Capitania de Pernambuco (ANDRADE, 1981, p. 21-22).

Segundo Fernandes (1995, p. 32), teria sido a expansão da pecuária nordestina e o desenvolvimento da mineração no centro-sul do Brasil um dos principais responsáveis, em 1758, pela “primeira rachadura na política monopolista exercida sobre o sal”. Do ano de 1758 a 1803, quando foi efetivamente quebrado o

monopólio do sal produzido na metrópole, a produção na colônia era permitida apenas para o consumo dos proprietários de salinas, conseqüentemente a produção era insignificante, sem condições de obter maiores incentivos ao seu desenvolvimento. Em 1808, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, fugindo dos exércitos de Napoleão, não tinha a família real e seus acompanhantes, assim como toda a colônia, como se abastecer de sal, pois a indústria desse produto em Portugal estava sob domínio napoleônico. Face a esta situação é incentivada a produção de sal no Brasil, principalmente sua exportação para abastecer o sul da colônia (FERNANDES, 1995, p. 33-34).

Os rios, mesmo os secos rios do sertão nordestino, onde o vaqueiro poderia abrir cacimbas e bebedouros (ANTONIL, apud VIANNA, 1967, v. 1, p. 233), atraíam os colonos que montavam as suas fazendas de gado. Nos vastos sertões, secos, “o mais áspero caminho, agreste, e faminto sertão do mundo, (...) um caminho tão agreste, seco, e estéril, que só quem andou poderá entender o que é”, no dizer de Domingos Jorge Velho (apud MACÊDO, 2005, p. 38), as primeiras fazendas nasceram e cresceram às margens de rios, as famosas ribeiras, termo que um estudioso do passado colonial norte-rio-grandense qualifica não só como “acidentes geográficos, mas cartografias do poder, demarcações de territórios, jurisdições”.

Conquistado o Sergipe del-Rei, foi aberto um longo caminho, dividido e distribuído em sesmarias, utilizadas, majoritariamente, para a criação de gado. A incorporação do sertão à vida colonial brasileira, no final do século XVI ao final do século XVIII, se não evitou a formação de vastos latifúndios, pelo menos proporcionou a constituição de uma “classe média de criadores do interior. Se bem que distanciados e escassos, derramando-se próximo a “rios e estradas de passagem de gado, seguindo a linha dos vaus ou contornando as caatingas mais rudes, multiplicaram-se”, nos séculos XVII e XVIII, “os núcleos de população, simples pousos de boiadas, muitas vezes, verdadeiras bifurcações e centros de troca de gado e outros produtos, noutros casos” (VIANNA, 1967, v. 1, p. 229-230). As marcas desse passado estão presentes na toponímia norte-rio-grandense: Currais Novos, Curral Novo, Curralinho, Pau dos Ferros, Campo Grande, etc. Muirakytan Macedo (2005, p. 38) descreve ambas as singularidades acima abordadas:

No verbete Ribeira, explica ROHAN, no seu *Dicionário de vocábulos brasileiros*, editado em 1889: “Ribeira – Províncias do Norte – Distrito rural que compreende um certo número de fazendas de criar gados. Cada ribeira se distingue das outras pelo nome do que a banha; e tem, além, um ferro comum a todas as fazendas do distrito, afora aquele que pertence a cada proprietário”. A toponímia dos sertões avulta inspira tanto no criatório, quando em rio e riachos. Com a diferença de que, na maioria dos casos, do primeiro retiraram-se os nomes

com que se batizaram os povoados (Currais Novos, Curral Velho, Curral dos Padres, Curralinho etc.), ao passo que dos últimos foram extraídos os topônimos para a designação de territórios mais vastos: *Sertão do Acauã*, *Açu*, *Seridó*, *Apodi*, *Espinharas*, etc.

Sobre os topônimos oriundos da pecuária, vale a pena citar um mestre da historiografia brasileira, para quem é grande “o vulto das marcas deixadas pela criação de gado”. São numerosos, segundo ele: os *Currais*, *Novos* e *Velhos*, *dos Bois*, *das Éguas*, de *Pedras* ou *Grandes*, *Curral d’El-Rei* (a atual Belo Horizonte). E a alimentação? A farinha de mandioca, comida de origem indígena, foi enriquecida pela carne. “Misturadas, surgiu a paçoca (...). A carne-do-ceará ou carne-do-sertão, a carne-de-vento ou carne-de-sol, o charque sulino e o jabá amazônico – designações que indicam procedências ou variantes na preparação destinada à conserva – tornaram-se alimentos comuns às populações do interior”. Há ainda um outro aspecto a ser ressaltado, o referente ao folclore sertanejo, que vai das “cantigas monótonas do *aboiado* às representações ricas em reminiscências do *bumba-meu-boi*, passando pelas narrativas versificadas das proezas dos barbatões famosos como dos vaqueiros que os domavam – há todo um longo estudo a ser feito, que com muita eloquência atestará a profunda ligação existente entre o homem e o gado no Brasil” (VIANNA, 1967, v. 1, p. 236-237).

Para Santos (1994, p. 49-50), as condições primárias da economia da capitania dificultavam o deslanche do comércio. Os principais produtos eram açúcar, algodão, pau-brasil, tabaco, arroz, feijão, milho, mandioca, gado, peixes, sal, madeiras de construção, especiarias e drogas. Nem todos eram exportados. O comércio interno e externo eram limitados. Muitos desses produtos eram prejudicados pelo fisco, pelos monopólios e restrições instituídos pela metrópole e, principalmente, pelas dificuldades de transporte.

A mão-de-obra explorada era predominantemente indígena, tendo em vista o alegado estado de pobreza e a escassez de recursos dos colonos para comprar escravos de origem africana (MONTEIRO, 2000, p. 86-87), fato confirmado pelo Capitão-mor Manoel Muniz que chegou a afirmar “que os sesmeiros ou seus prepostos residentes nas terras do interior, sem recursos para comprarem negros da Guiné ou Angola, premidos pela obrigação de viver, recorriam freqüentemente à captura dos indígenas” (MEDEIROS, 2001, p. 54).

Depois de quatro ou cinco anos de serviço, começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias cabia-lhe uma; podia assim fundar fazenda por sua conta. Desde começos do século XVIII, as sesmarias tinham sido limitadas ao máximo de três léguas separadas por uma devoluta. A gente dos sertões (...) tem pelo exercício nas fazendas de gado tal inclinação que procura com empenhos ser nela ocupada, consistindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, criador ou homem de fazenda, são títulos honoríficos entre eles (apud VIANNA, 1967, v. 1, p. 233).⁴⁴

Para Buescu (1970, p. 186-187), a atividade criatória permitiu aos trabalhadores maior ascensão social. Isso porque os peões (brancos, mulatos, negros e índios) eram pagos em reses, o que lhes permitia futuramente tornarem-se fazendeiros. Era uma ascensão modesta mas segura, porque o capital para o empreendimento era relativamente pequeno, “já que a terra se encontrava à disposição, o número de animais não precisava ser grande, seu crescimento era natural, e o comércio de carne não estava subordinado a contratos com a Coroa”, o que tornava a atividade “menos sujeita a flutuações conjunturais”. Por tudo isso, “foi uma atividade que criou menos tensões sociais”.

⁴⁴ Segundo Mircea Buescu (1970, p. 185), “Celso Furtado calcula em um vaqueiro (ou seja, uma família de 5 pessoas) para 250 cabeças.

Houve, porém, uma presença constante de escravos negros nas atividades econômicas da capitania, mas eles não foram determinantes. No sertão, muitos terminaram por se transformar em vaqueiros ou empregados domésticos (SUASSUNA; MARIZ, 2002, p. 71).

A sociedade brasileira formou-se pela miscigenação de três grupos étnicos: o branco (de origem européia), o negro (de origem africana) e o índio (nativo). Da miscigenação desses três grupos étnicos, surgiram os mestiços de:

- branco com negro: mulato;
- branco com índio: caboclo ou mameluco;
- índio com negro: cafuzo.

Tarcísio Medeiros diz não haver dúvidas de que no instante em que o português branco fixou-se definitivamente entre nós, miscigenou-se mais com os índios e menos com o negro, “último a entrar na Capitania”, já no século XVII, mais precisamente “em 1600, quando os primeiros escravos negros chegaram à vila do Natal, em decorrência de autorização dada a João Rodrigues Colaço, então Capitão-Mor. Foram quase todos, um pequeno contingente oriundo de Pernambuco, “empregados em Cunhaú e Ferreiro Torto, primeiros engenhos que acenderam fogos por muito tempo”. E concluiu: “Na primeira quadra de fixação efetiva do português branco no Rio Grande, a contribuição do escravo negro para a etnia, além daquela energia motriz, foi quase nula” (2001, p. 51-52). Olavo de Medeiros Filho (1991, p. 179) afiança que da construção da Fortaleza dos Santos Reis participaram os “chamados ‘negros de serviço da fortaleza’, empregados nos estafantes trabalhos de edificação daquela fortificação”.

Os dados sobre a população do Rio Grande do Norte são desconhecidos, dependendo das fontes consultadas pelo autor. O Rio Grande do Norte teria, no final do século XVIII, uma população de 12.682 habitantes. Desse total, 4.586 eram negros escravos; 4.285 eram índios, dos quais 708 não aldeados e 3.577 aldeados; e 3.811 brancos e mestiços. No início do século XIX, existem dados que mostram o Rio Grande do Norte com uma população de 49.190 habitantes, sendo 16.900 brancos, 8.192 negros, 19.058 mulatos e 5.040 índios. Segundo a professora Denise Matos Monteiro (2000, p. 91-92), o elemento negro foi mais constante na Zona da Mata, área pela qual se espalhavam os “engenhos, como Cunhaú, que possuía desses escravos desde o início do século XVII”. Para ela, à medida que os “engenhos foram se instalando na faixa litorânea da Capitania, mais negros foram sendo importados da África – sobretudo de Angola, Congo e Guiné –, através de mercadores de Pernambuco”.⁴⁵ Esse fato trouxe consigo, comenta a professora Denise Monteiro, citando documentação sobre a história indígena no Nordeste, a

resistência dos negros à exploração de seu trabalho. Em 1727, por exemplo, havia um “mocambo de negros com mais de 40 arranchados na ribeira do rio Trairi, onde tinham matado muito gado dos moradores e roubado muitas fazendas, de onde conseguiram pólvora e armas”. Os colonos solicitaram a destruição desse quilombo ao capitão-mor do Rio Grande, que ordenou a um coronel de milícias que “reunisse toda gente que conseguisse, tanto soldados como índios”, e partisse com esse objetivo para aquela ribeira (2000, p. 92).

Monteiro (2000, p. 86) assim distribui, do ponto de vista econômico e social, a população norte-rio-grandense. No alto da pirâmide social estavam os sesmeiros, grandes posseiros, e suas famílias, enquanto no andar de baixo estavam, em primeiro lugar,

⁴⁵ Olavo de Medeiros Filho (1993, p. 57-63) dá-nos conta de como a população escrava era muito mais presente nos engenhos e quase não era utilizada nas fazendas de criação. O engenho de Cunhaú contava com 82 escravos, enquanto nove fazendas de criação de gado contavam com 17 escravos. A idade dos escravos de Cunhaú variava entre 1 e 80 anos; o mais novo das fazendas de criação tinha 14 anos e o mais velho, 60.

os indígenas sobreviventes do levante, fossem eles os que se tornaram escravos, os que foram aldeados ou os que vagavam sem rumo, Em segundo lugar, aqueles homens que se incorporaram às tropas militares de conquista na condição de soldados, dentre eles mestiços, negros e índios livres, que acabaram por se fixar no Rio Grande. Em terceiro lugar, e em decorrência dos outros, os mestiços nascidos na própria capitania, de mães índias, num tempo em que ainda eram raras as mulheres brancas na colônia, principalmente em áreas inóspitas e recém-conquistadas pelos colonizadores, como o sertão.

O principal núcleo urbano era Natal que, no início do século XVII, contava com aproximadamente 40 prédios e tinha uma população de aproximadamente 130 habitantes. Decorridos quase dois séculos de colonização, no início do século XIX, a população da capital ainda era de aproximadamente 700 habitantes.

CAPÍTULO V

BRASIL INSURGENTE

Durante quase 120 anos, a coroa portuguesa foi vista como aliada pelos colonos brasileiros. Metrópole e colônia estabeleceram rela es em fun o dos interesses da burguesia mercantil e das exigências do Estado Moderno, sendo uma das bases fundamentais do Estado “o princípio da regulamenta o e da restri o, aplicado em maior escala, através da prote o e do monopólio, com o objetivo de assegurar ao capital comercial mercados mais amplos e mais seguros” (COSTA, In: MOTA, 1974, p. 67). O Brasil era uma engrenagem do sistema, representando uma extensão de Portugal. Em meados do século XVII, quando a coroa portuguesa resolveu reforçar o pacto colonial, aumentar impostos e criar e reforçar monopólios, começaram a acontecer movimentos de contesta o ao domínio metropolitano. Emília Viotti da Costa argumenta que o sistema colonial entrou em crise a partir do momento em que o capital industrial tornou-se predominante e “o Estado absolutista foi posto em xeque pelas novas aspira es da burguesia, ansiosa por controlar o poder através de formas representativas de governo” (In: MOTA, 1974, p. 68).

1. Primeiras fogueiras

Os primeiros movimentos de contesta o foram localizados, regionais, e não tinham, a princípio, como lembrar Arthur Cezar Ferreira Reis (In: HOLLANDA, 1993, p. 380), pretensões autonomistas, “mas a exacerba o ideal visando a um melhor estado de vida, um estado de direito mais de acordo com as necessidades e realidades regionais. “Em resumo, aqueles movimentos rebeldes já colocavam a colônia contra a metrópole, expressando o descontentamento dos colonos com a nova política colonial portuguesa e revelando as contradi es internas da colônia. Mas foram somente protestos contra os excessos das autoridades metropolitanas na colônia, contra as mudanças administrativas introduzidas pela coroa portuguesa que visavam centralizar e controlar com maior rigor os colonos brasileiros. Nenhum deles teve, no dizer de Lopez (1991, p. 73),

qualquer objetivo mais amplo ou uma visão que transcendesse a perspectiva local. Foram manifesta es de cunho imediatista e regional, sem projetos políticos mais consistentes. Valeram como tentativas de rea o às decisões fiscais ou a monopólios criados pela Coroa. Evidenciaram ainda, talvez, que, embora de maneira incipiente, os brasileiros já estavam começando a perceber que eles não eram um mero prolongamento da metrópole lusitana.

Na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, mudanças políticas e econômicas ocorridas na Europa impulsionaram rebeliões de cunho separatista por todo o continente americano, inclusive no Brasil. Mesmo que alguns dos movimentos de independência tenham sido locais/regionais, não resta nenhuma d vida acerca das inten es separatistas e republicanas deles. Referindo-se ao que ocorre, no plano externo, naquele momento histórico, diz Francisco Iglesias:

O racionalismo consegue triunfos na política, na economia, na filosofia, no direito. Aos poucos, acaba com o ideário do mercantilismo. (...) O liberalismo e o nacionalismo são vistos com as duas notas típicas do Oitocentos. Uma de suas manifesta es supremas será o surgimento de várias na es livres, da

desagregação do sistema colonial de espanhóis e portugueses. Seus defensores buscam a fonte no pensamento da Ilustração e na independência das colônias inglesas na América, que formaram a República dos Estados Unidos. A revolução Francesa consagrará a idéia da necessidade de constitucionalização, garantia da liberdade (1993, p. 89-90).

No plano interno, os latifundiários, os grandes mineradores e comerciantes, alguns intelectuais e a classe média começaram a questionar o modelo colonial vigente. Segundo Emília Viotti (In: MOTA, 1974, p. 71-73), não era mais possível manter o regime de monopólio que se deteriorava rapidamente, com o aumento da concorrência estrangeira, o aumento do contrabando e a inoperância dos monopólios. A conscientização necessária à ação de emancipação ocorre lentamente, pois os colonos ainda pensavam ser “os portugueses do Brasil”, imaginando que a diferença entre eles e os habitantes do império português era a área geográfica em que viviam, aparecendo a Coroa “como mediadora dos conflitos entre os súditos: produtores do Brasil, comerciantes de Portugal, colonos, jesuítas, administradores etc.” Somente quando o pacto colonial, os monopólios e privilégios apresentaram-se como lesivos ao desenvolvimento do Brasil, os colonos se manifestaram conscientizando-se “dos interesses que os separam da metrópole”. Aí, sim, aos “olhos dos colonos, os interesses da Coroa identificam-se aos da metrópole, e por isso anticolonialismo é também para eles crítica ao poder indiscriminado dos reis, afirmação do princípio da soberania dos povos, do direito de os povos se desenvolverem livremente, segundo seu arbítrio”.

Enquanto Portugal lutava para manter seus domínios ultramarinos dentro da lógica do sistema colonial, enfrentando a concorrência das grandes potências européias, a insatisfação grassava no Brasil, atingindo o ponto máximo entre o último quartel do século XVIII e o primeiro do XIX.

Como dito anteriormente, muitos dos movimentos rebeldes que surgiram nesse período eram, ainda, de caráter regional, expressando apenas o descontentamento dos colonos com o sistema colonial. Não havia amadurecido a consciência nacional e, por isso, apenas questionavam-se alguns traços do referido sistema que subordinava a colônia à metrópole. Os que se revoltavam não pretendiam provocar uma ruptura do sistema colonial, apenas reformá-lo, amainando os seus excessos. Somente no final do século XVIII, quando as contradições se tornaram mais evidentes, os conflitos internos mostraram que os quase três séculos de colonização haviam formado interesses específicos, tipicamente coloniais. E foram esses interesses o fermento que fez crescer o bolo dos conflitos internos na colônia brasileira, influenciados pelo “impacto de grandes transformações que ocorriam no cenário internacional”, como a “independência dos Estados Unidos, consumada em 1776 e reconhecida pela Grã-Bretanha em 1783 (...), primeira derrota irreversível do sistema colonial moderno nas Américas, (...) seguida, em 1791, pela revolta dos escravos de Saint Domingue que culminou, em 1800, na independência do Haiti”, esta profundamente influenciada pela Revolução Francesa. Foi este o contexto que deu as condições para “a eclosão, no Brasil, de duas conspirações em si insignificantes, mas que, além de revelarem a influência da independência norte-americana e das idéias libertárias francesas, mostram também que uma eventual independência da América portuguesa já se tornara algo que podia ser imaginado, sendo objeto de cogitação em certos círculos e circunstâncias” (CARDOSO, IN: LINHARES, 2000, p. 122-123)

Movimentos como as Conjurações Mineira e Baiana e a Revolução Pernambucana de 1817, tinham uma base de reivindicações muito mais ampla, não se limitavam a contestar determinados impostos ou abusos da metrópole, e sim toda a estrutura colonial. Havia choque entre os interesses da metrópole e os da colônia; entre as autoridades metropolitanas e as elites coloniais; entre estas e os comerciantes metropolitanos. Como diz Emília Viotti (IN: MOTA, 1974, p. 74-75), o pensamento liberal ia ao encontro dos interesses da maioria das populações coloniais e contrariava os dos agentes metropolitanos, inclusive os interesses da Coroa portuguesa. Era inevitável que os interesses dos

colonos brasileiros se chocassem com os da Metrópole, cuja única preocupação era tirar vantagens com os monopólios e a arrecadação de impostos. As resistências às mudanças eram muitas, mas um acontecimento inesperado permitiu o golpe decisivo no sistema que ruía.

Em capitânicas pobres e esquecidas como o Rio Grande do Norte, marginalizada depois que cumpriu seu papel de consolidar o domínio português da fronteira leste-norte do Brasil, nos séculos XVI e XVII, a luta pela autonomia adquiria outra feição, diferente daquela pela qual pegavam em armas algumas regiões do nordeste e do centro-sul da colônia. Do ponto de vista administrativo, o Rio Grande do Norte foi, primeiro, subordinado à Bahia, situação “modificada pela carta régia de janeiro de 1701, que a tornou subordinada a Pernambuco, sob a alegação de seria mais conveniente à boa administração, mediante as proximidades entre essas capitânicas” (MARIZ & SUASSUNA, 2002, p. 109). Segundo Cascudo (apud MARIZ & SUASSUNA, 2002, p. 109), “essa subalternidade retardou o desenvolvimento do Rio Grande”, pois, embora a subordinação a Pernambuco fosse dada, juridicamente, nas mesmas condições da subordinação a Bahia, na prática quase todas as propostas administrativas (algo em torno de 70%) encaminhadas ao rei de Portugal, para melhoria da capitania do Rio Grande, como construção de escolas e de fortificações, medidas militares e disciplinadoras dos índios, eram vetadas pelo governo de Pernambuco.

Durante todo o século XVIII e no início do século seguinte, o Rio Grande do Norte reivindicava “a liberdade de comércio interno e externo e a isenção de impostos de exportação e importação”, pleito que significava na prática a autonomia “em relação a Pernambuco”, objetivo só conquistado, como veremos, “no contexto do Movimento de 1817”, quando aqui “foi instalado o órgão encarregado de armazenar, registrar e fiscalizar as mercadorias exportadas e importadas, arrecadando os impostos devidos: a ‘Alfândega’ de Natal”. A partir desse momento (1820, quando a *Alfândega* foi criada por Decreto do rei de Portugal), o porto de Natal foi aberto “para o comércio com outras nações”, mais precisamente a Inglaterra, país que, “além de comprar algodão, passou a (...) vender diretamente aqui as mercadorias produzidas em suas fábricas, em número e variedade cada vez maiores” (MONTEIRO, 2000, p. 105).

2. Portugal no Brasil

A partir do século XVII, a adoção de práticas comerciais calcadas na doutrina mercantilista fez a Inglaterra deslanchar como a grande potência econômica e política mundial. Mas à medida que a burguesia consolidava cada vez mais o seu poder econômico (Revolução Industrial) e seus valores culturais (Iluminismo), as estruturas econômicas, sociais e políticas da Europa sofriam fortes solavancos. A Inglaterra foi precursora desses novos valores e suas instituições foram as primeiras a serem reformadas. A supremacia inglesa no campo econômico era incontestável.

O final do século XVIII assistiu ao ingresso da França na nova ordem nascida nas ilhas britânicas. A Revolução Francesa representou a primeira grande vitória da burguesia continental européia no sentido de ocupar o poder político e assim organizar o Estado de modo a favorecer seus interesses. Os reflexos dos acontecimentos da França oitocentista foram sentidos por toda a Europa e nas colônias das Américas.

No plano internacional, a França estava, no final do século XVIII, pressionada pelas grandes potências européias que tentavam impedir a expansão dos ideais burgueses pelo resto da Europa. Esse foi, entre outros, um fato que fez a burguesia francesa buscar um líder capaz de estabelecer um governo forte e estável, a fim de consolidar sua posição de grupo dominante. O escolhido foi Napoleão Bonaparte, jovem general do exército francês que vinha se destacando por seus feitos militares, que governou de 1799 a 1804, “com o título de primeiro cônsul, mas na realidade como

ditador”. Napoleão enfrentou a oposição de potências européias que “havam assistido, algumas com admiração, outras com horror, mas todas atônitas, ao fenômeno que” ele era. Todas haviam “combatido a França desde 1792 na esperança de preservar a estabilidade européia. Agora viam-se a braços com a mais séria ameaça à estabilidade já surgida” (BURNS, 1995, p. 507-509).

Napoleão liderou a França em algumas das mais brilhantes campanhas, obtendo inúmeras vitórias. Faltava, no entanto, vencer a Inglaterra, dona de uma poderosa frota naval que supria suas necessidades com matérias-primas coloniais.

Quando a Revolução eclodiu na França, os diplomatas portugueses sustentaram, junto aos governos espanhol e inglês, “a necessidade de uma guerra conjunta contra a França”. Como a guerra correu mal para Portugal, com a Espanha passando a gravitar em torno da França e contra a Inglaterra, somente Portugal continuou em estado aberto de guerra contra os franceses. Só havia duas alternativas: a órbita francesa ou a órbita inglesa. Optar pela França

significava a guerra marítima com a Inglaterra, e portanto o fim dos negócios, a perda da base econômica da vida nacional, que era o Brasil. A conservação da velha aliança tinha por consequência a hostilidade do bloco francês e a invasão do território pelos Espanhóis, que viam na crise da Europa um bom ensejo para eliminar a independência portuguesa. O dilema era o da morte por asfixia ou por invasão (SARAIVA, 1979, p. 258-259).

Dessa forma, entre 1795 e 1807 a diplomacia portuguesa atuou sempre no sentido de preservar a paz, chegando mesmo a pagar à França anualmente um imposto de dezessete milhões de cruzados. Aos franceses, entretanto, só interessava uma neutralidade efetiva, ou seja, os ingleses não poderiam utilizar os portos portugueses “para a guerra que faziam à França”, fato inaceitável para os ingleses, visto que os portos lusitanos “eram indispensáveis para os seus navios”, sem contar que aos portugueses afigurava-se praticamente impossível “impedir que continuassem a se servir deles”. Ainda havia um outro fator importante: os portugueses não queriam hostilizar a Inglaterra, “porque isso representaria o fim do comércio”. Para Portugal, “a neutralidade se limitava à não beligerância”. O governo da Espanha, nas mãos de Godoy, “o ‘príncipe da paz’ procurava convencer o de Paris de que só havia uma forma de resolver o problema: ocupar militarmente Portugal” (SARAIVA, 1979, p. 260).

No início do século XIX, a Europa foi palco das guerras napoleônicas. Os mercados coloniais constituíram-se em retaguarda inglesa nesse momento. Em 1805, a esquadra inglesa derrotou as forças franco-espanholas na batalha de Trafalgar, sepultando as pretensões francesas de invadir as ilhas britânicas e isolando a Espanha de seu império colonial. Sem condições militares para invadir a Inglaterra, Napoleão Bonaparte resolveu isolá-la economicamente, decretando o Bloqueio Continental, pelo qual os países europeus ficavam proibidos de comprar os produtos ingleses, privando a Inglaterra de seus principais mercados na Europa. A estratégia napoleônica fracassou porque, entre outras coisas, não levou em consideração que os ingleses controlavam os mares. Ademais, em 1807 os ingleses reagiram à medida francesa impondo o seu próprio bloqueio naval e obrigando império napoleônico a se esfaltar “para transportar mercadorias e matérias-primas por terra, a fim de evitar o bloqueio naval” britânico, enquanto “os ingleses agiam com sucesso no sentido de desenvolver um ativo comércio com a América do Sul. As tarifas internas foram uma segunda razão para o fracasso do Bloqueio Continental”, pois

Napoleão não conseguiu persuadir cada um dos territórios a aderir a uma união alfandegária isenta de direitos. Conseqüentemente, a Europa permaneceu dividida em campos econômicos, protegidos uns contra os outros por tarifas aduaneiras e em desavenças constantes, enquanto tentavam subsistir com apenas o que o continente podia produzir e manufaturar. O motivo final para o colapso do Bloqueio Continental de Napoleão foi o simples fato de o continente ter mais a perder do que a Grã-Bretanha. O comércio estagnou, os portos e os centros manufatureiros viam com irritação aumentar o desemprego (BURNS, 1995, p. 510-511).

O Bloqueio Continental deixou a coroa portuguesa em difícil situação, pois, desde 1703, ano da assinatura do Tratado de Methuen, Portugal dependia economicamente da Inglaterra. Essa dependência levou ao descumprimento, por Portugal, do Bloqueio Continental, levando as tropas napoleônicas a invadir o reino lusitano em 1807. Segundo José Hermano Saraiva, após receber a ordem de fechar os portos à Inglaterra, o governo português levantou novamente a tese de não-beligerância, cedendo à última hora e declarando guerra à Inglaterra, o que não impediu a invasão das tropas comandadas pelo general Junot (1979, p. 261). Sem condições de resistir às tropas napoleônicas, D. João (regente do trono português) fugiu, transferindo a sede da monarquia portuguesa para o Brasil, não sem antes recomendar “que o exército francês fosse recebido em boa paz”, o que talvez explique em parte o fato de o exército francês atravessar “o País sem encontrar nenhuma resistência, nem organizada, nem popular” (SARAIVA, 1979, p. 262). Lopez (1993, p. 17) descreve a fuga da Família Real portuguesa, as confusões diplomáticas e os acordos secretos:

A Inglaterra fez um acordo secreto com Portugal acertando a transferência da Corte para o Brasil e a entrega de um porto ao comércio inglês em Santa Catarina, o que, aliás, não foi posteriormente ratificado. Na verdade, os britânicos já estavam pensando no mercado brasileiro como um sucedâneo para a perda forçada do mercado europeu. Simultaneamente a esses fatos, a França e a Espanha assinaram o Tratado de Fontainebleau, decidindo a ocupação e a divisão de Portugal e suas colônias. Em consequência desse tratado, Portugal foi invadido pelas tropas de Junot e a atitude drástica da França forçou D. João a pôr fim às suas hesitações e a fugir precipitadamente.

Em 1808, a família real portuguesa chegou ao Brasil. Em Salvador, D. João decretou a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, pondo fim ao monopólio comercial português no Brasil. Diz Iglesias (1993, p. 98) que nações amigas era figura de retórica, visto que apenas os ingleses “dispunham de condições para a longa travessia naqueles dias”, sem contar que “o comércio português era sobretudo com a Inglaterra”. Dessa forma, essa medida trouxe grandes benefícios para a classe dominante brasileira e para os ingleses que, tendo os seus produtos bloqueados na Europa, passaram a vendê-los no Brasil. Ademais, a Inglaterra impôs a D. João os Tratados de Comércio e Navegação e Aliança e Amizade, pelos quais os produtos ingleses pagariam menos impostos na alfândega brasileira, fortalecendo a presença econômica inglesa no Brasil. Por último e, ainda no terreno da economia, D. João permitiu a instalação de indústrias no Brasil, revogando a proibição de 1785 e vários outros decretos colonialistas, permitindo a impressão de jornais e livros no Brasil, estimulou as artes, fundou o Banco do Brasil e elevou o Brasil a Reino Unido em 1815. Esta foi uma das mais significativas medidas tomadas por D. João.

A presença da família real portuguesa no Brasil exigia a formação de uma complexa estrutura político-administrativa para governar o império luso. Foram criados os ministérios da Guerra e dos Assuntos Estrangeiros, da Marinha e da Fazenda e Interior, além do Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil, da Biblioteca Nacional, do Jardim Botânico, da Escola Médico-Cirúrgica (Bahia), da Imprensa Régia, etc (IGLESIAS, 1993, p. 98-99).

3. Pernambuco na vanguarda

As guerras napoleônicas e a abertura dos portos brasileiros favoreceram a expansão do comércio de gêneros tropicais. Os produtos brasileiros (café, açúcar algodão, etc.) tinham mercado garantido na Europa. Essa situação satisfazia os proprietários de terras no Brasil, que, sem o rigoroso controle metropolitano, realizavam grandes lucros. O fim das guerras napoleônicas trouxe de volta ao mercado a concorrência dos produtos tropicais de outros países e colônias. O Brasil não estava mais sozinho no mercado. A concorrência trouxe um aumento na oferta de gêneros tropicais e a conseqüente queda dos preços desses produtos. Além disso, como cita Emília Viotti (In: MOTA, 1974, p. 82), embora as leis decretadas pela Coroa portuguesa contribuissem para destruir o sistema colonial,

não foram capazes de modificar todo o sistema, e nem mesmo tinham a intenção; daí a persistência de privilégios e monopólios. Permanecia o oneroso e irracional sistema fiscal, a emperrada máquina administrativa, as inúmeras proibições: proibição de se deslocar livremente, de abrir caminhos, discriminações e privilégios que separavam portugueses e brasileiros, criando animosidade entre eles.

Em 1801 a conspiração movida pela família Suassuna, em Pernambuco, representou um preâmbulo do que veio a ocorrer em 1817. Personalidades envolvidas em 1801 estiveram, de alguma forma, presentes em 1817, casos de José Inácio Borges e André de Albuquerque Maranhão.

Sociedades secretas, sob o disfarce de Academias, difundiam-se por Pernambuco e serviram como vetores para a difusão dos ideais propagados pela Revolução Francesa. Os irmãos Suassuna, Francisco de Paula (Comandante de Ordenanças da freguesia do Cabo) e José Francisco (capitão do Corpo de Artilharia da Praça do Recife) e Luís Francisco (capitão de milícia) organizavam em sua casa de sobrado, no Recife,

umas reuniões suspeitas, muito concorridas, o que ensejou uma delação feita por José da Fonseca Silva e Sampaio, que revelou o fato de que naquelas reuniões, “se tratavam idéias facciosas e revolucionárias sobre liberdade e mudança de governo”. Estaria em marcha uma conspiração que tinha por objetivo (...) implantar em Pernambuco uma República sob a proteção de Napoleão Bonaparte. A conspiração, na realidade, não ultrapassou o plano das idéias, nem chegou a concretizar-se em atos de rebeldia. A delação abortou o movimento ideológico, ocorrendo então a prisão dos principais acusados.

Por ocasião da devassa de 1801 em Pernambuco, foram inquiridas oitenta testemunhas, inclusive ANDRÉ DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, apontado por três depoentes como sendo uma das pessoas que entravam com mais freqüência na casa dos Suassuna, gozando ademais de muita familiaridade e particularidade com José Francisco de Paula e seus irmãos (MEDEIROS FILHO, 1997, p. 187-188).

O Nordeste foi, em 1817, novamente convulsionado. Uma vez mais aflorou a percepção da consciência nacional e da unidade nacional. Pernambuco ocupava uma posição dominante em relação aos seus vizinhos – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe. Os cinco eram áreas articuladas através do pólo econômico mais dinâmico, subordinando-se aos estímulos e aos movimentos conjunturais que partiam do porto de Recife, para onde convergiam os principais produtos (açúcar, algodão, pau-brasil, etc) da região Nordeste. As dificuldades econômicas no Nordeste serviram de pretexto para a eclosão de um movimento liberal, que tinha como um dos

objetivos a proclamação da independência do Brasil. Ideologicamente, segundo Lopez (1993, p. 24), a fermentação revolucionária nordestina exprimia “as múltiplas contradições que agitavam a base social”, visto que a elite econômica e política, contrária ao sistema monopolista e ansiosa por ter mais autonomia administrativa, “se inclinava para um republicanismo federalista do tipo norte-americano”, enquanto as camadas sociais mais baixas “oscilava entre um jacobinismo democrático e uma revolução radical do tipo haitiano”. O antilusitanismo fornecia a massa que unia essa “heterogênea composição social dos descontentes do Nordeste brasileiro da época”. O centro irradiador da conjuração, como não poderia deixar de ser, foi Pernambuco. E sendo Pernambuco o principal pólo econômico, político e administrativo do Nordeste, a insurreição rapidamente se espalhou pelas capitanias vizinhas, inaugurando um ciclo revolucionário no Nordeste (1817, 1824 e 1848). Do movimento revolucionário de 1817 participaram padres, comerciantes, proprietários de terras e intelectuais. Os revoltosos, liderados pelo capitão José Barros de Lima, os padres José Inácio de Abreu e Lima (padre Roma), João Ribeiro e Miguelinho, além de Domingos José Martins e José Luís Mendonça, expulsaram o governador, tomaram o poder em Pernambuco, enviaram emissários às capitanias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia e a Londres, Washington e Buenos Aires, buscando obter reconhecimento para a nova república. Foi elaborada uma Lei Orgânica, base para formulação de uma Constituição. Essa Lei Orgânica garantia liberdade religiosa e de pensamento, adoção de uma República, abolição de vários impostos e manutenção da escravidão.

Referindo-se ao movimento de 1817 diz Cascudo (1984, 135), poeticamente, ter sido

a mais linda, inesquecível, arrebatadora e inútil das revoluções brasileiras. Nenhuma nos emociona tanto nem há figuras maiores em tranqüila coragem, serenidade e compostura suprema, decisão de saber morrer, convencidos da missão histórica assumida e desempenhada. Morrem fazendo frases, dignos, certos de uma participação pessoal no futuro que só se evocaria com a lembrança apaixonada dessas fisionomias graves, fervorosas e enamoradas do idealismo político.

De acordo com Andrade (1995, p. 25), o espaço norte-rio-grandense foi profundamente alterado na transição do século XVIII para o século XIX, com a capitania/província alcançando uma população de 50.000 habitantes em 1815. Dois gargalos sufocavam-na: um de ordem econômica, a falta de estradas e de portos aparelhados; outro de ordem política, a dependência em que vivia em relação a Paraíba e a Pernambuco.⁴⁶

A Revolução de 1817 foi um movimento, no Rio Grande do Norte, praticamente arquitetado e liderado pela família Albuquerque Maranhão, tendo em vista que nove dos líderes da insurreição eram daquele grupo familiar, mas com forte presença da Igreja Católica e da Maçonaria, instituições que, juntas, trabalharam com o mesmo intento, proclamar a independência do Brasil e implantar a república. Diz Cascudo (1973, p. 48) que André de Albuquerque possivelmente pertenceu “à ‘Loja Paraíso’, sociedade maçônica de Recife, e estivera em contínuas confabulações com os conspiradores”. Duvida, porém, o próprio Cascudo (1973, p. 48), que André de Albuquerque, mesmo conhecendo “o aranhol da conspirata (...), por si mesmo avançasse na realização da doutrina nevoentamente percebida”, sendo antes “um sugestionado” por amigos mais lidos e persuasivos e a quem ele “entregara uma admiração sem limites”. Os amigos eram os padres João Damasceno Xavier Carneiro e Antônio de Albuquerque Montenegro.

⁴⁶ De 12 de dezembro de 1687 a 18 de março de 1818, a Comarca do Rio Grande do Norte foi dependente da Paraíba; de 11 de janeiro de 1701 a 20 de março de 1817, o Rio Grande do Norte foi administrativamente dependente de Pernambuco (PONTO, apud ANDRADE, 1995, p. 25).

Segundo Monteiro (2000, p. 106-108), a maioria dos envolvidos na Revolução, no Rio Grande do Norte, era de padres e militares, não sendo muito diferente, portanto, do que ocorreu em Pernambuco, onde o Movimento era “composto, essencialmente, por proprietários rurais, comerciantes de nacionalidade brasileira que brigavam por um setor monopolizado e um grande número de padres, alguns deles formados no Seminário de Olinda – centro de idéias liberais – e outros pertencentes a ordens religiosas que também eram proprietários de terras e engenhos de açúcar”. Dos 28 implicados e processados pela participação no movimento, três eram senhores de engenho (André de Albuquerque Maranhão, senhor de Cunhaú; Luís de Albuquerque Maranhão, dono do engenho Belém; e um outro André de Albuquerque Maranhão – primo do senhor de Cunhaú – proprietário do engenho Estivas), quatro padres e 16 oficiais de milícias, alguns deles membros da família Albuquerque Maranhão. Foi “uma revolução de letrados, juizes, advogados, gente rica, cinqüenta padres seculares e cinco frades”, com de outras Capitânicas, sem a participação do povo. “Numa hora e outra os mesmos membros do Governo Republicano viraram devotos angustiosos do amantíssimo Soberano” (CASCUDO, 1984, p. 135-136).

Quando soube das vitórias conquistadas pelos revolucionários em Pernambuco, o governador do Rio Grande do Norte José Inácio Borges manifestou-se através de uma circular emitida no dia 12 de março, citada por Tavares de Lyra (1998):

Povos da capitania do Rio Grande do Norte: no dia 9 deste mês apareceu nesta cidade uma notícia confusa de que na vila de Santo Antônio do Recife, de Pernambuco, havia aparecido na tarde do dia 6 um tumulto popular, do qual se tinham seguido algumas mortes, sem contudo assinar-se o motivo que o tinha operado, e na noite do dia 12 por carta que dali tive de pessoa fidedigna, que não teve parte naquele lamentável acontecimento, nem nas suas conseqüências, fui avisado de que o resultado daquele tumulto e sedição produziu a saída imediata do general daquela capitania para o Rio de Janeiro e que alguns daqueles facciosos, por efeito a mais inaudita rebeldia, haviam assumido e usurpado a jurisdição do governo, permutando deste modo a paz e tranqüilidade de que gozavam os habitantes daquela capitania pelos horrores de uma espantosa anarquia. Não me importando averiguar a origem e progresso daquele detestável atentado, e cumprindo-me só ilustrar-vos sobre ele, recordar-vos a vossa inata fidelidade para com o legítimo Soberano, que até agora nos tem regido com direito de Senhor e desvelo de Pai, no agosto nome do Senhor D. João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em África Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, vos declaro que estão acabadas as nossas relações e correspondências com todo e qualquer governo ou autoridade levantada atualmente em Pernambuco, e enquanto não nos constar que um general ou outro legítimo delegado de Sua Majestade restabeleceu ali a sua soberania, e reclamando de vós o solene juramento de fidelidade que lhe tendes prestado, e que tem sido sancionado pela nossa Santa Religião, vos convido para que vindos a mim, e debaixo das suas Reais Bandeiras, conservemos pura e sem mácula a nossa nunca interrompida obediência e vassalagem, e possuídos de sagrado entusiasmo gritemos em altas vozes:

Viva, Viva, Viva El-Rei Nosso Senhor (LYRA, 1998, p. 214-215).

Num esforço para conter o ímpeto revolucionário, José Inácio Borges viajou, no dia 23, dez léguas até Goianinha para se avistar e conferenciar com André de Albuquerque Maranhão, com quem se encontrou na tarde do dia 24. Após conversa de quase duas horas, Borges voltou para o engenho Belém, de propriedade de Luís de Albuquerque Maranhão, onde pernovernou. Já quase ao raiar do dia, “estava cercado de tropas, cavalarianos, oficiais, populares, dirigidos por André de

Cunhaú”. Dali seguiu, no dia 3 de abril, para Recife, onde ficou preso na fortaleza das Cinco Pontas (CASCUDO, 1973, p. 51-52). Impossível, diz Cascudo (1984, 136-137), que José Inácio Borges pudesse ser mais explícito em sua atitude de resistência. A correspondência que mantêm com André de Albuquerque é enfática na recomendação de vigilância das fronteiras. Tavares de Lyra (apud NONATO, 1971), porém, não comunga com a posição de Cascudo:

Affirma Dias Martins (“Os Martyres Pernambucanos”) que José Ignácio Borges hesitou em condenar o movimento, só o fazendo após a reunião de um conselho que, divergindo da opinião de André de Albuquerque, deliberou, por maioria de votos, que elle fosse combatido. E acrescenta que foi depois disto que o referido governador encarregou André de Albuquerque do commando das forças que deviam guarnecer parte da fronteira do sul, impedindo a invasão da capitania. Si o facto é verdadeiro, cabe-lhe, realmente, a pecha de **governador hypocrita** com que o fulminou o sanguinário Dezembargador Teixeira Coutinho Alves de Carvalho, Presidente da Alçada: o seu acto valeu por uma irrecusável prova de felonía e de má-fé. O que é certo é que elle se sentiu mais tarde na necessidade de justifica-lo (LYRA, apud NONATO, 1971, p. 76-77).

Referindo-se a José Inácio Borges, Tavares de Lyra (1972) afirma ser ele homem dotado de espírito culto de apreciáveis talentos, que rapidamente conheceu o descontentamento que grassava na capitania e que

com louvável solícitude, procurou captar a estima e o apoio dos que, pela sua influência, estavam no caso de tornar mais fácil a sua ação administrativa. Essa atitude – que não logrou evitar na capitania a repercussão do movimento revolucionário de Pernambuco, vitorioso no Recife a 6 de março de 1817 – foi mais tarde acoimada de vacilante e dúbia, sendo fora de dúvida que, num momento dado, ele se tornou realmente inexplicável. A sua ida ao engenho Belém é – qualquer que seja o modo de a justificar – um ato senão criminoso, imprudente e leviano ante a iminência de uma sublevação. Ela importou no abandono da Capital, em ocasião em que mais necessária se fazia a presença do representante do poder público, a fim de organizar a resistência e dar homogeneidade aos elementos de defesa de sua autoridade, vigiando pela manutenção da ordem e da segurança, que, ainda mesmo que não estivessem ameaçadas internamente, corriam sério perigo nas fronteiras. É verdade que José Inácio Borges condenara explicitamente a revolução, declarando a capitania desligada de Pernambuco e criando uma alfândega em Natal; mas muitos outros, inclusive André de Albuquerque, o fizeram também, sem que isto tivesse sido obstáculo à sua posterior adesão (LYRA, 1972, p. 27-28).

Vitorioso o movimento em Pernambuco, as autoridades enviadas pela Coroa foram afastadas, sendo constituído um governo próprio, “do qual participam alguns dos principais da capitania. O novo governo teve sua bandeira e enviou emissários aos Estados Unidos, Rio da Prata e Inglaterra, em busca de apoio”, havendo mesmo a pretensão de “unir-se a franceses descontentes com a situação para libertar Napoleão, preso na ilha de Santa Helena”. Os revolucionários enviaram ao Rio Grande do Norte o padre João Damasceno Xavier Carneiro, ex-vigário de São José de Mipibu, para conseguir a adesão da capitania. O governador do Rio Grande do Norte, José Inácio Borges, cortou relações com Pernambuco e preparou-se para resistir, inclusive instando, no dia 6 de março, a André de Albuquerque Maranhão, Coronel de Ordenanças do Distrito Sul e senhor de Cunhaú, que garantisse a integridade da capitania face às investidas dos revolucionários que poderiam vir

pela Paraíba, sendo, por isso, preso no engenho Belém, em São José de Mipibu, no dia 25, pelo Regimento comandado pelo próprio André de Albuquerque com quem o governador pensava poder entender-se. Dali, o governador José Inácio Borges foi encaminhado para Recife, juntamente com sua mulher (LEMOS; MEDEIROS, 1980, 77).

Cascudo (1984) assim descreve a prisão do governador e a submissão de várias autoridades às ordens de André de Albuquerque Maranhão:

Viaja o Governador na tarde de 23, a cavalo, com o intuito de revigorar o espírito bélico dos soldados e oficiais. Pernoita no engenho Belém, pertencente a um primo de André, Luís de Albuquerque Maranhão, próximo à atual cidade de Nísia Floresta, antiga Papari, dez léguas de Natal, (...). Prossegue a jornada na manhã seguinte, 24, avistando-se com André em Goianinha, conversando durante duas horas, das três às cinco da tarde, sobre os assuntos militares. Volta e vem dormir no mesmo engenho Belém. Pela madrugada de 25 a casa-grande do engenho está cercada por André e seus parentes e cerca de 400 homens de seu Regimento. Chega outro primo, da Paraíba, João de Albuquerque Maranhão, com um filho e mais tropa. O padre João Damasceno está presente. Borges protesta, diz que a revolução é *árvore sem raízes*. André manda chamar autoridade em Natal, o Comandante da Companhia de Linha, Antônio Germano Cavalcanti de Albuquerque, a quem o Governador havia confiado a guarda da Cidade, o Provedor da Fazenda Real, o coronel da Infantaria miliciana e o seu major. Todos cumpriram a ordem e apareceram na manhã d 26. Em nenhum ponto houve a mais leve reação. O Provedor, Manuel Inácio Pereira do Lago, e o sargento-mor João Rabelo de Siqueira e Aragão pernoitaram no sítio Taborda (ainda existente no município de São José, à margem da rodovia que segue de Natal) porque os cavalos cansaram (CASCUDO, 1984, p. 137-138).

No dia 25 de março, o movimento revolucionário obteve vitória no Rio Grande do Norte e, no dia 28, André de Albuquerque Maranhão, chefe do movimento revolucionário na capitania, entrou em Natal com suas tropas, instalando, no dia seguinte, o governo provisório, composto por ele, coronel André de Albuquerque Maranhão, capitão de Infantaria Antônio Germano Cavalcanti de Albuquerque, coronel de Milícias José Joaquim do Rego Barros, capitão de Milícias Antônio da Rocha Bezerra e o padre Feliciano José Dornelas, vigário da freguesia, todos homens de posses ou bem assentados na máquina estatal.

O governo revolucionário em Pernambuco enviou, no dia 30 de março, ao Rio Grande do Norte um regimento comandado por José Peregrino Xavier de Carvalho para apoiar a revolução. Segundo Iglesias (1993, p. 101), a repressão foi imediata. Mesmo tendo um sucesso circunstancial na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará, foi frustrante a tentativa de levar a luta para a Bahia.

Forças navais foram organizadas no Rio de Janeiro para reprimir os rebeldes. Da Bahia também partiram, por terra e mar. A esquadra bloqueou o Recife. Em vão os rebeldes tentaram negociar a capitulação, a idéia foi recusada. Os soldados governistas desembarcaram no dia 20 de maio. Os revolucionários tentam ir para o Norte, mas debandam: há suicídios, prisões sem conta (IGLESIAS, 1993, p. 101-102).

O Regimento partiu da Paraíba e foi, enquanto esteve no Rio Grande, o anteparo e a sustentação do governo de André de Albuquerque. Ao se retirar, o governo arriou, pois, sem contar com o apoio popular – o povo não se entusiasmara com a Revolução – o clima era desfavorável

para André de Albuquerque, com os monarquistas reunindo-se com freqüência, na residência do alfaiate Manuel da Costa Bandeira (CASCUDO, 1984, p. 138-139), para conspirar contra o governo. O governo de André de Albuquerque sucumbiu, na visão de Denise Monteiro (2000, p. 108), porque as divergências na Junta Provisória de Governo deixaram André de Albuquerque isolado, e também porque “a repressão desencadeada pelas forças portuguesas pôs fim ao movimento em todas as capitâneas do Nordeste nele envolvidas”. A saída das tropas de Peregrino da capitania deu oportunidade aos monarquistas de arquitetar uma contra-revolução. O sino da Matriz anunciou o início da reação. Nove badaladas (sinal de mulher em trabalho de parto) é a senha. Na madrugada de 25 de abril, o prédio do governo foi invadido pelos monarquistas, que partiram da casa do alfaiate Manuel da Costa Bandeira, “agitando armas, vivendo El-Rei e dando morras à Liberdade, convencidos da incompatibilidade entre os dois símbolos”. Não houve reação. A sala onde estava André de Albuquerque foi invadida e ele ferido na virilha e levado preso para a Fortaleza dos Santos Reis, onde veio a falecer no dia 26 de abril, depois de agonizar o dia e a noite inteira. (CASCUDO, 1984, p. 140). O martírio de André de Albuquerque, o Andrezinho de Cunhaú, foi brilhantemente descrito por Iaperi Araújo no livro *Auto do Guerreiro*.

Estava terminada a Revolução no Rio Grande do Norte, pelo menos na área litorânea; o governo republicano durou quase um mês, de 29 de março a 25 de abril.

Difícil explicitar o legado do governo de André de Albuquerque, tendo em vista a ação de José Inácio Borges, reempossado como governador, toda a documentação acerca do movimento revolucionário. Diz José Inácio Borges em ordem emanada no dia 10 de julho de 1817:

Para todos as câmaras da capitania:

Sendo indispensável como medida política extinguir como se nunca existissem todos os escritos que estejam derramados por esta capitania produzidos pelo bando de rebeldes que temporariamente usurpara a Real Soberania, ordeno a Vossas Mercês que já e já, publicado por editais esta minha ordem, façam recolher todas as determinações, cartas e mais papéis que se afixaram ou existirem nas mãos dos empregados e ainda mesmo dos particulares dessa vida, não excetuando os militares, e, arrecadados que sejam, nos remetam fechados, vindo apensos os que também houverem no seu arquivo, compreendidos mesmo alguns termos que se fizessem em livros, cujas folhas serão arrancadas, fazendo-se disto novo termo. No edital que publicarem farão saber que se *algum dia me fora denunciada a existência de alguns destes papéis nas mãos de qualquer pessoa ficará, por esse só fato, reputada cúmplice dos rebeldes e como tal punida* (grifos nossos) (José Inácio Borges, apud LYRA, 1998, p. 227).

Com o fracasso do movimento revolucionário nas capitâneas vizinhas, os revoltosos pernambucanos ficaram isolados em Recife. A cidade foi bloqueada e, em poucos meses, os revolucionários foram vencidos pelas tropas fiéis ao Rio de Janeiro, sendo a ordem monárquica restaurada em 20 de maio de 1817. Sufocado o movimento revolucionário em Natal, houve uma tentativa de reacendê-lo no interior (Portalegre, Martins e Apodi), mas sem sucesso. Diz Cascudo que a derrota não apagou a chama da revolução, a “intensidade borbulhante dos espíritos”, pois, desaparecido o governo republicano de 1817 em Natal, ressurgiu na região oeste da capitania. David Leopoldo Targini, emissário dos rebeldes da Paraíba, pôs as mãos nos documentos enviados pelo governo às Câmaras Municipais e, com escolta forte e organizada, dirigiu-se a Portalegre, “onde havia ligação e clima de simpatia, assim como em Apodi e Martins”. Em Portalegre chegou a se instalar um governo republicano, de vida curta (10 a 19 de maio de 1817), formado pelo vigário João Barbosa Cordeiro, tenente-coronel Leandro Francisco de Beça, sargento-mor José Francisco Vieira de Barros, capitão Manuel Joaquim Palácio e o tenente Felipe Bandeira de Moura.

O governador da capitania enviou tropas de Vila de Princesa que prenderam alguns líderes do movimento. Três conseguiram escapar: Targino, o vigário João Barbosa e o padre Gonçalo Borges de Andrade, vigário de Apodi e um dos mais ativos revolucionários (CASCUDO, 1984, p. 142-143).

André de Albuquerque Maranhão era homem muito rico, proprietário do maior engenho do Rio Grande do Norte, herdeiro “da numerosa e distinta família dos Albuquerque”, dono “de imensas propriedades territoriais”, com plantações em Cunhaú que “ocupam quatorze léguas ao longo da estrada” e de uma “outra terra vizinha, igualmente vasta”, sem contar “as terras que ele possui no Sertão, para pastagens de gado, supõem não inferiores de trinta a quarenta léguas” (KOSTER, Apud MEDEIROS FILHO, 1993, p. 17).

O grande norte-rio-grandense envolvido na Revolução Pernambucana de 1817 não foi André de Albuquerque, e sim Padre Miguelinho, nascido Miguel Joaquim de Almeida Castro, no dia 17 de setembro de 1768. Aqui no Rio Grande do Norte teve apenas a educação primária, seguindo, aos dezesseis anos, para Recife, onde entrou na ordem dos carmelitas, professando, “a 4 de novembro de 1784, com o nome de Frei Miguel de S. Bonifácio, donde lhe veio o apelido de Frei Miguelinho”. Não se sabe se o padre Miguelinho teve ingerência “direta no movimento revolucionário em Natal”, pois os documentos conhecidos “a ele não se referem”, e nenhum membro de sua família teve participação na revolução (DANTAS, 2001, p. 53-54). Para Cascudo (1973, p. 115), a “ação religiosa, política e intelectual” do padre Miguelinho ocorreu inteiramente em Pernambuco, para onde ele se mudou junto com os irmãos Inácio, Joaquim e Clara. Não há mais notícias, diz o grande mestre potiguar, de passagem sua pela Rio Grande do Norte. “Toda sua existência está ligada aos acontecimentos de Olinda e Recife” (CASCUDO, 1973, p. 140). E completa Cascudo, dizendo que o padre nascido em Natal “esqueceu as Constituições Papais e no âmbito dos ‘pedreiros livres’ encontrava clima ao sonho da autonomia brasileira. (...) Quando rebentou, março de 1817, a revolução, Miguelinho estava com 49 anos e conscientemente figurou nos movimentos que se tornaram históricos” (1973, p. 143).

Em Pernambuco, o papel dele foi proeminente, tendo sido secretário do governo revolucionário e “um dos mais dedicados servidores, redigindo as ‘proclamações patrióticas’ (...), inalterável em sua coragem tranqüila, na primeira fila dos responsáveis” (CASCUDO, 1973, p. 143). Depois de derrotado o movimento, em Pernambuco, padre Miguelinho, autodeclarando-se morto, juntou-se a uma irmã, D. Clara, com quem tratou “de salvar o maior número possível dos seus concidadãos implicados no movimento revolucionário”, queimando, em sua casa na cidade de Olinda

todos os documentos e papeis que existiam na sala sobre a revolução e que podiam complicar a sorte dos seus compatriotas.

Findo esse serviço de abnegação patriótica, os dois irmãos passaram o resto da noite em ternos e afetuosos preparativos para receberem os algozes.

Preso na manhã do dia seguinte, foi Miguelinho encafuado no porão do brigue *Carrasco*, no qual, com outros companheiros, seguiu para a Baía, onde o aguardava a sanha feroz do conde dos Arcos (DANTAS, 2001, p. 64-65).

O *juízo* e o *martírio socrático* do padre Miguelinho é um libelo contra toda e qualquer forma de despotismo revestido de ação legítima do Estado. Deveria constar em todos os livros e compêndios que denunciam o autoritarismo. E também nos que registram a obediência às leis, enfrentando o Tribunal de forma impassível, sem negar sua participação no movimento, sem expor “uma só dirimente”, como reconheceu anos depois o Presidente do Tribunal, D. Marcos Noronha, o Conde dos Arcos, em conversa com frei Antônio de São José Bastos (CASCUDO, 1973, p. 144-145). Vale a pena conferir a postura serena, humilde, correta e, ao mesmo tempo, desafiadora dele, exposta por Enélio Petrovich no prefácio da obra de Raimundo Nonato (1971), diante do conde dos Arcos, presidente da comissão militar que o julgava:

O Conde dos Arcos, surpreso pela conduta impávida do herói indaga-lhe:

“Padre, não cuide que somos alguns bárbaros e selvagens que somente respiramos sangue e vingança. Fale, diga alguma coisa em sua defesa”.

O silêncio foi a resposta. E prosseguiu:

“O padre não tem inimigos? Não seria possível que eles lhe falsificassem a firma e com ela subscrevessem todos ou parte dos papéis que estão presentes”.

E pela primeira vez ouve-se a palavra de Miguelinho, que a História tão bem registra:

“Não, Senhor, não são contrafeitas. As minhas firmas nesses papéis são todas autênticas. Por sinal, em um deles, o ‘o’ de Castro ficou metade por acabar, porque faltou papel”.

Foi, então, lavrada a sentença irrecorrível. Inapelável.

No mesmo instante, também marcado para o sacrifício extremo, o companheiro José Luiz de Mendonça esbravejava com a decisão condenatória.

Ai, Miguelinho fala (...):

“Querido amigo, façamos e digamos unicamente aquilo para que temos tempo”.

Ajoelhou-se diante do crucifixo e rezou, com lágrimas, o salmo MISERE MEI DEUS.⁴⁷

Para Tavares de Lyra, quando feita a restauração, em 25 de abril, começou a reação, a caça às bruxas, tibia se comparada aos “tristes precedentes de que foi teatro Pernambuco”. Muitos foram presos e tiveram os seus bens confiscados, mas “nenhum sofreu a pena de morte, em que todos haviam incorrido pelo crime de lesa-majestade”. Ademais, há na “linguagem em que são redigidas as informações oficiais” um esforço para “inocentar os companheiros de André de Albuquerque, fazendo recair sobre este, que já não existia, a culpa e as responsabilidades do movimento revolucionário”. Alguns foram absolvidos e muitos entre eles vieram a ocupar cargos importantes no governo de José Inácio Borges, fato que certamente representará um desafio aos historiadores que se debruçarem sobre esse importante evento histórico da vida política brasileira e norte-rio-grandense (1972, p. 30). Monteiro (2000, p. 109) confirma conclusão de Tavares de Lyra, dizendo que as penas aplicadas aos que aqui aderiram à Revolução foram brandas; o Estado português não aplicou a pena de morte ou de degredo a nenhum deles, diferentemente do que ocorreu em outras localidades, onde doze “são condenados à morte”, só desaparecendo a repressão em 1818, “quando D. João VI foi aclamado rei e é determinado o fim das prisões e julgamentos” (IGLESIAS, 1993, p. 102). Três dos mais importantes líderes foram mortos em Salvador: padre Miguelinho, Domingos José Martins e José Luís de Mendonça; o padre João Ribeiro, talvez o maior líder daquele movimento, suicidou-se. Diz Tavares de Lyra (apud CASCUDO, 1984):

Reassumindo o governo após a contra-revolução de 1817, José Inácio Borges não tomou pessoalmente a iniciativa de quaisquer atos de perseguição e de vingança. Limitou-se a cumprir as ordens que recebia e isto mesmo suavizando quanto possível a ação de sua autoridade. Fez-se, e não era lícita impedir, a prisão de muitos e o confisco dos bens de alguns dos rebeldes; mas nenhum sofreu a pena de morte em que diversos estavam incursos pelo crime de lesa-majestade, devendo-se esse resultado, em grande parte, à demora na remessa

⁴⁷ Francisco das Chagas Souza Pinto (apud NONATO, 1971, p. 15) escreve sobre a execução do padre Miguelinho: “Revestido de alva, corda ao pescoço, algemado, pés descalços, cabeça descoberta, no meio de uma escolta de soldados, caminhou com a tranqüilidade de um inocente e de um invicto mártir ao Campo da Pólvora, onde, com dois companheiros, foi arcabuzado.

Apenas expirou, e a soldadesca homicida ae sanguinária entrou em vivas do estilo ao Rei, em nome de quem assassinavam!”

dos presos para o Recife e às informações oficiais que prestou, das quais se infere o esforço e o vivo desejo de inocentar grande número dos implicados na rebelião, fazendo recair sobre André de Albuquerque, que já não existia, a principal responsabilidade dela (apud CASCUDO, 1984, p. 141).

A persistência de velhos conflitos de natureza econômica e social na região nordestina demonstra claramente que as transformações produzidas pela presença da Corte no Brasil não foram suficientes para represar as demandas da sociedade. Tampouco foram implementadas medidas administrativas que tornassem mais eficazes as relações entre as diversas regiões que compunham o território brasileiro. Também estavam desgastadas as relações entre as elites regionais e o poder central. O resultado era a aumento das tensões que, não poucas vezes, degeneravam em conflito aberto.

Para os grupos dominantes na capitania, um dos grandes problemas do Rio Grande do Norte era, desde 1701, a sua dependência administrativa e econômica em relação a Pernambuco. Durante mais de um século, o Rio Grande do Norte esteve submetido às capitanias de Pernambuco e da Paraíba. Por duas vezes os norte-rio-grandenses solicitaram um pedido de autonomia, política, fiscal e judiciária.

A dependência do Rio Grande do Norte em relação a Pernambuco

significava, entre outras coisas, que o comércio direto, fosse com Lisboa ou com as capitanias vizinhas, era proibido. As mercadorias a serem exportadas eram dirigidas ao porto de Recife, para daí serem enviadas à Europa, assim como as importadas entravam pelo mesmo porto, para depois serem enviadas ao Rio Grande. Isso implicava num pagamento dobrado dos impostos de importação e exportação, feito às autoridades portuguesas.

Mas, além disso, essa dependência implicava também que todo o dinheiro arrecadado na capitania deveria ser enviado à “Junta da Fazenda” de Pernambuco, órgão da administração metropolitana. Essa Junta decidia então sobre o dinheiro que deveria voltar ao Rio Grande para custear as despesas necessárias à sua manutenção.

No decorrer do século XVIII, essa situação foi contestada várias vezes pela Câmara de Natal – expressão dos senhores rurais da capitania –, em cartas dirigidas ao Rei de Portugal, inutilmente (MONTEIRO, 2000, p. 104-105).

Terminada a Revolução de 1817, a Coroa portuguesa resolveu conceder autonomia à capitania do Rio Grande do Norte, afastando-a da influência política e administrativa de Pernambuco. Primeiro, em 25 de março de 1818, foi criada a Ouvidoria do Rio Grande do Norte, desligando-a da Paraíba; somente em 1820, através de alvará expedido pelo rei D. João VI, em 3 de fevereiro, foi oficializada a Alfândega do Rio Grande do Norte, marco do fim da subordinação econômica a Pernambuco (CASCUDO, 1984, p. 141). Essas medidas e a “bem sucedida repressão ao movimento não apagou, contudo, as aspirações latentes de liberdade que estavam, então, em gestação em algumas províncias brasileiras” (BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 192).

4. Brasil independente

O infante D. João assumiu o governo de Portugal, em virtude do enlouquecimento da mãe, em momento de extrema dificuldade para Portugal, dadas as rivalidades políticas internas que então se verificavam. Já como príncipe-regente pôs em prática uma política externa que se caracterizou pelas tentativas de apaziguamento. Somente em 1818, mais de dez anos após chegar ao Brasil e três após a queda de Napoleão Bonaparte, D. João foi coroado rei, com o título de D. João VI. Com o fim das guerras napoleônicas, a situação na Europa voltou à normalidade, se é possível assim designar o período de restauração que se seguiu à queda de Napoleão.

Não podemos esquecer que o general Junot, comandante das tropas que invadiram Portugal em 1807, praticamente não enfrentou resistência, como se fosse

um general de um país aliado. Para alguns, vinha mesmo como um libertador: era a Revolução que, com ele, chegava enfim a Portugal. Esse é um aspecto que deve ser posto em relevo: as invasões francesas foram o primeiro episódio das lutas entre o absolutismo e o liberalismo no nosso país (SARAIVA, 1979, p. 262).

De acordo com Edward Burns, Napoleão Bonaparte cometeu dois erros graves que apressaram a sua queda: o primeiro foi o Bloqueio Continental e o segundo, a “sua ambição ilimitada e o altíssimo conceito que fazia de si mesmo”, a sua pretensão em construir um Império nos moldes da antiga Roma, uma “Roma imperial, dinástica”, o que levou até os seus admiradores “a questionar se o império de Napoleão não seria simplesmente um despotismo maior, mais eficiente, e, por conseguinte, em última instância mais perigoso que as monarquias do século XVIII” (1995, p. 511). Portugal, por exemplo, foi vítima das ambições e dos projetos dinásticos de Napoleão. De 1807 a 1814 o território português foi palco de uma guerra feroz entre franceses e portugueses/ingleses.

A guerra, violenta como nenhuma anteriormente o tinha sido, durou sete anos e teve efeitos devastadores. Os campos ficaram ermos de homens válidos, arrebanhados à força para as fileiras pelas autoridades inglesas. As regiões litorais, onde estavam as cidades mais ricas e que, de um modo geral, tinham sido poupadas nas guerras anteriores, que se limitavam aos distritos de fronteira, foram as que mais sofreram. Todos os valores foram confiscados para satisfazer uma contribuição de guerra imposta por Napoleão; ao confisco juntou-se o vandalismo e o saque: igrejas, conventos, palácios, foram despejados de tudo o que tinham de valioso. Muitos tesouros artísticos desapareceram por essa altura. O número de mortos nos combates e nas chacinas de represália foi calculado em superior a cem mil. A fome deve ter feito ainda mais vítimas porque a população desceu em números absolutos (SARAIVA, 1979, p. 267).

Com a ajuda da Inglaterra, os portugueses conseguiram expulsar o invasor francês. O domínio francês empobreceu ainda mais o reino português: o comércio colonial havia decrescido substancialmente com a abertura dos portos brasileiros; cresciam as dificuldades econômicas que, somadas às idéias liberais, pavimentaram o caminho para a eclosão, em 1820, da Revolução Liberal do Porto, que, entre outras medidas, exigia o afastamento de Beresford, o retorno imediato de D. João VI para Portugal e a recolonização do Brasil. A burguesia comercial portuguesa, obrigada que fora a aceitar a abertura dos portos e os tratados de 1810 assinados com os ingleses, não estava mais “disposta a aceitar a nova afronta: seu rei ditando as ordens a partir da colônia ultramarina, ordens transmitidas via intermediários estrangeiros que administravam o país”, sem contar “a devastação praticada no país pelos longos anos de rapina das tropas napoleônicas” (LOPEZ,

1993, p. 29). Ademais, “o Governo estava confiado a uma junta de governadores, dependente das instruções recebidas do Rio”, e “a ausência dos órgãos centrais do poder enfraquecia a autoridade do Governo metropolitano”. A única e verdadeira força em meio à desagregação política do Estado português era o exército, mas o seu comando “estava nas mãos dos oficiais ingleses” e, finda a guerra, os portugueses permaneceram mobilizados, com quase cem mil homens nas fileiras do exército. Também não eram boas as “relações entre o poder civil e o poder militar” (SARAIVA, 1979, p. 270).

A situação portuguesa era, em 1820, de crise em todos os planos da vida nacional: crise política, causada pela ausência do rei e dos órgãos do Governo no Brasil; crise ideológica, nascida da progressiva difusão, nas cidades, de idéias políticas que consideravam a monarquia absoluta um regime opressivo e obsoleto; crise econômica, resultante da emancipação econômica do Brasil; crise militar, originada pela presença dos oficiais ingleses nos altos postos do exército e pela emulação dos oficiais portugueses, que se viam preteridos nas promoções.

O próprio Governo se dava conta da urgência de uma reforma séria, sem a qual se corria o risco de uma revolução (SARAIVA, 1979, p. 270-271).

E, como diz Basile (IN: LINHARES, 2000, p. 192-193), se no Brasil se desenvolvia, de forma difusa, um ideal de liberdade, a eclosão da revolução liberal do Porto, em 24 de agosto de 1820, potencializou a insatisfação brasileira com o estado de semi-dependência em que o país se encontrava. O movimento português pretendia implantar um governo liberal em Portugal e garantir o desenvolvimento econômico do Reino. Para isso, pensavam os líderes, era preciso fazer retornar a Corte para Portugal e restabelecer os antigos laços coloniais com o Brasil, o que gerou por aqui uma repercussão controversa, pois, enquanto

os brasileiros, em geral, e comerciantes estrangeiros, em particular, se prendiam à face liberal da revolução, nela vendo o fim do Absolutismo, a preservação das prerrogativas do Reino Unido e a eliminação dos monopólios e privilégios ainda existentes, os comerciantes portugueses, por outro lado, viram na face colonialista e no traço antibritânico da mesma um meio para a restituição dos monopólios e privilégios comerciais de que antes gozavam (BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 194).

A partir de 1821 eclodiram, no Brasil, vários movimentos favoráveis às cortes portuguesas, depondo governadores e criando juntas provisórias de governo e exigindo o fim do absolutismo monárquico. Contraditoriamente, porém, as cortes pretendiam reconduzir o Brasil à situação de colônia. Os seus agentes políticos eram ligados a comerciantes portugueses insatisfeitos com o regime de liberdade econômica e administrativa que o Brasil experimentava. Segundo Iglesias (1993, p. 106), a Revolução do Porto, “chamada liberal, por exigir uma Constituição, na verdade é menos liberal e constitucionalista que pela recondução do Brasil a seu antigo estado de colônia”.

A Junta Provisional que se apossou do poder político fez valer a sua força e convocou eleições para as cortes constituintes. Os deputados foram eleitos indiretamente: primeiro eram eleitos os eleitores de paróquia, estes escolhiam os eleitores de comarca, responsáveis pela escolha dos deputados. A vitória dos revolucionários portugueses e o fortalecimento das Cortes forçaram D. João VI a apressar o retorno para Portugal, deixando no Brasil seu filho, D. Pedro, como regente, “decisão que contrariou os absolutistas” portugueses, que passam a exigir o regresso imediato do jovem príncipe, que foi ficando no Rio de Janeiro em franca desobediência, “atendendo ao pedido de milhares de brasileiros” (IGLESIAS, 1993, p. 107-108). A volta de D. Pedro para

Portugal enfraqueceria a autonomia administrativa do Brasil. Houve reações no Brasil às medidas recolonizadoras, resultando na formação de um bloco político (partido brasileiro), com o objetivo de comprometer D. Pedro com a independência brasileira. O movimento contra recolonização ganhou força, acelerando o processo “independentista”. “Tudo indica”, diz José Hermano Saraiva, “que, qualquer que tivesse sido a evolução política portuguesa, o Brasil teria proclamado a independência nos anos que se seguiram à saída da corte. Mas a causa próxima da separação foi o conflito entre D. Pedro e as Constituintes” (1979, p. 277-278). A 09 de janeiro de 1822 (dia do Fico), depois de receber um documento com oito mil assinaturas, resolveu ficar no Brasil, rompendo com as Cortes portuguesas e se aliando ao partido brasileiro. Em abril, D. Pedro decretou que todas as determinações vindas de Portugal só entrariam em vigor no Brasil após a sua aprovação (o Cumprase); em junho convocou uma Assembléia Constituinte com a finalidade de elaborar uma Constituição para o Brasil. Ainda assim, as Cortes portuguesas exigiam a volta de D. Pedro para Portugal. “Os sucessivos atritos entre deputados brasileiros e portugueses, também foram fundamentais para apressar o processo de ruptura. Desde maio de 1822

as Cortes já haviam decidido, contrariamente ao voto dos representantes brasileiros, o envio de tropas para a Bahia, a fim de evitar uma eventual revolta de negros e mulatos na província e de impedir a propagação pelo restante do Reino das idéias separatistas que germinavam no sul do país. Em fins de junho e início de julho, novo e mais sério conflito se daria por conta dos artigos adicionais à Constituição, referentes ao Brasil, sugeridos pela deputação brasileira. Tais artigos, que em seu conjunto definiam a introdução de um sistema federalista no Reino Unido, consagrando a fórmula da Monarquia Dual, propunham o estabelecimento de uma regência com amplos poderes no Brasil, a existência de Cortes Especiais em cada reino, a manutenção das Cortes Gerais, composta paritariamente por membros dos dois congressos, na Capital do Império, e a instalação de um Tribunal Supremo de Justiça no Brasil. Apesar dos apelos dos deputados brasileiros de que apenas tais medidas evitariam a Independência, a proposta não foi aceita. (BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 201).

As Cortes aceitavam a permanência de D. Pedro no Brasil “até a publicação dos artigos adicionais à Constituição relativas ao Brasil, devendo, porém, sujeitar-se o príncipe às Cortes, que passariam a nomear seus ministros e secretários”. A convocação “de uma assembléia legislativa e constituinte no Brasil” foi interpretada “pelos deputados portugueses como uma clara manifestação de ruptura”. O mais grave, para os portugueses, era que D. Pedro estava “à frente do movimento separatista brasileiro”, o que trazia “a ameaça não apenas de Independência, mas também, em caso de morte de dom João VI e de reunificação dos dois Reinos, de restabelecimento da sede da monarquia no Rio de Janeiro” (BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 201-202). Foi enviado um ultimato ao regente, exigindo o seu retorno imediato e a anulação da convocação da Assembléia Constituinte. Caso contrário, seriam enviadas tropas para fazer cumprir as determinações. Orientado por José Bonifácio de Andrada e Silva (Patriarca da Independência), D. Pedro seguiu a única via existente naquele momento: a ruptura definitiva com Portugal que se deu em 07 de setembro de 1822.

Um dos temores da elite econômica e política brasileira era a disseminação das idéias republicanas que poderiam colocar em risco a manutenção da estrutura latifundiária e escravagista. Os dois grupos políticos, o partido brasileiro e partido português, temiam as conseqüências da agitação popular, que poderiam levar a ampliação da base de participação no governo do futuro Estado brasileiro. Foram eles que cercaram o príncipe-regente, que passou “a conduzir a causa, empunhando a sua bandeira” (IGLESIAS, 1993, p. 108). D. Pedro foi o instrumento de uma independência “negociada”, que garantiu o principal objetivo dos grupos dominantes: a manutenção da escravidão e do latifúndio.

5. Focos no Rio Grande do Norte

Após a derrota dos revolucionários de 1817, reassumiu o governo José Inácio Borges para um segundo governo, que se estendeu de 17 de junho de 1817 a 03 de dezembro de 1821. Na sua segunda gestão, o Rio Grande do Norte adquiriu autonomia judicial (1818) e fiscal (1820).⁴⁸

No segundo governo de José Inácio Borges, começaram a surgir divergências entre os defensores da independência e os partidários da recolonização do Brasil, sendo o próprio José Inácio Borges um partidário da independência, tendo como adversário político Mariano José de Brito Lima, ouvidor da comarca de Natal (LYRA, 1998, p. 263).

Explodiram pelo Brasil movimentos favoráveis às Cortes portuguesas, depondo os governadores e criando juntas provisórias de governo, e a “revolução iniciada no Porto, triunfante em Portugal e ramificada no Pará, Bahia e outros pontos do Brasil, levou D. João VI a jurar previamente a constituição que as Cortes iam fazer, urgido pela marcha dos acontecimentos que explodiram em 1821 no Rio de Janeiro” (LYRA, 1972, p. 31).

Era o Rio Grande do Norte uma província, diz Cascudo (1973, p. 11), que contava com oito municípios [Natal, Estremoz, Arez, Portalegre, São José, Vila Flor, Vila do Príncipe (Caicó), Vila Nova da Princesa (Açu)] e tinha aproximadamente 71 mil habitantes, dos quais 800 moravam em Natal. Aqui, num novo governo de José Inácio Borges, manifestaram-se as primeiras divergências entre os grupos que defendiam a independência do Brasil e os que apoiavam as pretensões recolonizadoras da Coroa portuguesa. Para Tavares de Lyra, essas divergências não eram fruto de idéias e princípios, mas apenas “das lutas de facções que procuram apoderar-se do governo”, trazendo apenas a perturbação da ordem pública, produzindo anarquia e não produzindo “qualquer ordem à província: pelo contrário, paralisam o seu natural desenvolvimento, entregando os seus habitantes a estéreis agitações” (1972, p. 31).

Em 1821, José Inácio Borges foi substituído por uma Junta Constitucional Provisória composta por sete membros, muitos deles partidários da independência, e que tinha o apoio do governador deposto, José Inácio Borges que, é bom frisar, “era partidário franco da causa da independência, tendo mesmo se incompatibilizado com os recolonizadores, cujo guia e inspirador era o dr. Mariano José de Brito Lima, ouvidor da comarca, que encontrara no exercício de seu cargo campo vasto para abusos e prevaricações” (LYRA, 1972, p. 32).

Diz Monteiro que a Junta Provisória instalada no Rio Grande do Norte, em 1821, era composta por muitos integrantes do Movimento de 1817, como o coronel Luís de Albuquerque Maranhão,⁴⁹ o que demonstra a difusão das idéias pró-independência na província. Segue-se um período de instabilidade política na província, reflexo do conturbado quadro nacional, com o regente D. Pedro recusando-se a acatar as determinações de Lisboa e tomando posições favoráveis à independência do Brasil. Militares portugueses que serviam no Rio Grande do Norte, juntamente com os defensores da manutenção dos vínculos Brasil-Portugal, ameaçaram a Junta, destituindo-a, e exigiram da Câmara de Natal a eleição de um Governo Temporário, até que uma nova Junta fosse eleita, sob o argumento de que a Junta Constitucional Provisória havia sido eleita fora dos trâmites legais. Dizia o decreto expedido pelas Cortes Constituintes em 21 de setembro de 1821 que as juntas nas capitânicas subalternas deveriam ser compostas de cinco membros, e não sete como era o caso do Rio Grande do Norte. Sem força para resistir às investidas dos grupos reacionários, a

⁴⁸ Em 1820 foi criada a alfândega no Rio Grande do Norte.

⁴⁹ A Junta Governativa era composta, segundo Lyra (1998, p. 264) pelo coronel Joaquim José do Rego Barros (Presidente), Manoel de Melo Montenegro Pessoa (Secretário), padre Francisco Antônio Lumache de Melo (membro), coronel Luís de Albuquerque Maranhão (membro), capitão Antônio da Rocha Bezerra (membro), sargento-mor Manoel Antônio Moreira (membro) e capitão Manoel de Medeiros Rocha (membro).

Junta passou a administração ao governo temporário, constituído no dia 7 de fevereiro. Cidades e vilas do interior da província (Portalegre, Príncipe e Princesa) recusaram-se a reconhecer o novo governo (MONTEIRO, 2000, p. 109-110; LYRA, 1998, p. 266-270).

Diz Tavares de Lyra (1998) que o governo temporário

esteve à frente da administração de 7 de fevereiro a 18 de março de 1822. Nenhum ato praticou que mereça menção especial. Quase que se limitou a dar providências sobre o processo que o governo decaído tinha mandado instaurar contra o ouvidor Mariano José de Brito Lima e o capitão Joaquim Torquato Raposo da Câmara; os organizadores do movimento que o haviam levado ao poder, processo que não prosseguiu depois de encerrada a devassa (LYRA, 1998, p. 272).

Caído o governo temporário, uma nova Junta⁵⁰ foi eleita por 24 eleitores de paróquia, convocados pelo Senado da Câmara, no dia 17 de março. Segundo Lyra (1998, p. 273), a Junta é vacilante nas posições assumidas, só tomando publicamente a defesa das determinações de D. Pedro a 6 de junho. Em 13 de julho de 1822, ela passou a apoiar integralmente as medidas de confronto com as Cortes portuguesas que D. Pedro estava tomando. Assim sendo, a declaração de independência não representou surpresa alguma no Rio Grande do Norte. A notícia da independência, chegada ao Rio Grande do Norte a 2 de dezembro, tampouco provocou nenhuma reação contrária,⁵¹ pois a repressão governamental de 1817 ainda estava muito presente. Ninguém ousava contrariar a ordem recém-instaurada. Somente em 2 de dezembro de 1822, chegou ao Senado da Câmara de Natal a notícia da aclamação de D. Pedro de Alcântara como Imperador do Brasil; a 11 de dezembro o mesmo Senado “decidiu solenizar o acontecimento com missa e Te-Deum, celebrados na Matriz da Capital, a 22 de janeiro de 1823” (LYRA, 1972, p. 56).

A aclamação de D. Pedro, em Natal, foi feita “com grandes festas e, nesse mesmo ano, dois representantes (Francisco de Arruda Câmara, médico formado em Coimbra, e Tomás Xavier de Almeida, advogado formado na mesma universidade) da província do Rio Grande do Norte foram eleitos para participar de uma Assembléia Constituinte, convocada pelo Imperador para elaborar a primeira Constituição da nova Nação” (MONTEIRO, 2000, p. 110; CASCUDO, 1984, p. 147).

É fato que no Rio Grande do Norte, como diz Tavares de Lyra, “a revolução partiu do Poder: a Província, o Povo, em sua maioria, era indiferente ao movimento”. Cascudo reforça: “o movimento da Independência desce do Governo para o Povo. Não sobe do Povo para o Governo, como a Abolição” (apud SUASSUNA; MARIZ, 2002, p. 139-140). Mas isso pouco diferiu do processo em todo o território nacional, mesmo nas regiões mais desenvolvidas. O propósito do movimento de independência foi resguardar os interesses econômicos da elite brasileira, garantindo os preceitos do liberalismo econômico. Dessa forma, a independência política do Brasil constituiu-se num processo sem grandes alterações na “estrutura interna, do ponto de vista econômico, político e social”, sendo tão-somente “uma transição conservadora” (MONTEIRO, 2000, p. 110).

⁵⁰ Segundo Lyra (1998, p. 273), a Junta eram composta pelo padre Manoel Pinto de Castro (presidente), Manoel Antônio Moreira (secretário), João Marques de Carvalho (membro), Agostinho Leitão de Almeida (membro) e Tomás de Araújo Pereira (membro).

⁵¹ A notícia da independência do Brasil chegou a Natal no dia 02 de dezembro de 1822, quando D. Pedro já havia sido coroado.

CAPÍTULO VI

O PRIMEIRO REINADO

O grito do Ipiranga não representou, de imediato, a independência política do Brasil. Havia muitas tropas portuguesas no país, que reagiram ao ato de rebeldia de D. Pedro. Para garantir a independência era necessário vencê-las e expulsá-las. Em São Paulo e Minas Gerais o reconhecimento da independência foi imediato; na Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Cisplatina houve resistência. Para sufocá-la, o governo recorreu ao uso da força. Como nos diz Saraiva (1979, p. 278), ao romântico grito do Ipiranga, anunciador da ruptura definitiva entre Portugal e Brasil, “seguiu-se a declaração da guerra”, estado mantido até 1825, sem ocorrências militares de monta a não ser alguns poucos combates na Bahia.

Para consolidar a independência, segundo Emília Viotti (IN: MOTA, 1974, p. 122), o governo do Rio de Janeiro empreendeu um grande esforço, visto que a “notícia da independência não foi recebida com agrado pelas tropas e pelos comerciantes portugueses”, que controlavam as juntas em algumas províncias. A resistência das juntas governativas na Bahia, Maranhão e Pará “só foi vencida depois de uma luta que durou mais de um ano”. Sem um Exército organizado, o governo brasileiro não tinha como enfrentar as tropas portuguesas, sendo obrigado a contratar mercenários ingleses e franceses para combater as tropas lusas. As tropas portuguesas resistiram aguerridamente, sendo vencidas totalmente em novembro de 1823, quando foi sufocado o último foco de resistência. Garantia-se, assim, a unidade territorial e a autoridade do imperador D. Pedro I.

No plano externo, a diplomacia brasileira agia, buscando o reconhecimento da independência. O primeiro país a reconhecer a nossa independência foram os Estados Unidos da América, em 1824, aplicando os pressupostos da doutrina Monroe (*A América para os americanos*). A Inglaterra, ansiosa por também nos reconhecer como país independente, serviu como mediadora junto a Portugal pelo reconhecimento de nossa independência. Em 1825, Portugal cedeu, mas exigiu, a título de indenização, a quantia de 2 milhões de libras esterlinas, emprestada pela Inglaterra, e prontamente aceita por D. Pedro I, e paga a Portugal. Logo após Portugal reconhecer a independência do Brasil, a Inglaterra também o fez, mediante a renovação dos acordos comerciais de 1810 e manutenção da jurisdição extraterritorial no Brasil.

Depois de relatar as marchas e contra-marchas internas do processo de pacificação pós-1822, Francisco Iglesias (1993) descreve o processo de reconhecimento da independência do Brasil:

O segundo problema era obter o reconhecimento internacional: para tanto contou com a força da própria causa e com a ação de diplomatas qualificados. A República dos Estados Unidos foi a primeira, em 1824; as outras nações americanas também o fizeram, mas aos poucos – o México, em 1825, a República das Províncias Unidas do Rio da Prata em 1827, a Colômbia em 1828, as demais através de acordos de vária natureza; a Inglaterra e a Áustria em 1825; França, Suécia, Santa Sé, Suíça, Dinamarca, Países Baixos, em 1826; cidades hanseáticas, países germânicos e ducados italianos entre 1826 e 1828; a Rússia em 1828 e a Espanha em 1834. Portugal reconheceu o fato, em 1825, em troca de algumas concessões (IGLESIAS, 1993, p. 125).

Há que se ressaltar ainda que o Brasil “admitia ser a Independência uma concessão unilateral de Portugal” e que D. Pedro “não abdicou expressamente de seus direitos de sucessão ao trono português”, o que o tornava o sucessor natural em caso de vacância da função. Entretanto,

não é possível esquecer que reconhecida a independência por Portugal e Inglaterra, várias nações européias também reconheceram o Brasil como nação independente.

Antes da proclamação da independência, mais precisamente em junho de 1822, o então regente D. Pedro havia convocado uma Assembléia Constituinte, somente homologada após a proclamação da independência. Ainda assim, as províncias rebeladas não participaram da eleição para a escolha da tal Assembléia. No dia 11 de novembro de 1822 houve eleição para a Assembléia Constituinte, não despertando a menor atenção. Cascudo afirma terem comparecido no Rio Grande do Norte somente dezoito eleitores, “bocejando, à Matriz, para votar”, sendo eleitos dois representantes norte-rio-grandenses, o paraibano Francisco de Arruda Câmara (titular) e Tomás Xavier Garcia de Almeida (suplente). Assim descreve o nosso mais eminente historiador a ação dos nossos representantes na Constituinte:

Nunca encontrei as razões da escolha de Francisco de Arruda Câmara e sua ligação com o Rio Grande do Norte. O nosso deputado à Constituinte não se dignou a assumir nem deu notícias. O suplente, Tomás Xavier, sobrinho do Padre Pinto e do Padre Miguelinho e adversário notório das idéias desse último, (...) assumiu a 25 de outubro apenas para assistir, a 12 de novembro de 1823, a dissolução da Constituinte. (...) Na Constituinte votou sempre ao lado do Governo (CASCUDO, 1984, p. 159).

Proclamada a independência, era necessário estruturar juridicamente a nova nação e organizar o novo Estado nacional. A instituição de uma monarquia constitucional ia ao encontro dos interesses, segundo Emília Viotti (MOTA, 1974, p. 122), “dos grupos sociais que empresaram o movimento – interessados em manter a estrutura de produção baseada no trabalho escravo, destinada a exportação de produtos tropicais para o mercado europeu”. A convocação da Assembléia Constituinte pretendia excluir os liberais-radicais e republicanos eleitos, o que não colocaria “em risco o domínio econômico e social” que os grupos conservadores mantinham. Para tanto, entre a eleição e a reunião da Assembléia, liberais-radicais e republicanos foram censurados e perseguidos, tiveram seus jornais apreendidos ou destruídos e os seus principais membros foram presos e exilados. Somente em maio de 1823, os constituintes eleitos (em sua maioria, latifundiários) reuniram-se pela primeira vez, com o objetivo de elaborar as leis e organizar a administração do Brasil, num clima de desconfiança, como acentua Basile:

Sempre desconfiados das tendências autoritárias de dom Pedro – até por causa de todo o seu apoio a José Bonifácio e porque governos de caráter francamente autoritários vigoravam então na França, na Espanha e, mais recentemente, em Portugal (...) –, os deputados brasileiros pretendiam limitar os poderes do Imperador, como aqueles que lhe permitiriam vetar as leis e dissolver a legislatura. Os temores já haviam sido acesos quando, em sua cerimônia de sagração e coroação, dom Pedro declarara que defenderia a Constituição *se fosse digna do Brasil e de mim*, palavras que foram reiteradas na *Fala do Trono* da sessão de abertura da Assembléia, e então acrescidas por outras ainda mais contundentes: *espero, que a constituição que façais, mereça a minha imperial aceitação*. Dom Pedro invertia, assim, a ordem liberal das coisas, ao colocar a Constituição sujeita a ele, e não o contrário (IN: LINHARES, 2000, p. 211).

Os constituintes responderam com o Projeto de Constituição apresentado em 1º de setembro. No projeto apresentado por Antônio Carlos (Presidente da Assembléia Nacional Constituinte), o poder Executivo estava subordinado ao Legislativo, limitando as prerrogativas do imperador, que

teria, nas palavras de Emília Viotti (IN: MOTA, 1974, p. 122-123), “o direito de veto apenas em caráter suspensivo sobre as decisões do parlamento”. Se a proposta fosse aprovada, o Brasil tornar-se-ia uma monarquia constitucional, o que a levou a ser bombardeada pelo partido português e considerada inaceitável por D. Pedro I que, aproveitando-se de um dos muitos conflitos entre o partido brasileiro, partido português e os democratas radicais, fechou a Assembléia, prometendo “contudo, apresentar um projeto de constituição, em breve, *duplicadamente mais liberal do que o que a extinta assembléia acabou de fazer*” (BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 212).

Após a dissolução da Assembléia Constituinte, D. Pedro I nomeou uma comissão para elaborar uma Constituição, que, depois de pronta, foi outorgada pelo imperador em 25 de março de 1824. Não diferia em muito do projeto de Antônio Carlos, mas dava maiores poderes para o imperador que, através do poder Moderador, podia fechar o Legislativo, nomear os presidentes de províncias, etc. O imperador conseguiu o que queria: uma grande concentração de poderes em suas mãos e a garantia de um governo centralizado. Estava instalada no Brasil uma monarquia centralizada e absolutista, que gerou protestos entre alguns daqueles que fizeram a independência. Apesar de ter dispositivos que asseguravam ampla liberdade individual e a inviolabilidade do lar e que resguardavam o direito de propriedade, havia uma “flagrante contradição entre o estatuto legal e a realidade brasileira”, o que parecia não preocupar aos legisladores brasileiros “que depois de incluírem na carta os preceitos do liberalismo passaram a declamá-los em frases sonoras e vazias na Câmara e no Senado” (COSTA, In: MOTA, 1974, p. 124). Francisco Iglesias (1993, p. 139) define a Constituição de 1824 como inteligente e moderada, expressando os valores políticos do contexto europeu.

O fato é que a dissolução da Assembléia Constituinte e a outorga da Constituição de 1824, considerada autoritária e intervencionista,

provocaram violentas reações em diversas províncias, como a Bahia, onde em dezembro daquele ano verificaram-se manifestações de lusofobia e ameaças de secessão. A mais forte resistência, no entanto, proveio de Pernambuco, onde eclodiu, no mesmo ano, uma grande revolta, a Confederação do Equador (BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 214).

O Nordeste uma vez mais tomou a dianteira e foi a primeira região a se manifestar contra as determinações do imperador D. Pedro I. E foi Pernambuco que novamente capitaneou o movimento contra o autoritarismo do imperador, que fechara a Assembléia Constituinte e impusera uma Constituição que lhe garantia poderes excepcionais. Frei Caneca alegou que o projeto constitucional imposto por D. Pedro I era “inteiramente mau, pois não garante a independência do Brasil, ameaça a sua integridade, oprime a liberdade dos povos, ataca a soberania da nação e nos arrasta ao maior dos crimes contra a divindade, qual o perjúrio, e nos é apresentado da maneira mais coativa e tirânica” (Apud BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 214). Estava acesa a centelha revolucionária, dessa vez insuflada pelo estilo autoritário do imperador. Liberais e federalistas defendiam a instituição de um governo republicano, enquanto “os latifundiários continuavam descontentes com os altos impostos pagos sobre os produtos da terra”.

Todas as classes sociais, diz Lopez, irmanaram-se na defesa de um governo menos centralista (1993, p. 42). Algumas províncias nordestinas aderiram ao movimento de contestação às medidas do imperador. Participaram desse novo movimento revolucionário membros da classe dominante, da classe média e de setores populares. Entretanto,

um projeto de Pais de Andrade, abolindo o tráfico negreiro em Recife arrefeceu o ânimo “revolucionário da classe dominante. “Além disso, a participação popular no levante, através de brigadas próprias, atemorizou as elites regionais, temerosas de comições sociais mais profundas, especialmente as que envolvessem os negros, como ocorrera no Haiti (LOPEZ, 1993, p. 43).

Além do descontentamento com as medidas políticas centralizadoras de D. Pedro I, as capitanias nordestinas passavam por uma nova crise econômica, devido à concorrência de produtos estrangeiros, agravada pelos crescentes impostos cobrados pelo governo central. O estopim do movimento foi a substituição do governador de Pernambuco, Manuel de Carvalho de Paes de Andrade por Francisco Pais Barreto. No dia 02 de julho de 1824, os revolucionários, liderados por Paes de Andrade, Cipriano Barata e frei Caneca proclamaram a Confederação do Equador, que proclamou a república e adotou provisoriamente a Constituição colombiana. O movimento, que também tinha caráter separatista, rapidamente expandiu-se recebendo a adesão da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará.

A Confederação do Equador foi um movimento revolucionário que contou com “intensa participação dos segmentos sociais subalternos”, organizados em brigadas populares, formadas por homens livres pobres e até mesmo por escravos. E foi justamente o envolvimento popular, a ação das milícias que atacavam aos portugueses e faziam protestos raciais, incluindo discursos favoráveis à abolição da escravidão, que assustou as elites locais, fazendo-as recuar e abandonar a proposta revolucionária (BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 214). Segundo a historiadora nortério-grandense Denise Matos Monteiro, não há dúvidas de que a Confederação do Equador foi um movimento da elite agrária nordestina “insatisfeita com os rumos econômicos e políticos do Brasil pós-independência” e que englobou “também camadas populares, do campo das vilas e cidades”, trazendo problemas para a sua liderança. Isso torna

bastante provável que aqui, como em Pernambuco, a Confederação do Equador estivesse tomando rumos não-previstos e desejados pela elite dirigente, o que acabou por dividi-la na continuidade da luta. Além disso, deve ser observado que dentre os líderes do movimento em Recife havia aqueles que propunham o fim do tráfico de escravos para o porto da cidade – abastecedor das províncias vizinhas – e os que eram favoráveis à utilização de escravos nas tropas revolucionárias, como única forma de garantir sua vitória militar. Essa proposta assustou muitos daqueles que haviam aderido à Confederação, pois pairava no ar o medo de que se repetissem no Brasil os acontecimentos da Revolução da Independência do Haiti, em 1804, que findou com a tomada do poder pelos escravos (2000, p. 112-113).

O Rio Grande do Norte aderiu à Confederação do Equador em 03 de agosto de 1824. Os partidários da Confederação eram, em sua maioria, egressos da Revolução de 1817. Estavam, porém divididos, uns apoiando o Imperador, outros defendendo a instituição de um governo popular, baseado no livre sufrágio coletivo (CASCUDO, 1984, p. 160). Por aqui o movimento restringiu-se a uma luta dos principais grupos políticos dominantes para empalmar novas posições políticas e administrativas, acarretando a transferência de poder dos conservadores para os liberais.

Manuel Teixeira Barbosa, Presidente da Câmara, assumiu interinamente o governo do Rio Grande do Norte, em 25 de março de 1824, num momento de crise, não só para a província nortério-grandense, mas para todo o país, devido à desordem política pós-outorga da Constituição. Foi substituído por Tomás de Araújo Pereira (nomeado em 25 de novembro de 1823), escolhido como primeiro presidente do Rio Grande do Norte. Alguns historiadores dizem que Tomás de Araújo Pereira

foi simpático à causa revolucionária; outros acusam-no de fraco e indeciso.⁵² Vacilante, Tomás de Araújo demorava para assumir a função para a qual fora designado, só a assumindo a 5 de maio de 1824. Tavares de Lyra diz que a hesitação era resultado de dúvidas advindas da situação que vivia, pois gozava de “grande popularidade na zona do Seridó, principalmente no Acari onde residia”. Em todo caso, continua Tavares de Lyra, ele não era “o homem indicado para governar a Província”. A idade avançada, a cegueira, que se acentuava, e, ainda, “as ligações políticas que tinha, fazendo-o partidário intransigente, eram qualidades que contraindicavam a sua escolha naquela quadra anormal, mesmo que tivesse o espírito aparelhado para desempenhar condignamente a função de que fora investido” (apud DANTAS, 2001, p. 43). Ademais, a sua passagem pelo poder (5 de maio a 8 de setembro de 1824) não contribuiu para acalmar as inquietações e as dificuldades que assolavam a província (CASCUDO, 1984, p. 161; LYRA, 1998, p. 285), algumas praticamente insuperáveis, visto que, além da anarquia que se espalhava pela província, os ecos da Confederação do Equador, que eclodira em Recife e se difundira até o Ceará, “constituía uma perturbação muito séria a ação do governo da Província” (DANTAS, 2001, p. 43).

Segundo Denise Monteiro (2000, p. 112), os que apoiaram o movimento aqui na província “se reuniram e enviaram a Pernambuco três representantes”, o padre Francisco da Costa Seixas, José Joaquim Fernandes de Barros e José Joaquim Geminiano de Moraes Navarro. Não houve, no entanto, apesar da adesão ao movimento revoltoso, no Rio Grande do Norte, nenhum tipo de choque militar, apesar da desconfiança que os revolucionários e os partidários do imperador tinham do governo. Vencidos os revolucionários em Pernambuco, seguiram em direção ao norte, embrenhando-se pelo sertão nordestino e alcançando o Seridó, região do governador da província, onde foram muito bem recebidos e de onde partiram em 02 de novembro de 1824 rumo ao Ceará.

Para Cascudo (1984, p. 164-165), as simpatias do governador Tomás de Araújo

pela Confederação do Equador são muitas e nítidas. Na retirada do exército “regenerador” para o Ceará, atravessou parte da região do Seridó sendo providos de alimentos. Frei Caneca, cronista dessa anábase matuta, registra com elogios o ambiente. Era a zona de influência de Tomás de Araújo. A retirada não encontrou o velho sertanejo na presidência. Deixara-a pouco mais de um mês antes.

Diz Tavares de Lyra (1998, p.), haver

indícios contra Tomás de Araújo. Não existem, porém, provas de que tenha sido conivente no movimento revolucionário. Sua passagem pelo poder (5 de maio a 8 de setembro de 1824), entretanto, em nada contribuiu para acalmar o estado de inquietações em que vivia a província. A força armada superpunha-se a tudo e a todos, ditando a lei à sua vontade.

As lutas de grupos pelo predomínio de pessoas continuaram a ser, por muito tempo, consequência inevitável da aprendizagem que se fazia do regimen constitucional.

Manuel Dantas (2001, p. 42-43) afirma que muitos dos familiares e amigos de Tomás de Araújo Pereira simpatizavam com os revolucionários do movimento pernambucano. Tomás de Araújo, no entanto, era fiel ao governo de D. Pedro I. Tanto que, derrotados em Recife, os revolucionários

⁵² Manuel Dantas contesta a tese de que Tomás de Araújo Pereira tenha sido simpático a qualquer movimento sedicioso. Para ele, a correção de Tomás de Araújo “e os atos de sua administração levam a afirmar que ele manteve, em toda integridade, a fé jurada ao Governo Constitucional” (2001, p. 43).

“empreenderam a célebre expedição em busca do Ceará” e, passando por Caicó, Tomás de Araújo e Padre Guerra, com receio de serem perseguidos, esconderam-se na casa de pedra da Caridade, onde, devido à influência do capitão-mor Manoel de Medeiros Rocha, não foram molestados”.

Financiado pela Inglaterra, D. Pedro I organizou a reação ao movimento, enviando tropas para Pernambuco comandadas por lorde Cochrane e Francisco de Lima e Silva. Sem condições de resistir em Recife e Olinda, os revoltosos recuaram para o norte, onde foram vencidos. A subjugação dos rebeldes, que fizeram o movimento disseminar-se pelas províncias vizinhas – Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará –, foi difícil. Segundo Medeiros (1973, p. 87), quando chegaram as notícias acerca da repressão encaminhada pelo Imperador, os insurretos fugiram, com o governador fugindo escondido “dentro de um barril transportado à cabeça de um seu escravo, apelidado Benguela.”

Ainda restavam alguns pequenos focos de rebeldia, como descreve D. José Adelino, visto que uma

tropa confederada de quatro batalhões, com artilharia puxada em carros de boi, no dia 22 de outubro de 1824, depois de escaramuças com as vanguardas legalistas na fronteira com a Paraíba, de cima da serra da Borborema avistou as planícies do Seridó. Depois passando pelo “Boqueirão da Serrota” (Boqueirão de Parelhas), acampou na fazenda das Almas, depois alcançou “Conceição dos Azevedos”, seguiu para São João, transpôs a Serra de Samaná e, na manhã de 26 de outubro de 1824, entrou na cidade de Caicó (então Vila do Príncipe). A população portou-se bem e confraternizou com os expedicionários, dando água e comida, curiosa do aparato bélico e dos motivos dos revolucionários. E nada mais. Uma semana esteve Frei Caneca descansando das fadigas. Depois seguiu para o Ceará (Apud MEDEIROS, 1973, p. 87).

No Ceará frei Caneca foi preso e encaminhado para Recife, onde foi executado, o que acrescentou, conforme Lopez (1993, p. 43), um componente de truculência “ao autoritarismo” de D. Pedro I que, ao abdicar em 1831, ainda sentiu ecos que lembravam a “vingança do sangue de Frei Caneca.” Findo os últimos resquícios, era hora de reconstruir as bases políticas do norte e nordeste do Brasil. Após a queda de Tomás de Araújo, assumiu o comando do Rio Grande do Norte Lourenço José de Moraes Navarro, presidente da Câmara, para um governo que se estendeu de 8 de setembro de 1824 a 20 de janeiro de 1825. Moraes Navarro iniciou uma caça às bruxas, mandando prender os aliados de Tomás de Araújo (padre Francisco da Costa Seixas, José Joaquim Geminiano de Moraes Navarro, o alferes Miguel Cabral, o procurador da Fazenda Joaquim José de Melo, o guarda-mor Braz Ferreira Maciel e outros), além de enviar ofícios para Corte acusando o antigo governador de envolvimento no movimento revoltoso. Ao seu sucessor, Manuel Teixeira Barbosa, coube a difícil tarefa de pacificar a província (CASCUDO, 1984, p. 165).

Após quatro meses de luta, os revolucionários se renderam no Ceará, último reduto da Confederação do Equador. A violência com que o governo reprimiu o movimento e a força excessiva empregada pelo tribunal militar de exceção para punir os rebeldes (dezessete execuções) fez aumentar ainda mais a oposição, na Corte e nas províncias, a D. Pedro I (BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 214). Em Pernambuco a repressão não diminuiu o ímpeto dos ideais republicanos que se manifestaram fortemente em 1848 na eclosão da Praieira.

CAPÍTULO VII

O PERÍODO REGENCIAL

Apesar de ter sido um dos responsáveis pela independência brasileira e, posteriormente, aclamado imperador, D. Pedro I fez um governo oscilante, que foi do popular ao impopular em muito pouco tempo. No plano político, impôs-se como um monarca absoluto, reprimiu ferozmente a Confederação do Equador, movimento que contestava o seu autoritarismo, envolveu-se atabalhoadamente na sucessão do trono português e numa guerra para manutenção do controle sobre a Província Cisplatina e, por último, manteve-se neutro, quando não partidário dos portugueses, nos conflitos entre os partidos brasileiro e português.

No plano econômico, D. Pedro I teve de enfrentar mais uma crise econômica dos produtos de exportação do Brasil. No período anterior ao seu reinado, os produtos de exportação brasileiros, principalmente o açúcar e o algodão, beneficiaram-se da conjuntura internacional. Uma nova guerra entre os Estados Unidos e a Inglaterra desorganizou a produção algodoeira norte-americana, favorecendo a produção brasileira. O nosso açúcar, igualmente, foi beneficiado pela desorganização da produção antilhana, tendo em vista os movimentos de independência naquela área. Na década de 1820, a situação se normalizou nos Estados Unidos e nas Antilhas, e o volume de nossas exportações passaram a cair. Esse quadro foi agravado pela queda dos preços internacionais do açúcar e do algodão, o que deteriorou o quadro econômico da região nordestina, principal centro produtor desses bens, e acirrou ainda mais os ânimos políticos, já exaltados pelos arroubos autoritários do Imperador.

A imagem pessoal de D. Pedro I também não era das melhores, em virtude de seus constantes relacionamentos extra-conjugais, como lembra Iglesias (1994, p. 132):

De fato dom Pedro foi sempre dado a uma vida airada, com excesso de amores, exibidos em público. Casando-se jovem, se antes participava da boemia de soldados e criados do Paço, agora é dado a manter casos, um dos quais ficou notório, por ostensivo, com uma senhora à qual deu o título de marquesa – a marquesa de Santos – e praticamente colocou no palácio; enviuvando em 1826, a situação pessoal ficou agravada, só diminuindo com o seu segundo casamento. (...) As cortes européias (...) conheciam a vida de dom Pedro I, pouco canônica e até escandalosa, pelas comunicações de seus representantes no Rio de Janeiro. Até a imprensa das grandes cidades européias noticiava os amores imperiais, não se negando mesmo a veicular exageros sobre sua conduta.

Desde 1826, quando o Parlamento fora reaberto, verificava-se uma queda de braço entre D. Pedro I e a Câmara, que procurava impor “limites aos poderes autocráticos” do Imperador, fiscalizando “os atos do Governo” e tentando “ter uma maior ingerência sobre as decisões do mesmo”, chegando a convocar, sempre que possível, ministros, secretários e conselheiros de Estado “para prestar esclarecimentos sobre seus atos, e mesmo, em alguns, censurá-las, numa clara atitude de desafio a dom Pedro”. Tão ou mais combativa do que o Parlamento, a Imprensa constituía-se num importante “instrumento informal de ação política”, ecoando e por vezes extrapolando as “críticas ao Governo feitas pela Câmara” (BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 217).

No início da década de 1830, a situação política se complicou ainda mais com a celebração no Brasil do fim do absolutismo francês, reprimida por D. Pedro I, e com o assassinato do jornalista liberal, Líbero Badaró, um dos principais críticos do governo, pelo qual foi responsabilizado o imperador. A intransigência de D. Pedro I levou à união entre a aristocracia rural, o povo e os

militares, que, juntos, exigiam a sua renúncia, consumada em 07 de abril de 1831, quando o imperador abdicou do trono brasileiro em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, de apenas 5 anos, o que gerou um problema político, pois, pela Constituição de 1824, o herdeiro só poderia assumir se tivesse 18 anos. Foram os “desencontros entre o imperador e os demais poderes, a falta de apoio popular, a acusação freqüente de ser mais português que brasileiro”, que conduziram D. Pedro I a escolher a solução politicamente mais racional – abdicação (IGLESIAS, 1993, p. 133). Assim descreve Luiz Roberto Lopez (1993, p. 46) os fatos imediatamente anteriores à abdicação:

Em 1831, os fatos se precipitaram. Uma homenagem do grupo pró-lusitano da sociedade secreta “As Colunas do Trono” a D. Pedro I produziu uma seqüência de conflitos entre portugueses e brasileiros conhecidos como “Noite das Garrafadas”, nos quais a questão política chegou ao nível de choques nas ruas (11, 12 e 13 de março). Simultaneamente, a imprensa, exercendo papel de partido de oposição, se tornava mais agressiva (jornal “Aurora Fluminense”, de Evaristo da Veiga). Em 5 de abril, a designação de um ministério lusófilo e reacionário, o “Ministério dos Marqueses”, levou a situação ao ponto de ruptura. Rebentou um motim com a adesão até da guarda pessoal do imperador e esse fato o levou a abdicar. Salvava-se a dinastia, evitavam-se maiores fissuras na unidade nacional e preservava-se o país de uma possível guerra civil de conseqüências imprevisíveis. E situações imprevisíveis certamente não estavam nos planos da classe dominante. Com a Abdicação, triunfava a conciliação.

A abdicação de D. Pedro I representou a vitória das forças liberais sobre as forças absolutistas representadas na figura do imperador e completou o processo de emancipação política da metrópole portuguesa. Segundo Joaquim Nabuco (apud IGLESIAS, 1993, p. 143), “a revolução de 7 de abril foi um desquite amigável entre o imperador e a nação, entendendo-se por nação a minoria política que a representa. (...) Em certo sentido o 7 de abril é uma repetição, uma consolidação do 7 de setembro.”

A abdicação de D. Pedro I e a impossibilidade da posse de Pedro de Alcântara como imperador, exigia a imediata organização da nação, “para não haver um vácuo no poder” (IGLESIAS, 1993, p. 145). Como forma de evitar abusos, a Constituição estabelecia que deveriam ser escolhidos três regentes para substituir o herdeiro do trono, até que o mesmo fosse maior de idade. A escolha desses regentes teria de ser feita pelo Legislativo, que, por estar em férias, não poderia fazê-lo. Os parlamentares que estavam no Rio de Janeiro escolheram uma regência formada por três membros provisórios que governariam o Brasil até que o Legislativo voltasse das férias e procedesse a indicação de três novos membros permanentes.⁵³

Os regentes procuraram implementar um projeto de descentralização política. Uma das medidas com esse objetivo foi a criação da Guarda Nacional, que retirava poder do Exército, transferindo-o para os fazendeiros, responsáveis pela organização de milícias. Em 1834, foi elaborado um Ato Adicional, que determinava algumas alterações na Constituição de 1824. As mais significativas foram a criação das assembleias legislativas provinciais, que teriam a função de elaborar leis para as províncias, e a criação da Regência Una.⁵⁴ Segundo Iglesias (1993, p. 151-152), o Ato Adicional (reminiscência do Ato Adicional à Constituição francesa de 1814, a da Restauração, ato redigido por Benjamin Constant) era um documento liberal e cauteloso, que fez algumas pequenas concessões às lideranças políticas provinciais:

⁵³ Regência Trina Provisória: brigadeiro Lima e Silva e os senadores Campos Vergueiro e Carneiro de Campos; Regência Trina Permanente: brigadeiro Lima e Silva e os deputados Costa Carvalho e Bráulio Muniz.

⁵⁴ O Brasil teve dois regentes unos: Padre Diogo Feijó e Araújo Lima.

Porele, são criadas as Assembléias Legislativas Provinciais, passo descentralizador, em substituição aos Conselhos Gerais referidos na Constituição. Para que o objetivo fosse atingido com eficácia era preciso conceder mais prerrogativas às Assembléias: de fato, as mais importantes continuam com o poder central, vetadas ao novo organismo. (...)

O Ato criou um Legislativo regional, mas não estabeleceu a eleição dos presidentes das províncias; estes continuam a ser nomeados para fazer a política do ministério no poder. Suprimiu o Conselho de Estado, mas manteve a vitaliciedade dos senadores. Quanto à Regência, substituiu a de três por um só. Em vez de resolver as dúvidas existentes, criou outras, de modo a tornar a administração um emaranhado de dificuldades.

As medidas implantadas pelo Ato Adicional atendia aos interesses dos liberais-moderados que, com maioria no Legislativo, tinham condições de controlar o processo eleitoral, governando com um Executivo fortalecido. Buscava conciliar os interesses das facções, em proveito dos moderados. Mas a sua inconsistência e tibieza em vez de amainar os conflitos, acirrou-os, gerando um quadro de freqüente instabilidade política, e tornando o terreno propício para o crescimento dos movimentos de caráter regional e popular, com ampla participação da classe média e de setores populares. Apesar das medidas descentralizadoras, a maioria da população não tinha participação política. O poder político continuava monopólio dos latifundiários e dos grandes comerciantes. Foi a parcela mais pobre da população, aliada à classe média e, em algumas províncias, às elites dirigentes que protagonizaram algumas das mais importantes rebeliões do país, dentre elas a Cabanagem, a Sabinada, a Farroupilha e a Balaiada.

Cessada a Confederação do Equador, o Rio Grande do Norte voltou à sua rotina trivial. Nada retrata melhor essa fase do que o governo de Manuel do Nascimento Castro e Silva, cearense que governou a província entre 1825 e 1826. Alguns focos sediciosos fumegavam em Portalegre e Apodi, os anistiados de 1824 retornavam e “as Câmaras davam posse aos funcionários readmitidos”, que o novo presidente da província julgava como “focos de contágio em perigo irradiante”. O que se vê, porém, pela província é um ambiente “parado e triste”, com pagamentos em atraso, escolas silenciosas e uma total “ausência de força legal” que terminava por autorizar “a liberdade, a insolência e a impunidade criminosa”. Por toda a província, dizia Castro e Silva para o governo central, havia “regiões ‘infestadas de bandos de ladrões e facinorosos’” (CASCUDO, 1984, p. 166). Os governos sucederam-se até 1830 sem que tenha acontecido, no Rio Grande do Norte, nenhuma novidade de vulto. À abdicação de D. Pedro I seguiu-se logo a 20 de maio

agitações no Batalhão de Caçadores da Primeira Linha, que exigia a demissão do comandante das Armas, coronel Pedro José da Costa Pacheco, e sua substituição por um brasileiro nato, bem como a demissão de outros membros ligados ao ex-Imperador D. Pedro I. O presidente Rocha Bezerra atendeu às solicitações da tropa e os antigos liberais, presos, demitidos, suspeitos e perseguidos, voltaram entusiasmados e vitoriosos, embora Rocha Bezerra continuasse na direção da Província. Em vários municípios ocorreram protestos, revelando uma situação de insatisfação, não obstante os esforços do Presidente em contentar a todos. O novo comandante das Armas, José Carlos Teixeira Júnior, não procurou apaziguar os ânimos, mas ao contrário, solidarizou-se com os liberais, desgostando o Presidente, que comunicou os fatos ao Ministro do Império (SUASSUNA & MARIZ, 2002, p.).

A quadra histórica do período regencial transcorreu sem maiores problemas no Rio Grande do Norte. Enquanto eclodiam várias rebeliões regionais no país, algumas de caráter republicano e separatista, aqui não ocorreu nenhuma rebelião de maior vulto: apenas alguns pequenos movimentos armados em algumas poucas localidades à época da abdicação de D. Pedro I. Um destacamento militar paraibano tentou saquear a cidade de Natal, mas a população civil armada expulsou o agrupamento que se avizinhou da cidade. Em Recife eclodira a Setembrada, rebelião da soldadesca que ameaçava respingar por aqui. Precavendo-se, o governo local “armou seus cidadãos, recolheu as munições e dominou, sem luta, os assomos dos soldados, expulsando 88 das fileiras e sacudindo-os fora da Província”. No mais, o que ocorreu no Rio Grande do Norte, de 1831 a 1840, foram brigas entre os grupos políticos que disputavam o poder, “apenas fumaça de fogo de monturo entre as facções locais” (CASCUDO, 1984, p. 167-169), como o pequeno conflito armado entre os chefes políticos liberais e conservadores, ocorrido em 1840 no vale do Açú. Nada de importância, se comparados aos movimentos que ameaçavam a integridade territorial do Brasil. Algumas dispersas manifestações de antilusitanismo, como ocorria em grande parte do Brasil, era o que ocorria no Rio Grande do Norte, como destaca no trecho abaixo uma de nossas mais significativas historiadoras:

Em Natal, em 1831, começaram a circular pequenos panfletos que propunham a expulsão da cidade de todos os portugueses. Foi, novamente, entre os soldados da Tropa de Linha que esse sentimento se traduziu numa ação concreta: sob o comando de dois oficiais de baixa patente e um funcionário público – chamados de ‘os cabeças anárquicos’ –, os soldados se rebelaram exigindo a demissão de dois comandantes e a suspensão de dois capitães e do secretário de governo, acusando-os de partidários da monarquia absolutista e de Portugal (MONTEIRO, 2000, p.).

No Brasil, de norte a sul eclodiram revoltas, “de proporções, durabilidade e impacto político-social muito maiores do que as antecedentes” (BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 230). Mesmo no Rio Grande do Norte, o quadro político inspirava cuidados, pois a pequena província nortista fervilhava politicamente, como avisa um ofício elaborado pelo padre Feijó, então Ministro da Justiça, e encaminhado ao presidente da província do Rio Grande do Norte, em 1831:

(...) cumpre-me participar a V. Ex. que ao governo consta existir nesta cidade (Natal) uma sociedade secreta que, tendo por fim proclamar o sistema republicano, procura ramificar-se por todas as províncias do Brasil, para que V. Ex. por todos os meios ao seu alcance obste a que aí se estabeleça tal foco de perturbações e desordens, ou quando já esteja estabelecido, procure aniquilá-lo na conformidade das leis (Apud MONTEIRO, 2000, p. 118).

Segundo Tavares de Lyra (1998, p. 290), como reflexo do que se desenvolvia no centro-sul do país, dois grupos políticos foram formados no Rio Grande do Norte, os “*nortistas* e *sulistas*, que correspondiam, respectivamente, aos partidos conservador e liberal”, que monopolizaram o jogo político-eleitoral durante todo o Segundo Reinado. Aqui não era em nada diferente do que ocorria no resto do Brasil. Os partidos políticos eram iguais, com “programas semelhantes e processos idênticos” (CASCUDO, 1984, p. 172). A participação do Rio Grande do Norte num fato relacionado à fase das regências, e mais precisamente às grandes rebeliões daquela quadra histórica, restringe-se, mais proximamente, a algo subalterno: ter hospedado Luís Alves de Lima e Silva (futuro Duque de Caxias), quando este se dirigia ao Maranhão para combater os balaios.

No que se refere ao ordenamento político e administrativo da província, convém destacar o fortalecimento do poder local, fruto do processo descentralização política e administrativa que se encaminhava desde a abdicação de D. Pedro I, e que resultou na eleição, em 1834, “da primeira Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte”, pleito no qual votaram, em Natal, 70 eleitores, quando a cidade “tinha uma população total entre 5.000 e 6.000 habitantes” Todos os 20 deputados eleitos para compor a Assembléia “eram proprietários rurais, mas também padres, militares e aqueles que exerciam cargos públicos de importância” (MONTEIRO, 2000, p.).

Como a sociedade brasileira foi erguida sobre o binômio latifúndio e escravidão, os homens livres e pobres eram vistos como marginais, *desocupados* ou *vadios*. Uma preocupação das autoridades brasileiras na primeira metade do século XIX era com a proliferação de *vadios*. Aos capitães-mores foi dada a incumbência de vigiá-los, pois “a possibilidade aberta pela posse de terras” poderia resultar numa sangria de mão-de-obra. Dessa forma, foi elaborada, em 1837, no Rio Grande do Norte, uma lei provincial que “criou a *Companhia dos Jornaleiros* em diferentes municípios”. Essa nova instituição, “através do recrutamento obrigatório visava ‘procurar braços à agricultura e modo de vida aos muitos vadios que formigavam por toda a província’.” A medida não foi a frente, diz a professora Denise Monteiro, escorada em *Relatório do Presidente de Província*, de 3 de maio de 1849, porque a lei,

que englobava além dos “vadios, ciganos, agregados sem ocupação honesta e malfeitores apaniguados (...)”, pois “encontrou invencível repugnância nos preconceitos e desconfianças que se [levantaram] na população a que se deviam aplicar, a qual a obrigação do serviço antolhou-se como escravidão”. A resistência dessa parcela da população, portanto, era um componente que estava presente nessa sociedade em formação.

Tudo indica que uma forma dessa resistência estava na tentativa permanente de ocupar terras públicas com o estabelecimento de pequenos sítios (MONTEIRO, 2007, p. 24-25).

Novos municípios (Assu, Angicos, Apodi, São Gonçalo, Goianinha, Touros e Santana do Matos) foram criados. Em 1836, o Rio Grande do Norte já tinha duas comarcas (Natal e Açu) e 13 municípios. Vinte e duas eram as escolas existentes na província. Entre 1830 e 1840, a população chega a 100 mil habitantes, quase 30 mil a mais que a de 1820. Natal, capital da província era o principal centro urbano, espalhada

em torno da atual Praça André de Albuquerque – a chamada Cidade Alta. Nela se situavam, além da Igreja Matriz, as outras únicas quatro construções importantes da cidade, que abrigavam o Senado da Câmara de Natal, o Palácio do Governo, a Fazenda Pública e o Quartel Militar. Algumas casas se espalharam pelas atuais Ruas Santo Antônio, Princesa Isabel, Vigário Bartolomeu, João Pessoa e Conceição. Desta última rua partia a ligação da Cidade Alta com a Ribeira, ou Cidade Baixa, onde, desde a primeira década do século XIX, já havia aproximadamente 300 moradores, dentre eles os comerciantes que faziam os negócios de importação e exportação de mercadorias da província, em seus armazéns situados na Rua da Alfândega, atual Rua Chile (MONTEIRO, 2000, p. 122).

Convém ressaltar que mesmo sem acontecimento de grande impacto, durante a fase regencial, o Rio Grande do Norte enfrentou situações difíceis, pois o radicalismo e a violência políticos prejudicou a eficiência administrativa, emperrando a consolidação de ações importantes e imprescindíveis para a província (SANTOS, 1994, p. 77).

O período que se iniciou com a abdicação foi o mais agitado do período monárquico. A descentralização política e administrativa não repercutiu de forma favorável. Em algumas províncias foi o motor que alimentou as revoltas populares, pois a autonomia dada às províncias gerou as lutas internas por poder político, criando um clima de ansiedade política no país. As divisões no interior dos grupos dominantes abriram espaço para que a massa de homens livres e pobres e mesmo os escravos se revoltassem contra os privilégios da aristocracia latifundiária, exigindo para si melhores condições de vida. Sobre essas revoltas se bateu uma repressão intensa. Além de reprimir violentamente as rebeliões, a elite política, temerosa da fragmentação do território brasileiro, defendia a antecipação da maioridade de Pedro de Alcântara. Segundo ela, a posse do imperador garantiria a estabilidade política do país. O argumento uniu a todos.

Pedro de Alcântara foi coroado como D. Pedro II em julho de 1840, com quinze anos incompletos. Começava o Segundo Reinado (1840 a 1889).

CAPÍTULO VIII

O SEGUNDO REINADO

Em 1840, após muitas idas e vindas, foi proclamada a antecipação da maioria de Pedro de Alcântara (D. Pedro II), aclamado imperador no dia 23 de julho de 1840. Segundo Basile (IN: LINHARES, 2000, p. 238), a antecipação da maioria de D. Pedro foi plano urdido pelos liberais “para conter o *Regresso* conservador”. A proposta não é nem mesmo nova, visto que alguns projetos já haviam sido elaborados e “apresentados na Câmara dos Deputados com esta intenção”. No entanto,

foi somente com a vitória do *Regresso* e a formação do Partido Liberal que a idéia tomou vulto. Já em 15 de abril de 1840 foi fundado pelos liberais o *Clube da Maioridade*, presidido por Antonio Carlos de Andrade. No dia seguinte à instituição da Lei de Interpretação, de 13 de maio, Holanda Cavalcanti apresentou no Senado um projeto propondo a imediata decretação da maioria; a proposta, contudo, foi rejeitada por apenas dois votos de diferença. Mas a persistência das revoltas provinciais e a situação de instabilidade política e social do Império deram impulso à campanha, que já contava com a simpatia de ampla parcela da opinião pública, fazendo com que muitos conservadores aderissem ao movimento; o prestígio e toda a mística que revestiam a figura do Imperador eram visto agora como indispensáveis para o restabelecimento da *ordem* que tanto pregava o *Regresso*. Foi neste clima, assim, que, em 21 de julho, Antonio Carlos colocaria em destaque na Câmara um novo projeto de maioria. Procurando ganhar tempo e tomar a frente do movimento os conservadores resolveram adiar as sessões até 20 de novembro, alegando estarem preparando a maioria para quando dom Pedro completasse quinze anos (2 de dezembro). Mas o Senado se opôs à manobra, e uma comissão parlamentar liberal, liderada por Antonio Carlos, dirigiu-se a dom Pedro para propor-lhe a proclamação imediata de sua maioria. O famoso “Quero já” do soberano pôs fim à contenda, e logo em 23 de julho é dissolvida a Regência e iniciado o Segundo Reinado.

O reinado de D. Pedro II teve início com o gabinete liberal formado por Holanda Cavalcanti, dele fazendo parte os irmãos Andradas (Antonio Carlos e Martim Francisco), Aureliano Sousa e o visconde de Albuquerque. Com 15 anos incompletos, D. Pedro II passou a ter pleno domínio sobre a política brasileira, investido que estava dos poderes conferidos pela Constituição, desempenhando com correção o seu papel, fazendo com que “aquela casa tumultuosa, a Câmara, não se tornasse foco de maiores agitações. Substituiu-se em fulcro político do país. Equilibrou as correntes. Estabeleceu a normalidade da sucessão dos ministros e do revezamento dos gabinetes” (SODRÉ, 1998, 96-97).

1. Estabilidade e crescimento econômico

Nos primeiros anos do seu longo reinado, D. Pedro II dedicou-se com afinco à estabilização e pacificação do país, suprimindo as leis descentralizadoras, concedendo anistia aos que participaram de movimentos revoltosos durante a fase regencial e fazendo o menor número possível de reformas, tudo de acordo com as pretensões dos grupos oligárquicos dominantes. As medidas centralizadoras de D. Pedro II ampliaram os poderes imperiais, dando-lhe maior controle sobre

a máquina administrativa, garantindo ao Brasil, durante a maior parte do Segundo Reinado, um período de estabilidade política, apesar das “disputas” entre liberais e conservadores.⁵⁵ O processo de centralização política implementado no Segundo Reinado, que restringia a participação política da população, garantia ao imperador o papel de representante político da elite dominante – a aristocracia rural. Utilizando-se do poder Moderador, D. Pedro II demitia o Ministério ou dissolvia a Câmara dos Deputados, entregando a chefia do Executivo a liberais ou conservadores, dependendo das circunstâncias. Esse sistema garantia uma certa eficiência política, pois diminuía o peso político individual dos partidos Liberal e Conservador. Não poucas vezes D. Pedro II usará a prerrogativa de dissolver a Câmara de Deputados.⁵⁶

a primeira logo em 1842, sob a alegação de irregularidades nas eleições de 1840, feitas sob o ministério liberal e que levaram a Câmara a uma folgada maioria. Devia reunir-se em maio e foi dissolvida antes do começo das sessões regulares. A situação conservadora também não será longa – pouco menos de três anos. De 1844 a 1848 decorre o predomínio liberal, substituído pelos conservadores, na dança normal (IGLESIAS, 1993, p. 162).

A adoção do parlamentarismo, em 1847, facilitou a conciliação entre liberais e conservadores em 1853, reforçando ainda mais a estabilidade política, fundamental para o desenvolvimento econômico do país. O sistema parlamentarista brasileiro era de fachada, pois nem Constituição, nem qualquer lei ordinária fazia referência a esse tipo de sistema de governo, como explica Francisco Iglesias (1993, p. 165):

Dá certa fisionomia parlamentarista a lei de 1847, criadora do posto de presidente do Conselho de Ministros, ou um primeiro-ministro. O imperador escolhe o chefe de gabinete livremente, cabendo a este formar o ministério, escolhendo os nomes a seu ver melhores. Os gabinetes, do chefe do Conselho aos demais, saíam em geral do Legislativo ou do Conselho de Estado. Daí mais uma razão para tanto se falar em parlamentarismo, quando há nesse dado apenas um aspecto do problema. A necessidade de confiança no gabinete por parte do Legislativo dizia respeito só à Câmara dos Deputados, pois estes eram escolhidos para um mandato, exprimindo as oscilações da opinião pública. O Senado ficava de fora, pois, de acordo com o princípio assente, ele não fazia política, por ser vitalício. Era a casa dos velhos, intocáveis, mais propensos à ordem estabelecida que os deputados, naturalmente mais vivos e contestadores.

Para haver o sistema, era preciso eleição expressiva: elas não o eram, pelo número insignificante de eleitores, pelos vícios da prática, com falsificações de todo tipo. O sistema parlamentar requer processo eleitoral correto e partidos políticos programáticos, coisa que sempre faltou, ao longo de todo o período, não obstante as tentativas de leis corretivas.

⁵⁵ Antes mesmo de D. Pedro II assumir, as medidas conservadoras já vinham se delineando. Em maio de 1840 foi aprovada a Lei Interpretativa do Ato Adicional, que diminuía os poderes das assembleias legislativas provinciais. Depois da posse de D. Pedro, os conservadores restauraram, em 1841, o conselho de Estado, que exercia influência direta sobre o imperador, visto que se pronunciava todas as vezes que a Coroa fizesse uso das atribuições do poder Moderador.

⁵⁶ Segundo Iglesias (1993, p. 166): “As dissoluções da Câmara eram legais, previstas na lei básica. Dom Pedro II exercitou essa prerrogativa onze vezes. Fazendo-o, em vez de afetar a natureza democrática do regime, na verdade era um modo de corrigir abusos. Sem essa providência, em geral contestada e vista como excesso, quem estava no poder se perpetuaria nele, pois manipulava as eleições, tendo o controle da situação. Mudando gabinetes e, sobretudo, com a dissolução, quando a ordem se alterava, saindo um partido e vindo outro, esse revezamento dava oportunidade a todos.”

Como diz Francisco Iglesias, o ideal de conciliação é uma constante na vida política brasileira, e tal tendência só não emerge em políticos de tendência extremada, que pretendem imprimir a marca de sua atuação com nitidez. Também foge a essa tendência os “momentos de atitude exacerbada dos grupos”. Desde o período regencial, quando os partidos Liberal e Conservador começam a se configurar, que as lutas entre eles esgotam o país. Isso é revelado terminantemente nas revoltas daquele período histórico bem como “nos movimentos de mineiros e paulistas em 1842 e pernambucanos em 1848 (...)”. Sendo assim,

a conciliação como programa de governo aparece no gabinete de 2 de fevereiro de 1844, embora se pudesse falar que ela já se anunciava no segundo gabinete do segundo Reinado – o de 23 de março de 1841, no qual se encontram juntos ministros que se distinguiram na luta pela maioria e elementos expressivos do partido conservador. No intuito de conciliar, condenava-se o exclusivismo partidário, apelava-se para os moderados entre liberais e conservadores, a fim de evitar a anarquia de um e o absolutismo de outro.(...) O ministério de 5 de maio de 1846 foi visto como a “pequena conciliação”, em período de domínio liberal. O gabinete seguinte, de 22 de maio de 1847, apresentava-se como conciliador. (...) Cogita-se ainda da conciliação nos gabinetes de 8 de março e 31 de maio de 1848, últimos do chamado quinquênio liberal. A queda da situação e a nova Câmara, maciçamente conservadora, amortece um pouco a campanha, pois os conservadores têm muitas queixas do período em que estiveram aliados” (IN: HOLLANDA, 1985, p. 38-40).

No entanto, a idéia de conciliação não foi inteiramente afastada, sobretudo a partir de 1852-53, quando amadureceu o que se configurou na Conciliação pensada e implantada pelo visconde de Paraná, homem que vivenciou os percalços políticos de um período conturbado da história brasileira, quando assumiu o comando dos destinos da província de Pernambuco após a Praieira. A partir dali, os conservadores perceberam “que o alijamento duradouro dos liberais do poder colocava em risco a estabilidade do sistema e a própria unidade do país” (BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 251). A morte de Honório Hermeto Carneiro Leão – já como marquês de Paraná – arrefeceu a Conciliação. As portas para uma nova aliança entre liberais e conservadores, porém, não foram inteiramente fechadas e, na década seguinte, tenta-se outra conciliação, batizada de Liga Progressista, e “feita também sob um gabinete conservador, mas realizada mais por liberais” (IGLESIAS, 1993, p. 166).

Tirando os últimos ecos dos movimentos rebeldes e a eclosão de alguns focos “de caráter meramente local e episódico”, o período do segundo reinado foi de relativa paz (IGLESIAS, 1993, p. 163). Revoltas sociais como as que abalaram as estruturas políticas do Estado durante a fase regencial diminuíram significativamente. As medidas centralizadoras e a introdução do sistema parlamentarista deram firmeza e sustentação ao Segundo Reinado, só abalado a partir da década de 1870, com o fim da Guerra do Paraguai e a consolidação do poder econômico dos cafeicultores paulistas. A Conciliação garantia o agrupamento dos partidos em torno do Trono, fortalecendo o centro e afastando o risco da agitação das campanhas oposicionistas. Foi nesse período que se construíram as primeiras estradas de ferro, desdobraram-se as linhas de navegação a vapor, intensificou-se o telégrafo. Em 1858 acirram-se, novamente, as rivalidades entre liberais e conservadores, reiniciou-se a luta política, pelos jornais e na Câmara (SODRÉ, 1998, p. 98).

A estrutura econômica do Brasil durante o Segundo Reinado permaneceu praticamente a mesma do período colonial: latifúndio, escravidão, monocultura e exportação. O país permanecia um exportador de produtos primários (principalmente agrícolas) e importador de manufaturados.

Os nossos principais produtos de exportação, açúcar e algodão, passavam por uma crise. Durante o século XIX, o café passou a ser o nosso principal produto de exportação, superando

o açúcar, e um dos elementos mais importantes para a manutenção da estabilidade política do Segundo Reinado, pois foi o responsável pela modernização que lastreou o progresso econômico e deu sustentação ao poder político. De 1820 a 1900 a produção cresceu exponencialmente: “no decênio de 1831-40, o café contribuiu com 43,8% do total das exportações, percentagem que chegou a 48, 8% em 1851-60 e 61,5% em 1881-90. Em milhões de sacas, a produção passou de 0,3 (1821-30) para 7,2 (1891-1900)” (LOPEZ, 1993, p. 68).

Com o desenvolvimento da cafeicultura no centro-sul do Brasil, o eixo político e econômico deslocou-se do Nordeste para aquela região. A província de São Paulo passou a ser o principal centro econômico e, depois, político do país. A crescente oferta de terra e capital garantiam a expansão cafeeira. A diminuição da oferta de mão-de-obra, porém, ameaçou a produção de café.

No início do século XIX, o sistema colonial tradicional entrou em crise, pois a revolução industrial que ocorria na Europa trouxera o desenvolvimento das novas formas de capitalismo e o avanço das idéias liberais, sem contar o processo de emancipação política das colônias americanas que alteraram significativamente o esquema tradicional, gerando, segundo Emília Viotti da Costa, “novas técnicas de domínio e exploração” que “substituíram as antigas relações entre colônias e metrópoles” (IN: HOLLANDA, 1985, p. 135).

Dois problemas com a Inglaterra, na década de 1840, merecem destaque. O primeiro refere-se à revisão do tratado comercial anglo-brasileiro de 1827, “objeto de críticas generalizadas, (...) sendo atribuído ao mesmo o não desenvolvimento de manufaturas no país e a baixa arrecadação fiscal do governo, cuja receita provinha em cerca de 80% das tarifas alfandegárias (...)”. Como a Inglaterra pressionava para renovar os acordos comerciais, exigindo a manutenção das tarifas preferenciais para as suas manufaturas e o cumprimento por parte do Brasil das cláusulas referentes à extinção do tráfico de escravos, oferecendo “em troca apenas a redução das taxas de importação sobre o açúcar brasileiro”, o governo brasileiro endureceu as negociações até que o tratado expirasse e, aprofundando ainda mais o seu distanciamento da Inglaterra, “baixou uma série de medidas protecionistas”, como a Tarifa Alves Branco, pela qual estabelecia-se “uma taxa alfandegária de 60% sobre o tabaco e gêneros afins, e de 20% sobre tecidos e fiações de algodão, oscilando outros produtos na faixa entre esses dois extremos”. O problema mais grave, porém, era o tráfico negreiro (BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 241).

Desde o início da colonização do Brasil, o trabalho escravo fazia a riqueza da aristocracia rural. Países nos quais se processou a Revolução Industrial e os novos grupos ligados aos interesses do capitalismo industrial passaram a influenciar a política, condenando a escravidão (COSTA, IN: HOLLANDA, 1985, p. 135). No início do século XIX, a Inglaterra passou a exigir o fim da escravidão. Em 1810, passou a exigir o fim do tráfico internacional de escravos; em 1826, o governo brasileiro se comprometeu a acabar com o tráfico dentro de três anos; porém, atendendo aos interesses da aristocracia rural, a determinação não foi cumprida pelo governo brasileiro. Houve até um aumento considerável do tráfico, acompanhado de uma repressão inglesa, que chegou ao auge em 1845, com a decretação do Bill Aberdeen, que permitia a repressão aberta ao tráfico negreiro. Navios ingleses, perseguiram navios negreiros e, mesmo diante dos protestos do nosso governo, chegaram a invadir portos no litoral brasileiro, violando a nossa soberania.

Sem condições militares para enfrentar a Inglaterra, o governo brasileiro decretou, em 1850, a Lei Eusébio de Queirós, que declarava ilegal o tráfico internacional de escravos, o que contribuiu para diminuir imensamente a quantidade de braços nas lavouras cafeeira e canavieira. A solução foi, a médio e longo prazo, substituir o trabalhador escravo pelo imigrante assalariado. No entanto, segundo Emília Viotti (IN: HOLLANDA, 1985, p. 143), a lei foi, no início, ineficaz, visto que os fazendeiros e os mercadores de escravos tinham grande interesse na manutenção do tráfico. O governo mesmo não desejava contrariá-los, o que tornava a repressão ao contrabando ainda mais difícil. As autoridades do governo no Rio de Janeiro pouco ou nada podiam contra as oligarquias

que controlavam o poder político e administrativo nas províncias. Frequentemente, os “emissários do Governo do Império, enviados para esclarecer denúncias de tráfico ilícito, viam suas atividades cerceadas pelas autoridades locais”. Os sólidos interesses ligados à escravidão impediam a sua abolição, pois a independência das colônias no continente americano não representou uma brusca mudança no esquema econômico tradicional.

Em muitas regiões a estrutura tradicional se manteve e o escravo continuou a ser mão-de-obra preferida. Em certos casos, o desaparecimento dos antigos monopólios comerciais e a incorporação dessas regiões no mercado europeu acarretou o desenvolvimento da Grande Lavoura e o incremento do tráfico de escravos.

O processo de desagregação do sistema escravista foi longo e difícil. Em algumas regiões da América a transição para o trabalho livre se fez de maneira pacífica. Em outros assumiu o tom dramático das lutas sangrentas (COSTA, IN: HOLLANDA, 1985, p. 135-136).

Ademais, o desenvolvimento da lavoura de café aumentou a demanda por mão-de-obra e o contrabando de escravos prosseguiu pelo litoral brasileiro, facilitado pela impossibilidade de a marinha brasileira fiscalizar a nossa costa em toda a sua extensão (COSTA, IN: HOLLANDA, 1985, p. 143). Segundo Virgílio Noya Pinto (IN: MOTA, 1974), a lei de 1850 (Lei Eusébio de Queirós) começou a ser cumprida em virtude de algumas alterações internas como o endividamento da aristocracia com os *negreiros*,⁵⁷ ocasionado pelo aumento do preço do escravo africano:

procurando abastecer-se de braços, o proprietário de terras irá submeter-se ao traficante, ficando em situação de insolvência a ponto de a propriedade territorial ir passando das mãos dos agricultores para especuladores e traficantes.

Esta situação de descontentamento facilitou a obra do governo auxiliado agora pela situação econômica e pela xenofobia ao português, em cujas mãos estava o tráfico.

Os últimos desembarques de escravos no Brasil datam de 1856. O fim do tráfico internacional de escravos lançou sobre a escravidão uma sentença de morte, visto que os índices de natalidade entre os escravos eram muito baixos e os de mortalidade muito altos. Urgia melhorar as condições de vida dos escravos e paralelamente pensar numa solução para o problema da mão-de-obra (COSTA, IN: HOLLANDA, 1985, p. 145). A concessão de créditos para auxiliar a imigração foi uma constante. As condições no exterior favoreceram a imigração para o Brasil. Os Estados Unidos da América, que recebiam grandes contingentes de imigrantes, passaram a dificultar a entrada de novos imigrantes. Concomitantemente, ocorreram grandes transformações políticas na Itália (processo de unificação), causando uma pauperização da população das áreas rurais; a consequência imediata foi uma emigração em massa das populações rurais (COSTA, IN: HOLLANDA, 1985, p. 177). Mas antes de aderirem ao regime de trabalho livre dos imigrantes, os cafeicultores, mesmo com a abolição do tráfico internacional de escravos, foram os principais responsáveis pela manutenção do trabalho escravo, pois continuaram utilizando trabalhadores escravos importados das províncias do Nordeste e do Norte. Como bem lembra Emília Viotti da Costa (IN: HOLLANDA, 1985, p. 155-156), as regiões produtoras de café, em plena expansão econômica, voltaram-se para as áreas economicamente decadentes, utilizando-as como fornecedoras de escravos:

⁵⁷ Assim eram conhecidos os traficantes de escravos.

Um tráfico intenso se estabeleceu entre o norte e o sul do país, o preço de escravos que vinha aliás em alta lenta desde o início do século sofria um aumento considerável. Em vinte anos, de 1855 a 1875 ele quase triplicou, passou de um conto a dois e quinhentos e até três. A compra de escravos tornou-se cada vez mais onerosa e conseqüentemente cada vez menos rendosa e sem emprego. (...)

Nos primeiros anos houve um deslocamento de escravos das regiões de economia menos produtiva para as mais promissoras. Os traficantes percorriam o Nordeste oferecendo altos preços pelos escravos. Vendiam-nos no Sul aos fazendeiros de café. Preocupados com a evasão da mão-de-obra, os governos das Províncias do Nordeste tentaram cercear-lhes a saída. Impuseram-se severas taxas.⁵⁸

Somente com a diminuição da oferta de escravos vindos do Nordeste e do Norte foi que deslanchou a introdução de trabalhadores assalariados, principalmente nas fazendas do interior de São Paulo. Primeiro, experimentou-se, segundo Emília Viotti, “a colonização com estrangeiros sob o sistema de parceria, pensou-se em aproveitar a população livre: os trabalhadores nacionais que viviam à margem da grande lavoura” (IN: HOLLANDA, 1985, p. 155-156). Os fazendeiros do Rio de Janeiro e do vale do Paraíba, porém, continuaram refratários à utilização do trabalhador livre.

2. Guerra do Paraguai

Se no plano político interno o Segundo Reinado passava por um período de calma, o mesmo não se pode dizer acerca das relações internacionais. Tivemos dois sérios desentendimentos com a Inglaterra: o primeiro, relacionado à supressão da escravidão no Brasil, como visto acima; o segundo, fruto da falta de habilidade diplomática do embaixador inglês no Brasil, que levou ao rompimento de relações entre o governo brasileiro e o governo inglês.

Mas as intervenções brasileiras na região platina foram os principais acontecimentos de nossa política externa durante o Segundo Reinado. Entre 1850 e 1870, o Brasil envolveu-se em guerras com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Com este último travamos a nossa mais longa guerra externa.

A região platina foi, durante o período colonial, palco de disputas entre portugueses e espanhóis. O processo de independência na América espanhola fragmentou a região, favorecendo a influência portuguesa e, posteriormente, a brasileira. A formação de um grande país na América do Sul não era visto com bons olhos pelo Brasil e, principalmente, pela Inglaterra, que preferia a região dividida, fragmentada em pequenas e frágeis unidades. A posição brasileira na região platina visava sempre evitar a formação de governos fortes que “pudessem criar problemas à livre navegação nos rios platinos”. Para tanto, “o Brasil adotou na região uma política de claro apoio aos movimentos divisionistas” (LOPEZ, 1993, p. 78), desenvolvendo “uma política de intervenções militares”, com início nos conflitos contra Oribe e Rosas (1851-52), Aguirre (1864-65) e término na Guerra do Paraguai (1864-70) (BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 250).

A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado da América do Sul e um dos maiores do século XIX. Mas não foi o primeiro. A beligerância entre o Brasil e os seus vizinhos na região platina começa em 1850, quando o governo brasileiro interveio no Uruguai para derrubar Oribe, líder do partido blanco, e colocar em seu lugar Rivera, líder dos colorados. Ao derrubar Oribe, o

⁵⁸ “As Províncias do Nordeste, afetadas por uma crise crônica, despovoaram-se de escravos.

É impossível calcular o número exato dos que se deslocaram de outras Províncias para as regiões cafeeiras. Ferreira Soares fornece dados que permitem avaliar em pouco mais de 5.000 os escravos exportados anualmente do Nordeste para o Rio. Tavares Bastos fala em cerca de 37.000 cativos entrados no Rio entre 1850 e 1862.

governo brasileiro teve de enfrentar uma guerra contra Rosas, caudilho argentino, que o apoiava. Vencido Rosas, e tendo no governo argentino um aliado, Urquiza, uma vez mais o Brasil enfrentou percalços com os uruguaios. Aguirre, chefe dos blancos, tomou o poder no Uruguai e fez uma aliança com Solano Lopez, ditador do Paraguai. A Argentina ligou-se aos colorados e ao Brasil. Em 1864-65, o Brasil derrubou Aguirre e pôs um aliado, o colorado Venâncio Flores, para governar o Uruguai. A deposição “de Aguirre foi o ponto de partida para a guerra contra o Paraguai de Solano Lopez” (LOPEZ, 1993, p. 79-80), conflito no qual Brasil, Argentina e Uruguai entraram como aliados, esquecendo suas rivalidades históricas, numa luta que se estendeu de 1864 a 1870.

Ao ficar independente, em 1811, o Paraguai adotou uma postura política e econômica isolacionista: suas fronteiras foram fechadas aos estrangeiros. Além disso, o Paraguai foi um dos únicos países americanos a não aceitar a hegemonia do capital inglês; promoveu um desenvolvimento econômico autônomo e praticamente não mantinha relações comerciais com a Inglaterra. Essa política de desenvolvimento do Paraguai não agradava à Inglaterra, principal potência econômica e militar da época. Sem entrar no mérito acerca do sucesso ou não da política de isolamento do Paraguai, é certo que paralelamente à tal política os governos paraguaios, de Francia aos Lopez, Carlos e Francisco, implantaram um regime ditatorial no país, censurando a imprensa e impedindo a entrada das idéias liberais, que poderiam abalar as estruturas do Estado. Em análise acurada, Carlos Guilherme Mota diz:

A Argentina e o Brasil vinculavam-se intensamente à Europa, em particular à Inglaterra. O Paraguai, por seu lado, manteve-se isolado. A longa ditadura do doutor José Gaspar Rodriguez de Francia (1814-1840) isolou o país, ao cortar relações diplomáticas e comerciais com os demais, exceção feita ao Brasil. Foram proibidas a imigração e a emigração, tentou-se atingir uma certa auto-suficiência baseada na agricultura e na indústria artesanal. Os dois ditadores que lhe sucederam no poder, Carlos Antônio López (1840-1862) e o filho, Francisco Solano López (1862-1870), abriram o país ao comércio exterior e atraíram imigrantes e técnicos estrangeiros. Eis aí uma das origens da grande conflagração. Quando o Paraguai ensaiou uma abertura para a integração no comércio mundial, o ditador argentino Juan Manuel Rosas impôs-lhe um bloqueio econômico. Os problemas de fronteira sucederam-se, enquanto López dedicou-se à criação de um bem adestrado exército, preparado por oficiais alemães e equipado com armamentos europeus (IN: MARQUES, 1995, p. 44-45).

A partir de 1862, o governo de Francisco Solano Lopez fez o Paraguai adquirir uma feição excessivamente militarista e expansionista, pois o ditador-presidente pensava que o desenvolvimento do país só seria possível se fosse arranjado um acesso ao oceano Atlântico, através da incorporação de territórios argentinos, brasileiros e uruguaios. Tais pretensões fizeram aparecer os primeiros desentendimentos entre os países vizinhos: Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, visto que as pretensões paraguaias se chocavam com os interesses brasileiros na região platina. Max Justo Guedes (IN: MARQUES, 1995, p. 58-59) sustenta que os interesses brasileiros no Uruguai no início da década de 1860 eram muito fortes, visto que 40 mil brasileiros residiam e tinham propriedades naquele país. A esquadra brasileira controlava as águas da bacia Platina. Mas ainda assim, com os navios de que dispunha a marinha brasileira “e sem um porto bem mais próximo do possível teatro de operações, seria irracional qualquer agressão do Império ao Paraguai”. Quando Solano Lopez assumiu o governo paraguaio, em 1862, a situação na região platina estava bastante deteriorada, com argentinos e brasileiros envolvendo-se nas questões internas uruguaias através do apoio dado ao *partido colorado*. Hesitando inicialmente, Solano Lopez foi também progressivamente envolvendo-se na questão uruguaia. Primeiro hipotecou apoio ao *partido blanco*, depois passou a advertir argentinos e brasileiros “contra o que ele considerava uma ameaça crescente ao equilíbrio

de poderes existentes no Rio da Prata”, fundamental para garantir “a segurança, a integridade territorial e a independência do Paraguai”. Vislumbrando a chance de elevar o Paraguai ao *status* de potência da região, no início de 1864 o ditador paraguaio começou a mobilizar o país para “uma possível guerra” (BETHELL, IN: MARQUES, 1995, p. 14-15).

O governo brasileiro, com a adesão dos governos argentino e uruguaio, defendia a livre navegação no Rio Paraguai. Solano Lopez vivia obcecado com uma possível ação brasileira, via Uruguai, junto ao Paraguai. Visando precaver-se de uma ação militar brasileira, ordenou a apreensão do navio brasileiro Marquês de Olinda; em 1865, o Paraguai invadiu as províncias de Mato Grosso, no Brasil, e de Corrientes, na Argentina, numa sucessão de erros “que culminaria com a invasão do Rio Grande do Sul, onde perderia substancial parcela de suas melhores tropas”, num momento em que o Brasil, segundo Sodré (1998, p. 306), não dispunha de uma força militar considerável. O início “das hostilidades apanha o Brasil em considerável situação de inferioridade”, com algo em torno de “quinze mil homens em armas”, sem um exército permanente, com quadros “formados e preenchidos pela população civil, ingênua nos manejos militares e inapta para o adestramento”, com as fileiras abrindo-se “a um recrutamento sem organização e sem princípios fundamentais”. Solano Lopez, ao declarar guerra ao Brasil, pensava que contaria com a ajuda do Uruguai, à época governado pelo *partido blanco*, tradicional adversário dos interesses brasileiros na região, e das províncias argentinas de Corrientes e Entre-Rios, que, pelas suas contas, “se não entrassem na guerra ao lado dos paraguaios, ao menos forçariam o governo argentino a se manter neutro no conflito. Lopez, porém, além “de superestimar o potencial bélico de seu país e de subestimar o brasileira”, não esperava “a rápida derrota de Aguirre” e a “negativa daquelas províncias argentinas em lhe prestar apoio”. Ademais,

depois de ver recusado o pedido de permissão para que suas tropas atravessassem o território argentino das Misiones, de forma a poder então atacar o Rio Grande do Sul, o presidente paraguaio, em 18 de março de 1865, declarou guerra à Argentina, invadindo e ocupando Corrientes em seguida. A esta altura, o Uruguai estava de novo sob o poder *colorado* e a tutela brasileira.

Estavam criadas, assim, as condições para que, em 1º de maio, fosse formada a Tríplice Aliança, reunindo Brasil, Argentina e Uruguai (BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 260).

Em resposta aos ataques paraguaios, Brasil, Argentina e Uruguai formaram a Tríplice Aliança, que estabeleceu alguns objetivos básicos após a destituição de Lopez, entre os quais a destruição das fortificações fluviais paraguaias e a obrigação de o Paraguai pagar indenizações de guerra (BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 260). Para Bethell (IN: MARQUES, 1995, p. 16), Brasil e Argentina não tinham problemas com o Paraguai que justificassem uma guerra. A opinião pública, mais na Argentina que no Brasil, manifestava-se contra ela. Foi “a necessidade de se defender contra a agressão paraguaia” que

ofereceu aos dois países (Brasil e Argentina) uma oportunidade de fazer um “acerto de contas” com o Paraguai, bem como de punir e enfraquecer, talvez mesmo de destruir, um poder emergente e preocupante dentro de sua região.

Mitre e D. Pedro não confiavam em López. (...) D. Pedro aproveitou a chance de afirmar a inquestionável hegemonia brasileira na região (...) e, sobretudo, de estabelecer uma hegemonia sobre o Paraguai, em lugar de uma hegemonia Argentina.

Em maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai “assinaram um tratado de Aliança contra o Paraguai”, estabelecendo três metas principais: pôs um fim à ditadura de Solano Lopez, garantir a livre navegação nos rios da região platina e conquistar, secretamente, territórios a que o Brasil e a Argentina julgavam ter direito no Paraguai. A invasão do Paraguai começou em 1866 e terminou em 1869, quando, sob o comando de Caxias, Assunção, capital do Paraguai, foi invadida pelas tropas brasileiras. O esforço de guerra nunca contou com a simpatia da população brasileira, como está dito acima. O recrutamento era difícil e, muitas vezes, forçado. O Império brasileiro foi minado pela crise financeira, resultado dos elevados gastos com o conflito platino.

Antes do conflito com o Paraguai, o exército brasileiro era, como dissemos anteriormente, uma instituição praticamente inexistente. A Guarda Nacional, criada durante o período regencial e comandada pela aristocracia rural, era a principal encarregada de manter a ordem. A eclosão do conflito mudou a situação, obrigando o governo imperial a formar um exército regular, principalmente porque o Paraguai dispunha de uma força armada profissional e moderna. A tropa brasileira estava despreparada para o conflito: o efetivo era pequeno e mal aparelhado, forçando o governo brasileiro a empreender um amplo esforço de convocação para a guerra: foram organizados os Corpos de Voluntários da Pátria que, na avaliação de muitos historiadores, não eram voluntários, pois eram recrutados à força.

Criado por decreto do Imperador D. Pedro II, assinado em 7 de janeiro de 1865, os Corpos de Voluntários da Pátria poderiam ser compostos por homens “entre 18 e 50 anos que voluntariamente aceitassem as condições especificadas no próprio decreto”. A realidade, porém, foi ligeiramente diferente, visto que

em muitas províncias, talvez pela força do hábito, talvez por excesso de zelo, autoridades recrutadoras, delegados de polícia inclusive, conforme bem sintetizou o general Paulo de Queriros Duarte, saíram a “caçar o caboclo nos igarapés do Pará, o tabaréu nordestino na caatinga, o matuto na sua tapera, o caiçara no litoral”, enfim, como era tradição no Brasil, homens de condição humilde, sem distinguir muito entre os tons da pele e as culturas (SILVA, IN: MARQUES, 1995, p. 70).

De fato houve incompetência e desarranjos das autoridades brasileiras na hora do recrutamento, mas não se pode generalizar: houve recrutamento forçado, porém a grande maioria foi formada por voluntários. Apesar do mau jeito das autoridades, assegura Eduardo Silva,

o apelo aos voluntários parece ter tocado em fibra nova – até então desconhecida da nacionalidade. (...) Na Bahia, em especial, a mobilização foi intensíssima para as condições da época, chegando os Voluntários a somar cerca de 9 mil homens em menos de um ano. Vindos de todo o país, os Corpos de Voluntários chegaram a representar, no auge, 75% dos batalhões de linha.

Já em relatório de 1865, apresentado à Assembléia Legislativa, o ministro da Guerra, visconde de Camamu, informava satisfeito que, devido à grande afluência de voluntários verdadeiros, o governo achou por bem não apenas suspender o recrutamento na Corte, mas expedir “ordens dispensando os recrutadores em todas as províncias”. Isto porque, explicava muito bem o visconde, “o governo julga desnecessário coagir pessoa alguma para tomar parte na defesa do Império, quando milhares de cidadãos correm espontaneamente a oferecer-lhe os seus serviços” (IN: MARQUES, 1995, p. 70)

Escorado em vários estudiosos, Basile afirma que o conflito platino “agitou todo o país, constituindo-se em um poderoso elemento integrador, e despertando um sentimento patriótico nunca antes visto em escala nacional”; aproximadamente cento e cinqüenta mil pessoas, isto é, “mais de um terço de todo o contingente brasileiro enviado para a guerra, apresentaram-se espontaneamente como voluntários para irem lutar nos campos de batalha” (IN: LINHARES, 2000, p. 263).

Natal à época da guerra do Paraguai era uma cidade de aproximadamente 6.500 habitantes. No Rio Grande do Norte, o recrutamento foi feito pelo Presidente da Província Olinto Meira, um grande batalhador pelo voluntariado. Muitos autores têm visões opostas sobre a receptividade da população à convocação para fazer parte do Corpo de Voluntários da Pátria. Tavares de Lyra argumenta que a província correspondeu plenamente à convocação de Olinto Meira, fato contestado por Aduato Câmara quando alude a ação de recrutamento feita, em Natal, na noite de 15 de janeiro de 1865. Como chegavam notícias dos acontecimentos na região platina, foi “grande o alarido que faziam mulheres e crianças atrás dos recrutadores”, com noticiou o Jornal do Commercio (apud CÂMARA, 1998, p. 170).

Diz Tavares de Lyra (1998, p. 300-301) que com a eclosão da guerra não faltaram “apelos vibrantes ao patriotismo da população para que acesse às bandeiras em defesa da Pátria”, citando inclusive a participação do deputado Amaro Bezerra que ofereceu seus préstimos ao presidente conselheiro Luís Barbosa da Silva, através de um manifesto publicado em 4 de janeiro de 1867, no qual solicitava ao povo do Rio Grande do Norte participação e empenho na luta que então se travava contra a ameaça estrangeira. Ressalte-se que o deputado-guerreiro cobrava em manifesto a participação da sociedade norte-rio-grandense, não somente através da exortação, pois, segundo suas próprias palavras, estava pronto para compartilhar “à vossa frente ou ao vosso lado perigos e sofrimentos”, visto que só assim poderia provar que desejava “felizes e grandes destinos” para o povo da província que nele confiou.

O oferecimento de Amaro Bezerra não foi aceito, “mas o seu exemplo, estimulando a coragem e as energias cívicas do povo, em muito contribuiu para que, daí por diante, jamais faltassem numerosos contingentes de norte-rio-grandenses nas fileiras dos bravos que desafrontaram no estrangeiro nossa honra ultrajada” (LYRA, 1998, p. 302).

Existem divergências quanto à empolgação potiguar pelo ingresso nos Corpos de Voluntários da Pátria. Referindo-se ao Corpo de Voluntários da Pátria, Lopez (1993, p. 84) sentencia que ele nada mais era do que uma massa de “escravos sem maiores estímulos para lutar”. Há comprovação das dificuldades encontradas pelo Presidente Olinto Meira para empreender a formação do Segundo Corpo de Voluntários, que contava com apenas 18 oficiais e 148 praças, recrutados principalmente em São José de Mipibu.

O recrutador era odiado pela população. A sua ação ficou nos sertões marcada na memória dos moradores e assemelhava-se, segundo Câmara (1998, p. 177), aos episódios de “rpto de negros na África ou às correrias dos bandeirantes preando índios”. Para Tarcísio Medeiros (1973, p. 106), o recrutamento foi feito de maneira a gerar um grande descontentamento, “espalhando pânico pelo método de um aliciamento súbito e cruel”, só conseguindo

juntar gente de famílias humildes, pardos e negros em sua maioria. O recrutador foi a figura mais odiada do tempo.

A província remeteu, em levadas sucessivas, para os campos do conflito nas fronteiras do sul, aproximadamente 2.000 soldados entre praças e oficiais, estes tirados dentre filhos de pessoas de bem, em evidência na sociedade, sem qualificação, muitas vezes, para o comando, e saúde capaz, o que resultou na volta de muitos deles, antes de enfrentarem o batismo de fogo.

Décio Freitas (apud LOPEZ, 1993, p. 84) afirma que ainda que muitos dos “voluntários” fossem escravos que conquistaram a liberdade em 1866, a maioria lutou na guerra “a fim de que seus senhores ganhassem títulos nobiliárquicos...” Adauto Câmara (1998), ainda que compartilhe o mesmo pensamento de Tavares de Lyra acerca do entusiasmo dos norte-rio-grandenses com a formação dos Voluntários da Pátria, prima por expor a situação de maneira clara, demonstrando o descontentamento dos familiares dos “voluntários”. Na noite do dia 15 de janeiro de 1865, houve em Natal uma ação de recrutamento que espalhou pânico pela cidade. As famílias mais humildes foram o alvo da atividade das autoridades; muitos voluntários jovens recolhidos entre pescadores residentes nas Rocas, no Areal e na Ribeira. O *Jornal do Comércio* denunciava: “Não é possível imaginar o alarido que faziam mulheres e crianças, atrás dos recrutados” (Apud CÂMARA, 1998, p. 170).

Muitos dos recrutados não tinham condições físicas adequadas para participar de um conflito que assumia grandes proporções. Não são poucos os jornais que relatam os abusos cometidos no ato do recrutamento. A escritora norte-rio-grandense Isabel Gondim cita o depoimento de um recrutador, que descreve um dos ardis usados para atrair os “voluntários”: “Foi preso na roça, onde entramos e tocamos os chocalhos para que aí supusessem animais destruidores; logo vieram em defesa das plantações alguns vultos, sobre os quais precipitamo-nos, e, finalmente, conseguimos prender este moço” (Apud CÂMARA, 1998, p. 175).

Um estudioso do tema afirma que em cidades como Rio de Janeiro e Salvador, muitos foram “voluntários de corda”, sobretudo aquela gente sem relação e tida por turbulenta, incluindo aí alguns grandes mestres da ‘pernada carioca’ e da ‘capoeiragem’ soteropolitana” (SILVA, IN: MARQUES, 1995, p. 70).

Por décadas ficou no subconsciente das gerações sertanejas “a ominosa lembrança do recrutamento, cujos episódios se assemelhavam ao rapto de negros na África ou as correrias dos bandeirantes preando índios” (CÂMARA, 1998, p. 177). As marcas da violência recrutadora foram tão grandes que anos após o fim da guerra do Paraguai ainda se faziam visíveis na sociedade brasileira, como podemos perceber pelas manifestações de descontentamento surgidas pelo interior do Brasil em meados da década de 1870, em movimentos como a revolta do *Quebra Quilo*, a rebelião contra o voluntariado militar e, ainda, o motim das mulheres, que veremos no capítulo seguinte.⁵⁹

Depois de aguardar por longas semanas o embarque para o sul do país, o 1º Corpo de Voluntários da Pátria do Rio Grande do Norte, formado por 463 homens, “distribuídos por 4 Companhias, sob o comando do tenente-coronel da Guarda Nacional, José da Costa Vilar”, embarcou no *Jaguaribe*, a 9 de junho de 1865, depois de desfilar pela rua da Palha (atual Vigário Bartolomeu), largo da Matriz, rua da Conceição, “donde partiu para o local do embarque que foi o cais da Alfândega, na rua do mesmo nome, atual rua Chile” (CÂMARA, 1998, p. 183-184). Cascudo apresenta outros dados: 2.197 norte-rio-grandenses foram enviados para os campos de batalha platinos, dos quais “500 perderam a vida na defesa da Pátria” (1984, p. 180).

Foram aproximadamente 2.000 norte-rio-grandenses para os campos de batalha, dos quais 1.200 morreram. Os dados do Presidente Olinto Meira, até agosto de 1866, são os seguintes: 1.467 soldados norte-rio-grandenses convocados (nem todos do Corpo de Voluntários da Pátria), sendo 1.410 praças e 57 oficiais. Os Presidentes Luiz Barbosa e Gustavo Adolfo de Sá, sucessores de Olinto Meira, contribuíram, cada um, com 430 e 300 soldados, respectivamente. Temos dessa forma um efetivo de 2.197 soldados norte-rio-grandenses (CÂMARA, 1998, p. 203-206).

⁵⁹ Mesmo nas cidades grandes do estado “não era menor o complexo do medo coletivo, quando se falava em recrutar. Em 1907, ancorou esquadra no Potengi. Houve um brilhante programa de festas em honra dos nossos marujos. (...) Lembramos do pânico entre o povinho de Natal e redondezas. Espalhou-se que era o recrutamento. O recrutamento! Houve êxodo para o mato (CÂMARA, 1998, p. 177).

O Paraguai resistiu o quanto pôde às investidas de seus adversários (Brasil, Argentina e Uruguai) unidos e, depois, suportou a pressão brasileira. Foram grandes as perdas, faltou munição, crianças foram mobilizadas para evitar a derrota. Nenhuma medida foi suficiente para reverter a situação. Derrotado, teve o seu território invadido e ocupado. O sonho de um desenvolvimento econômico autônomo foi destruído. Perdeu parte de seu território, que foi dividido entre Brasil e Argentina. O Império brasileiro ocupou militarmente o Paraguai, de onde só saiu em 1876. Conforme Bethell (IN: MARQUES, 1995, p. 15-16), Solano Lopez “superestimou o poder econômico e militar do Paraguai” e subestimou o potencial “do poder militar brasileiro – e a disposição para a luta do Brasil”, enganou-se ao pensar “que a Argentina ficaria neutra numa guerra entre Paraguai e Brasil”. Suas ações “trouxeram à tona exatamente a coisa que mais ameaçava a segurança e até mesmo a existência de seu país, uma união entre os dois vizinhos poderosos (...) em uma guerra contra ele”.

No Brasil, a guerra constituiu a primeira etapa da decadência do Império, que causou ou acelerou as que se sucederam: 1) a formação de uma nova força no organismo político nacional; 2) incentivo ao movimento abolicionista; 3) contribuição para o processo de urbanização (SODRÉ, 1998, p. 307). A guerra também elevou substancialmente a nossa dívida externa, principalmente com os bancos ingleses.

O Exército profissionalizado saiu fortalecido, prestigiado e ativo politicamente. Desde os incidentes de 1831, que levaram a abdicação de D. Pedro I, o exército brasileiro não era visto como confiável, sendo vigiado e posto em segundo plano pela elite política imperial. A formação do oficial do exército era precária e excessivamente técnica, o equipamento era defasado e os soldos, além de baixos, eram pagos com atraso. Tal tratamento dispensado ao exército afastou profundamente os militares da elite política do Império, vista por aqueles como despreparada e corrupta. A Guerra do Paraguai trouxe mudanças profundas para o Exército, tornando-o, inclusive, um canal de ascensão social. O corpo de oficiais era formado por elementos egressos das classes médias urbanas. O contato com oficiais de países vizinhos, republicanos e livres do trabalho escravo, tornaram o exército brasileiro republicano e abolicionista. Essa nova instituição, coesa e solidária, constituiu-se numa preocupação para os grupos dominantes, pois nele foi “depositada a confiança nacional”. Polarizando o esforço de guerra, “que é econômico e político e que arregimenta a opinião, tanto quanto era possível, o exército em operações contra Lopez adquire a noção da sua força, a consciência do seu papel principal que, inconscientemente, vai desejar prolongar, após paz” (SODRÉ, 1998, p. 306). Não era possível, segundo Fernando Novais (IN: MARQUES, 1995, p. 80), montar uma estrutura militar moderna para depois descartá-la. Desta forma, montada pelo regime monárquico, a nova força armada acabou por desmontá-lo.

Segundo José Ribeiro Junior, o recrudescimento dos ideais republicanos emergiram com força durante e após a guerra do Paraguai. O contato entre os militares brasileiros e os uruguaios os argentinos foram fortes

no reavivamento do ideal republicano em hibernação desde o período regencial.
(...)

O contato mais estreito com países da América Meridional e o estado de guerra pelo qual passaram os militares despertaram as suas gerações mais novas. A filosofia positivista, por outro lado, deu uma concepção mais atuante ao papel histórico da classe militar. Aos poucos elevou-se o exército na hierarquia da sociedade brasileira do século XIX e deu ambiente para a chamada questão militar, fator importante na proclamação da República.

A estrutura escravagista também foi afetada. Joaquim Nabuco apontava “que a Guerra do Paraguai foi ao mesmo tempo o apogeu do Império e o seu declínio” (NOVAIS, IN: MARQUES, 1995, p. 79). De fato, a guerra do Paraguai foi uma das principais responsáveis pelo início do movimento abolicionista, pois contribuiu para a elevação dos negros e para a renovação das elites, permitindo “o advento da elite dos letrados e enfraquecendo a elite agrária que via surgir, ao lado dos seus representantes, vindos da lavoura, esses homens oriundos da guerra” (SODRÉ, 1998, p. 305). Ademais, a presença de negros libertos nas fileiras do exército imperial brasileiro dificultava a defesa da escravidão, auxiliando a sua virada, cuja consequência imediata foi a recusa em perseguir escravos fugidos e, depois, a sua adesão definitiva ao abolicionismo, tornando cada vez mais difícil a manutenção do regime de escravidão. Para Novais, há uma gritante incompatibilidade entre o regime escravagista com a existência de um exército moderno. Tal incompatibilidade, no limite, “inviabiliza o próprio Estado” (NOVAIS, IN: MARQUES, 1995, p. 79). Sendo assim, conforme Novais (IN: MARQUES, 1995, p. 81), foi uma grande vantagem para a Nação participar da guerra do Paraguai, porque ela mostrou abertamente as nossas contradições, “tornou pública e trouxe à tona a questão central da política brasileira da época, questão que se resolveu com a República, ou que, pelo menos, começou a se resolver a partir da República”. Citando vários estudiosos, Basile afirma que a guerra do Paraguai “favoreceu o fortalecimento dos laços nacionais e, entre os vitoriosos, a consolidação dos Estados Nacionais” (IN: LINHARES, 2000, p. 262).

CAPÍTULO IX

IX – RIO GRANDE DO NORTE: ECONOMIA E SOCIEDADE

Por volta da segunda metade do século XVIII, a Inglaterra consubstanciou o seu processo de industrialização, demorou aproximadamente meio século para irradiar-se pelo continente europeu. Somente em meados do século XIX, a industrialização avançou pela Europa, acentuando cada vez mais a diferença entre países desenvolvidos (industrializados) e subdesenvolvidos (produtores e exportadores de matérias-primas e produtos agrícolas) – era a divisão internacional do trabalho. Com o considerável aumento do número de fábricas na Europa e o aumento da produtividade, era de fundamental importância a expansão dos mercados consumidores para os produtos industrializados europeus, que passaram a ser escoados para outros continentes.

A Inglaterra continuou durante 3/4 do século XIX e por um pedaço do último quartel soberana no comando da economia mundial. Nas relações com o Brasil, então, o poderio dos ingleses é inquestionável, sua presença fazendo-se sentir

através das filiais de bancos, pelo controle quase que total da rede ferroviária, do monopólio da navegação oceânica e através dos empréstimos externos, quase todos eles realizados junto à Casa Rothschild & Sons. A posição inglesa só começará a ser ameaçada nos finais do século XIX, quando os Estados Unidos assumem a liderança em nossa exportação (PINTO, IN: MOTA, 1974, p. 145).

O Brasil, em virtude de opções econômicas feitas durante o Império, perdeu a chance de se transformar numa nação industrializada. Tivemos alguns pequenos surtos industrializantes, mas, de um modo geral, optamos por um desenvolvimento econômico baseado na exportação de produtos primários. Mas alguns fatos, como o declínio tarifário (1844), uma maior disponibilidade de capitais decorrentes da extinção do tráfico negreiro e os superávits comerciais, permitiram uma melhoria técnica e industrial significativas. Crescem os investimentos em comunicações (ferrovias, companhias de navegação e de telégrafos), bem como no nível de industrialização, conforme demonstra Néelson Werneck Sodré:

entre 1839 e 1844, o título máquinas e acessórios estava em 25º lugar na ordem de importância em valor dos produtos entrados. Entre 1870 e 1875, passaria para o 11º lugar. Entre 1902 e 1904, para o 6º lugar. Tal ascensão assinala sem dúvida alguma o esboço do aparelhamento industrial brasileiro (apud PINTO, IN: MOTA, 1974, p. 141).

A modernização brasileira, como dito acima, principalmente no centro-sul, é facilmente percebida, fazendo-se notar em vários setores da economia, espalhando-se, mais vagarosamente, pelo restante do país. Com a divisão internacional do trabalho, a economia do Brasil e do Rio Grande do Norte integraram-se mais rápido e definitivamente ao mercado internacional. Houve um aumento na nossa produção açucareira e a produção de algodão foi intensificada. Vale ressaltar que durante todo o período colonial, o Rio Grande do Norte teve dificuldades para produzir açúcar. Os engenhos não chegaram a desabrochar inteiramente, dividindo-se entre o fabrico do açúcar e outras atividades econômicas, como a pecuária. Nunca a então capitania chegou a ter mais de dois engenhos. Somente a partir do segundo quartel do século XIX o açúcar veio a se tornar o mais importante fundamento da economia da província do Rio Grande do Norte. Até 1840, devido

à instabilidade política por que passava o país, a agroindústria açucareira norte-rio-grandense desenvolveu-se a passos lentos. Normalizada a situação política do país, a produção açucareira da província evoluiu. Ainda assim a dianteira foi mantida por um período relativamente curto, pois logo foi superada pelo algodão.

Na primeira metade do século XIX, a economia do Rio Grande do Norte se diversificou bastante, passando “a produzir com alguma expressão, além do gado, do couro, do algodão e da rapadura, outros produtos como o sal, que traria um grande incentivo ao crescimento do litoral, sobretudo a Mossoró, como o tabaco, o peixe salgado e as drogas medicinais”, além de “minerais como o ouro, a prata, o ferro, o amianto, o cristal e pedras calcárias, silicosas e graníticas” (ANDRADE, 1995, p. 25).

O número de engenhos de açúcar mais que dobrou entre 1845 e 1860. Em 1859, a província do Rio Grande do Norte tinha 159 engenhos, que davam uma safra de 370.000 arrobas por ano; em 1861, já eram 173 engenhos somente na área próxima a Natal, com uma produção de 375.000 arrobas por ano. As exportações em 1847 eram de 11.304 arrobas e já em 1851 elevou-se para 35.511 arrobas. Porém, ao final do século XIX, a produção açucareira norte-rio-grandense entrou em declínio, pois não acompanhou o desenvolvimento tecnológico. A maior parte da produção era destinada ao mercado interno. Nem mesmo a instalação de usinas de açúcar em Canguaretama e Ceará-Mirim foi suficiente para superar a crise que se abateu sobre a produção açucareira norte-rio-grandense (SANTOS, 1994, p. 93).

A partir de 1850, o surto econômico do Rio Grande do Norte proporcionou o seu maior desenvolvimento e conseqüente povoamento, por duas causas.

A primeira: a produção do açúcar que, desde 1845, vinha alentando os vales do Ceará-Mirim e do Capió, é incrementada de tal maneira que, em 1859, tinha a Província 159 engenhos, moendo: 5 na Capital, 31 em São Gonçalo, 42 em Ceará-Mirim, 144 entre São José de Mipibu e Papari, 11 em Canguaretama, e 23 entre Goianinha e Arez, safreando mais de 370 arrobas por ano (MEDEIROS, 1973, p. 93).

A seca de 1844-1846 foi possivelmente a de maior impacto sobre a estrutura econômica e social do Rio Grande do Norte, pois forçou a migração de grandes contingentes populacionais do campo para as vilas e cidades, principalmente as litorâneas. Do ponto de vista econômico, mostrou a fragilidade em que se assentava a pecuária bovina, levando “a uma valorização da agricultura, ou seja, ‘mostrou a instabilidade da riqueza do gado e convenceu a muitos da necessidade de formar estabelecimentos agrícolas mais sólidos’”, ponto de vista defendido pelo presidente da província alguns anos depois. Tendo em vista os efeitos da seca serem menos sentidos na região, foi na faixa litorânea que, num primeiro momento, a agricultura recebeu um maior impulso, principalmente com a expansão do cultivo da cana-de-açúcar (MONTEIRO, 2000, p. 127-128).

Mas foi o algodão o produto que incrementou, a partir da segunda metade do século XIX, a economia norte-rio-grandense. Apesar das constantes secas (foram nove grandes secas no século XIX), a produção algodoeira do Rio Grande do Norte teve um aumento considerável.

Nos anos 1860, a lavoura do algodão passou a da cana-de-açúcar. Em pouco mais de 20 anos, a produção de algodão cresceu mais de quinze vezes. Contribuiu para isso algumas inovações tecnológicas, a Guerra da Secessão (Estados Unidos), o surto de desenvolvimento industrial brasileiro e o aumento da área plantada (Seridó). Segundo Medeiros (1973, p. 93), plantado no Seridó, o algodão mocó também foi um dos impulsionadores da economia norte-rio-grandense,

pela larga aceitação de sua fibra longa. Até 1865, superou as exportações dos outros produtos, porque o preço alcançou cifras astronômicas, conseqüência do fechamento das fontes norte-americanas em plena guerra de Secessão e a grande procura na Inglaterra no momento da “cotton famine”, oriunda da segunda fase da revolução industrial. Ilustra a procura dos mercados brasileiros de algodão, o fato narrado por Luiz Agassiz de que em Paris, por ocasião da Exposição Universal, o Brasil recebeu um prêmio especial por ter abastecido largamente o mercado europeu. Nesta contribuição, o Rio Grande do Norte, em 1865, arrecadou pela exportação na ordem de 270.5000\$000.

O algodão, diz Cascudo (1984, p. 386-387), cresceu baseado única e exclusivamente na vontade do pequeno produtor. Foram vários os senhores de engenho que abandonaram a plantação da cana-de-açúcar para se dedicarem à produção algodoeira. Mas a cultura algodoeira continuou sendo mais uma atividade de pequenos produtores. Segundo Paulo Pereira dos Santos (1994, p. 94-95), o crescimento da produção foi bastante significativa, pois já em 1848

o porto de Natal embarcava quase 6.000 arrobas de algodão em pluma num semestre. Em 1851, só pelo porto de Natal, foram despachadas 13.528 arrobas desse produto. Contudo é a partir de 1860 que começa a crescer a produção. Em 1866, já subia a safra para 140.000 arrobas. E passou, desde então, a ser uma cultura de área bastante grande e de maior importância econômica da Província.

Muitas firmas se instalaram no Rio Grande do Norte para aproveitar o *boom* do algodão. As mais importantes foram a Casa de Guarapes, de Fabrício Gomes Pedroza, e a Ulrich J. Graff. Esta era uma empresa exportadora de algodão, com capitais suíço e inglês, que chegou a abrir uma filial em Mossoró. A Ulrich Graff mantinha, desde 1860, transporte direto de mercadorias entre Natal e Inglaterra. Os seus proprietários, Johan e Jacob Ulrich, eram proprietários da campina e da lagoa “que ficavam por trás da atual Igreja do Bom Jesus”, no bairro da Ribeira (MEDEIROS, 1973, p. 93).

O fim da Guerra da Secessão, nos Estados Unidos, refletiu negativamente na exportação do algodão norte-rio-grandense, que caiu de preço, o que fez declinar sensivelmente a receita da província. Em relatório de outubro de 1872, o presidente do Rio Grande do Norte, Henrique Pereira de Lucena, indica ter sido a baixa do preço do algodão e a liquidação da Casa Comercial de Fabrício & Companhia, em Guarapes, como os responsáveis pela queda da arrecadação (SANTOS, 1994, p. 95).

Mesmo com a queda de preço, a produção algodoeira no Rio Grande do Norte não passou por grandes problemas; novas terras incorporadas para o plantio do “ouro branco” do sertão e a decadência da pecuária bovina contribuíram para a manutenção do estágio de produção. Em 1877-79, depois de uma das mais terríveis secas que assolaram o Nordeste, houve um recuo da pecuária paralelamente a um movimento de proteção à agricultura, o que resultou na manutenção da produção algodoeira. O algodão continuou

espalhando-se pelas terras do interior, onde antes a pecuária predominava. Era uma lavoura que dependia muito dos pequenos produtores (meeiros na maioria), sendo sua produção exportada para a Paraíba, Ceará e Pernambuco. No Seridó, foi selecionada a variedade “mocó” de fibras longas, de grande aceitação no mercado mundial, o que representava um trunfo para a Província (SANTOS, 1994, p. 95-96).

Outro setor da economia norte-rio-grandense de destaque foi o salineiro. As salinas do Rio Grande do Norte são conhecidas desde o início do século XVII, porém só passaram a ser regularmente exploradas no século XVIII, com a fundação das “oficinas de charque”. A chegada da Família Real ao Brasil ensejou a necessidade de outras regiões do Brasil terem acesso ao sal potiguar, tendo em vista terem cessado os carregamentos do sal português, o que deu um novo impulso à extração salineira; o regente português permitiu o carregamento do sal norte-rio-grandense para o sul do país, quando através de carta-régia permitiu “o carregamento de sal do Rio Grande do Norte para o Rio de Janeiro, ilha de Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (SANTOS, 1994, p. 91).

Apesar de a extração e o comércio do sal representarem um percentual significativo da economia do Rio Grande do Norte, as autoridades da província começaram a manifestar um certo desconforto com a concorrência estrangeira. De 1808 a 1859, a indústria salineira norte-rio-grandense não teve um grande progresso, desenvolvendo-se “de acordo com as exigências do consumo humano e animal do país” e às vezes com a venda de uma parte da produção para o exterior, quando “da passagem de alguns navios estrangeiros” pela província. No entanto, com a proibição de vender sal para o exterior, pelo decreto nº 2485, do ano de 1859, o parque salineiro do Rio Grande do Norte foi sensivelmente abalado.

Entre 1844 e 1849, setenta e oito embarcações carregaram em Macau 59.895 alqueires. Em sua Fala de 03 de maio de 1849, o presidente da província Augusto de Magalhães Taques manifesta, diz Cascudo (1984, p. 386), a sua preocupação com o *problema do sal*, tendo em vista o acirramento da concorrência europeia. Como os métodos de extração do sal norte-rio-grandense eram muito primitivos, o sal europeu pelo melhor preparo e melhor preço ganhava o mercado brasileiro. A década de 1840 exprime uma queda acentuada da produção salineira, de 59.895 para 11.534; essa sangria foi estancada na década seguinte e, em 1860, a produção salineira recuperou-se, atingindo a marca de aproximadamente 104.145 alqueires, como destaca o professor Geraldo de Margela Fernandes, citando um estudo sobre a produção salineira potiguar:

A partir de 1859 observa-se uma nítida mudança na política para a indústria de extração do sal do Rio Grande do Norte. Estabeleceu-se um novo tipo de monopólio, através da organização, no Rio de Janeiro, de uma empresa para exploração de sal em Macau. Esta empresa implantou-se na região salineira e imperou absolutamente durante sessenta e um anos. (...) “Dispondo de grandes capitais e alguns vapores [a Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Açu], enviou a Macau um dos seus diretores que por pouco mais ou nada comprou ali várias salinas. Desgraçadamente, obteve do governo da União uma tal de ‘Concessão Roma’ que lhe dava direito de só ela dispor à vontade de todos os terrenos de marinha ali encravados. (...) Ai de quem se aventurasse a adquirir um terreno para construir uma salina. Ultimamente de alguns a esta parte é que a ‘Concessão Roma’ foi anulada, possibilitando o surgimento de outras salinas, aumentando, portanto, o patrimônio particular salineiro genuinamente macauense e também do Estado que tem interesse no desenvolvimento a indústria salineira”. A queda da “Concessão Roma” significou a ascensão de produtores potiguares como também possibilitou a entrada de outros grupos vindos do Rio de Janeiro e São Paulo (...) (1995, p. 34-35).

A baixa qualidade do nosso sal em comparação com o sal estrangeiro e os altos custos de transporte, porém, limitavam o nosso mercado, como bem expressa a opinião do presidente da província Pedro Leão Veloso, em fevereiro de 1862: “Mais largamente exploradas seriam as nossas salinas, se o seu sal pudesse competir com o estrangeiro; e para as charqueadas, achassem mercado no Rio Grande do Sul; o que é impossível atentas as despesas do transporte, em razão do monopólio da navegação de cabotagem por navios nacionais” (Apud CASCUDO, 1984, p. 386).

Ainda que a ocupação do território e o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte tivessem se acentuado no século XIX, principalmente em virtude da expansão da agricultura comercial, os meios de transportes e de comunicação eram muito precários.

A integração da economia da província do Rio Grande do Norte “às correntes do comércio internacional se fez através da exportação, principalmente, de algodão, couros e açúcar, e da importação de diferentes produtos manufaturados europeus”, sobretudo tecidos, ferragens, vinho e diversos tipos de quinquilharias (MONTEIRO, 2000, p. 131). O desenvolvimento econômico da província requeria importantes obras de infra-estrutura, principalmente nos meios de transporte e comunicações, abastecimento de água e iluminação pública, o que ensejou

uma série de iniciativas que visava, em última instância, estimular as relações da economia da província com o mercado mundial: a criação da capitania do porto de Natal (1859), os primeiros estudos para o melhoramento do porto de Natal (1860), a abertura de um canal no vale do Ceará-Mirim (1867), a construção de açudes no sertão (1857), a tentativa de criação de um banco rural na província (1860), os incentivos legais para o estabelecimento de comerciantes em Mossoró (1868) e os incentivos legais para a construção das primeiras estradas de ferro do Rio Grande do Norte, que não chegaram a ser construídas, a primeira delas ligando Natal a Ceará-Mirim e a segunda ligando o oeste da província – toda a várzea do rio Apodi – ao porto de Areia Branca (MONTEIRO, 2000, p. 133).

Na segunda metade do século XIX foram construídas estradas de ferro e reformado o setor portuário de várias províncias do norte do Brasil: companhias de navegação a vapor estabeleceram rotas com escalas em Natal, tendo sido a Companhia Pernambucana de Navegação Costeira e Vapor a primeira a servir, de 1853 em diante, à província do Rio Grande do Norte; construção de hospitais públicos; instalação de trilhos urbanos e água encanada. Devemos ressaltar ainda, diz Manuel Correia de Andrade (1995, p. 34), que o espaço do Rio Grande do Norte

começou a se industrializar, em termos capitalistas, modernos, ainda no século XIX, a partir de 1840, com a intensificação da exportação da cera de carnaúba, dando vitalidade à porção ocidental, beneficiada com o assoreamento do porto cearense de Aracati que antes polarizava a região. Tal fato provocou a transferência de grandes comerciantes daquela cidade para Mossoró e a escolha desta como escala regular dos navios da Companhia Pernambucana.

Segundo Cascudo (1984, p. 315-316), a Companhia Pernambucana de Navegação Costeira a Vapor instalou-se por Decreto Imperial nº 1.113, de 31.01.1853, com monopólio sobre a navegação costeira entre os portos de Maceió a Fortaleza. No Rio Grande do Norte a Companhia atuava nos portos de Natal e Macau. Através de subvenção provincial, a Companhia também passou, a partir de 1857, a atuar em Mossoró.

Em 04 de agosto de 1878, o presidente Eliseu de Souza Martins inaugurou em Natal o serviço telegráfico, seguido pelos municípios de Mossoró (21.08.1879), Macaíba (17.07.1880), Angicos (15.09.1881), Açu (12.12.1890), Macau (22.07.1895) e Areia Branca (28.09.1895) (CASCUDO, 1984, p. 314-315).⁶⁰

Discorrendo sobre os transportes e comunicações no Rio Grande do Norte, mestre Luís da Câmara Cascudo (1984, p. 309) assevera que na província as ligações entre os poucos núcleos urbanos eram limitadas. De

⁶⁰ No século XX foram beneficiadas Apodi (04.04.1907), Pau dos Ferros (08.01.1908), Santa Cruz (01.01.1911).

Mossoró ia para Aracati e Caicó para Campina Grande. O sertão escapou secularmente à capital que vegetava humilde e minúscula junto ao Potengi. As ligações orientavam-se para Pernambuco e Paraíba, para as grandes feiras de gado, Igaráçu, Goiana, També (pedra de Fogo), Itabaiana e depois Campina Grande. Daí a rede de estradas e variantes que sempre aglutinaram esses lugares e os articulavam às regiões do Seridó e sertão de Piranhas, ribeira da Panema, enquanto a zona do Mossoró escoava-se para o Ceará pelo chapadão do Apodi.

Suassuna e Mariz (2002, p. 179) argumentam que o centro das comunicações na província atendeu-se com a chegada da navegação a vapor, sendo os principais portos os de Natal, Macau e Mossoró; para o interior os transportes eram muito rústicos, como carros de boi e comboios; somente no período 1880-83 surgiu a primeira ferrovia ligando Natal a Nova Cruz, contornando um dos gargalos que emperravam o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, facilitando a comunicação entre o interior e a capital. Praticamente só se chegava a Natal pelo mar. Com a construção da estrada de ferro de Nova Cruz, que atendia principalmente aos interesses dos criadores de gado daquela região, e, logo depois, com a assinatura do contrato que garantia a construção da Estrada de Ferro Natal – Ceará-Mirim resolvia-se parcialmente esse problema (SANTOS, 1994, p. 93).

Mossoró e Macaíba (MONTEIRO, 2000, p. 134) passaram a desempenhar um papel importante na economia do Rio Grande do Norte. Até a metade do século XIX, a exportação da produção da região oeste da província era feita pelo porto de Aracati (CE), por onde também entravam as mercadorias importadas. Com a abertura do porto de Areia Branca (RN), em 1867, para dar vazão às necessidades de exportação do algodão, Mossoró terminou por desempenhar um importante papel como centro comercial, pois para lá convergiam as mercadorias do oeste potiguar e ainda de regiões do Ceará e dos sertões da Paraíba e do Seridó.

Macaíba também floresceu em virtude do surto algodoeiro, quando Fabrício Gomes Pedrosa instalou sua casa importadora e exportadora no porto fluvial dos Guarapes, que funcionou “como intermediária no comércio entre os povoados e vilas situados nos vales dos rios Jundiá e Potengi, e em parte da região do Seridó – e no porto da capital” (MONTEIRO, 2000, p. 136).

Entre 1815 e 1845, a população praticamente dobrou, saltando de algo em torno de 50.000 habitantes para 100.000 habitantes, distribuídos por fazendas e sítios, uma cidade, Natal, e treze vilas (Acari, Apodi, Extremoz, Goianinha, Portalegre, Santana do Matos, São Gonçalo, São José de Mipibu, São José de Angicos, Touros, Vila do Príncipe, Vila da Princesa e Vila Flor) (ANDRADE, 1995, p. 26). Monteiro (2007, p. 22-23) diz que em 1844 o Rio Grande do Norte contava com uma população de 149.072 habitantes, com Natal, principal centro urbano, tendo 6.000 moradores. Pelo censo de 1872, a população já era de 233.979 habitantes.

Confira abaixo os dados acerca da evolução da população da província.

CONDIÇÃO SOCIAL	1820 (ano)	1835 (ano)	1844 (ano)
Livres	61.812	77.691	130.919
Escravos	9.109	10.240	18.153
Total	70.921	87.931	149.072

Fonte: MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2000.

Reinava D. Pedro II. Economicamente, o Brasil integrava-se na divisão internacional do trabalho. Politicamente vivia-se a era da pacificação e da conciliação, como ficou conhecida a maior parte do período entre 1840-1889. As principais fontes de renda da população norte-rio-grandense eram a agricultura e a pecuária.

Essa paz política era limitada, tendo em vista a eclosão de alguns conflitos localizados. No Nordeste, o Segundo Reinado não se caracterizou por uma completa paz política e social. Ocorreram violentos choques entre os grandes fazendeiros do sertão, levantes de escravos, banditismo rural e conflitos sociais.

A crise econômica pela qual passava o Nordeste e a luta pelo poder político entre os grandes proprietários de terras, foram os principais motivos pelos quais o Nordeste achava-se constantemente convulsionado. A violência aumentava de intensidade nos períodos de seca e de eleição.

Diz Monteiro (2000, p. 144) que desde o século XVIII uma das grandes preocupações do poder constituído era com os chamados *vadios*, sendo uma das obrigações dos capitães-mores de milícia vigiá-los. Em 1837, uma lei provincial criou a Companhia dos Jornaleiros que objetivava, via recrutamento obrigatório, “procurar braços à agricultura e modo de vida aos muitos vadios que formigavam por toda a província”. A lei, diz a referida historiadora, “não vingou, pois ‘encontrou invencível repugnância na população’, desconfiada de que se tratava de uma armadilha para reduzi-la à escravidão.”

A desconfiança da população em relação ao poder público, as crises de fome e carestia dos gêneros alimentícios agravadas pela ocorrência de secas periódicas fomentavam o quadro de violência na região Nordeste (MONTEIRO, 2000, p. 144-147).

Algumas dessas expressões de violência foram:

- Banditismo rural: geralmente conflitos envolvendo quadrilhas, ataques a vilas e fazendas;
- Revoltas populares: movimentos revoltosos que nasciam da desconfiança ou resistência da população com alguma medida governamental;
- Coronelismo: apesar de o coronelismo ser um fenômeno típico da República Velha, a sua origem remonta ao período monárquico, quando as lideranças políticas regionais disputavam aguerrida e violentamente os redutos eleitorais. Esses conflitos muitas vezes redundavam em luta armada entre os potentados locais;
- Recrutamento: resistência ao recrutamento militar, sendo o mais famoso o levante contra a ação dos Voluntários da Pátria;
- Motins urbanos: conflitos motivados pela alta no preço dos alimentos;
- Levantes escravos: no Rio Grande do Norte foram poucas as ocorrências, dada a pouca quantidade de escravos que aqui existia. Alguns dos poucos levantes de escravos foram engrossados pela ação de comunidades indígenas ou de camponeses despossuídos.

Na província do Rio Grande do Norte ocorreram várias manifestações de violência, que se enquadram na tipologia acima citada. Vejamos:

- Banditismo rural: em 1845, quadrilhas atacaram as localidades de Martins, Caicó, Acari, Extremoz e São Gonçalo; em 1852, em Martins e nos municípios vizinhos, bando liderado por Jesuíno Brilhante entrou em confronto com a Força Pública; em 1860, novamente o bando de Jesuíno Brilhante atacava no interior da província;
- Levantes de escravos: em 1855, em Vila Flor, um grupo de pequenos lavradores armados, invadiu a igreja durante uma missa, em protesto contra os senhores de engenho da região; em 1870, em Papari, Mipibu, Arês e Goianinha, os escravos tomaram o poder e chegaram a constituir um governo em Goianinha;
- Revoltas populares: Revolta do Quebra-Quilos, em Goianinha, São Gonçalo, Jardim do Seridó, Luís Gomes, Caicó, Acari, Mossoró, Patu e Barriguda (Alexandria).

O banditismo rural foi certamente uma das expressões de revolta popular mais marcante no Rio Grande do Norte. Denise Monteiro (2000, p. 148) afirma que os *selvagens da civilização* “eram uma preocupação constante das autoridades que enviavam forças policiais ao seu encalço, originando combates armados em diferentes pontos da província, mas sobretudo no sertão”, geralmente devido às más condições da população livre que não tinha acesso à terra. O fato deu origem a *quadrilhas* no Rio Grande do Norte, que passaram a roubar e saquear por toda a província, principalmente a partir da grande seca de 1845. Jesuíno Brilhante é, sem dúvida, a mais célebre expressão desse fenômeno no Rio Grande do Norte. As tropelias de Jesuíno Brilhante e seu bando concentraram-se entre 1850 e 1860 e são quase sempre apresentadas de forma romanceada. Diz-se que Jesuíno Alves de Melo Calado, conhecido como Jesuíno Brilhante, nasceu em 1844, no sítio Tuiuiú, município de Patu. Foi caçador e comboieiro, mas foi no cangaço, como chefe de bando, que Jesuíno passou para a história. Reza a lenda que durante os anos que aterrorizou os sertões do Rio Grande do Norte, Jesuíno Brilhante sempre mostrou-se bondoso com os mais pobres, chegando a merecer de Câmara Cascudo a alcunha de *Robin Hood* e de Raimundo Nonato o título de *cangaceiro-romântico*. Na verdade, o perfil que Cascudo faz de Jesuíno Brilhante, em sua *Acta Diurna*, é ilustrativo. E define, em linhas gerais, como o famigerado cangaceiro passou a ser visto pelas atuais gerações:

Na história dos cangaceiros, heróis-bandidos, como chamou Gustavo Barroso, Jesuíno Brilhante é o primeiro na memória do Oeste norte-rio-grandense. Deixou funda lembrança de valentia, destemor e fidalguia. Era (...) incapaz de um insulto por vaidade ou de uma agressão inútil. Tem a popularidade inestinguível de um Robin Hood (...). Sua figura é haloada pela admiração coletiva. (...) Jesuíno foi o vingador das moças ultrajadas, dos anciãos humilhados e das crianças indefesas. Era irresistível. Estava em toda parte. Seu nome espavoria o inimigo. Ninguém o viu morrer. Viveu perigosamente, arrogando-se a invulnerabilidade dos predestinados.

(...) Jesuíno jamais praticou uma crueldade. Nunca se alugou às vinditas alheias (IN: NONATO, 1998, p. 78-79).

Após a sua morte em 1878 ou 1879, emboscado em Brejo do Cruz (PB), foi substituído por um sobrinho que comandou o bando até o início de 1880 (MONTEIRO, 2000, p. 148).

Das revoltas populares, a do *Quebra-Quilos* foi a mais importante. Nasceu como um movimento de insatisfação contra o novo sistema de pesos e medidas. Mas tem proximidade temporal com o *voluntariado militar*, como indica Henrique Augusto Milet (apud (ROSADO, 2000, p. 16):

De fato, as populações do interior amodorradas em longos tratos de vida sem modificações, vinham ultimamente se abalando com serviços do recenseamento e do alistamento para o exército e armada e outras exigências que trariam peso e vexame e nenhuma melhora.

E agora esse maldito costume novo de pesar e medir, que trocava por metros e litros a vara de cinco palmos e a velha tigela do Reino.

Em 1862 uma nova legislação determinava que no Brasil o sistema de pesos e medidas então em uso seria substituído por um novo sistema, que só entrou em vigor em 1872, com a promulgação de um decreto do Imperador D. Pedro II em 18 de setembro. Mesmo com a implantação do nosso sistema de pesos e medidas, permaneceram em uso os sistemas tradicionais de medidas expressas em palmos, jardas, polegadas ou côvados, e o peso das mercadorias calculado em libras

e arrobas, convivendo com uma grande variedade de outros pesos e medidas, tais como a braça, a légua, o feixe, o grão, a onça, o quintal e muitos outros padrões, aos quais a população estava acostumada porque vinham sendo utilizados desde muitas gerações. A tentativa de implantação do novo sistema provocou revolta em vários lugares, com os revoltosos quebrando as “medidas” fornecidas pelo poder público municipal e usadas pelos comerciantes. Os revoltosos cresceram em número, espalhando-se por mais de setenta localidades nordestinas, invadindo as Câmaras e destruindo as medidas e os editais. Diversos motivos determinaram o descontentamento da população. Uma delas foi a cobrança de taxas para o aluguel e aferição dos novos padrões do sistema métrico – balanças, pesos e vasilha de medidas. A lei que os criara proibia a utilização dos antigos padrões, e os seus substitutos deveriam ser alugados ou comprados na Câmara Municipal, o que fez os comerciantes acrescentarem ao preço das mercadorias o valor do aluguel ou da compra dos padrões, encarecendo ainda mais os produtos. Outra razão foi a criação do chamado “imposto do chão”, cobrado dos feirantes que expunham no chão da feira as mercadorias que pretendiam vender. E uma terceira, o estabelecimento das novas regras de recrutamento, sobre as quais se dizia que não escapariam do “voluntariado” militar nem as pessoas de posses. Por todas essas razões o número de revoltosos cresceu de forma acelerada, já que era engrossada por comerciantes, por proprietários de imóveis, por pequenos agricultores cuja receita dependia da venda semanal de sua produção na feira, e também por consumidores que se sentiam diretamente atingidos em virtude da elevação de preços dos produtos que precisavam adquirir. A luta contra a sistemática inovadora se estendeu a municípios das províncias de Pernambuco, Pará, Alagoas e Rio Grande do Norte. Neste último, das treze vilas rebeladas, cerca de cinco eram da região do Seridó: Acari, Currais Novos, Flores, Jardim e Príncipe.

De início, diz Celso Mariz (apud ROSADO, 2000, p. 16), as

turbas insurretas começavam quebrando esses novos pesos e medidas, daí a denominação popular e histórica que tomaram de Quebra Quilos.

Mas passaram a incendiar cartórios e arquivos municipais, a quebrar lampiões de rua e tudo que era do governo de bacharéis e doutores.

O *motim das mulheres*, em Mossoró também ocorreu no mesmo contexto, não mais de resistência à convocação para a Guerra do Paraguai, mas ainda fazendo ecoar o alarme ao recrutamento obrigatório para aquela guerra platina. O *motim das mulheres* consistiu numa rebelião de aproximadamente trezentas mulheres, insatisfeitas com a convocação de seus filhos e maridos para servir nas tropas de linha. Souto Maior diz: “Na recusa violenta das populações norte-rio-grandenses ao alistamento, não se poderia deixar de ver o efeito tardio a mecânica contestatória dos Quebra Quilos”. E continua: “Em Mossoró, a invasão das igrejas, onde se procediam os trabalhos de alistamento, e a clássica destruição dos livros e anotações ficaria conhecida e famosa como ‘o motim das mulheres’.” No ano de 1875, Joaquina de Souza, Maria Filgueira (mulher do capitão Antônio Secundes Vieira) e outras, lideradas por Ana Rodrigues Braga, conhecida como Ana Floriano, iniciaram um movimento contra o alistamento militar, instituído pelo Gabinete do Visconde do Rio Branco, através da Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874. Conforme a lei, a partir de 01 de agosto de 1875, as juntas de alistamento iniciariam o recrutamento para o Exército e a Armada, através de sorteio, de homens livres e libertos entre 19 e 30 anos. Voluntários e sorteados serviriam por seis anos, enquanto refratários teriam o tempo de serviço alongado para oito anos. A população reagiu mal às novas medidas, surpreendendo o governo imperial. Em várias províncias, multidões de homens e mulheres investiram decididamente contra os postos de recrutamento instalados no adro das igrejas, no afã de destruir os papéis que nomeavam compulsoriamente os convocados. Temeroso das repercussões, o governo retrocedeu e adiou para data posterior a realização do

sorteio. No entanto, novas tentativas de implementação da lei, nos anos subseqüentes, seriam também impedidas pela reação popular.

Em Mossoró, no dia 30 de agosto de 1875, aproximadamente trezentas mulheres saíram às ruas em protesto contra a convocação de seus maridos e filhos, invadiram o cartório militar, rasgaram as fichas de alistamento, e em passeata pelas ruas, conclamou a população a se mobilizar pela causa. Ana Rodrigues Braga e várias mulheres mossoroenses (os números vão de 50 a 300), em setembro de 1875, mobilizaram-se e rasgaram as listas de sorteio do recrutamento militar. Segundo Vingt Rosado (2000, p. 7), as mulheres dirigiram-se à casa do escrivão de Juiz de Paz, tomando-lhe “papéis e livros concernentes ao sorteio para o exército e armada, rasgando-os”, fato repetido na redação d’O Mossoroense, quando se apossaram de “papéis que ali, constituindo listas de sorteios, estavam para ser publicados”, foram rasgados.

CAPÍTULO X

DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA À ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

O Brasil foi um dos países em que a abolição da escravidão se deu mais tarde por vários motivos. Em primeiro lugar, havia a resistência dos proprietários rurais, que tinham medo de uma mudança radical nas relações de trabalho. Em segundo lugar, a sociedade brasileira era – e ainda é – profundamente racista, e temia que ocorresse no Brasil uma revolução nos moldes da do Haiti. A classe média, indefinida, ia a reboque, ao sabor dos ventos. Porém, sempre houve uma minoria que defendia a abolição do trabalho escravo.

Durante três séculos, o negro africano, escravizado no Brasil, foi o motor da economia brasileira, sustentando a produção e garantindo o predomínio da aristocracia rural. Nas fazendas e nas minas, o negro de origem africana produzia as mercadorias para o mercado interno e para a exportação. A riqueza gerada pelo tráfico negreiro era superior a de muitos outros produtos.

No início do século XIX, a Inglaterra passou a combater a utilização da mão-de-obra escrava. Primeiro, os ingleses combateram o tráfico de escravos africanos; depois, a Inglaterra passou a questionar a própria escravidão.

As autoridades brasileiras, por vezes, comprometeram-se a extinguir o tráfico de escravos. Apesar da promessa, o tráfico negreiro prosseguia. Porém, em 1845, a Inglaterra decretou o Bill Aberdeen, que autorizava a Marinha inglesa a aprisionar os navios negreiros que cruzassem o oceano Atlântico e permitia o julgamento dos traficantes de acordo com as leis inglesas. Muitos navios brasileiros foram presos, pela Marinha inglesa, em águas internacionais e nacional, praticamente obrigando o governo brasileiro a decretar, em 1850, a Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico internacional de escravos, como esclarece Luiz Roberto Lopez:

Em represália contra a Lei Alves Branco,⁶¹ os ingleses promulgaram o Bill Aberdeen contra o tráfico negreiro, efetuando uma rigorosa fiscalização nos mares e tornando tão difícil o comércio de escravos que o Brasil foi levado a apoiar a decisão britânica, extinguindo com o tráfico com a Lei Eusébio de Queiroz (sic), em 1850 (1993, p. 73).

A elite econômica e política brasileira defendia a tese de que não era aconselhável abolir de vez a escravidão no país. Os cafeicultores, praticamente os únicos a continuar utilizando largamente a mão-de-obra escrava, defendiam uma transição lenta e gradual da escravidão para o trabalho assalariado.

Com a proibição do tráfico negreiro, intensificou-se o tráfico interprovincial, porém, sem resultados significativos, pois a taxa de natalidade entre os escravos era baixa, e alta a taxa de mortalidade. O imigrante europeu foi a saída encontrada pelos proprietários de terras para substituir o trabalho escravo.

Apartir de 1870, cresceu o movimento abolicionista no país, principalmente entre a população urbana, que pressionava os proprietários de escravos a libertá-los. Foram criados muitos clubes e associações que defendiam a causa abolicionista. Nas fazendas, os escravos também protestavam contra a escravidão. Muitos fugiam ou destruíam as plantações, protegidos e estimulados pelos

⁶¹ A Lei Alves Branco (1844) aumentou as taxas cobradas nas alfândegas brasileiras, encarecendo os produtos importados, o que trouxe prejuízos para a Inglaterra. O objetivo dessa medida legal era, ao mesmo tempo, aumentar os recursos do fisco e dar uma certa proteção ao setor açucareiro nacional. Indiretamente, a Lei beneficiou o nascente setor industrial brasileiro, livrando-o da competição inglesa.

abolicionistas. A sociedade começava a rejeitar a escravidão. Era necessário fazer algumas concessões. À princípio, o movimento abolicionista tinha a oposição dos grandes proprietários de terras. Porém, pouco a pouco muitos fazendeiros aderiram ao movimento abolicionista, convencidos pelos argumentos de que o custo de manutenção de um escravo não compensava os riscos. Segundo Emília Viotti (IN: HOLLANDA, 1985, p. 179), foram as transformações no sistema de produção que permitiram a formação nas zonas rurais nordestinas e do centro-sul de

um grupo de fazendeiros desvinculado do sistema escravista, acessível ao Abolicionismo e, em certos casos, diretamente interessados na extinção da escravatura. A adesão deste grupo à idéia de trabalho livre possibilitou a vitória final do abolicionismo no Parlamento e explica em grande parte o caráter relativamente prático do movimento.

Desde a década de 1870, os cafeicultores do oeste paulista dependiam muito pouco do trabalho escravo. Naquela região, os escravos foram progressivamente sendo substituídos pelo braço do imigrante. Os produtores rurais do Nordeste, devido à decadência da cultura canavieira, não mais podiam sustentar o alto custo de manutenção dos escravos. Sobravam como únicos defensores do trabalho escravo os cafeicultores do vale do Paraíba e os do Rio de Janeiro. A Guerra do Paraguai também contribuiu decisivamente para o fim da escravidão, pois modificou a mentalidade do Exército Brasileiro que, naquele conflito, teve um grande contingente de ex-escravos lutando ao lado de soldados livres. A guerra, como lembra Iglesias (1993, p. 173), praticamente só trouxe desvantagens para o Brasil, “não lhe valeu nenhuma glória nem qualquer vantagem material”, sem contar que foi uma das responsáveis diretas pelo início de crises internas, como a que marcou “o início da atuação militar como agente político”, entre outras coisas participando do movimento que resultou na extinção do trabalho escravo.

Foi entre os representantes das classes urbanas que a idéia da abolição do trabalho escravo mais se desenvolveu.

Foram, em geral, favoráveis à abolição os representantes das classes urbanas, que começavam a ganhar importância em virtude das transformações econômicas que se processavam no país: o desenvolvimento das vias férreas, o aparecimento das primeiras empresas industriais, companhias de seguro, organismo de crédito, incremento do comércio varejista. Igualmente favoráveis à libertação dos escravos foram os grupos artesanais: trabalhadores livres, nacionais ou estrangeiros, que encontravam novas oportunidades de emprego. Sua colaboração foi decisiva na ação revolucionária desencadeada na década dos oitenta. Os “caifazes” de Antônio Bento, que atuavam em São Paulo provocando a fuga de escravos das fazendas, preocupando proprietários, ameaçando feitores, surrando capitães-do-mato, recrutaram-se nessas categorias: advogados, jornalistas, tipógrafos, cocheiros, ferroviários, médicos e negociantes (COSTA, IN: HOLLANDA, 1985, p. 179).

Nos anos 1870-80, como dito acima, houve um acirramento do movimento abolicionista, com ampla participação dos setores urbanos. Associações emancipadoras e jornais abolicionistas foram criados. Aumentaram os debates e a pressão para que a escravidão fosse extinta. D. Pedro II incentivou as discussões. O movimento de propaganda abolicionista cresceu significativamente. Políticos e intelectuais de prestígio encaminharam pedidos ao imperador, mas a resistência dos escravocratas manteve-se firme. A decisão, então, foi encaminhada por fases: foram decretadas duas leis que aboliram lentamente a escravidão no país: a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos

Sexagenários (1885). Em 13 de maio de 1888, a escravidão foi totalmente abolida no país, quando a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea.

Durante grande parte do período colonial, a empresa açucareira foi a grande beneficiária e utilizadora da mão-de-obra escrava. Na capitania do Rio Grande o braço escravo foi pouco utilizado, pois a empresa açucareira teve pouca significação. Muitos dos escravos trazidos para a capitania eram utilizados, no sertão, como vaqueiros (poucos); outros trabalhavam nas salinas e na agroindústria açucareira. As primeiras notícias acerca da presença de escravos negros no Rio Grande do Norte são do final do século XVI para o início do século XVII. Os primeiros africanos que chegaram à capitania foram utilizados como trabalhadores nos engenhos de açúcar.

Diz Cascudo (1984, p. 44) que foi João Rodrigues Colaço, dono da primeira sesmaria, o primeiro comprador de escravos, para “roçar e fazer benfeitorias no Rio Grande”, mas que como quase não tivemos indústria açucareira “e as atividades se resumiam na criação de gado e roçarias de mandioca, milho e feijão, era desnecessária grande cópia de escravos.”

O Rio Grande do Norte não teve grandes contingentes de escravos africanos como Pernambuco e Bahia, grandes áreas açucareiras, porque a principal atividade econômica aqui desenvolvida era a pecuária, que requeria uma quantidade pequena de mão-de-obra. No entanto, com a expansão da lavoura canavieira, “durante longo tempo nuclearizada pelo engenho de Cunhaú”, é provável “que tenha havido um crescimento do número de escravos negros existentes na capitania” (MONTEIRO, 2007, p. 83).⁶² A pequena quantidade de escravos nas áreas em que a atividade econômica principal era a pecuária deve-se ao fato de que quem geralmente cuidava do rebanho eram os próprios proprietários, auxiliados por um pequeno número de trabalhadores, sendo estes quase sempre de origem indígena. Os negros que foram enviados para o interior para trabalhar nas fazendas de gado não eram tratados como os das áreas de açúcar, café e mineração. Vale a pena conferir uma passagem de Câmara Cascudo sobre a presença do negro no Rio Grande do Norte:

O negro foi-nos uma constante mas não uma determinante econômica.

(...)

Os escravos mandados para o sertão transformaram-se em vaqueiros, cantadores aclamados, padrinhos de ioiôs e derrubador de touros. Estabelecia-se uma identidade social pela uniformidade das tarefas, iguais para todos, escravos e amos. Nos canaviais, terras de café, diamanteiras e garimpos, o negro virava animal de carga. No sertão jamais foram numerosos pela própria simplicidade do trabalho de pastorícia.

(...)

A vida do vaqueiro predispunha à democratização. Ignorava-se no sertão o escravo faminto, surrado, coberto de cicatrizes, ébrio de fúria, incapaz de dedicação aos amos ferozes. Via-se o escravo com sua véstia de couro, montando cavalo de fábrica, campeando livremente, prestando conta com o filho do senhor. Centenas ficavam como feitores nas fazendas, sem fiscais (...) com respeito ao que dissessem. Nas missões de ‘dar campo’ aos bois fugitivos, indumentária e alimentação eram as mesmas para amos e escravos. Os riscos e perigos os mesmos. Desenvolviam-se as virtudes idênticas de coragem, afoiteza, rapidez na decisão, força física, astúcia. (...) O ciclo do gado, com a paixão pelo cavalo, armas individuais, sentimento pessoal de defesa e desafiância, criou o negro solto pelo lado de dentro, violeiro, sambador, ganhador de dinheiro, alforriando-se com a viola, obtendo terras para criar junto ao amo, seu futuro compadre, vínculo sagrado de apoio mútuo (1984, p. 44).

⁶² Segundo Ribeiro Jr. (Apud MONTEIRO, 2007, p. 83), entre 1762-63 havia, no Rio Grande do Norte, “4.499 escravos, numa população de 23.305 habitantes, o que corresponde a 19,3% do total”.

Abstraindo-se um pouco a visão idealizada de Cascudo acerca do tratamento dispensado aos negros no sertão, é certo que os estudiosos consideram a relação social ali estabelecida diferente, com a identidade definindo-se pela uniformidade das tarefas desempenhadas.

No século XIX houve um incremento de braços africanos no Rio Grande do Norte, motivado pelo aumento da produção açucareira nos vales do Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Goianinha, Canguaretama e São Gonçalo. Em Natal, a quantidade de escravos era pequena, dada a inexistência de atividades econômicas que requisitassem o braço escravo. Eram, segundo Cascudo (1999, p. 369), 822 em 1873; 339, em 1881; 321, em 1882; 246, em 1884; 152, em 1887. Daí até o dia 13 de maio de 1888, “o movimento foi este – 152 escravos. Mudaram de residência: 3. Faleceram: 10. Foram libertos: 134, sendo 128 sem condições, um a título oneroso e cinco condicionalmente”, o que limita a cinco o número de escravos no dia da assinatura da Lei Áurea.

Não tivemos importação direta do continente africano. Comprávamos de Pernambuco (CASCUDO, 1984, p. 45-46). O mesmo Cascudo (1999, p. 115) diz que, pelo censo de 1890, o Rio Grande do Norte tinha um percentual de 44,14% de brancos, 8,98% de negros, 37,51% de mestiços e 9,39% de caboclos. Segundo Suassuna e Mariz (2002, p. 185), entre 1854 e 1859 a exportação de açúcar saltou de 80.749 arrobas para 350.000, o que exigiu uma quantidade maior de mão-de-obra. Segundo os autores, vieram muitos escravos negros do Maranhão, desembarcando nos portos de Areia Branca, Mossoró e Macau, e de outras localidades do oeste. Mas esse aumento no número de escravos iria definir nas décadas seguintes, como atesta Luís da Câmara Cascudo (1984, p. 46):

Em 1835 tínhamos 10.240 escravos. Nem todos eram pretos. Havia 6.247 negros livres para 6.016 escravos. Os pardos forros contavam-se 36.109 e os cativos 4.224. Em 1844 os pretos, livres ou não, chegavam a 23.467 numa população de 149.072. Em 1855 tínhamos 20.244 e em 1870, 24.236. Em 1884 estávamos apenas com 7.623 escravos (...).

O fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil, em 1850, fez o preço do escravo aumentar assustadoramente, efeitos da seca de 1845-47, certamente contribuíram para a diminuição do “número de escravos na província, não só pela impossibilidade de mantê-los, mas também pela alternativa aberta de vendê-los para as plantações de café em expansão na região centro-sul do país” (MONTEIRO, 2007, p. 95). O tráfico interprovincial, isto é, o abastecimento de mão-de-obra escrava vinda de regiões economicamente em crise, como das zonas açucareiras nordestinas, foi uma saída encontrada pelos cafeicultores. Dos 10.240 escravos de 1835, o Rio Grande do Norte tinha, em março de 1887, somente 2.161 (CASCUDO, 1984, p. 46).

O tráfico interprovincial diminuiu substancialmente a população escrava nordestina, notadamente a norte-rio-grandense, como já nos referimos acima. O ciclo açucareiro e algodoeiro, conforme relata Cascudo (1984, p. 46), enfrentava percalços e a pecuária, motor da colonização do Rio Grande do Norte, recobrou um pouco do viço. A província do Rio Grande do Norte exportava seus escravos. Diz o mestre que S. José de Mipibu com 9.816 escravos em 1855, tinha somente 822 em 1884; Ceará-Mirim, outrora com 1.126 em 1855, tinha apenas 777 em 1884.

Nos anos 1880, o movimento abolicionista tomou impulso, verificando-se com maior nitidez como as bancadas do Nordeste e das províncias cafeicultoras se posicionavam: estas queriam a manutenção do *status quo*; aquelas pretendiam a ampliação das medidas emancipadoras (COSTA, IN: HOLLANDA, 1985, p. 183). E pela situação vivida, foram justamente algumas províncias do norte e nordeste do país que se anteciparam à abolição da escravidão. Francisco Iglesias (1993, p. 179) descreve a força que toma o movimento abolicionista nos anos 1870-80 e como um problema nacional começou a ser resolvido regionalizadamente, com a formação de sociedades abolicionistas e a supressão do estatuto escravagista nas províncias do Ceará e do Amazonas. Em 1883, os

escravos foram libertados em Mossoró (RN). Províncias como o Rio Grande do Norte não eram muito dependentes do braço escravo, como atesta Casimiro José de Moraes Sarmento, ex-deputado e ex-presidente da província, em discurso proferido em 1º de setembro de 1848:

Concorda em que o trabalho do escravo não é necessário. No Rio Grande do Norte há poucos escravos, e quase toda a agricultura é feita por braços livres. Conhece muitos senhores de engenho que não têm senão quatro ou cinco escravos, entretanto, que têm vinte, vinte e cinco, e quarenta trabalhadores livres, e se os não têm em maior número, é pelo pequeno salário que lhes pagam.

Disto se convenceu o orador quando ali foi presidente porque em consequência de elevar o salário a quatrocentos réis por dia, nunca lhe faltaram operários livres para trabalharem na estrada que teve de fazer (Apud CASCUDO, 1984, p. 47-48).

No Rio Grande do Norte, o movimento abolicionista caminhava a passos rápidos. Artistas, estudantes, a imprensa, o Exército, os escravos e, principalmente, os intelectuais exigiam o fim da escravidão. Intelectuais criticavam em seus trabalhos a escravidão; o poeta Segundo Wanderley, influenciado pela obra de Castro Alves, um dos maiores críticos da escravidão, aderiu ao movimento abolicionista. Merece destaque, também, a marcante presença de Almino Affonso como um dos grandes batalhadores para a extinção da mão-de-obra escrava, tendo inclusive sido o redator da ata que extinguiu a escravidão em Mossoró, quase cinco anos antes da Lei Áurea.

Além da participação de intelectuais, o movimento abolicionista no Rio Grande do Norte contou com ampla participação de padres: João Cavalcanti de Brito, de Natal; Antônio Joaquim, de Mossoró; Amaro Castor Brasil, de Caicó; e outros.

Desde o final da década de 1860 que existia em Macaíba uma sociedade que lutava pelo fim da escravatura. Mas em virtude da proximidade com o Ceará, onde o movimento abolicionista estava mais adiantado, foi em Mossoró que se iniciou, no Rio Grande do Norte, uma campanha mais organizada para pôr fim ao trabalho escravo. Entre 1873 e 1881, o número de escravos no Rio Grande do Norte caiu, por vários motivos, de 10.282 para 9.367, tendo sido “os municípios sertanejos, considerados em seu conjunto, que mais perderam escravos, comparativamente àqueles situados no litoral” (MATTOS, 2007, p. 106).

No Ceará, após a criação da Sociedade Libertadora Cearense, o movimento abolicionista teve um maior impulso. Cidades cearenses, como Baturité e Icó, libertaram seus escravos. Influenciados pelo abolicionismo cearense, os moradores de Mossoró criaram a Sociedade Libertadora Mossoroense, que passou a atuar junto aos proprietários de escravos no sentido de fazê-los libertar os negros em seu poder, com atesta Tarcísio Medeiros (1973, p. 120):

Lidera o movimento abolicionista na Província do Rio Grande do Norte a cidade de Mossoró, dada a maior aproximação com o Ceará, província pioneira da abolição no Brasil. Em Mossoró, a 6 de janeiro de 1883, é criada a “Libertadora Mossoroense”, que, com trabalho persistente, consegue alforriar no mês de junho cerca de 40 cativos, mais da metade da população escrava do Distrito.

O primeiro município brasileiro a decretar a abolição da escravidão foi, segundo Gustavo Barroso (Apud GALVÃO, 1982, p. 11), Acarape, no Ceará, no dia 1º de janeiro de 1883. Raimundo Nonato (Apud MENEZES, 1967, p. 63) alude ao fato de que Mossoró teria sido a segunda cidade brasileira, atrás apenas de Acarape, a realizar “a libertação antecipada dos seus filhos de cor (...)”. Romualdo Lopes Galvão e sua mulher Amélia Dantas de Souza Melo Galvão (dona Sinhá) foram os responsáveis por trazerem do Ceará a centelha abolicionista, empolgados que estavam

com o entusiasmo reinante naquela província em prol da Abolição da Escravatura, ao chegarem em Mossoró, na primeira quinzena de dezembro de 1882, conduzindo uma mensagem da maçonaria de Fortaleza para a Loja 24 de Junho, de Mossoró, concitaram, sem perda de tempo, seus amigos e parentes para levar a efeito a grande batalha cívica em favor da raça negra (GALVÃO, 1982, p. 11).

Em 30 de setembro de 1883, Mossoró libertava definitivamente os seus escravos. Gustavo Barroso (apud GALVÃO, 1982, p. 11) não considerou o pioneirismo mossoroense no processo de libertação dos escravos. Mossoró em pouco tempo tornou-se um “verdadeiro Quilombo”, com negros de vários municípios vizinhos fugindo das senzalas e procurando “guarida na Libertadora Mossoroense”, pois ali todos os esforços eram empreendidos “a fim de adquirir, por compra, os cativos fugidos, para alforriá-los” (GALVÃO, 1982, p. 15). É certo que Mossoró foi, de fato, pioneira no Rio Grande do Norte, sendo seguida por Assu, Caraúbas, São José de Mipibu, etc.

Mesmo enaltecendo o pioneirismo mossoroense no estado e reafirmando a companhia de Acarape como primeira cidade a abolir a escravidão no Brasil, Menezes (1967, p. 60-61) aponta alguns aspectos jurídicos importantes nas ações abolicionistas encetadas na capital do oeste potiguar. Partindo da discussão do termo abolir no sentido de derrogar, e sendo derrogar “a extinção de uma relação de direito”, o que foi feito em Mossoró no dia 30 de setembro de 1883, não foi “a derrogação de uma Lei alta”, mas apenas “a concessão de cartas de Alforrias”. Sendo assim, o movimento abolicionista mossoroense assim foi batizado “no sentido figurativo”. Continuando, diz que “a extinção da escravatura no município” era revestido “de caráter solene e legal com a entrega de cartas de Libertação aos beneficiados”, visto que apenas ao Estado “cabia a Abolição”, pois somente a ele “competia um ato derogatório de lei vigente”.

Paulo Fernandes (Apud ROSADO et al, 1979, p. 60) confrontando superficialmente uma lista dos proprietários de escravos e o rol dos abolicionistas, somente “2 entre 40 proprietários de escravos foram abolicionistas: Antônio Filgueira Secundes e Raimundo Nonato de Freitas Costa”. Segundo Emanuel Pereira Braz (1999, p 53-58, IN: www2.uol.com.br/omossoroense/110905/universo.htm), em trabalho que lança luzes sobre o processo de abolição da escravidão em Mossoró, há exagero na divulgação da primazia abolicionista mossoroense. Segundo ele, a historiografia sobre o assunto busca “omitir os fatos que refletem as causas do processo abolicionista em Mossoró”, não referenciando o “período imediatamente anterior à abolição” e dificultando “a compreensão real daquele período histórico”. O movimento abolicionista não encontrou em Mossoró “proprietários de escravos receosos de perderem seu patrimônio, ou exigindo indenização para libertar seus escravos. Não há registros de depoimentos de políticos no âmbito local que fossem contrários ao abolicionismo”. A cidade vivia, às vésperas da abolição, do comércio “de peles, carne seca, algodão, couro, sal entre outros”. O comércio mossoroense mantinha profundas relações com a produção regional, e a burguesia comercial de Mossoró mantinha negócios no setor rural. O algodão, cultivado principalmente no sertão e no agreste era o produto mais comercializado em Mossoró para várias partes do Brasil e mesmo para o exterior. Analisando “o algodão no quadro da economia do Rio Grande do Norte, Takeya focaliza as relações de trabalho que mais corresponderam às circunstâncias da região e da produção. Segundo a autora, o algodão se incluía entre as culturas de ciclo vegetativo curto, e por seu plantio incidir em regiões onde a seca era uma constante, se tornou inviável o uso do trabalho escravo”, fenômeno também observado nas fazendas de gado. Ademais, nas fazendas de criação de gado, ocorreram outras “atividades que dependiam desta principal, tais como: a indústria da carne seca e o ciclo do couro”, com todas contribuindo direta ou indiretamente com vultosos lucros para os seus proprietários, os quais, por esta época, em sua maioria, eram também comerciantes em Mossoró”. A maior parte dessas e outras “atividades do cotidiano da fazenda eram assumidas por trabalhadores livres com presença sempre mais numerosa que a dos escravos. É fato que a mão-de-obra escrava não chegou a ser predominante nem mesmo “nos engenhos de açúcar dos vales do Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Canguaretama e São

Gonçalo. Assim sendo, a mão-de-obra escrava não foi uma determinante na vida econômica das fazendas criatórias” e “longe de se tornar a principal nos engenhos de açúcar ficou ainda mais marginalizada durante o período em que o algodão tomou conta das terras do Rio Grande do Norte”, fato respaldado “nos estudos de Câmara Cascudo, quando ao referir-se à população escrava do Rio Grande do Norte durante a década de sessenta, enumerou a quantidade de escravos retidos nas cidades de Natal, Extremoz, Goianinha, Angicos, Príncipe, São José de Mipibu, Mossoró e Touros”, dando conta que os escravos “eram em menor número comparados ao restante da população livre, e mesmo em São José de Mipibu, local de maior produção de açúcar, o escravo não foi o principal trabalhador naqueles engenhos”. Quanto a Mossoró, “ao comparar a população escrava da cidade de Mossoró com a dos demais locais”, Cascudo constatou que o número de escravos em Mossoró nas décadas de 1860-70 era um dos menores em toda a província. Sendo assim, é possível dizer

que os proprietários de escravos da província do Rio Grande do Norte, como talvez tenha ocorrido em toda a região Norte, insistiram em permanecer com seus escravos até quando as condições ambientais e materiais favoreceram. Quando as secas constantes impossibilitaram a criação e a plantação, o escravo tornou-se um peso, um gasto a mais. Nesta situação, e diante dos preços que os cafeicultores passaram a oferecer na compra dos escravos durante as décadas de sessenta e setenta, a diminuição da população escrava principalmente na região Norte foi drástica. O escravo que já não era a força motriz da economia desta região foi valorizado na forma de mercadoria, resgatando ao senhor o valor do investimento pela sua compra. Dessa forma, o tráfico inter-regional serviu, de alguma maneira, para que os proprietários de escravos do Norte emancipassem seus escravos sem prejuízos, aproveitando-se da vigência deste comércio e da cotação por escravos que esteve sempre favorável.

Todas essas circunstâncias justificam porque na cidade de Mossoró o movimento abolicionista que foi iniciado em janeiro de 1883 conseguiu, em menos de um ano, em 30 de setembro de 1883 decretar o fim da escravidão. Os abolicionistas foram favorecidos pelas condições locais, onde praticamente não houve reação à realização dos seus objetivos. A abolição dos escravos sendo efetivada antes da Lei Áurea, trouxe de volta a atenção da nação para o Norte, com seus personagens e cidades antecipando-se aos centros mais importantes do país, colocando estes abolicionistas na vanguarda da libertação de uma população oprimida e injustiçada.

Outra condição que favoreceu ao surgimento dos chamados abolicionistas de última hora, foi o fim do tráfico interno dos escravos. Enquanto o porto de Fortaleza controlou a exportação de escravos para a região do café, traficantes como Joaquim Filgueira Secundes e João Cordeiro, entre outros, contribuíram e lucraram com o comércio de escravos. E quando ocorreu a interdição do referido porto, entre outros fatores, como consequência do aumento do imposto sobre os escravos comercializados nas províncias cafeeiras, estes tornaram-se abolicionistas, ganhando na historiografia local a condição de heróis por lutarem e consolidarem a abolição dos escravos em Mossoró.

A economia norte-rio-grandense pouco mobilizou o braço escravo. Muitos anos antes do surgimento do movimento abolicionista, o ex-presidente de província Casimiro José de Moraes Sarmiento, em discurso feito no dia 1º de setembro de 1848, declarou que havia poucos escravos no Rio Grande do Norte, sendo quase toda a agricultura “feita por braços livres”. Muitos senhores de engenho têm 4 ou 5 escravos e “20, 25 e 40 trabalhadores livres, e se não os têm em maior número, é pelo pequeno salário que lhes pagam (Apud CASCUDO, 1984, p. 47). O pouco peso do trabalho escravo para a economia do Rio Grande do Norte pode ser constatado pelo levantamento elaborado por MONTEIRO (2007, p. 103):

POPULAÇÃO ESCRAVA POR PROVÍNCIA – EM 1872

Província	População	Número de escravos	% de escravos
Sergipe	176.243	22.623	12,8%
Bahia	1.379.616	167.824	12,1%
Pernambuco	841.539	89.028	10,5%
Alagoas	348.009	35.741	10,2%
Paraíba	376.226	21.526	5,7%
Rio Grande do Norte	233.979	13.020	5,5%
Ceará	721.686	31.913	4,4%

MONTEIRO, Denise Matos. **Terra e Trabalho na História**: estudos sobre o Rio Grande do Norte. Natal: EDUFRN, 2007.

A “Libertadora Norte-Rio-Grandense” foi instalada em Natal no dia 1º de janeiro de 1888, quando só existiam na cidade 30 escravos (MEDEIROS, 1973, p. 120), ou 29, restando somente nove em 23 de janeiro (CASCUDO, 1999, p. 369). Além da Sociedade Libertadora, presidida por ninguém menos que o Padre João Maria, “um escravo dos sofrimentos alheios, escravo do dever cristão”, Natal contava ainda com a famigerada Guarda Negra, “criação destinada a popularizar a Princesa Isabel, cimentando o fidelismo monárquico”, nascida num “ambiente de excitação monarquista e de ódio ao movimento republicano (CASCUDO, 1999, p. 371).⁶³

Era Presidente da Província do Rio Grande do Norte Antônio Francisco Pereira de Carvalho quando a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea. O chefe do Executivo norte-rio-grandense libertou 482 escravos que ainda existiam no estado, sendo somente cinco em Natal, “cujos senhores haviam sido insensíveis aos rogos, oferecimentos e agrados da Sociedade Libertadora. Não ganharam coisa alguma com a obstinação avarenta”, e ainda “tiveram, muito merecidamente, algumas vaias e pilhérias (CASCUDO, 1999, p. 369).

⁶³ A instalação da Guarda Negra ocorreu num “domingo, 10 de fevereiro de 1889, na casa nº 4 da rua Voluntários da Pátria (Beco Novo), ao meio-dia com girândolas de foguetões, abundância de promessas, discursos de estrondo e comparecimento numeroso” (CASCUDO, 1999, p. 371).

UNIDADE II

República

CAPÍTULO I

DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA À REPÚBLICA OLIGÁRQUICA

Na Europa e no continente americano, muitos países implantaram regimes políticos mais democráticos. Alguns permaneceram monarquias, outros escolheram a via republicana. O Brasil permanecia como a única monarquia no continente americano. E os republicanos brasileiros afirmavam que somente a República poderia nos levar ao encontro da democracia e de uma convivência mais pacífica com os nossos vizinhos nas Américas.

O ideal republicano não era novo no Brasil. Porém, somente com o fim da Guerra do Paraguai, as críticas à Monarquia brasileira e às suas instituições e privilégios começaram a se intensificar. A propaganda republicana crescia entre a elite econômica brasileira, principalmente entre os cafeicultores de São Paulo. Muitas associações republicanas foram formadas. O Exército, fortalecido com a Guerra do Paraguai, passou a participar dos debates políticos, fazendo a balança pender para o lado dos republicanos.

Depois do triunfo, realmente, se não houve, tão súbito e tão grave, o perigo do desequilíbrio de direção pelo aparecimento de um ou mais grandes chefes vencedores – porque a evolução foi lenta e subterrânea – isso não afastou a realidade do advento de uma força no cenário do Brasil. Se a guerra não revelou o caudilhismo, isso indica, de uma parte, a consciência da supremacia da ordem civil, de outra parte os vínculos que uniam os chefes eminentes do exército aos partidos existentes: Caxias aos conservadores, Osório aos liberais, Gastão de Orleans ao poder moderador personificado no sogro (SODRÉ, 1998, p. 306).

Em 1870, importantes setores políticos e sociais emergentes passaram a “dar mais vazão aos anseios por reformas”. Lideranças criaram, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano, que lançou, em 3 de dezembro, o *Manifesto Republicano*, o qual continha um trecho que criticava asperamente a forma de governo vigente no Brasil:

Somos da América e queremos ser americanos. A forma de governo (a monarquia) é, na sua essência e na sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos. A permanência desta forma tem de ser forçosamente, além de origem de opressão no interior, a fonte perpétua de hostilidade e de guerras com os povos que nos rodeiam (apud RIBEIRO JR., IN: MOTA, 1974, p. 160).

O Manifesto era uma clara referência ao deslocamento no qual vivia o Brasil, como único país monárquico do continente americano, inteiramente republicano. Tirando esse aspecto, como revela Ribeiro Junior, o Manifesto foi “tímido e moderado – muito dentro do espírito da época” (IN: MOTA, 1974, p. 160), pois, apesar de defender “o princípio da *soberania do povo* como fonte legítima do poder (...), a instauração da República e a adoção do sistema federativo, com um Senado de mandato temporário”, não preconizava “a via revolucionária para a realização de seus fins”, e sim “o esclarecimento da população sobre as vantagens de tais propostas, de modo a sensibilizar e mobilizar a opinião pública e o Parlamento em favor da causa republicana”. Era a prevalência, uma vez mais, da “velha lógica liberal: cumpre realizar logo as reformas para prevenir a revolução” (BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 267).

No mesmo ano, fundou-se o Partido Republicano, oficializado em 1873, na Convenção de Itu. Segundo Iglesias (1993, p. 181), ventos externos sopram favoravelmente à implantação de um regime republicano: “O ano de 1870 assinala a queda do Segundo Império francês, em reforço do antimonarquismo”. Mas a impopularidade da Monarquia brasileira atingiu o ápice devido a três fatores: atrito com os latifundiários donos de escravos (após a libertação dos escravos, em 1888); conflitos com a Igreja (após a prisão dos bispos do Pará e de Olinda); desentendimentos com os militares (após as punições aplicadas aos oficiais Sena Madureira e Cunha Matos). O choque com os latifundiários, com a Igreja e com o Exército retiraram a base de sustentação da Monarquia brasileira, que caiu a 15 de novembro de 1889.

Na década de 1880 o movimento republicano ganhou impulso, com a adesão de comerciantes, industriais, intelectuais, latifundiários, militares e da classe média. Os militares mereceriam um capítulo a parte quando o assunto é crítica ao regime monárquico. O descontentamento deles com o Estado monárquico acirrou-se na década de 1880 e atingiu o ápice em 1887 com a fundação do Clube Militar, que reuniu vários setores do Exército insatisfeitos com o tratamento dado pelo governo às questões salariais. Antes os jovens oficiais, empolgados com os princípios da filosofia positivista, já haviam rompido com a Monarquia. Os militares do exército aderiram à pregação positivista então em voga na Escola Militar.

O ensino ali ministrado gira cada vez mais em torno de questões políticas que técnicas. Instaura-se o *militarismo*, comum nas repúblicas vizinhas: ele mudará o regime em 1889, com atuação crescente no governo (...). Começou no Império, no seu final, o conflito entre o soldado e o civil, ou entre o *ardado* e o *casaca*. O positivismo quer a ditadura republicana. Mais uma originalidade brasileira, pois na Europa aquele pensamento não se dá bem com as Forças Armadas, apesar do acento autoritário de Augusto Comte (IGLESIAS, 1993, p. 182).

Muitas províncias aderiram ao movimento republicano. A centralização, que contara sempre com o apoio das forças dominantes em períodos distintos, “estava em agonia”, caía “como um fruto demasiado maduro”. O ideal republicano era mais forte em São Paulo, e “sem o apoio pouco restava ao império para ajudá-lo na sua luta” de manter o unitarismo político-administrativo (SODRÉ, 1998, p. 292-293). As regiões cafeeiras, como São Paulo, novo “pólo dinâmico da economia” brasileira e suas “necessidades de expansão (...) contidas pela rígida centralização monárquica”, lutavam “pela autonomia regional de modo a promover ligações diretas dos Estados com o mercado internacional sem injunções da União” (SOUZA, IN: MOTA, 1974, p. 164). No Rio de Janeiro e nas outras províncias, o movimento republicano se limitava às cidades e ainda era forte o apelo monárquico. Estas características guardam relação próxima com a origem social dos indivíduos que ingressaram no movimento republicano. No Rio de Janeiro “predominavam os indivíduos provenientes das camadas médias urbanas, particularmente intelectuais e profissionais liberais”, e poucos fazendeiros, enquanto entre os paulistas predominavam “os proprietários rurais, especialmente os cafeicultores” e uma quantidade significativa de profissionais liberais, “mas com muito menor peso político em relação aos fazendeiros ou em comparação ao que o mesmo grupo detinha no Rio de Janeiro” (BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 268).

O movimento republicano criou “clubes e jornais por todo o país”, mas não “chegou a cristalizar-se em um partido unificado em escala nacional, verificando-se, antes, a permanência de núcleos regionais, com interesses muitas vezes específico (...)” (BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 289). É possível, no entanto, apresentá-lo em dois grupos: os revolucionários e os evolucionistas. Estes pretendiam chegar ao poder pela via eleitoral; aqueles, através de uma revolução.

Propostas encaminhadas pelo visconde de Ouro Preto tenderam a imobilizar os republicanos. Porém, a falta de diálogo do governo com os militares foi fator decisivo desencadeamento “dos

acontecimentos que levaram irresistivelmente à República num processo quase instantâneo e descontrolado” (LOPEZ, 1993, p. 99).

1. O movimento republicano no Rio Grande do Norte

Uma sistemática propaganda republicana no Rio Grande do Norte data de 1851, quando o jornal *Jaguarari*, dirigido por Manuel Brandão fazia eco aos incipientes ideais republicanos defendidos no centro-sul do país. Depois, Joaquim Fagundes José Teófilo fundou, em 1874, a revista *Eco Miguelinho*, já no período de maior organização do núcleo republicano na província. Entretanto, o movimento republicano só tomou impulso a partir de 1870, com a participação de expressivas lideranças políticas e econômicas.

Em 30 de novembro de 1871, senhores de engenho, fazendeiros e comerciantes, entre eles Antônio Basílio, Manuel Januário Bezerra Montenegro e outros, enviaram ao Clube Republicano um documento através do qual declaravam o intuito de aderir ao movimento republicano, acirrando a oposição ao republicanismo na província, representada pelos partidos Conservador e Liberal, e os seus respectivos órgãos de imprensa, *A Gazeta de Natal* e o *Correio de Natal*. A fragilidade desses dois partidos, principalmente do ponto de vista ideológico, facilitou o desenvolvimento dos ideais republicanos no Rio Grande do Norte.

Com uma economia instável, dependente e fraca, e uma sociedade agrária e patriarcal não é de estranhar a conturbada e desorganizada vida política do Rio Grande do Norte na segunda metade do século XIX. Segundo Almir Bueno (2002, p. 46-48), os partidos políticos eram um “ajuntamento de parentes, compadres, agregados e clientes”, não se constituindo em “instituições representativas de setores sociais determinados”. As lutas políticas eram encarniçadas entre liberais e conservadores e, desde 1888, o Partido Liberal e o Partido Conservador reivindicavam vitória nas urnas para preenchimento das vagas da Assembléia Provincial.

O movimento republicano só apresenta músculos fortes no centro-sul do país, “particularmente no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul”, apresentando mesmo nessas províncias “diferenças marcantes quanto a sua composição social, à forma de luta e mesmo ao seu conteúdo político-ideológico” (BASILE, IN: LINHARES, 2000, p. 268). Como em quase todas as províncias do norte do Brasil, o movimento republicano no Rio Grande do Norte era fraco. No Nordeste a elite agrária manifestava o seu descontentamento com o governo monárquico, acusando-o de privilegiar o sul e esquecer o norte. Assim, de acordo com Monteiro (2000, p. 161), “à força do republicanismo no Sudeste somou-se a falta crescente de apoio à Monarquia no Nordeste”. Paulistas e fluminenses, da rica região cafeeira, pontificavam junto ao imperador. Senhores de engenho e do algodoal ficaram relegados ao segundo plano (SODRÉ, 1998, p. 293). Mas a questão era mais conjuntural e associada a interesses contrariados, não se constituindo em nada ameaçador para as instituições monárquicas. Segundo Bueno (2002, p. 58), tirando Pernambuco, quase nenhuma província do norte do Brasil teve um movimento republicano coeso e consolidado, ainda que tivessem ocorrido

algumas iniciativas para divulgar idéias republicanas na província norte-rio-grandense durante os anos 70, levadas a cabo quase sempre pelo bacharel pernambucano Joaquim Teodoro Cisneros de Albuquerque (1835-1914), então exercendo a magistratura no Rio Grande do Norte, foram efêmeras e isoladas.

Diz Bueno (2002, p. 59) que somente na década de 1880, com a difusão das idéias abolicionistas, é que novos temas políticos e sociais vieram à baila no Rio Grande do Norte. Entretanto, temas explosivos como a abolição da escravidão e o nascente movimento republicano praticamente só chamavam a atenção dos filhos da elite agrária e comercial local “que passavam pelas escolas superiores de Medicina e Direito, de Pernambuco e do Rio de Janeiro, centros de circulação e debates de idéias, e que ocupavam os cargos públicos da província” (MONTEIRO, 2000, p. 161).

Não é de estranhar que o movimento republicano norte-rio-grandense tenha tido como um de seus principais próceres Janúncio da Nóbrega Filho, um legítimo da boa cepa de potentados rurais seridoenses, estudante de Direito em Recife e redator do “Manifesto Republicano”, publicado n’O Povo, jornal de Caicó, em abril de 1889, e fundador, juntamente com seus irmãos e outras eminentes figuras caicoenses, do “Centro Republicano Seridoense” (MONTEIRO, 2000, p. 161-162).

O outro pólo do movimento republicano no Rio Grande do Norte era Natal. Segundo Bueno (2002, p. 63-64), Natal não “manifestava sentimentos profundos de aversão à Monarquia”, tendo recebido calorosamente o conde D’Eu em agosto de 1889. Mas, a despeito da aceitação ou da passividade dos natalenses em relação à Monarquia, coube a João Avelino, abolicionista e republicano, em contato com “republicanos norte-rio-grandenses há muito radicados na Corte” a criação, no final da década de 1880, de “um movimento republicano mais organizado no Rio Grande do Norte”.

Outra importante liderança republicana no Rio Grande do Norte foi o médico Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, membro de uma das mais importantes famílias da província. Antes mesmo da fundação do Partido Republicano norte-rio-grandense (27 de janeiro de 1889), Pedro Velho, instado por Tobias Monteiro,¹ no mesmo mês de agosto da visita do conde D’Eu a Natal, “chefiar o republicanismo local” ao qual se filiou e assumiu a liderança em dezembro de 1888, constituindo-se num de seus principais próceres na província (BUENO, 2002, p. 66). O jornal, A República, fundado por Pedro Velho em 01 de julho de 1889, publicava matérias que atacavam a monarquia e enaltecia os ideais republicanos.

A notícia da proclamação da República chegou ao Rio Grande do Norte através de um telegrama enviado por José Leão Ferreira Souto à direção do Partido Republicano.

Após a proclamação da República, Pedro Velho recebeu um telegrama de Aristides Lobo, um dos principais articuladores da queda da monarquia, conclamando-o a assumir a chefia política e administrativa do Rio Grande do Norte, anulando a pretensão dos membros do Partido Liberal de ficar a frente do Executivo da província, através de Antônio Basílio Ribeiro Dantas. No dia 17 de novembro de 1889, Pedro Velho assumiu o posto de Presidente do Rio Grande do Norte, tendo sido logo substituído por Adolfo Gordo. Após a substituição de Pedro Velho, o Rio Grande do Norte passou por um período de instabilidade política, com a posse e o afastamento de sucessivos presidentes.²

¹ Tobias do Rego Monteiro, segundo Bueno (2002, p. 65), de importante e tradicional família norte-rio-grandense, era jornalista e funcionário público, radicado no Rio de Janeiro. Foi um dos incentivadores de Pedro Velho, de quem posteriormente divergiu e rompeu.

² Após Pedro Velho, presidiram o estado: Adolfo Gordo, Xavier da Silveira, João Gomes Ribeiro, Manuel do Nascimento Castro e Silva, Amintas Barros, José Inácio Fernandes Barros, Francisco Gurgel de Oliveira, Miguel Joaquim de Almeida Castro, uma Junta Governativa composta por três membros, e Jerônimo Américo Raposo da Câmara.

2. As novas bases do poder oligárquico

A transição do Império para a República foi a primeira grande mudança de regime político ocorrida no Brasil desde a proclamação da independência. Lideranças republicanas de perfil mais reformador pretendiam que a mudança de regime político tivesse como resultado uma maior participação da população na vida política brasileira. Como registra Maria do Carmo Campello de Souza (IN: MOTA, 1974, p. 163), a implantação de um regime federativo, republicano e que garantisse a ampliação do regime representativo são os caminhos por onde busca trafegar a Primeira República. No entanto, as novas formas de governo (republicana) e de Estado (federação) trouxeram poucas mudanças para a maioria da população, pois a maior parcela das lideranças republicanas, incluindo os militares, não estava disposta a oferecer às camadas populares o direito a participação política. Permaneceu o modelo de exclusão política praticado desde a independência. A condução do processo político era executado pelas oligarquias estaduais. Os métodos utilizados nas eleições permaneceram os mesmos: a fraude e a violência.

Após o dia 15 de novembro de 1889, entraram em confronto três projetos distintos de República: o democrático, o militar e o oligárquico. Os militares foram os responsáveis pelos acontecimentos que precipitaram a proclamação da República e eram favoráveis à implantação de uma ditadura militar, com um governo forte e reformista. Os oligarcas, por sua vez, defendiam uma República que garantisse autonomia aos estados, controlados pelas elites políticas locais (grandes proprietários de terras). O grupo democrático, formado por uma parcela dos grupos médios urbanos, teve poucas oportunidades de pôr em prática o seu projeto político. Os três projetos desaguaram na discussão acerca da forma de Estado. A questão básica é a organização federativa, “tendendo ora ao predomínio da União, ora ao dos estados, ou unionistas e federalistas” (IGLESIAS, 1993, p. 199). Em junho de 1890 foram convocadas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, que confirmou, com a promulgação da Constituição de 1891, o projeto político das oligarquias estaduais, principalmente a cafeicultora, garantindo a descentralização política-administrativa e uma maior autonomia estadual, porém com algumas restrições, como assinala Francisco Iglesias:

Os unionistas, liderados pelo ministro Rui Barbosa, foram vitoriosos. (...) A atribuição de tarefas e recursos acirrou os ânimos, sobretudo quanto às rendas – as da União e as dos estados. A fórmula vitoriosa atentou mais para o poder central que o dos estados. (...) Adotou-se um federalismo mitigado, não um federalismo sem peias, como era pedido pelos positivistas da bancada do Rio Grande do Sul (1993, p. 199-200).

Segundo Souza (IN: MOTA, 1974, p. 164), a proposta de constituição de uma federação surgiu “em atendimento às necessidades de expansão e dinamização da agricultura cafeeira”. Logo, a ação do Estado republicano no período 1889-1930 correspondia “ao desenvolvimento e às necessidades do novo setor da economia”.

Apesar de acabar com o voto censitário, a grande maioria da população foi mantida afastada do processo político, pois a Constituição proibia os analfabetos, as mulheres, os membros regulares de ordens religiosas, os praças militares de votar. Mesmo o aparato legal permitindo o funcionamento de um regime democrático, os grupos dirigentes brasileiros não compartilhavam o poder político com ninguém. Ainda que pregasse a instituição de uma democracia liberal, a elite política “agia de modo que a participação política se restringisse a seus representantes” (SOUZA, IN: MOTA, 1974, p. 167). Dessa forma, aproximadamente 95% da população ficou excluída das eleições. Além disso, a Constituição de 1891 concedeu grande autonomia aos estados (como passaram a se designar as antigas províncias), fortalecendo as oligarquias agrárias estaduais, que controlavam as eleições nas

unidades federadas, principalmente após a distorção do federalismo, “sobretudo depois de 1898, como se demonstra na análise da conhecida política do presidente Campos Sales” (IGLESIAS, 1993, p. 200). As oligarquias mais poderosas (São Paulo, Minas Gerais e, depois, Rio Grande do Sul) monopolizavam o poder a nível federal.

No período monárquico, o Brasil foi governado por uma família, a Família Real, apoiada pelos grupos políticos estabelecidos nas províncias. Com a proclamação da República, o poder político passou a ser diretamente exercido por várias famílias espalhadas pelos estados da federação. Como os conflitos entre os grupos oligárquicos estavam aumentando de intensidade, cuja consequência imediata era o fracionamento do Congresso, o presidente Campos Sales consolidou o poder das oligarquias estaduais, instituindo um pacto intra e inter-oligárquico, conhecido como Política dos Governadores. Campos Sales decidiu garantir “o suporte das grandes bancadas de Minas, São Paulo e Bahia”, mudando o Regimento Interno da Câmara e impondo ao Congresso um certa linha de conduta na fase de reconhecimento dos poderes” (SOUZA, in: MOTA, 1974, p. 183).

Por esse pacto, as oligarquias estaduais davam total apoio ao governo federal, e este, em troca, comprometer-se-ia a não intervir nos estados, deixando as oligarquias governá-los como lhes conviesse.

Os estados protagonizavam esta política. De acordo com Campos Sales, era dos estados que se governava a República, naqueles encontrava-se a política nacional. A filosofia que norteou sua adoção fundamentava-se no princípio da troca de interesses, na qual os estados, por intermédio de seus representantes no Congresso, dariam apoio ao governo da União e esta asseguraria a plena autonomia dos estados (PENNA, 1991, p. 90).

A mudança de regime político, como dissemos anteriormente, não trouxe mudanças significativas para a sociedade brasileira, que durante a Primeira República estava desigualmente dividida entre a cidade e o campo, “com uma população na maioria analfabeta, pobre e desassistida em tudo, sem saúde e sem escolas, marginalizada do processo social” (IGLESIAS, p. 205). Enquanto o país passava por um processo relativamente rápido de urbanização, a esmagadora maioria da população ainda vivia no meio rural ou em cidades que tinham pouco de vida urbana, completamente submetida aos interesses dos grandes proprietários rurais. Os governos republicanos não expressavam os anseios da sociedade. Os trabalhadores rurais tinham vínculos muito próximos aos fazendeiros, devendo-lhes favores. Não eram poucas as lideranças políticas estaduais que deviam a sua carreira a *coronéis*. Ademais, segundo Maria do Carmo Campello de Souza,

o quadro político republicano não deve ser entendido como uma série de momentos de suposta luta entre interesses contraditórios do setor exportador e urbano interno. Ligado umbilicalmente à economia cafeeira, crescendo à sombra de sua política econômica-financeira, o setor interno não apresentava qualquer oposição fundamental à estrutura vigente que levasse seus representantes a tentativas de superá-las. Como a evolução do sistema industrial se faz nitidamente vinculada à economia exportadora, surge como problema o estabelecimento de eventual diferenciação ideológica entre seus representantes. A análise da política republicana se torna mais frutífera na medida em que se questiona a natureza e o significado dos laços de solidariedade existente entre a estrutura agrária e a urbana nascente (IN: MOTA, 1974, p. 165).

As oligarquias mais ricas, principalmente as de São Paulo e Minas Gerais, passaram a se revezar no governo federal. As menos poderosas participavam do governo federal como “sócias” menores e controlavam politicamente os seus estados de origem. No nível municipal, o *coronel*, grande proprietário de terras, controlava as eleições, obrigando os eleitores a votar nos candidatos indicados pela oligarquia estadual. Como o voto era aberto, os capangas dos coronéis pressionavam os eleitores, impedindo-os de votar na oposição. Outros artifícios utilizados pelos coronéis eram a compra de votos e a fraude eleitoral. Quando todos esses mecanismos falhavam, entrava em ação a Comissão de Verificação de Poderes, “controlada” pelo Presidente da República, que impedia a diplomação dos eleitos pela oposição (degola).

As oligarquias norte-rio-grandenses também se utilizavam da violência e das fraudes para vencer as eleições. Os líderes políticos estaduais ordenavam às lideranças municipais a utilização de atas falsas, o alistamento de eleitores mortos ou ausentes, a proibição do alistamento aos eleitores da oposição, etc.

Utilizando-se desses artifícios, as oligarquias estaduais mantiveram-se no poder por mais de 30 anos, sem maiores sobressaltos, subvertendo o regime republicano, pois evitavam a rotatividade no poder, elemento essencial da democracia. Os conflitos que ocorreram nesse período foram decorrência de disputas entre as próprias oligarquias.

O Rio Grande do Norte no período da República Velha (1889-1930) foi controlado politicamente por duas oligarquias: Albuquerque Maranhão e Bezerra de Medeiros. Esta defendia os interesses econômicos dos grupos ligados à atividade algodoeira; enquanto aquela, envolvida desde o início do povoamento e colonização do Rio Grande do Norte com os interesses do açúcar, defendia a atividade açucareira.

Os eleitores pouco ou nada podiam fazer para mudar a situação. Os fazendeiros controlavam com mão de ferro os eleitores nos municípios em que eram senhores. Ferreira (1992) conta uma história que retrata a que ponto os grupos oligárquicos dominavam a vida política estadual. Aldo Fernandes, que se tornou assessor de interventores e governadores, lhe confidenciou que, depois de diplomado pela Faculdade de Direito do Recife, recebeu o convite do governador Juvenal Lamartine, pouco antes da Revolução de 1930, para candidatar-se a deputado estadual. Alegando precisar, para isso, “entrar em entendimentos com os chefes políticos do interior”, recebeu uma resposta tranquilizadora do governador: “Não se incomode. Deixe isso comigo”. Passados alguns dias, viu estampado n’A República: “Realizaram-se, ontem, em todo o Estado, as eleições para a Assembléia Estadual. O pleito decorreu na mais completa ordem”, e logo abaixo “uma relação de telegramas de prefeitos de algumas cidades, todos mais ou menos iguais: “Presidente Juvenal Lamartine: comunico que eleição se realizou sem incidentes. Bem votados os nossos candidatos. Oposição não compareceu”. Aldo Fernandes fez a sua estréia “de braços cruzados, sem despender um só tostão”, elegendando-se deputado estadual (FERREIRA, 1992, p. 11-12).

No pleito de 1890, que elegeria os constituintes federais, Pedro Velho deu o primeiro passo para consolidar a sua liderança, reunindo os vários núcleos republicanos do estado. Num trabalho politicamente bem urdido, Pedro Velho reuniu quase todas as grandes lideranças políticas do estado no Partido Republicano. Foram lançados como candidatos ao Senado: o líder seridoense José Bernardo de Medeiros, Amaro Cavalcanti e um parente de Pedro Velho, José Pedro de Oliveira Galvão. Para deputado federal, os liderados de Pedro Velho também fizeram maioria. A oposição foi praticamente aniquilada no estado. Aquela eleição praticamente reafirmou o que se configurava desde o final da década de 1880, com a consolidação do Partido Republicano como a mais forte agremiação partidária do Rio Grande do Norte e a confirmação do prestígio político e eleitoral de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, eleito pelo voto direto deputado federal e, posteriormente, a 28 de fevereiro de 1892, Presidente do Rio Grande do Norte, pelo Congresso Estadual. Há de se ressaltar, porém, que os

redutos eleitorais restringiam-se a alguns municípios da região litorânea, por onde se espalhavam seus familiares. O grande contingente eleitoral encontrava-se no sertão do Seridó e oeste do estado. E no final do século XIX, 95% da população norte-rio-grandense era interiorana, o que demonstra o imprescindível apoio dos caciques municipais a Pedro Velho (MARIZ; SUASSUNA, 2002, p. 204).

A aliança com os caciques do interior, José Bernardo (Seridó) e Francisco Gurgel (Mossoró), sofreu um pequeno abalo quando, em abril de 1892, o grupo seridoense abriu uma dissidência no Partido Republicano do Rio Grande do Norte ao se aproximar do presidente Floriano Peixoto, o que manteve Pedro Velho, presidente do estado, sob constante ameaça de deposição armada (BUENO, 2002, p. 130).

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão governou o Rio Grande do Norte em dois momentos: o primeiro (de 17 de novembro a 06 de dezembro de 1889), quando assumiu provisoriamente pouco após a proclamação da República, em substituição ao tenente-coronel Antônio Basílio Ribeiro Dantas; o segundo (de 28 de fevereiro de 1892 a 31 de outubro de 1895), quando foi eleito pelo Congresso Legislativo, em 1892.

Os dezenove dias em que esteve provisoriamente a frente dos destinos do estado do Rio Grande do Norte, Pedro Velho pouco pôde fazer. O período é marcado pelos atritos entre ele e os republicanos históricos, alijados que foram da equipe de governo. A equipe montada era composta por indivíduos da mais alta expressão política e cultural, mas que tinham como traço político marcante o anti-republicanismo. Quando tentava acomodar republicanos na equipe de governo, Pedro Velho foi substituído por Adolfo Gordo, um paulista de Piracicaba.

À demissão de Pedro Velho seguiu-se um conturbado e instável período político, com o Rio Grande do Norte sendo dirigido, no curto espaço de tempo de dois anos e três meses (novembro de 1889 a fevereiro de 1892), por oito governadores e uma Junta Governativa.³

Com a eleição de Pedro Velho⁴ pelo Congresso Legislativo, crescia o poder de pressão da família Albuquerque Maranhão e começava no estado uma campanha de nepotismo sem precedentes. Pedro Velho conseguiu a indicação e, depois, a eleição do irmão Augusto Severo para deputado federal; nomeou seu irmão Alberto Maranhão Secretário do Governo; seu primo João Lira Tavares foi nomeado Chefe dos Correios no estado. Mas também não há dúvida, é fato, que a eleição de Pedro Velho permitiu ao estado do Rio Grande do Norte gozar uma certa estabilidade política.

O Legislativo estadual era dominado pela oligarquia Albuquerque Maranhão. Nas eleições para o Senado e Câmara Federal, os Albuquerque Maranhão elegeram a maioria dos representantes do estado àquelas casas legislativas. Demonstrando uma considerável força política no cenário nacional, a oligarquia Albuquerque Maranhão conseguiu a nomeação de Amaro Cavalcanti como Ministro da Fazenda do governo de Prudente de Moraes.

³ Governaram o Rio Grande do Norte, segundo Itamar de Souza (1989, p. 217-226), no período: Adolfo Gordo (30/nov/1889 a 08/fev/1890); Joaquim Xavier da Silveira (10/mar/1890 a 19/set/1890); João Gomes Ribeiro (08/nov/1890 a 06/dez/1890); Manuel do Nascimento Castro e Silva (07/dez/1890 a 03/mar/1891); Francisco de Amintas Barros (03/mar/1891 a 13/jun/1891); José Inácio Fernandes Barros (13/jun/1891 a 06/ago/1891); coronel Francisco de Oliveira (06/ago/1891 a 09/set/1891); Miguel Joaquim de Almeida Castro (09/set/1891 a 28/nov/1891); Junta Governativa (28/nov/1891 a 21/fev/1892), formada por pedrovelhistas: Cel. Francisco de Lima e Silva (presidente) Manuel do Nascimento Castro e Silva e Joaquim Ferreira Chaves.

⁴ A eleição de Pedro Velho representou a consolidação da máquina oligárquica que dominou o Rio Grande do Norte durante toda a República Velha. O vice-presidente de Pedro Velho era Silvino Bezerra de Araújo Galvão, irmão do coronel José Bezerra, principal chefe político do Seridó. Lembramos que durante a República Velha o Rio Grande do Norte foi chefiado pelos Albuquerque Maranhão e, posteriormente, pelos Bezerra de Medeiros.

Segundo Souza (1989, p. 226-227), a marca do governo Pedro Velho não foi a realização de obras materiais, e sim “a organização em todos os setores” da atividade do estado, implementando uma série de medidas como o estabelecimento do Corpo Militar de Segurança e a Guarda Republicana, a regularização do processo eleitoral, a regulamentação da instrução primária e secundária; instituiu o Serviço Sanitário do Estado, aumentou a arrecadação, regulamentou o Batalhão de Segurança e a Secretaria do Governo, consolidou a legislação sobre o governo e a divisão dos municípios, organizou a legislação sobre as terras, instalou o Tribunal de Justiça e instituiu o montepio dos funcionários estaduais (pedra fundamental da previdência social no Rio Grande do Norte).

Mas se é fato que Pedro Velho foi o “Organizador do Estado Republicano”, no dizer de Cascudo (Apud SOUZA, 1989, p. 227), é igualmente verdadeiro que foi Pedro Velho quem liderou politicamente um grupo que deturpou e subverteu os ideais republicanos, arraigando a “corrupção inerente à prática oligárquica”, através de medidas que beneficiavam somente ao seu grupo político, notadamente à sua família. Foi Pedro Velho, por exemplo, quem

conseguiu a aprovação de um decreto de 1890, elevando a 10% o imposto de importação de açúcar, nacional ou estrangeiro, favorecendo a produção açucareira dos engenhos dos Albuquerque Maranhão, na medida em que dificultou a concorrência que lhes podia ser feita pelo produto importado. A família, porém, não descuidou da parte de seus negócios que diziam respeito ao comércio: no mesmo ano, o governo contratou Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, pai de Pedro Velho, para a construção de uma estrada, com mão-de-obra de retirantes da seca de 1889-90, que, partindo da capital, dirigia-se à Casa Comercial fundada por seu avô e administrada por seus descendentes, em Macaíba. Nem mesmo o sal escapou: Adelino Maranhão, irmão de Pedro Velho, conseguiu tornar-se o arrematador do imposto sobre esse produto (MONTEIRO, 2000, p. 168).

Apesar de ter montado a primeira máquina oligárquica no Rio Grande do Norte, Pedro Velho não a fez sem percalços, como mostra Almir Bueno (2002, p. 160-162), descrevendo os atritos entre o chefe da oligarquia Albuquerque Maranhão e José Bernardo, principal líder político seridoense, motivado pela insistência do chefe do clã Maranhão em indicar o irmão Augusto Severo para concorrer à Câmara Federal, nas eleições de 22 de maio de 1892. Inconformado com a atitude, José Bernardo solicitava ao governador Pedro Velho o cumprimento de compromissos e exigia “lealdade e gratidão para com correligionários tão fiéis como os do Seridó, sem os quais Pedro Velho não teria sido eleito”. Como o governador ignorou o pedido e insistiu na indicação do irmão, Janúncio da Nóbrega interpretou o gesto “como sendo ‘a primeira manifestação de oligarca que se fazia na República, com deturpação de princípios republicanos’, precipitando o rompimento, que José Bernardo não pôde mais evitar”, desgastando a imagem de Pedro Velho e isolando-o politicamente no estado e em nível nacional até o final do seu mandato.

Outro fator que desgastou politicamente Pedro Velho foi, segundo Mariz e Suassuna (2002, p. 210), a eleição que renovaria um terço do Senado em 1893. Segundo os autores, o presidente

Floriano Peixoto apoiava como candidato Amaro Cavalcanti, político de sua confiança, de grande saber jurídico e financeiro e que se destacava nas grandes discussões (...) pela competência. O chefe do governo estadual indicou e elegeu Almino Álvares Afonso para a vaga do senado. Esse seu comportamento político fez com que passasse a ser apontado como oligarca, ocasionou o desentendimento e rompimento com o bloco do Seridó, liderado por José Bernardo de Medeiros.

Em 1895 foi realizada, no Rio Grande do Norte, a primeira eleição direta que escolheria o chefe do Executivo estadual. Escolhido por Pedro Velho, o desembargador Ferreira Chaves venceu com facilidade a eleição e, como fiel aliado da família Albuquerque Maranhão, continuou a obra do seu padrinho político, ou seja, continuou com a política de favorecimento do grupo político ao qual pertencia.

O apoio de Pedro Velho foi de grande importância para assegurar a vitória de Ferreira Chaves sobre o opositor José Moreira Brandão Castelo Branco. Segundo Mariz e Suassuna (2002, p. 211), a indicação de Ferreira Chaves pelo Partido Republicano do Rio Grande do Norte para governar o estado contrariava “os anseios dos chefes municipais que esperavam a indicação de um nome da região sertaneja”. Como retribuição, o seu governo, que se estendeu de 1896 a 1900, participou de todos os conchavos montados por Pedro Velho.

Ferreira Chaves fez algumas obras importantes durante o período em que esteve a frente dos destinos do estado: construiu açudes no interior (em Martins e em Pau dos Ferros), iniciou a construção do Teatro Carlos Gomes e fez reparos em alguns importantes prédios públicos.

Um momento dramático do seu governo foi o crescimento, em 1898, do movimento messiânico na Serra de João do Vale (município de Campo Grande), que desorganizava a vida produtiva naquela região, tendo em vista os sertanejos abandonarem os seus afazeres para acompanhar o agricultor místico Joaquim Ramalho. Itamar de Souza (1989, p. 230) descreve os detalhes da origem daquele movimento, uma espécie de Canudos norte-rio-grandense:

Durante o seu governo, assumiu proporções alarmantes o movimento de fanáticos na Serra de João do Vale no município de Campo Grande (...). A trajetória de Canudos estava bem viva na memória coletiva da nação brasileira. As autoridades locais, assombradas (...), temiam que este movimento messiânico fosse a repetição de Canudos e surgisse, no sertão potiguar, um novo Antônio Conselheiro (...).

Em 1898, na Serra de João do Vale, Joaquim Ramalho, agricultor robusto e de tendências místicas, certo dia agonizou no pátio da casa, jogou-se ao chão e começou a cantar hinos religiosos. No dia seguinte, repetiu-se a mesma cena. A notícia espalhou-se veloz por toda a redondeza. Gente de toda parte acorreu ao local para ver a novidade. Cessada a hipótese de doença, surgiu o espírito do Vigário Velho de Triunfo, Pe. Manuel Bezerra Cavalcanti, ora o espírito do Vigário de Macau, Pe. Manuel Fernandes, ambos falecidos e muito estimados naquelas freguesias.

Como lembrou Câmara Cascudo, “o arraial crescendo, crescendo. A vida sendo desorganizada derredor. Trabalhadores e vaqueiros largavam o serviço para andar cantando com uma vela na mão, atrás de Joaquim Ramalho, vestido num chambre branco de chita”.

Atendendo às solicitações dos fazendeiros, comerciantes e lideranças políticas da região, Ferreira Chaves nomeou o tenente Francisco Cascudo para combater os fanáticos. Em agosto o tenente Cascudo chegou a Campo Grande e, após entendimentos com as lideranças locais, saiu com a tropa em busca dos beatos, os quais prenderam sem grande resistência. Joaquim Ramalho e seu auxiliar, de nome Sabino, entregaram-se. Os seus “discípulos” debandaram, pondo fim ao movimento messiânico que durara aproximadamente dois anos. O tenente Cascudo praticamente não teve resistência, prendeu os líderes do movimento e os encaminhou para a delegacia de Mossoró (SOUZA, 1989, p. 230).

Segundo Denise Monteiro (2000), o tenente Francisco Cascudo é um exemplo claro de como as relações pessoais eram o elemento mais importante no sistema de poder oligárquico:

Francisco Cascudo foi nomeado para o Batalhão de Segurança do estado por Pedro Velho em 1892. Depois de obter promoções, deixou a vida e a atividade militar em 1900 e enriqueceu como comerciante, no que muito lhe favoreceu a obtenção do monopólio do comércio da carne verde na capital do estado, concedido por Alberto Maranhão, em seu segundo mandato. Foi um dos acionistas iniciais do primeiro banco criado no estado, em 1905, o Banco de Natal (MONTEIRO, 2000, p. 172).

Num golpe de casuísmo político, típico do sistema oligárquico, a Constituição Estadual, que impedia a candidatura de menores de 35 anos para a Presidência ou Vice-Presidência do estado, foi reformada para permitir a candidatura de Alberto Maranhão, então com 26 anos.⁵ Beneficiado pela alteração constitucional de 1898 (que diminuiu de 35 para 25 a idade mínima para alguém se candidatar a Presidente do estado), Alberto Maranhão foi eleito Presidente do Rio Grande do Norte. A mudança veio a beneficiar, também, posteriormente a Tavares de Lyra, candidato à sucessão de Alberto Maranhão.

Alberto Maranhão assumiu o governo do Rio Grande do Norte em 1900. Fez uma administração medíocre e fútil, não realizando praticamente nada de importante, praticando um nepotismo nefasto e promovendo festas no Palácio do Governo (Palácio Potengi). As poucas obras públicas realizadas eram feitas sem concorrência, e quase sempre contratadas pelo arquiteto Herculano Ramos e pelo major Theodósio Paiva, funcionário do Tesouro. A única obra de relevância no seu governo foi a conclusão do Teatro Carlos Gomes (Teatro Alberto Maranhão), iniciada na gestão de Ferreira Chaves, inaugurado “no dia 24 de março de 1904, véspera do término do seu mandato”. O material utilizado para a sua construção “era fornecido por Fabrício Gomes de Albuquerque Maranhão, irmão do governador” (SOUZA, 1989, p. 231-232).

Foi no seu governo que surgiu a questão dos limites fronteiriços entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, que disputavam uma área litorânea, na qual se desenvolvia a produção salineira e as “oficinas”.⁶ Ceará e Rio Grande do Norte não tinham as suas fronteiras demarcadas. Quando foram fundadas charqueadas em Mossoró e em Açu, criou-se uma rivalidade com as “oficinas” cearenses. As *oficinas* do Rio Grande do Norte foram praticamente extintas, criando-se um monopólio cearense das charqueadas. Somente o Ceará ficou produzindo carne seca. Para isso, entretanto, era necessário o sal norte-rio-grandense. Para resolver o problema dos produtores cearenses, foi sugerido que os limites de Aracati fossem estendidos, invadindo territórios do Rio Grande do Norte, o que só seria possível com a concordância das vilas limítrofes, do lado norte-rio-grandense da fronteira. Mesmo sem a concordância de Assu e Aquirás (CE), o juiz (ouvidor) Manoel Rademaker entregou os territórios potiguares à vila de Aracati, criando um sério problema fronteiriço, que só seria definitivamente solucionado no início do século XX.

Mesmo após a concessão dos territórios ao Ceará, os limites continuaram sem ser demarcados, o que levou o governo cearense a impetrar uma ação no Supremo Tribunal, solicitando a marcação das fronteiras. A elevação de Grossos (área pertencente ao Rio Grande do Norte) à vila, em 13 de julho de 1901, foi estopim da crise, pois a elevação foi decidida pelo Legislativo cearense e sancionada pelo Presidente do Ceará, Pedro Augusto Borges. Incontinenti, o presidente do Rio Grande do Norte Alberto Maranhão protestou, inclusive enviando tropas para o local, mesma atitude tomada pelo governo cearense. Prevaleceu, entretanto, a resolução pacífica, através de arbitramento, favorável ao Ceará.

⁵ A Assembléia Legislativa, presidida por Fabrício Gomes de Albuquerque Maranhão, irmão de Pedro Velho, alterou o artigo 28, 4º parágrafo, da Constituição Estadual, que não permitia a eleição de menores de 35 anos de idade para Presidente ou Vice-Presidente do Estado, abrindo o caminho para a candidatura de Alberto Maranhão que tinha à época 26 anos de idade.

⁶ Fazendas de gado nas quais se produzia carne de sol. Nasceram no sertão intimamente ligadas à nascente e crescente indústria salineira.

Não satisfeito com a resolução, o ex-governador do estado, Pedro Velho, convidou o grande jurista baiano Rui Barbosa (auxiliado por Tavares de Lyra) para defender a causa nordestino-grandense, a qual obteve êxito, como atestaram as decisões do juiz Augusto Petrônio. Estava definitivamente resolvida a questão de limites entre Rio Grande do Norte e Ceará.

Alberto Maranhão foi substituído por Tavares de Lyra, primo e genro de Pedro Velho. Este assumiu o Executivo estadual, enquanto Alberto Maranhão foi eleito deputado federal, preenchendo justamente o lugar de Tavares de Lyra na Câmara de Deputados. Permaneceu inalterado o quadro político no estado, a oposição continuava amordaçada e a imprensa era sistematicamente perseguida, persistindo também a política de nepotismo. O *Diário do Natal*, principal jornal oposicionista, crítico feroz de Pedro Velho e seus parentes e correligionários “que o sucederam no Governo do Estado, aos quais não dava tréguas, imputando-lhes violentas acusações” noticiou na forma de versos satíricos a chegada de Tavares de Lyra: “Sim, senhor, eis que chega o Lyra / Do Alberto sucessor / Terceiro da dinastia / Do oligarca Senador. / Vão assim os oligarcas / Uns nos outros se encanando / E os destinos da terra / De uma vez avassalando” (FERREIRA, 1992, p. 35).

Homem de vasta cultura, Tavares de Lyra tinha um lastro intelectual considerável quando assumiu o governo do estado. Deixou uma vasta bibliografia, aproximadamente uns “cinquenta trabalhos publicados, entre os quais se destacam importantes obras de História, com a *História do Rio Grande do Norte*, considerada seu caro-chefe” (SOUZA, 1989, 233-234).

Diz Tarcísio Medeiros (1973, p. 151) que Tavares de Lyra

fomentou a economia pública, interessando-se pela indústria do sal, canaveira e algodoeira, principais produções do Estado, na ocasião; sem olvidar a limpeza e saneamento dos seus vales e rios, a despeito de desenvolver-se a sua administração numa época em que uma devastadora seca flagelava a região nordestina. Para desenvolver as finanças e transações comerciais, fundou o Banco de Natal (...); para estabilidade dos outros dois poderes, construiu a sede do Tribunal de Justiça (hoje, Instituto Histórico) e a do Congresso Estadual (hoje, Tribunal de Justiça).

Em 1905, foi fundado o Banco do Natal (posteriormente batizado de Banco do Estado do Rio Grande do Norte – BANDERN), controlado pela família Albuquerque Maranhão. A maioria dos acionistas do banco era das famílias Albuquerque Maranhão e Lyra. As bases para o seu funcionamento foram dadas no governo de Alberto Maranhão, como esclarece Itamar de Souza (1989, p. 233), lembrando que foi a criação do Banco do Recife, em 1900, que mobilizou as classes produtoras do estado para criar aqui no estado uma instituição bancária. Monteiro (2000), afirma que o banco fundado no Rio Grande do Norte tinha

o objetivo de fornecer empréstimos de capital aos proprietários rurais, visando promover a economia agroexportadora do estado. Seu capital inicial foi formado com o dinheiro do Tesouro Estadual e de 133 acionistas privados. Dentre esses, “22 eram da família Albuquerque Maranhão e Lyra, os quais detinham 31,7% das ações” (MONTEIRO, 2000, 172-173).

O nepotismo e a truculência caracterizaram as administrações estaduais durante a República Velha. O governo de Tavares de Lyra não foi diferente, tendo em vista a pressão exercida sobre a oposição, com o empastelamento de dois jornais (*Diário do Natal* e *Gazeta do Comércio*) e as agressões físicas distribuídas pela polícia (nada menos que dezesseis oposicionistas foram espancados). Mas, sem dúvida, o seu governo foi rico em realizações: iniciou o processo de

urbanização de Natal, com a construção da praça Augusto Severo e a pavimentação de várias ruas da cidade, além de ter investido na iluminação a gás acetileno.

O final do século XIX e o início do século XX foram traumáticos para o Nordeste em virtude do flagelo da seca. O Rio Grande do Norte foi assolado por grandes secas nos anos de 1898, 1900 e 1904 (SANTOS, 1994, p. 115). As de 1900 e 1904 foram as piores. Conforme Cascudo (1984), o último ano do século XIX “é um dos anos anotados no martirologio das secas nordestinas. Muita gente abandonou o Estado, indo cortar borracha nos seringais amazonenses”, mas é a seca de 1904 a que mais castiga o homem do campo, com um prejuízo incalculável.

Até julho 15.647 emigram, 12.684 para o norte e 2.936 para o sul. São os braços mais fortes (...). Vão para o Amazonas, roteiro do Acre, abrir picadas e conquistar terras para o Brasil.

Os auxílios da União (...) [são] apenas o pagamento do cerimonial das exéquias. Quem salva a situação é o sal (CASCUDO, 1984, p. 420).

É a extração salineira que garantia a renda do Rio Grande do Norte, pois contribuiu com mais que o dobro do auxílio encaminhado pela União.⁷ Citando vários estudiosos, o historiador Francisco Carlos de Oliveira de Sousa, num trabalho que nasce para ser um clássico da historiografia potiguar, faz um breve passeio sobre as condições que garantiram ao Rio Grande do Norte a primazia na produção salineira. O relevo de consistência impermeável entre a foz do rio Açu e a do rio Mossoró, que garante a “exposição da água do mar à ação do sol e do vento em tanques rasos, cuja concentração crescente da solução provoca a solidificação e formação de cristais do sal” além dos “reduzidos índices pluviométricos anuais, geralmente abaixo dos 400 mm” reforça o perfil favorável à produção de sal (SOUSA, 2008, p. 66). O referido autor, no entanto, afiança que outros motivos foram igualmente importantes para que houvesse maior exploração comercial do sal a partir da segunda metade do século XIX, quando em 1886 o governo monárquico tributou o sal estrangeiro.

O protecionismo alfandegário deu renovado ânimo à incipiente indústria salineira, contribuindo para sua expansão, “estendendo-se as salinas de Macau sobre vinte quilômetros de comprimento por quatro de largura”. Já no início do século XX, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, as salinas do Estado atingiram expressivos níveis de produção. Contudo, a consolidação da indústria salineira potiguar só ocorreu no intervalo que vai de 1930 ao final dos anos 1950 (SOUSA, 2008, p. 68).

Segundo Itamar de Souza (1989, p. 234), a seca fez vir para Natal mais de 15.000 flagelados, quando a população da cidade era de aproximadamente 16.000 habitantes. Com auxílio do governo federal, o governo de Tavares de Lyra “organizou quatro comissões em torno das quais se dividiram os flagelados” para trabalharem em obras pela capital do estado. Assim, o governo estadual utilizou os flagelados da seca na construção da Estrada de Ferro Central, que ligava Natal a Ceará Mirim, na construção da Praça Augusto Severo e na pavimentação de algumas ruas (avenida Rio Branco e outras) de Natal. Ainda assim o quadro era crítico, com a ocorrência de saques no comércio local e, até mesmo, na casa do governador.

⁷ Segundo Câmara Cascudo (1984, p. 421), a União ajudou o Rio Grande do Norte com 297:881\$890, e a receita do sal foi de 634:373\$322. Assim, diz Cascudo: “Foi o reinado do sal. De 1896 a 1905 o sal contribuiu, nos direitos de exportação com 2.756:971\$812. O algodão ficara com menos de 50%, no mesmo período. 1.141:219\$146, e o açúcar fechava a raia, com 540.315\$320.

Em 1906, ao completar dois anos de governo, atendendo um convite do Presidente da República Afonso Pena, quando de sua visita a Natal, Tavares de Lyra afastou-se do governo do estado e assumiu o cargo de Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Assumiu o Vice-Presidente Manoel Moreira Dias, que convocou eleições para preencher o cargo, sendo eleito Antônio José de Melo e Sousa.

Antônio Sousa realizou poucas obras físicas, pois além do tempo reduzido que governou o estado, havia poucos recursos para ser empregados. Entre as suas poucas realizações, podemos destacar a recuperação do cais Tavares de Lyra e colocação de iluminação a gás acetileno em algumas ruas de Natal; no interior, mandou desobstruir os canais do vale do Ceará-Mirim. A preocupação maior do governador era com a educação pública, como podemos conferir através de Mensagem lida na Assembléia Legislativa (apud SOUZA, 1989):

Não é fácil encontrar na Capital, e muito menos no interior do Estado, indivíduos com idoneidade precisa que, mediante os insignificantes vencimentos que se lhes atribuem, tomem o mínimo interesse por altíssima função de ensinar. E cumpre ver ainda que, além de mal pagos, (...) essa insuficiente remuneração anda sempre atrasada e o professor, não tendo recursos materiais que lhe permitam utilizar descansadamente o pouco que sabe, vai negociar, vai fazer roçado ou ainda, recorrer a expedientes que a necessidade sugere a quem não muito raramente atinge as fronteiras da mendicidade (apud SOUZA, 1989, p. 236).

Homem de letras – escritor, jornalista e professor –, Antônio de Souza tinha consciência da importância da educação para a superação da pobreza em que vivia a população do estado. Mas, saliente-se, tirando a preocupação inscrita na Mensagem, pouco ou nada fez para reformar a estrutura educacional do Rio Grande do Norte.

A principal marca política do governo de Antônio de Souza foi a alteração constitucional que permitiu o aumento do mandato de governador, preparando o retorno e a longa permanência de Alberto Maranhão, agora chefe do clã Albuquerque Maranhão,⁸ no Executivo estadual.

A família Albuquerque Maranhão faz-se presente na administração estadual novamente com Alberto Maranhão, que governou o estado de março de 1908 a dezembro de 1913. Livre da tutela de Pedro Velho, realizou um governo pleno de realizações do ponto de vista administrativo, como enfatiza Medeiros (1973, p. 151), associando à imagem de Alberto Maranhão realizações sócio-culturais, nas áreas da saúde e educação públicas.

Modernizou o ensino primário, estabelecendo como principal meta a construção de um grupo escolar em cada sede de comarca e uma escola mista em diversos municípios do estado. Auxiliado pelas administrações municipais, Alberto Maranhão estendeu a rede primária a todo o estado. Em Natal, inaugurou o grupo escolar Frei Miguelinho.

Foi na segunda administração de Alberto Maranhão que Natal ingressou no século XX, tendo em vista a quantidade de obras modernizadoras executadas na cidade. Foram implantadas linhas eletrificadas na Cidade Alta, Alecrim, Tirol e Petrópolis, possibilitando o funcionamento, para esses bairros, dos bondes elétricos; mandou construir um prédio no Baldo para abrigar os motores da Usina Elétrica Oitizeiro; substituiu o encanamento de água da cidade, instalou a rede telefônica, mandou reformar e ampliar a Vila Cincinato (residência oficial do governador). No seu governo, a cidade conheceu um acentuado crescimento econômico, com a construção de fábricas de gelo, de cerâmica, câmaras frigoríficas, etc.

⁸ Pedro Velho de Albuquerque Maranhão faleceu no dia 09 de dezembro de 1907, na vigência do mandato de Antônio de Souza. Alberto Maranhão assumiu o leme da oligarquia.

Na área da saúde pública, construiu os edifícios do Hospital Juvino Barreto (hoje Onofre Lopes) e do Isolamento dos Tuberculosos, além de ampliar o edifício do antigo Lazareto da Piedade, onde foi instalado o Asilo dos Alienados.

Mas foi no campo das artes e das letras que a administração de Alberto Maranhão se destacou. Vieram a Natal muitos artistas nacionais e internacionais, jovens talentos tiveram abertas as portas do jornal *A República* para expor seus talentos literários; além disso, o governo legou ao estado uma lei que garantia a publicação, às custas do Tesouro, de livros de autores potiguares ou não que despertassem grande interesse cultural. Ainda no seu governo, alterando-se e ampliando-se o projeto do arquiteto Herculano Ramos, foi concluída a reforma do Teatro Carlos Gomes.

Em relação ao interior do estado, a administração de Alberto Maranhão preocupou-se, sobretudo, com a integração dos municípios. Com esse objetivo, mandou construir mais de três mil quilômetros de estradas carroçáveis, além da tentativa de tentar estabelecer colônias agrícolas na região de Baixa Verde.

Apesar de ter feito uma administração rica em realizações e obras, Alberto Maranhão deixou o governo do estado com as contas em desordem: excesso de funcionários e atraso no pagamento dos mesmos (cinco meses de atraso). Além disso, insistiu nos vícios característicos do predomínio oligárquico, administrando as finanças do estado em benefício de familiares e amigos, como explicita Itamar de Souza ao discorrer sobre as condições de um empréstimo contraído no exterior, a banqueiros franceses, no valor de 350 mil libras esterlinas (5 mil contos de réis), “amortizáveis em 37 anos, a razão de meio por cento por semestre, e a juros de 5% ao ano”. Tendo acesso ao dinheiro, o governador “contratou a empresa Valle Miranda & Domingos Barros (sendo este último genro de Fabrício Maranhão, irmão do Governador e Presidente do Congresso Legislativo)”, por 900:000\$000, para fazer as seguintes obras em Natal: a construção de usina elétrica para iluminar Natal; instalação de bondes elétricos; saneamento e abastecimento de água; fábrica de produção de tubos de esgotos; remoção de lixo e sua incineração; construir um balneário na praia da Ponta do Morcego; instalação de câmaras frigoríficas. O governo do estado também assinou um contrato com a empresa F. Sólon & Cia, pertencente ao “Cel. Francisco Sólon, sócio-gerente da Fábrica de Tecidos⁹ da viúva D^a Ignês Barreto, irmã e sogra do Dr. Alberto Maranhão”, no mesmo valor de 900:000\$000 para estabelecer uma Colônia Agrícola e um Campo de Demonstração Agrícola no vale do rio Potengi (SOUZA, 1989, p. 237-238).

Mariz e Suassuna (2002, p. 231) chamam a atenção para o fato de que a eleição, em 1912, do deputado federal oposicionista Augusto Leopoldo da Câmara, significa a primeira fissura no predomínio político da oligarquia Albuquerque Maranhão e pavimenta o caminho que iria desaguar na campanha política do ano seguinte.

A campanha de 1913 foi a primeira com forte apelo popular no Rio Grande do Norte. Era a época das *Salvações*, e o capitão José da Penha procurou desestabilizar a oligarquia Albuquerque Maranhão, lançando a candidatura de Leônidas Hermes, filho do Presidente da República, Hermes da Fonseca. Segundo Monteiro (2000, p. 173-174), a oposição ao governo de Alberto Maranhão não representava ruptura com o modelo político, econômico e social vigente no estado. Diz a historiadora que, sentindo-se incomodado com presença de José da Penha, a oligarquia Albuquerque Maranhão, aliada às lideranças políticas do Seridó, lançou a candidatura do ex-governador Ferreira Chaves, e fez uso da violência contra a oposição, “impedindo comícios, fechando jornais de oposição e provocando tiroteios nas ruas”, o que garantiu a eleição do candidato da oligarquia dominante para mais uma gestão (MONTEIRO, 2000, p. 174). O cientista político e professor José Spinelli (1996),

⁹ Segundo Itamar de Souza (1989, p. 238), a Fábrica de Tecidos estava em situação difícil, hipotecada à firma Pereira Carneiro & Cia. E para liberá-la da hipoteca, era preciso uma injeção de dinheiro fácil”, conseguida, de acordo com o Diário do Natal, jornal de oposição ao governo de Alberto Maranhão, ‘o Dr. Alberto facilitou o empréstimo de 900 contos para os Srs. Solon & Cia. pagarem a Pereira Carneiro duzentos e tantos contos...’

apesar de reconhecer o caráter anti-oligárquico da campanha de José da Penha, apontando-o como o primeiro a tentar mobilizar as massas e a denunciar o patrimonialismo que viceja no aparelho estatal, argumenta que ele não estende “sua crítica ao Estado Nacional, no qual inclusive pretendia se apoiar”. As suas críticas, diz Spinelli, fez emergir “todos os poderes do arsenal repressivo.” Completamente isolado, “sem apoio, humilhado, tiroteado, o capitão Penha não resistiu e se retirou do Estado” (SPINELLI, 1996, p. 21).

A estratégia de José da Penha fracassou graças a intervenção do senador gaúcho Pinheiro Machado que, aproveitando-se de suas (de Pinheiro Machado) ligações políticas junto a Hermes da Fonseca, impediu o lançamento da candidatura de Leônidas Hermes, facilitando a vitória de Ferreira Chaves e domínio político da oligarquia Albuquerque Maranhão.

Ao assumir, Ferreira Chaves (candidato do grupo Albuquerque Maranhão à sucessão de Alberto Maranhão, mesmo contra a vontade deste) procurou fazer um governo austero, visando equilibrar o orçamento estadual: demitiu funcionários, reduziu subvenções e suprimiu gratificações, além de anular alguns contratos celebrados no governo de Alberto Maranhão, por considerá-los lesivos aos cofres públicos.

Objetivando incrementar a economia do estado, incentivou a industrialização, concedendo isenção fiscal aos empresários que investissem no setor industrial; restaurou a liberdade de comércio no setor salineiro, o que aumentou as exportações do setor, bem como a arrecadação de impostos. A sua grande obra, entretanto, foi a construção da Estrada de Automóveis Seridó, facilitando o deslocamento para aquela sub-região do estado. À margem da estrada foi instalada uma linha telefônica. Ainda no interior, intensificou o combate ao banditismo, prendendo mandantes e executores de crimes, além dos coiteiros. Em Natal, a gestão de Ferreira Chaves também foi positiva. Instalou o Corpo de Bombeiros, urbanizou a cidade, calçando e arborizando as ruas, ampliou as dependências do Hospital Juvino Barreto, edificou o prédio da antiga Escola Doméstica, etc.

Mesmo com os percalços advindos das secas de 1915 e 1919 (aumento do banditismo) e da Primeira Guerra Mundial (queda nas exportações), a administração de Ferreira Chaves (1914-1920) teve mais aspectos positivos do que negativos. Na sua segunda gestão a frente do Executivo estadual, Ferreira Chaves, auxiliado por José Augusto (Secretário Geral), nomeou os principais assessores do governo e elaborou o plano de governo, desmontando a base política de sustentação da oligarquia Albuquerque Maranhão e deslocando o centro político do estado do litoral para o interior, como reflexo do deslocamento do eixo econômico, fruto da crise da economia açucareira e do ressurgimento do algodão como novo pólo da economia norte-rio-grandense.

Foi eleito governador, para um mandato de quatro anos¹⁰, Antônio José de Melo e Sousa. E essa nova gestão de Antônio de Sousa a frente do Executivo estadual foi marcada pela ênfase dispensada às áreas educacional (com a construção de 54 escolas primárias), de saúde pública (com a criação de laboratórios, serviços de profilaxia, etc), e de agricultura (Diretoria Geral de Agricultura e Obras Públicas).

Com o intuito de preencher as vagas no magistério estadual, criou em Mossoró uma Escola Normal Primária, que se encarregou de preparar professoras para o ensino primário; foi criada a Escola Profissional, onde eram ministradas aulas de serralheria, sapataria, funilaria, etc; criou a Escola de Farmácia, primeira instituição de ensino superior do estado; por último, fez funcionar o Grupo Escolar Augusto Severo.

Preocupado com a precariedade do estado sanitário no estado, foram reformados os serviços de Higiene e Saúde Pública, além de criados os Serviços de Profilaxia das Moléstias Venéreas e de Profilaxia Rural, um Posto Antiofídico, etc.

¹⁰ Ao final do seu governo, Ferreira Chaves conseguiu a redução do mandato de governador de seis para quatro anos.

Ao final do seu governo, surgiu uma ferrenha disputa intra-oligárquica visando a indicação para o governo do estado: primeiramente entre Ferreira Chaves e José Augusto; depois, entre Eloy de Souza e José Augusto. A intervenção do Presidente da República Artur Bernardes frustrou os planos de Ferreira Chaves de governar o estado pela terceira vez e sepultou as pretensões de Eloy de Souza, apoiado pelo governador do estado, Antônio de Souza, de ser o candidato oficial.

A sucessão de Antônio de Sousa dá indicações do esgotamento do sistema político oligárquico da região litorânea e agreste do estado, fato que culminaria, no final da década de 1920, com profundas “modificações na vida pública estadual através de mudanças na direção do Partido Republicano do Rio Grande do Norte e das lideranças locais”, quando José Augusto Bezerra de Medeiros, herdeiro político do Coronel José Bernardo de Medeiros, do Seridó, assumiu a direção do partido e transferiu o eixo político do litoral para o sertão seridoense” (MARIZ E SUASSUNA, 2002, p. 232). Essa transferência não representou uma ruptura com o modelo político e econômico vigente, pois seria mantido “o quadro da dominação econômica e social interna ao estado”, visto que permaneciam incólumes os mecanismos eleitorais do sistema coronelístico-oligárquico, como incólume “permaneceria o monopólio da propriedade da terra, base de sustentação dessa estrutura de poder” (MONTEIRO, 2000, p. 177).

A oligarquia do Seridó foi chefiada durante muito tempo pelo coronel José Bernardo. A sua morte em 1907 desarticulou parcialmente o sistema político por ele montado e, só anos mais tarde, exatamente em 1913, foi reestruturado por parentes fins, os jovens intelectuais José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria. O fato ocorre quando, contando com o apoio do caudilho gaúcho Pinheiro Machado, Ferreira Chaves, já bem próximo dos líderes seridoenses, cortou “as pretensões do governador Alberto Maranhão em impor um sucessor de seu círculo mais próximo. A partir daí, os ‘coronéis’ do Seridó e suas lideranças tiveram audiência privilegiada na formulação dos destinos políticos do Estado, o que ocorreu, mais uma vez de forma decisiva, em 1923-24, quando José Augusto assumiu o governo e a chefia partidária” (SPINELLI, 1996, p. 21).

A ascensão do grupo do Seridó ao poder no Rio Grande do Norte confirma a regra: os estados pobres da federação brasileira eram, em sua maioria, dominados por grupos familiares. Saiu a família Albuquerque Maranhão, entrou a Bezerra de Medeiros.

Eleito, José Augusto chefiou o Executivo estadual de 1924 a 1928 e fez um governo de pacificação e amplas realizações, pondo em prática uma nova política de reurbanização. Para tanto foi criada a Comissão de Saneamento de Natal, subordinada ao Departamento de Agricultura e Obras Públicas, sob a chefia do engenheiro Henrique Novaes, com a finalidade de estudar e elaborar um projeto de remodelação da cidade, ampliar os serviços de abastecimento d’água e da rede de esgotos.

Baseando-se nas reformas médicas e sanitárias implementadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, foi elaborado um grande programa de saúde pública, com a atuação de médicos, higienistas e sanitaristas, para atender especialmente à população pobre. A campanha visou especialmente o combate das principais endemias, promovendo a vacinação da população.

Procurou melhorar a iluminação pública (aquisição de máquinas para a Usina do Oitizeiro), o sistema de transportes (compra de bondes e aumento da linha férrea para os bairros do Alecrim e de Lagoa Seca) e as comunicações telefônicas (aumento do número de linhas).

Para reforçar o poder político e econômico do grupo político que lhe dava sustentação, passou a investir na melhoria da produção algodoeira e pecuária. Durante mais de vinte anos (1892 a 1924), a oligarquia Albuquerque Maranhão controlou com mão de ferro a política no estado. Durante esse período, os setores da economia mais favorecidos foram o açúcar e o sal, que tinham

a sua produção/extração concentrada no agreste e no litoral. Com a eleição de José Augusto, há um deslocamento do eixo político e econômico para o Seridó, área tradicionalmente algodoeira e criatória.¹¹

A década de 1920 coincide com o início da expansão do sistema fabril, o que favorece enormemente a produção algodoeira potiguar. Segundo Singer (apud MARIZ E SUASSUNA, 2002, p. 215), entre 1926 e 1930 o Rio Grande do Norte produzia 12,01% do algodão brasileiro. Diante disso, José Augusto procurou investir na melhoria da qualidade do algodão potiguar, criando o Serviço Estadual do Algodão, fazendas de sementes e a Estação Experimental do Seridó, como expõe a historiadora Denise Monteiro (2000):

A ascensão da oligarquia do Seridó implicou na elaboração e execução de uma política econômica para o estado que visava, essencialmente, favorecer a cotonicultura. Assim, na década de 1920, foram instalados o Departamento de Agricultura (1924), o Serviço Estadual do Algodão (1924) e o Serviço de Classificação do Algodão (1927), visando estes dois últimos melhorar a qualidade da matéria-prima produzida no estado (2000, p. 178).

A ação governamental para o setor algodoeiro consistia assim numa política de incentivo “para o desenvolvimento do setor de transporte, dos sistemas de açudagem, perfuração de poços, estabelecimento de colônias agrícolas e para o plantio e beneficiamento do produto”, definindo-se em três áreas de atuação governamental: a institucional, com execução de órgãos administrativos; a fiscal, com políticas de estímulo e desestímulo a uma maior produção; e por último, a técnica, que teria como ponto de partida a elaboração de estudos sobre a qualidade das sementes, sistema de plantio, zonas adequadas ao plantio, entre outras (MARIZ E SUASSUNA, 2002, p. 215).

José Augusto era reconhecido nacionalmente como um político ligado às questões de educação. Assim, as atenções do governo de José Augusto também se dirigiram para o setor educacional, área com a qual mais se identificava. Ainda assim, esse foi um setor que não teve um desenvolvimento dos mais relevantes. Mariz e Suassuna (2002, p. 220), afirmam que o Rio Grande do Norte patinava no quesito ensino e educação. No final da década de 1920 eram 412 escolas e 31.987 alunos para uma população de 537.135 habitantes, um percentual de somente 17,94% de alunos matriculados. Apesar disso, o governo de José Augusto fez as matrículas na rede escolar saltarem de 15.000 para 17.500. Essa meta foi atingida através da criação de Grupos Escolares e do auxílio aos estabelecimentos particulares.

As ações na área educacional da gestão de José Augusto estavam relacionadas, também, às mudanças políticas e sociais pelas quais passava o país, que começava a se industrializar e se ressentia da falta de mão-de-obra qualificada ou pelo menos com um mínimo de formação educacional. Com esse objetivo criou, com o apoio da Igreja Católica, a Universidade Popular, com atuação nos municípios de Natal, Touros e Goianinha. Também apoiou algumas ações em prol do operariado potiguar, como destaca Itamar de Souza (1989, p. 248):

O seu governo coincidiu com a organização acelerada da classe trabalhadora no Brasil e no Rio Grande do Norte. Sensível às aspirações do proletariado potiguar, procurou apoiá-lo reconhecendo como de utilidade pública as suas associações e subvencionando as suas escolas primárias. O ponto alto deste apoio foi, sem dúvida, a eleição para a Assembléia Legislativa do gráfico José Estevão Gomes da Silva, em 6 de junho de 1926 (SOUZA, 1989, p. 248).

¹¹ Mais da metade da renda do estado, na época, vinha do imposto cobrado sobre a exportação do algodão.

Por vezes, o governo de José Augusto e o do seu sucessor, Juvenal Lamartine, recorriam à violência para controlar as manifestações operárias, sendo comuns os espancamentos, as prisões arbitrárias, a destruição de sedes de associação, etc. Entretanto não era somente através da violência que o governo tentava controlar o movimento operário. A criação da “Universidade Popular”, como citada anteriormente, com a participação da Igreja Católica, tinha como objetivo ministrar “palestras para os trabalhadores sobre temas como ‘o alcoolismo’, ‘a fé católica’ e os ‘heróis do Rio Grande do Norte” (MONTEIRO, 2000, p. 187-188).

Denise Monteiro (2000, p. 184-186) afirma que a utilização do algodão como matéria-prima nas indústrias locais ensejou o funcionamento de pequenas fábricas de óleos vegetais extraídos do caroço do algodão e pequenas empresas fabris. O surgimento de fábricas trouxe à cena a classe operária que, para defender os seus direitos, criou as famosas “*Sociedades Mutualistas*”, “através das quais os trabalhadores se socorriam mutuamente em caso de doença, morte e acidentes”. Posteriormente foram criadas as “Ligas Operárias”, que pleiteavam melhores condições de vida e trabalho. Mas foi somente a partir da década de 1920 que os trabalhadores tiveram uma organização mais sistematizada de suas instituições representativas, “pois várias associações que tinham por base a categoria profissional dos associados passaram a ser fundadas, reunindo salineiros, estivadores, sapateiros, marceneiros, motoristas, pedreiros, comerciários, pintores, carteiros, funcionários públicos, etc.”

Analisando a administração de José Augusto, um estudioso da República Velha faz as algumas considerações favoráveis ao governador e algumas desfavoráveis. Diz Itamar de Souza (1989):

José Augusto não foi um grande administrador. Apesar de ser um paladino da educação, este setor não progrediu muito no seu governo. O fechamento da Escola de Farmácia por futricagem política é um ato inadmissível. Brilhou mais pelo aspecto político, por ser um governo liberal e tolerante com os adversários. Por isso, até hoje é lembrado como um democrata (SOUZA, 1989, p. 250).

Mesmo no aspecto político, é discutível a marca de liberal que foi colada à imagem de José Augusto. O próprio Itamar de Souza (1989) faz algumas ponderações:

Teria sido José Augusto um oligarca? Fez-se politicamente pelas mãos da oligarquia Maranhão. Daí porque não aceitou apoiar, em 1913, o Capitão José da Penha. À frente do Governo do Estado e do Partido Republicano Federal, José Augusto indicou para sucedê-lo, o seu parente Juvenal Lamartine. Ambos já preparavam a candidatura de Cristóvão Dantas, parente próximo, para governar o Rio Grande do Norte. Este projeto só não aconteceu por causa da Revolução de 30. O próprio José Augusto era neto e herdeiro político do Cel José Bernardo, da região do Seridó, onde ainda hoje os elementos que integram a classe dominante são todos aparentados (1989, p. 250).

Não resta dúvida que José Augusto procurou implantar uma poderosa oligarquia no estado. Conseguiu fazer o sucessor (o que não era novidade durante a República Velha), Juvenal Lamartine, e junto com este já planejavam a indicação e eleição de Cristóvão Dantas, como dito acima, fato que não se consumou devido à Revolução de 1930. O fato de se apresentar como um liberal e agir como um oligarca tira um pouco da aura liberal-democrata de José Augusto.

Juvenal Lamartine foi eleito em 1928 para um mandato de quatro anos. Porém, a Revolução de 1930 encerrou abruptamente o seu mandato, cortando-o pela metade. Segundo Itamar de Souza

(1989, p. 250-251), Juvenal Lamartine foi, juntamente com Alberto Maranhão, o governador mais criativo do Rio Grande do Norte durante a República Velha.

No seu governo, a ênfase foi dada à diversificação da produção agrícola do estado, tendo importado mudas de fumo, amoreira e laranjeiras; na pecuária, procurou melhorar geneticamente o rebanho bovino, criando com esse objetivo uma *estação de monta*, em Jundiá. Na área da saúde foram inaugurados o Leprosário São Francisco de Assis e o Edifício da Saúde, tendo sido essas as suas principais realizações na área de saúde pública. Na área financeira, salvou o Banco de Natal (nome que ele mudou para Banco do Rio Grande do Norte) da falência. Expandiu o banco em direção ao interior, através da abertura de agências nos principais municípios do estado. E, ainda, dando continuidade ao projeto governamental de José Augusto, investiu no setor educacional. A sua preocupação maior era com a educação popular, criando 49 escolas em vários municípios do estado e auxiliando vários estabelecimentos de ensino privado. Essas ações elevaram substancialmente o número de matrículas, de aproximadamente 17.500 para mais de 31.900 (SOUZA, 1989, p. 251-252).

Segundo Itamar de Sousa, um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento da economia norte-rio-grandense “era a falta de estradas para transportar o algodão e outras mercadorias do interior para os portos do litoral”. Com o objetivo de escoar a produção agropecuária do estado, Juvenal Lamartine construiu mais de 400 quilômetros de estradas, e pôs pontes e bueiros em algumas das principais rodovias estaduais, implementando uma política, em nível local, semelhante à adotada pelo presidente Washington Luís (SOUZA, 1989, p. 251-252).

O governo de Juvenal Lamartine coincidiu com a organização da aviação civil brasileira. O histórico de Natal nesse período é glorioso. Devido à sua privilegiada posição geográfica, Natal teve um papel fundamental nas travessias transoceânicas. Procurando desenvolver esse espírito aventureiro, foi criado o Aero-Clube de Natal e, no mesmo local, uma Escola de Aviação, chefiada por Djalma Petit, além de campos de pouso em vários municípios do estado. Voltaremos a esse tema com um pouco mais de profundidade.

A agitação política da década de 1920 espalhou-se por todo o país e por vários setores da sociedade, desembocando na Revolução de 1930. Juvenal Lamartine, ainda que amigo de Getúlio Vargas, chefe do movimento revolucionário e candidato derrotado nas urnas, apoiou abertamente a candidatura governista de Júlio Prestes. Após a vitória do movimento revolucionário, Juvenal Lamartine foi deposto e exilou-se na Europa, só retornando ao estado no governo de Rafael Fernandes.

Assim Denise Monteiro (2000), fazendo uso do texto de Marlene Mariz (A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte), descreve a queda do governador Juvenal Lamartine:

No Rio Grande do Norte, o governo do estado exercido pela oligarquia do Seridó apoiava o sistema de poder federal até então existente, isto é, a “política do café-com-leite” e não participou do levante de 1930. Mas também não defendeu, pelas armas, esse sistema de poder; pelo contrário, percebendo que o movimento sairia vitorioso, o governador Juvenal Lamartine refugiou-se em Paris. Dessa forma, as tropas de apoio à “revolução” vindas da Paraíba tomaram com facilidade o poder no Rio Grande do Norte. Seguiram-se dois dias de “agitação popular”, em que “a vida administrativa da cidade paralisou, o comércio fechou suas portas e as escolas deixaram de funcionar”, tendo sido “assaltadas e saqueadas as residências do ex-presidente Lamartine e de alguns de seus auxiliares e até mesmo o palácio do governo” (MONTEIRO, 2000, p. 191).

Segundo Mariz e Suassuna (2002, p. 239), o quadro de agitação política que se espalhava pelo país não afligia o governador Juvenal Lamartine que, confiante e tranqüilo quando ao restabelecimento da ordem pública, esperava ocupar um ministério no governo de Júlio Prestes. A eclosão do movimento de 03 de outubro sepultou as pretensões do governador potiguar e lançou-o no ostracismo político de onde praticamente nunca mais saiu.

3. Banditismo no sertão

A hegemonia das oligarquias políticas e o alijamento dos militares de tendência anti-oligárquica, permitiu que se desenvolvesse uma política abertamente favorável aos acordos de cúpula, elemento que caracteriza a cultura política das elites brasileiras (PENNA, 1999, p. 87).

O Brasil, da Primeira República, podia ser dividido em dois territórios: o Brasil urbano e o Brasil rural. Nos dois existia uma grande variação entre os extremos da população e nos dois crescia – e cresce – uma imensa massa de marginalizados. Talvez um dos problemas mais significativos “dentre os que evidenciaram a dicotomia existente na sociedade brasileira foi o do Messianismo”, típico fenômeno “do Brasil rústico, interiorano e atrasado” (LOPEZ, 1991, p. 29).¹² De meados para o fim do século XIX e primeiras décadas do século XX, essas variações sociais originaram diversas formas de revoltas e resistências da população: Guerras de Canudos e Contestado, Revoltas da Vacina e da Chibata, Revolta Caldeirão, Revolta do Juazeiro, etc. Esses movimentos de contestação mostram uma faceta mais radical no Nordeste, região que experimentou uma decadência econômica acentuada naquele período: crise da agroindústria do açúcar e declínio da pecuária. Some-se a esse quadro as constantes secas, como a de 1877, que estimulavam o êxodo dos sertanejos, que buscavam uma possibilidade de melhores condições de vida no centro-sul e no norte do país. A crise econômica e a onda de migrações do Nordeste para outras regiões afetou a estrutura de poder, pois diminuiu a massa de sertanejos manobrada pelos coronéis, mas ao mesmo tempo impulsionou os movimentos fanáticos e o banditismo rural (com a participação de cangaceiros e jagunços), freqüentemente vistos como formas de luta da população sertaneja contra os poderosos locais.

Ao fracasso em implementar “a República teórica, que não fora exequível” segue-se “a República que podemos ter” (CALMON, apud FACÓ, 1991, p. 81). Rui Facó (1991, p. 81) acrescenta que a implantação da República tal como ocorreu era um compromisso entre a aristocracia agrária e a burguesia ascendente, “com evidente predominância dos latifundiários, depois de Floriano Peixoto – a última tentativa séria e malograda para levar avante as mais radicais aspirações burguesas” (FACÓ, 1991, p. 81). O mesmo Facó lembra que esse

fracasso custaria caro ao povo. Sobre as massas camponesas iria recair o peso principal das dificuldades. Eram aquelas massas a grande força produtora. E uma vez que até bem pouco a produção agropecuária em algumas regiões (naquelas onde predominava antes o trabalho escravo) estava completamente desorganizada, muitas fazendas em ruínas, culturas abandonadas, carregavam os camponeses pobres o fardo mais pesado da atração dos negócios para as grandes cidades e a subsequente débâcle, resultante da fraqueza da burguesia brasileira.

As fazendas do Nordeste se despovoavam. Escasseavam os cereais, em que os Estados nordestinos tinham baseada sua frágil economia, além do açúcar (FACÓ, 1991, p. 81-82).

¹² O messianismo adquiriu, ao longo da história brasileira, outras feições que não a marcadamente sertaneja.

A historiadora Denise Monteiro expõe com precisão que, de fato, o êxodo não era a única forma de fugir da miséria, pois o banditismo rural serviu como válvula de escape.

As quadrilhas do século XIX permaneceram, originando o que ficou conhecido como “cangaço”. Nos anos de 1920, no Rio Grande do Norte, a repressão ao cangaço tornou-se uma grande preocupação do governo estadual, quando soldados foram enviados para as divisas do estado com a Paraíba e o Ceará.

Em muitos momentos o banditismo e o fanatismo religioso (principalmente o primeiro) puniram não somente os poderosos, mas a população pobre das áreas atingidas por esses fenômenos sociais. Os cangaceiros atacavam e saqueavam cidades, vilas, povoados e fazendas, matavam, soltavam os presos, estupravam, seqüestram com o objetivo de cobrar resgate. E faziam tudo isso indiscriminadamente, atingindo tanto os poderosos locais como a população carente. Muitas vezes, os bandos de cangaceiros cumpriam determinações dos *coronéis* que lhes davam proteção. Para Facó (1991, p. 45), tanto o cangaceiro como o fanático “eram os pobres do campo que saíam de uma apatia generalizada para as lutas que começavam a adquirir caráter social, lutas, portanto, que deveriam decidir, mais cedo ou mais tarde, de seu próprio destino. Não era ainda uma luta diretamente pela terra, mas era uma luta em função da terra – uma luta contra o domínio do latifúndio semifeudal”.

Nascido em Patu, em 1844 e morto num tiroteio em 1879, Jesuíno Brilhante foi sem dúvida o maior e mais famoso cangaceiro nascido no Rio Grande do Norte. Câmara Cascudo (IN: NONATO, 1998, p. 86) descreve romanticamente Jesuíno Brilhante:

Jesuíno Alves de Melo Calado foi o cangaceiro-gentil-homem, o boiadeiro romântico, espécie matuto de Robin Hood, adorado pela população pobre, defensor dos fracos, dos velhos oprimidos, das moças ultrajadas, das crianças agredidas.

Sua fama ainda resiste, indelével, num clima de simpatia irresistível. Certas injustiças acontecem por que Jesuíno não existe mais.

Uma justificação do prestígio natural de Jesuíno Brilhante para os sertanejos seria o horror ao ladrão. Não roubava e o seu bando era rigorosamente vigiado para respeitar o décimo Mandamento. Recebia o que lhe davam e às vezes pedia.

Era auxiliado pela multidão dos admiradores, nada lhe faltando e mesmo possuía recursos de lavoura e gado.

Os motivos que levam Jesuíno Brilhante, segundo Câmara Cascudo, a ingressar no cangaço são sobejamente conhecidos e vão repetir-se, em linhas gerais, com alguns que também fizeram fama, como Lampião, Corisco, Antônio Silvino, etc.:

A 25 de dezembro de 1871, Jesuíno fez a primeira morte. Matou a punhal o negro Honorato Limão, na Rua do Patu. A história era simples. Desaparecera uma cabra amarrada no pátio da casa do Tuiuí e Jesuíno rastejando descobriu o animal morto dentro de uma panela na casa dos Limões, família temida pelo número e agressividade dos seus membros. Os Limões juraram vingança e agrediram Lucas, irmão de Jesuíno, que fora visitar a namorada no Patu.

Jesuíno galopou até a rua, ouviu Honorato deblaterar, gabando-se da surra que dera no “amarelo de Tuiuí, convidando o povo a “beber a saúde do defunto”. Jesuíno apunhalou-o ajudado pelo primo Manuel Monteiro (apud NONATO, 1998, p. 87-88).

Como exposto acima, Jesuíno Brilhante era, de acordo com Câmara Cascudo, adorado pela população pobre, uma espécie de *Robin Hood*. Caiu na marginalidade após matar Honorato Limão, quando de uma discussão motivada por questões familiares. Outras mortes se sucederam, e Jesuíno Brilhante caiu definitivamente no cangaço, tendo sua figura ficado envolta em lendas e “causos” lembrados pela imaginação popular, como, por exemplo, a participação em diversas batalhas sem que tivesse levado um tiro, pois tinha o corpo fechado. Libertou presos de delegacias, assaltou caravanas que carregavam víveres que governo iria distribuir, doando-os aos flagelados da seca (justamente para quem se destinavam os víveres), casou moças ultrajadas. Segundo contam, sempre atacava a polícia, nunca a pobre e desprotegida população sertaneja.¹³

Antônio Silvino, Sinhô Pereira, Massilon e Lampião foram outros cangaceiros que tiveram atuação no Rio Grande do Norte. Sinhô Pereira de forma tímida; Lampião, por apenas uma vez, quando atacou a cidade de Mossoró; Massilon ou Benevides teve uma atuação destacada no estado, saqueou cidades e povoados, prendeu autoridades, comerciantes e soldados, sempre exigindo resgate para soltá-los. Contudo, a história do cangaço registra como principal feito de Massilon um erro: o convite para Lampião atacar Mossoró.¹⁴

Desde antes do governo de José Augusto que os cangaceiros freqüentavam e saqueavam estabelecimentos comerciais e rurais do Rio Grande do Norte. E entre esses cangaceiros, o que teve uma atuação mais destacada e duradoura no Rio Grande do Norte foi Antônio Silvino. Durante os seus 18 anos de cangaceirismo, Antônio Silvino praticamente atravessou o Rio Grande do Norte em paz. As suas andanças no Rio Grande do Norte limitaram-se mais ao Seridó e algumas cidades oestanas, como Alexandria e Campo Grande. Segundo Souza, Antônio Silvino andava com tranqüilidade pelo Rio Grande do Norte, “marchava sem destino”, pois a

polícia do Governador Alberto Maranhão parecia fazer vista grossa à presença da incômoda celebridade. Cruzando tabuleiros e carrascais Província adentro, a malta jamais encontrou soldados potiguares para combatê-lo. (...)

(...)

Enquanto o Governo potiguar não demonstrava interesse em dar cabo de Silvino, a Polícia paraibana – a seu turno – o procurava com avidez, embora sem sucesso. (DANTAS (a), 2006, p. 163-165).

Em 1926, houve três investidas de cangaceiros no estado, uma delas feita por Massilon, em Apodi. Naquele mesmo ano foi realizada, em Recife, reunião dos chefes de polícia dos estados nordestinos, a fim de acertarem ações conjuntas de combate ao banditismo rural. Na ocasião, o governador de Pernambuco, Estácio Coimbra, fez duras críticas à curta visão política dos coronéis do interior, que davam guarida aos bandos de cangaceiros, bem como a “determinados setores das oligarquias dominantes”, acusando-os “de complacência com bandos armados” (DANTAS, 2005, p. 33).

Antes de atacar Mossoró, Lampião ia ser usado para fustigar a vizinha Apodi, conforme plano dos coronéis cearenses Isaías Arruda e Décio Holanda. Sem poder usar Lampião, o chefe da empreitada foi o cangaceiro Massilon que, depois do saque e das manifestações de violência em Apodi, saiu fazendo tropelias pelas regiões vizinhas. (SOUZA, 2005, p. 39-51).

¹³ Sobre Jesuíno Brilhante ver: NONATO, Raimundo. Jesuíno Brilhante: o cangaceiro romântico.

¹⁴ O juiz de Direito e estudioso do cangaço, Sérgio Augusto de Souza Dantas, publicou recentemente, em 2005 e 2006, duas das mais importantes obras sobre o fenômeno no Rio Grande do Norte. “Lampião e o Rio Grande do Norte: a história da grande jornada” e “Antônio Silvino: o cangaceiro, o homem, o mito”. Ambas são referências obrigatórias a quem quiser se debruçar sobre a temática.

O ataque de Massilon ao município de Apodi deixou a vizinha Mossoró em polvorosa. O intendente Rodolfo Fernandes recebera carta do chefe político de Apodi, Francisco Ferreira Pinto, narrando os detalhes e os resultados da expedição do cangaceiro Massilon. A imprensa repercutia a invasão da cidade vizinha e apontava a possibilidade de os cangaceiros atacarem Mossoró, o que permitiu ao intendente municipal, Rodolfo Fernandes, convocar uma “reunião de urgência no Paço Municipal”, na qual os circunstantes foram chamados a atenção para os fatos recentes. Em uma semana, alertou Rodolfo Fernandes, “assaltos violentos ocorreram em pontos diversos dos dois Estados. A região paraibana assediada pelos criminosos situava-se na fronteira, às portas do Rio Grande do Norte” (DANTAS, 2005, p. 65-66).

Na última semana de maio de 1926, Lampião foi apresentado pelo coronel Isaías Cardoso ao também coronel José Cardoso e ao cangaceiro Massilon. Naquela oportunidade, Lampião e seu bando recuperavam-se de uma frustrada incursão à Paraíba. Discorram sobre o êxito dos ataques de Massilon e seu bando ao Rio Grande do Norte e fez-lhe injunções para que os incorporasse ao seu bando, ao que Lampião aquiesceu. Ao final da conversa, José Cardoso deu uma informação adicional acerca do Rio Grande do Norte: o interior do estado “era quase totalmente desprovido de policiamento” (DANTAS, 2005, p. 73).

Em 1927, Lampião atacou Mossoró, não sem antes encaminhar dois ultimatos prontamente rechaçados pelo intendente Rodolfo Fernandes. A atuação de Lampião foi relâmpago. Atacou algumas cidades e povoados, destruiu fazendas, deixando-as em ruínas, seqüestrou para exigir resgate e foi derrotado em Mossoró, onde perdeu um dos seus mais importantes e cruéis cangaceiros: Jararaca.

O combate não poderia ter sido mais desastroso para Lampião e apaniguados. Perderam os comparsas Colchete e Jararaca.

De igual forma contaram feridos. Virginio, cunhado de Lampião, tinha uma bala encravada na coxa esquerda. Às de Ouro sofria com ferimento no rosto. Um terceiro homem trazia profundo ferimento à altura do abdome, envolto em toalha tinta de sangue (sic).

(...)

O cortejo seguiu rumo ao Ceará (...). Marchavam pela estrada do fio, antigo caminho para a cidade de Limoeiro do Norte (DANTAS, 2005, p. 235-237).

A derrota em Mossoró é um marco na história do cangaço, pois representa o início da segunda fase da vida de cangaceiro de Lampião, na qual o rei do cangaço passou a atuar em outros estados, principalmente Bahia, Alagoas e Sergipe. Como aponta Dantas (2005), o bando de Lampião estava reduzido

a seis cangaceiros sujos, maltrapilhos, famintos, de repugnante aspecto.

A frustrada tentativa de invasão a Mossoró e o subsequente assédio de forças policiais – em virtude da violenta campanha desencadeada contra o cangaço – encerravam uma fase na carreira do cangaceiro de Vila Bela.

(...)

De quase setenta homens que congregava quando marchou sobre o Rio Grande do Norte, dispunha agora de cinco (DANTAS, 2005, p. 353-354).

Visando combater o cangaceirismo no estado, o governador Juvenal Lamartine, sucessor de José Augusto, encaminhava uma parcela significativa do orçamento à Polícia Estadual. Ressalte-se, porém, que nem toda ação da polícia visava combater os cangaceiros; não foram poucas as

vezes que o aparato policial foi utilizado de forma arbitrária para sufocar manifestações da oposição (MARIZ E SUASSUNA, 2002, p. 236).

4. Aviação: lampejo de modernidade

O Brasil merece um lugar na história da aviação, pois as glórias da invenção do avião recaem sobre os irmãos Wilbur e Orville Wright e sobre o brasileiro Alberto Santos Dumont.

Durante a Primeira Guerra Mundial, uma das grandes novidades do conflito havia sido a utilização ao avião. As grandes potências mundiais preocupavam-se em aperfeiçoá-lo, inclusive aumentando o seu poderio bélico. Esse aperfeiçoamento, entretanto, foi feito no entre-guerras. O grande desafio dos pilotos era a travessia do Atlântico. No Atlântico Norte essa travessia seria impossível, em virtude das grandes distâncias a serem percorridas, entre a Europa e as Américas do Norte ou Central, e da curta autonomia de vôo dos aviões da época. A solução seria a travessia no Atlântico Sul, pela África, seguindo a rota Dakar – Natal, obrigatória em todas as rotas de aviação.

Mas ainda antes das primeiras travessias do Atlântico, o Rio Grande do Norte já ocupava um papel de relevo na história da aviação, pois entre os grandes aeronautas do início do século encontra-se o norte-rio-grandense Augusto Severo, morto em Paris, num acidente, a bordo do balão “Pax”. Embora tenha o apelido de “o pioneiro esquecido”, Augusto Severo é relativamente bem conhecido no Brasil e no exterior, por seus estudos sobre vôos de balões e dirigíveis. Outros três norte-rio-grandenses também podem ser inscritos na história da aviação: João Meneses de Melo (sargento Meneses), Juvenal Lamartine de Faria e Fernando Gomes Pedroza. O primeiro, um militar que se destacava na aviação no Campos dos Afonsos, embora desconhecido no Rio Grande do Norte, chegou a ser homenageado na imprensa carioca na época (27/10/1920) do acidente que ceifou sua vida. Os outros dois foram possivelmente os maiores responsáveis pelo impulso que a aviação teve no Rio Grande do Norte, “culminando com a implantação do Campo de Pouso de Parnamirim, transformado depois na maior base aérea da América do Sul na Segunda Guerra Mundial”. Foram eles, um, Juvenal Lamartine, governador do estado, e o outro, Fernando Pedroza, na iniciativa privada, que uniram seus ideais e fundaram, em 29 de dezembro de 1928, o Areo Clube do Rio Grande do Norte, quando então existia no Brasil somente o Aero Clube do Rio de Janeiro (LAMARTINE, 1995, p. 19-20).

Desde 1922, quando o hidroavião “Sampaio Correa”, pilotado pelo cearense Pinto Martins, pousou nas águas do rio Potengi, Natal passou a fazer parte da “rota dos grandes ‘raids’ que envolviam a América do Sul”. Dessa forma, vários pilotos famosos na história da aviação passaram por Natal ou tiveram sua vida ligada à cidade. Natal acostumou-se “a ser sobrevoada por complicadas máquinas voadoras e seus corajosos ocupantes”, visto que a localização geográfica estratégica “motivava os homens da terra a se engajarem no movimento aeronáutico que se iniciava, apesar do ceticismo dos conservadores. Concomitantemente, o governo do estado construiu campos de pouso pelos vários municípios do interior e deu “apoio decisivo às companhias internacionais de transporte aéreo, a PANAM americana, a CONDOR alemã e a CGA (Compagnie Générale Aeropostale) francesa, que se instalaram em Natal, onde permaneceram até que a Segunda Grande Guerra interrompeu aqueles serviços (LAMARTINE, 1995, p. 23-28).

Essa efervescência atraiu grandes pilotos e aventureiros para Natal. Entre os mais importantes podemos citar:

- Jean Mermoz: piloto francês, que visitou Natal com frequência, a partir de 1930, quando inaugurou a travessia do Atlântico Sul conduzindo malas postais. De 1930 a 1936, Mermoz “conviveu fraternalmente com os natalenses”, montando inclusive residência em Natal, no cruzamento da rua Trairi com a Campos Sales (Vila Barros), onde descansava das “fatigantes travessias em aviões desprovidos de conforto e segurança” (LAMARTINE, 1995, p. 53).
- Sachet: piloto francês. Foi mecânico de vôo de Augusto Severo, junto de quem morreu no acidente do balão “Pax”, em 1902;
- Saint-Exupéry: piloto francês, autor de um dos livros mais lidos no mundo – *O Pequeno Príncipe*, foi muito mais um pensador do que um ás da aviação, muito embora tenha demonstrado grande habilidade na condução de todos os tipos de aviões surgidos na sua época. Segundo Pery Lamartine, ele “só esteve na América do Sul (morava em Buenos Aires) no período entre Outubro de 1929 e Janeiro de 1931, quando foi nomeado Diretor da Aeroposta Argentina, uma subsidiária da empresa francesa Latécoère”. É provável que suas ocupações na empresa o fizessem vir a Natal, porém não com muita frequência, dada a grande distância entre Natal e Buenos Aires (mais de 4.000 km) e a pouca potência dos aviões da época (1995, p. 65-67).
- Ferrarin e Del Prete: pilotos italianos, cujas presenças no Rio Grande do Norte são lembradas por um monumento de grande valor arqueológico: a Coluna Capitolina. Realizaram um dos maiores feitos da história da aviação: um vôo de 59 horas, de Roma ao Rio Grande do Norte (Touros), batendo o recorde de resistência;
- Paul Vachet: foi, no dizer de Carlos Peixoto (2003, p. 38-39), um segundo padrinho de Parnamirim.¹⁵ Esteve no Brasil desde 1925, abrindo rotas aéreas entre Buenos Aires e várias capitais brasileiras. Foi entre 1925 e 1927 o único representante da Latécoère na América do Sul.
- Ítalo Balbo: piloto italiano. Era Ministro da **Aviação** da Itália, quando aqui esteve à frente de uma esquadrilha.

A inauguração do Aero Clube de Natal, com dois aviões, pistas para pouso e uma escola de pilotagem, iniciou um período áureo na história da aviação para Natal. O governador Juvenal Lamartine ofereceu à nascente instituição

um edifício do Estado para servir de sede, um crédito de 200 contos de réis para a sua organização inicial e um terreno bastante amplo, na avenida Hermes da Fonseca, destinado a ser campo de decolagem e de pouso da referida entidade.

Ali foi criada a Escola de Aviação, dirigida pelo comandante Djalma Petit, Diretor Técnico do citado Aero Club, que preparou cinco pilotos de turismo. (...)

O Aero Club de Natal foi inaugurado oficialmente no dia 29 de dezembro de 1929 (SOUSA, 1989, p. 252).

¹⁵ Os outros dois padrinhos foram: 1) o capitão Luís Tavares Guerreiro (1881-1958), Comandante do 29º Batalhão de Caçadores do Exército instalado em Natal. Cascudo (apud PEIXOTO, 2003, p. 38), cita carta de Luís Tavares que conta como foi procurado por Alberto Roseli e pelo comerciante Manuel Machado. Ambos queriam que ele guiasse “o piloto francês Paul Vachet na procura de um terreno onde a Aéropostale instalaria o campo de pouso para ser a cabeça da linha transatlântica na América do Sul”; 2) o comerciante português Manuel Machado doou “uma área de mil metros quadrados (sic) a Paul Vachet, que depois fez nova escritura transferindo o terreno a CGA. Em troca, a M. Machado & Cia foi contratada para desmatar, limpar, nivelar e cercar o terreno onde seria construído o aeródromo (PEIXOTO, 2003, p. 37-43).

O funcionamento do Aero Clube e “a expansão das atividades da Aéropostale”, posteriormente absorvida pela *Air France* em 1933 exigiu a ampliação do campo de pouso de Parnarimim, em funcionamento desde 1927. Para garantir a instalação e a ampliação da Aéropostale no Rio Grande do Norte, o então governador José Augusto Bezerra de Medeiros encaminhou mensagem à Assembléia Legislativa, através da qual anunciava a construção de “uma estrada de rodagem, ligando Natal ao campo de aviação em Pitimbu”, estrada carroçável que saia “do caminho que levava ao porto dos Guarapes, em Macaíba, passava pelo engenho Pitimbu e acompanhava a linha férrea Natal/Nova Cruz, até o novo campo” (PEIXOTO, 2003, p. 44). Dois anos após o início das operações do campo de pouso do Pitimbu, ele “já era um dos melhores e mais bem equipados campos de pouso da Aéropostale, contando com torres de rádio, sinalização, hangares, oficinas, armazéns, poços artesanais e alguns chalés para hospedar os pilotos e as famílias dos funcionários da administração”, novos aviões eram testados e utilizados, “substituindo os agora antiquados *Lat-25*”. O percurso Natal-Dakar¹⁶ passou a ser um trajeto regular da aviação internacional (foram 18 travessias sem incidentes em 1934), sem contar a abertura de uma linha Natal-Buenos Aires. (PEIXOTO, 2003, p. 46-49), e foi primordial no esforço Aliado durante a Segunda Guerra Mundial, quando Natal (através do campo de pouso de Parnamirim) desempenhou, uma vez mais como ponto estratégico, papel de destaque no cenário internacional e na história da aviação. Além disso, como registra Pery Lamartine (1995, p. 183), o próprio esforço de guerra fez o governo brasileiro “investir na reserva aérea abrindo os Aero Clubes e oferecendo cursos de pilotagem subvencionados aos jovens pelo Brasil a fora” (sic).

¹⁶ O pesquisador e historiador Tarcísio Medeiros encontrou “provas de que o primeiro piloto a fazer a travessia aérea Natal/Dakar foi o australiano Bert Hikler, voando em um monoplano de fabricação *Pruss Moth*, equipado com motor *Gipsy de 120 HP*, prefixo GABXY, (...) na companhia solidária de um saquim comprado em Fortaleza, Ceará”.

CAPÍTULO II

RENASCE A REPÚBLICA

1. Ventos liberais

O período da história brasileira que vai de 1889 a 1930 é denominado República Velha ou 1ª República, e representou o predomínio das oligarquias mineira e paulista que se revezavam no poder. Bem ou mal, as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, auxiliadas pelas oligarquias das outras unidades da federação, mantiveram e até fortaleceram o seu poder até o início da década de 1920, quando a elite política do país, representada pelas oligarquias agrárias, fragmentaram-se, sucumbindo às transformações pelas quais passava o Brasil. Durante quase todo esse período, paulistas e mineiros conduziram a política nacional de acordo com os interesses dos setores cafeeiros, que pleiteavam intervenções estatais na economia visando a garantir uma valorização artificial do café.

Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto (2003, p. 393) dizem que a Constituição de 1891 concedeu ampla “autonomia aos estados, em detrimento dos municípios”, criando “um novo ator político – os governadores, que passaram a ser eleitos a partir das máquinas estaduais”. O enfraquecimento político dos coronéis (lideranças políticas municipais) ante os seus dependentes e rivais permitiu que o Estado expandisse “sua influência na medida em que diminuía a dos donos de terras”, o que gerou um acordo, através do qual “o poder público alimentava o poder local com uma autonomia extralegal em troca do voto do eleitorado rural, que, embora incorporado ao processo político com a supressão do critério censitário, permanecia dependente social e economicamente dos proprietários rurais”. Esse esquema, dizem as autoras, “minimizou os conflitos intra-oligárquicos, garantindo uma permanência mais duradoura das situações no poder, desde que atuassem em consonância com a situação federal”, mas

acabou dando forma a um federalismo desigual marcado pela preponderância de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul sobre as demais unidades da federação. Assim, no condomínio oligárquico em que se transformou a política brasileira, havia oligarquias de primeira e segunda grandezas, além dos chamados estados satélites.

Como resultado concreto desse modelo vigente durante grande parte da Primeira República, os conflitos políticos, embora não eliminados, foram minimizados e as sucessões presidenciais marcadas por disputas controladas, sendo o candidato da situação aquele que *a priori* tinha garantida sua eleição, salvo alguns momentos excepcionais, conforme na disputa presidencial de 1909-1910, que deu origem à Campanha Civilista.

Esse modelo apresentou as primeiras fissuras mais comprometedoras no início da década de 1920, “com a eclosão de graves conflitos no interior das oligarquias (FERREIRA e PINTO, 2003, p. 393). O esgotamento completo dessa política, no entanto, só efetivou-se no final da década de 1920, quando uma violenta crise do capitalismo fez balançar a base artificial sobre a qual se sustentava a lucratividade dos grandes cafeicultores. Concomitantemente, veio, em 1930, a questão da sucessão presidencial.

Alguns grupos se destacaram na luta contra o predomínio oligárquico: a burguesia industrial (solicitava uma nova política econômica), a classe média urbana (queria ter uma maior participação política, a moralização eleitoral, através da instituição do voto secreto) e operariado (requisitava melhores condições de vida e de trabalho). A campanha presidencial de 1922 é indicadora do início do fim do modelo engendrado pelos grupos oligárquicos.

Insatisfeitos com o lançamento da chapa Artur Bernardes-Urbano Santos, os estados que compunham as oligarquias de segunda grandeza (Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul) criaram o movimento chamado de Reação Republicana, lançando, em 21 de junho de 1921, Nilo Peçanha e J. J. Seabra como candidatos de oposição, e, embora suas propostas estivessem “voltadas para os interesses dos grupos oligárquicos dissidentes, a Reação Republicana também estava interessada em mobilizar as massas urbanas”, como aponta o discurso de Nilo Peçanha (apud FERREIRA e PINTO, 2003, p. 395), no qual ele afirma não ser “mais possível a nenhum governo brasileiro deixar de respeitar, dentro da ordem, a liberdade, a liberdade operária, o pensamento operário”.

Deve-se registrar, como lembra Penna (1999), que a

República brasileira sofreu tanto a influência do federalismo norte-americano quanto do unitarismo e radicalismo jacobino francês. Do primeiro, suas elites retiraram o princípio que aqui correspondeu à socialização do poder de modo a atender a interesses locais, maculando o espírito da representatividade partilhada que fizera dos princípios ideológicos desse formato de república a sua força persuasiva. Do modelo francês ficou o desejo de justiça social jamais praticado, ainda que em muitos momentos manifestado (PENNA, 1999, p. 26).

Ao mesmo tempo que contemplava os interesses dos operários, Nilo Peçanha defendia outras bandeiras igualmente populares, como “a extensão da instrução pública para acabar com o analfabetismo e como alternativa para ampliar a participação política dos segmentos desprivilegiados.” Propostas caras (instituição do voto secreto) a segmentos urbanos importantes, como a classe média, não foram objeto de discussão. Mas mesmo com propostas tão limitadas, em número e alcance, para as camadas urbanas, o nome de Nilo Peçanha foi bem avaliado, dadas as “características e os anseios dos grupos urbanos (...) marginalizados da participação política”. Só o fato de serem considerados como interlocutores era suficiente para mobilizá-los (FERREIRA e PINTO, 2003, p. 395-396).

A campanha de 1922 foi uma das poucas competitivas de toda a República Velha. Ali estiveram frente a frente, como comenta Penna (1999, p. 162), “os dois grandes estados e os intermediários da federação”, com o Exército, tal como ocorrera na campanha salvacionista, aderindo aos últimos, cujo candidato, Nilo Peçanha, de passado florianista, mantinha controle sobre a política do estado do Rio de Janeiro.

A derrota de Nilo Peçanha potencializou as frustrações. No dia 5 de julho de 1922, jovens oficiais rebelaram-se no forte de Copacabana e, com o apoio de guarnições em outros estados, ameaçavam impedir a posse de Artur Bernardes. Emergia na cena política um movimento político-militar que marcaria profundamente a história republicana recente do Brasil. O tenentismo era, no dizer de Penna (1999), “um movimento militar basicamente constituído por jovens oficiais do Exército”, com muitos deles sendo “oriundos das camadas médias urbanas”, sem contudo expressar, politicamente, os interesses desse segmento social, pois profundamente ligados “à máquina administrativa e burocrática do Estado”, a ação dos tenentes

não era autônoma. Não possuíam projeto político alternativo, pois não se encontravam vinculados a uma base econômica e social que identificasse na grande propriedade agrária seus componentes. Clamavam desde o início, por justiça e moralidade pública sem, no entanto, perceberem que essa prática política advinha do caráter próprio da organização brasileira. Ainda que rejeitando essa prática, exacerbada pela repressão desencadeada por Bernardes, os tenentes expressavam um moralismo sincero, conquanto destituído de base social capaz de reverter este quadro (PENNA, 1999, p. 163).

Em 1922, as oligarquias paulista e mineira haviam acertado as duas próximas sucessões presidenciais: as indicações de Artur Bernardes (MG) e Washington Luís (SP)¹⁷ para ocupar a Presidência da República nos dois mandatos seguintes. O acerto prefigurava a indicação de um mineiro, Antônio Carlos, para a sucessão de Washington Luís. Fatores como a permanente crise cafeeira, o processo de industrialização pelo qual passava o Brasil, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, e o engajamento dos jovens militares (genericamente chamados de tenentes) em problemas políticos, contribuíram decisivamente para a crise oligárquica e a eclosão da Revolução de 1930. A quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, também foi importante fator desestabilizador do regime oligárquico. Segundo Burns (1995, v.2, p. 707-708), o mundo ocidental teve a sua história bruscamente alterada pela crise de 1929 e pela grande depressão que a ela se seguiu. Diz ele:

A Grande Depressão tinha origens numa recessão agrícola geral nos anos 20, resultado do aumento da produção depois da guerra, que fez baixar o preço dos grãos e outros produtos ao ponto de levar os fazendeiros à bancarrota, embora os preços não caíssem o suficiente para beneficiar a população pobre das cidades. À crônica crise agrícola somou-se o colapso dos preços das ações na bolsa de valores de Nova York, em 1929. Ante a queda do valor das ações, os bancos viram-se descapitalizados e foram obrigados a cerrar as portas. Os investidores internacionais cobraram as suas dívidas. As indústrias, sem terem a quem vender, suspenderam a produção e começaram a dispensar trabalhadores. O desemprego reduziu ainda mais os mercados, uma vez que menor número de pessoas dispunha de dinheiro para adquirir bens ou serviços, e essa contração acarretou um desemprego ainda maior.

O esgotamento da política de valorização do café foi deletéria para os cafeicultores brasileiros. A estrutura que garantia preços convidativos para os cafeicultores brasileiros foi erguida em 1906, no Convênio de Taubaté. Consistia basicamente na compra do excedente pelo governo, geralmente feita com empréstimos no exterior, e sua estocagem, com o objetivo de manter o preço internacional do produto. A crise iniciada em 1929 afetou gravemente a base sobre a qual se apoiava a lucratividade dos cafeicultores, e os seus efeitos logo se fizeram sentir: retração do mercado consumidor, suspensão do financiamento externo para estocagem e cobrança das dívidas anteriores. Foi um baque econômico com profundas repercussões políticas.

Uma nova geração de políticos estava disposta a romper o pacto que sustentava a estrutura oligárquica de poder. Aliados a facções centristas dos tenentes, propunham que a solução política para o Brasil deveria ocorrer de “uma forma diferente da acomodação tradicional, o que a princípio encontrou a resistência de Vargas e Paim Filho” (MARIZ, 1984, p. 26).

¹⁷ Washington Luís era nascido na cidade fluminense de Macaé, mas fez carreira política em São Paulo, motivo pelo qual era jocosamente chamado de paulista de Macaé.

A superação do edifício oligárquico erguido durante a República Velha ocorreu durante um dos governos mais estáveis do período. O quadro de confronto nascido da sucessão de Epitácio Pessoa parecia ser coisa do passado, e tudo se encaminhava para o cumprimento das “regras que norteavam o funcionamento” daquele sistema político oligárquico, com “as forças da situação, por meio do presidente da República” indicando “um candidato oficial, que deveria ser apoiado por todos os grupos dominantes nos estados” (FERREIRA e PINTO, 2003, p. 403). Não foi o que ocorreu. E desta vez, a cisão intra-oligárquica, nascida no seio do próprio grupo dominante, foi o fator principal que permitiu a derrubada da política oligárquica.

Quando Washington Luís recusou-se a apoiar o candidato Antônio Carlos (Minas Gerais) para a Presidência da República, descumprindo o acordo do café-com-leite, e preferiu lançar a candidatura do paulista Júlio Prestes, a oposição, formada pelas oligarquias dissidentes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, aglutinou-se e formou a Aliança Liberal, que lançou as candidaturas de Getúlio Vargas (RS) e João Pessoa (PB) para Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente. As oligarquias cindiram-se; uma vez mais o questionamento ao seu predomínio político manifestava-se.

A Aliança Liberal recebeu apoio da classe média, dos *tenentes* e de grande parcela do operariado, e, com o lema **Representação e Justiça**, montou uma plataforma “voltada fundamentalmente para a regeneração política, o que implicava a luta pela reforma eleitoral, com a criação de uma justiça eleitoral, na defesa do voto secreto, da moralização dos costumes políticos e das liberdades individuais”, além de “anistia para os revoltosos dos anos 20 e medidas de proteção ao trabalho, como a aplicação da lei de férias e a regulamentação do trabalho de menores e da mulher” (FERREIRA e PINTO, 2003, p. 404), todos temas caros aos emergentes grupos urbanos, que seriam integrados à estrutura de poder, e que foram (alguns deles) esquecidos pelos grupos que formaram a Reação Republicana no início dos anos 1920.

2. A Revolução de 1930

As propostas da Aliança Liberal sensibilizaram os grupos urbanos, inclusive os *tenentes*, mas não foi suficiente para garantir a vitória. Mesmo os *tenentes*, no entanto, mantiveram-se em dúvida sobre se aderiam ou não à Aliança Liberal, visto que alguns de seus velhos inimigos integravam aquele agrupamento político (MARIZ, 1984, p. 25). A adesão da facção centrista dos *tenentes* à Aliança Liberal fraturou o *tenentismo*. Luís Carlos Prestes, figura de proa do tenentismo, recusou-se a participar de qualquer movimento que contasse com a presença de lideranças políticas que ele classificava como oligárquicas. Ao romper com seus antigos companheiros, Prestes lançou um manifesto de orientação comunista, conclamando o povo a uma revolução “nos moldes bolchevistas.” A posição do maior líder *tenentista* chocava-se frontalmente com a proposta de outro grande tenente, Juarez Távora, para quem as forças militares deveriam estar presentes “como elemento disciplinar e responsável pela organização nacional” (MARIZ, 1984, p. 26).

O que todos aguardavam se confirmou. A chapa governista, formada por Júlio Prestes e Vital Soares, venceu a oposicionista, formada por Getúlio Vargas e João Pessoa. Mais uma vez funcionava a máquina eleitoral do governo federal, azeitada pelas fraudes e pelo voto de cabresto. Na verdade, houve fraude dos dois lados. Ganhou, porém, quem fraudou mais.

A derrota da Aliança Liberal frustrou a população. Cresceu a agitação popular. A oposição, a princípio, aceitou o resultado, mas o descontentamento da população chegou a um ponto tal que escapou ao controle dos membros da Aliança Liberal, muitos deles já acomodados e desejosos de lançar pontes em direção aos vitoriosos na eleição de 1º de março de 1930. Articulava-se a

Revolução. Lideranças políticas e militares emergentes, como Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Juarez Távora e outros, demonstravam abertamente o inconformismo, como apontam duas estudiosas da temática:

Era clara no interior da Aliança Liberal uma diferenciação mais explicável em termos de geração do que de ideologia. Lado a lado no movimento estavam quadros tradicionais e jovens que haviam iniciado carreira política à sombra de velhos oligarcas da Primeira República. No Rio Grande do Sul esta força jovem, conhecida como “geração de 1907” (ano relativo ao término de sua formação universitária), era representada por Vargas, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves, Maurício Cardoso e Paim Filho; já em Minas, Virgílio de Mello Franco e Francisco Campos, ambos descendentes de famílias tradicionais da região, eram seus principais representantes. Esses políticos mais jovens, alguns dos quais se haviam destacado na luta contra o tenentismo, estavam dispostos a seguir o caminho dos tenentes (FERREIRA e PINTO, 2003, p. 407).

Penna (1999, p. 165) argumenta que a principal característica da Aliança Liberal era a de representar os estados “cujos interesses não estavam vinculados ao café”. A Aliança Liberal foi uma frente política que alcançou dimensão nacional, ao contrário do PD paulista, “que nascera de uma disputa em torno de postos no Instituto do Café – o conselheiro Antônio Prado tinha interesses na área do café, mas se opunha à política de valorização do governo –,” e tinha convicções políticas até certo ponto densas, sem ser radical. Isso ocorria porque a Aliança continha “os elementos típicos da conciliação e do compromisso, já que seus quadros provinham dos mesmos segmentos de classe”.

Da geração mais nova, mas formando no time dos tradicionais, Getúlio Vargas representava à perfeição o que está acima exposto. Desde o início mostrava-se reticente quanto aos projetos revolucionários dos seus companheiros, até que o assassinato de João Pessoa (26 de julho de 1930) por João Dantas, em Recife, precipitou as coisas, pois o crime ganhou conotação política em virtude da ligação entre o assassino e correntes políticas adversárias de João Pessoa, na Paraíba. Mesmo tendo ocorrido por questões pessoais, o assassinato de João Pessoa foi tratado de forma a parecer um atentado político, permitindo a criação de um clima de tensão e de enfrentamento necessário aos aliancistas para desencadear o levante armado contra as oligarquias tradicionais.

A 03 de outubro de 1930 irrompeu a Revolução no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Paraíba. O movimento conseguiu rápidas vitórias no Sul e no Nordeste, mas enfrentou séria resistência em São Paulo. Para evitar uma guerra civil, uma Junta Militar (Junta Pacificadora), formada por Tasso Fragoso, Mena Barreto e Isaías Noronha que, a 24 de outubro, depôs o Presidente Washington Luís. Pretendia permanecer no poder, “mas a pressão das forças revolucionárias vindas do Sul e das manifestações populares obrigaram-na a entregar” (FERREIRA e PINTO, 2003, p. 407) a Presidência da República a Getúlio Vargas no dia 03 de novembro.

A Revolução de 1930 eclodiu quando Juvenal Lamartine governava o Rio Grande do Norte. Apesar de um hábil administrador e um homem de letras, Juvenal Lamartine caracterizou-se também pela intolerância política em relação aos seus adversários. Fechara os sindicatos operários e a imprensa de oposição era controlada com mão-de-ferro, quando não proibida.

Quando foi formada a chapa da Aliança Liberal (Getúlio Vargas e João Pessoa), que concorreu contra a candidatura governista (Júlio Prestes e Vital Soares), os principais líderes políticos no estado, Juvenal Lamartine e José Augusto, apoiaram Júlio Prestes. O apoio de Juvenal Lamartine e de José Augusto à candidatura de Júlio Prestes foi de fundamental importância para a vitória aqui no estado dos candidatos do governo. A campanha sucessória para chefiar o Executivo estadual foi deflagrada num contexto de instabilidade política. O nome que a oposição acalentava

era do desembargador Silvino Bezerra, irmão de José Augusto, que havia rompido, em 1929, com o governador Juvenal Lamartine.

A historiadora Marlene Mariz escreveu um texto seminal sobre como se desenvolveu o processo revolucionário no Rio Grande do Norte, no qual aponta a carência de dados como elemento que dificulta uma análise mais pormenorizada. Foram dois, conforme ela relata, os comícios realizados pela Aliança Liberal no Rio Grande do Norte com a presença de líderes nacionais – um em Natal e outro em Mossoró (MARIZ, 1984, p. 52).

A instabilidade econômica internacional e nacional repercutiu de forma intensa no Rio Grande do Norte, derrubando as receitas públicas. Sindicatos e imprensa oposicionistas foram silenciados. É nesse ambiente que grupos políticos ligados ao partido do governador Juvenal Lamartine antecipam os acordos, “tentando prevenir a imposição de um nome a ele ligado”. Incontinenti, Juvenal Lamartine tentou reorganizar o Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte (PRF) buscando “dar-lhe um programa, estatutos, eleger a Comissão Executiva e diretórios em cada município”. Para implementar suas pretensões, o governador “convocou uma assembléia partidária para o dia 12 de outubro de 1930”, que não se reuniu porque ele foi deposto no dia 8 do mesmo mês. Lamartine buscava “controlar o partido (ele detinha o governo, mas não a chefia do partido que continuava em mãos do senador José Augusto desde 1923) e conduzir o processo sucessório impondo o nome de seu sobrinho e ex-auxiliar de governo, deputado federal Cristóvão Dantas.” A pretensão do governador esbarrou no lançamento da “candidatura dissidente do desembargador Silvino Bezerra Neto, irmão do senador José Augusto”, que, mesmo tendo um irmão candidato a governador, apoiou o candidato lançado por Lamartine (SPINELLI, 19996, p. 23-24). A deflagração do movimento revolucionário de 1930, porém, interrompeu a campanha e criou, temporariamente, um quadro de incertezas.

As principais lideranças políticas que apoiavam a Aliança Liberal no estado eram João Café Filho, advogado e jornalista ligado às atividades sindicais, defensor apaixonado do movimento revolucionário e um dos muitos perseguidos pelo governador do estado¹⁸, e o coronel Dinarte Mariz, liderança emergente na região do Seridó, berço político de Juvenal Lamartine. Esse arranjo criou tensões no interior da Aliança Liberal, principalmente entre 1930-34, quando os cafeístas e os “decaídos” estiveram envolvidos numa forte disputa pelo poder (FERREIRA, 1989, p. 64). As facções cafeísta e dinartista receberam, no momento pré-revolucionário, o apoio do capitão Abelardo de Castro, enviado por Juarez Távora com a missão de sublevar a guarnição de Natal.¹⁹

A adesão à Aliança Liberal, porém, circunscrevia-se a setores da classe média, pequenos comerciantes e jornalistas, grupos que gravitavam em torno de Café Filho. Mas mesmo de maneira tímida, a campanha progride, inclusive recebendo a “Caravana Luzardo”, que percorria o Brasil fazendo proselitismo político.

Realizadas as eleições e abertas as urnas, confirmou-se o que já se sabia – a fragilidade política e eleitoral da Aliança Liberal no Rio Grande do Norte. A chapa lançada e apoiada pelo governo estadual foi a grande vitoriosa por uma margem absurda de votos. Diz Marlene Mariz:

¹⁸ Em 1928, num ato de repressão típico dos grupos oligárquicos contra as lideranças dos trabalhadores, a polícia invadiu o Sindicato Geral dos Trabalhadores de Natal, chefiado pelo jornalista Sandoval Wanderley. Na ocasião os policiais promoveram um quebra-quebra e surraram alguns operários. O então candidato a vereador João Café Filho e o próprio Sandoval Wanderley foram perseguidos e obrigados a abandonar o estado.

¹⁹ Dinarte Mariz era fazendeiro e comerciante no Seridó, e mantinha estreitas ligações com sargentos que também conspiravam. Tinha “sob seu controle 200 fuzis (...) e dispunha de jagunços e caminhões para eventualmente apoiar o levante”, e estava, também, em contato com lideranças liberais da Aliança Liberal em Natal. Já os cafeístas estavam bem organizados em Natal, Mossoró e Areia Branca (SPINELLI, 1996, p. 25).

Foram eleitos Rafael Fernandes Gurjão, Dioclécio Duarte, Cristovam Dantas e Eloy de Souza para deputados federais e José Augusto Bezerra de Medeiros para o Senado. Júlio Prestes e Vital Soares tiveram uma grande maioria eleitoral contra seus opositores que, dos 23.864 eleitores registrados nesse ano, obtiveram apenas 472 votos. 17.499 eleitores sufragaram os candidatos oficiais para a presidência (MARIZ, 1984, p. 53).

A professora e pesquisadora Brasília Carlos Ferreira (1989) afirma que o resultado da eleição não deixa dúvidas acerca da inexpressividade da Aliança Liberal no estado. Para ela, a Aliança sobressaía-se

apenas na região oeste, Mossoró e arredores, e era formada e apoiada por “elementos de pouca projeção política fora do Estado, sem qualquer mandato, oriundos da classe média, a maioria dedicando-se a atividade jornalística. Café Filho, a figura de maior densidade política como oposição, era conhecido como “comunista”, o que lhe valeu a desconfiança dos próceres da Aliança, extensiva a todos quantos dele se aproximassem. As elites souberam trabalhar o fantasma do anticomunismo muito bem (FERREIRA, 1989, p. 68).

Terminado o pleito, não havia qualquer sinal aparente de agitação revolucionária. O Rio Grande do Norte parecia estar à margem dos acontecimentos nacionais. Aqui parecia não haver agitação nem conspiração. Um mês após as eleições, o governador Juvenal Lamartine viajou ao Rio de Janeiro “em busca de auxílio prometido pelo Governo Federal em troca dos votos recebidos” (MARIZ, 1984, p. 53).

O movimento revolucionário foi deflagrado no dia 3 de outubro e rapidamente se alastrou. No Nordeste, Juarez Távora, Juraci Magalhães e Jurandir Bizarria Mamede articularam a sublevação dos quartéis e a organização dos movimentos que depuseram os governadores. Dois dias depois, “o 29º Batalhão de Caçadores marchou sobre Natal e efetivou a deposição sem resistência do governador Juvenal Lamartine que, sabendo ser impossível resistir, fugiu, de forma alucinada, tão apressadamente que arrancou parte do cais Tavares de Lira onde estava a embarcação encostada” (FURTADO, 1976, p. 71). Comandava as forças revolucionárias que invadiram o estado o major Luís Tavares Guerreiro.

Adauto Câmara (1992), em suas memórias, descreve o inusitado da fuga de governador Lamartine. A citação é longa, mas vale a pena conferir:

No dia 20 de outubro, o sr. Juvenal Lamartine chegava ao Rio, a bordo do *Flândria*. (...) Chegando ao Rio, o sr. Lamartine, guardando o incógnito (sic) tanto quanto o possível, hospedou-se no Hotel Tijuca, distante da cidade, com o sr. Omar O’Grady.²⁰ Dois dias depois passou-se para o Colégio dos Padres Maristas a cuja comunidade pertencia aquele hotel. (...) No Colégio, o presidente potiguar não tomou o hábito religioso, mas, oficialmente, era irmão Antônio Felipe. Sucedeu, porém, que os alunos desconfiaram daquele novo Irmão e, para maior segurança deste, foi deliberado transferi-lo para a rua Haddock Lobo, 206. Fizeram-lhe companhia ali os srs. Omar O’Grady e o deputado Cristóvão Dantas. Na noite de 20 de outubro, tendo o sr. José Augusto sido avisado de que o movimento revolucionário rebentaria, no Rio, na manhã seguinte, providenciou, pelas 23 horas, a mudança do sr. Lamartine, que foi para o Hotel Vera Cruz, à praça Tiradentes, onde ele foi confiado a um amigo. Na manhã de 24, já o movimento sedicioso

²⁰ Omar O’Grady era o prefeito de Natal em 1930. Foi deposto pela Revolução.

declarado no Rio, o deputado Álvaro de Vasconcelos foi buscá-lo e o acompanhou até a casa do sr. Vicente Sabóia, à avenida Pasteur. A polícia o procurava por toda a parte. A residência da “Doutora” Berta Lutz esteve guardada três dias, por se suspeitar que ele ali estivesse. A residência do ex-senador José Augusto foi varejada por soldados embalados (...).

A situação do sr. Lamartine era difícil, porque os políticos paraibanos o detestavam por lhe atribuírem participação no levante de Princesa.

Urgia pô-lo a salvo de qualquer desacato ou humilhação. (...)

O sr. José Augusto conseguiu que o ex-chanceler Otávio Mangabeira obtivesse para ele um asilo diplomático (...) (CÂMARA, 1992, 129-130).

O processo que resultou na deflagração da Revolução de 1930 teve pouca significação no estado, mesmo tendo sido o Rio Grande do Norte o quarto estado a aderir ao movimento. Isso parece indicar que o estado pode ter abraçado “causas e princípios da Revolução”. Os únicos revolucionários do estado eram Café Filho e seus aliados e alguns poucos militares. E o então líder sindical e advogado estava na Paraíba nos momentos que antecederam o movimento revolucionário, só vindo para o Rio Grande do Norte no dia anterior à entrada das tropas na capital do estado. Analisando mais criteriosamente, Marlene Mariz faz algumas considerações pertinentes. Dos estados nordestinos, aquele que concentrava o maior e mais agitado número de revolucionários talvez tenha sido a Paraíba. E era lá onde “se encontrava o praticamente o único revolucionário do Estado, Café Filho, que se antecipou as tropas revolucionárias, para fazer-lhe a recepção. Assim é que estas entraram em Natal no dia 6 de outubro e Café chegara no dia anterior” (MARIZ, 1984, p. 60).

Outros elementos podem ser elencados para explicar a insignificante participação do Rio Grande do Norte no movimento revolucionário de 3 de outubro. Segundo Mariz (1984, p. 60), não se via nas ruas das cidades norte-rio-grandenses nada que pudesse indicar “clima de agitação e reação contra a oligarquia local”. Há, ainda, outros elementos que podem se apontados como fatores que justifiquem a ausência de conspirações: a crise da economia local, o que tornava o governo estadual refém do governo federal, a unidade política de uma oligarquia extremamente autoritária e integrada ao poder central, uma população predominantemente rural e muito dependente dos proprietários de terra e uma classe média incipiente e pouco expressiva.

Ademais, não existia no estado, no final da década de 1920, um núcleo oposicionista bem articulado que pudesse se rebelar contra o governo no momento em que a Revolução fosse deflagrada. Não havia registro que revelasse por aqui um clima de agitação e reação contra o governo estadual. A força do governo e a debilidade da oposição pode ser atestada pela insignificante votação da chapa de oposição com Getúlio Vargas e João Pessoa, que “recebeu apenas 472 votos de um total de 23.000 eleitores inscritos” (MARIZ E SUASSUNA, 2002, p. 251-252).

Com a fuga de Juvenal Lamartine, imediatamente surgiu uma disputa por espaços políticos. Os cafeístas (ala mais ativa do movimento revolucionário) queriam empossar Café Filho como governador provisório; os liberais e alguns oficiais militares pretendiam alçar o desembargador Silvino Bezerra à governança estadual. Aconselhado pelos seus pares do Tribunal de Justiça, Silvino Bezerra recusou o convite para governar o estado. Concomitantemente, Café Filho, insatisfeito com os rumos da revolução aqui no estado e temeroso de o poder ser empalmado pelos seus adversários, na figura do desembargador Silvino Bezerra, dirigiu-se com seus liderados, principalmente estivadores, “ao palácio para assumir o governo, em nome do povo, por se considerar o candidato natural do governo revolucionário”. Porém, o núcleo revolucionário nordestino, comandado por Juarez Távora, não tinha o mesmo pensamento de Café Filho e através do coronel Júlio Perouse e do tenente Jônatas Luciano impediram a manobra cafeísta. Vale lembrar o desgaste da imagem de Café Filho, frequentemente apresentado como comunista, junto às principais lideranças da Aliança Liberal. Foi

por isso que Café Filho teve dificuldades, mesmo sendo o principal líder do movimento revolucionário aqui no Rio Grande do Norte, de consolidar-se junto aos próceres da Aliança. E as elites políticas do estado foram eficazes no manejo dessa situação, “aproximaram-se dos Interventores, influíram em suas administrações” ao mesmo tempo que mantinham “sempre muita reserva para com Café Filho e seus seguidores” (FERREIRA, 1989, p. 68). Esses fatos, segundo Furtado (1976), marcaram

a separação de tendências, que assinalariam, de então em diante, a vida pública potiguar, na profunda radicalização de atitudes que a marcariam por muitos anos: de um lado o progressismo idealista de uma geração então apenas despontante (...) sob a liderança ostensiva ou não de Café Filho e no lado oposto, a reação mais acentuada contra todas as veleidades de mudanças, políticas ou administrativas, a princípio sob orientação oculta e depois pública do ex-governador José Augusto B. de Medeiros, oligarca e papa do conservantismo, sob um mal disfarçado liberalismo (FURTADO, 1976, p. 72-73).

A recusa de Silvino Bezerra e o impedimento de Café Filho fez surgir uma saída conciliatória, com a formação de uma Junta Governativa Militar Provisória, composta pelo major Luís Tavares Guerreiro (Presidente), pelo capitão Abelardo Torres da Silva Castro e pelo tenente Júlio Perouse Pontes, “enquanto se esperava pela chegada de Juarez Távora, comandante da Revolução no Norte e Nordeste, para solucionar o problema” (MARIZ E SUASSUNA, 2002, p. 255).

A Junta, nos seis dias de administração, de 06 a 12 de outubro, procurou manter a ordem, refreando o entusiasmo popular que, em alguns momentos, resultou em baderna e vandalismo. Entre os dias 6 e 8, a vida administrativa da capital do estado ficou paralisada, os comerciantes recusaram-se a abrir os seus estabelecimentos e as escolas suspenderam as aulas. No dia 8, quando as forças revolucionárias assumiram efetivamente o poder, a cidade começou a voltar à normalidade (MARIZ, 1984, p. 61). Entre as medidas tomadas pelo governo revolucionário, chefiado por Getúlio Vargas, estavam a demissão de todos os governadores de estado e a dissolução do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas. Paralelamente, a Junta “expediu circulares às prefeituras do interior, recomendando garantias à vida e propriedade dos adversários políticos” e procedeu a nomeação de aliados para postos-chaves na administração estadual, tentando contemplar as correntes que compunham a Aliança Liberal. Dessa forma, foram nomeados, da corrente cafeísta, Café Filho (Chefe de Polícia), Pedro Dias Guimarães (Prefeito de Natal), Sandoval Wanderley (redator do jornal *A República*) e o “coronel” Francisco Sólton Sobrinho (Prefeito de Areia Branca); da corrente liberal foram nomeados Dr. José Tavares (Diretor de Saúde Pública), Dr. Luís Antônio (Diretoria de Instrução), Joaquim de Fontes Galvão (Diretor da Imprensa Oficial) cônego Amâncio Ramalho (Prefeito de Mossoró), Gentil Ferreira de Souza (Prefeito de Santa Cruz) e Dinarte Mariz (Prefeito de Caicó) (SPINELLI, 1996, p. 27).

No dia 12, Juarez Távora veio a Natal acompanhado de José Américo de Almeida, Irineu Joffily e outros líderes da Aliança Liberal. Na oportunidade foi discutida a indicação do governador provisório do Rio Grande do Norte. Segundo Spinelli (1996, p. 28), Távora e José Américo tinham inclinação pelo nome de Silvino Bezerra. Como este recusou, alegando parentesco com José Augusto e Juvenal Lamartine, o líder tenentista expôs uma lista com outros nomes, que foram sucessivamente vetados pelas duas mais importantes correntes revolucionárias. A escolha “recaiu na pessoa do Dr. João Lindolfo Câmara, ex-deputado federal pelo estado” e que então “exercia altas funções no ministério da Fazenda”.²¹ Como Lindolfo Câmara não poderia vir imediatamente, Irineu Joffily foi escolhido para exercer o cargo interinamente, indicação que

²¹ O nome de Lindolfo Câmara foi posteriormente “descartado, em virtude da divulgação de telegramas trocados entre ele e figuras do velho regime no Rio Grande do Norte” (SPINELLI, 1996, p. 29).

contou com o apoio ostensivo da corrente cafeísta que articulou o nome de Jofilly nas ruas, em passeatas e comícios.

A solução Jofilly antecipou de certa forma uma norma que o futuro governo provisório de Vargas adotaria na indicação dos interventores nos Estados: a serem “estrangeiros”, pessoas alheias às facções políticas locais, condição considerada indispensável à execução das diretrizes centralizadoras do governo da República. A esta condição, com o tempo, se acrescentaria uma outra: a de que o escolhido fosse militar, recrutado entre os quadros do tenentismo. Estes requisitos garantiriam a suposta “neutralidade” política do interventor, imprimindo à sua ação, hipoteticamente, um caráter apolítico e de racionalidade, ingredientes essenciais à ideologia tenentista dos anos 30 (SPINELLI, 1996, p. 28).

Depois do entusiasmo passageiro com a Revolução, começam a ser sentidos os primeiros murmúrios de insatisfação no estado. Enquanto era apoiado pela facção cafeísta, o novo interventor era boicotado pelos grupos políticos tradicionais, que se mantinham à distância. Essa fissura política será uma das responsáveis no estado pela alta rotatividade dos interventores. Conforme Mariz, José Américo de Almeida chegou a afirmar que o Rio Grande do Norte e a Bahia foram os estados onde a Delegacia do Norte encontrou as maiores dificuldades para “conciliar a interventoria com as forças locais” (MARIZ, 1984, p. 66).

3. A oligarquia potiguar nos quadros da República Nova

No dia 03 de novembro de 1930, Getúlio Vargas chegou ao Rio de Janeiro comandando as tropas revolucionárias e imediatamente recebeu o poder da Junta Pacificadora. Ao assumir, Vargas destituiu os governadores de estado (Presidentes de estado) e nomeou interventores estaduais (geralmente pessoas de sua confiança, principalmente do grupo tenentista), fechou o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais, buscando, dessa forma, garantir total controle do aparelho do Estado.

Boris Fausto (apud FERREIRA e PINTO, 2003, p. 409) defende que a Revolução de 1930 ocorreu em virtude dos “conflitos intra-oligárquicos fortalecidos por movimentos militares dissidentes, que tinham como objetivo golpear a hegemonia da burguesia cafeeira”, mas que, pela incapacidade de alguma das frações de classe “assumir o poder de maneira exclusiva (...), abriu-se um vazio de poder”, que resultou na formação de um *Estado de compromisso*.

O esquema que sustentou o conjunto de forças constituídas em torno da Aliança Liberal delimitou o caráter dessa revolução, face à presença de grupos oligárquicos em seu interior. É natural que as mudanças não afetassem os fundamentos estruturais da sociedade brasileira. A própria composição do governo provisório diz bem dos limitados objetivos dos seus principais líderes, para tanto basta citar os ministros José Maria Whitaker, da Fazenda, grande banqueiro paulista; Assis Brasil, da Agricultura, grande estancieiro gaúcho; e Afrânio de Melo Franco, das Relações Exteriores, figura de proa da oligarquia mineira (...).

Mas o Ministério não foi apenas isso. Como Vargas estava representando um amplo conjunto de forças políticas, sociais e econômicas, a composição do Ministério foi extremamente difícil, devido à heterogeneidade dessas forças. Foram criados mais dois ministérios: o Ministério da Educação e Saúde Pública e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Os setores civis e

militares que apoiaram a Revolução pressionavam o governo, exigindo reformas políticas e sociais. Os membros do Partido Democrático exigiam o voto secreto e obrigatório, a independência dos poderes e a fiscalização das eleições pelo Judiciário. O fato é que, tirando a opção pelo centralismo político e administrativo, ainda não estava claro qual era exatamente o caminho a ser seguido.

Como dito acima, a heterogeneidade das forças política que guindaram o líder gaúcho ao poder máximo no Brasil estavam representadas principalmente pelos tenentes e pelas oligarquias dissidentes. E os tenentes, inimigos históricos das lideranças políticas oligárquicas, eram preferencialmente os escolhidos para chefiar as interventorias estaduais, afastando dos núcleos de poder estaduais a velha elite política. A grande dificuldade política era justamente equilibrar as forças entre os tenentes e as oligarquias estaduais. Estas pressionavam o governo pela imediata reconstitucionalização do país; aqueles queriam um governo forte e centralizado, como explicitam duas historiadoras do período:

(...) enquanto os setores oligarcas dissidentes mais tradicionais desejavam um maior atendimento à sua área e maior soma de poder, com um mínimo de transformações, os quadros civis mais jovens almejavam a reforma do sistema político, os tenentes defendiam a centralização do poder e a introdução de reformas sociais, e os setores vinculados ao Partido Democrático tinham como meta o controle do governo paulista, além da efetiva adoção de princípios liberais (IN: FERREIRA & DELGADO, P. 410-411).

A dubiedade e a “dúvida”, com que jogava com essas duas forças políticas, foi a marca do governo de Vargas no período 1930-1932. Insatisfeitos por Vargas não tomar uma decisão em favor da reconstitucionalização do país, os paulistas, que condenavam o centralismo tenentista praticado pelo governo, iniciaram uma guerra civil (a Revolução Constitucionalista de 1932), que durou três meses, com o objetivo de forçar o governo a convocar uma Assembléia Nacional Constituinte. Segundo Boris Fausto (IN: MOTA, 1974, p. 254), com o regime instaurado em 1930 permanece a defesa dos interesses regionais, mas sem a mesma autonomia e sem que se projete imediatamente sobre a arena política. Ideologicamente, a revolução constitucionalista de 1932 “foi a última expressão do universo pré-revolucionário”, pois dali “para a frente, os sagrados direitos regionais assumiram formas menos heróicas e passaram a ser discutidos no campo restrito dos objetivos econômicos das diferentes áreas do país”.

Mesmo derrotados militarmente, os paulistas “conseguiram” o que queriam: a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Vale lembrar, entretanto, que desde fevereiro de 1932, ou seja, sete meses antes do início da Revolução Constitucionalista, Vargas havia publicado o Código Eleitoral e convocado uma comissão para elaborar um anteprojeto constitucional. A convocação da Constituinte estava marcada para ocorrer em maio de 1933. O Código Eleitoral de 1932, que trouxe uma série de inovações como o voto secreto, o voto feminino, a representação classista, a justiça eleitoral, etc., visava a garantir maior lisura aos pleitos eleitorais. No entanto, a eleição para a Assembléia Nacional Constituinte repetiu, em linhas gerais, os resultados das eleições da República Velha: a vitória dos representantes da burguesia agrária e industrial. Mas apesar da predominância desse grupo político na Constituinte, foram aprovadas algumas medidas nacionalistas e de direitos básicos para os trabalhadores.

Terminados os trabalhos de elaboração e promulgação da Constituição, a Assembléia Constituinte foi transformada em Congresso Nacional e elegeu o presidente da República, Getúlio Vargas, para um mandato de quatro anos. Ainda é importante mencionar que o governo de Vargas foi responsável, nos primeiros quatro anos, pela elaboração de um sem-número de leis trabalhistas que regulamentaram o horário de trabalho, férias, trabalho de mulheres e crianças, a criação da carteira de trabalho, etc. Essas leis posteriormente foram incluídas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Após a vitória da Revolução de 1930, vários estados encontravam-se bastante convulsionados. Diante disso, quando começaram as indicações para as interventorias estaduais,²² Getúlio Vargas procurou nomear lideranças que não tivessem envolvimento com a política local, como forma de garantir a estabilidade nos estados.

No período entre 1930-35, a situação política do Rio Grande do Norte era bastante instável, com “alto índice de ‘turbulências’ políticas, registrando-se uma grande rotatividade das interventorias tenentistas” (COSTA, 1995, p. 31). O Rio Grande do Norte contou com cinco interventores, nesse período: Irineu Joffily, Aluísio Moura, Herculino Cascardo, Bertino Dutra e Mário Câmara. É a maior rotatividade em termos nacionais, com a gestão dos interventores sendo bastante atribulada e de curta duração (MARIZ, 1984, p. 65-66; COSTA, 1995, p. 31).

Irineu Joffily foi indicado para o cargo no Rio Grande do Norte em virtude do impasse para a escolha do interventor estadual, entre os partidários de Dinarte Mariz e Café Filho, os dois maiores líderes da Revolução no estado (há quem afirme que Joffily era uma indicação de Café Filho). Aproveitando-se do impasse, Juarez Távora e o paraibano José Américo de Almeida, homem forte do movimento revolucionário no Nordeste, indicaram e emplacaram um paraibano na interventoria norte-rio-grandense. Marlene Mariz diz que a sua nomeação vigoraria apenas “enquanto se aguardava o candidato definitivo, João Lindolfo da Câmara” (MARIZ, 1984, p. 81).

Joffily não ficou apenas como interino. Foi “confirmado no cargo por Juarez Távora, graças às pressões e pedidos da facção cafeísta” (MARIZ, 1984, p. 81). Junto com Joffily, Juarez Távora nomeou Nestor dos Santos Lima, ex-auxiliar de José Augusto, para o cargo de secretário geral do governo, como forma de tranquilizar os temores dos grupos políticos tradicionais, incomodados com a desenvoltura de Café Filho junto às principais lideranças revolucionárias.

A fase inicial da interventoria de Joffily pode ser caracterizada como de busca “pela manutenção do equilíbrio político entre as distintas facções, ao mesmo tempo em que se dava um movimento de adesão à nova situação por parte das camadas tradicionais”. Revolucionário paraibano, bacharel em Direito, Irineu Joffily foi um atuante revolucionário, ao lado de José Américo de Almeida, no seu estado natal. Como Chefe da Segurança Pública veio ao Rio Grande do Norte acompanhando Juarez Távora e José Américo com o objetivo de resolver problemas administrativos deste estado. Como dito anteriormente, a sua condição de revolucionário e *estrangeiro* foram cruciais “para resolver o impasse político criado no Rio Grande do Norte, pelos seus próprios revolucionários” (MARIZ, 1984, p. 81).

A renúncia de Nestor Lima (21/11/1930) simboliza “a ruptura do equilíbrio de forças que dava sustentação política à interventoria” (SPINELLI, 1996, p. 29). Mariz argumenta que a substituição de Nestor Lima, uma imposição de Juarez Távora, pelo paraibano José Borja Peregrino é uma tentativa de sua ação em direção à renovação política no estado. Porém, essa atitude deflagrou “o início do seu desentendimento declarado com as forças políticas tradicionais” (MARIZ, 1984, p. 83). Além do mais, “desde o início levantaram-se prevenções contra o interventor” pela “sua condição de ‘estrangeiro’ e à humilhação imposta à terra potiguar em ter por governante alguém alheio às suas ‘tradições’ (...)” (SPINELLI, 1996, p. 31). E completa: “A campanha contra o interventor se fazia nas ruas, na imprensa, nas repartições, nos quartéis. (...) O frágil equilíbrio político montado para” sustentá-lo fora irremediavelmente rompido. Foi acusado também de “realizar um governo despótico e arbitrário e de marginalizar os políticos locais em favor de elementos egressos da Paraíba, entre os quais inúmeros parentes seus”. A pá de cal veio na forma de favorecimento negado pelo interventor à firma M.F. Monte & Cia, empresa que se dedicava “à compra e venda de algodão e outros produtos há cerca de meio século” e mantinha “estreitos laços de interesses com os ‘coronéis’ e grandes proprietários sertanejos através de financiamentos de culturas, rebanhos e maquinismos para beneficiamento de algodão”. Despacho do ministro da Justiça, Osvaldo Aranha,

²² O decreto federal (11/11/1930) que institucionalizou o Governo Provisório, criou também as interventorias estaduais.

referendado pelo presidente Vargas, sepultou qualquer pretensão de Joffily permanecer a frente dos destinos do estado. Em despacho telegráfico enviado a Juarez Távora, Delegado Federal do Norte, o interventor renunciou ao cargo, “por se achar incompatibilizado com a orientação do governo federal” (SPINELLI, 1996, p. 38-43).

Pressionado pelos grupos políticos rivais, os liberais, os cafeístas e os perrepiistas, isolado politicamente e com dificuldade para implantar as diretrizes revolucionárias no estado, e sem contar com respaldo de lideranças revolucionárias importantes, Irineu Joffily renunciou, após um curto mandato de três meses. A experiência demonstrou para os líderes do governo provisório o quão importante seria “para as novas administrações estaduais a necessidade de criar bases políticas próprias, livres da tutela das facções locais” (SPINELLI, 1996, p. 32).

Para o lugar de Irineu Joffily foi nomeado o tenente norte-rio-grandense Aluísio Moura, que inaugurou a fase das interventorias militares. Moura era natural da cidade de Macaíba, município vizinho a Natal, e estava servindo em Campina Grande (PB) à época em que estourou a revolução, de onde saiu para comandar o Regimento Policial Militar (MARIZ, 1984, p. 86). Foi inicialmente empossado como interino em 28 de janeiro de 1931 ficando até 3 de março do mesmo ano, quando foi oficialmente indicado para o cargo. Nesse intervalo de tempo os *carcomidos* arregaçaram as mangas e tentaram influir no processo, indicando os nomes de Luciano Vêras, coronel Alípio Bandeira, desembargador Felipe Guerra e André Rocha.

Diante do impasse, Juarez Távora veio ao Rio Grande do Norte no final de fevereiro, acompanhado dos tenentes Ernesto Geisel e Agildo Barata, resolvendo a peleja e confirmando a indicação de Aluísio Moura. Também foi nomeado o tenente Ernesto Geisel para os cargos de Secretário Geral e Chefe de Segurança Pública. Suspeita-se que a nomeação de Geisel decorria do fato de o governo federal desconfiar da competência política e administrativa do novo interventor. Mariz (1984) afirma que Juarez parecia não ter segurança quanto à escolha de Aluísio Moura, talvez “porque sabia-se de suas ligações com os políticos tradicionais, não obstante fosse ele militar” (MARIZ, 1984, p. 85).

Segundo Spinelli (1996, p. 46), Aluísio Moura foi amplamente apoiado pelos setores mais conservadores do estado, No entanto, a composição política do governo estava alicerçada nos grupos que poderiam ser considerados “mais à ‘esquerda’”, notadamente “a ala cafeísta e o setor vinculado aos revolucionários militares”, que foram contemplados com “os postos mais importantes da administração”. Da corrente cafeísta

constavam Pedro Dias Guimarães, na prefeitura da capital, e Sandoval Wanderley, na direção da Imprensa Oficial, além de Amâncio Leite (prefeitura de Mossoró) e Francisco Sólon Sobrinho (prefeitura de Areia Branca). Da ala dos revolucionários militares forma designados por Juarez Távora o tenente Ernesto Geisel, que acumulava os cargos de Secretário Geral e chefe de Polícia (departamento de Segurança Pública), e o tenente Paulo Cordeiro, no comando da Polícia Militar (SPINELLI, 1996, p. 46).

Inicialmente, o novo interventor tentou se aproximar dos setores populares, visitando o Sindicato dos Estivadores Natalenses, localizado no bairro das Rocas, um bairro operário da cidade de Natal. Fez a visita acompanhado por Café Filho e outros auxiliares. A aliança com o grupo cafeísta, porém, durou pouco.

A passagem de Aluísio Moura pela interventoria (seis meses) foi marcada por incidentes com o grupo político liderado por Café Filho – a quem ordenou a prisão acusando-o de comunista e de organizador de um levante contra o governo – e pelo apoio dado aos *carcomidos*, grupo político defenestrado pela Revolução. O desfecho do caso, segundo um estudioso do período, deu-se de

forma inesperada. O chefe de polícia, tenente Ernesto Geisel, comandou as investigações para apurar as denúncias e, após um trabalho de 36 horas, concluiu pela improcedência das mesmas, exigindo “do interventor a publicação de uma nota oficial de reparação no jornal do governo”, fato que “selou a sorte de Moura”, visto que a partir dali estreitar-se-iam os laços “entre os cafeístas e os tenentes Geisel e Cordeiro.” A situação que se criou era muito estranha, pois “a execução do programa revolucionário dependia cada vez mais da tutela exercida pelo tenente Geisel sobre o interventor” (SPINELLI, 1996, p. 49-50), sobre quem se falava desde o início que tinha “a missão de observar e controlar” o interventor, impedindo-o de se afastar “dos objetivos da revolução” (MARIZ, 1984, p. 86).

A aproximação entre Aluísio Moura e os *carcomidos* era cada vez maior, o que levou Geisel e Café Filho viajarem ao Rio de Janeiro para denunciar e procurar acertar junto às principais lideranças revolucionárias “os rumos políticos do Estado do Rio Grande do Norte.” No seu retorno, Geisel informou “haver se desligado dos compromissos assumidos com o Delegado Federal do Norte”, demitindo-se “dos cargos que ocupava, sendo seguido, com as mesmas declarações de motivos, pelo tenente Paulo Cordeiro, que se afastou do comando da Polícia Militar.” Ao contínuo, toda a frente cafeísta também renunciou a seus cargos, sinal que o interventor aguardava para iniciar a “derrubada” geral dos cafeístas e outros revolucionários que ocupavam cargos de confiança, nomeando para ocupar os mesmos postos lideranças políticas que caíram com a deflagração da Revolução (SPINELLI, 1996, p. 50-52). Pedro Dias Guimarães (prefeito de Natal) e Sandoval Wanderley (diretor da Imprensa Oficial) foram substituídos, respectivamente, por Francisco Lopes de Freitas e Luís da Câmara Cascudo (MARIZ, 1984, p. 88).

Denúncias apontando distanciamento entre os projetos revolucionários e as ações do interventor mostraram ao governo provisório não ser mais possível manter um interventor que estava restaurando a “máquina política derrotada pelo Movimento de Outubro.” Juarez Távora e Osvaldo Aranha cercavam o presidente Vargas, alertando-o sobre “a necessidade de substituição do interventor”. Café Filho articulava, “no Rio, apoio ao nome de Ernesto Geisel”, enquanto alguns liberais batiam-se “pelo nome do capitão Sandoval Cavalcanti (potiguar que servira no estado-maior do coronel Góes Monteiro, durante a Revolução) ou o Dr. Enéas Couto” (SPINELLI, 1996, p. 54-55).

Pressionado, Aluísio Moura renunciou, sem que os grupos locais conseguissem emplacar o seu substituto.

O oficial da Marinha Herculino Cascardo, nascido no Rio de Janeiro em 1900, era um revolucionário histórico, atuante líder tenentista na década de 1920, quando “participara da tentativa de revolta armada de 1925 no comando do encouraçado ‘Minas Gerais’” (MARIZ, 1984, p. 92). Mais importante ainda, Cascardo correspondia inteiramente ao perfil desejado pelo movimento tenentista para um interventor: era militar, não era do estado e, portanto, pelas duas primeiras características, politicamente neutro (SPINELLI, 1996, p. 56). Tentando cumprir os preceitos do governo revolucionário, Cascardo procurou manter-se afastado dos conflitos políticos locais, principalmente porque o seu curto período de interventoria coincidiu com o agravamento do quadro político, como aqueles que opunham os tenentes aos civis que conspiraram e derrubaram Washington Luís. Então recebeu, ainda no Rio de Janeiro, do próprio presidente Vargas, a missão “de *aplainar dissensões*”. Para cumprir essa diretriz, optou por “governar *alheio às competições políticas*” (...), priorizando as questões administrativas e os interesses do Estado”, evitando tanto quanto possível as “*derrubadas*”. Assim, a sua equipe foi composta, de um lado, por “antigos dirigentes políticos, intelectuais e altos funcionários afastados da política militante e, de outro, representante do tenentismo, mas sem nenhum integrante do grupo cafeísta. O novo interventor conseguiu, mesmo sem contar com cafeístas entre seus auxiliares, evitar atritos com esse importante núcleo político, um feito que afastou “os focos mais óbvios de tensão” (SPINELLI, 1996, p. 57-59).

As ações políticas do interventor encaixavam-se nas propostas tenentistas e essa postura política confrontava as pretensões dos grupos oligárquicos, num momento de extrema tensão entre esses dois grupos políticos. Melindrado por não poder executar um julgamento de perda dos direitos políticos e pagamento de indenização contra o ex-governador Juvenal Lamartine, Herculino Cascardo comunicou, a 29 de janeiro de 1932, por telegrama, ao presidente Getúlio Vargas, sua renúncia ao cargo de interventor, ato que “provocou imediata mobilização de amplos setores da sociedade local, visando demovê-lo”. Nessas mobilizações, Cascardo conseguiu praticamente juntar todos os grupos políticos, talvez porque tenha conseguido manter-se afastado dos dois extremos políticos (perrepistas e cafeístas), dando “predominância aos elementos de ‘centro’ (os apolíticos)”. Manifestações também partiram do governo provisório e de vários interventores, quase todos de lideranças ligadas ao tenentismo. As ações de Herculino Cascardo a frente dos destinos do Rio Grande do Norte, um dos estados mais instáveis no início da Nova República, garantindo uma “relativa pacificação” era motivo mais que suficiente “para que Vargas não abrisse mão de sua colaboração na interventoria potiguar” (SPINELLI, 1996, p. 81-84).

Todas essas instâncias terminaram por fazer Herculino Cascardo, em 3 de fevereiro de 1932, reassumir a interventoria. A sua presença a frente dos destinos do estado não era, para ele, muito confortável. Novamente no estado, o antigo líder revolucionário constatou que a Revolução estava se desvirtuando e deviava-se “de seus compromissos com *‘as reformas sociais, a redistribuição das riquezas e a implantação do socialismo sem lutas sangrentas’*”. Assim, novamente buscou afastar-se da interventoria, decisão aceita por Vargas 2 de junho de 1932 (SPINELLI, 1996, p. 85-91).

Assumiu a interventoria o capitão Bertino Dutra (por influência do Clube 3 de Outubro local e de Herculino Cascardo), que encontrou o estado numa situação política extremamente complicada, em virtude da resistência dos grupos políticos tradicionais à implantação dos ideais revolucionários. Para contrapor-se a essa corrente aliou-se a Café Filho, a quem nomeou Chefe de Polícia.

Diferentemente de Herculino Cascardo, que conseguiu “manter as diversas facções relativamente neutralizadas”, o baiano Bertino Dutra, comandante da Escola de Aprendizes de Marinheiros em Natal, “marcou seu período justamente pela ruptura desse equilíbrio habilmente conquistado, prestigiando abertamente a facção cafeísta em detrimento dos liberais”, sendo inclusive um dos seus primeiros atos “a nomeação de João Café Filho para o estratégico cargo de chefe de Polícia” (SPINELLI, 1996, p. 93-94).

A convivência entre as duas correntes que fizeram a Revolução no Rio Grande do Norte sempre foi marcada pela disputa em torno do poder, por uma rivalidade constante e por conflitos exacerbados. A corrente liberal – de Silvino Bezerra, Dinarte Mariz, Bruno Pereira e outros – estava cada vez mais convencida de que a Revolução fugia a seus compromissos, prolongando a situação discricionária e postergando indefinidamente o reencontro com a ordem constitucional. Para os liberais, uma prova segura dessa disposição era o prestígio dado no Estado ao cafeísmo, cuja sustentação política assentava, segundo a visão do grupo, na agitação das massas operárias. O rompimento definitivo entre as duas correntes se deu em junho de 1932, com a fundação da União Democrática Norte-Rio-Grandense, sob a direção do monsenhor João da Matha Paiva e Gentil Ferreira de Souza, ambos revolucionários desiludidos (SPINELLI, 1996, p. 94).

A União Democrática apoiava abertamente a Revolução de 1932 e conspirava “internamente pela deposição do interventor.” Dizem Mariz e Suassuna que ela apoiava abertamente “os partidos gaúchos na época da frente-única daquele Estado”, e tinha por meta a constitucionalização do país. Os coronéis norte-rio-grandenses inclusive enviaram “seus capangas para lutar ao lado dos paulistas contra o Governo Central”, numa clara demonstração de que estavam contra os rumos

tomados pelo “Governo Provisório e o regime de exceção” (2002, p. 274). O chefe de Polícia, Café Filho, conforme (SPINELLI, 1996, p. 95-96), chegou a efetuar algumas prisões de adversários que apoiavam o movimento constitucionalista de São Paulo, casos do desembargador Silvino Bezerra, de Elói de Souza, de José Mesquita, de Omar Lopes Cardoso e alguns oficiais da polícia. Controlando a máquina do Estado, as facções tenentista e cafeísta usaram à larga “a repressão policial e a censura para combater” o que chamavam de “*extremismos: o ‘extremismo oligárquico’, ‘reacionário’, ‘saudosista’, restaurador da velha ordem política destruída em 30; e o ‘extremismo comunista’, ‘subversivo’, desagregador da ordem social’*”. É justamente nesse instante que o grupo liderado por Café Filho “perdeu suas características ‘heróicas’ da primeira fase”, pois, se na década de 1920, o cafeísmo

fora instrumento de revolta e protesto contra uma ordem liberal-excludente, que marginalizava inapelavelmente as massas urbanas e a classe operária em particular, agora, nos anos trinta, ele se convertera em mera ideologia de manipulação, de imposição do projeto de sindicalização segundo o molde corporativo, apoiado no aparato governamental e centrado na idéia de colaboração – o sindicato concebido como parte do aparelho do Estado, como órgão de cooperação com os poderes estatais.

A política adotada pela aliança tenentismo-cafeísmo em relação ao operariado e às baixas classes médias urbanas (comerciários, funcionalismo civil), tinha duas faces que se complementavam: a repressão e a cooptação. Quanto ao primeiro aspecto, tratou-se de afastar a influência dos comunistas e as tentativas de sindicalismo independente, impondo o modelo (...) do sindicato único por categoria profissional, reconhecido pelo Estado e submetido à tutela do ministério do Trabalho. Quanto ao segundo aspecto, envolveu a sindicalização massiva, com o objetivo de criar uma extensa massa de manobra, amoldável às conveniências políticas do grupo no poder ((SPINELLI, 1996, p. 96-97).

Era o esboço local das primeiras incursões da política trabalhista implementada pelo presidente Getúlio Vargas e que tinha como objetivo controlar o movimento operário. Lentamente, desde os anos 1920, os grupos dirigentes perceberam que a repressão ao movimento operário deveria se efetuar pelo combate sem trégua às organizações autônomas e combativas dos trabalhadores. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a instituição do Decreto 19.770, que registrou as normas necessárias para a sindicalização, deram as bases em que se daria a incorporação dos trabalhadores. Para Lincoln de Abreu Penna (1999, p. 134), a legislação “favoreceu o florescimento do ‘sindicalismo amarelo’”, subordinando os interesses dos trabalhadores aos interesses do Estado, o que ensejou a uma mudança na linha política do Partido Comunista. A partir de 1932, o PC adotou a orientação de que estaria presente e atuante “nos sindicatos oficiais, mesmo os que estivessem sob absoluto domínio do Ministério do Trabalho”. No Rio Grande do Norte, porém, mesmo pequeno, o movimento sindical não foi inteiramente controlado, “nem sempre o movimento sindical limitava-se aos parâmetros impostos de cima”, pois o trabalho dos comunistas, à margem da lei, denunciando a exploração dos trabalhadores, resultava quase sempre em confrontos políticos violentos (SPINELLI, 1996, p. 101).

Já pensando na disputa eleitoral que se avizinhava, Getúlio Vargas buscava aproximar-se dos grupos políticos mais fortes em cada estado. Essa ação era importante, visto que a vitória contra os revolucionários de 1932 não foi suficiente forte para lhe garantir supremacia incontestada sobre os liberais. Ademais, Vargas, caudilho formado na escola oligárquica da República Velha, não pretendia estender demasiadamente o governo forte iniciado em 1930 para não cair refém dos tenentes. Dessa forma, o presidente passou a se movimentar visando as eleições que indicariam os membros da assembléia constituinte.

No Rio Grande do Norte os primeiros a se mobilizar para enfrentar os pleitos eleitorais que se avizinhavam foram os antigos perrés, articulados por Dinarte Mariz, demissionário da prefeitura de Caicó, e o ex-governador José Augusto, como aponta Spinelli (1996, p. 109):

A 12 de fevereiro de 1933, com a participação de representantes de todos os municípios do Estado, era fundado o novo partido, que se chamaria Partido Popular do Rio Grande do Norte, resultado da fusão do antigo Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte, dirigido por José Augusto, com a União Democrática Norte-Rio-Grandense, dirigida pelo monsenhor João da Matha Paiva. O presidente e vice-presidente do Partido Popular eram, respectivamente, José Augusto e o monsenhor Matha. Faziam parte da diretoria provisória Francisco Martins Vêras, Joaquim Ignácio de Carvalho Filho, Dinarte Mariz e outros.

Sem se descuidar, os situacionistas, liderados por Café Filho e pelo interventor Bertino Dutra, fundaram em 4 de abril de 1933 o Partido Social Nacionalista do Rio Grande do Norte (PSN). Estiveram presentes representantes dos municípios, delegados dos núcleos regionais do Clube 3 de Outubro, representantes de associações de classe do interior e da capital, etc (SPINELLI, 1996, p. 111-112). A presença de lideranças do movimento sindical visava a dar um caráter popular ao partido, contrastando com o Partido Popular, de feição mais elitista (COSTA, 1995, p. 33). Havia, no entanto, um sem-número de lideranças tradicionais ao lado do PSN, o que dava à aliança Café Filho-Bertino Dutra um verniz também oligárquico (SPINELLI, 1996, p. 112).²³

Com as chapas formadas²⁴ para o pleito eleitoral que definiria as quatro vagas do Rio Grande do Norte na Assembléia Nacional Constituinte, os partidos saíram em busca dos eleitores. O resultado da eleição de 3 de maio de 1933 foi um golpe forte para o interventor Bertino Dutra e seus aliados no estado. Os antigos perrés, sob a legenda do PP, elegeram três representantes para a Constituinte (Francisco Martins Vêras, Alberto Roselli e José Ferreira de Souza), enquanto ao PSN coube uma vaga (Kerginaldo Cavalcanti). A derrota deixou o interventor Bertino Dutra em situação delicada. Restou-lhe enviar carta ao presidente Vargas pedindo demissão.

Após a renúncia de Bertino Dutra, Getúlio Vargas nomeou para a interventoria o norte-riograndense Mário Leopoldo Pereira da Câmara, filho de Augusto Leopoldo Raposo da Câmara, ex-vice-governador de José Augusto, e, portanto, por suas ligações com os “decaídos”, o homem certo para pacificar politicamente o estado através de uma aliança com o Partido Popular, chefiado por José Augusto Bezerra de Medeiros. Tal situação era fruto da instabilidade política nacional (insatisfação nos quartéis e lutas entre as facções políticas estaduais) e exigia do presidente Vargas habilidade política para assegurar “o apoio mais amplo possível”. Para tanto, “Vargas prudentemente compôs-se com os grandes Estados e procurou se aproximar das facções oligárquicas que imprimiram derrotas aos interventores em seus Estados, como foi o caso de São Paulo e do Rio Grande do Norte” (SPINELLI, 1996, p. 30-131).

Bertino Dutra encerra uma fase – a da alta rotatividade interventorial no Rio Grande do Norte, o estado mais problemático no que se refere à conciliação entre os interventores e os grupos políticos locais. Foram seis interventores indicados, sendo o último Mário Câmara, cuja gestão será analisada mais a frente. Há outros fatores que se somam, segundo Marlene Mariz, à “dificuldade

²³ Segundo Spinelli (1996, p. 115), a despeito das divergências entre os dois grupos, havia na área social um projeto conservador comum, “fruto das pressões e da influência da Igreja Católica “sobre o eleitorado, particularmente o do meio rural, o das pequenas cidades e o feminino”.

²⁴ Em assembléia no dia 23/04/1933 o PP definiu seus candidatos: Dr. Francisco Martins Vêras, capitão Júlio Perouse Pontes, Dr. Alberto Roselli, Dr. José Ferreira de Souza. O PSN em 21/04/1933 também definiu seus candidatos: Dr. Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque, Dr. João Peregrino Júnior, Dr. Ricardo Barreto e Dr. Mário Leopoldo Pereira da Câmara (SPINELLI, 1996, p. 116).

de articulação dos interventores militares ou ‘estrangeiros’ com as forças locais” para explicar a alta rotatividade dos interventores no Rio Grande do Norte. Para ela, faltaram aos interventores indicados habilidade e estratégia políticas. Também houve dificuldades resultantes de uma estrutura local alicerçada numa forte base agrária, com os seus representantes criando obstáculos a ação governista, as divisões no seio da ala governista e, por último, a falta de apoio do governo central aos seus delegados estaduais, o que demonstra a preocupação do governo Vargas em não criar arestas intransponíveis com as lideranças políticas tradicionais (MARIZ, 1984, p. 66-67).

A indicação de Mário Câmara demonstrava que a facção tenentista perdia influência junto ao presidente Vargas; demonstrava também a manutenção da força dos grupos políticos tradicionais. Ao presidente restava movimentar-se visando a eleição presidencial que se aproximava. É, porém, importante notar que o mais longo interventor que passou pelo Rio Grande do Norte teve uma das administrações mais atribuladas, sintoma dos resquícios da radicalização política da eleição para a Assembléia Constituinte.

Bom administrador e com excelente conhecimento de finanças públicas, Mário Câmara era homem da confiança do presidente Vargas, que punha fé na sua habilidade para apaziguar os ânimos políticos que estavam exaltados. Diz Homero Costa (1995, p. 34-36) que o presidente Vargas, após uma fase conturbada de interventorias tenentistas, tinha a pretensão de se aproximar das oligarquias estaduais. A indicação de Mário Câmara tinha o objetivo de buscar uma aproximação do “grupo liderado por José Augusto Bezerra de Medeiros, articulado no Partido Popular”, intento inicialmente alcançado, pois a bancada do PP chega a lhe telegrafar, “solidarizando-se com o seu governo” e o jornal que representava os interesses do partido lança editoriais simpáticos. A simpatia aumenta ainda mais quando o interventor demite Café Filho da chefia de polícia. A atitude, entretanto, acirra os ânimos da facção cafeísta, que se organiza para lhe fazer oposição. Prevendo possíveis dificuldades que pudessem ser criadas por Café Filho, Mário Câmara expressa em carta enviada ao presidente Vargas “a conveniência de ser dada a Café Filho, o mais rápido possível, uma colocação fora do Estado ‘para que melhor pudesse levar a termo a missão que deveria desempenhar no Estado’.” E Café Filho foi, efetivamente, nos primeiros momentos um espinho difícil de ser removido. Permanecendo no estado e na direção d’O Jornal, ele começou uma séria de ataques à gestão de Mário Câmara, no momento em que este buscava aproximar-se das lideranças do Partido Popular (MARIZ, 1984, p. 113).

Marginalizado das decisões da política estadual, Café Filho e o seu grupo assumiram uma posição de antagonismo à administração estadual, condenando principalmente a tentativa do interventor em procurar uma conciliação com o grupo tradicional, que demonstrava ser o mais forte. E esta era a principal do interventor no Estado, tendo em vista que se aproximavam as eleições para Presidente Constitucional do país e a bancada potiguar na Constituinte contava com três deputados do Partido Popular (MARIZ, 1984, p. 113-114).

A boa acolhida inicial, excluída as desavenças com o grupo cafeísta, deve-se a vários fatores, entre eles, como destacam dois historiadores locais, o fato de Mário Câmara, mesmo afastado há algum tempo, ser do estado e ter ligações familiares com o grupo oposicionista liderado pelo ex-governador José Augusto, de quem seu pai, como dito acima, foi vice-governador. Assumindo num momento em que os ânimos políticos ainda estavam exaltados devido à movimentação da eleição que se encerrara há apenas dois meses e tendo em vista o pleito eleitoral a ocorrer no ano seguinte, a indicação de Mário Câmara era “uma possibilidade de unificar a política local, configurando uma situação de apoio ao governo federal, ao mesmo tempo que tentaria impor uma nova liderança” (MARIZ & SUASSUNA, 2002, p. 279). O quadro traçado por Vargas para o interventor Mário Câmara era claro: a missão era, primeiro,

aproximar-se do grupo de José Augusto para dar, no Rio Grande do Norte, cobertura ao governo federal. Mas essa aproximação deveria se fazer de forma tal que Mário Câmara pudesse dar as cartas, ser o poder decisório último. Fracassando esse intento, deveria Câmara fundar um partido de sustentação para o governo. Verificada a impossibilidade de com esse partido vencer as eleições (estaduais), só então, em terceira e última hipótese, ele procuraria se aliar a Café Filho (SPINELLI, 1996, p. 131).

Visando a apurar arestas, Mário Câmara primeiro procurou as lideranças do Partido Popular. Segundo Mariz e Suassuna (2002, p. 280-281), o Partido Popular expôs, em linhas gerais, as suas condições para apoiar a interventoria estadual: José Augusto não disputaria posição eleitoral ou administrativa, aceitando o que lhe fosse oferecido; o interventor deveria substituir as comissões que exerciam autoridade e eram hostis ao PP; o PP acolheria aliados e amigos do interventor, dando-lhes posições nos diretórios locais. Em suma, o PP estava disposto a patrocinar um arranjo político que lhe trouxesse grandes vantagens na política estadual, e em troca “oferecia apoio e votos ao governo”. Desconfiado das exigências feitas, que lhe deixava na incômoda posição de um fantoche político, Mário Câmara contrapropôs a formação de um novo partido, que seria organizado conforme “a orientação do próprio Vargas, de que os novos partidos deveriam congregiar os elementos mais fortes do Estado” (MARIZ & SUASSUNA, 2002, p. 280-281). A nova agremiação partidária, segundo um estudioso das relações políticas entre os grupos oligárquicos locais e o governo de Vargas, denominar-se-ia Partido Liberal, e a ela seriam agregados os membros do Partido Popular e do Partido Social Nacionalista (exceto os membros do diretório central) e os que não estivessem filiados a nenhum dos dois partidos. Dirigido por uma comissão de dez membros, sendo cinco maristas e cinco populistas, o Partido Liberal seria presidido por alguém indicado por Mário Câmara, enquanto o Partido Popular indicaria o vice-presidente. Todas as decisões partidárias caberiam ao diretório central, tendo o presidente direito a voto individual e, caso houvesse empate, a voto de qualidade. Os municípios escolheriam “delegações de três a cinco membros, na proporção das forças de cada grupo” e os prefeitos em desacordo com os populistas, “o interventor prometia substituir os nomeados em administrações anteriores ‘que não tenham a confiança da maioria do directório e que estejam manifestamente incompatíveis com as populações dos municípios em que estão servindo’” (SPINELLI, 1996, p. 153). A contraproposta do interventor não foi aceita pela direção do Partido Popular, o que resultou no fim de qualquer tentativa de conciliação das forças política do estado. Homero Costa (1995, p. 36) assim descreve o rompimento do interventor Mário Câmara com o Partido Popular:

Em fins de janeiro de 1934, Mário Câmara viaja ao Rio de Janeiro para tratar de assuntos ligados à administração do estado, e na volta é procurado por Dinarte Mariz e João Câmara, ambos da direção do Partido Popular, para negociar uma aproximação com José Augusto. A conversa gira em torno de um acordo no qual o Partido Popular se comprometeria a dar todo o apoio ao interventor em troca de cargos na administração local. Mário Câmara fica de estudar a proposta. Voltam a se reunir novamente (sic) e o interventor lança uma contraproposta: a formação de um novo partido – que daria sustentação política ao governo –, e assim se abriria um amplo espaço para troca de cargos. (...) A reunião é encerrada com os membros do Partido Popular se comprometendo a reunirem-se com a direção regional a fim de estudar a proposta.

Realizada a reunião, o Partido Popular decide não aceitar a proposta do interventor (...). No essencial, o que ambos propunham era a subordinação de um grupo por outro. (...)

O acordo se inviabiliza (...), gerando uma crise que se prolongará até outubro de 1935, quando toma posse Rafael Fernandes, do Partido Popular.

Não foram poucos os que se mobilizaram para viabilizar uma proposta de acordo entre o Partido Popular e o interventoria estadual. Juarez Távora, ainda homem forte no governo central, após audiência com o Ministro da Justiça e os deputados constituintes do PP Alberto Roseli e Ferreira de Souza, apresentou uma proposta de acordo encaminhada a Mário Câmara cujas bases estabeleciam a criação de um novo partido. Távora advertia que inicialmente José Augusto deveria ficar “à margem das negociações, a fim de evitar possíveis constrangimentos, mas sem desprestigiá-lo”, o que demonstrava o reconhecimento de sua liderança “e a necessidade de sua presença no novo partido”. O Partido Popular mostrou boa vontade quanto ao andamento dessas negociações, posição expressa na ação “de seus deputados, que assinaram o manifesto favorável à candidatura de Vargas, mesmo ter ainda respondido a proposta” (MARIZ & SUASSUNA, 2002, p. 281-282). Spinelli, que esmiuçou as relações entre os grupos políticos locais e o governo de Vargas, detalha como se deram as negociações envolvendo o ministro Juarez Távora, José Américo e algumas das principais lideranças populistas, como Rafael e Vicente Fernandes (parentes de Távora), Paulo Câmara e os deputados do Partido Popular, sendo advertido por Rafael Fernandes que expôs as dificuldades postas por Mário Câmara. Juarez Távora e José Américo pareciam simpáticos às propostas dos populistas, e o primeiro, segundo Alberto Roseli, surpreso com os termos da contraproposta do interventor, fez esforços para que as negociações prosseguissem e os diretórios municipais fossem organizados na proporção das forças de cada grupo. Sugeriu, ainda, que a nova agremiação se chamasse Partido Social Democrático (SPINELLI, 1996, p. 154). Mário Câmara, porém, mostrava-se intransigente, pois, para ele, negociar nas bases propostas pelos populistas ou mesmo acatar as sugestões encaminhadas por Juarez Távora, significava total submissão ao Partido Popular (COSTA, 1995, p. 37).

Interventor e homem de confiança do presidente Vargas no estado, Mário Câmara esperava presidir o Partido Popular ou o novo partido nascido do acordo entre os seus aliados e os liderados de José Augusto. Este, por sua vez, favorável a uma consulta aos chefes políticos, convocou uma assembléia deliberativa visando constituir a primeira Comissão Executiva do partido para um período de três anos. No discurso de posse, José Augusto fez críticas ao interventor, acusando-o de não dar a devida atenção às solicitações do PP,²⁵ abrindo o flanco para que fracassasse o interventor justo na sua principal tarefa, a da pacificação política do Rio Grande do Norte. Assim descreve Spinelli esse importante momento em que os populistas rebatiam fortemente a contraproposta do interventor:

A nota da comissão executiva do partido foi precedida por uma consulta aos diretórios municipais e aos parlamentares federais. A longa resposta destes últimos traduziu fielmente o espírito com que foi recebida a contraproposta de Mário Câmara pelos setores dirigentes do partido.

Os deputados afirmaram não entender a proposta de fusão entre uma organização política (o Partido Popular) “definitivamente organizada, que já passou pelo baptismo de fogo de uma luta intensa e encarniçada, com os seus elementos inteiramente disciplinados e coesos e com a tradição da mais brilhante victoria eleitoral jamais verificada no Estado e muito rara no próprio Brasil, como uma das partes do entendimento, em pé de igualdade com uma outra mais ou menos amorpha, desorganizada e sem poder eleitoral conhecido ou simplesmente suspeitado, não se lhe conhecendo sequer uma afirmação de idéias, capaz de orientar a elaboração de qualquer programa partidário.”

Por isso, eles recusaram o que qualificavam de proposta de suicídio político que Mário Câmara oferecia apo Partido Popular, em troca das benesses de um apoio

²⁵ Segundo Costa (1995, p. 35), as críticas eram motivadas pelo “fato de que o Partido Popular, em algumas audiências com o interventor, havia solicitado a substituição de vários prefeitos do interior (nomeados pelo interventor) e tais solicitações ainda não tinham sido atendidas (em audiência com Vargas, os deputados federais do Partido Popular aludem a esse fato, solicitando ao presidente que intercedesse junto ao interventor).

governamental de curto prazo (após a Constituinte haveria eleições estaduais), que dependia da vontade de Getúlio. (...)

Segundo eles, Câmara “quis fazer conosco, por meio de um acordo, o que Café e o Bertino tentaram pela violência”.

(...)

Os diretórios municipais do partido, quase unanimemente, recusaram o acordo contido na contraproposta, à exceção do diretório de Ceará-Mirim, dirigido por João Câmara, parente do governador.

A comissão executiva do partido, em nota assinada por José Augusto e demais membros, transmitiu ao interventor a recusa da contraproposta, com base no pronunciamento dos diretórios municipais (SPINELLI, 1996, p. 155-156).²⁶

Inviabilizado o acordo, Mário Câmara, depois de consulta feita ao presidente Vargas, resolveu criar um novo partido político para impedir que os rumos do estado voltassem às mãos de José Augusto e Juvenal Lamartine (MARIZ & SUASSUNA, 2002, p. 282). Assim, em 26 de julho de 1934,²⁷ Mário Câmara juntou seus aliados e fundou o Partido Social-Democrático. O presidente e o vice-presidente do novo partido eram, respectivamente, o deputado Francisco Martins Veras, que se desligara do PP, e o prefeito de Mossoró Antônio Soares. Sem alternativas junto aos populistas, Mário Câmara fez, faltando um mês para as eleições, uma oportunista aliança política com Café Filho, que realizara em 7 de setembro de 1934, o congresso do Partido Social Nacionalista, com o objetivo de derrotar eleitoralmente o Partido Popular. Segundo Homero Costa (1995, p. 42), a aliança entre o Partido Social Nacionalista, fundado por Café Filho, e o Partido Social-Democrático, dirigido por Mário Câmara, era fundamental para ambos. Mário Câmara e Café Filho sabiam que sozinhos não tinham condições de vencer os liderados de José Augusto. O acordo entre *cafeístas* e *maristas* resultou na criação da Aliança Social. A partir daí, o Partido Popular é apresentado pelos jornais diários (*A República* e *O Jornal*) que dão apoio à Aliança Social “como ‘o partido da grande burguesia’, dos ‘açambarcadores’ e do ‘alto comércio’, enquanto” a Aliança Social seria a “representante da ‘pequena burguesia, da maioria dos pobres e humildes’ e o que mais se aproximaria do ‘operariado sofrido’” (COSTA, 1995, p. 42).

Segundo uma estudiosa do conturbado período, a Aliança Social, com a incorporação do cafeísmo, “ganhou a adesão do sindicalismo praticado nos limites da legislação varguista, do qual Café Filho era o agente-mor no Estado”, mas não conseguiu atrair setores do operariado sob influência do PCB. Apelava para o voto útil e fazia um discurso entremeado por expressões marxistas-leninistas, enquanto os integrantes do PP propunham “tolerância e harmonia” (FERREIRA, 1989, p. 79-80)

Sob a presidência de José Augusto, o Partido Popular fez convenção no dia 23 de setembro na residência de João Câmara, em Natal. Estiveram presentes representantes de 40 municípios. O candidato a governador pelo partido seria o desembargador Silvino Bezerra, irmão de José Augusto. No entanto, à última hora, correndo por fora, o médico e comerciante de algodão Rafael Fernandes, ex-deputado federal, terminou sendo o escolhido. Elói de Souza e Joaquim Ignácio de Carvalho Filho (vice governador de Juvenal Lamartine) disputariam a vaga de senador, e José Augusto, Bruno Pereira, José Ferreira de Souza, Luiz Antônio e Alberto Roseli concorreriam para a câmara de deputados. Pela Aliança Social, os candidatos eram: Mário Câmara (governador), Café Filho e Ricardo Soares Jr. (deputados federais) e Kerginaldo Cavalcanti (senador) (SPINELLI, 1996, p. 168-170).

²⁶ As citações entre aspas são de Edgar Barbosa (História de uma campanha).

²⁷ Mantivemos a data apontada por Spinelli (1996) para a fundação do Partido Social-Democrático. Homero Costa dá como data de fundação do mesmo partido, 26 de junho.

Desde 1930, foi a primeira vez que

os campos políticos se diferenciaram, mostrando claramente o Governo do Estado em oposição às figuras tradicionais que dominavam a política estadual desde a República Velha. Pela primeira vez Café Filho e seus correligionários participaram de uma contenda política, não como uma terceira força, combatida tanto pelos elementos ligados ao poder, quanto pelos que haviam sido destituídos em 1930 (FERREIRA, 1989, p. 80-81).

A eleição de 1934 foi a mais violenta até então no Rio Grande do Norte. Os dois grupos partidários, Partido Popular (PP) e Aliança Social (AS), cometeram arbitrariedades contra os eleitores. Já no início de maio os conflitos começaram a se acirrar, quando o *coronel* Francisco Pinto, chefe do Partido Popular no município de Apodi, foi assassinado pelo pistoleiro Roldão Frutuoso. Embora tenha conseguido fugir, as suspeitas recaíram, como mandante do crime, sobre Luís Leite, prefeito municipal e inimigo político da vítima (MARIZ, 1984, p. 117). Os abusos foram tantos que foi necessária a presença de um observador federal para tentar acalmar os ânimos de ambos os lados. Ao elaborar um relatório contando o que presenciou no estado, o observador Neiva Júnior desagradou aos dois lados, que argüiam que a autoridade federal havia sido manipulada. Concorreu naquela eleição a Aliança Social, formada pelo Partido Social Democrático e pelo Partido Social Nacionalista. Com um discurso anti-oligárquico, a Aliança teve Mário Câmara como candidato a governador, enquanto os candidatos a senador e deputados federais e estaduais ficaram entre os dois partidos. O principal contendor da Aliança Social era o Partido Popular, chefiado pelos *caídos* em 1930.

As eleições não foram disputadas apenas pela Aliança Social e o Partido Popular. Outros dois grupos partidários concorreram: o Partido da União Operária e Camponesa do Brasil, com lideranças do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e Ação Integralista Brasileira (AIB), que sem recursos e uma insignificante base de apoio popular não conseguiram eleger nenhum de seus representantes (COSTA, 1995, 42-43; SPINELLI, 1996, p. 171-175).

O interventor jogou o peso da máquina estatal, tentando impor medidas arbitrárias, como a substituição, no Judiciário, na Polícia e no Exército, de pessoas que não fossem consideradas confiáveis. Uma tentativa de substituir delegados de polícia gerou forte atrito entre o interventor e o chefe de Polícia, João Medeiros Filho, que, agastado com as ações de Mário Câmara, baixou um circular instando os delegados a não se envolverem nas disputas partidárias e posteriormente demitiu-se (SPINELLI, 1996, p. 159-160). Nos primeiros dias de outubro de 1934, José Augusto, presidente de honra do PP, encaminhou documento ao Supremo Tribunal Federal denunciando as arbitrariedades cometidas pelo interventor, tais como irregularidades no alistamento eleitoral, na divisão dos cartórios municipais, a substituição dos delegados de polícia, entre outras (COSTA, 1995, p. 43). Mário Câmara objetou, através de representação ao TSE, entre outras coisas, que a criação de cartórios deu-se pela necessidade de fazer os registros civil e eleitoral e que o aumento dos efetivos policiais era uma necessidade, visto que o contingente (320 homens) era insuficiente para manter a segurança do estado. Com relação às demissões de autoridades policiais, elas ocorreram por questões de ordem administrativa (SPINELLI, 1996, p. 166-167).

Não satisfeito, Mário Câmara iniciou no estado uma fase de violência política que resultou no assassinato do *coronel* Francisco Pinto, chefe político do Partido Popular na cidade de Apodi (mencionado anteriormente), e de Otávio Lamartine, filho do ex-governador Juvenal Lamartine de Faria, além do ataque a uma caravana do PP na cidade de Parelhas.²⁸ Entre dezembro de 1934 e

²⁸ Otávio Lamartine foi assassinado em 14 de fevereiro de 1935 por um destacamento policial (uma volante) comandado pelo tenente da Força Pública, Oscar Rangel, que realizava no interior do estado “trabalho de busca e apreensão de armas sob a justificativa de garantia da ordem pública” (SPINELLI, 1996, p. 184).

janeiro de 1935,²⁹ Edgar Barbosa enumera 24 cenas de violência (COSTA, 1995, p. 44). A agitação era grande “e as denúncias e acusações eram de lado a lado”, obrigando o presidente Vargas comunicar “ao interventor Mário Câmara que tomara providências para restaurar a normalidade no Estado, garantindo o prestígio da autoridade do governo” (MARIZ & SUASSUNA, 2002, p. 284-285). Mas, conforme descreve um estudioso do período, o clima da campanha permaneceu bastante conturbado. Cenas de violência, de lado a lado, são assistidas no interior e na capital.

O clima, com o início efetivo da campanha eleitoral, fica cada vez mais tenso. Nos municípios do interior sucediam-se cenas de violências quando da realização de comícios e passagem de caravanas, com mútuas acusações. O ambiente era agitado e os jornais³⁰ da capital traziam, diariamente, informações a respeito de conflitos e violências. Como os dois jornais eram facciosos, ficava difícil, para a opinião pública, saber realmente o que de fato tinha ocorrido. Cada um, defendendo o seu partido, acusava o adversário de responsável pelos conflitos (COSTA, 1995, p. 37-38).

José Spinelli afirma serem verdadeiras as denúncias de violência feitas pelo Partido Popular, visto que os adversários (maristas e cafeístas) “contavam com o aparato da Polícia Militar e da Guarda Civil, e a colaboração ativa de chefes políticos afeitos a esses processos (...)”. No entanto, ressalta Spinelli, não é possível pensar que o PP era “simples objeto passivo da ‘compressão’ interventorial”, visto que os populistas tinham “apoio de grande parte da oficialidade do Exército e da maioria dos chefes locais (os ‘coronéis’) com seus jagunços armados”. E completa: “a violência era recíproca e, no clima de extrema confusão resultante, ficava difícil estabelecer a responsabilidade em cada caso concreto, embora a interventoria tivesse a vantagem de controlar o aparato repressivo oficial”. Neiva Júnior, que veio a ser observador federal daquele pleito, disse ao *Diário de Pernambuco*, que houve “muita ‘exacerbação de ânimos’ nas duas correntes e que muitos casos relatados por pessoas dos dois grupos (...) ‘não passavam de méros incidentes pessoais’”, e “alguns incidentes eram ‘de pouca monta’.” O observador elogiou a administração do interventor Mário Câmara, mas, apesar de muito possivelmente o fato de ter tentado manter-se distante das questões políticas locais terminou desagradando aos dois lados. Mário Câmara acusou-o de ser “um instrumento nas mãos do Partido Popular e de ter afastado, aonde chegava, a força policial da cidade, dificultando o acesso dos eleitores da Aliança Social às urnas”, enquanto os dirigentes do Partido Popular, mesmo reconhecendo que a sua presença no Seridó inibiram “violências maiores”, denunciavam-no “por ter sido indulgente e por não ter adotado medidas concretas quanto às pressões policiais da interventoria” (1996, 178-179).

Mais de 47.000 eleitores estavam inscritos para votar nas eleições de 14 de outubro de 1934, um crescimento exponencial tendo em vista que somente 19.000 votaram nas eleições de 3 de maio de 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte. Em 25 de novembro saiu o resultado, confirmando a vitória do Partido Popular. A Aliança Social entrou com recurso no Tribunal Eleitoral, “solicitando a impugnação de várias urnas em cidades do interior”. Acatado o pedido, são marcadas “eleições suplementares que deveriam ser realizadas entre os dias 3 e 28 de fevereiro de 1935, em datas diferentes para cada município”. Esse intervalo entre o primeiro e o segundo ciclo eleitoral, entre outubro de 1934 e fevereiro de 1935, coincide com o aumento da violência política no estado, com o Partido Popular solicitando garantia de tropas federais para conter os ânimos. O Tribunal Superior Eleitoral, “levando em conta os distúrbios que se verificaram nas eleições de

²⁹ Em virtude de denúncias de fraudes e violências feitas pelo Partido Popular e pela Aliança Social, as eleições ocorreram em outubro de 1934 e em fevereiro de 1935 (COSTA, 1995, p. 43-45).

³⁰ Cada agremiação partidária tinha um jornal que lhe fazia propaganda e atacava os adversários. A *Razão* era o jornal do Partido Popular; O *Jornal* era o periódico dos partidários de Mário Câmara.

outubro envolvendo a polícia estadual”, deferiu a solicitação, mas a medida tampouco conseguiu atingir o intento (COSTA, 1995, p. 43-44).

O resultado só saiu no dia 2 de abril de 1935, quando o Tribunal Regional Eleitoral divulgou o resultado das eleições, com a vitória da Aliança Social, que elegeu 15 deputados, contra 10 do Partido Popular. A decisão ainda precisava de deliberação do Supremo Tribunal Federal, dado o grande número de votos anulados (aproximadamente 17 mil) e a quantidade de denúncias feitas pela oposição. Somente no dia 16 de outubro de 1935 foi anunciado o resultado final, quando o Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, proclamou a vitória do Partido Popular, que elegeu 14 deputados estaduais contra 11 da Aliança Social, e três (José Augusto, Alberto Roselli e José Ferreira de Souza) dos cinco deputados federais.³¹ Sentindo-se inseguros no estado, os deputados eleitos pelo Partido Popular seguiram para a cidade de João Pessoa e “pediram asilo ao interventor Argemiro Figueiredo até o dia 29 de outubro, quando a assembléia se reuniria para eleger o governador”, passo político-eleitoral seguinte. Mário Câmara, apoiado por Café Filho, lançou sua candidatura a governador do estado, mas terminou desistindo e lançando como candidato o seu primo Elviro Carrilho, que terminou sendo derrotado pelo candidato do PP Rafael Fernandes por 14 a 11. De quebra, o Partido Popular ainda elegeu dois senadores, Eloy Castriciano de Souza e Joaquim Ignácio de Carvalho Filho (COSTA, 1995, p. 46-52, SPINELLI, 1996, p. 182-186).

Rafael Fernandes Gurjão, governador eleito, era médico, fazendeiro e comerciante em Mossoró. A indicação do seu nome para concorrer à eleição majoritária foi surpreendente, visto que a maioria aguardava um nome do Seridó. Tinha bom trânsito entre os grupos situacionistas e oposicionistas ao governo federal. Mas essas credenciais não o tornavam o grande nome da política potiguar (MARIZ, 1984, p. 141). O grande referencial ainda era José Augusto Bezerra de Medeiros, amigo pessoal do presidente Getúlio Vargas, mesmo estando na oposição ao seu governo. Foi ele

que conseguiu unir todos os chefes políticos do Seridó, reunindo assim os redutos eleitorais do Seridó aos do oeste, para solidificar a vitória do partido. Para ilustrar a força política de José Augusto e enfatizar que a vitória do Partido Popular foi dada pelo Seridó, é conveniente que se destaque que o candidato Rafael Fernandes Gurjão não participou de um único comício no decorrer de toda a campanha eleitoral (MARIZ, 1984, p. 141).

Outro fato a destacar é que enquanto na maioria dos estados brasileiros os novos grupos dominantes eram, de modo geral, dissidências “das antigas elites partidárias, ou lideranças vindas de fora aliadas a estes setores”, no Rio Grande foi ligeiramente diferente, visto que a estrutura do velho Partido Republicano foi quase que inteiramente transferida “para o novo Partido Popular e impôs duas derrotas consecutivas a Vargas: nas eleições para a Constituinte em maio de 1933 e, mais tarde, nas eleições estaduais (e para o Congresso Federal) de outubro de 1934” (SPINELLI, 1996, p. 127-128).

Após a derrota, em 1932, das forças de São Paulo e a promulgação da Constituição em 1934, a Assembléia Nacional Constituinte foi transformada em Congresso Nacional, o primeiro poder Legislativo desde 1930, que se encarregou de eleger Getúlio Vargas para a Presidência da República, um político egresso dos quadros oligárquicos e cuja participação na Revolução de 1930 e na repressão ao movimento constitucionalista de 1932 assustara as lideranças políticas tradicionais. A promulgação da Constituição de 1934, entretanto, “mostrou às oligarquias que Getúlio Vargas não era um” líder tão perigoso “como parecera inicialmente”. Muitos dos dispositivos “do Estado anterior a 1930” foram mantidos, casos do federalismo, a possibilidade de o Legislativo controlar os possíveis abusos do Executivo e a garantia de realização de eleições diretas, etc (LOPEZ, 1991, p. 75).

³¹ A Aliança Social elegeu dois representantes para a Câmara Federal: Café Filho e Francisco Martins Veras.

Vargas não era, porém, segundo Penna (1999, p. 178), um candidato consensual. Depois que naufragou “a insinuante candidatura do general Góis Monteiro”, surgiram outros dois nomes dentro do mesmo sistema de forças que apoiava o chefe do governo provisório: Afrânio de Melo Franco, que contava com o apoio dos *tenentes*, e José Américo de Almeida, chefe revolucionário nordestino, que logo aposentou suas pretensões, declarando-se fiel a Vargas, lançado oficialmente a 21 de abril de 1934. E, apesar de a eleição ser indireta, o presidente Vargas fez uma campanha quase nos moldes de uma eleição direta. Tentou criar um clima favorável à sua eleição anistiando, a 28 de maio de 1934, os envolvidos na Revolução de 1932 e suspendendo a censura à imprensa. A acachapante vitória sobre o seu oponente, Borges de Medeiros, por 175 a 59, demonstra o sucesso de sua tática política (PENNA, 1999, p. 178).

Segundo Burns (1995, p. 691), os Estados criados pelo Tratado de Versalhes chegaram a funcionar com governos representativos, mas no final da década de 1930 somente

três das principais potências – a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos – permaneciam na lista dos países democráticos. Entre os estados menores, a democracia sobrevivia na Suíça, na Holanda, na Bélgica, nos países escandinavos, em algumas repúblicas da América Latina e nos *dominions* autônomos da Comunidade Britânica. Quase todo o resto do mundo havia sucumbido a uma forma ou outra de despotismo. A Itália, a Alemanha e a Espanha eram fascistas; a Hungria era dominada por uma oligarquia fundiária; a Polônia, a Turquia, a China e o Japão encontravam-se essencialmente sob regime militar. A Rússia, embora professasse ser uma utopia comunista, era na verdade uma ditadura.

A posse de Vargas coincidiu com o crescente radicalismo político no Brasil e no mundo. Primeiro, dos tenentes que progressivamente saíram de cena ainda durante o governo provisório de Vargas (1930-34). Ao ocaso do tenentismo seguiu-se uma radicalização política ainda maior, reflexo do que acontecia na Europa, onde o nazi-fascismo e o comunismo vicejavam. Para Lourdes Sola (IN: MOTA, 1974, p. 259), a revolução de 1930 persistia e produzia cada vez mais “novos desdobramentos: sucessivas divisões e reaglutinamentos das forças políticas e sociais, nela unificadas”, com as oposições se generalizando e radicalizando-se ao alcançar as camadas populares urbanas. E completa:

A polarização dessas novas forças em estado de disponibilidade política, também elas heterogêneas (operários, indivíduos de classe média, incluindo profissionais liberais e militares), representava um grave problema para as novas e velhas oligarquias e para os grupos financeiros, porque frustrava suas expectativas de resolver *intramuros* os principais problemas políticos e econômicos do “país, isto é, os seus”.

Sobre os escombros do tenentismo³² surgiram dois agrupamentos políticos: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Este era uma força organizada e potenciada, em sua ação, marcada por “uma ideologia de orientação popular e de amplitude nacional.” A AIB, movida por princípios fascistas, também era “um movimento disciplinado, sob a forma de milícias, cujas bases sociais eram compostas principalmente de elementos de classe média e por militares” (SOLA, IN: MOTA, 1974, p. 259). O quadro descrito por Lourdes Sola não

³² Engolido pela dinâmica do sistema, o tenentismo definha rapidamente. Como movimento político autônomo, diz Boris Fausto (IN: MOTA, 1974, p. 252), o tenentismo “entrou em declínio em 1934. A agressividade do ‘Clube 3 de Outubro’ foi-se esvaziando, as tentativas de transformá-lo em partido fracassam e o clube acaba afinal por desaparecer, após ter procurado inutilmente impedir as eleições para a Constituinte”

está muito distante do perfil dado por Burns para os motivos que levaram ao declínio da democracia no mundo ocidental. Em linhas gerais, diz o historiador, pode-se dizer que “o conflito de classes aumentou em muitos países entre as duas guerras”, com vários grupos disputando o controle do governo, sem que nenhum estivesse disposto a renunciar “senão a uma fração de seu considerável poder em favor das maiorias menos privilegiadas” (1995, p. 691).

No Brasil, os grupos direitistas, entre eles os de ideologia nazi-fascistas, estavam agrupados na Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado,

um político de pequena expressão antes, mas escritor muito ativo: romancista, poeta e teórico do modernismo; teve mesmo participação na Semana de Arte Moderna, decerto por equívoco, pois não era autor de sensibilidade realmente moderna, como ele mesmo lucidamente percebia (...). (...) propagandista de idéias, escreveu dezenas de livros sobre a política de seu tempo, defendendo as teses antiliberais, conservadoras e até fascistas. (...) Realizando obra imensa, não escreveu nenhum livro importante, mas exerceu muita influência (IGLESIAS, 1993, p. 239).

A AIB nasceu somente em outubro de 1932, a partir de um manifesto redigido por Plínio Salgado, em fins de maio do mesmo ano. A eclosão da Revolução Constitucionalista impediu temporariamente a divulgação do teor dos objetivos que nortearam o movimento. Preconizava a instituição de um Estado Integral para substituir o Estado Liberal. Nos dois primeiros anos o crescimento foi lento. Somente a partir de 1934-35 a agremiação ganhou musculatura política (IGLESIAS, 1993, p. 240). Os integralistas eram apoiados por grande parte do empresariado, da classe média e dos militares das Forças Armadas, e defendiam a criação de um Estado forte, centralizado e nacionalista, partido único e a defesa da propriedade privada. As suas manifestações eram profundamente influenciadas pelo pensamento católico tradicionalista, daí a proclamação, no manifesto elaborado por Salgado, do “princípio da autoridade, a defesa de um nacionalismo exacerbado e o primado da família, da nação, tendo esta última no município sua célula-*mater*”. A propaganda foi desenvolvida em três frentes: a política social, a sociocultural e a moral-espiritual, facilitada pela presença de vários intelectuais espalhados pelo país.³³ Inspirada nos movimentos nacionalistas europeus, “o integralismo possuía uma estrutura organizativa centralizada em torno do chefe, cuja função, uma vez no poder, visava à integração da nação e do Estado, com base corporativa. (...) A rígida disciplina levou-os a adotar um uniforme de milícia, típica característica dos movimentos paramilitares” (PENNA, 1999, p. 184).

A AIB nasceu no Rio Grande do Norte no dia 14 de julho de 1933, sob a presidência do professor Francisco Vêras Bezerra, da Congregação Mariana dos Moços, numa solenidade no Teatro Carlos Gomes, que contou com a presença do interventor do estado (COSTA, 1995, p. 67; SPINELLI, 1996, p. 173). O apoio dado pelo professor Ulisses de Góis, presidente da Congregação Mariana de Moços, e pelo tenente do Exército Sérgio Mariano (secretário geral na interventoria Bertino Dutra), foram de extrema importância “para o êxito local do movimento no Estado”, expandido rapidamente pelo interior do estado, principalmente no Seridó, onde o integralismo teve boa penetração. Os grupos políticos dominantes, acostumados “à política de clientela e aos conchavos de gabinete”, não mostravam grande interesse em aliar-se àquele movimento “de grande potencial mobilizador, embora apreciassem seu anticomunismo e seu culto à tradição”. Não o hostilizavam, nem o estimulavam; mantinham-no “como força de reserva eventual; daí a tolerância”. Foi, talvez, a falta de apoio dos grupos dominantes e dos coronéis no interior um dos motivos pelos quais o movimento não cresceu no interior do estado. Com dificuldades para conseguir crescer, a

³³ Aqui no Rio Grande do Norte a maior referência integralista foi Luís da Câmara Cascudo.

AIB-RN apresentou Otto Guerra, Waldemar de Almeida e Everton Dantas Cortez como candidatos a deputado estadual nas eleições de 14 de outubro, não conseguindo ocupar nenhuma cadeira no Legislativo Estadual (SPINELLI, 1996, p. 174-175).

Do outro lado do espectro ideológico estava a Aliança Nacional Libertadora (ANL), agrupamento de esquerda, que reunia comunistas, socialistas, liberais democratas, operários e membros das Forças Armadas. O PC, fundado em 1922, teve um crescimento lento. Isso se deveu, segundo Iglesias (1993, p. 241), ao rigor da repressão, que nunca o poupou, ao contrário do que se deu com o integralismo, “não só poupado, mas até festejado pelo poder, com o qual esteve em contato muitas vezes”. Na década de 1930, os comunistas conseguiram se articular melhor, trazendo para as fileiras do partido “uma figura do prestígio de Luís Carlos Prestes”, antigo líder tenentista e uma das mais populares lideranças do país. Foi justamente a nova estratégia de articulação do PC que permitiu a criação, em 1934, da Aliança Nacional Libertadora (LOPEZ, 1991, p. 83), reunindo o que restava “do tenentismo, correntes esquerdistas, pequenos segmentos da burguesia e da classe média e algo do proletariado” (IGLESIAS, 1993, p. 241-242). Era uma frente política, “com influência comunista, de outros segmentos de esquerda, sindicalistas, além de correntes do tenentismo mais extremadas”, muitos (tenentes principalmente) atraídos pela presença de Prestes na liderança do movimento (PENNA, 1999, p. 179). Os seus membros pretendiam a realização da reforma agrária, com proteção para os pequenos e médios proprietários, moratória para a dívida externa, nacionalização de todas as empresas estrangeiras e a instalação de um governo popular e democrático.

Segundo Penna (1999, p. 179), não foi preciso muito tempo para que a ANL organizasse mais de 1.500 núcleos de militantes e simpatizantes. No Rio de Janeiro, por exemplo, foram mais de 50 mil filiados, uma capacidade de mobilização e arregimentação que “contrastava com as formas arcaicas de atuação dos políticos tradicionais”. Mas apesar do apoio dado pelos trabalhadores, é possível que os comunistas, em sua maioria líderes da ANL, soubessem que ainda não podiam contar integralmente com as massas urbanas ao seu lado e por isso tentaram buscar

as simpatias da pequena burguesia de tendência progressista e reformista. A ANL foi, portanto, uma tentativa de estabelecer uma ponte com tais setores. Tinha um programa bastante elástico para incorporar e especialmente unificar a pequena burguesia e os trabalhadores sob uma mesma bandeira. O programa da ANL não era comunista. Era um instrumento de ação política da esquerda, liderada pelos comunistas. Através da ANL, o PC aceitou sacrificar o seu programa em favor da efetiva criação de uma base sólida para galgar o poder (LOPEZ, 1991, p. 83).

Apesar de os programas da ANL serem extremamente heterogêneos, eles apontavam para uma direção, segundo Lourdes Sola, muito “perigosa”, pois

incluíam (...) a liquidação dos latifúndios, extinção de tributo dos aforantes, cancelamento das dívidas imperialistas – contestação indireta da estrutura rural existente; reivindicavam também a nacionalização das empresas estrangeiras, salário mínimo, jornada de trabalho de 8 horas – palavras de ordem que poderiam mobilizar um proletariado urbano em crescimento e fazê-lo adquirir experiência política, ameaçando assim os grupos industriais necessitados de capital e de paz (IN: MOTA, 1974, p. 260).

O programa básico da ANL direcionava-se para três pontos básicos: o antiimperialismo, o antifascismo e a luta contra os interesses latifundiários, preconizando “a constituição de um governo popular, a reforma agrária, a suspensão da dívida externa e a nacionalização das empresas

estrangeiras que operavam no Brasil” (PENNA, 1999, p. 179). A Constituição de 1934 frustrou a pretensão dos membros da ANL de formar uma sociedade mais justa e igualitária. E o governo federal, assustado com o seu crescimento e com o controle que os comunistas tinham sobre a agremiação, com base na Lei de Segurança Nacional, declarou ilegal a Aliança Nacional Libertadora, em 13 de julho de 1935, depois que Luís Carlos Prestes fez um discurso em que conclamava as massas a se organizarem. A repressão iniciou-se com a prisão de civis, punições a soldados, sargentos e oficiais, com apoio das milícias integralistas. A reação do governo, com o apoio das elites, demonstrou claramente qual seria a atitude caso os comunistas viessem a se manifestar. Era quase consenso entre os membros das elites política e econômica brasileira “de que o fortalecimento do Executivo era a condição de estabilidade e de ordem, portanto de sobrevivência dos grupos dominantes” (SOLA, IN: MOTA, 1974, p. 261). Penna (1999) afirma que foram vários os fatores que contribuíram para a maneira como a ANL foi politicamente conduzida, entre elas a situação política internacional e a “presença de comunistas na direção do movimento, aliados à tradição militarista e golpista dos egressos do tenentismo”. Essas determinantes foram de vital importância para a escolha da via insurrecional (PENNA, 1999, p. 180).

No Rio Grande do Norte, Café Filho, liderança política surgida no meio sindical, começara a se compor com os vitoriosos de 1930 e, apoiando-se no Decreto nº 19.770, princípio legal que controlava a criação e o funcionamento dos sindicatos, estabelecia-se como um representante do sistema varguista para controlar os operários. Como o meio sindical no Rio Grande do Norte estava polarizado entre comunistas e cafeístas, e como os últimos foram um dos esteios do regime implantado em 1930, os comunistas não conseguiam registro para que os sindicatos que seguissem a sua orientação pudessem funcionar. Sem o registro expedido pelo Ministério do Trabalho, os sindicatos de orientação comunista ficaram funcionando na ilegalidade, sendo violentamente reprimidos pelas autoridades estaduais e federais. Sem alternativas viáveis dentro da lei, as lideranças comunistas buscavam tentar se estabelecer pela força.

No interior do estado a situação era inquietante, tendo em vista a deflagração de um movimento grevista dos ferroviários em Mossoró e dos trabalhadores salineiros em Mossoró e Macau. Quase que como um ensaio do movimento comunista que tomaria Natal em novembro, eclodiu na várzea do Açu um movimento armado, chefiado pelo líder comunista Manoel Torquato, que se espalhou para municípios da região (Santana do Matos, Angicos, Assu e Macau), e foi amplamente noticiado pela imprensa local e nacional.

Duramente reprimido pela polícia, o movimento foi desarticulado e seus líderes, presos. Dias depois, uma parte conseguiu fugir e reorganizou o movimento e, usando táticas de guerrilha, começou a atacar e saquear fazendas, aproveitando também para conseguir novas adesões para a causa. Esses acontecimentos não eram atos isolados, como informa um estudioso do período. Para ele, eles podiam ser associados ao “processo de ascenso e radicalização da luta da classe trabalhadora que datava de 1934, propiciado em parte pelo clima de liberalização então experimentado”. Mas era a presença do Partido Comunista, sobretudo em Natal e Mossoró, que mais contribuiu para esse processo, visto que em abril de 1935 “o partido realizou uma conferência estadual, reorganizou a sua direção e elegeu os objetivos de ação política. Incorporou elementos de classe média ao quadro dirigente estadual, o que provavelmente tinha alguma relação com a política de frente popular que sua direção nacional passava a adotar” (1996, p. 193-194).

Segundo Homero Costa (1995, p. 70-71), as informações acerca dos conflitos armados na várzea do Açu, bem como as greves ocorridas em Mossoró, alarmaram as autoridades federais, a ponto de o ministro da Justiça, tomando conhecimento do problema, solicitar ao interventor detalhes sobre as ocorrências. Citando a professora Brasília Carlos Ferreira, Homero Costa afirma que “a guerrilha tinha um caráter puramente defensivo”, sendo o seu objetivo dar coesão a um grupo que estava na clandestinidade e preparava-se para intervir na revolução que estava para ocorrer. Assim, a

guerrilha foi decidida numa reunião convocada pela direção do Partido Comunista em Mossoró, para discutir o que fazer em face da intensificação da repressão policial, em especial sobre os militantes do Sindicato dos Salineiros, que desde sua fundação era dirigido por Prestes à frente, através do qual o partido, vitorioso, chegaria ao poder". Após intensa discussão, surge a proposta de se formar uma guerrilha. Uma parte, liderada por Miguel Moreira e contando com o apoio da maioria dos que estavam clandestinos, defendia que o movimento armado deveria começar logo, e outra, liderada por Jonas Reginaldo, defendia que se mantivessem organizados, aguardando o início de um levante que o partido articulava em nível nacional. A primeira proposta sai vitoriosa (COSTA, 1995, p. 71-72).

Mesmo inseridos na lógica insurrecional do PCB, a guerrilha na várzea do Açú não recebia orientação regional do Partido, o que pode ser demonstrado pelo desconhecimento por parte de seus líderes do movimento que estourou em Natal em novembro de 1935. Para Spinelli, é preciso entender que aquele movimento, além do avanço das lutas operárias naquele momento, foi mais afetado pelas "condições específicas daquela região salineira", pois ali, "o trabalho do Partido Comunista tinha bastante autonomia em relação ao trabalho da direção estadual em Natal" (1996, p. 194-195). Mas é preciso ressaltar que aquele movimento guerrilheiro era de conhecimento das lideranças nacionais do Partido, citado inclusive por um delegado brasileiro no VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, realizado em Moscou em agosto daquele mesmo ano. É também digno de registro que a guerrilha do Açú não foi um ato isolado, tendo em vista que, após a derrota da insurreição comunista de novembro em Natal, "a polícia descobriu que havia um movimento armado marcado para os dias 15 e 16 de julho de 1935 em Mossoró e que teria ramificações na Paraíba, Ceará e Pernambuco" (COSTA, 1995, p. 72-76).

No dia 23 de novembro de 1935, Natal amanheceu tranqüila, com sempre acontecia na provinciana cidade de aproximadamente 35.000 habitantes. À noite eclodiu o levante comunista, conhecido como Intentona Comunista, seguido pelas revoltas em Recife (24 de novembro) e no Rio de Janeiro (25 de novembro).

É importante perceber os detalhes do início do movimento através de um dos seus mais conceituados estudiosos:

21º Batalhão de Caçadores: pouco depois das 19:00h, o pessoal da guarda, que dava sentinela no quartel, nota um pequeno movimento no pátio com deslocamento de alguns praças, cabos e sargentos, mas não percebe nada que pudesse qualificar como anormalidade. Como se aproximava a hora da troca de sentinelas, imaginaram ser um movimento nesse sentido. Às 19:30h as sentinelas viram mais uma vez o deslocamento de alguns homens pelo pátio, só que agora estavam armados e se aproximando do oficial de dia. Pensaram de início serem os integrantes da patrulha de rua, criada há pouco, em razão dos assaltos a bondes que tinham ocorrido nos últimos dias (...) Mas não era a patrulha. Eram três homens: o sargento (músico) Quintino Clementino de Barros, o cabo Giocondo Alves Dias e o soldado Raimundo Francisco de Lima. Estavam bem armados. Aproximaram-se do oficial de dia e Giocondo, apontando um fuzil, diz: "Os senhores estão presos em nome do capitão Luís Carlos Prestes". Não oferecem resistência. Nesse momento, um grupo de homens armados ocupa rapidamente os lugares estratégicos do quartel, sob as ordens de Quintino Clementino e de outro sargento, Eliziel Henrique Diniz. Os oficiais são recolhidos de imediato à prisão, improvisada no cassino do quartel (COSTA, 1995, p. 85-86).

O movimento deflagrado no 21º Batalhão dos Caçadores era formado por militares do próprio batalhão, por estivadores e outros militantes civis. Avança como uma onda pela cidade, pegando de surpresa as autoridades. Logo que o movimento eclodiu, imaginou-se que se tratava de uma simples manifestação da oposição para derrubar o governador Rafael Fernandes, que se encontrava no Teatro Carlos Gomes acompanhando uma solenidade de colação de grau do colégio Marista, que, sabendo do ocorrido, exilou-se com alguns auxiliares no Consulado da Itália.³⁴ A partir daí a onda revolucionária, espalhou-se com mais rapidez, dominando os focos de resistência, concentrados em quartéis militares, especialmente o da Polícia Militar; as repartições públicas foram controladas pelos revolucionários e seguiu-se um intervalo de tempo conturbado, com fugas e algumas escaramuças, até que se constituiu o Comitê Popular Revolucionário, instalado na Vila Cincinato, residência oficial do governador, composto por José Praxedes, Quintino Barros, Lauro Cortez Lago e João Batista Galvão, responsável pelo governo da cidade durante três dias. Como medidas de urgência, o Comitê decretou a destituição do governador Rafael Fernandes e a dissolução da Assembléia Legislativa. Para propagar os feitos do novo governo foi criado o jornal *A Liberdade*. Com o objetivo de arrecadar recursos que pudessem ser utilizados na administração, foi aprovado o seqüestro do numerário do Banco do Brasil e do Tesouro Estadual.

Em pouco tempo a Revolução Comunista seguiu em direção ao interior do estado, dominando mais de uma dezena de municípios, onde estabeleceram o controle das prefeituras, soltaram presos, destituíram delegados e recolheram o dinheiro do Tesouro Municipal, entre outras ações. No entanto, a notícia da aproximação de tropas federais que se dirigiam para Natal pôs os comunistas em fuga. Alguns tentaram fugir pelo interior do estado, onde foram emboscados, na Serra do Doutor, por um grupo de sertanejos liderado por Dinarte Mariz.³⁵ Em poucos dias, as tropas legalistas dominaram a situação no país. Os membros da Aliança Nacional Libertadora foram duramente perseguidos pelo governo Vargas, que, valendo-se da situação, aproveitou para calar a oposição.

A Intentona Comunista consistiu num erro tático cometido pelo Partido Comunista. Os delegados brasileiros junto à Internacional, porém, avaliaram positivamente as chances de “execução de uma tática revolucionária que culminasse numa revolução popular”. O próprio Prestes era um dos mais entusiasmados com a “perspectiva de ação armada”. Mesmo em Mossoró, o PC não duvida de que a luta armada, “com o apoio das massas das cidades e do campo, estava prestes a ocorrer”. Não havia dúvidas disso, o que estava em discussão “era oportunidade de iniciá-la na região: para a direção local do partido e a maioria dos militantes, simpatizantes e aliados (...), dever-se-ia esperar a insurreição nacional, para secundá-la” (SPINELLI, 1996, p. 195). Faltavam, no entanto, no Brasil, as condições mínimas para que o movimento desse certo; mesmo a comunicação entre as lideranças era precária, como pode se constatar pelo aqodamento na deflagração do movimento, visto que os dirigentes do PCB ordenaram “que qualquer iniciativa insurrecional deveria partir do comando sediado no Rio”, mas foi deflagrado antecipadamente, com Natal (RN) sendo o palco do primeiro ato da tragédia (PENNA, 1999, p. 180). Spinelli, escorado em citação de Prestes (para quem “o que aconteceu em Natal fugiu ao nosso controle”), corrobora a tese de que o “levante de Natal, embora fosse parte de um plano de âmbito nacional, constituiu uma precipitação” (1996, p. 204). O fato é que a desastrosa ação dos comunistas deu a Vargas a possibilidade de arquitetar o seu plano de continuar na Presidência da República, através da decretação do estado de sítio – e suas constantes renovações pelo Congresso Nacional – entre os anos de 1936 e 1937, e do posterior auto-golpe de novembro de 1937.

³⁴ Existem dúvidas quanto ao refúgio do governador Rafael Fernandes. Alguns estudiosos afirmam que Rafael Fernandes e seus auxiliares esconderam-se no Consulado do Chile, sob a proteção de Elias Lamas; segundo outros, o esconderijo de Rafael Fernandes e de Aldo Fernandes foi o Consulado da Itália, sob a proteção de Guilherme Letieri, enquanto o prefeito Gentil Ferreira ficou sob a proteção do Cônsul chileno Carlos Lamas.

³⁵ A presença de Dinarte Mariz no combate ocorrido na Serra do Doutor é questionada por várias pessoas.

De acordo com a Constituição de 1934, Vargas não poderia ser candidato a reeleição. O presidente, porém, não desejava sair, pois acreditava que a mudança de chefia no Executivo, naquele momento, colocaria o país em risco (aumento da subversão e iminência de uma guerra civil). As lideranças comunistas que tentaram derrubar o governo em 1935 “havia inadvertidamente servido a Getúlio, fornecendo-lhe a prova ideal da ‘ameaça bolchevique’” (SKIDMORE, 2003, p. 160-161), visto que a ameaça de um novo golpe planejado pelos comunistas foi usada por Vargas para a decretação do estado de sítio. E para isso o governo Vargas usou e abusou da propaganda, divulgando histórias exageradas (posteriormente desmentidas) sobre oficiais militares legalistas que, desarmados, foram baleados na cama. O mal maior, como diz Lourdes Sola (IN.: MOTA, 1974, p. 259), devia ser exorcizado. “Reinvocado por Vargas e seus colaboradores, (...) o ‘radicalismo comunista’, o fantasma comunista ‘adquirira contornos reais – mas vagos – em 1935.’ O objetivo era adiar a eleição presidencial, e o medo do *perigo vermelho* era o ambiente ideal para Vargas criar uma atmosfera ‘para intimidar oponentes de qualquer matiz ideológico’” (SKIDMORE, 2003, p. 161).

O desejo do presidente em permanecer presidente e a radicalização política da primeira metade da década de 1930, que parecia não recuar nos anos seguintes, foram dois dos principais motivos para a violação do estado de direito no Brasil, como assinala um estudioso da história brasileira. O primeiro governo constitucional pós-1930 teve vida curta e foi extremamente agitado, pois a revolução de 1930 gerou vários desdobramentos, com as oposições se generalizando e se radicalizando, alcançando camadas populares urbanas, cuja consequência seria o agravamento de problemas “para as novas e velhas oligarquias e para os grupos financeiros”.

A própria Constituição não resistiu aos apelos autoritários e, cerca de um ano depois de promulgada, já se encontrava violada pela Lei de Segurança Nacional. A adoção, na prática, do regime de exceção culminou a 10 de novembro com a decretação do Estado Novo. As pressões populares organizadas que motivaram e justificaram a implantação de uma “via pelo alto”, ou seja, de uma solução política que excluía os novos atores sociais do processo de participação política, se não foram determinantes para a implantação do Estado Novo, são reveladoras do novo panorama na década de 1930 (PENNA, 1991, 178-179).

Em meados de 1937, o embaixador Negrão de Lima, cumprindo uma missão para Getúlio Vargas, visitou vários estados angariando apoios para um golpe de Estado. Passando por Natal, Negrão de Lima conseguiu a concordância do governador do estado Rafael Fernandes para o auto-golpe que se avizinhava. Embora adversário de Vargas, a aceitação de Rafael Fernandes às pretensões de Vargas lhe valeram uma sobrevida à frente do Executivo estadual. A derrota dos comunistas em 1935 foi diretamente responsável pela mudança no “relacionamento entre o governo estadual e o governo federal”, pois os adversários do governador Rafael Fernandes eram também “adversários do próprio regime”. Assim, um governo inicialmente fraco, fortaleceu-se com a execução de medidas repressivas ao movimento comunista. O Partido Popular, de início uma agremiação de oposição do governo Vargas, que chegara ao poder estadual em condições bastante adversas, correndo inclusive os riscos de uma intervenção federal, tinha a possibilidade de se aliar ao governo central, contando com o apoio deste para executar a tarefa de destruir a sua oposição interna. O grande adversário do PP, Café Filho, passou imediatamente a ser identificado com o extremismo comunista. Marlene Mariz e Luiz Suassuna expõem de forma resumida à violenta repressão que se seguiu à volta de Rafael Fernandes ao governo. Partidários de Café Filho e de Mário Câmara tomaram parte no movimento de 1935 porque viram nele a chance de derrubar o governo de Rafael Fernandes. Muitos foram, entretanto, “alvo de perseguições, denúncias infundadas, prisões e processos” (2002, p. 317).

Com a justificativa de que deveria trabalhar para “*fortalecer a autoridade*”,

o Partido Popular, no Congresso, dispôs-se a prestar a Vargas todo o apoio que se exigisse para conferir ao governo federal poderes de exceção, reconhecendo que estes também eram necessários ao governo estadual para consolidar suas posições. O deputado Alberto Roselli atesta as “*boas intenções*” do governo federal com relação à administração Rafael Fernandes e assegura que o Partido Popular, no Congresso, atenderia os pleitos do governo no sentido de fazer emendas à Constituição (SPINELLI, 1996, p. 205).

A campanha presidencial estava nas ruas. Todas as atenções políticas no Brasil voltavam-se para as iminentes eleições presidenciais de 1938. Concorreriam três candidatos: Armando de Sales Oliveira, José Américo de Almeida e Plínio Salgado, este último um verdadeiro azarão. Conforme Skidmore, quase toda a “oposição a Getúlio coalescia por trás de Armando de Salles Oliveira, um membro de destaque da elite paulista, a qual agora tentava ganhar pelo voto o que não conseguira ganhar pelas armas em 1932. O candidato apoiado pelo governo era José Américo de Almeida, escritor e político menor do Nordeste” (SKIDMORE, 2003, p. 162).

Para concretizar seu plano continuísta, Vargas, apoiado por uma boa parcela da oficialidade militar, entre estes os generais Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro, precisava de um bom pretexto. Em setembro de 1937, a imprensa publicou o Plano Cohen, forjado por militares integralistas. Supostamente preparado por comunistas, o plano foi uma farsa do começo ao fim, arquitetado para assustar a população e justificar uma intervenção armada no governo. Paralelamente, Vargas ia firmando alianças com lideranças políticas em vários estados, buscando apoio para um possível golpe de Estado. Em outubro, o Congresso Nacional, alarmado com o teor do plano e com sua repercussão junto à sociedade, aprovou o estado de guerra, conferindo poderes extraordinários ao presidente da República. Era o que Vargas queria. Líderes oposicionistas foram presos e a imprensa censurada. Uma vez mais, o anticomunismo funcionava,

justificando o estado de guerra, largamente aprovado pelo Legislativo, com base em uma impostura. (...) O falso plano – um dos exemplos mais notáveis de falsificação – teve total divulgação nos órgãos oficiais. Na verdade, era a marcha do golpe, com a derrubada do suposto liberalismo e a instauração da direita sob a forma de corporativismo. Uma variante do fascismo colocava o país no clima dominante no mundo então (IGLESIAS, 1993, p. 245).

No dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas ordenou o fechamento do Senado e da Câmara de Deputados, suspendeu a eleição presidencial e outorgou uma nova Constituição, previamente elaborada por Francisco Campos. Posteriormente, extinguiu os partidos políticos, inclusive a AIB. Skidmore assim descreve o golpe:

Em 10 de novembro de 1937, os congressistas no Rio chegaram ao edifício do Congresso e o encontraram cercado por tropas que lhes barravam o acesso. Aquela noite Getúlio anunciou pelo rádio ao povo brasileiro que eles tinham uma nova Constituição (...). O Brasil havia-se tornado uma ditadura completa. A nova Constituição previa um plebiscito para aprovar o documento, mas ele nunca foi realizado (SKIDMORE, 2003, p. 162).

A concretização do golpe só foi possível graças a eficiente costura política feita por assessores do presidente Vargas. Entre os principais articuladores do golpe encontravam-se oficiais da cúpula militar (generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra), intelectuais (Francisco Campos), antigos integrantes do movimento tenentista (João Alberto) e políticos civis (Plínio Salgado). A Constituição outorgada, batizada de Polaca porque foi inspirada na Constituição fascista da Polônia, concentrou todos os poderes do Estado nas mãos do presidente da República. A oposição foi perseguida e presa; muitos foram exilados. Foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), cuja função era controlar a imprensa e divulgar uma imagem positiva do governo.

O exagero e a amplificação da ameaça comunista se reportavam a várias condições, das quais a mais superficial foi a habilidade de Vargas e seus colaboradores em torná-la constantemente presente pela propaganda cerrada. Eles souberam trabalhar, explorando-as, certas fraquezas objetivas das classes dominantes e dos grupos que a integravam – fraqueza cuja manifestação política tinha sua raiz na vida econômica (SOLA, IN: MOTA, 1974, p. 261).

Mas não foi só isso. Havia muito mais. Embora a I Guerra Mundial tenha ocorrido, entre outras coisas, para construir um mundo democrático, e, ainda que logo após o seu término as perspectivas tenham sido alvissareiras, o que se presenciou posteriormente foi a falência do regime democrático. Não foram poucos os países que “voltaram-se (...) para o totalitarismo, um sistema que oferece a promessa de eficiência e força de propósito, realizadas pela autoridade centralizada em troca da renúncia das liberdades individuais” (BURNS, 1995, v. 2, p. 691-692). Os regimes totalitaristas espalharam-se por todo o continente europeu e difundiram-se rapidamente por outras partes do mundo. O Brasil dos anos 1930 foi apenas mais um dos que não escaparam à onda totalitarista.

A orientação econômica do governo Vargas refletiu os anseios de uma forte corrente nacionalista, constituída no seio das Forças Armadas, e totalmente favorável à modernização industrial. Pensavam os militares que um Brasil industrializado impediria

as tentativas de recomposição do poder por parte dos grupos agrários e conservadores. A política econômica adotada pelo governo Vargas durante o Estado Novo será amplamente apoiada por esse grupo. O Clube Militar irá refletir essa corrente em seus debates internos, os quais se tornarão ainda mais acalorados em função de bandeiras como a defesa dos recursos minerais e posteriormente da campanha pelo monopólio do petróleo e em consequência a criação da Petrobras, símbolo da soberania nacional tão preconizada (PENNA, 1999, p. 187).³⁶

Satisfazendo as reivindicações dos trabalhadores urbanos por meio de uma legislação trabalhista muito ampla, o presidente aproximava-se das camadas populares. Foram concedidos benefícios aos trabalhadores como forma de eliminar possíveis reivindicações, afastando assim a possibilidade de uma participação mais ativa dos trabalhadores na política. Também foi estabelecido um rígido controle sobre os sindicatos, submetidos ao Ministério do Trabalho e aos *pelegos*.

No plano econômico, houve uma modernização e uma diversificação. O governo prosseguiu com a política de industrialização por substituição de importações. Permaneceu a política de valorização do café, mas o setor agrícola passou por uma diversificação, através da criação de institutos do açúcar, do mate e do pinho, e incentivo à produção algodoeira.

³⁶ A campanha que resultou na criação da PETROBRAS só seria finalizada no início da década de 1950.

O setor industrial passou por uma *revolução*, principalmente a partir de 1940, em virtude da eclosão da Segunda Guerra Mundial; o modelo de substituição de importações foi revigorado. Houve um incremento considerável no setor industrial de bens de consumo não duráveis, gerando a necessidade de importação de maquinário para produzi-los. Visando a criação de condições para produzir esse maquinário, o governo passou a investir na indústria de base.

Chegou-se a elaborar um plano quinquenal que consagrava fundamentalmente a instalação de uma usina de aço, uma hidrelétrica em Paulo Afonso, a construção de fábricas para a aviação, a drenagem do rio São Francisco, além da intenção de compra na Alemanha de navios para o Lloyd Brasileiro e de aviões. Não se chegou a consumir totalmente este plano, em virtude dos rumos da guerra e das pressões que se efetivaram sobre o governo brasileiro. Em maio de 1940, o Departamento de Estado norte-americano foi informado pelo governo brasileiro que a Krupp alemã se dispusera a construir a usina de aço no Brasil. A reação dos Estados Unidos foi negativa, uma vez que seus interesses seriam afetados. Acresce a isto o temor do governo norte-americano de que o Brasil se tornasse dependente militarmente da Alemanha nazista (PENNA, 1999, p. 191-192).

Ademais, o problema da unidade e da segurança nacional, num mundo dividido por nacionalismo e em preparativos para a guerra, estava cada vez mais na ordem do dia e era cada vez mais valorizado. Sendo o Brasil, de acordo com Lourdes Sola, um país economicamente dependente,

em que predominava a produção de matérias-primas, o problema da defesa nacional era associado pelas cúpulas militares (e por Vargas) à instalação de indústrias de base, à exploração autônoma das fontes de energia e à proteção das riquezas do subsolo, condições também de “reaparelhamento militar eficiente”. Eram medidas que apontavam para a transformação de nossa infra-estrutura (IN: MOTA, 1974, p. 265-266).

Nesse contexto foram criadas a Companhia Vale do Rio Doce, com a finalidade de fornecer matéria-prima para a indústria pesada e, posteriormente, a Companhia Siderúrgica Nacional, além do estabelecimento do Conselho Nacional do Petróleo.³⁷

4. O Rio Grande do Norte na Segunda Guerra Mundial

O período entre as duas guerras mundiais foi marcado pela instabilidade econômica internacional, com um sem número de crises, que aumentaram de intensidade após a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, pelo retorno da corrida imperialista e, fundamentalmente, pelo surgimento de regimes políticos totalitários no continente europeu, como os governos nazi-fascistas na Alemanha e na Itália e comunista na União Soviética. Para um importante historiador, foram vários os motivos que criaram as condições para o declínio da democracia no Ocidente, entre eles

³⁷ Os militares que apoiavam Vargas estavam interessados na industrialização do Brasil, principalmente na instalação de bens de capital, pois garantiria ao país autonomia política perante as nações industrializadas.

o conflito de classes aumentou em muitos países entre as duas guerras. Na maior parte da Europa continental, o que estava verdadeiramente em jogo era saber se o controle do governo e do sistema econômico continuaria nas mãos dos aristocratas, industriais e financistas ou de alguma combinação desses elementos. Nenhum deles estava disposto a renunciar senão a uma fração de seu considerável poder em favor das maiorias menos privilegiadas que, com enorme sacrifício, tinham feito grandes contribuições para a guerra. A gente comum esperava – e lhe fora prometido – que tais contribuições seriam recompensadas com uma maior atenção a seus direitos políticos e suas necessidades econômicas. Ao verem que nada recebiam, era natural que se indignassem e, portanto, se tornassem presa fácil às blandícias de extremistas políticos. Segundo, as condições econômicas atuavam contra a criação de democracias estáveis. A fundação de novas nações estimulava rivalidades econômicas debilitantes. A guerra havia desorientado a economia mundial, deixando em sua esteira a inflação e, depois, a depressão. Finalmente, o sentimento nacionalista fomentava a insatisfação entre as minorias nos recém-criados estados da Europa central. Países enfraquecidos por conflitos entre minorias nacionais eram um campo inadequado para a democracia, um sistema político que funciona melhor numa atmosfera de objetivo nacional unificado. (BURNS, 1995, v. 2, p. 691-692).

Os problemas econômicos e as divergências ideológicas criaram um clima de tensão no Velho Mundo que levou as principais potências a uma corrida armamentista semelhante em intensidade ao período imediatamente anterior à eclosão da Primeira Guerra Mundial. Na Ásia, o Japão, aproveitando-se da debilidade da China, dividida por uma guerra civil, empreendia uma expansão colonialista, conquistando a Manchúria e parte da Mongólia. As pretensões e as posteriores conquistas territoriais da Alemanha, da Itália e do Japão contribuíram para uma maior aproximação entre esses países e para um aumento da tensão política que resultou na Segunda Guerra Mundial.

A situação criada após o fim da Primeira Guerra Mundial foi de grande importância para o surgimento de regimes totalitários e expansionistas, apesar de a I Guerra Mundial ter sido “travada na esperança de tornar o mundo ‘seguro para a democracia’” (BURNS, 1995, p. 691). O nazifascismo floresceu como contraponto ao comunismo. E este cresceu em virtude da instabilidade do capitalismo liberal.

A guerra civil espanhola (1936-1939) serviu como laboratório para que os governos da Alemanha e da Itália testassem seus exércitos e seus equipamentos militares contra os combatentes que defendiam o governo socialista espanhol. O conflito eclodiu porque, segundo Burns (1995), um sem número de governos republicanos mostrou-se “incapaz de evitar a desintegração política do país”. E embora houvessem prometido às potências ocidentais não intervir, “Hitler e Mussolini enviaram tropas e equipamentos em ajuda às forças do comandante fascista rebelde, Francisco Franco”, ato prontamente rebatido pela Rússia que auxiliou as

tropas comunistas que serviam sob a bandeira da república espanhola. (...) A Guerra Civil Espanhola durou três anos, e por fim os fascistas lograram a vitória sobre os republicanos. (...) Os combates foram brutais, e pela primeira vez utilizou-se o bombardeio aéreo, em grande escala, contra civis e soldados. Daí a guerra espanhola ter sido encarada com frequência como “um ensaio geral” para a luta, muito mais ampla, que se seguiria em breve (BURNS, 1995, v. 2, p. 722-723).

O conflito ainda contribuiu para selar a aliança entre Alemanha e Itália, pouco depois reforçada pela presença japonesa.³⁸

Enquanto Alemanha, Itália e Japão uniram-se para combater o comunismo e para programar suas futuras conquistas territoriais, as democracias ocidentais, lideradas pela Inglaterra e França e, depois, pelos Estados Unidos, aliadas posteriormente a União Soviética, mantinham-se indecisas e divididas.

A expansão territorial do Eixo prosseguia normalmente, quase que sem nenhuma reação das democracias ocidentais e da União Soviética. Em 1939, Hitler assinou com Stálin um *Pacto de Não Agressão*, que lhe garantiu uma porta aberta para anexar, juntamente com a União Soviética, o território polonês. A invasão da Polônia, em 01 de setembro de 1939, porém, trouxe a reação da Inglaterra e da França que, dois dias após a invasão, declararam guerra à Alemanha. Começava a Segunda Guerra Mundial.

Durante o século XIX, o Brasil esteve sob influência econômica da Inglaterra. A partir do início do século XX, e principalmente a partir de 1930, os investimentos norte-americanos aumentaram consideravelmente, ora através de investimentos diretos, ora de empréstimos. No mesmo período (a década de 1930), o Brasil também aproximou-se economicamente da Alemanha, que se arremessou comercialmente sobre a América do Sul, através da concessão de empréstimos em condições mais vantajosas que as oferecidas pelos bancos norte-americanos e de acordos que permitiram o aparelhamento das Forças Armadas dos países da região. O Brasil foi um dos grandes “beneficiados” com a política alemã de aproximação com os países sul-americanos, o que deixava o governo dividido. Isso se refletia nas posições dos seus membros, fraturado entre os partidários do Eixo (liderados por Góes Monteiro e Felinto Muller) e os partidários dos Aliados (liderados por Osvaldo Aranha). Vargas, entre as duas correntes, habilmente, procurava ganhar tempo, buscando conseguir algumas vantagens econômicas para o Brasil.

Desde 1934, segundo Skidmore (2003), já se vislumbrava o confronto geopolítico, com a Alemanha nazista estendendo os olhos não apenas sobre os “seus vizinhos europeus, mas também sobre a crescente influência no Hemisfério Ocidental”. Para os alemães, o Brasil seria um importante parceiro comercial e, para tanto, começou

a exercer influência sobre essa relação bilateral. (...) De 1933 a 1938, o comércio teuto-brasileiro cresceu de modo considerável – basicamente algodão brasileiro em troca de produtos industriais alemães –, com a Inglaterra como a principal perdedora.

Entretanto, os alemães estavam interessados em mais do que comércio. Eles também queriam atrair o Brasil para a sua esfera político-militar, e cultivavam sistematicamente a amizade com oficiais do Exército brasileiro, conhecidos como admiradores da destreza militar alemã, bem como ofereciam ao Brasil armas e treinamento técnico (SKIDMORE, 2003, p. 169).

No início do conflito, em 1939, o Brasil manteve uma posição de pretensa neutralidade. Esse posicionamento do governo pode ser explicado pelas nossas ligações – históricas – com os países que formavam o bloco dos Aliados (Inglaterra e França e, posteriormente, os Estados Unidos). Os militares norte-americanos viam uma suposta aproximação entre o Brasil e a Alemanha como inaceitável. Para contornar o problema, “militares americanos tentaram agir contra as ofertas alemãs de armas e treinamento, mas fracassaram neste esforço”, pois o Congresso dos EUA bloqueara as tentativas do governo brasileiro de obter equipamento militar americano (SKIDMORE, 2003, p. 169).

³⁸ Essa aliança entre Alemanha, Itália e Japão constituiu-se no Eixo e foi sedimentada em 1936 quando os três países assinaram o Pacto Anticomunista.

Negociações entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, diz uma pesquisadora do período, “tiveram início logo após as primeiras hostilidades na Europa – a Conferência de Lima, em 1938, e os acordos de Washington, assinados a partir de 1939 – [e] fortaleceram o comprometimento entre os dois países para a eventualidade de uma guerra” (PEDREIRA, 2005, p. 117-118).

As sucessivas vitórias das potências do Eixo levaram o presidente Vargas, em 11 de junho de 1940, a saudar a eficiência do regime nazista, despertando o governo norte-americano contra possíveis surpresas. O governo brasileiro havia assinado um empréstimo, em 1940, com bancos norte-americanos visando à construção de uma usina siderúrgica, mas a liberação dos recursos se arrastava. Em setembro, os recursos (20 milhões de dólares) foram liberados. A idéia era a assinatura de um convênio entre o governo brasileiro e a U. S. Steel Corporation para a construção da usina siderúrgica. A oposição dos militares fez a companhia norte-americana abandonar o negócio. Nesse momento, o governo brasileiro assumiu todos os encargos, contando com um empréstimo do Eximbank (LOPEZ, 1991, p. 95). Mesmo antes, os interesses brasileiros foram irremediavelmente ligados aos norte-americanos, como atesta Flávia Pedreira (2005), baseada em jornais da época, quando

em troca de um crédito de 100 milhões de dólares para a compra de material bélico pelo Exército brasileiro – de acordo com as disposições do *Lend and Lease Bill* (Lei de Empréstimo e Arrendamento) –, os Estados Unidos pretendiam que o governo brasileiro, quando se tornasse necessário, “pusesse à disposição das Forças Armadas dos Estados Unidos portos, enseadas, aeroportos e instalações aeronáuticas do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Maceió, Natal, Fortaleza, São Luís, Belém e Amapá; estradas de ferro e de rodagem, principalmente as que serviam àquelas regiões; rádios, cabos, telégrafos e telefones, usinas de energia elétrica, alojamentos, hospitais, armazéns (incluindo gás e óleo), frigoríficos e abastecimento local”, ou seja, “todos os setores vitais da sociedade brasileira” (PEDREIRA, 2005, p. 118-119).

Skidmore (2003) traz novos e importantes elementos para entender a dubiedade do posicionamento do presidente Getúlio Vargas. As informações do brasilianista norte-americano contradizem a visão geral acerca das simpatias de Vargas pela Alemanha nazista. Vejamos:

Getúlio mostrava-se inclinado a procurar os Estados Unidos para laços militares, tentando (...) comprar armas deles antes de se voltar para a Alemanha. Em 1937 ele também oferecera ao presidente Roosevelt o uso de bases litorâneas no Brasil, oferta esta que foi recusada, presumivelmente por Roosevelt não podia permitir-se contrariar o Congresso isolacionista, dando a impressão de que se preparava para a guerra. E uma oferta brasileira de comprar destróieres excedentes dos EUA foi igualmente recusada quando as autoridades americanas cederam aos protestos da Argentina contra a venda. Quando a guerra finalmente eclodiu em 1939, Getúlio e seus generais, lembrando essas rejeições, preferiram permanecer neutros até que os Estados Unidos estivessem preparados para pagar um preço justo pelo apoio brasileiro. Além disso, os brasileiros continuavam a cultivar relações com as potências do Eixo como parte do jogo de usá-las contra os Estados Unidos (SKIDMORE, 2003, p. 170).

A construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), na cidade fluminense de Volta Redonda, constituiu, ao mesmo tempo, um exemplo da estratégia do governo Vargas, “indispensável ao impulso do processo de industrialização” e de “extrema habilidade em sua política externa”. O governo Vargas, “aproveitando as divergências existentes no quadro internacional” negocia

com a Alemanha e os Estados Unidos, explorando suas contradições, sem se envolver demasiadamente com seus parceiros. Ao contrário, barganha compromissos de ambas as partes, na certeza de que essa conduta nas relações exteriores possibilitaria vantagens ao Brasil. Essa postura de neutralidade, acreditava o presidente, garantiria a afirmação da soberania do país (PENNA, 1999, 192).

Além da CSN, o governo brasileiro ainda criou, em 1942, a Companhia Vale do Rio Doce e Fábrica Nacional de Motores (FNM). Todas tinham o objetivo de dar um maior impulso à industrialização e à modernização do país, abastecendo o mercado interno e, também, fornecendo matérias-primas para os Aliados.

O ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbor, a 7 de dezembro, precipitou os acontecimentos, com o governo norte-americano esforçando-se para que o governo brasileiro declarasse guerra às potências do Eixo. Esse ataque disseminou o conflito e converteu-o “num conflito global”, pois tirou o Congresso dos EUA de uma postura isolacionista. Um dia após o ataque, “O Congresso norte-americano reconheceu o estado de guerra com o Japão e a 11 de dezembro a Alemanha e seus aliados declararam guerra aos Estados Unidos” (BURNS, 1995, v. 2, p. 726).

Para Letícia Pinheiro, até a metade de 1940 o Brasil manteve-se “em posição equidistante dos Estados Unidos e da Alemanha”. Dali em diante

fica claro (...) que a neutralidade brasileira foi por diversas vezes manipulada em favor da causa aliada, ou mais precisamente em favor dos Estados Unidos (...). Sem dúvida, o governo Vargas adotou uma política de barganha na sua relação com os Estados Unidos, [procurando] obter compensações, algumas vezes com sucesso, pela consolidação da aproximação com Washington (apud PEDREIRA, 2005, p. 122).

Enquanto foi possível manter-se afastado das questões que se desenrolavam na Europa, o governo brasileiro “adotou uma estratégia de barganha”, cuja política externa caracterizava-se por uma posição de equidistância em relação à guerra que acontecia na Europa e ameaçava chegar às Américas. A postura do governo brasileiro teve, ao longo do ano de 1942, “de ser revista em função de modificações na conjuntura mundial. O avanço dos Aliados, que irá se concretizar no ano seguinte sobre o Eixo, exigiu uma reorientação da política externa do regime varguista, por ocasião da Conferência do Rio de Janeiro, em janeiro de 1942” (PENNA, 1999, p. 192). Nessa reunião, um encontro envolvendo os Ministros do Exterior dos países americanos, no qual o Brasil foi representado por Osvaldo Aranha, foi decretado o rompimento de relações diplomáticas com os países do Eixo. A Alemanha reagiu em meados de agosto: submarinos alemães torpedearam navios brasileiros, matando mais de 600 pessoas. A resposta brasileira foi incontinenti: no dia 22 de agosto o governo brasileiro declarou guerra à Alemanha.

A colaboração brasileira com os Aliados consistiu na cessão de bases aéreas e navais no Norte e Nordeste do país. Além da cessão de bases militares para servir aos Aliados, envio de materiais estratégicos para os Estados Unidos e, ainda, já ao final da guerra, o envio de tropas para o *front* em território italiano.

De 1939 a 1941, período inicial da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos foram praticamente meros espectadores.³⁹ Em 1941, após o ataque japonês à base norte-americana no

³⁹ Apesar de não se envolver diretamente no conflito de 1939 a 1941, os Estados Unidos tinham uma grande preocupação com o expansionismo alemão. O general Marshall preocupava-se sobremaneira com as tendências do governo brasileiro, pois sabia da importância estratégica que o Brasil desempenharia no conflito caso o mesmo se irradiasse em direção à África e à América.

Hawaí, os Estados Unidos declararam guerra às potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Porém, em virtude das condições técnicas da aviação da época, e ao domínio nazista em quase todo o continente europeu, era praticamente impossível enviar tropas para a Europa, através do Atlântico Norte. Por via marítima havia a presença ameaçadora dos submarinos alemães. Buscou-se, então, como solução, a antiga rota utilizada pelos aviadores do início do século XX: Natal-Dakar. A utilização dessa rota, entretanto, dependia da posição política do governo brasileiro em relação ao conflito.

Na segunda metade da década de 1930, o presidente Getúlio Vargas havia implantado uma ditadura no Brasil de cunho nazi-fascista. As autoridades brasileiras eram, segundo uma testemunha dos acontecimentos, complacentes com os alemães e italianos que viviam no estado. Chega a acusar o general comandante da guarnição de Natal de simpático ao nazi-fascismo. Não eram poucos, diz, os atos de espionagem e sabotagem por meio de estações clandestinas de rádio. As transmissões dessas estações para Roma e para Berlim se intensificaram de tal forma que exigiram providências das autoridades locais, obrigadas a prender

um alemão (Gurgel Luck) e um italiano (Guilherme Lettieri), notoriamente os residentes aqui com possibilidade de serem os responsáveis por essa espionagem. Sabe-se que foram apreendidos aparelhos transmissores mas nada foi publicado pela imprensa, e os dois detidos ficaram em regime de quase liberdade, inclusive Lettieri teve prisão domiciliar, comentando-se que as autoridades policiais lhe freqüentavam a casa-presídio e lá se banquetavam (FURTADO, 1976, p. 213).

Entre os principais auxiliares do governo Vargas existiam simpatizantes dos regimes alemão e italiano e do liberalismo norte-americano e inglês. A pressão dos Estados Unidos, reforçada por empréstimos concedidos por bancos daquele país, precipitou, porém, o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, a Itália e o Japão. O afundamento de navios brasileiros levou o nosso governo a declarar guerra ao Eixo.

Clyde Smith (1992, p. 23), citando Bynum Weathers, afirma que logo que a guerra foi deflagrada na Europa, uma missão do governo norte-americano junto ao governo brasileiro, comandada pelo major Delos Emmons, inspecionou o litoral do Brasil e constatou que “a área de Natal era, realmente, crucial para a defesa dos Estados Unidos continental e do Canal do Panamá contra forças hostis.”

Citando Paulo Viveiros, Lenine Pinto (1995, p. 56) diz que mesmo não estando em guerra, “os militares ianques estabeleceram uma linha de tráfego por Natal, antes que o governo brasileiro autorizasse o início das obras que transformariam o Campo de Parnamirim em base aérea.” Para Lenine Pinto (1995), a situação pode ser explicada pela caótica situação no Oriente, onde a China entrava em colapso frente aos japoneses, e ao “súbito deflagrar de hostilidades entre italianos e ingleses na África”, que “alteraram a condição de Natal como ‘weak spot’ (ponto fraco), na consideração de medidas defensivas, passando, daí em diante, a ser cogitada como “jumping off point”, o único local viável por onde saltar o Atlântico para levar recursos às linhas de frente” (PINTO, 1995, p. 48).

Os Estados Unidos estabeleceram bases na região Nordeste do Brasil por considerarem-na “especialmente desarmada”, visto a maioria das tropas brasileiras concentrarem-se na região Sudeste. Segundo Thomas Skidmore (2003), o governo Vargas fez, em 1941, incontestes movimentos “em direção aos Aliados ao aprovar um projeto da Pan American Airways (sob contrato do exército dos EUA) para modernizar aeroportos no Norte e Nordeste”. No início de 1942, em conferência na cidade do Rio de Janeiro, com o apoio de praticamente todos os países da América Latina, foi decidido o rompimento com as potências do Eixo (SKIDMORE, 2003, p. 171). Para Morison, a

proximidade entre o Cabo de São Roque e o continente africano, tornava-o “um sério risco à causa americana” e que embora “o Brasil fosse um aliado valioso, era também altamente vulnerável. Se os nazistas, com a colaboração de Pétain e Laval (chefes do governo de Vichy), pudessem controlar o estreito atlântico entre o Cabo de São Roque e as ilhas do Cabo Verde, estariam aptos a cortar as linhas de comércio exterior e muito das linhas de cabotagem do Brasil” (apud PINTO, 1995, p. 59).

Dessa forma, o governo norte-americano, através do Ministério da Guerra “concluiu que a única solução prática para o problema da defesa seria a construção e melhoramento dos aeroportos no nordeste do Brasil. Essa construção seria executada em nome do Programa de Desenvolvimento dos Aeroportos e envolveria as linhas aéreas Pan American e suas subsidiárias” (SMITH, 1992, p. 23). Ato contínuo, uma multidão de funcionários do governo norte-americano instalou-se no Brasil, atuando em consonância com as orientações do governo brasileiro.

Oficiais brasileiros agora cooperavam estreitamente com a Marinha e a Força Aérea norte-americanas na guerra contra os submarinos, um processo que incluía o fornecimento aos brasileiros de aviões e navios norte-americanos, bem como de armas terrestres. Entretanto, isso implicava a necessidade de pessoal de manutenção do Exército dos EUA no Brasil. Em 1943, brasileiros e norte-americanos construíram uma rede de modernas bases militares aéreas e marítimas no litoral do Nordeste (SKIDMORE, 2003, p. 171-172).

Natal do final dos anos 1930 e início dos anos 1940 era uma capital de estado com aspecto de cidade provinciana. Seus 52.582 habitantes espalhavam-se por sete bairros: Alecrim, Cidade Alta, Lagoa Seca, Ribeira, Rocas, Petrópolis e Tirol, “todos precariamente servidos por deficientes redes de distribuição de energia elétrica e água” (SIQUEIRA, 2001, p. 101-103). Foi nessa cidade que a presença norte-americana intensificou-se lenta e progressivamente entre 1941 e 1942, principalmente quando a guerra se expandiu e atingiu o norte da África. A participação do Brasil na guerra foi de fundamental importância para Natal, que se transformou em ponto de passagem das tropas norte-americanas que se dirigiam para o *front* no continente africano. Segundo Clayton Knight (apud PINTO, 1995, p. 56), coube ao coronel Robert Olds vir ao Brasil, a mando do presidente Franklin Delano Roosevelt, “fazer arranjos em favor do uso de Natal como base de travessia”. Um mês depois, através do Decreto 3.462/41, foi permitido “à Panair do Brasil “construir, melhorar e aparelhar” aeroportos ao longo do litoral Norte-Nordeste. Uma infração, agora binacional (do Brasil e dos Estados Unidos), ao estatuto da neutralidade, que a compostura, tanto quanto razões de segurança, mandavam fosse mantida em segredo” (PINTO, 1995, p. 56).

Uma das maneiras de tentar encobrir a presença de militares norte-americanos pelas ruas de “Natal foi a obrigatoriedade de que usassem trajes civis, em respeito a neutralidade” (PINTO, 1995, p. 60). Mesmo que o projeto tenha sido mantido em segredo, a população de Natal parecia perceber o que estava acontecendo (SMITH, 1992, p. 25), seja pelas mudanças que se processavam nas instalações militares da cidade, como a transformação do velho Batalhão de Caçadores num Regimento de Infantaria, a ampliação das Docas e a desapropriação de uma grande área vizinha à Escola de Aprendizes de Marinheiros (PINTO, 1995, p. 57).

O avanço das tropas do general alemão Rommel acendeu a luz vermelha entre os militares norte-americanos, pois colocaria em perigo a navegação no Atlântico Sul⁴⁰, comprometendo todo o litoral sul-americano – e principalmente o brasileiro. A partir daí, os Estados Unidos investiram pesadamente para melhorar bases aero-navais no Norte e Nordeste (Belém, Natal e Recife) do Brasil.

⁴⁰ A navegação no Atlântico Norte já estava terrivelmente comprometida desde o início da guerra.

Câmara Cascudo (1999, p 421-422), em prosa elegante, discorre sobre a importância do campo de Parnamirim:

O coronel Tavares Guerreiro foi o descobridor de Parnamirim, o padrinho, indicando-o para a finalidade que o tornaria famoso entre todos os campos de pouso do mundo. Desde 1927 em diante descem e sobem em Parnamirim os grandes ases (...), todos os países e tipos de aparelhos.

(...) A proximidade da guerra multiplicou as viagens, autoridades, verificações, exames. Parnamirim começou a ser citada porque aí chegavam ministros de Estado, embaixadores, generais, almirantes, jornalistas, industriais, gente de fotografia em jornal e freguesia nos noticiários.

1942 lhe trouxe a consagração universal. A Força Aérea Brasileira instalou sua Base, o primeiro grupo de aviões que partia, policiando os ares, furando horizonte, seguindo os comboios marítimos, num serviço assíduo de cobertura e vigilância. Era a colméia de abelhas valentes, defendendo o mel brasileiro.

Como diz um historiador norte-americano, a ofensiva militar veio junto com a ofensiva cultural, quando o presidente Franklin Delano Roosevelt encarregou o milionário Nelson Rockefeller de dirigir um escritório cuja função “era promover a melhoria das relações culturais com a América Latina, tendo o Brasil como alvo principal”. Para fazer o trabalho de conquistar a simpatia dos brasileiros e estreitar os laços entre Brasil e Estados Unidos, foram recrutados grandes talentos

para fazerem filmes voltados ao fortalecimento da opinião pró-EUA. (...)

Por trás dessas atividades jaziam objetivos de longo prazo dos EUA: sendo um deles o aumento da sua penetração econômica no país. Embora o investimento norte-americano no Brasil já superasse o investimento britânico, investidores norte-americanos ansiavam por novos progressos. (...) A colaboração durante a guerra oferecia uma base excelente para a ofensiva econômica norte-americana posterior (SKIDMORE, 2003, p. 172).

Paralelamente ao aumento da presença militar dos Estados Unidos no Nordeste, o governo brasileiro também passou a incrementar o efetivo militar na região, enviando para Natal o almirante Ary Parreiras com a incumbência de construir a Base Naval. A área escolhida para a construção da Base Naval foi o *Refoles*, no bairro do Alecrim, onde funcionava a Escola de Aprendizes de Marinheiro. A Marinha americana, instalada na Rampa, trabalhava harmoniosamente com a Marinha brasileira.

Em julho de 1941, o presidente Vargas autorizou os Estados Unidos a construírem a Base Aérea de Natal. O projeto para a construção de tal empreendimento já estava pronto desde 1940, e a sua execução ficou a cargo da *Pan Am*. Assim, os norte-americanos “construíram do outro lado da Base Aérea Brasileira, perto da lagoa, Parnamirim Field, o campo que mais ajudou a ganhar a guerra” (CASCUDO, 1999, p. 422). Além da Base, os americanos construíram um oleoduto interligando o Campo de Parnamirim e as docas do rio Potengi, garantindo assim o abastecimento de combustível para as organizações militares, e uma pista asfaltada para facilitar os deslocamentos entre a Base Aérea e a cidade de Natal; também foram abertas estradas para Ponta Negra e Pirangi, facilitando o deslocamento de tropas que patrulhavam o litoral sul do estado.⁴¹ Em meados de 1942, *Parnamirim Field* era o aeroporto mais movimentado do mundo, “a maior mobilização técnica obtida pelos Estados Unidos fora de seu território” com “pistas de dois mil metros” que facilitavam a descida

⁴¹ As estradas para Ponta Negra e Pirangi foram construídas antes do início da Segunda Guerra Mundial.

imediate de 250 aviões. Mil e quinhentos edifícios abrigavam 10.000 homens. (...) A gasolina, média de 100.000 litros diários, vem de um *pipe line* com 20 quilômetros de distância, recebendo-a dos navios tanques, na cidade do Natal” (CASCUDO, 1999, p. 422). Os soldados e os oficiais dos Estados Unidos foram chegando em Natal aos poucos,

mas sua permanência na cidade, que se estendeu até o final do conflito mundial representou uma série de problemas. Afinal, em um curto intervalo de tempo, de 1941 a 1946, a afluência dos militares e civis norte-americanos coincidiu com o fluxo migratório do interior, devido à seca, para a capital, fazendo dobrar a população da cidade. A consequência imediata foi o desencadeamento de uma tremenda crise de abastecimento, acompanhada pelo aumento absurdo nos preços, especialmente no setor imobiliário (PEDREIRA, 2005, p. 110).

Uma passagem, transcrita de um jornal do período em que Natal foi sede de bases militares norte-americanas, atesta o espanto do cronista com invasão estrangeira e com as transformações no cotidiano da cidade. O fato se passou no bairro da Ribeira, um dos mais freqüentados pelos norte-americanos. Ali estavam cafés, cabarés, hotéis e restaurantes, lojas, que se constituíam nos principais pontos de diversão para os estrangeiros. A citação retirada do jornal *O Diário* ainda que longa, é emblemática do que se vivia naquela Natal dos anos 1940.

Meio displicente o cronista entrou no café.

(...) Exclamações joviais, gestos desempenados, tipos de uma outra raça, a que a uniformidade das fardas cáquis emprestava um tom militar, enchiam as mesas. (...) A algaravia que se falava era estranha... Aqui e ali entravam e saíam marinheiros. Sobre a fala de alguns quepes, o brasão de Suas Majestades Britânicas, ou as iniciais simbólicas da RAF canadense. A maioria, porém, era de gente da América, ianques louros do norte, fisionomias enérgicas de sulistas, rostos expansivos e cordiais, do Texas...

O cronista olhou para os lados, curioso. Brasileiro, ele apenas. Sim, também as pequenas *garçonnettes*, numa fardazinha algo esquisita...

No entanto, aquele era um simples e muito nortista “café” da rua Dr. Barata, por mais que a paisagem humana se mesclasse de exemplares de terras diferentes... Oh! A guerra... (apud PEDREIRA, 2005, p. 217).

As transformações nos costumes saltavam aos olhos. Enquanto os aviões dos Estados Unidos riscavam os céus de Natal, mudavam os costumes e a fisionomia da população da cidade e do país. Produtos americanos passaram a ser conhecidos em todo o Brasil e o inglês tornou-se “a terceira língua estrangeira mais falada (depois do francês e do italiano)” (SKIDMORE, 2003, p. 172). A cidade mudou, em virtude da presença dos norte-americanos: novos hábitos foram adquiridos; Natal tornou-se mundialmente conhecida; sua população sentiu de perto o clima de guerra; houve um aumento da atividade comercial; as pessoas passaram a freqüentar cursos de inglês para comunicar-se com os norte-americanos; esportes como o basquetebol e o voleibol difundiram-se pela cidade; irradiou-se a música estrangeira e a utilização de anglicismos; a população praticamente duplicou; a cidade virou trânsito de personalidades internacionais; ocorreu um aumento substancial do custo de vida.⁴²

⁴² O governo procurou criar mecanismos para controlar os preços.

Não foram poucas as crianças loiras e de olhos claros que nasceram durante ou depois da guerra, fruto de uniões estáveis ou não entre os ianques e as norte-rio-grandenses. O número de casamentos entre estrangeiros e brasileiras é bem expressivo. Segundo Pedreira (2005), no mesmo diapasão, houve acréscimo significativo no número de “registros de nomes em línguas estrangeiras e principalmente em inglês”. Isso não significou, como atesta a historiadora, “que as uniões tenham sido duradouras ou mesmo tranqüilas” (PEDREIRA, 2005, p. 222).

Mudaram também o vocabulário, o comportamento, as bebidas e o vestuário. Segundo Diógenes da Cunha Lima, os natalenses abandonaram paletó, gravata e chapéu, começaram a vestir camisa esporte (sileque), aprenderam a ir à praia todos os dias do ano e a se sentar no meio-fio para esperar transporte coletivo, a beber cerveja. Comerciantes fizeram fortuna “vendendo relógios suíços, meias de seda e perfume francês.” Brasileiros e norte-americanos se confraternizavam em Natal. A jogatina corria solta, a ponto de a Vila Cincinato (residência oficial dos governadores/interventores) ter sido “transformada durante a interventoria do General Antônio Fernandes Dantas num mini-cassino”. Outros preferiam amenidades, como saraus musicais, cinemas, prostíbulos, etc (PINTO, 1995, p. 117). De cidade sem vida noturna, que dormia as 21 horas, com a “ocupação” norte-americana, Natal passou a ser movimentada pela “realização diária de eventos artísticos, culturais e esportivos, muitos deles organizados pelos clubes dos militares norte-americanos, como as famosas reuniões dançantes do USO” (PEDREIRA, 2005, p. 138).

Depoimento prestado pelo historiador Olavo Medeiros à professora e historiadora Flávia Pedreira diz que os brasileiros adaptaram-se aos costumes norte-americanos sem que estes fossem influenciados. Para ele os norte-americanos “introduziram tomar a cerveja deles, tomar uísque, Coca-Cola e não aprenderam a tomar guaraná, não aprenderam coisa nenhuma. (...) A música também, era a deles que imperava, e tinha até um trecho da praia que chamavam Miami Beach” (apud PEDREIRA, 2005, p. 113).

As denúncias de quinta-colunismo aumentaram, identificando-se “ações de sabotagem ou espionagem feitas por estrangeiros, como Hans Werbling e Hernest Lüch, acusados de comunicarem às autoridades alemãs sobre o movimento do porto e de fornecerem informações sobre autoridades e pessoas de projeção que estavam na cidade. Para frear a ação dos quinta-colunas, o comando militar ordenou a prisão do alemão Hernest Lüch e do italiano Guilherme Lettieri (1999, p. 78-80), como apontamos anteriormente

Como Natal estava em possível área de combate, as Forças Armadas promoveram cursos de enfermagem para alguma eventualidade. A Maternidade Januário Cicco (na época Maternidade de Natal) foi transformada em hospital militar, o Hospital Onofre Lopes (na época Miguel Couto) foi reestruturado, a Associação dos Escoteiros fundou o Hospital Luiz Soares (na época Policlínica) e a Cruz Vermelha Internacional por aqui desembarcou, fundando uma filial. A cidade passou por sucessivos *black-outs*⁴³ e foram construídos abrigos antiaéreos. Os exercícios de *black-outs* (blecautes) eram avisados com antecedência à população. Por vezes saíam nos jornais e nos programas da Rádio Educadora de Natal (REN), a primeira de Natal. Pedreira (2005, p. 155) informa que o primeiro exercício desse tipo ocorreu em fevereiro de 1942. A recomendação dada era que, ao toque da sirene que anunciava o início do blecaute, todos deveriam correr em direção a um abrigo antiaéreo. Se não houvesse abrigos nas proximidades, o Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Natal determinava que “todos devem permanecer em suas casas (apud PEDREIRA, 2005, p.156). João Maria Furtado (1976) alega que não havia esse temor entre os mais informados, visto que era conhecido que não havia naquela época aviões com autonomia de vôo que permitissem aos alemães, sem bases na África ocidental, atacarem a América do Sul. Para ele, que testemunhou os acontecimento, “o único perigo concreto que podia ameaçar a cidade seria o seu fustigamento

⁴³ Flávia Pedreira afirma que o termo era pronunciado aqui em Natal. Em outras cidades, como o Rio de Janeiro, utilizavam-se as palavras “escurecimento” ou “apagão”.

esporádico e rápido com alguns poucos disparos de canhão de um submarino que se arriscasse a essa aventura apenas intimidativa e sem resultados objetivos verdadeiros” (FURTADO, 1976, p. 214-215).

A guerra também trouxe para Natal uma das maravilhas da modernidade. Enquanto o país enfrentava um racionamento de combustíveis, a capital do Rio Grande do Norte ganhava a sua primeira estrada asfaltada, a “*Parnamirim Road*, um empreendimento norte-americano e que ficou conhecida simplesmente por ‘a Pista’, pela população local” (PEDREIRA, 2005, p. 166).

Em 28 de janeiro de 1943, com a política externa brasileira francamente favorável aos Estados Unidos da América, os presidentes Getúlio Dorneles Vargas e Franklin Delano Roosevelt encontraram-se, de forma sigilosa, em Natal para definir os novos rumos que Brasil e Estados Unidos deveriam seguir, tendo em vista o recuo das tropas alemãs na África e o possível desfecho do conflito, com a derrota do Eixo. O presidente brasileiro chegou com sua comitiva a Natal na noite de 27, atendendo apelo “do Presidente Roosevelt, que manifestava desejo de encontrarem-se para conversar. Retornando de Casablanca (Marrocos), África, Roosevelt chegou a Natal na manhã do dia 28 de janeiro” O sigilo foi tanto, que nem o Comandante da Guarnição Militar do Rio Grande do Norte, general Gustavo Cordeiro de Farias, nem o interventor, Rafael Fernandes, tiveram conhecimento prévio do encontro entre os dois presidentes (SUASSUNA e MARIZ, 2002, p. 332). O depoimento de Aldo Fernandes a José de Anchieta Ferreira é ilustrativo:

A chegada de Roosevelt a Natal foi uma surpresa para todo o mundo, não só para as autoridades civis e militares. Certa tarde fui ao Palácio mais cedo, quando chega um oficial, Ajudante de Ordens do General Walsh, americano que comandava a área aqui. Vinha trazer um convite ao Interventor Rafael Fernandes para ir à Rampa, mas para ir só, nem mesmo levasse o seu ajudante de ordens, porque já havia um Ajudante de Ordens americano designado para ficar com ele. Imediatamente telefono a Rafael, que veio ao Palácio e eu contei o fato. Ele tomou o carro e foi para a Rampa e ficamos sem saber nada. Telefonei, então, ao Chefe de Polícia, o coronel André Fernandes e ele me disse que também não sabia de nada. Deve ser alguma coisa importante para um convite dessa natureza. (...) Dentro de pouco tempo, com ares de espanto, volta o chofer que tinha ido levar o interventor: – Olha Dr. Aldo, chegou lá na Rampa um aleijado, tiraram de um avião, pegaram ele e botaram num Jeep. O Getúlio está lá, o General Cordeiro (Gustavo Cordeiro de Farias), o Almirante Ary Parreiras, um movimento danado, uma segurança, ninguém pode entrar e está tudo guardado. Um pouco mais tarde as minhas filhas me telefonam: – Papai, estamos aqui na Praça Pedro Velho e vimos o Gegê e o Roosevelt passarem em direção a Parnamirim (FERREIRA, 1992, p. 91-92).

Depois de almoçarem, inspecionarem a Base de Hidroaviões e o Campo de Parnamirim e visitaram, acompanhados do interventor Rafael Fernandes, do almirante Ary Parreiras e do brigadeiro Eduardo Gomes, os Quartéis do Exército e da Aeronáutica, jantaram a bordo do navio Humboldt. No final da noite conversaram sobre os interesses e os laços de amizade entre o Brasil e os Estados Unidos, ações preventivas contra possíveis ataques dirigidos de Dakar (Senegal, África) para o hemisfério ocidental e o apoio do Brasil aos objetivos traçados pelos Estados Unidos (SUASSUNA e MARIZ, 2002, p. 332). Possivelmente nessa reunião ficou acertada uma participação mais efetiva do Brasil na guerra, inclusive com o envio de um contingente de 25 mil combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para o *front*.

O desejo de Getúlio de identificar o Brasil com a causa dos Aliados levou-o a oferecer três divisões do Exército brasileiro, cujos oficiais se entusiasmaram com a idéia, para combater os alemães no cenário de guerra do Mediterrâneo. Getúlio tinha dois importantes propósitos ao insistir no papel militar brasileiro: um era enfrentar a posição do Brasil como o único país latino-americano a enviar forças terrestres sob sua própria bandeira para a guerra (uma unidade da Força Aérea Mexicana lutou no Pacífico e muitos mexicanos serviram como voluntários no exército dos EUA); o segundo era despertar o orgulho brasileiro e dar ao público uma razão patriótica para apoiar o governo.

Para enfatizar que se tratava de um esforço nacional, Getúlio queria efetivos recrutados por todo o país e insistiu para que todo estado fosse representado, independentemente da qualidade dos recrutas locais (SKIDMORE, 2003, p. 173).

A programação foi toda modificada. O compromisso inicial do governo de enviar uma grande unidade do Exército, composta de três divisões de infantaria, para o campo de batalha, foi inteiramente refeito. Somente a Primeira Divisão de Infantaria Expedicionária chegou aos campos de luta. As tropas brasileiras, inicialmente marcadas para desembarcar no norte da África, foram encaminhadas para a Itália (SIQUEIRA, 2001, p. 125), com uniforme de verão “exatamente quando se iniciava um rigoroso inverno”, numa região íngreme na “qual os alemães estavam com os canhões em posição dominante”. Sob fogo cerrado, os brasileiros “sofreram pesadas baixas e retiraram-se desordenadamente” (SKIDMORE, 2003, p. 173).

A fisionomia militar e política de Natal, apesar do que dissemos acima, não parecia privilegiar o interventor Rafael Fernandes. Não foram poucos os movimentos, segundo Furtado (1976), de militares no sentido de tentar substituí-lo. Uma ala extremista expunha que não era de bom tom a permanência de um civil a frente do governo quando Natal era uma praça de guerra. Aqui já se podiam perceber o início “de uma conspiração contra o poder civil” e mesmo contra o presidente Getúlio Vargas, com o general Gustavo Cordeiro de Farias como “mola mestra de uma conspiração para afastar Rafael Fernandes da interventoria, pois, dada sua situação de Comandante da Guarnição, a escolha do substituto deveria recair, naturalmente, em seu nome”. Sabedor do que se tramava, o interventor viajou aos Estados Unidos a 18 de março, regressando para assumir o comando político do estado a 1º de maio. Naquele momento, Rafael Fernandes constatou que sua permanência a frente do executivo estadual estava irremediavelmente comprometida, visto que o Secretário-Geral e eminência parda de sua gestão, Aldo Fernandes, pedira exoneração, a 22 de maio, do cargo que exercia há nove anos. Vargas não resistiu em demasia a pressão que lhe faziam para exonerar Rafael Fernandes, mas astucioso como era frustrou parcialmente “os efeitos desse ato importante do seu governo, nomeando para a vaga, não o General Gustavo Cordeiro de Farias, presuntivo candidato, mas outro militar, outro General, este norte-riograndense – justificativa da escolha – Antônio Fernandes Dantas”, não obstante a má fama deixada por ele na Bahia, “quando ali, com o golpe de novembro de 1937, ele que vinha em choques com Juraci Magalhães, no Comando da 6ª Região Militar, foi para gáudio dos grupos integralistas locais, nomeado interventor” (FURTADO, 1976, p. 215-217).⁴⁴

Fazendo um balanço sobre a participação brasileira na guerra, uma testemunha privilegiada dos acontecimentos diz não ter sido difícil perceber

⁴⁴ Acomodado ao lado das forças revolucionárias desde meados da década de 1930, o general Antônio Fernandes Dantas fora um diligente Comandante da Polícia Militar do Rio Grande do Norte no governo de Juvenal Lamartine, último governador do estado antes da eclosão da Revolução de 1930.

que o país não se encontrava convenientemente preparado a assumir o grande empreendimento a que se propusera.

(...)

Os trabalhos de mobilização da reserva (...) [observou] os critérios da convocação [d]os reservistas pertencentes às classes de 1920 a 1923 (...).

Em Natal, o 16º Regimento de Infantaria, recém criado, recebeu quase a totalidade dos reservistas convocados do Rio Grande do Norte, os quais, após curto período de readaptação às atividades militares, seguiam com suas unidades para cumprimento de missões de vigilância e defesa do litoral, no momento em que se entendia, como possível um desembarque inimigo em qualquer parte da costa marinha do Nordeste (...) (SIQUEIRA, 2001, p. 129.130)

O dia 6 de junho de 1944 marca o início do fim da guerra. Naquele dia (dia D), os Aliados desembarcaram no norte da França e começaram a desbaratar as forças de defesa alemãs, libertando Paris a 25 de agosto e chegando ao Reno em setembro, de onde penetraram pelo oeste no coração da Alemanha, ao mesmo tempo em que tropas soviéticas faziam o mesmo pelo leste. No dia 8 de maio de 1945, “representantes do Alto Comando alemão assinaram um documento de rendição incondicional” (BURNS, 1995, v. 2, p.726-727).

O final de 1944 tornou a guerra algo remoto para o Brasil. A possibilidade de guerra submarina fora definitivamente afastada (SMITH JUNIOR, 1992, p. 163). Assim, em 1944 começou a retirada dos equipamentos militares, bem como algumas trocas de comando, renunciando o início do fim da presença norte-americana em Natal. No início de 1945 a guerra não havia ainda terminado e contingentes militares norte-americanos foram mandados de volta para os Estados Unidos. As unidades militares brasileiras também foram remanejadas, fazendo Natal experimentar “o desemprego, o desalento, a pobreza, a desorganização das famílias” (LIMA, 1996, p. 81).

Diz Clyde Smith (1992, p. 158) que empresas de transporte aéreo foram encerrando suas atividades no segundo semestre de 1944. Somente a *Eastern Airlines* ficou operando no Atlântico Sul. Com o objetivo de evitar um sério “colapso econômico depois da retirada das forças americanas no período posterior à guerra”, a Junta de Aeronáutica Civil dos Estados Unidos da América indicou Natal como uma importante área na esfera da aviação civil no pós-guerra. Natal foi escolhida pelas autoridades aeronáuticas norte-americanas “como uma das vinte prováveis rotas aéreas básicas para expansão comercial. As duas rotas nas quais Natal foi especificamente mencionada foram as de Natal-Paris, via Dakar, Casablanca, Tânger e Madri, e Natal-Cidade do Cabo, via Dakar, Monróvia, Lagos ou Acra, Brazzaville e Johannesburg.”

O último contingente militar dos Estados Unidos deixou Natal no dia 26 de novembro de 1946, sendo o último ato do qual participaram a cerimônia de traslado dos restos mortais de militares daquele país. Após a partida dos militares norte-americanos, as “bases do Exército e da Marinha americana foram transferidas para o Brasil em outubro de 1946, de acordo com um convênio assinado em 30 de agosto de 1945” (SMITH JUNIOR, 1992, p. 193).

CAPÍTULO III

A DEMOCRACIA POPULISTA

1. O fenômeno populista

Uma das mais importantes experiências políticas vividas pelos países latino-americanos, no período compreendido entre as décadas de 1920 e 1960, foi o populismo. Geralmente o fenômeno do populismo emerge em momentos de transição, em que o modelo econômico agroexportador entra em crise, cedendo lugar um modelo industrial. Sai de cena a sociedade rural, entra a sociedade urbana. No Brasil, a experiência populista teve em Vargas a sua grande figura.

O populismo foi um fenômeno tipicamente urbano, caracterizado pela transição de uma sociedade rural para a sociedade urbana e industrial. Os líderes políticos populistas aliciavam e manipulavam as massas populares urbanas, que eram convocadas a participar do processo político, mas sempre submetidas ao governo, que adotava um comportamento paternalista e autoritário, concedendo direitos aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, mantendo-os sob controle permanente.

O populismo é produto de uma situação política geradora da “proletarização” de amplas camadas sociais, que em meio à transição para uma sociedade desenvolvida industrialmente perde sua identidade social, transformando-se em “massas de manobra”. O fenômeno populista aflora na identificação pelas massas de uma liderança julgada capaz para o exercício do poder de sorte a protegê-las do desemprego e da miséria. O populismo estabelece uma relação direta entre o líder e as massas, exalta o poder público e transforma o líder na própria encarnação do Estado protetor dos trabalhadores pobres e humildes (PENNA, 1999, p. 197).

Reformas econômicas e sociais eram, genericamente, a plataforma dos governos populistas, que procuravam conter o choque entre as classes sociais, atraindo as classes populares e a burguesia industrial, prometendo um projeto que trouxesse benefícios para ambos. O governante, dotado de um grande carisma (chave para o líder político populista), apresenta-se como o promotor das conquistas dos trabalhadores.

Os líderes populistas eram nacionalistas, anti-oligárquicos⁴⁵ e carismáticos. Mais importantes até que os partidos políticos que os abrigava. Isso facilitava a identificação das massas com eles. Os comícios e os meios de comunicação de massa (na época o rádio) eram utilizados com habilidade pelos populistas para manipular a massa. A demagogia era utilizada largamente; os discursos elaborados e alterados, de acordo com o público. Como candidatos, eram grandes reformadores; quando vitoriosos e empossados, adequavam o discurso à realidade do poder. Ressalte-se, ainda, que, apesar de uma pregação anti-oligárquica, os líderes populistas procuravam conquistar o apoio de importantes oligarquias, quando eles próprios não eram oriundos de grupos oligárquicos.⁴⁶

⁴⁵ As oligarquias excluíam as baixas camadas médias do processo político. O Estado populista admitia a participação das baixas camadas médias e dos trabalhadores urbanos no processo político. Estes teriam uma atuação política através do sindicalismo controlado pelo Estado.

⁴⁶ Importantes líderes populistas brasileiros eram oriundos de tradicionais oligarquias ou, de alguma forma, a elas vinculadas: Ademar de Barros e Jânio Quadros (São Paulo) João Pessoa (Paraíba), Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola (Rio Grande do Sul), Miguel Arraes (Pernambuco), Aluísio Alves (Rio Grande do Norte), Seixas Dória (Sergipe).

2. A queda de Vargas

Como vimos, a política externa brasileira nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial definiu-se pelo pragmatismo. O governo Vargas negociava vantagens econômicas para o Brasil, assinando acordos comerciais com a Inglaterra, com os Estados Unidos e com a Alemanha. Somente com a entrada dos Estados Unidos na guerra, em 1941, a balança da política externa brasileira começou a pender para o lado dos Aliados. O alinhamento definitivo deu-se em 1942. A participação do Brasil limitou-se, a princípio, à cessão de bases militares no Norte e Nordeste do país e ao fornecimento de matérias-primas. Em reunião entre os presidentes Vargas e Roosevelt, em Natal (RN), foi decidida uma participação mais efetiva do Brasil. Segundo Lincoln de Abreu Penna (1999, p. 194), a consequência imediata das negociações entre os presidentes do Brasil e dos Estados Unidos foi a

formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), e já em início de 1944 os pracinhas são enviados à Itália, sob o comando geral do general Mascarenhas de Moraes, promovido em seguida ao posto de marechal. O Estado Novo, externamente, tinha seus dias contados, diante do progressivo recuo das forças do nazi-fascismo e da lenta descaracterização política, no que se refere aos aspectos da política interna.

A derrota das forças do Eixo parecia iminente, no início de 1943. Como lutava ao lado das democracias ocidentais (excetuando-se a União Soviética), o regime ditatorial de Vargas estava num impasse: era extremamente difícil explicar a participação do Brasil na guerra ao lado das democracias ocidentais contra os regimes totalitários nazi-fascistas, quando o país vivia numa ditadura semelhante àquelas contra as quais combatia. No final de 1943, a sociedade brasileira começou a se manifestar abertamente contra a ditadura varguista. Em outubro surgiu o célebre “Manifesto dos Mineiros”, assinado por políticos, intelectuais e empresários de Minas Gerais, solicitando a volta do país à normalidade democrática. Antevendo essas dificuldades, logo que abandonou a política de neutralidade, o presidente Vargas nomeou, ainda em dezembro de 1941, Alexandre Marcondes Filho para o Ministério do Trabalho. O objetivo do presidente da República era formar “uma base social e política que garantisse a continuidade do Estado Novo”, pois Marcondes Filho

era um homem com grande trânsito junto ao empresariado paulista, bem relacionado com seus interesses e amigo pessoal do então presidente da FIESP, o empresário Roberto Simonsen.

Advogado bem-sucedido, era íntimo de Assis Chateaubriand, cuja influência política era exercida pela cadeia de rádios, jornais e revistas – o poderoso conglomerado dos *Diários Associados*. Além disso, Marcondes Filho fora requisitado pelo presidente para ocupar também o Ministério da Justiça, tornando-se dessa maneira uma figura importante na constelação de forças do governo. Reunia em torno de si os dois ministérios políticos mais importantes.

A formação de uma base de apoio incluía a atração do empresário e dos trabalhadores. Foi para atender a este objetivo que Marcondes Filho foi encarregado pelo governo (sic) (PENNA, 1999, p. 193).

Não houve jeito. A guerra, último esteio do regime autoritário implantado em 1937, acentuou a oposição interna ao regime varguista, por expor uma contradição incontornável: “como lutar contra o fascismo internacional se o próprio regime tem traços acentuadamente fascistas?” (IGLESIAS, 1993, p. 256). O avanço dos Aliados sobre os domínios do Eixo fizeram Vargas compreender que o ciclo autoritário esgotara-se (PENNA, 1999, p. 195). Ao cancelar as eleições presidenciais de 1938 e estabelecer uma ditadura em 1937, Getúlio Vargas prometera “realizar eleições presidenciais em 1943”. Poucos, no entanto, “esperavam que Getúlio mantivesse sua promessa”, fato que se concretizou quando “ele anunciou que a emergência da época da guerra não permitiria a incerteza de uma eleição presidencial e adiou a retomada da política eleitoral ‘até depois da guerra’” (SKIDMORE, 2003, p. 174-175).

A primeira manifestação oposicionista ocorreu em 1943. No seio do governo apareceu a primeira séria ruptura, em 1944, quando Osvaldo Aranha, Ministro do Exterior, demitiu-se. Os exilados regressavam. A insatisfação da sociedade civil aumentava. Intelectuais de porte, como Oswald de Andrade, Caio Prado Júnior e outros, em 1945, reunidos num Congresso Brasileiro de Escritores, exigiram através de um manifesto a volta à legalidade democrática:

Organizações estudantis, pronunciamentos de líderes empresariais, intelectuais e sindicais levam também ao ressurgimento dos políticos. O fim próximo do conflito enfraquece o governo(...). Em janeiro de 1945 realiza-se em São Paulo o Primeiro Congresso de Escritores, cujos debates são severos com relação ao fascismo e enaltecem a democracia. Em sua nota final sai a primeira palavra pública de censura ao regime interno e o pedido de eleição. (...) O governo reconhece a legitimidade do processo, admite o surgimento de partidos (IGLESIAS, 1993, p. 256).

Pressionado, ainda na primeira metade de 1945, o governo tomou algumas medidas para restabelecer os valores democráticos:

- estabeleceu uma data para a realização de eleições gerais (fevereiro);
- decretou anistia e liberdade de organização partidária.

A reação da sociedade foi imediata. Surgiram novos partidos políticos para a disputa eleitoral que se avizinhava, entre os quais destacamos:

- a União Democrática Nacional (UDN): composta, principalmente, por políticos, industriais, banqueiros, grandes proprietários de terras, etc. Agrupava os descontentes com Vargas e lançou a candidatura para presidente do brigadeiro Eduardo Gomes;
- o Partido Social Democrático (PSD): tinha quase a mesma composição da UDN; só que os integrantes do PSD eram partidários de Vargas. Lançou a candidatura para presidente do general Eurico Gaspar Dutra. A candidatura de Dutra foi apoiada pelo PTB;
- o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB): foi criado para aglutinar a massa trabalhadora. Esse partido era liderado por sindicalistas simpatizantes de Vargas. Apoiou a candidatura do general Dutra;
- Partido Comunista Brasileiro (PCB): agrupava simpatizantes da esquerda; lançou a candidatura de Yedo Fiúza.

O surgimento dos partidos políticos esquentou o debate político no país. A direção do processo de redemocratização foi alvo de intensas disputas. Naquele distante 1945 o Brasil parecia “um efervescente caldeirão de idéias e conflitos” (LOPEZ, 1991, p. 98). Com a aproximação da eleição para a Assembléia Nacional Constituinte, expandiu-se um movimento político chamado

queremismo, que defendia a transição para a democracia paulatinamente, com Vargas à frente.⁴⁷ Esse movimento era combatido por políticos anti-Vargas, mas ganhou a adesão de antigos adversários como Luís Carlos Prestes (PCB). O presidente

ao mesmo tempo que prometia deixar o poder, incentivava o “Movimento Queremista”, favorável à sua continuação no cargo e buscava ampliar suas bases populares para se manter. Enfim, Getúlio começou a cultivar o populismo de esquerda que seria novamente sua plataforma de ação quando de sua volta em 1950.

O populismo de esquerda de Getúlio Vargas não agradava aos setores direitistas, principalmente os agrupados na UDN, visto que o nacionalismo veio a ser o ingrediente principal do populismo varguista (LOPEZ, 1991, p. 98).⁴⁸

A posição de Vargas era ambígua. Temerosos com o plano continuísta de Vargas, os militares depuseram-no no dia 29 de outubro de 1945, assumindo a Presidência da República o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, fato que teve repercussões nos estados brasileiros.

De julho de 1943 a agosto de 1945, o Rio Grande do Norte foi governado pelo general Fernandes Dantas, que substituiu o interventor Rafael Fernandes. Com a criação dos novos partidos políticos, a maioria dos seus auxiliares fundou aqui no estado a União Democrática Nacional (UDN), agremiação partidária que juntava os que foram excluídos pelo Estado Novo; a minoria ficou com o interventor-general e fundou o PSD. Na interventoria, Fernandes Dantas foi substituído por Georgino Avelino, aclamado como grande articulador político e o principal responsável pela fundação do PSD no estado, tarefa a qual se impôs com obstinação.

Após a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945, Georgino Avelino foi substituído na interventoria do estado pelo desembargador Seabra Fagundes, seguindo o modelo nacional, de “todo o poder ao Judiciário”.⁴⁹

3. De Dutra ao retorno de Vargas

Com a queda de Vargas em outubro de 1945, as eleições transcorreram sem problemas. O general Eurico Gaspar Dutra ganhou, com folga, a eleição presidencial, demonstrando a força política do PSD, que também conquistou a maioria das cadeiras na(o) Assembléia Constituinte/ Congresso Nacional, como assinala Penna (1999, p. 199):

Realizadas as eleições na data prevista, Dutra saiu vitorioso à frente da coligação PSD-PTB, com cerca de 55% do total dos votos, contra aproximadamente 35% dados ao candidato da UDN, Eduardo Gomes, e 10% atribuídos ao engenheiro Iedo Fiúza, candidato comunista. Para a Assembléia Constituinte, o PSD alcança esmagadora maioria, seguido de longe da UDN, do PTB e do PCB.

⁴⁷ O movimento quememista era incentivado pelo próprio Vargas.

⁴⁸ Exemplo da ação nacionalista de Vargas é o decreto-lei 7.666, conhecido como Lei Malaia ou Lei Antitruste, que “dispõe sobre matéria de ordem econômica, em defesa dos interesses nacionais” (PENNA, 1999, p. 195).

⁴⁹ O substituto de Vargas após a sua deposição, em 1945, foi o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares; nos estados, os antigos interventores, nomeados por Vargas, foram substituídos pelos presidentes dos Tribunais de Justiça ou dos Tribunais Eleitorais.

Depois de assumir a Presidência da República, o general Dutra empossou, no início do seu mandato, a Assembléia Nacional Constituinte, encarregada de elaborar a nova Constituição brasileira. A exemplo do que ocorreu na maioria dos estados brasileiros, o PSD também foi o grande vitorioso no Rio Grande do Norte. Organizado em aproximadamente um mês por Georgino Avelino, o partido elegeu a maioria dos deputados federais e estaduais, os senadores e, em 1946, elegeu para governar o estado, José Varela. A UDN, ficou como a principal força política do estado, depois do PSD.

Os trabalhos da Assembléia Constituinte duraram aproximadamente sete meses, sendo a Constituição promulgada em 18 de setembro de 1946. A Constituição restaurou a democracia representativa, mas manteve praticamente intacta as estruturas fundiária e sindical, possibilitando a manutenção do *status quo*. Os liberais dominaram a Assembléia Constituinte, fazendo prevalecer os interesses do setor rural, base política do PSD, partido que tinha maioria naquela Assembléia.

As principais características da Constituição foram: eleições diretas para os cargos públicos legislativos e executivos no nível federal, estadual e municipal; restabelecimento da autonomia dos estados e municípios; mandato presidencial de 5 anos; manutenção da estrutura da propriedade da terra; manutenção do corporativismo sindical; exclusão dos analfabetos do processo político-eleitoral; e o direito de greve (porém não regulamentado).

Antes mesmo do final da Segunda Guerra Mundial, surgiram várias divergências entre os Aliados, com suspeitas recíprocas, notadamente entre os Estados Unidos e a União Soviética. Nascia um mundo bipolarmente configurado: de um lado os Estados Unidos da América (capitalista), do outro a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (comunista).

Embora na lista das grandes potências constassem União Soviética, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e China, problemas internos na China e o gradativo grau de dependência que França e Grã-Bretanha tinham em relação aos Estados Unidos, tornaram a comunidade das nações com uma feição bipolar, “com os Estados Unidos e a União Soviética competindo pela supremacia e esforçando-se por arrastar os estados restantes para suas órbitas” (BURNS, 1995, v. 2, p. 737-738).

Foi esse o contexto que o presidente Eurico Gaspar Dutra encontrou. Sua linha de ação foi marcada pelo alinhamento automático com os Estados Unidos, com reflexos profundos no posterior desenvolvimento político e econômico do Brasil.

O governo Dutra exprime em grande parte o clima tenso de luta latente entre os Estados Unidos e a União Soviética, em ameaça à paz com nova guerra. Se não se verificou foi pela reflexão e amadurecimento do capitalismo e do socialismo. (...) Muito do clima de então, no Brasil, de sentido antidemocrático, decorre dessa concepção que coloca a segurança acima da ordem e da liberdade (IGLESIAS, 1993, p. 261).

Em 1947 o Brasil rompeu relações diplomáticas com a União Soviética e pôs o Partido Comunista Brasileiro na ilegalidade, cassando os mandatos de todos os eleitos por aquela legenda partidária. Skidmore (2003) afirma que as forças de segurança dos Estados Unidos estavam profundamente empenhadas em combater a ameaça representada pela União Soviética, o que incluía pressão sobre os governos latino-americanos para “romper relações diplomáticas com a URSS e a reprimir os partidos comunistas locais”. No Brasil isso ocorreu em 1947, quando o governo “rompeu relações com a União Soviética e pressionou o Supremo Tribunal Eleitoral a tornar ilegal o Partido Comunista” (SKIDMORE, 2003, p. 184-185). Segundo Iglesias (1993, p. 261), a cassação do registro e dos mandatos dos parlamentares pode ser explicada “pela formação do presidente Dutra, um militar bem convencional mas excessivamente limitado, e pela Guerra Fria no mundo.” A atitude do governo Dutra, lembra Lincoln de Abreu Penna (1999, p. 211), não pode ser vista como isolada:

Integrava , na realidade, uma estratégia concebida pelo governo dos Estados Unidos para o contingente latino-americano. Seu principal instrumento surgiu na Conferência Interamericana de Petrópolis, em agosto de 1947, quando do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Este organismo se incumbiria de prestar cooperação econômica aos seus membros, mas sobretudo de uni-los contra as possíveis agressões do comunismo internacional.

O TIAR baseara-se diplomaticamente na Ata de Chapultepec, segundo a qual “qualquer ataque contra a soberania ou independência política de um Estado americano será agressão contra todos os que assinaram o pacto”.

O governo Dutra adotou um modelo liberal na economia, procurando limitar a intervenção estatal na economia, buscando satisfazer os interesses econômicos dos Estados Unidos e do empresariado brasileiro que tinha vínculos com o capital estrangeiro. Vale ressaltar, entretanto, que o modelo liberal, em sua forma clássica, estava esgotado. A capacidade produtiva no Brasil era reduzida, houve uma abertura ao capital estrangeiro, que reduziu substancialmente as nossas divisas, gastas na importação de supérfluos. O projeto nacionalista elaborado durante a Era Vargas foi paulatinamente abandonado para atender aos interesses dos países hegemônicos no cenário econômico internacional. Não obstante a proposta de não intervir na economia, o governo elaborou um plano econômico e social em áreas fundamentais, como saúde, alimentação, transporte e energia (Plano Salte), “a primeira grande experiência e planejamento” no Brasil. Pelo menos “o primeiro de certa consistência”. No entanto, teve poucos efeitos práticos (IGLESIAS, 1993, p. 262).

Em 1951 o maior sucesso do carnaval, na voz de Francisco Alves, foi Retrato do Velho, de Mário Pinto e Haroldo Lobo: “Bota o retrato do velho outra vez / Bota no mesmo lugar / O sorriso do velhinho / Faz a gente se animar, oi / Eu já botei o meu / E tu não vais botar? / Já enfeitei o meu / E tu vais enfeitar? / O sorriso do velhinho / Faz a gente trabalhar”.

A letra da música reconhecia um fato novo na política brasileira: Getúlio Vargas voltara ao cenário nacional em 1950, lançando sua candidatura à Presidência da República, com um discurso democrático e nacionalista, figurino que agradou ao povo brasileiro. Candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), apoiado pelo governador de São Paulo, Ademar de Barros, principal líder do Partido Social Progressista (PSP), legenda que se aliou ao PTB, Vargas venceu facilmente a eleição, batendo os candidatos Eduardo Gomes (UDN) e Cristiano Machado (PSD). Não foi surpresa, pois, mesmo não dispondo “da máquina partidária do PSD, maior agremiação política na ocasião, e muito menos da simpatia da UDN – que de frente oposicionista à ditadura do Estado Novo convertera-se numa organização partidária bem estruturada –, a expressão maior do trabalhismo populista era imbatível naquele momento” (PENNA, 1999, p. 212). O então senador pelo Rio Grande do Sul, em exílio voluntário em sua fazenda nos pampas, conseguiu identificar os principais gargalos que consumiam a administração do presidente Dutra: a crise no balanço de pagamentos, a dependência crescente dos capitais privados internacionais, o arrocho salarial, problemas econômicos de ordem estrutural nos setores de energia e tecnologia, aumentos dos desequilíbrios regionais, etc. Todos estes dados foram levados em consideração pelo candidato Vargas e não foram por ele desprezados (PENNA, 1999, p. 213-214).

No entanto, o modelo econômico de substituição de importações já dava mostras de sua insuficiência. O maior dos problemas a ser enfrentado era

como manter o ritmo de crescimento na indústria substitutiva, na medida em que se fazia necessário o avanço para etapas mais adiantadas como bens duráveis e bens intermediários. (...)

Uma alternativa seria favorecer a entrada de capital estrangeiro. Entretanto, a consequência política seria insustentável: Getúlio perderia todas as suas bases

de apoio popular, canalizada nos sindicatos. De mais a mais, o getulismo sempre estivera associado ao nacionalismo econômico. Em vista disso, só restava ao governo a solução de ampliar o intervencionismo estatal (LOPEZ, 1991, p. 102).

Vargas procurou retomar a sua política econômica nacionalista, incentivando o desenvolvimento da indústria de base. Procurou restringir as importações, limitar a remessa de lucros para o exterior e os investimentos estrangeiros. Como o Brasil não era auto-suficiente em petróleo, aprovou em 1953 a lei que criava a Petrobrás, após intensa mobilização popular. A empresa estatal (Petrobrás), que detinha o monopólio de exploração e refino do petróleo, foi criada em 1954. Além da Petrobrás, Vargas criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDE (atual BNDES), a Eletrobrás, reorganizou a Companhia Vale do Rio Doce, etc.

As medidas econômicas nacionalistas e estatizantes, no entanto, irritavam profundamente o capital internacional,⁵⁰ fazendo crescer a oposição a Vargas. Empresários ligados às multinacionais, oficiais das Forças Armadas, políticos e a imprensa anti-Vargas desencadearam uma intensa campanha contra o governo, com denúncias de corrupção. A posição cada vez mais radical “da UDN e dos grupos ligados ao capital internacional” tornavam “a questão do nosso desenvolvimento, mais do que nunca, um problema político” (LOPEZ, 1991, p. 103). O líder da campanha anti-Vargas, Carlos Lacerda, transformava uma questão de políticas públicas em política partidária, acusando o presidente Getúlio Vargas de tramocar um golpe de Estado, semelhante ao de 1937, e tentar estabelecer uma “República Sindicalista”, nos mesmo moldes do que fizera Perón na Argentina. Vociferava contra Vargas, acusando-o inclusive de favorecer a infiltração e disseminação do comunismo.

Desde o início do seu mandato, o governo de Vargas “foi muito perturbado pela política”, com o presidente sendo “acusado de pretender continuar” no poder, “instaurando outro regime de exceção”, semelhante ao Estado Novo. Sendo assim, desde logo articulou-se

a sua derrubada. Um golpe antes que ele desse o golpe. Essa atitude de desconfiança gerou uma luta contínua contra o governo. Posições extremadas impossibilitam o diálogo. Há denúncia de escândalos, favorecimentos de empresas jornalísticas, acusações de corrupção e subversão. A própria família do presidente é atingida (ele, pessoalmente, nunca). Como há ainda um ano de governo, chega-se a exigir a sua renúncia (IGLESIAS, 1993, p. 266).

Na madrugada de 05 de agosto de 1954, Carlos Lacerda sofreu um atentado, mas escapou com vida. O pistoleiro, porém, atingiu o major da Aeronáutica Rubem Vaz, que veio a falecer. As pressões aumentaram, principalmente quando se descobriu que o mandante era o chefe da guarda pessoal de Vargas, Gregório Fortunato. A oposição exigia a renúncia de Vargas. O presidente, consciente de que sua renúncia seria uma confissão de culpa, deu a última “palavra”: no dia 24 de agosto de 1954, Getúlio Dorneles Vargas matou-se com um tiro no peito.

Com o suicídio de Vargas, assumiu a Presidência da República o norte-rio-grandense João Café Filho,⁵¹ “um político cuja carreira fora marcada pela ambigüidade”. De origem sindical, Café Filho cedo “evoluiu para um comportamento de natureza fisiológica.” Em sua curta passagem pela Presidência da República (de 24 de agosto de 1954 a 11 de novembro de 1955), montou um ministério que “revelou o caráter conservador de sua personalidade” (PENNA, 1999, p. 223-224), mas com forte viés conciliador, procurando atender às demandas de todas as correntes políticas.

⁵⁰ Como os empresários brasileiros não tinham capital suficiente para bancar o desenvolvimento em áreas consideradas estratégicas, o governo era o responsável pela maioria desses investimentos. O controle acionário das empresas era do governo e, em todas essas empresas, consideradas estratégicas, era vetada a presença do capital internacional.

⁵¹ Café Filho havia sido indicado como companheiro de chapa de Vargas, em virtude da aliança entre o PSP e o PTB.

Café Filho pretendia encontrar um candidato de conciliação. O quadro político, no entanto, não favorecia o seu intento. Difícil encontrar um candidato de conciliação no conturbado momento político que se seguiu à morte de Vargas e ao curto mandato do político norte-rio-grandense a frente do Executivo nacional.

4. O Rio Grande do Norte de Vargas a Vargas

Deposto Vargas em 1945, prevaleceu a fórmula de “todo poder ao Judiciário”. Isso implicou a posse de José Linhares na Presidência da República e dos presidentes dos Tribunais de Justiça, como interventores, nos estados. No Rio Grande do Norte assumiu o desembargador Seabra Fagundes, que governou de novembro de 1945 a fevereiro de 1946, sendo substituído por Ubaldo Bezerra de Melo (fevereiro de 1946 a janeiro de 1947), pernambucano radicado no Rio Grande do Norte, onde era proprietário de usinas de açúcar. Após o seu “mandato”, Ubaldo Bezerra foi substituído pelo general Orestes da Rocha Lima (janeiro a julho de 1947), último interventor nomeado para administrar o estado (SUASSUNA, 2002, p. 343-344).

A volta à normalidade democrática trouxe consigo a reestruturação partidária. A lógica nacional prevaleceu, em linhas gerais, no Rio Grande do Norte. Os políticos potiguares privilegiados pelo longo período de Vargas no poder, capitaneados por Georgino Avelino, fundaram o PSD, enquanto os que pouco gozaram das benesses varguistas criaram a UDN, à frente José Augusto e Juvenal Lamartine. Café Filho aninhou-se no PSP, agremiação partidária fundada pelo paulista Ademar de Barros. Eram os partidos politicamente mais representativos no estado, visto que o PTB, dirigido pela família Mota, “não teve político no Rio Grande do Norte” (TRINDADE, 1997, p. 19). A UDN e o PSD era farinha do mesmo moinho, pois frutos de uma mesma placenta política – o antigo Partido Popular. Esse novo binômio político, fruto da cisão do PP que hospedara as lideranças derrubadas pela Revolução de 1930, teve entre os seus atores mais destacados, formando a UDN, Dinarte Mariz, José Augusto, Juvenal Lamartine, Aluizio Alves e a família Rosado, enquanto Georgino Avelino, Dioclécio Duarte e João Severiano da Câmara formavam o PSD (FURTADO, 1976, p. 223-224).

Apesar de criados nacionalmente, os partidos políticos brasileiros “não conseguiram eliminar as predominância das peculiaridades regionais e estaduais”. No Rio Grande do Norte o quadro partidário era instável, e em cada eleição destacaram-se “dois partidos fortes e um *fidel da balança*”. PSD e UDN dominaram a cena política e o PSP consolidou-se, até meados da década de 1950, como a terceira força, sendo depois substituído pelo PR, PTN e PTB (TRINDADE, 2004, p. 59). Há quem afirme que PSD e UDN arregimentavam os seus eleitores mais facilmente no meio rural e nos estados e municípios mais pobres e menos alfabetizados. Segundo Trindade (2004), as lideranças políticas do interior do estado eram politicamente mais articuladas. Em Natal, porém, foi onde surgiram as forças políticas mais identificadas com as massas, casos de Café Filho e de Aluizio Alves (TRINDADE, 2004, p. 61-62).

Na eleição para a Assembléia Nacional Constituinte, o PSD elegeu quatro representantes (Mota Neto, Dioclécio Duarte, José Varela e Walfredo Gurgel), enquanto a UDN elegeu dois (José Augusto e Aluizio Alves) (TRINDADE, 1997, p. 20).

No dia 19 de janeiro de 1947 ocorreram eleições para governador do estado, após uma campanha bastante acirrada. José Varela (PSD) e Floriano Cavalcanti (PSP/UDN) foram os dois contendores. A vitória de José Varela foi contestada, sob a alegação de fraude e coação, junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que, anulou as urnas em algumas zonas eleitorais. O entendimento do TRE deu a vitória ao candidato da coligação PSP/UDN, Floriano Cavalcanti. Foi

a vez do PSD entrar com pleito junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra a decisão do TRE. Após seis meses, o TSE anulou a decisão do TRE e confirmou a vitória do pessedista José Varela (SUASSUNA, 2002, p. 344-345).⁵²

A presença de José Varela no PSD durou até 1950, quando quis impor ao partido a candidatura de seu primo Manuel Varela. Frustrado em seu intento, José Varela abandonou as hostes pessedistas e filiou-se à UDN, partido que aceitou patrocinar a candidatura de Manuel Varela. Naquelas eleições de 1950, o então deputado federal João Café Filho (Partido Social Progressista) pretendia ser candidato do governo do Rio Grande do Norte. Sua candidatura chegou inclusive a ser homologada. No entanto, um acordo feito com Georgino Avelino (Partido Social Democrático), que também pretendia ser o candidato do seu partido, permitiu uma candidatura de consenso, a do mossoroense Jerônimo Dix-sept Rosado Maia,⁵³ como aponta Antônio Soares de Araújo Filho em depoimento-prefácio no livro de Hélio Galvão sobre o líder mossoroense, tragicamente falecido pouco depois de empossado no governo do estado. Segundo ele, uma reunião na casa de José Anselmo, tio de Georgino Avelino,

causou a maior surpresa no Estado. Ninguém, até então, cogitaria de uma chapa com os nomes de Dix-sept para Governador e Sylvio Pedrosa para Vice. A de Kerginaldo Cavalcanti para o Senado era decorrência natural da aliança com o PSP. Todos três foram indicados pelo deputado Café Filho como condição do apoio do seu Partido. (...)

A candidatura de Dix-sept caiu no **gôto do povo**, como se dizia (sic).

Dix-sept Rosado, apoiado pelo Partido Republicano (PR), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Progressista (PSP) e por uma dissidência do Partido Social Democrático (PSD), venceu Manuel Varela, candidato da União Democrática Nacional (UDN). Foi talvez a “mais sensacional vitória eleitoral de que há memória entre os potiguares” até então (FURTADO, 1976, p. 304). No mandato de Dix-sept Rosado, abreviado por uma fatalidade, o convívio entre os pessedistas e os pessepistas foi conflituoso, com o então Vice-Presidente da República Café Filho, líder do PSP local, ameaçando romper com o governador eleito.

Mariz e Suassuna (2002, p. 346) destacam que a expressiva vitória de Dix-sept “sobre os seus opositores, Manoel Varela de Albuquerque e Duarte Filho, líder da UDN em Mossoró, indica a força eleitoral do grupo Rosado, que inicia a sua projeção política no Estado.” Em março, porém, pouco mais de um mês depois da posse de Dix-sept, faleceu, vítima de um desastre automobilístico, o seu mais importante auxiliar, o Secretário-Geral Mário Negócio. Essa tragédia marcou profundamente o seu governo que teve de se redimensionar, dada a proeminência de Mário Negócio na administração estadual. Cinco meses após a posse uma nova fatalidade abreviou o mandato de Dix-sept Rosado. Em 12 de julho de 1951, vítima de acidente aéreo, o jovem governador mossoroense morreu, sendo substituído pelo ex-prefeito de Natal e ex-deputado estadual e então vice-governador Sylvio Pedrosa, líder habilidoso e diplomático, sereno e acomodático, predicados que lhe permitiram governar “sem trair ou desgostar seus correligionários” e conduzir “até o fim de seu mandato a política estadual num clima de paz, de ‘sombra e água fresca’” (FURTADO, 1976, p. 306-307).

⁵² Diz João Maria Furtado: “A batalha judiciária das eleições de 19 de janeiro de 1947 se iniciou nos primeiros dias de fevereiro e se encerrou em julho, pois já a 1º de agosto, o candidato vitorioso nelas, depois dos pronunciamentos do Tribunal Superior Eleitoral, pôde tomar posse, perante a Assembléia Legislativa” (FURTADO, 1976, p. 277).

⁵³ Café Filho acabou sendo candidato a vice-presidente da República na vitoriosa campanha de Getúlio Vargas.

5. JK: 50 em 5

Em outubro de 1954 foram realizadas eleições para governadores de estado e para o Congresso Nacional. O receio dos que conseguiram o afastamento de Vargas era que as circunstâncias de sua morte poderiam beneficiar os partidos que lhe deram sustentação política: o PSD e o PTB. Não faltaram vozes sugerindo

o adiamento do calendário eleitoral, sob a alegação de que o clima emocional provocado pelo suicídio de Vargas impediria uma manifestação criteriosa do eleitorado.

Apesar das manobras que visavam ao adiamento dessas eleições, realizaram-se sem grandes incidentes (sic). No conjunto da federação, saíram ganhando o PSD e o PTB. A UDN sofreu algumas perdas, menores do que se supunha, tendo em vista ter sido esta legenda identificada como responsável pelas articulações prorrogacionais (PENNA, 1999, p. 225).

A derrota da UDN, ainda que menor do que se projetara, deixou-a politicamente debilitada para enfrentar a corrida presidencial do ano seguinte, nas quais concorreram o mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira, candidato do PSD, tendo como companheiro de chapa o petebista João Goulart, herdeiro político de Vargas. As forças oposicionistas fragmentaram-se em três candidaturas: Adhemar de Barros (PSO), Juarez Távora (PDC/UDN) e Plínio Salgado (PRP). No dia 3 de outubro de 1955 “as urnas confirmam a vitória, prevista antecipadamente, da coligação PSD-PTB, que obteve 36% dos votos, contra Juarez Távora, com 30%, Ademar de Barros, com 26%, e Plínio Salgado, com 8%” (PENNA, 1999, p. 226).

As eleições de 1954 no Rio Grande do Norte representaram, segundo Mariz e Suassuna (2002, p. 347), um marco “na definição de novas posições de comando”. UDN e PSD não se entendiam aqui no estado. Estiveram sempre em lados opostos até a eleição de 1954, quando UDN, PSD e PSP “formaram um chapão para concorrer ao senado. Foram eleitos Dinarte Mariz (UDN) e Georgino Avelino (PSD)” (TRINDADE, 1997, p. 20). Naquelas eleições para governador as esquerdas se dividiram, com os comunistas apoiando “os 4J (Juscelino, Jango, Jocelin e Jessé), enquanto Djalma Maranhão, buscando unificar o *caféismo*, apoiou Dinarte”. A tática de Djalma Maranhão funcionou, pois Dinarte foi eleito pela UDN governador e ele, Djalma, foi escolhido pelo velho líder udenista prefeito de Natal (TRINDADE, 2004, p. 102). Todos os entendimentos foram feitos com o beneplácito do então presidente da República Café Filho, que a partir daí viu a sua influência política minguar progressivamente. Havia insatisfação nas hostes cafeístas “com o comportamento de Café Filho ao assumir a Presidência da República. Mais que as alianças, era a sua postura política que causava perplexidade, a sua insistência numa unidade nacional, ‘entendida como a unidade das elites’, como se tivesse abandonado as causas dos pobres” (TRINDADE, 2004, p. 65).

Segundo Penna (1999), Café Filho foi um político marcado pela ambigüidade, com uma origem trabalhista na década de 1930, feita mais pelas “conveniências da política regional do que por convicções ideológicas” e que rapidamente “evoluiu para um comportamento de natureza fisiológica, ingressando, não por acaso, no PSP, legenda com a qual se identificou” e que garantiu sua “indicação para compor a chapa de Getúlio Vargas”, após acordo firmado entre este e Adhemar de Barros, símbolo da corrupção e ladroagem entre os anos 1940-60 (PENNA, 1999, p. 223).

No pleito de 1955, quando foi eleito presidente da República o mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira (PSD) e para vice-presidente da República o petebista João Goulart, herdeiro político de Vargas, o udenista potiguar Dinarte Mariz venceu Jocelin Vilar (PSD) na disputa pelo governo do Rio Grande do Norte e reforçou de vez o fim de um ciclo do caféismo, que de agora em diante

viveria sem a liderança daquele que o constituiu e lhe emprestou o nome: João Café Filho. Citando Maria Conceição Pinto de Góes, Trindade (2004) diz que a queda do cafeísmo, entretanto, não foi obstáculo para a vitória de alguns de seus mais importantes líderes, caso de Djalma Maranhão eleito deputado estadual (TRINDADE, 2004, p. 65).

A vitória de Dinarte Mariz, para governador do estado em 1955, deu à UDN a liderança na política norte-rio-grandense, empurrando o PSD, então a mais forte agremiação partidária, para uma posição subalterna. O grupo cafeísta conquistou posições importantes, pois o seu apoio à candidatura de Dinarte Mariz rendeu a Djalma Maranhão o cargo de prefeito de Natal e inaugurou uma fase importante da história política local, a das lideranças políticas que escoravam a sua força no eleitorado urbano.

À perda de liderança de Café Filho no estado seguiu-se a ascensão de Djalma Maranhão, liderança então identificada “com uma postura contra o imperialismo e contra o latifúndio, por um poder nacionalista, democrata e popular”, discurso que o aproximou dos comunistas. Segundo Trindade (2004), os “comunistas ortodoxos votam com a candidatura oficial do PSD, enquanto o cafeísmo – e nele a esquerda representada por Djalma Maranhão, Leonardo Bezerra e Oliveira Júnior – apóia o udenista e opositor Dinarte Mariz que, então, se elege governador do Estado” (TRINDADE, 2004, p. 66).

Os anos 1950 trouxeram um ponto de inflexão no processo de industrialização do Brasil. Naquele momento, segundo Gabriel Cohn (IN: MOTA, 1974, p. 309), a economia brasileira chegava ao limite máximo no

processo de substituição de importações que definira o perfil de crescimento industrial do país durante um quarto de século: atingiu-se um grau de capacidade e diversificação produtiva que esgotava a capacidade de absorção “passiva” de um mercado originalmente tornado disponível pela contração da oferta de produtos importados (sobretudo porque se caminhava no sentido da produção de bens mais complexos e de maior preço, e difusão mais limitada pelas limitações de capacidade aquisitiva).

Juscelino fez um governo que garantiu o desenvolvimento econômico e as liberdades democráticas.⁵⁴ Com o seu Plano de Metas, baseado em emissões de moeda e na abertura ao capital estrangeiro, orientou uma radical transformação da estrutura econômica do país, através de investimentos nos setores elétrico, industrial, educacional, de transportes e alimentação. Em linhas gerais o programa econômico de JK tinha o objetivo de “unir o Estado e o setor privado numa estratégia de alto crescimento, com a finalidade de acelerar a industrialização e a construção da infra-estrutura necessária para sustentá-la” (SKIDMORE, 2003, p. 203).

O Plano de Metas possibilitou um crescimento econômico acentuado, através da implantação de multinacionais. Os setores mais beneficiados seriam os de bens de consumo duráveis e de bens intermediários. Visando acelerar o processo de industrialização, o governo atraiu sofregamente o capital estrangeiro (LOPEZ, 1991, p. 104). Empresas como Arno, General Electric, Coca-Cola, Volvo, Volkswagen, etc embalavam os sonhos de consumo dos brasileiros. Ao mesmo tempo, o governo procurou incrementar os investimentos no setor energético, com a construção de usinas hidrelétricas, a pavimentação de estradas, etc.

⁵⁴ Juscelino foi o único civil que, no período entre 1945-1964, terminou o mandato presidencial. O outro presidente, naquele período, a terminar o mandato foi Eurico Gaspar Dutra (militar).

Em termos ideológicos, a estratégia econômica de Juscelino era centrada, e incluía intenso investimento público como também muitos incentivos para investimento privado. Na esfera pública, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico deveria canalizar fundos para grandes projetos de infra-estrutura. Na esfera privada, por exemplo, uma comissão governamental solicitou ofertas para a criação de uma indústria automobilística nacional sob termos cambiais externos favoráveis (SKIDMORE, 2003, p. 204).

A principal obra do período juscelinista foi a construção de Brasília, a nova capital do país, inaugurada em 21 de abril de 1960. A construção da nova capital no interior do Brasil era discutida, conforme Skidmore (2003), desde a elaboração da Constituição de 1891, quando os constituintes estipularam “sua construção e um local já havia sido selecionado em 1893”. Mas foi durante a campanha de 1955 que JK prometeu

construir essa nova capital e o fez. Uma vez no poder, impulsionou firmemente o projeto, chamando o destacado arquiteto brasileiro, Oscar Niemeyer, e Lúcio Costa, um conhecido planejador urbano brasileiro. (...) Com sua arquitetura futurista e ambicioso planejamento urbano, Brasília seria uma lição para o Brasil e o mundo – um símbolo de uma nova determinação de ocupar o interior e deixar para trás o hábito português de se apegar ao litoral (SKIDMORE, 2003, p. 204-205).

Benefícios diretos e indiretos foram auferidos pela estratégia desenvolvimentista implementada por JK. O estilo político, a personalidade entusiástica e a confiança do presidente animaram a população do país. A construção de Brasília foi o seu derradeiro lance, empolgando definitivamente e rapidamente a imaginação de todos os brasileiros. Mas nem tudo eram luzes. Havia “também um lado negativo da estratégia de crescimento de Juscelino que derivava da maneira como ela era financiada” (SKIDMORE, 2003, p. 205). As consequências da política desenvolvimentista de Juscelino foram os aumentos da inflação e da dívida externa, que penalizou a classe média e as camadas populares e aumentou a dependência externa do Brasil, sem contar que o governo precisou romper com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Não foi fácil implementar programa tão amplo: no próprio governo havia restrições, foi preciso recompor o ministério. Com os gastos e o aumento da inflação, além do previsto pelo próprio documento – 13,5% ao ano –, o Fundo Monetário Internacional criou dificuldades para a concessão de empréstimo de 300 milhões de dólares, levando o presidente a romper com a entidade, em 17 de julho de 1959, em gesto que lhe valeu a perda de dinheiro, mas de alto rendimento político no clima de então. Não faltaram outras fontes, como bancos norte americanos, franceses, alemães, japoneses (IGLESIAS, 1993, p. 271).

Outros problemas foram o agravamento do desequilíbrio regional. Como identifica Gabriel Cohn (IN: MOTA, 1974, p. 308), o principal problema a ser destacado

é que os efeitos agravantes sobre os desníveis regionais que exercia o processo de industrialização, tal como se efetuava nesse período, constituíram um campo propício a que se suscitasse ao nível político nacional o problema da entrada mais vigorosa do Estado nessa área, dado que se tratava de fenômenos facilmente vinculáveis à adoção de medidas de política econômica e que havia poderosas

forças políticas mobilizáveis para levar o problema à esfera federal. A expressão típica de um esforço bem sucedido nesse campo é a criação da SUDENE em 1959.

A agitação no meio rural aumentou. A atuação das Ligas Camponesas imprimiu uma atuação mais consciente aos trabalhadores rurais, que abandonaram a postura passiva e assumiram uma postura política mais combativa. Foi no Nordeste que as Ligas Camponesas atuaram com mais desenvoltura, forçando o governo federal e os governos estaduais a saírem do imobilismo histórico. As Ligas representaram “o primeiro grande confronto entre latifundiários e trabalhadores rurais. Também padres, da Igreja progressista, envolveram-se nelas” (IGLESIAS, 1993, p. 270). A criação da SUDENE e os programas de cooperação internacional, como a “Aliança para o Progresso”, são respostas das autoridades nacionais e internacionais à efervescência política no sertão brasileiro.

6. Da campanha de Jânio Quadros à queda de Jango

A campanha presidencial de 1960 foi incendiária. O PSD e o PTB apoiaram a chapa Henrique Lott e João Goulart, enquanto a UDN, aliada a pequenos partidos, apoiava Jânio Quadros e Miltom Campos.

A campanha dos dois é curiosa. Lott, das esquerdas, tinha um discurso enérgico, defensor da ordem, anticomunista, enquanto Jânio, apoiado por gente vista como de direita, defendia política externa de abertura, relações com todos os países, o Brasil fora dos blocos dominantes, integrando a Terceira Força. Internamente, queria austeridade e contenção, em críticas a Juscelino, visto às vezes como “irresponsável presidente voador” e suas obras faraônicas, como Brasília. O contraste dos dois candidatos era gritante – Lott um mau orador e com mensagem antiga, Jânio orador de grandes recursos e com mensagem ambígua, mais moderna que antiga (IGLESIAS, 1993, p. 277).

A vitória de Jânio Quadros representou a reação da população, desiludida com a democracia brasileira. Jânio era um político que se apresentava como independente, sem ligações partidárias, com um objetivo básico: moralizar a administração pública, fazendo uma “faxina” na política brasileira. O combate à corrupção era a sua principal bandeira política. Além disso, Jânio Quadros carregou consigo um vice-presidente, João Goulart, que era um adversário político dele e de toda a estrutura política erguida para alçá-lo à Presidência da República.⁵⁵ Era um mau presságio, pois uma vez empossado na Presidência da República o seu carisma começou a desvanecer, “sua considerável vitória eleitoral parecia importar menos, enquanto ele enfrentava uma burocracia e um Congresso imunes à oratória de campanha” (SKIDMORE, 2003, p. 209). Esse contexto encaminhou o Presidente em direção a um choque frontal com o Congresso Nacional.

O rápido governo (sete meses) de Jânio Quadros foi marcado por duas linhas de ação: a política externa independente e o saneamento econômico. Para solucionar a crise pela qual passava o Brasil, Jânio congelou os salários e cortou os gastos públicos através da eliminação de subsídios e da demissão de funcionários públicos. As medidas trouxeram uma sensível diminuição do poder de compra da população, provocando manifestações na cidade e no campo. Além de um

⁵⁵ Na época era possível votar para presidente e vice-presidente de chapas diferentes.

desgaste significativo do governo junto ao Congresso Nacional. A política financeira do governo Jânio Quadros levantava contra si os setores da esquerda.⁵⁶

A adoção de uma política externa independente tinha como objetivo demonstrar o não-alinhamento automático do Brasil com os Estados Unidos e, ao mesmo tempo, aproximar o país das nações do bloco comunista, abrindo boas perspectivas comerciais. O auge dessa política foi a condecoração de Ernesto *Che* Guevara, um dos líderes da vitoriosa revolução cubana, e a viagem do vice-presidente João Goulart à China. O responsável pela implementação de tal política era, conforme Paula Beiguelman, o Ministro das Relações Exteriores Afonso Arinos de Melo Franco, “prócer do antigo campo oposicionista”, razão pela qual, acreditava Jânio Quadros, não seria concebida como uma medida radical mas “de contingência nacional”.

Não obstante, essa orientação era de molde a suscitar contra Jânio Quadros a animosidade do campo antiesquerdista, que com ele mais se identificara enquanto candidato, e que agora o via dirigir a política externa em direção da área socialista. Complementarmente, as restrições sofridas pelo governo num terreno caro ao radicalismo impeliam a Esquerda em sua direção, determinando inclusive uma pausa na crítica que ela lhe movia no âmbito da política econômica (IN: MOTA, 1974, p. 328).

O vazio político e administrativo do governo Jânio Quadros aumentava diariamente, com o Presidente pouco fazendo “para negociar seu programa com o Congresso”. A condecoração de Che Guevara, um dos líderes da revolução cubana, em agosto de 1961, foi apenas um lance sensacionalista de sua política externa presumidamente independente (SKIDMORE, 2003, p. 209).

A política externa independente do governo Jânio Quadros desencadeou uma série de reações da UDN e dos militares, enfraquecendo politicamente o governo. Jânio tentou uma última cartada: simulou uma renúncia, dia 25 de agosto de 1961, para reforçar o próprio poder. Jânio imaginava que os militares não dariam posse a João Goulart (Jango), herdeiro político de Getúlio Vargas. O Congresso Nacional aceitou o pedido de renúncia, assumindo interinamente a Presidência da República o presidente da Câmara de Deputados, Ranieri Mazzili. Segundo Skidmore (2003), o pouco apreço de Jânio Quadros pelas instituições democráticas e a sua dificuldade em negociar levaram-no à estratégia atabalhoada, pois ao afastar-se, sem aviso, da Presidência da República, imaginava ele, haveria um movimento contra a sua renúncia e o Congresso dar-lhe-ia

poderes de emergência – como ocorrera com general de Gaulle na recente crise francesa precipitada pela independência da Argélia. Infelizmente para Jânio, o Congresso aceitou sua renúncia. (...) O Brasil foi deixado sem liderança menos de um ano após as eleições de 1960. Brasília ficou em estado de choque enquanto o cenário político degenerava mais uma vez em tumulto. O único homem com uma esperança de exorcizar o fantasma de Getúlio Vargas se fora. E, o que era pior, o herdeiro político de Getúlio, João Goulart, deveria ser agora o presidente (SKIDMORE, 2003, p. 210)

⁵⁶ Só é possível compreender a oposição da esquerda à política econômica adotada pelo governo Jânio Quadros, segundo Paula Beiguelman, se levamos “em conta que a solução do problema do desequilíbrio financeiro é por ela interpretada em termos de uma completa reformulação da economia atingindo especialmente o capital estrangeiro e os setores retrógrados e parasitários do capital nacional. A restrição ao crédito e ao consumo no país (...) está ausente, nesse esquema.” Ademais, a restrição ao crédito e ao consumo eram vistos, pela esquerda, como medidas de “ortodoxia econômica lesiva para as economias periféricas” (IN: MOTA, 1974, p. 327).

Os ministros militares, falando pelas Forças Armadas, deram declarações no sentido de impedir a posse do substituto legal, o vice-presidente João Goulart. Além de grande parte das Forças Armadas e do Congresso Nacional, os empresários ligados ao capital estrangeiro eram contrários à posse de João Goulart.⁵⁷ Entretanto, amplos setores das Forças Armadas, do Congresso Nacional e populares eram favoráveis à posse de Goulart. Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango, usou seu poder de influência junto ao III Exército, na época o mais importante destacamento militar do país, e cujo comandante, o general Machado Lopes, era amplamente favorável à solução constitucional, para garantir a posse do vice-presidente. O impasse foi definitivamente resolvido através da adoção de uma emenda parlamentarista. Goulart assumiu a Presidência da República no dia 7 de setembro de 1961, após aprovação, pelo Congresso Nacional, no dia 02 do mesmo mês, de um Ato Adicional que instaurou o parlamentarismo no Brasil. Mesmo com a negociação e a adoção da emenda parlamentarista, a crise política não podia ser dada por encerrada, visto serem grandes as restrições ao nome de João Goulart em setores importantes da política e da economia nacionais, fomentadas por grupos civis e militares que não aceitavam a ascensão do principal herdeiro político do ex-Presidente Getúlio Vargas (PENNA, 1999, p. 248)

João Goulart ficou menos de três anos na Presidência da República (1961-1964). Até janeiro de 1963, porém, com os poderes limitados, visto que no período entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, o país foi governado por um Primeiro-Ministro. Além do clima político radicalizado, o Brasil passava por um período conturbado no terreno econômico, com a crise econômica e financeira evoluindo rápida e gradativamente. Muitas foram as razões para a sua evolução, segundo Penna (1999), entre eles “as contradições do bloco PSD-PTB, que governara o país durante a gestão do presidente Juscelino que soubera minimizar tais contradições com base num estilo próprio de grandes realizações que permitiram acomodar as diferenças programáticas dessas duas legendas” e o crescimento das demandas sociais, fruto “precisamente dessa política de grandes investimentos (PENNA, 1999, p. 249-250).

Desde que o parlamentarismo foi adotado, Jango e algumas lideranças políticas que olhavam para a sucessão presidencial de 1965 flertavam abertamente com a possibilidade da volta ao presidencialismo.

Ao longo do ano de 1962 são realizadas gestões com vistas à adoção dessa medida, proposta finalmente aprovada em julho pelo senador Argemiro de Figueiredo, que apresenta emenda à Constituição no sentido da revogação da emenda constitucional nº 4, restabelecendo o regime presidencialista.

A partir daí, a campanha presidencialista toma fôlego. Em setembro de 1962 é aprovada a realização do plebiscito, marcado para 6 de janeiro de 1963 (PENNA, 1999, p. 255).

Em 6 de janeiro de 1963 foi votado o plebiscito que permitiu a volta ao presidencialismo, institucionalizado pela emenda nº 6, aprovada pelo Congresso Nacional em 23 de janeiro do mesmo ano. Suspeitas levantadas à direita avolumaram-se, com os oficiais militares e alguns setores civis se perguntando se Jango não iria levar o país em direção a uma república sindicalista, enquanto a esquerda radical mostrava ansiedade para alçar as forças populares ao poder, pacificamente ou não (SKIDMORE, 2003, p. 214).

⁵⁷ Como herdeiro político de Vargas, a posse de João Goulart como presidente da República poderia representar a volta das propostas de nacionalismo econômico e, conseqüentemente, o choque com os defensores da abertura da economia brasileira ao capital internacional.

O restabelecimento do presidencialismo coincidia com o agravamento da crise econômica, com o crescente aumento da inflação, com problemas no balanço de pagamentos, etc. No início de 1963,

a reputação econômica do Brasil afundava ainda mais no exterior. O investimento estrangeiro praticamente cessara. Fornecedores estrangeiros exigiam pagamento imediato por qualquer coisa que embarcassem, comprometendo a suficiência de petróleo do Brasil (mais da metade do qual era importada). O governo dos EUA já havia descartado Jango como irresponsável na melhor das hipóteses e como revolucionário na pior, e estava restringindo sua assistência a estados com governadores anti-Jango, uma política que o Departamento de Estado descrevia como “ilhas de sanidade”. Esse favoritismo reforçava as acusações da esquerda de que os Estados Unidos estavam intervindo em favor em favor das forças reacionárias na política brasileira (SKIDMORE, 2003, p. 214).

Para combater a crise, o Presidente João Goulart e o ministro do Planejamento, Celso Furtado, lançaram um plano econômico para debelar a crise. Elaborado pelos ministros Celso Furtado e San Tiago Dantas, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social (1963-65) foi “seguramente o diagnóstico mais abrangente e politicamente o mais comprometido com os destinos soberanos do país até então concebidos no âmbito governamental” (PENNA, 1999, p. 256). O Plano Trienal tinha apuro técnico, mas mostrou-se insustentável na prática.⁵⁸ O seu objetivo era combater a inflação e acelerar o desenvolvimento econômico, no entanto

foi logo malvisto pela esquerda, que o apontou como traição ao povo, a favor da grande propriedade e do imperialismo. Logo as forças se ajustaram para combatê-lo, com a tolerância do governo. (...) Decerto, a crise financeira anulava os aumentos salariais; os trabalhadores podiam queixar-se das condições, não admitindo qualquer medida restritiva, pois estas os atingiam, enquanto as empresas, sobretudo as maiores, continuam capitalizando com o trabalho operário (IGLESIAS, 1993, p. 290-291).

Os problemas sociais avolumavam-se e a população protestava. Sem alternativas políticas e econômicas, dado o fracasso do Plano Trienal, João Goulart optou por realizar as reformas de base. Entre as reformas propostas pelo presidente, a que mais alarmava os grupos conservadores era a reforma agrária. A oposição ao governo cresceu. A direita atacou o presidente, acusando-o de subversivo; a esquerda, de comprometido com o imperialismo e o latifúndio (IGLESIAS, 1993, p. 291). A esquerda radical, com seus pronunciamentos, também não ajudava o presidente, pois afastava a classe média e os partidos de centro, receosos da ameaça comunista. Isso era muito bem explorado pela imprensa, pelos partidos mais conservadores e pelos militares, insatisfeitos com a indisciplina nos quartéis. As tentativas de limitar a remessa de lucros das multinacionais e

⁵⁸ “O plano tinha as seguintes metas: manutenção de uma taxa elevada de crescimento, redução progressiva da pressão inflacionária, limitação do custo social do desenvolvimento com melhor distribuição de renda e combate às desigualdades regionais. No entanto, o combate à inflação criava um problema político a ser enfrentado pelo governo: sua condução conseqüente sacrificava a prática populista, fato constrangedor para um governo que se alimentava dessa política, e que dela dificilmente poderia abrir mão. Da mesma forma, a política cambial proposta pelo plano exigia um pragmatismo que não coadunava com as teses nacionalistas do grupo do poder, sustentáculo da ideologia governamental. A execução dessas propostas contrariava flagrantemente a composição do Congresso, conservador e comprometido com os interesses do latifúndio e do Brasil arcaico; e sem a adesão do Congresso, qualquer iniciativa governamental tornar-se-ia inviável. Assim, o plano fora concebido para uma realidade política inexistente, ou seja, um Executivo forte ou com grande respaldo político, o que na realidade não se verificava” (PENNA, 1999, p. 257).

de conter a inflação, através de um controle de preços, contribuiu para o acirramento da oposição do empresariado nacional e dos Estados Unidos. Estes, particularmente, haviam endurecido sua política para a América Latina, principalmente

após a Revolução Cubana. Assim, as pressões eram feitas sobretudo através da manipulação dos auxílios da Aliança para o Progresso, e no caso brasileiro o embaixador Lincoln Gordon notabilizou-se pelo emprego deste expediente.

Para o Brasil, adotou-se uma política de empréstimos seletiva, de tal maneira que os estados de oposição ao governo federal eram contemplados pelos programas de ajuda financeira (PENNA, 1999, p. 253).

À medida que o ano de 1963 avançava, o quadro econômico e político brasileiro deteriorava-se, a reputação econômica do Brasil no exterior afundava ainda mais, com queda constante de investimentos estrangeiros. O governo dos Estados Unidos via “Jango como irresponsável na melhor das hipóteses e revolucionário na pior.” Rumores de que um golpe de Estado – a direita ou a esquerda – estava sendo preparado tomavam conta do país, e o governo João Goulart não conseguia dar respostas convencionais, pois, conforme a esquerda, “o tempo para essas respostas tinha-se esgotado” (SKIDMORE, 2003, p. 214-215). Sem maioria parlamentar para aprovar as medidas no Congresso, sem o apoio do governo dos Estados Unidos, da grande imprensa, do empresariado e dos militares, João Goulart aproximou-se da esquerda radical e dos movimentos populares, estimulando manifestações, principalmente greves, inclusive nas Forças Armadas, cuja consequência imediata foi amedrontar ainda mais os seus adversários.

O governo de João Goulart estava fora do âmbito de respostas convencionais. A esquerda argumentava que o tempo para essas respostas tinha-se esgotado e em março Jango deu uma clara guinada para a esquerda. Ele já havia exigido medidas que ameaçavam o controle da elite, tais como dar direito de voto aos analfabetos e permitir a sindicalização dos conscritos no Exército. Ele agora lançava uma série de comícios nacionais nos quais anunciaria decretos presidenciais de fundamental importância (uma maneira de contornar o Congresso federal, onde tais medidas não seriam aprovadas). O primeiro comício foi programado para o dia 13 de março no Rio de Janeiro. Os decretos a serem anunciados incluíam desapropriação de terras e a nacionalização de todas as refinarias de petróleo privadas (SKIDMORE, 2003, p. 215).

O comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil (Rio de Janeiro), reuniu aproximadamente 200 mil pessoas. Nele João Goulart reafirmou a sua intenção de fazer as reformas de base, mesmo que o Congresso Nacional não autorizasse. A atitude do presidente feria frontalmente a Constituição, pois passava “por cima do Congresso Nacional e suas prerrogativas legislativas decisórias.” A criação dessa “fissura institucional e a aparente adesão de Goulart à causa do reformismo nacionalista e social fizeram com que os setores conservadores civis e militares se unissem para conspirar” (LOPEZ, 1991, p. 113-114). Alarmada com a atitude de João Goulart, a oposição passou a agir freneticamente. No dia 19 de março foi organizada uma passeata contra o governo em São Paulo, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que reuniu aproximadamente 300 mil pessoas. Paralelamente prosseguiram as conspirações militares contra o governo até que, no dia 31 de março de 1964, eclodiu em Minas Gerais o movimento militar que derrubou o presidente João Goulart.

Mesmo insuflado por Leonel Brizola (seu cunhado e então deputado federal pela Guanabara) a resistir, Jango baqueou. “A resistência”, diz conhecido historiador do período,

não se materializou. Os militares e a polícia prenderam rapidamente figuras-chave do aparato populista. Líderes sindicais foram o primeiro alvo, mas o expurgo logo se expandiu para incluir políticos e burocratas considerados subversivos ou não confiáveis. A violência foi relativamente limitada, sendo mais severa no Nordeste, onde pelo menos uma dúzia de organizadores das ligas camponesas e líderes de esquerda foram torturados e mortos (SKIDMORE, 2003, p. 215).

Sem condições de resistir, o presidente João Goulart preferiu afastar-se. No dia 02 de abril o golpe estava definitivamente consumado, com o novo governo consolidado. Era o começo de uma ditadura que durou quase vinte e um anos.⁵⁹

7. O populismo papa-jerimun

Tradicionalmente o populismo é enquadrado no período entre 1930 e 1964,⁶⁰ sendo as suas principais características: regiões com populações que estão em fase de transição do meio rural para o meio urbano; quando os grupos sociais são genericamente apresentados como povo, artifício de que se valem as lideranças políticas populistas para mobilizar a massa conforme os seus interesses; as massas urbanas têm dificuldade para se organizar em movimentos que traduzam com autenticidade os seus interesses; os movimentos populistas foram liderados por políticos carismáticos (TRINDADE, 2004, p. 87-88).

Tomando como referência o exposto acima, o fenômeno populista já se faz presente na política norte-rio-grandense nos anos 1930, sendo João Café Filho o seu primeiro expoente. Segundo Trindade (2004), na década seguinte o jovem Aluizio Alves começou a se destacar entre os homens públicos do estado, usando e abusando das táticas populistas, como o assistencialismo para os desvalidos e uma exposição acentuada nos meios de comunicação, sem esquecer o apoio de lideranças políticas oriundas do meio rural e a proteção dos grandes caciques políticos, como José Augusto e Dinarte Mariz. Foi por essas veredas que “Aluizio Alves começou a amealhar seu eleitorado, que o contemplaria pela primeira vez elegendo-o deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) em 1946” e que lhe garantiu sucessivas eleições, “sempre com votações expressivas” (TRINDADE, 2004, p. 69). Mas foi na campanha para governador do Rio Grande do Norte, em 1960, que coincidiu com a campanha presidencial para escolher o substituto de Juscelino Kubitschek, que Aluizio consolidou-se como um dos grandes nomes da política local e regional. A campanha política de 1960 foi o estopim que incendiou a população norte-rio-grandense, demonstrando a sua insatisfação com o domínio oligárquico da maneira como ele se manifestava, e Aluizio Alves foi o vetor do descontentamento.

⁵⁹ Existem divergências entre os estudiosos quanto à natureza do movimento militar que depôs o presidente João Goulart. Para uns foi um golpe militar; outros afirmam que houve um contra-golpe, outros, ainda, que houve uma revolução. Outro ponto discutido é se o Brasil mergulhou numa ditadura logo após o movimento militar ou se posteriormente. Dada a limitação do trabalho (uma visão panorâmica da história do Rio Grande do Norte e do Brasil), não houve aprofundamento desses pontos.

⁶⁰ Estudos recentes consideram temerário enquadrar o populismo brasileiro num dado momento histórico. Segundo Trindade (2004, p. 92), “análises mais recentes desmentem o enquadramento do populismo como uma manifestação sócio-política somente do período 1930-1964”.

Djalma Marinho e Vingt Rosado, candidatos da UDN, apoiados pelo governador Dinarte Mariz, enfrentaram Aluízio Alves e Walfredo Gurgel, candidatos de uma grande coligação partidária, denominada de Cruzada da Esperança, formada pelo PSD, PTB, PTN e uma dissidência da UDN.

O Rio Grande era um dos estados mais pobres do Brasil. A sua capital, apesar do crescimento acelerado após a Segunda Guerra Mundial, continuou economicamente muito pobre. A cidade cresceu apenas horizontalmente, sem indústrias, uma população economicamente ativa concentrada nos setores comercial e de serviços, com os seus administradores públicos aplicando métodos gerenciais ultrapassados e ineficazes, como chegou a afirmar certa vez o então prefeito Djalma Maranhão.

Se Natal, capital do estado era assim, o que dizer da máquina administrativa estadual e das diversas prefeituras municipais?

Aluízio Alves tinha uma proposta de governo que ia ao encontro das aspirações da população potiguar: reformulação do processo político-administrativo, dinamização da administração pública, incentivo à industrialização, criando as condições básicas para o desenvolvimento econômico do estado.

Nascido politicamente no seio das tradicionais oligarquias potiguares, Aluízio Alves desempenhou o papel de agente da modernização, modernização conservadora, diga-se de passagem, ciente de que ela era uma necessidade para a sua sobrevivência política. Assim, Aluízio criou as bases para o salto qualitativo no desenvolvimento econômico do estado, administrando com competência a transição do conservadorismo para a modernidade. Preocupado em gerir adequadamente o estado e em formar uma boa geração de técnicos, o governador criou o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico, um importante órgão de planejamento econômico estadual, responsável pela implementação dos planos de atuação do governo e pela criação de uma elite de técnicos bem preparados, a sua maioria formada na CEPAL (TRINDADE, 2004, p. 193).

O carisma de Aluízio Alves veio à tona na campanha para deputado federal em 1958, quando ele utilizou à farta o rádio com o lançamento do programa “Um amigo em cada rua”, através do qual, diz um estudioso dos seus métodos, “ia às diversas ruas da capital levantando os problemas de cada uma delas”, ao mesmo tempo que propunha um crédito de emergência para as populações assoladas pela seca na região Nordeste. Essas ações lhe garantiram recorde em Natal, mudando fortemente o perfil de seu eleitorado, agora predominantemente urbano (SILVA, apud TRINDADE, 2004, p. 104). Mas foi em 1960 que ele conseguiu empolgar praticamente todo o estado, dividindo-o em duas cores – verde (os seus seguidores) e vermelha (os seguidores de Dinarte Mariz).

Antes de ser deflagrado o processo sucessório, três eram os candidatos que postulavam ascender ao governo do estado: Theodorico Bezerra (PSD) e Aluízio Alves e Djalma Marinho (ambos pela UDN). Contando com o apoio do governador Dinarte Mariz, Djalma Marinho foi escolhido pelos udenistas, enquanto Theodorico, adversário de Aluízio, tentava viabilizar sua candidatura pelas hostes pessedistas.

Desde a posse de Juracy Magalhães como prediente da UDN, o partido tentava viabilizar uma atuação mais “realista”, postura que preconizava “um desarmamento do partido em relação às demais forças como estratégia de crescimento”. Nessa linha, as lideranças udenistas propunham uma aproximação do PSD, encaminhamento que interessava por demais a Aluízio Alves, que, perspicaz como era, sabia nascer morta sua candidatura sem a adesão do PSD. Dessa forma, o líder angicano passou a trabalhar para “obter a desistência da candidatura de Theodorico via pressão do governo federal e afastar o PSD da candidatura de Djalma Marinho, como o qual o

‘majó’ Theodorico, desde que não fosse candidato, havia se comprometido”. Foi o próprio presidente Juscelino Kubitschek, eleito pelo PSD, que atuou no sentido de garantir o apoio do PSD a Aluizio. Para tanto, mobilizaram-se esforços que permitiram a presença do ex-deputado Walfredo Gurgel como candidato a vice-governador na chapa encabeçada por Aluizio (TRINDADE, 2004, p. 121-124).

A campanha de 1960 foi das mais radicais que o estado vivenciou. A neutralidade era impensável e inaceitável. A campanha de Aluizio Alves foi inovadora, com o candidato valendo-se “de uma pirotecnia inédita para levar aos seus eleitores sua plataforma de governo” (TRINDADE, 2004, p. 155). Ninguém ficava indiferente à passagem do jovem candidato de oposição. Multidões acompanhavam-no nas vigílias cívicas, comícios e passeatas que demoravam até o amanhecer do dia. Nessas vigílias, Aluizio, que procurava o contato com as massas, apresentava-se como um homem do povo (bem ao estilo populista), que lutava contra os poderosos para elevar o padrão de vida da população mais pobre. A multidão, que carregava lenços e bandeiras verdes, galhos de árvores, e até mesmo árvores, e levantava o polegar, em sinal de aprovação,⁶¹ delirava. É bom ressaltar, porém, que ação política de Aluizio Alves não era revolucionária, tendo em vista a ligação que o candidato tivera – e ainda tinha – com os grupos oligárquicos tradicionais. Porém é fato que os laços que o mantinham ligados às estruturas tradicionais de poder no estado haviam se esgarçado lentamente, o que abria espaço para a construção de um novo estilo de fazer política como também para tentar implementar um projeto de modernização da estrutura do estado no Rio Grande do Norte.

A campanha terminou com a vitória do candidato da *Cruzada da Esperança* (Aluizio) sobre Djalma Marinho, reforçando a liderança política de Aluizio Alves no estado e pondo-o em confronto direto com Dinarte Mariz, numa rivalidade política que dominou o Rio Grande do Norte por mais de 20 anos.

No início da década de 1960, o Rio Grande do Norte estava irremediavelmente dividido em duas forças políticas: de um lado os partidários de Aluizio Alves; do outro os liderados por Dinarte Mariz. Uma terceira força política, também em ascensão como Aluizio Alves, era o prefeito Djalma Maranhão, eleito pela coligação partidária que garantiu a vitória de Aluizio para o governo do estado.

Apesar de aliados politicamente, Aluizio Alves e Djalma Maranhão tinham estilos completamente diferentes que, logo no início dos seus mandatos, respectivamente, de governador do estado e prefeito de Natal, mostraram-se incompatíveis. O prefeito era um nacionalista ardoroso, ideologicamente antiimperialista e defensor de uma participação mais efetiva dos setores populares na administração municipal, enquanto o governador era mais pragmático, consciente da necessidade de investimentos públicos e privados para implementar o desenvolvimento econômico do estado. Os investimentos da prefeitura concentravam-se na área social, com ênfase na área educacional.

A prioridade de Aluizio Alves, até como forma de cumprir promessas de campanha, era dinamizar a administração pública e incrementar o desenvolvimento econômico. O governador sabia da necessidade de dois elementos fundamentais para implementar o seu programa econômico (e por que não dizer social?): energia e uma boa rede de comunicações. Com esse objetivo foram criadas a COSERN (1961) e a TELERN (1963), dotando o estado de uma razoável rede elétrica e de telecomunicações, fundamentais para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

Ademais, quando assumiu o governo, Aluizio Alves, a despeito de atuar para modernizar as carcomidas estruturas do estado no Rio Grande do Norte, retomou algumas práticas políticas e administrativas que o antes candidato condenava nos seus adversários: empreguismo, violência contra opositores, nepotismo, etc. Afastou-se desde o início do seu mandato dos grupos esquerdistas

⁶¹ O verde foi a cor adotada pela campanha aluizista e o polegar levantado [o nosso popular sinal de positivo (concordância) era, também, um símbolo da campanha).

locais sem se afastar do presidente da República João Goulart, que direcionava vultosos recursos federais para o estado e que se somavam aos dólares da Aliança para o Progresso, programa de investimentos do governo norte-americano (TRINDADE, 2004, p. 220).

Quando eclodiu o movimento militar de 31 de março de 1964, o confronto ideológico – esquerda e direita – disseminava-se no estado. Como em nível nacional, não havia meio termo. Estava-se de um lado ou de outro. Aqui, as forças da esquerda eram lideradas pelo prefeito Djalma Maranhão, enquanto as forças da direita e do centro, divididas em nível local, eram comandadas pelo governador Aluizio Alves e por Dinarte Mariz.

A deposição de João Goulart foi apoiada por nossas principais lideranças políticas, excetuando-se o prefeito Djalma Maranhão. Aluizio Alves e Dinarte Mariz apoiaram incondicionalmente o movimento militar que derrubou o presidente da República, com o primeiro inclusive organizando comissões de inquérito para investigar possíveis esquerdistas.

CAPÍTULO IV

OS ANOS AUTORITÁRIOS

Após a deposição de João Goulart, foi declarada a vacância da Presidência da República pelo presidente do Congresso Nacional, o senador Auro Moura Andrade, cabendo ao presidente da Câmara de Deputados, Ranieri Mazilli⁶², assumir interinamente a Presidência. Um Comando Revolucionário, formado pelo general Costa e Silva, pelo almirante Augusto Rademaker e brigadeiro Correia de Melo, decretou, em 09 de abril, o Ato Adicional – AI-1, conferindo ao Executivo poderes para cassar mandatos, suspender direitos políticos, demitir e aposentar funcionários públicos, decretar estado de sítio sem autorização do Congresso Nacional, etc. O AI-1 foi um decreto que visava revestir o novo regime de uma legitimidade legal, visto que os militares chegaram ao poder depondo um presidente constitucional.

O AI-1 manteve a eleição direta para Presidente da República em 1965. Para o período 1964-1965 foi escolhido, indiretamente, um novo presidente da República, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que assumiu no dia 15 de abril de 1964.

A escolha de um nome das Forças Armadas não só traduzia a ostensiva influência dos militares nos acontecimentos que culminaram com a queda de Jango, como impedia a desintegração da unidade das forças que participaram do golpe. Respeitado por seus companheiros de farda, apesar de sua posição reticente em relação à trama golpista, à qual finalmente adere, Castelo Branco era o nome apoiado pela UDN, partido mais diretamente beneficiado com a queda de Jango (PENNA, 1999, p. 265-266).

A UDN foi, com a deposição de Jango, a grande vencedora. Sempre frustrada “por anos de luta infrutífera contra Getúlio [Vargas] e seus herdeiros, finalmente [os udenistas] ganhavam acesso ao poder via intervenção militar” (SKIDMORE, 2003, p. 216), principalmente em virtude da simpatia que os militares moderados tinham pelo partido, um antigo adversário dos populistas. Preocupado em legitimar o novo regime, Castelo Branco, eleito presidente do Brasil e um dos coordenadores do golpe e líder da ala militar moderada, muito próximo aos líderes da UDN, aproximou-se ainda mais do partido para conseguir apoio no Congresso Nacional. A UDN, por sua vez, ficava

satisfeita em poder agradecê-lo. Ela nunca conseguira ganhar a presidência com um dos seus e estava ansiosa para finalmente tomar o poder. Jânio Quadros havia aceitado sua indicação em 1959, mas declarara sua independência política durante a campanha. A aliança militares-UDN elegeu Castelo Branco para a presidência – uma vitória não inesperada dado que o eleitorado consistia de um Congresso que já havia sido expurgado de elementos esquerdistas (SKIDMORE, 2003, p. 228).

Após assumir, o presidente Castelo Branco, pressionado pela linha dura,⁶³ autorizou algumas medidas autoritárias: intervenção em sindicatos, prisões de opositoristas, cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos de opositoristas, etc. Por meio dos Atos Institucionais (três durante

⁶² Segundo Penna (1999, p. 266), desde que foi empossado interinamente, Ranieri Mazilli, “estava subordinado a uma junta militar que se proclamara Alto Comando da Revolução”, formado pelos três chefes das Forças Armadas.

⁶³ As Forças Armadas estavam divididas entre moderados (adeptos de um rápido expurgo político e a entrega do poder aos civis) e duros ou linha-dura (partidários de um governo forte, uma ditadura comandada pelos militares).

o mandato de Castelo Branco), foram cassados ou tiveram os seus direitos políticos suspensos os ex-presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. O governador do Rio Grande do Norte, Aluizio Alves, teve a sua cassação solicitada por Dinarte Mariz, mas o presidente Castelo Branco recusou-se a fazê-lo.

As linhas-mestras do governo Castelo Branco eram formuladas pela sua equipe econômica, liderada por Roberto Campos e Otávio Bulhões, dois economistas conservadores e extremamente articulados. A política econômica capitaneada por essa dupla de economistas, apesar de eficiente do ponto de vista do ordenamento das contas públicas e do controle da inflação, mostrou-se extremamente impopular e perigosa, do ponto de vista político, visto que no ano de 1965 haveria eleições para o governo de alguns dos mais importantes estados brasileiros, como afirma Thomas Skidmore (2003):

O novo programa de estabilização econômica era duramente atacado pela esquerda (e por muitos no centro), que previa que o programa antiinflacionário de Campos e Bulhões criaria desemprego em massa e facilitaria uma vasta tomada de firmas brasileiras por estrangeiras, especialmente norte-americanas.

(...)

As eleições de agosto de 1965 foram o primeiro teste formal da força da oposição. Governos de estados estavam em disputa, inclusive os estados-chave da Guanabara (a grande Rio de Janeiro, que era então um estado) e Minas Gerais. Candidatos pró-governo venceram em todos os estados, exceto na Guanabara e em Minas Gerais, onde os eleitos eram políticos do PSD tradicional de Getúlio (SKIDMORE, 2003, p. 230).

Depois de derrotado na disputa pelos governos de Minas Gerais e da Guanabara, pressionado pela linha dura, o governo federal decretou, em 27 de outubro de 1965, o AI-2 que, entre outras medidas, extinguiu o pluripartidarismo [através do Ato Complementar nº 04, o governo criou dois partidos políticos: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – partido de oposição; e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – partido do governo], estabelecia que as eleições para presidente da República seriam indiretas e facultava ao governo a possibilidade de fechar o Congresso Nacional quando julgasse necessário.⁶⁴ A opção pelo bipartidarismo vinha da admiração que despertava entre os moderados a estrutura política-partidária anglo-saxã e pela experiência julgada positiva do período monárquico brasileiro. Acrescente-se, ainda, conforme a visão do presidente Castelo Branco, a possibilidade de “assegurar uma maioria permanente para o partido pró-governamental” (SKIDMORE, 2003, p. 231).

A implantação do AI-2 fez desabar a justificativa dos militares de que a Revolução de 31 de março de 1964 foi feita para garantir a Constituição e a democracia. Durante o curto governo de Castelo Branco (e vale lembrar que foi o menos autoritário de todos os presidentes militares do período 1964-1985) quase toda a estrutura democrática do país foi desmontada. Os Atos Institucionais ampliaram significativamente o poder do Presidente da República.

A frustração com os rumos do governo fez a sociedade reagir contra o arrocho salarial, um dos mecanismos adotados pela equipe econômica para combater a inflação, e contra a repressão. A oposição crescia no meio político, entre os estudantes e os trabalhadores. Passeatas de estudantes e greves de trabalhadores eram duramente reprimidas pelas forças policiais. Ainda assim, a sociedade civil reagia. Temendo o crescimento das contestações, a linha-dura exigia do governo medidas mais drásticas para combater a subversão. O novo presidente, Costa e Silva, ficou num fogo cruzado: de um lado, a sociedade exigindo mais abertura política; do outro, a linha-dura que exigia mais vigor contra a subversão.

⁶⁴ O AI-3 determinou que os governadores de estado também seriam eleitos indiretamente.

As relações entre a linha dura e os militares moderados continuaram tensas até abril de 1968, quando uma série de greves ameaçadoras irromperam em Minas Gerais. O ressentimento dos trabalhadores contra a contínua queda dos salários reais tornara-se tão intenso que os líderes sindicais “de confiança”, designados pelos militares em 1964, não podiam controlar seus membros. A linha dura deixou essa manifestação passar. Mas, alguns meses mais tarde, o governo se viu diante de um novo desafio à lei e à ordem. /Estudantes no Rio de Janeiro, sempre à frente dos protestos, realizaram ruidosas passeatas. Dessa vez as tropas de choque empregaram a força e o confronto resultou em ao menos uma morte. Estes dois incidentes mostraram à linha dura que os militares moderados, embora ostensivamente repressivos, estavam permitindo contínua oposição pública. A linha dura estava determinada a controlar tanto trabalhadores como estudantes (SKIDMORE, 2003, p. 231-232).

O ano de 1968 foi um divisor de águas. A tensão política era cada vez maior. Num discurso feito na Câmara de Deputados, o deputado federal Márcio Moreira Alves (MDB) apoiou as manifestações contra o regime e pregou o boicote ao desfile de 07 de setembro. Irritada, a linha-dura exigiu uma punição para o parlamentar. Como não conseguiu licença da Câmara de Deputados para processar o deputado Márcio Moreira Alves, o presidente Costa e Silva decretou, a 13 de dezembro de 1968, por pressão da linha dura, o Ato Institucional nº 5 – AI-5, que suspendia as garantias constitucionais e instituiu um regime policial-militar, com um aumento considerável do sistema aparelho repressivo, cujos contornos foram definitivamente estabelecidos.⁶⁵

1. Duas cores dividem o Rio Grande do Norte

Após o rompimento entre Aluizio Alves e Dinarte Mariz no final da década de 1950, quando Aluizio lançou sua candidatura ao governo do estado contra o deputado federal Djalma Marinho, apoiado pelo governador Dinarte Mariz, o Rio Grande do Norte conheceu um dos períodos de maior radicalismo político de todos os tempos, ambiente que dificultou o surgimento de novas lideranças políticas que pudessem ameaçar o domínio das duas lideranças políticas. As perseguições aos adversários eram constantes, a neutralidade praticamente impossível. As cores dividiam a política, a família, os amigos.

Com a vitória das forças políticas conservadoras em 1964, apoiadas aqui no estado pelas nossas principais lideranças políticas, excetuando-se o prefeito Djalma Maranhão, Dinarte Mariz e Aluizio Alves ficaram como chefes do movimento militar de 31 de março. O rompimento no final da década de 1950 colocou-os em lados opostos. Mas a reforma partidária de 1965 aproximou Dinarte e Aluizio que, juntos, ingressaram na ARENA, partido que dava sustentação política aos militares, deixando o MDB com as lideranças menos significativas do estado. A convivência entre os dois no mesmo partido, entretanto, não era tranqüila, com os seguidores de ambos fazendo a distinção entre a ARENA verde (aluizistas) e a ARENA vermelha (dinartistas).

⁶⁵ Os Atos Institucionais foram instrumentos do arbítrio do regime militar. Ato Adicional – AI-1 conferiu ao Executivo poderes para cassar mandatos e suspender direitos políticos, demitir e aposentar funcionários públicos e decretar estado de sítio sem autorização do Congresso Nacional; o AI-2 estabeleceu eleições indiretas para Presidente da República, a extinção do pluripartidarismo; o AI-3 fixou eleições indiretas para governador de estado; o AI-4 transformou o Congresso Nacional em Assembléia Constituinte “com vistas à aprovação da nova Constituição, a qual, efetivamente passou a vigorar a partir de 1967” (LOPEZ, 1991, p. 117).

O regime instaurado em 1964 acirrou ainda mais o radicalismo político no Rio Grande do Norte. Intelectuais e políticos foram presos e torturados (Vulpiano Cavalcanti); alguns foram exilados (Djalma Maranhão); muitos tiveram os seus direitos políticos suspensos (Agnelo Alves); outros foram mortos pelos agentes da repressão (Luiz Maranhão Filho). Invariavelmente todos foram, de alguma forma, calados.

Em 1965, Aluizio Alves apoiou Walfredo Gurgel para o governo do estado contra Dinarte Mariz. A vitória de Walfredo Gurgel impediu que o estado fosse governado, pela segunda vez, por Dinarte, confirmando “a supremacia política da família Alves” e, ao mesmo tempo contribuindo para o aumento do radicalismo político (TRINDADE, 2004, p. 233). Walfredo, porém, apesar de aliado de Aluizio, seu fiador político, “mostrou-se, de logo, infenso à permanência daquele clima de exacerbação populista” levado a cabo pelos partidários do ex-governador (FURTADO, 1976, p. 342).

Em 1966 Dinarte deu o troco, vetando a candidatura de Aluizio Alves para o Senado. Apesar de dominar a maioria dos diretórios municipais da ARENA, Dinarte não teve forças para fazer um candidato seu, contentando-se com um arranjo de conveniência. O mossoroense Duarte Filho foi o ungido pela ARENA. A indicação e a eleição de Duarte Filho, candidato consensual da ARENA verde (Aluizio) e da ARENA vermelha (Dinarte) não garantiu a pacificação do partido. Fermentavam, porém, ainda, as rivalidades entre verdes e vermelhos.

A adoção da sublegenda era garantia de permanência dos dois principais rivais na política do Rio Grande do Norte no mesmo partido, a ARENA. Ela no entanto amortecia o confronto, mas não o matava. Aluizio e Dinarte continuaram se agredindo e fragilizando a base política do regime militar. Ao final a própria sublegenda não resolveu os problemas. As lutas intestinas no campo arenista só foram amainadas com a cassação de Aluizio Alves no início de 1969.

A implantação do Ato Institucional nº 5 resolveu a cisão na base governista do estado, mas não garantiu uma convivência pacífica entre os dois maiores grupos políticos do Rio Grande do Norte. Segundo Cavalcanti (2006, p. 40), “desde a edição do AI-5, o que não faltava era zum-zum quanto à iminente cassação, não apenas de Aluizio, mas até mesmo de Djalma Marinho”. Aluizio por representar uma liderança que se opunha aos projetos políticos de Dinarte Mariz; Djalma Marinho, “cuja expectativa de cassação acabou não se confirmando, foi considerado o grande líder da resistência parlamentar contra” a ação do Executivo que tentava quebrar a autonomia do poder Legislativo.

Aproveitando-se da decretação do AI-5 e de sua convivência próxima com o presidente Costa e Silva, Dinarte Mariz conseguiu, em 1969, a cassação de Aluizio Alves,⁶⁶ tornando-se a mais forte (e praticamente a única) liderança política de expressão no Rio Grande do Norte.

Cavalcanti (2006, p. 42-43) cita uma primeira leva de cassados em janeiro, para depois descrever alguns detalhes sobre a cassação de Aluizio Alves:

Seguiram-se dias de tenso silêncio e de relativa calma, até que o fantasma de novas punições voltou a atacar, quando foi anunciada, no começo de fevereiro, nova convocação do Conselho de Segurança Nacional para o fatídico dia 7.

Então, naquele dia, o zum-zum e o clima de tensão e de expectativa na cidade, apenas estava chegando ao ápice, inclusive porque a perspectiva das novas cassações fora objeto, repito, da manchete de primeira página da edição daquele dia do Diário de Natal.

(...)

⁶⁶ Tendo os seus direitos políticos suspensos por dez anos, próximo à eleição de 1970, Aluizio Alves lançou a candidatura de seu filho Henrique Eduardo Alves a deputado federal.

E saiu mesmo. Nela, dois nomes do Rio Grande do Norte: o de Aluizio Alves e o de Erivan França. Outros 31 nomes de diferentes estados completavam o listão.

À época, Aluizio encontrava-se no Rio de Janeiro, estando licenciado da Câmara, onde era substituído por Erivan.

Segundo Trindade (1997, p. 29):

A ARENA potiguar perdeu espaço político. Mesmo mantendo-se vitoriosa em 1970, com a eleição de Dinarte Mariz e Jessé Freire para o Senado, e elegendo Vingt Rosado, Djalma Marinho, Grimaldi Ribeiro e Antônio Florêncio como deputados federais, quem saiu fortalecido foi o MDB, pois elegeu dois deputados federais, Henrique Eduardo Alves e Pedro Lucena, sendo o primeiro o deputado mais votado do estado. Além disso, o MDB também cresceu 100% no legislativo estadual, passando de três para seis deputados estaduais.

A cassação de Aluizio Alves e o posterior ingresso dos seus aliados no MDB fez a ARENA norte-rio-grandense perder musculatura política. Em 1966, o MDB não elegeu nenhum deputado federal. Das seis cadeiras na Câmara de Deputados, em 1970 o MDB fez duas e a ARENA, quatro. Em 1966, o MDB Na Assembléia Legislativa, o MDB cresceu exponencialmente, dobrando a sua bancada,⁶⁷ que passou de três para seis deputados estaduais.

A vitória do MDB, em 1974, foi ainda maior, pois o partido de oposição, além da consagrada eleição do senador Agenor Maria, elegeu três deputados federais e aumentou ainda mais a sua bancada na Assembléia Legislativa, de seis para nove deputados estaduais.

2. Governo forte ou autoritário: dilemas da nova ordem

O AI-5 imobilizou grande parte da oposição política aos militares. Durante quatro anos havia dúvidas ainda quanto ao caminho que o regime pretendia trilhar. O dia 13 de março de 1968 sepultou definitivamente qualquer esperança de retomada, a curto prazo, do caminho constitucional-democrático. O AI-5 foi a opção do regime por “uma ditadura autêntica” Naquele ano, o

Congresso foi fechado (embora não abolido) e todos os crimes contra a “segurança nacional” passaram a ser doravante da alçada da Justiça Militar. A censura foi introduzida, visando especialmente à televisão e ao rádio. Importantes órgãos da imprensa, como o jornal *O Estado de São Paulo* e o semanário *Veja*, ficaram sujeitos à censura prévia (o que significava que seus textos deveriam passar por um censor do Exército).

Escuta telefônica, violação de correspondência e denúncias por informantes tornaram-se lugar-comum. As aulas nas universidades eram controladas e uma onda de expurgos atingiu os principais docentes (...). As forças de segurança puseram na mira especialmente clérigos e estudantes da oposição – entre os quais as doutrinas da teologia da libertaçãoS eram ainda influentes (SKIDMORE, 2003, p. 232).

⁶⁷ Todo o grupo político liderado por Aluizio Alves, agora nas fileiras do MDB, passou a ser comandado por Henrique Eduardo Alves e Garibaldi Alves Filho.

O endurecimento do regime foi grande, fechando quase todos os canais democráticos. Representantes da sociedade civil eram tratados com violência; a imprensa era censurada; intelectuais, artistas e políticos que faziam oposição ao governo tiveram os seus direitos políticos suspensos e foram exilados. O Estado passou a governar apenas pela força. Sem opções de manifestar-se pública e livremente, parte da oposição caiu na clandestinidade. A luta armada se intensificou, através da ação de guerrilhas urbanas e rurais, que pretendiam derrubar o regime militar e implantar um governo socialista. Foram inúmeros os grupos guerrilheiros que surgiram no Brasil, totalizando, segundo Skidmore (2003, p. 233), “provavelmente menos de quinhentos [combatentes], geralmente numa faixa etária em torno de vinte anos, embora houvesse muitos outros fornecendo apoio logístico”.

O governo conseguiu esconder da população brasileira a maior parte das manifestações de oposição ao regime (só era conhecida a oposição consentida que funcionava num Congresso expurgado e manietado). Ações espetaculares, como assaltos a bancos e sequestros de diplomatas estrangeiros, trouxeram à luz as ações da guerrilha urbana brasileira.

A existência de organizações políticas dispostas a enfrentar com armas nas mãos o regime só se tornou conhecida quando, no dia 4 de setembro de 1969, poucos dias após a Junta Militar tomar posse, a ALN e o MR-8 seqüestraram o embaixador dos Estados Unidos numa operação conjunta. Tal fato ganhou o noticiário internacional, obrigando o Estado brasileiro a negociar com os guerrilheiros sob forte pressão de Washington. A opinião pública brasileira tomaria conhecimento, assim, da presença de uma oposição que deixara de lado os estreitos espaços legais, assumindo uma atitude frontalmente ilegal e insurrecional (PENNA, 1999, p. 281).

Mesmo garantindo publicidade para suas ações, os guerrilheiros brasileiros não conseguiram conquistar simpatia popular e fizeram as forças de repressão “a tomar medidas ainda mais draconianas”, como o aumento da vigilância e o uso da tortura como elementos de captura de informações. Em pouco tempo, os focos de guerrilha urbana no Brasil foram destruídos, graças ao aparato policial-repressivo montado pelo governo. A maior parte dos grupos de esquerda que alimentaram as guerrilhas urbanas e rurais (estas só foram estruturadas na primeira metade da década de 1970) foi presa, torturada, morta e expulsa do país. O endurecimento do regime, com o rigor da censura e a brutal repressão aos movimentos de oposição, impedia “muita coisa de vir à luz”. O quadro era o melhor possível para os detentores do poder, mas certamente “deixava muitos problemas para os governos futuros resolverem” (LOPEZ, 1991, p. 119).

Ao final do governo Castelo Branco a inflação estava controlada (caindo de 92% em 1964 para 28% em 1967) e a dívida externa fora renegociada. O país estava pronto para retomar o crescimento econômico, que “veio em 1968 e abriu o caminho para um boom de seis anos, durante o qual a expansão econômica teve uma taxa média altíssima de 10,9%”, em grande parte sustentada pela ajuda financeira dos EUA (SKIDMORE, 2003, p. 249). “Mas a boa sorte”, segundo Skidmore (2003),

não continuou indefinidamente. O balanço de pagamentos ficou deficitário novamente a partir de meados da década de 1970, deteriorando-se em seguida.

Em 1973 a OPEP, o cartel fixador de preços dos países produtores e exportadores de petróleo, impôs seu primeiro aumento exorbitante. O efeito no Brasil foi imediato, pois, como o país dependia de importações para mais da metade de seu consumo de petróleo, a conta de importações do país disparou. Diante de uma

ameaça a seu *boom* econômico, Delfim Neto⁶⁸ e seus assessores decidiram “abrir seu caminho para fora do choque do petróleo”. Para pagar a conta aumentaram sensivelmente seus empréstimos no exterior (...) (SKIDMORE, 2003, p. 251).⁶⁹

A crise do petróleo da primeira metade da década de 1970 foi um baque na estratégia de crescimento urdida pela equipe econômica do Ministério da Fazenda. A crescente inflação e a diminuição da atividade econômica fizeram aparecer as primeiras fissuras no modelo de desenvolvimento implantado pelos militares. Esse modelo, centrado no capital estrangeiro, mostrou as primeiras fissuras na primeira metade da década de 1970, em decorrência da primeira crise do petróleo e do aumento dos juros internacionais. Sem a âncora econômica, os militares perceberam que não mais podiam permanecer à frente do Executivo por muito mais tempo. Já nas eleições de 1974 a ARENA perdeu na maioria dos estados, quando o MDB (partido de oposição) começou de fato a ocupar o “seu lugar de escoadouro da insatisfação da sociedade, depois de atravessar imensas dificuldades a ponto de ter discutido até sua autodissolução” (PENNA, 1999, p. 288). O novo presidente, o general Ernesto Geisel, eleito num pleito indireto contra Ulisses Guimarães⁷⁰, comprometeu-se a fazer um processo de abertura política “lenta, gradual e segura”, entregando o poder aos civis. Skidmore (2003) diz que a mudança do regime nasceu no seio de setores militares, como o presidente eleito, Ernesto Geisel, e o seu chefe de Gabinete Militar, Golbery do Couto e Silva, um exímio “democrata de gabinete e consumado manobrista de bastidores”. Foi Golbery quem se aproximou de dois dos mais importantes setores de oposição ao regime, a Igreja Católica e os líderes sindicais de São Paulo. Paralelamente, o governo Geisel abrandou a censura e a vigilância policial, o que fez emergir com mais força os grupos de oposição.

O governo, porém, enfrentava problemas com a linha dura, refratária ao processo de liberalização do regime. Geisel não podia prescindir de um certo controle sobre as instituições políticas sob pena de ser derrubado pelos seus adversários da linha dura. Dessa forma, após a derrota nas eleições de 1974, o governo mudou a legislação eleitoral que regeria as eleições municipais de 1976⁷¹ e as eleições legislativas e majoritárias de 1978. Ainda assim, no primeiro teste eleitoral, em 1976, a ARENA conseguiu uma vitória insignificante. Para impedir o fortalecimento do MDB, vitorioso nas maiores cidades do país, o presidente Geisel reformulou mais uma vez as regras eleitorais. No dia 01 de abril de 1977, o governo fechou o Congresso Nacional e decretou o “Pacote de Abril”, que estabelecia maioria simples para aprovação de mudanças na Constituição, eleição indireta para governadores de estado, eleição indireta para 1/3 do Senado e limitação do acesso ao rádio e à televisão, aumento do mandato presidencial, etc, “medida desesperada para manter o predomínio político do governo, cada vez mais ameaçado diante dos resultados das urnas. De qualquer modo, o ‘pacote’ mostrou que o Executivo ainda ditava as regras do jogo e tinha condições de alterá-las sempre que sentia necessidade disso” (LOPEZ, 1991, p. 120). Essas medidas fizeram

⁶⁸ Antônio Delfim Neto era um jovem professor da Universidade de São Paulo quando foi nomeado Ministro da Fazenda do governo Costa e Silva.

⁶⁹ A primeira crise do petróleo foi uma decorrência da guerra do conflito entre árabes e judeus. O conflito iniciou-se em 1973 quando os árabes atacaram Israel. Tentando pressionar os governos dos EUA e dos países europeus a afastar-se do governo israelense, os árabes, através da OPEP, elevaram o preço do barril do petróleo.

⁷⁰ Na campanha contra Geisel, “o MDB decidiu lançar uma candidatura simbólica, ou a chamada ‘anticandidatura’, já que as regras do jogo eleitoral não lhe permitiam ter aspirações de vitória”. O presidente do MDB, Ulisses Guimarães, “foi o nome escolhido para pôr em prática [uma] campanha de denúncia a favor da restauração da democracia. Para compor a chapa, como vice, foi lembrado o nome do presidente da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), Barbosa Lima Sobrinho, símbolo da resistência democrática da sociedade civil” (PENNA, 1999, p. 288-289).

⁷¹ Em julho de 1976, o governo baixou um decreto-lei nº 6.639 (Lei Falcão, em homenagem ao Ministro da Justiça, o cearense Armando Falcão), proibindo “o acesso dos políticos ao rádio e à TV”. Só seria permitido “a exibição de retratos dos candidatos e seus currículos”. A medida foi tomada com base num estudo do SNI que evidenciava “a importância do acesso dos candidatos ao rádio e à TV” (PENNA, 1999, p. 290).

com que o MDB, apesar de obter a maioria dos votos na eleição de 1978, ficasse inferiorizado no Congresso Nacional e garantiram à ARENA a formação das maiores bancadas nas Assembléias Legislativas e a eleição dos governadores de estado.

Antes de passar o cargo para o seu sucessor, o presidente Geisel eliminou, mesmo com a oposição da linha dura, grande parte da legislação autoritária e impôs a candidatura do general João Baptista de Oliveira Figueiredo, que deu prosseguimento à abertura política, com a implantação do projeto de anistia política, a substituição do bipartidarismo pelo pluripartidarismo e a convocação de eleições diretas para governadores de estado.

A “vitória” em 1982 galvanizou a oposição que passou a exigir que fossem realizadas eleições diretas para presidente da República em 1985. Mesmo com grande apoio popular, a Emenda Dante de Oliveira (Emenda das Diretas),⁷² não foi aprovada no Congresso Nacional.

Diante da derrota da Emenda das Diretas, o PMDB e outros partidos de oposição, unidos a uma dissidência do PDS, formaram a Aliança Democrática e lançaram a candidatura presidencial de Tancredo de Almeida Neves. O PDS lançou como candidato à Presidência de República o ex-governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf.

Eleito pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves não chegou a assumir a Presidência da República. Foi internado às vésperas de sua posse em 15 de março, vindo a falecer no dia 21 de abril do mesmo ano.⁷³

3. Sinuosidades políticas

Nas décadas de 1960 e 1970, parecia que a rivalidade entre Aluizio Alves e Dinarte Mariz iria perpetuar-se por várias décadas. No início da década de 1970, os dois líderes políticos lançaram as candidaturas de seus herdeiros políticos: Henrique Eduardo Alves e Wanderley Mariz. Nessa época, Dinarte encontrava-se no auge de sua carreira política, enquanto Aluizio encontrava-se no ostracismo. Foi também na década de 1970 que surgiu uma nova oligarquia política – Maia, liderada por Tarcísio Maia, substituindo a liderança do senador Dinarte Mariz.

Durante quase todo o período militar, os governadores de estado foram eleitos indiretamente, o que favoreceu significativamente o partido que dava sustentação política aos militares – a ARENA. A escolha dos candidatos, porém, precisava contar com a anuência das Forças Armadas. No Rio Grande do Norte, Dinarte era, possivelmente, a voz civil mais ouvida na escolha. Entretanto, devido às peculiaridades da política regional, mesmo um político proscrito, como era o caso de Aluizio, foi ouvido em quase todas as escolhas.

O primeiro governador eleito indiretamente (biônico) foi Cortez Pereira, administrador competente, que “procurou fazer um governo que fugisse ao convencional. Assim tentando transformar a realidade sócio-econômica do estado, que o fazia ser um mero produtor de matérias-primas, além de suscetível às crises advindas das secas periódicas, o governador fez um governo com boas e audaciosas realizações administrativas (Projeto Camarão, Projeto Bicho-da-Seda, Serra do Mel, etc), com o objetivo “de criar polos agro-industriais em diversas regiões, capazes não somente de criar renda permanente para” a população, mas que também conseguisse impedir o êxodo rural para os principais centros urbanos, como Natal e Mossoró (MARIZ E SUASSUNA, 2002, p. 370-371).

⁷² Essa emenda constitucional previa que deveriam ser realizadas eleições diretas para presidente da República em 1985.

⁷³ Quem assumiu interinamente e, depois, após a morte de Tancredo, em definitivo, a Presidência da República foi o vice-presidente José Sarney.

No entanto, o governador desgastou-se quando circularam boatos de que os seus familiares interferiam em sua administração e devido a alguns atritos com lideranças militares baseadas no estado, o que resultou num quadro de constante tensão política, levando posteriormente à cassação de seus direitos políticos. Para Marlene Mariz e Luiz Suassuna (2002), além de se desgastar junto aos militares, Cortez Pereira também errou politicamente quando julgou-se “capaz de enfrentar as lideranças tradicionais: no final todos se uniram contra ele, que após deixar o governo teve seus direitos políticos cassados pelo AI-5” (MARIZ E SUASSUNA, 2002, p. 371).

Antes, porém, o desastre da campanha arenista foi responsável por uma das mais fragorosas derrotas políticas, fazendo eco ao que ocorria no restante do Brasil. O emedebista Agenor Maria, azarão da disputa para o senado federal bateu o favorito Djalma Marinho. A vitória de Agenor Maria demonstrou a força do grupo ligado ao ex-governador Aluizio Alves, principalmente na capital do estado e poderia ter sido prevista, dado o distanciamento entre os senadores Jessé Freire e Dinarte Mariz, as duas maiores forças políticas da ARENA potiguar, e o desgaste do governador Cortez Pereira. O distanciamento só se agravou nos quatro anos restantes e foi, também, o responsável pela aproximação entre duas famílias oligárquicas: os Alves e a emergente família Maia, representada pelo governador do estado, Tarcísio Maia. Este estreitou mais as relações com Aluizio Alves, “procurando restringir as áreas de atrito com a oposição, dominada no estado pelos Alves, e manobrando para evitar uma nova derrota em 1978” (TRINDADE, 197, p. 38).

Segundo Trindade (1997):

A aproximação política entre as famílias Alves e Maia começou em 1974, quando Aluizio Alves, consultado pelo ex-ministro João Agripino, irmão de Tarcísio Maia e fiador de sua indicação para governar o Rio Grande do Norte, não se contrapôs à indicação deste ao governo do estado e se comprometeu em não dificultar a sua administração.

Sendo amigo pessoal dos generais Golbery do Couto e Silva, grande articulador político do Palácio do Planalto, e Ernesto Geisel, presidente da República, e contando com a oposição discreta da família Alves, controladora do MDB no estado, Tarcísio, responsável pelo início do ciclo Maia no Rio Grande do Norte, fez uma administração baseada na convivência pacífica entre os contrários, procurando por um fim na radicalização política por que passava o nosso estado desde a década de 60 (1997, p. 37).

Com o processo de abertura política em marcha, a participação política de Aluizio Alves foi se acentuando (aproximava-se o fim de sua cassação), ao mesmo tempo que ressurgia na ARENA uma liderança política para ofuscar e substituir a de Dinarte: o governador Tarcísio Maia. A indicação de Tarcísio Maia para governar o estado tinha o objetivo de construir um consenso entre as lideranças arenistas no estado e, também, de estabelecer uma ponte entre a ARENA e alguns líderes emedebistas, principalmente a facção do partido controlada pela família Alves. Do ponto de vista político, o governo de Tarcísio Maia foi extremamente inteligente, pois buscou afastar-se do radicalismo reinante no estado, devido às rivalidades entre Aluizio Alves e Dinarte Mariz, aproximando-se da oposição, praticamente anulada através do acordo político conhecido como “Paz Pública”, aliança entre ele, Tarcísio Maia, e Aluizio Alves, então com os direitos políticos suspensos, mas ainda atuante nos bastidores, e tendo uma linha de frente bem articulada, com as presenças de seu filho, Henrique Eduardo Alves, deputado federal, e sobrinho, Garibaldi Alves Filho, deputado estadual, sem contar com a força e penetração de dois dos mais importantes veículos de comunicação do estado: o jornal *A Tribuna do Norte* e a *Rádio Cabugi*. Com a oposição enfraquecida politicamente, o caminho ficou aberto para Tarcísio Maia indicar Lavoisier Maia, seu primo, para sucedê-lo no governo do estado, iniciando e consolidando a liderança política da família Maia.

Do ponto de vista administrativo, o governo de Tarcísio Maia ficou praticamente paralisado, visto algumas medidas tomadas no calor da hora, muitas delas motivadas por uma campanha intensa e mal-intencionada da oposição e de setores situacionistas, que apontavam possíveis irregularidades do governo anterior. Assim, os “programas iniciados ou idealizados” pelo governo Cortez Pereira foram suspensos. Até a “política de desenvolvimento que visava estimular as atividades econômicas” foi desativada. Grande parte dos projetos elaborados para o setor mineral (pólo metal-mecânico, pólo químico-matalúrgico), para os quais o governo do estado esperava contar com recursos federais, não saiu do papel. Talvez a grande obra tenha sido a construção da Via Costeira, artéria litorânea que ligava a praia de Areia Preta a então distante Ponta Negra (MARIZ E SUASSUNA, 2002, p. 372).

Nas eleições de 1978, Tarcísio Maia e Aluizio Alves aproximaram-se ainda mais para viabilizar a eleição de Jessé Pinto Freire para o Senado. Essa aproximação desagradou o senador Dinarte Mariz, que apoiou a candidatura de Radir Pereira.⁷⁴ A atitude de Dinarte afastou-o ainda mais do governador Tarcísio Maia (como também da cúpula dirigente do regime militar). De acordo com Trindade (1997), Dinarte Mariz, Tarcísio Maia e Jessé Freire eram os mais proeminentes líderes políticos arenistas no estado. A sucessão estadual passava obrigatoriamente por eles. Dinarte antecipou-se e lançou a candidatura de Dix-huit Rosado, acirrando as disputas internas e dividindo ainda mais a base arenista, dada a resistência de Tarcísio em integrar-se às pretensões dinartistas e rosadistas. O velho líder dos Maia pretendia fazer Lavoisier Maia o seu sucessor. Jessé Freire, por seu turno, também acalentava o sonho de governar o estado. Dinarte, matreiro como ele só, tentou conquistar o apoio de Tarcísio cedendo a vaga de vice-governador a Lavoisier. Coube ao presidente Geisel definir a questão sucessória optando pelo médio Lavoisier Maia para governar o estado do Rio Grande do Norte por quatro anos. O vice-governador seria Geraldo Melo, indicação de Aluizio Alves (TRINDADE, 1997, p. 39-41).

O afastamento de Dinarte Mariz do governador Tarcísio Maia, bem como o apoio negado pelo primeiro à candidatura de Jessé Freire, serviu de impedimento para que o velho líder seridoense viesse a comandar o PDS (Partido Democrático Social) norte-rio-grandense, partido político que substituiu a ARENA após a reforma partidária. A partir daí, Tarcísio Maia passou a ser a principal liderança política do partido governista aqui no estado. Segundo Trindade (1997), Dinarte Mariz desgastou-se muito ao apoiar as pretensões presidenciais do general Sylvio Frota, ao romper com o governador Tarcísio Maia, ao negar apoio à candidatura de Jessé Freire para o senado. Em 1978, o velho líder arenista hipotecou apoio ao emedebista Radir Pereira. Sem conseguir garantir a vitória de Radir nos municípios onde estavam as suas principais bases políticas, Dinarte Mariz viu sua liderança política enfraquecer-se. Ao mesmo tempo, a família Alves conseguia recompor sua liderança no seio do MDB.

Terminada a eleição de 1978, começaram a aparecer os primeiros sinais de desgaste na aliança política feita entre Aluizio Alves e Tarcísio Maia. Os planos dos dois líderes entravam em choque, pois ambos tinham em mente a disputa pelo governo do estado em 1982: Aluizio era o candidato do PMDB, enquanto Tarcísio Maia planejava a candidatura de seu filho, José Agripino Maia pelo PDS.⁷⁵ A oficialização do nome de José Agripino Maia, em 13 de janeiro de 1979, para ser prefeito de Natal, foi a primeira pedra posta no caminho da aliança entre as famílias Alves e Maia, pois trazia embutida a preensão de fazê-lo governador em 1982, estratégia que colidia com os interesses de Aluizio Alves (TRINDADE, 1997, p. 54). Isso e mais a entrada de Aluizio Alves no Partido Popular, foram elementos importantes na mão de Dinarte Mariz, que viu ali “as dificuldades

⁷⁴ A outra vaga para o Senado coube, em eleição indireta, a Dinarte Mariz. Jessé Freire venceu a eleição para o Senado e atribuiu sua vitória ao apoio de Aluizio.

⁷⁵ Logo após a reforma partidária, o grupo político liderado por Aluizio Alves ingressou no Partido Popular (PP). Esse partido desestruturou-se e os seus integrantes, em sua maioria, migraram para o PMDB.

da manutenção da aliança Alves e Maia, tendo em vista que seria problemático, num estado como o Rio Grande do Norte, tradicionalmente de embates entre partidos políticos dominados por famílias, dois grupos que tinham projetos que se chocavam perseverar com a união”. Tentando aproximar-se dos Maia, Dinarte, mesmo apoiar o nome de Tarcísio para dirigir o PSD, começou a elogiar o trabalho do governador Lavoisier. Aluizio Alves, percebendo o risco de isolamento que corria, aproximou-se da “família Rosado, buscando dividir o PDS” (TRINDADE, 1997, p. 55-56). Esses movimentos praticamente formataram as forças políticas que iriam se enfrentar nas eleições para governador em 1982.

Lavoisier Maia procurou dar prosseguimento às ações administrativas do seu antecessor, Tarcísio Maia. O momento, porém, era outro. O país passava pelo processo de redemocratização, com a volta dos anistiados, o fim do bipartidarismo e uma atuação mais desinibida dos grupos de oposição, com a ocorrência de greves dos servidores públicos estaduais além de ter uma imprensa oposicionista mais aguerrida e vigilante. Como dito acima, o confronto entre Alves e Maia surgia no horizonte político estadual. José Agripino Maia e Aluizio Alves era os prováveis candidatos ao governo do estado nas eleições diretas marcadas para o ano de 1982. O rompimento da aliança era algo cada vez mais real. Algumas lideranças ligadas à família Alves tentaram viabilizar a candidatura de Aluizio como forma de evitar o rompimento. A atitude de Tarcísio, confirmando a candidatura de José Agripino, em meados de 1981, pôs fim ao acordo urdido na segunda metade da década de 1970.

Nas eleições de 1982, defrontaram-se Aluizio Alves e José Agripino Maia. Era a estréia eleitoral de Agripino; enquanto Aluizio tentava chegar ao Palácio Potengi pela segunda vez. A vitória de José Agripino sobre Aluizio Alves por uma diferença de mais de 100 mil votos confirmava a estratégia vitoriosa elaborada por Tarcísio Maia e sedimentava a liderança da família Maia. Dois elementos devem ser destacados na vitória de José Agripino. O primeiro, a estratégia de indicar José Agripino para prefeito de Natal, em 1979, permitiu a ele usar a administração municipal como bóia na campanha de 1982. Uma boa administração a frente do executivo municipal poderia lhe garantir enfrentar Aluizio Alves na capital do estado em boas condições eleitorais. Foi o que ocorreu. Um segundo fator foi a lei de vinculação de votos. Antes dela, “as pesquisas apontavam Aluizio Alves como virtual governador. Após a lei, José Agripino passou a frente nas pesquisas, vendendo a eleição” (TRINDADE, 1997, p. 57).

A vitória de Agripino selou o fim da rivalidade Alves-Mariz, substituída agora por Alves-Maia.

As duas famílias, apesar de rivais no estado, estiveram unidas, em 1984, no apoio à candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República.

CAPÍTULO V

SÍNTESE ECONÔMICA

Durante os períodos de colônia e império, a economia do Rio Grande do Norte era impulsionada pelos setores agro-pecuário e extrativo, com destaque para o sal, o algodão, o açúcar, a mandioca, a criação de bovinos, ovinos, caprinos e muares, a cera de carnaúba, etc. A partir da segunda metade do século XX, a economia norte-rio-grandense foi sensivelmente marcada “pela adoção de uma consciência de planejamento e pela implantação de grandes projetos de industrialização, impulsionando o seu aparelho produtivo” (SANTOS, 1994, p. 206). Iremos abordar de maneira panorâmica alguns aspectos da economia norte-rio-grandense nos últimos anos do século XX e nos primeiros do século XXI.⁷⁶

Fazendo uma análise panorâmica da economia norte-rio-grandense, é possível indicar que estamos perdendo espaço, qualitativamente, como produtor de algodão e carne. Atividades tradicionais, como o extrativismo de cera de carnaúba e de óleo de oiticica, têm uma variação oscilante, pois dependem quase que inteiramente do mercado externo. Paralelamente, vem crescendo o cultivo do cajueiro, para o aproveitamento do caju e da castanha, e do agave. Nos últimos anos, além do petróleo, a extração da schelita, dado o aumento da demanda internacional, desponta com uma atividade alvissareira. O sal marinho continua sendo uma atividade extrativa de importância significativa e o turismo mostra-se como uma das atividades econômicas mais rentáveis.

1. A Revolução Industrial e a demanda por algodão

A produção de algodão remonta aos séculos XVI e XVII. Segundo Rocha Pombo, o algodão foi nos tempos coloniais atividade econômica mais importante que a cana-de-açúcar, “tanto pela facilidade da respectiva cultura, como pela preferência que, entre as outras Capitânicas, tinha o produto rio-grandense nos mercados” (apud SANTOS, 2005, p. 38). Mas foi somente quando a Inglaterra implementou a Revolução Industrial no século XVIII que houve o primeiro *boom* do algodão. Os Estados Unidos eram os principais fornecedores de algodão para a indústria têxtil inglesa. Porém, em razão da guerra de independência dos Estados Unidos, o Brasil passou a ser um importante exportador de algodão. Nesse primeiro *boom*, o Maranhão foi o grande beneficiado.

A demanda pelo algodão brasileiro durante a primeira metade do século XIX foi relativamente boa. Fatores externos foram os maiores responsáveis por aumentar a demanda pelo algodão brasileiro na segunda metade daquele século. Entre 1860 e 1865, os Estados Unidos ficaram impossibilitados de atender a demanda externa em virtude da Guerra da Secessão. Mais uma vez, o algodão brasileiro contribuiu significativamente na pauta de exportações. A exportação de algodão do Rio Grande do Norte aumentou em mais de dez vezes, em virtude da excelência do nosso algodão mocó, considerados um dos melhores do mundo. Várias firmas estrangeiras aqui se instalaram para comercializar o nosso algodão, competindo com o empório comercial potiguar, o de Fabrício Gomes Pedroza. O fim da Guerra da Secessão instalou a crise na produção algodoeira do Brasil. Firms que comercializavam algodão foram fechadas. Entretanto, ao mesmo tempo em que diminuía a procura pelo algodão brasileiro no exterior, crescia a demanda interna, em virtude do

⁷⁶ Dada as limitações do trabalho, não abordamos setores de grande importância econômica para o estado, como o comércio, empresas prestadoras de serviços e alguns setores industriais.

desenvolvimento da indústria têxtil nacional. A Primeira Guerra Mundial contribuiu decisivamente para o crescimento dos investimentos na indústria têxtil, favorecendo ainda mais o desenvolvimento da cotonicultura. Vários proprietários de terras no Seridó, no Trairi e no Oeste do estado passaram a dedicar áreas cada vez maiores para o plantio de algodão. Os sucessivos governadores de estado investiam na cultura algodoeira, construindo estradas para facilitar o escoamento da produção, isenção de impostos para a instalação de indústrias têxteis, buscando melhorias na qualidade da malvacea, através da construção de estações experimentais, onde seria feita a seleção de sementes, etc.

O crescimento da cotonicultura potiguar foi responsável pela mudança do eixo político no estado. As eleições para a governança estadual, em 1919, foi o momento em que a oligarquia Albuquerque Maranhão cedeu espaço para os representantes dos Bezerra de Medeiros. Naquele ano, Ferreira Chaves, nascido politicamente pelas mãos de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, elegeu como seu sucessor Antônio José de Melo e Souza. Esse fato abriu espaço, posteriormente, para a ascensão política de José Augusto Bezerra de Medeiros, filho de um produtor de um produtor de algodão e governador do estado na década de 1920.

Na década de 1930, vários fazendeiros de São Paulo começaram a investir na produção algodoeira. No mesmo período, chegaram as multinacionais do algodão. A entrada dos paulistas nesse setor produtivo, entretanto, não arrefeceu a demanda pelo algodão norte-rio-grandense, que continuou encontrando mercado cativo entre os ingleses. As multinacionais do setor algodoeiro, que instalaram modernas usinas de beneficiamento e fábricas de óleo de algodão, passaram a fornecer sementes selecionadas e a financiar os comerciantes que compravam o algodão aos produtores. Empresas como a Sanbra (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro), a Anderson Clayton, a Louis Drayeus, a Machine Cotton e a Cook foram as primeiras empresas algodoeiras multinacionais a se instalarem no Rio Grande do Norte. A presença dessas empresas forçou os empresários locais a substituírem os seus equipamentos tradicionais e obsoletos, o que resultou em mudanças significativas “no processo de beneficiamento do algodão, visando a utilização deste produto para fins industriais mais amplos e refinados” (SANTOS, 2005, p. 63). Nas décadas seguintes

as empresas algodoeiras foram crescendo e ganhando estrutura funcional, em detrimento da redução do número de maquinários de menor porte, sobretudo aqueles instalados nas fazendas. Era o processo de extinção dos pequenos descarçadores, cedendo espaço à usina no interior.

Em 1942, o RN tinha 168 estabelecimentos industriais de algodão, sendo que 157 realizavam o beneficiamento e, apenas, 7 se destinavam à fabricação de óleos vegetais. Na safra de 1959/60, existiam 39 usinas; na de 1963/64, 42 usinas; e na de 1969/70, 25 usinas (SANTOS, 2005, p. 64-65).

Entre os anos 1960-70, iniciou-se, por várias razões, o declínio da indústria algodoeira, entre elas a instabilidade dos preços nos mercados nacional e internacional motivada pela “precária estrutura de produção e as condições de comercialização no Estado”. A crise prejudicou a “todas as áreas produtivas ligadas ao segmento algodoeiro”, descapitalizando os industriais do setor e obrigando-os a recorrer a empréstimos bancários, num momento (meados de década de 1970) em que o dinheiro era escasso e os juros estavam em crescimento. Empresas nacionais (Usina Estivas S.A. e Fernando e Cia) e multinacionais (Cook & Cia S.A. e Anderson Clayton) foram desativadas ou foram incorporadas por outras empresas (SANTOS, 1994, p. 203). A professora Maria do Livramento, escorada em dados coletados junto à Secretaria Estadual de Indústria e Comércio, afirma que em torno de 10 empresas do ramo venderam suas máquinas a “concorrentes locais ou Estados vizinhos” (apud SANTOS, 1994, p. 203). Um maquinista, em depoimento prestado à referida estudiosa, diz que os que sobreviveram à crise “foram aqueles que, além de usineiros,

eram também proprietários rurais e produtores de algodão”. A saída para a crise do setor veio com a expansão das cooperativas, que entre 1971-81 expandiram sua participação no setor de 3,5% para 33,6%. Esse quadro foi em parte motivado pela pronta intervenção do governo do Estado que passou a comprar o “produto para a formação de estoques e injetando nas cooperativas capital de giro” (SANTOS, 1994, p. 204-205).

Atualmente, a produção algodoeira encontra-se em crise no estado. Segundo Santos (1994, p. 203), são muitas as causas, que vão desde a precária estrutura de produção e as más condições de comercialização, resultado das bruscas oscilações dos preços. A praga do bicudo foi, também, outro fator desestabilizador da cultura algodoeira. Os prolongados períodos de seca têm freqüentemente desestruturado a produção da malvácea. Técnicos têm procurado desenvolver sementes resistentes à seca e à praga do bicudo, procurando restabelecer a antiga soberania do algodão nos sertões do estado. Mas talvez um dos maiores males seja a inoperância dos sucessivos governos estaduais que não investem num setor que poderia trazer bons recursos financeiros para o estado.

2. Maior produtor de sal-marinho

No início do século XVI, os portugueses iniciaram a extração de sal no litoral do Rio Grande do Norte, nas proximidades de Macau e Areia Branca. Os próprios holandeses, antes de invadir o Rio Grande do Norte, enviaram para cá um espião que relatou ter avistado imensas salinas. Historiadores escreveram à exaustão sobre a exploração salineira no nosso litoral.

Apesar da propensão natural para a produção de sal-marinho, a Coroa portuguesa impediu o quanto pôde o aproveitamento do sal extraído no Rio Grande do Norte. Depois, permitiu a exploração e o consumo interno do nosso sal, mas proibiu a exportação para o estrangeiro e para outras capitanias. Somente com a organização das “oficinas” de carne de sol, no século XVIII, foi que a extração salineira entrou num período de expansão, apesar de ainda permanecer o contrato de estanco, que proibia a exportação do sal extraído no Brasil. A ação da Coroa portuguesa, porém, proibindo o funcionamento das “oficinas” no Rio Grande do Norte, desferiu um golpe de morte nas salinas norte-rio-grandenses.

A chegada da Família Real ao Brasil em 1808 trouxe alguns melhoramentos para a nossa indústria salineira. Mas somente após o advento da República, em 1889, foi que a extração de sal no Rio Grande do Norte teve um período prolongado de expansão.

Ainda no final do governo monárquico e durante mais da metade da República Velha, os nossos governantes concederam a algumas companhias o monopólio da extração do sal norte-rio-grandense. Esse monopólio, lesivo aos cofres públicos e à liberdade de mercado, foi suspenso pelo presidente (governador) Ferreira Chaves, em 1914.

Gastos com transportes encareciam o sal produzido no Rio Grande do Norte, levando-nos a perder mercado. Mesmo com a liberalização da produção salineira decretada pelo governo do estado, na década de 1930 o nosso sal enfrentava uma pesada concorrência do sal estrangeiro.

A mecanização das salinas e melhorias no embarque e nos transportes, feitas a partir da construção do Porto-Ilha de Areia Branca, que começara a operar em 1974, melhoraram a qualidade e o escoamento do nosso sal.⁷⁷

⁷⁷ Essas mudanças, entretanto, causaram um grande impacto social na região salineira, com o aumento do número de desempregados.

3. Cana-de-açúcar: do povoamento ao século XX

No início do século XVII, em terras concedidas por Jerônimo de Albuquerque aos seus filhos, Matias e Antônio, foi construído o primeiro engenho de açúcar no Rio Grande do Norte: o engenho de Cunhaú. Pouco depois foi construído o engenho Potengi (Ferreiro Torto). A produção açucareira, no entanto, sempre foi muito dificultosa na então capitania do Rio Grande. Segundo Santos (2005), somente após a independência brasileira, em 1822, é que o produto tornou-se

fundamento de toda a economia interna da Província, durante longo tempo, até que foi outra vez superado pelo algodão. Ainda mesmo depois da Independência, a agroindústria açucareira, no Rio Grande do Norte, esteve como emperrada durante muitos anos, e talvez, sobretudo, por circunstâncias de natureza política que atordoaram toda a vida da Província até umpouco além de 1840, podendo-se assegurar que somente depois de normalizada a situação do Império é que veio assumir considerável crescimento (SANTOS, 2005, p. 38-39).

A expansão da cultura canavieira, entretanto, ocorreu em meados do século XIX, quando a empresa açucareira brasileira estava em franca decadência, em virtude da queda do preço do açúcar no mercado internacional. A modernização do setor açucareiro foi implementada com atraso pelos produtores norte-rio-grandenses, o que ocasionou uma queda acentuada na produção de açúcar no estado. Além de caro (pelos altos custos), o açúcar produzido aqui era de qualidade inferior (SANTOS, 2005, p. 40). Somente no final da década de 1920 e início da década de 1930 foram instaladas as primeiras usinas de açúcar no Rio Grande do Norte, quase todas nos vales úmidos do litoral oriental do estado. Apesar disso, não houve uma recuperação significativa da atividade açucareira do estado. Até a década de 1980 a produtividade era muito baixa. Hoje, graças à adubação química, tem aumento a produtividade do setor. E mesmo ostentando índices sociais extremamente baixos, o setor é um grande empregador de mão-de-obra.

4. Fruticultura: grandes projetos de exportação

A partir da década de 1960, conforme diagnóstico da SUDENE, não bastava simplesmente uma política de açudagem, era necessário o aproveitamento desse rico manancial. Assim, o governo federal buscou implementar uma política de açudagem para a região Nordeste. Mesmo localizado no “Polígono das Secas”, nos últimos 30 anos o Rio Grande do Norte parece ter aprendido a conviver com a “falta” d’água. Vários projetos de irrigação têm sido desenvolvidos pelos governos federal e estadual e pela iniciativa privada, aproveitando-se dos reservatórios (açudes, barragens e poços) espalhados pelo estado. Alguns projetos de irrigação foram criados: os pioneiros foram o que aproveitavam as águas dos açudes públicos dos municípios de Cruzeta e de Pau dos Ferros e do Itans (Caicó). Mas foi a criação do projeto de irrigação do Baixo-Açu que deslançou a fruticultura irrigada, que, a partir do final da década de 1980 difundiu-se por outras áreas do estado, tais como os vales dos rios Apodi-Mossoró e Upanema.

Até a década de 1970, segundo Santos (1994, p. 246-247), a atividade agrícola era praticamente dominada, no Rio Grande do Norte, pelas culturas alimentares que “se destinavam em boa parte ao auto-consumo dos produtores.” No governo de Cortez Pereira foi implantado o projeto das Vilas Rurais, que abriu novos horizontes para o setor. Projetos, como o da Mossoró Agroindustrial S.A. (MAISA) e Serra do Mel dinamizaram a produção de caju no estado. O primeiro, segundo Santos (1994), tinha

1.500.000 pés de caju e uma produção de, em 1976, de 15.000 toneladas de frutos, extraindo 5.000 toneladas de suco. O pedúnculo do caju, que contém 14% de proteína, estava sendo adicionado à galaxia e outras leguminosas para a ração bovina, já que a empresa desenvolvia, também, pecuária. O segundo, administrado pela CIDA, empresa do governo do Estado, tinha 17.900 hectares plantados com cajueiro, correspondente a 2.017.000 pés de caju (sic) (SANTOS, 1994, p. 183).

O resultado desses projetos foi o desenvolvimento de uma agricultura de irrigação centrada na produção de frutas para exportação (manga, melão, etc), que, no ano final da década de 1980, já compunha grande parte de nossas exportações. No final daquela década, a exportação de frutas tropicais já estava entre os dez itens que mais contribuíam para arrecadar divisas para a nossa economia. No ano 2000 as exportações de frutas tropicais representavam, segundo, mais de 40 milhões de dólares de divisas para o estado (SANTOS, 2005, p. 156).

Empresas pioneiras como a MAISA, FRUNORTE e outras entraram em crise na última década. A produção de frutas em áreas irrigadas, no entanto, continua sendo um dos maiores responsáveis pela arrecadação de divisas para o estado.

5. Petróleo: segundo maior produtor brasileiro

Já no início do século XX havia indícios da existência de petróleo no Rio Grande do Norte. Mas, somente no final da década de 1950 e início da década de 1960 surgiram indícios da existência de petróleo no estado. Porém, não ainda em quantidade comercialmente promissora. Somente na primeira metade da década de 1970, em virtude da primeira crise do petróleo, intensificaram-se os estudos da Petrobrás no Rio Grande do Norte. Em 1973 foi descoberto o primeiro poço de petróleo (campo de Ubarana) no Rio Grande do Norte, na plataforma continental. Somente em 1979, ocorreu a descoberta de petróleo, com bom potencial extrativo, na parte terrestre, no município de Mossoró. De lá para cá, a extração de petróleo no estado só tem aumentado, sendo o Rio Grande do Norte o segundo maior produtor do Brasil, o primeiro em terra.

6. A incipiente atividade industrial

Em 1888 foi inaugurada na Ribeira a Fábrica de Fiação e Tecidos de Natal. O proprietário, Juvino Barreto aproveitava o início de um tímido desenvolvimento industrial no país e o *bomm* do algodão para estabelecer aqui no estado (então ainda província) um núcleo industrial têxtil.

Do final do século passado até meados da década de 1960, o parque industrial norte-rio-grandense não teve praticamente nenhum progresso. Somente com a criação da SUDENE e algumas outras medidas efetivadas pelo governo federal foi que tomou impulso a industrialização no Nordeste e, particularmente, no Rio Grande do Norte, com implantação de projetos industriais em Natal, Mossoró, Parnamirim, Macau e São Gonçalo do Amarante.

Na virada da década de 1960, atraídas por uma política que aliava concessão de créditos e incentivos fiscais, várias indústrias instalaram-se no Rio Grande do Norte, mudando o perfil econômico do estado. Foi no governo de Aluizio Alves que foram dadas as condições para o que o setor industrial deslanchasse no estado. Com recursos do governo federal e da *Aliança para o Progresso*, o governo do estado construiu quatro hotéis, criou a COSERN, a TELERN, a CASOL (fundação

de apoio à pesquisa), a FUNDHAP (órgão responsável pela execução da política habitacional), SECERN (encarregado de formar, treinar e aperfeiçoar o corpo docente do ensino primário), além da Fundação José Augusto e da Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza (SANTOS, 2005, p. 78-79). Apesar dessas ações, o setor industrial não teve aumento significativo, pouco contribuindo para absorver mão-de-obra (11% em 1970, contra 8% em 1950).

Segundo Santos (2005, p. 94-98), no ano de 1971 eram as seguintes as indústrias instaladas no Rio Grande do Norte: Guararapes S.A., Confeções Soriedem, Fiação Borborema, T. Barreto, Empresa Industrial Técnica, o Grupo J. Motta, Jossan, Confeções Reis Magos e outras. Estavam em fase de implantação a Maisa, a Inpasa e a Algimar-Profarquímica. Posteriormente, empresas como a Texita, a Alpargatas, a Sperb e o Grupo UEB (Indústria Têxtil Seridó, a Sparta, a Incarton e o Ducal Palace Hotel) também instalaram-se no estado. Para o ano seguinte vislumbrava-se a instalação da Itapetinga Agroindustrial, primeira fábrica de cimento do estado. Em 1973 foi a vez da Alpargatas, Sperb e UEB implantar fábricas de fios, tecidos e confeções no estado, e de Guararapes ampliar “a capacidade de produção, abrindo mais de 1.200 novos empregos na sua unidade de Natal” (SANTOS, 2005, p. 96). Visando consolidar o parque têxtil potiguar, a SUDENE aprovou os projetos da Famosa (Fiação de Algodão Mocó S.A.), da Texita (Indústria Têxtil Tangará) e da Alpargatas Confeções do Nordeste S.A. (inaugurada em 1976), ao mesmo tempo em que a UEB iniciava a construção da maior fábrica do ramo (Indústria Têxtil Seridó S.A.) no estado, inaugurado em 1976 (SANTOS, 2005, p. 97-98). O parque têxtil seria de grande valia para a absorção de dois bens produzidos largamente no Rio Grande do Norte – o algodão e o sisal, ambos matérias-primas das indústrias têxteis e de confeções. (SANTOS, 2005, p. 104). Essas ações permitiram ao Rio Grande do Norte “uma posição de destaque como produtor de vestuário, principalmente calças e camisas esportivas masculinas. Em 1977, a produção era em torno de 50.000 peças/dia e havia previsão de ser triplicada dentro de pouco tempo, em face da ampliação das unidades existentes e início de funcionamento de novas fábricas do gênero” (SANTOS, 2005, p. 105).

A década de 1980 e a primeira metade da década 1990 viram o parque industrial têxtil do norte-rio-grandense fragmentar-se. Após secar as fontes de onde jorravam recursos públicos e privados (além de outros fatores) para financiar a produção têxtil no estado, várias fábricas cerraram suas portas. Porém, na segunda metade da década de 1990, o parque industrial têxtil do potiguar passa por uma fase de expansão, motivada pela instalação de empresas como Vicunha e Coteminas e pelo recrudescimento da Guararapes Têxtil.

Enquanto o parque têxtil teve uma rápida expansão nos anos 1970, a indústria alimentar cresceu lentamente. A maior parte das unidades era de pequeno porte, com 70% (10.036 estabelecimento) empregando menos de cinco pessoas, conforme o censo de 1970. Nos últimos anos o setor vem crescendo rapidamente, com a implantação de novas unidades, muitas delas “produzindo para o mercado nacional e até para o mundial” (SANTOS, 2005, p. 105-106).

No início dos anos 1980, o governo Lavoisier Maia, preocupado com as condições climáticas, com a oscilação de secas e inundações, juntou-se a empresários para implantar projetos industriais que garantissem o aproveitamento de nossas matérias-primas. Assim como o desenvolvimento do parque têxtil foi pensado em relação à produção algodoeira, foi elaborado um projeto de implantação de um pólo metal-mecânico e de outros pólos industriais que garantissem o uso de matérias-primas extraídas do nosso estado. O governo do estado, através da CDI (Companhia de Desenvolvimento Industrial), órgão vinculado à Secretaria da Indústria e Comércio, trabalhou no sentido de “implantar a infra-estrutura básica dos ‘Distritos Industriais’ do Rio Grande do Norte como parte estratégica de um plano geral do processo de desenvolvimento estadual”. Dessa ação nasceram a Prenal – Pré-Moldados de Natal Ltda, a expansão da Guarapes Têxtil, a Verona Têxtil S.A., a Herbus Confeções Ltda., a Simas Industrial S.A., a Cisaf – Comércio e Indústria de Fibras S.A., entre outras empresas (SANTOS, 2005, p. 118-119).

7. A expansão da atividade turística

Podemos dividir a atividade turística no Rio Grande do Norte em dois momentos: o primeiro do início da década de 1970 até o final da década de 1980, quando o Rio Grande do Norte estava sendo descoberto pelo turista brasileiro; a segunda teve início nos anos 1990, quando o turismo no Rio Grande do Norte entrou com firmeza na fase internacional.

Até a década de 1960, o turismo não era uma atividade econômica que empolgasse os governantes norte-rio-grandenses. A rede hoteleira era insignificante. A construção do Hotel Reis Magos, na orla marítima, pelo governador Aluizio Alves, e a criação da Secretaria Municipal de Turismo pelo então prefeito Agnelo Alves, e da EMPROTURN (Empresa de Promoção do Turismo do Rio Grande do Norte), pelo governador Cortez Pereira, são três marcos importantes,⁷⁸ pois demonstraram simbolicamente que os nossos governantes preocupavam-se com o bem-estar das pessoas que visitavam o nosso estado. Um outro marco importante para o turismo potiguar foi a realização, “em Natal, do III Congresso Nacional de Turismo, com a participação de 400 pessoas interessadas no assunto oriundas de todo o território brasileiro”. No encontro, Natal foi apresentada como um importante centro turístico nacional (SANTOS, 2005, p. 92).

Segundo Lopes Junior (2000, p. 39), até o início dos anos 1980, a “atividade turística em Natal era ainda muito residual (...), restrita a aventureiros, especialmente estudantes, que não demandavam serviços especializados”, pois ainda não havia “sido institucionalizado ainda a prática dos pacotes turísticos e o alto preço das passagens aéreas fazia com que os poucos turistas de então se deslocassem preferencialmente via transporte rodoviário.” Por isso, o governo do estado, através de convênio assinado entre a Secretaria de Indústria e Comércio e a Embratur (Empresa Brasileira de Turismo), visando interiorizar a atividade turística, abriu um rede de hotéis no interior do estado e criou “Os caminhos do Elefante”, que somente hoje mostra resultados promissores (SANTOS, 2005, p. 122).

O momento mais importante do empreendimento turístico foi, sem dúvida, a administração de Tarcísio Maia, quando, pela primeira vez, foi elaborado um projeto turístico para a cidade de Natal, buscando aproveitar as potencialidades da orla marítima, que resultou na construção da Via Costeira. Segundo Lopes Junior (2000, p. 39), a proposta primeira era construir, de acordo com um ex-Secretário de Planejamento, “uma ‘Copacabana’ local, com construções destinadas a moradores com alto poder aquisitivo”, mas a oposição ao projeto obrigou as autoridades a redirecioná-lo.

Embora não tenha se constituído na imaginada Copacabana local, a Via Costeira não deixou, nem por isso, de expressar uma opção preferencial pelo fortalecimento das elites econômicas locais. Os terrenos que acompanham a avenida, de propriedade da Marinha, foram transferidos ao Governo do Estado e repassados aos empresários do setor hoteleiro e donos de postos de gasolina a um custo que variou de U\$ 0,68 a U\$ 5,60 o metro quadrado. No mesmo período (anos 80), o metro quadrado em Ponta Negra (vizinha a Via Costeira) era de U\$ 55,00 e na distante periferia, em Cidade Nova, chagava a U\$ 8,00 (LOPES JUNIOR, 2000, p. 39).

De acordo com a lógica do sistema capitalista, na qual a interferência de grupos econômicos é comandada pela necessidade lógica do próprio sistema de promover, aceleradamente, a acumulação de capitais, o projeto original da Via Costeira foi completamente reformulado, tendo em vista os interesses dos empresários da construção civil. Áreas de lazer, comerciais e de educação, além de

⁷⁸ Até então, quem passava pela cidade de Natal ficava hospedado no Grande Hotel, no bairro da Ribeira, que não mais atendia às exigências de quem passava pela cidade.

residências, foram suprimidas para dar lugar a hotéis, muitos construídos em áreas compradas a preços irrisórios junto à EMPROTURN, então a empresa responsável pelos investimentos no setor turístico.⁷⁹

No ano de 1984 a atividade turística era uma das que mais arrecada fundos para o governo, especialmente para Natal, destino, segundo dados da Embratur, de 237 mil turistas naquele ano. Conforme a pesquisa desenvolvida pela Embratur, em 1981, Natal recebeu a visita de 73.314 turistas; em 1982, 82 mil; em 1983, 94.714. Para 1984, a estimativa de 101.617 turistas dói ultrapassada com sobras.

Três são os pilares sobre os quais se assenta a atividade turística: a infra-estrutura, o marketing e a promoção de eventos. Nos dois primeiros o Rio Grande do Norte já dá provas de maturidade. No terceiro, ainda engatinhamos. Praticamente não saímos ainda do binômio sol e mar.

Criado, em 1991, pela Destaque Propaganda e Promoções, para ser apenas uma parte da programação do projeto Natal em Natal”, o *Carnatal* transformou-se, desde então, na principal atração do calendário de festas de final do ano da cidade. O Auto de Natal (Natal), o Auto da Liberdade e Chuva de Balas (Mossoró) e o Festival de Gastronomia (Martins), além de festas de padroeiro tradicionais, como a de Santana (Caicó), são eventos que têm contribuído para o crescimento da atividade turística no estado. Mas alguns deles, excetuando-se o Carnatal, ainda carecem de maior divulgação.

No final da década de 1990, o Rio Grande do Norte contava com mais de oitenta agências de viagem, quase 150 hotéis e pousadas e aproximadamente duzentos bugreiros. O crescimento da atividade turística foi responsável, estima-se, pelo surgimento de mais de oitocentas micro e pequenas empresas.

⁷⁹ De acordo com Lopes Junior (2000, p. 39-40), de acordo com a lógica denominada por Oliveira (1990) “de desenvolvimento econômico via afirmação do ‘Estado de mal-estar social’, isto é, ancorado na privatização dos fundos públicos, os empreendimentos que floresceram na margem da Via Costeira (hotéis, postos de gasolina e, futuramente, *shoppings*) foram beneficiados por financiamentos generosos via FINOR e BNDES. Uma pesquisadora local chegou a constatar que menos de 25% do total do custo de cada equipamento correspondiam ao capital próprio do empreendedor.”

REFERÊNCIA - UNIDADE I

ABREU, J. Capistrano de. **O descobrimento do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Temas Brasileiros).

ANDRADE, Manuel Correia de. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal: EDUFRN, 1995.

AQUINO, Rubim Santos Leão de; ALVARENGA, Francisco Jacques Moreira de; FRANCO, Denize de Azevedo; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. **História das Sociedades**: das sociedades modernas às sociedades atuais. 36 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1997.

ARAÚJO, Iaperi. **Auto do Guerreiro**. Natal: Offset Gráfica, 2007.

ARRUDA, José Jobson de A. **História Moderna e Contemporânea**. 8 ed. São Paulo: Ática, 1977.

BUENO, Eduardo. **A viagem do descobrimento**: a verdadeira história da expedição de Cabral. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998a.

_____. **Náufragos, traficantes e degredados**: as primeiras expedições ao Brasil. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998b.

_____. **Capitães do Brasil**: a saga dos primeiros colonizadores. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFRN, 2002.

BUESCU, Mircea. **História econômica do Brasil**: pesquisas e análises. Rio de Janeiro: Apec, 1970.

BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental**. 36 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1995. 2 v.

CÂMARA, Adauto. **Diversos e Dispersos**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1998.

CARVALHO, Alfredo de. **Um intérprete dos tapuios**. Natal: Sebo Vermelho (edição fac-similar), 2007.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. **Vaqueiros e Cantadores**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984a.

_____. **História da Cidade do Natal**. 3 ed. Natal: RN Econômico, 1999.

_____. **Nomes da Terra: História, Geografia e Toponímia do Rio Grande do Norte.** Natal: Sebo Vermelho, 2002.

_____. **O Livro das velhas Figuras.** Vol. 7. Natal: Sebo Vermelho, 2002a.

_____. **Movimento da independência no Rio Grande do Norte.** Natal: Fundação José Augusto, 1973.

DANTAS, Manoel. **Homens de outrora.** Edição fac-similar. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

FERNANDES, Geraldo de Margela. **Sal: uma economia em questão.** Natal: CCHLA, 1995.

FERREIRA, José de Anchieta. **Histórias que não estão na História.** Natal: Clima, 1992.

GALVÃO, João Batista. **Subsídios para a história da abolição do cativo no Rio Grande do Norte.** Natal: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte; Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982.

GALVÃO, Hélio. **História da Fortaleza da Barra do Rio Grande.** 2 ed. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979.

_____. **Pequena história da Fortaleza dos Santos Reis.** 2 ed. Natal: Fundação José Augusto, 1994.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: a época colonial – do descobrimento à expansão territorial.** 8 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: a época colonial – administração, economia e sociedade.** 7 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: o período monárquico – reações e transações.** 5 ed. São Paulo: Difel, 1985.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** 21 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajétoria política do Brasil (1500-1964).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LEMONS, Vicente; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte, 1701-1822.** v. 2, Natal: CERN, 1980.

LIMA, Diógenes da Cunha. **Natal: biografia de uma cidade.** Rio de Janeiro: Lidador, 1999.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-um rosado; Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil colonial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

_____. **História do Brasil imperial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

LYRA, Augusto Tavares. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Nordeste Editora Gráfica, 1998.

_____. **A independência do Brasil no Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1972.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal: Sebo Vermelho, 2005

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). **A Guerra do Paraguai: 130 anos depois**. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

_____. **Proto-história do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Presença Edições; Natal: Fundação José Augusto, 1985.

_____. **Estudos de História do Rio Grande do Norte**. Natal: Tipografia Santa Cruz, 2001.

MEDEIROS FILHO, Olavo. **No rastro dos flamengos**. Natal: Fundação José Augusto, 1989.

_____. **Terra Natalense**. Natal: Fundação José Augusto, 1991.

_____. **O Engenho de Cunhaú à luz de um inventário**. Natal: Fundação José Augusto, 1993.

_____. **Os holandeses na capitania do Rio Grande**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1998.

_____. **Notas para a história do Rio Grande do Norte**. João Pessoa: UNIPÊ, 2001.

_____. **Aconteceu na capitania do Rio Grande**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

_____. **Famílias Seridoenses**. Natal: Sebo Vermelho. Edição fac-similar, 2002.

MELQUIADES, José. **História de Santos Reis: a capela e o bairro**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1999.

MENDES JUNIOR, Antônio e outros. **Brasil História – texto e consulta**. São Paulo: Brasiliense, 1979. 4 v.

MENEZES, J. D. M. de. **O abolicionismo em Mossoró**. 1967.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2000.

_____. **Terra e trabalho na história: estudos sobre o Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme. (org.) **Brasil em perspectiva**. 5 ed. São Paulo: Difel, 1974.

MOURA, Pedro Rebouças de. **Fatos da história do Rio Grande do Norte**. Natal: CERN, 1986.

NIEUHOF, Joan. **Memorável viagem marítima e terrestre Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

NONATO, Raimundo. **Presença Norte-Riograndense na Alçada Pernambucana**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1971.

_____. **Jesuíno Brilhante: o cangaceiro romântico**. 2 ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 1998.

PETROVICH, Enélio Lima. **Quem fundou Natal?**. Goiânia: Gráfica terra, 2000.

PINTO, Lauro. **Natal que eu vi**. Natal: Sebo Vermelho, 2003 (edição fac-similar de 1971).

PINTO, Lenine. **A integração do Rio Grande do Norte e do Amazonas à província do Brasil**. Natal: RN Econômico, 1998.

_____. **Reinvenção do Descobrimento**. Natal: RN Econômico, 1998.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec; EDUSP: Fapesp, 2002 (Estudos Históricos; 44).

ROSADO, Leila Fernandes Rosado et al. **Estudos sobre a abolição**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1979.

ROSADO, Vingt-um. **O motim das mulheres – um episódio do Quebra-Quilos**. Mossoró: edição do autor, 1981, (Coleção Mossoroense).

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução Econômica do Rio Grande do Norte (do século XVI ao século XX)**. Natal: Clima, 1994.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **O RN na História do Desenvolvimento Brasileiro**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2005.

SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. 5 ed. Mira-Sinta: Publicações Europa-América, 1979. (Coleção Saber).

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SUASSUNA, Luiz Eduardo B.; MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte colonial (1597/1822)**. Natal: Natal Editora, 1997.

_____. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

TAUNAY, Afonso de E. **História das Bandeiras Paulistas**. 3 ed. T. 1. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil**. 10 ed. V. 1, Tomos I e II. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. 6 ed. V. 1, São Paulo: Melhoramentos, 1967.

VICENTE DO SALVADOR, Frei. **História do Brasil: 1500-1627**. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

www.fernandodannemann.recantodasletras.com.br/visualizar.php?id=564996 – acessado em 05/09/2008, as 10h50 min

www2.uol.com.br/omossoroense/110905/universo.htm - 32k – acessado em 05/09/2008, as 11h 32 min

REFERÊNCIA - UNIDADE II

ANDRADE, Manuel Correia de. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal: EDUFRN, 1995.

AQUINO, Rubim Santos Leão de; ALVARENGA, Francisco Jacques Moreira de; FRANCO, Denize de Azevedo; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. **História das Sociedades**: das sociedades modernas às sociedades atuais. 36 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1997.

ARRUDA, José Jobson de A. **História Moderna e Contemporânea**. 8 ed. São Paulo: Ática, 1977.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFRN, 2002.

BUESCU, Mircea. **História econômica do Brasil**: pesquisas e análises. Rio de Janeiro: Apec, 1970.

BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental**. 36 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1995. 2 v.

CÂMARA, Adauto. **Diversos e Dispersos**. Rio de Janeiro: Edição do Autor. 1998.

_____. **O ocaso da República Velha no Rio Grande do Norte (memórias)**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1992.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. **História da Cidade do Natal**. 3 ed. Natal: RN Econômico, 1999.

_____. **Nomes da Terra**: História, Geografia e Toponímia do Rio Grande do Norte. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

_____. **O Livro das velhas Figuras**. Vol. 7. Natal: Sebo Vermelho, 2002a.

CAVALCANTI, Paulo Tarcísio. **Aluízio Alves**: o despertador da esperança. Natal: Print, 2006.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Economia e urbanização**: o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

COSTA, Homero de Oliveira. **A Insurreição Comunista de 1935**: Natal – O Primeiro Ato da Tragédia. São Paulo: Ensaio; Natal: Cooperativa da UFRN, 1995.

DANTAS, Manoel. **Homens de outrora**. Edição fac-similar. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

DANTAS, Sérgio Augusto de Souza. **Lampião e o Rio Grande do Norte**: a história da grande jornada. Natal: Cartgraf, , 2005.

DANTAS (a), Sérgio Augusto de Souza. **Antônio Silvino**: o cangaceiro, o homem, o mito. Natal: Cartgraf, , 2006.

DANTAS (b), George; FERREIRA, Ângela Lúcia (org.). **Surge et Ambula**: a construção de uma cidade moderna – Natal, 1890-1940. Natal: EDUFRN, 2006.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FERNANDES, Geraldo de Margela. **Sal**: uma economia em questão. Natal: CCHLA, 1995.

FEREIRA, Brasília Carlos. **O sindicato do garrancho**. Natal: EDUFRN, 1989.

FERREIRA, José de Anchieta. **Histórias que não estão na História**. Natal: Clima, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930**. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FURTADO, João Maria. **Vertentes (memórias)**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora Ltda., 1976.

GALVÃO, João Batista. **Subsídios para a história da abolição do cativo no Rio Grande do Norte**. Natal: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte; Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982.

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964 – Aconteceu em abril**. Natal: Clima, 1994.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajatória política do Brasil (1500-1964)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LAMARTINE, Pery. **Epopéia nos Ares**. Natal: Fundação José Augusto, 1995.

LIMA, Diógenes da Cunha. **Natal**: biografia de uma cidade. Rio de Janeiro: Lidador, 1999.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LOPES JUNIOR, Edmilson. **A construção social do prazer – Natal**. Natal: EDUFRN, 2000.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil imperial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

_____. **História do Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

LYRA, Augusto Tavares. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Nordeste Editora Gráfica, 1998.

MACHADO, João Batista. **Política no atacado e a varejo**. Natal: CERN, 1993.

_____. **De 35 ao AI-5**. Mossoró: ASTECAM.

_____. **1960 – Explosão de Paixão e Ódio**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1998.

MARIZ, Marlene da Silva. **A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte (1930-1934)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco; Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). **A Guerra do Paraguai: 130 anos depois**. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

_____. **Estudos de História do Rio Grande do Norte**. Natal: Tipografia Santa Cruz, 2001.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

_____. **Famílias Seridoenses**. Natal: Sebo Vermelho. Edição fac-similar, 2002.

MELQUÍADES, José. **História de Santos Reis: a capela e o bairro**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1999.

MENDES JUNIOR, Antônio e outros. **Brasil História – texto e consulta**. São Paulo: Brasiliense, 1979. 4 v.

MENEZES, J. D. M. de. **O abolicionismo em Mossoró**. 1967.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2000.

_____. **Terra e trabalho na história: estudos sobre o Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme. (org.) **Brasil em perspectiva**. 5 ed. São Paulo: Difel, 1974.

MOURA, Pedro Rebouças de. **Fatos da história do Rio Grande do Norte**. Natal: CERN, 1986.

NONATO, Raimundo. **Jesuíno Brillhante: o cangaceiro romântico**. 2 ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 1998.

SOUSA, Francisco Carlos de Oliveira. **Das salinas ao sindicato: a trajetória da utopia salineira**. Natal: Editora do CEFET-RN, 2008.

PEIXOTO, Carlos. **A história de Parnamirim**. Natal: Z Comunicação, 2003.

PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PINTO, Lauro. **Natal que eu vi**. Natal: Sebo Vermelho, 2003 (edição fac-similar de 1971).

PINTO, Lenine. **Natal, USA – II Guerra Mundial: a participação do Brasil no Teatro de Operações do Atlântico Sul**. Natal: RN Econômico, 1995.

_____. **Reinvenção do Descobrimento**. Natal: RN Econômico, 1998.

ROSADO, Leila Fernandes Rosado et al. **Estudos sobre a abolição**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1979.

ROSADO, Vingt-um. **O motim das mulheres – um episódio do Quebra-Quilos**. Mossoró: edição do autor, 1981, (Coleção Mossoroense).

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução Econômica do Rio Grande do Norte (do século XVI ao século XX)**. Natal: Clima, 1994.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **O RN na História do Desenvolvimento Brasileiro**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2005.

SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. 5 ed. Mira-Sinta: Publicações Europa-América, 1979. (Coleção Saber).

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SMITH JUNIOR, Clyde. **Trampolim para a Vitória**. Natal: EDUFRN, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar – 1930-35**. Natal: EDUFRN, 1996.

SUASSUNA, Luiz Eduardo B.; MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte colonial (1597/1822)**. Natal: Natal Editora, 1997.

_____. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra Trindade. **Uma síntese da abertura política no Rio Grande do Norte (1974-79)**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.

_____. **Aluízio Alves: populismo e modernização no Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. 6 ed. V. 1, São Paulo: Melhoramentos, 1967.

www.fernandodannemann.recantodasletras.com.br/visualizar.php?id=564996 – acessado em 05/09/2008, as 10h50 min

www2.uol.com.br/omossoroense/110905/universo.htm - 32k – acessado em 05/09/2008, as 11h 32 min



Sérgio Luiz Bezerra Trindade

Licenciado e Bacharel em História; Licenciado em Filosofia; Bacharel em Comunicação Social (Jornalismo); Mestre em Ciências Sociais e professor do IFRN. Atualmente é Diretor Acadêmico do Campus Santa Cruz.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte iniciou em 1985 suas atividades editoriais com a publicação da Revista da EFRN, que a partir de 1999 se transformou na Revista Holos, em formato impresso e, posteriormente, eletrônico. Em 2004, foi criada a Diretoria de Pesquisa que fundou, em 2005, a editora do IFRN. A publicação dos primeiros livros da Instituição foi resultado de pesquisas dos professores para auxiliar os estudantes nas diversas disciplinas e cursos.

Buscando consolidar uma política editorial cuja qualidade é prioridade, a Editora do IFRN, na sua função de difusora do conhecimento já contabiliza várias publicações em diversas áreas temáticas.



Este livro é uma preciosa contribuição no sentido de possibilitar, de forma acessível a estudantes de variados níveis de ensino, o acesso a uma obra importante sobre a história do Rio Grande do Norte . Sua finalidade fundamental é o esclarecimento do processo histórico no qual todos nós, queiramos ou não, estamos inseridos. O leitor atento, decerto, perceberá que Sérgio Trindade elaborou essa História do Rio Grande do Norte articulada com o Brasil e o mundo. Opção teórico-metodológica indispensável para desvendar complexas relações que, de outra forma, não ficariam inteligíveis. Ao esclarecer as relações existentes entre os acontecimentos locais e suas raízes, o autor rompe com a pura narrativa de fatos isolados. Seu estilo preserva o cuidado minucioso com os eventos próprios do Rio Grande do Norte, mas a ênfase do conjunto da obra recai sobre as intrínsecas vinculações dos acontecimentos com seus respectivos contextos.

Durante longo período, as publicações sobre a história do Rio Grande do Norte ficaram circunscritas às produções de um grupo de luminares, cujos principais representantes foram Câmara Cascudo, Rocha Pombo e Tavares de Lyra. Sem a pretensão dos afetados, mas igualmente sem a ingenuidade pueril, Sérgio Trindade iniciou o processo que gradualmente inscreverá seu nome entre os grandes da nossa historiografia.

Francisco Carlos de Oliveira
Professor de História do IFRN